

A evolução da Instituição do Estado-Maior, 1806-1918:
os casos alemão, francês, inglês e português
em perspetiva comparada

Stefano Loi

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em História Moderna e Contemporânea

Orientador:

Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues, Professor Associado com Agregação,
Centro de Estudos Internacionais, ISCTE-IUL

Junho de 2017

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

**A evolução da Instituição do Estado-Maior, 1806-1918:
os casos alemão, francês, inglês e português
em perspetiva comparada**

Stefano Loi

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em História Moderna e Contemporânea

Júri:

Presidente: Maria João Mendes Vaz, Professora Auxiliar, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Vogais: Doutor Paulo Jorge Fernandes, Professor Auxiliar, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Nova de Lisboa

Doutora Maria Inácia Rezola, Professora Adjunta, Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa

Doutor Nuno Correia Barrento de Lemos Pires, Coronel de Infantaria, docente do Departamento de Ciências e Tecnologias Militares, Academia Militar

Doutor Bruno César Santos Cardoso Reis, Professor Auxiliar, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Orientador: Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues, Professor Associado com Agregação, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Junho de 2017

AGRADECIMENTOS.

Ao longo dos anos nos quais me dediquei à presente tese, muitas foram as pessoas que me ajudaram – diretamente ou indiretamente – para a sua realização, pessoas essas que merecem ser mencionadas aqui como sinal da minha pessoal gratidão.

Em primeiro lugar, o meu agradecimento vai ao Professor Luís Nuno Rodrigues, por ter aceitado de orientar a presente tese, por me ter orientado cabalmente ao longo da realização deste projeto e pelo constante apoio que sempre me proporcionou.

Um agradecimento particular vai à Professora Maria João Vaz, pelas sugestões e pelo apoio que me deu ao longo do doutoramento.

Quero agradecer à Fundação para a Ciência e Tecnologia pela Bolsa de Doutoramento que me deu, bolsa essa que foi indispensável para a realização do presente trabalho.

Voglio ringraziare di cuore la mia famiglia, per l'appoggio che non mi ha mai fatto mancare e per l'infinita pazienza che ha sempre avuto nei miei confronti. Questa tesi è, ancora una volta, anche vostra.

Un ringraziamento agli amici a Milano, per la loro pazienza mentre li stressavo parlando sempre troppo – e troppo a lungo – degli Stati-Maggiori militari: a tutti voi, “Savoia”!

I would like to thanks all the people that helped me during my staying in London, especially Francesca, Sandra, Alessandro, Enrico and the people in Kennington, Jamie, and all the guys at the Paesan. I owe you all some pints.

J'adresse toute ma gratitude à ceux qui m'ont aidé pendant mon séjour à Paris, surtout Xavier, Billy, Jacopo et Sara, les Paulines et Alex, Clara, Marie-Hélène et Rui Miguel. Merci beaucoup, mon travail à Vincennes a été beaucoup plus facile avec votre aide et compagnie.

Ein besonderer Dank gilt den folgenden Personen, die mich während mein Aufenthalt in Freiburg unterstützt haben. Besonders danken möchte ich Fatma und Max für die 6 Monate bei ihnen, Antonella, Maria, Sara, Cam, Cioppi, Manfredi, Herr Mori und all die anderen Freunde. Danken möchte ich außerdem, natürlich, Herr Jan Konopka. Wir werden uns sicherlich noch einmal im EL.PI. treffen.

Finalmente, queria agradecer aos amigos que me ajudaram aqui em Lisboa, pela ajuda e paciência que tiveram comigo e por me terem ajudado a não pensar sempre nos Estados-Maiores. Em primeiro lugar queria agradecer ao Igor, que leu toda a minha tese e, ainda por cima, corrigiu-a: obrigado pelo trabalho titânico e, sobretudo, pela amizade. Um agradecimento especial aos amigos de sempre, Elisa, Nika (8), Gabri, Gianmarco, Giordano, João, Silli, os Yugos, os companheiros da Pump, os colegas do Coro do ISCTE-IUL e todos os que fizeram parte da minha vida aqui em Lisboa: talvez não saibam, mas foram todos muito importantes para mim.

RESUMO.

A presente tese de doutoramento visa propor uma análise da Instituição militar do Estado-Maior em sentido comparado e diacrónico. Esta análise desenvolve-se a partir do surgimento deste órgão militar até à Primeira Guerra Mundial e aborda quatro casos, ou seja, o Estado-Maior prussiano-alemão, o francês, o britânico e o português. Finalmente, o objetivo desta investigação é oferecer uma definição deste órgão militar que seja historiograficamente alicerçada e que possa ser aplicada também aos Estados-Maiores aqui não abordados.

Procura-se, na presente tese, investigar as razões que induziram as chefias políticas dos países analisados a implementar nos seus sistemas militares o órgão militar alvo de estudo. Foram analisados os fatores que determinaram a evolução dos Estados-Maiores, como se articulavam do ponto de vista organizativo, como se relacionavam com as chefias militares e políticas e que papel desempenharam no período de crise que conduziu à Primeira Guerra Mundial, para além das atividades que realizaram nas primeiras fases daquele conflito.

Esta investigação apresenta elementos inovadores a respeito dos estudos histórico-militares. A escolha de princípios teórico-metodológicos que foram pouco aproveitados relativamente à análise dos Estados-Maiores permitiu oferecer um olhar novo sobre esta Instituição, sobretudo se comparado com os poucos estudos sobre este assunto encontrados na literatura científica. A abordagem diacrónica dos quatro casos analisados permite obter informações específicas sobre o surgimento e a evolução do órgão militar objeto da presente tese, informações essas que irão constituir os elementos para chegar a uma definição desta Instituição que seja sintética e historiograficamente sólida.

Palavras-Chave: Estado-Maior, Alemanha, França, Reino Unido, Portugal, história militar, Primeira Guerra Mundial.

ABSTRACT.

This PhD thesis aims to analyse the military institution of the General Staff from a comparative and diachronic perspective. This analysis spreads from the birth of this military institution until the First World War and examines four different cases, i.e., the Prussian-German, the French, the British and the Portuguese General Staffs. Finally, the main goal of this investigation is to formulate a definition of this military institution, definition that aims to be historically grounded and that can be applied also to other General Staffs not investigated in this thesis.

In the present analysis, the reasons that lead to the institution of the General Staffs in the researched countries will be studied. Furthermore, the elements that determined the evolution of the General Staffs will be examined, how they were articulated from an organizational point of view, which relations they had with politics and the other military agencies, which role they played before the beginning of the First World War and which activities they performed in the first stages of that conflict.

This investigation has innovative elements, when compared to other works of military history. The theoretical and methodological principles that were chosen are not usual for the studies concerning the General Staffs, and this choice allows to provide a new vision on this Institution, especially when compared to the few works on this matter. The diachronic approach in the four analysed cases allows to gather specific evidences to explain the birth and evolution of the General Staffs, and these evidences shall be considered as the main elements to formulate a definition of General Staff that is concise and historically grounded.

Keywords: General Staff, Germany, France, United Kingdom, Portugal, military history, First World War.

ÍNDICE.

AGRADECIMENTOS.	i
RESUMO.	iii
ABSTRACT.	v
GLOSSÁRIO DE SIGLAS.	ix
INTRODUÇÃO.	1
1. OBJETO DO ESTUDO.	1
2. OBJETIVOS, CASOS CONSIDERADOS E ENQUADRAMENTO CRONOLÓGICO.	2
3. ESTRUTURA E CONTEÚDO.	5
CAPÍTULO I – ESTADO DA ARTE; PRINCÍPIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.	7
1. A HISTORIOGRAFIA MILITAR: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO.	7
2. A HISTORIOGRAFIA DOS ESTADOS-MAIORES: O ESTADO DA ARTE.	20
3. PRINCÍPIOS TEÓRICOS: O PRAGMATISMO AMERICANO E CLAUSEWITZ.	35
4. OS PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS: FONTES PRIMÁRIAS E PERSPETIVA COMPARADA.	47
CAPÍTULO II – O GENERALSTAB PRUSSIANO-ALEMÃO: O SURGIMENTO DO ESTADO-MAIOR MODERNO.	55
1. AS ORIGENS DO ESTADO-MAIOR PRUSSIANO: O SURGIMENTO, 1806-1857.	55
2. A EMERGÊNCIA DO ESTADO-MAIOR PRUSSIANO-ALEMÃO: O TRENTÊNIO DE MOLTKE, O VELHO, 1857-1888.	78
3. O ESTADO-MAIOR ALEMÃO ATÉ À GRANDE GUERRA, 1888-1914.	108
4. O PLANO SCHLIEFFEN.	123
CAPÍTULO III – ORGANIZAR A REVANCHE: O ETAT-MAJOR DE L’ARMÉE FRANCÊS.	149
1. CONTEXTO E LIMITES DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM ESTADO-MAIOR EM FRANÇA, 1818-1871.	149

2. A REFORMA DO EXÉRCITO: O SURGIMENTO E A EVOLUÇÃO DO ESTADO-MAIOR FRANCÊS, 1871-1890.	158
3. PLANIFICAR A REVANCHE: O ETAT-MAJOR DE L'ARMÉE ATÉ À GRANDE GUERRA, 1890-1914.	169
4. O EMA FRANCÊS: AS ATIVIDADES DOS BUREAUX.	179
5. O PLAN XVII: GÊNESE, ESTRUTURA E OBJETIVOS.	196
CAPÍTULO IV – ORGANIZAR O EXÉRCITO DE UMA POTÊNCIA COLONIAL: O GENERAL STAFF BRITÂNICO.	223
1. O CONTEXTO POLÍTICO-MILITAR INGLÊS E AS TENTATIVAS DE INSTITUIÇÃO DE UM ESTADO-MAIOR BRITÂNICO, 1854-1899.	233
2. A SEGUNDA GUERRA DOS BÓERES E O SURGIMENTO DO GENERAL STAFF INGLÊS, 1899-1914.	232
3. O PLANO WITH FRANCE: A INTERVENÇÃO INGLESA NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.	257
CAPÍTULO V – O ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO PORTUGUÊS: UMA EXCEÇÃO ENTRE OS CASOS CONSIDERADOS.	279
1. ESPECIFICIDADE DO CASO PORTUGUÊS: AS REFORMAS MILITARES ENTRE O FIM DAS GUERRAS LIBERAIS E A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA, 1834-1910.	279
2. O SISTEMA MILITAR PORTUGUÊS NA ÉPOCA REPUBLICANA: CONTINUIDADE E RUTURAS COM O PASSADO, 1910-1916.	305
CONCLUSÕES.	325
BIBLIOGRAFIA	353
ARQUIVOS.	353
ARTIGOS.	353
MONOGRAFIAS, COLETÂNEAS E IMPRENSA.	356
LEIS, DECRETOS E RELATÓRIOS.	359
1. FRANÇA.	359
2. PORTUGAL.	360
3. REINO UNIDO.	361

GLOSSÁRIO DE SIGLAS.

AC – *Army Council*

AG – *Adjutant-General*

AHM – Arquivo Histórico-Militar, Lisboa

AKO – *Allerhöchste Kabinettsordre*

B – *Bureau* (divisão do Estado-Maior francês)

BArch/MA – Bundesarchiv – Abteilung Militärarchiv, Friburgo em Brisgóvia

BEF – *British Expeditionary Force*

CEM – Corpo de Estado-Maior

CEMA – *Chef d'Etat-Major de l'Armée*

CEME – Chefe de Estado-Maior do Exército

CEMG – *Chef d'état-major général*

CEMGA – *Chef d'Etat-Major Général de l'Armée*

CEMGM – Chefe de Estado-Maior General do Ministro da Guerra

CGS – *Chief of the General Staff*

CID – *Committee of Imperial Defence*

CIGS – *Chief of the Imperial General Staff*

CinC – *Commander in Chief*

CoSDeN – Conselho Superior de Defesa Nacional

CSDN – *Conseil Supérieur de la Défense National*

CSG – *Conseil Supérieur de la Guerre*

DC – *Defence Committee of the Cabinet*

DEME – Direção do Estado-Maior do Exército

DMI – *Director of Military Intelligence*

DMO – *Director of Military Operations*

DMT – *Director of Military Training*

DSD – *Director of Staff Duties*

EMA – *Etat-Major de l'Armée*

EME – Estado-Maior do Exército

EMG – Estado-Maior General

EMGM – Estado-Maior General do Ministro da Guerra

GEMG – *Grand Etat-Major Général*

GS – *General Staff*

IGS – *Imperial General Staff*

IWM – Imperial War Museum, Londres

KA – *Kriegsgeschichtliche Abteilung*

L.C. – *Line of Communication units*

M0 – dia em que é outorgada a Ordem de Mobilização

MGE – Major-General do Exército

MO – Subdivisões do *Directorate of Military Operations*

NAMTSC – National Army Museum Templer Study Center, Londres

OdE – Ordem do Exército

OQ – *Oberquartiermeister*

PSC – *Passed staff college*

QMG – *Quartermaster-General*

RMA – *Revolution in Military Affairs*

SCDN – Supremo Conselho de Defesa Nacional

SCEM – *Sous-chef d'état-major*

SEM – Serviço do Estado-Maior

SENG – Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra

SHD/AV – Service Historique de la Défense, Arquivo de Vincennes, Paris

SoS – *Secretary of State for War*

TNA – The National Archives, Londres

VPCSG – Vice-presidente do *Conseil Supérieur de la Guerre*

WO – *War Office*

INTRODUÇÃO.

1. OBJETO DO ESTUDO.

O objeto que virá a ser investigado na presente tese é a Instituição militar do Estado-Maior, o seu surgimento e a sua evolução até à Primeira Guerra Mundial. A presente investigação constitui a continuação e o aprofundamento de uma parte do projeto com título “O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: Apogeu e Queda” e realizado sob a coordenação de Luís Nuno Rodrigues¹, no qual quem escreve participou em 2012-2013 e onde tentou estender ao âmbito internacional o objeto daquela investigação, ou seja o Corpo de Estado-Maior (doravante abreviado em CEM), para encontrar outras Instituições noutros países que pudessem constituir termos de comparação com o órgão militar português investigado e, assim, proceder a uma análise comparada desta Instituição e, mais em geral, dos Estados-Maiores.

A este propósito, tentou-se estabelecer através de um estudo de casos o que é um Estado-Maior militar e encontrar os princípios teórico-metodológicos mais adequados para definir esta Instituição. O elemento que ligou o desenvolvimento do projeto sobre o Corpo de Estado-Maior português à presente tese pode-se descrever nos seguintes termos: a investigação desenvolvida sobre o CEM partia do axioma de que era claro o que é um Estado-Maior, e, por conseguinte, o que era o CEM, que se pode considerar como uma categoria particular dentro do conjunto dos Estados-Maiores. Todavia, a existência de um problema onomástico, no sentido em que existem muitos órgãos militares que levam o nome de Estado-Maior, mas que nitidamente diferem entre si, a existência de diferenças sensíveis entre os Estados-Maiores dos vários países tomados em consideração e a ausência de uma definição historiograficamente alicerçada desta Instituição determinaram os pressupostos pelos quais foi considerado oportuno rever o Estado da Arte em torno deste órgão militar e estabelecer princípios teórico-metodológicos apropriados para tentar suprir o vazio historiográfico sobre os Estados-Maiores. Ademais, uma razão que foi determinante para a escolha do objeto de estudo foi a importância que os Estados-Maiores têm dentro dos aparelhos militares, importância essa que diz respeito à organização do exército, do seu pessoal, armamento e doutrina, e mais que diz respeito ao estabelecimento de planos estratégicos e operacionais e a ainda mais funções que irão ser descritas *ultra*. Perante esta importância, a ausência de uma definição e de uma análise historiográfica satisfatórias sobre a Instituição do Estado-Maior e que não se limitassem à análise de um único caso específico, mas que abordassem de forma mais geral esta Instituição, foi considerada uma falta historiográfica crítica e, para suprir a esta falta, foi considerado útil avançar com uma investigação com este mesmo objeto de estudo.

¹ O projeto “O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: Apogeu e Queda” foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com a referência PTDC/HIS-HIS/102382/2008, e teve como Instituição de acolhimento o ISCTE-IUL e Instituições participantes o IESM, o CIES-IUL e o ICS-UL.

2. OBJETIVOS, CASOS CONSIDERADOS E ENQUADRAMENTO CRONOLÓGICO.

O objetivo principal da presente tese é proporcionar uma definição historiograficamente fundamentada da Instituição militar objeto desta investigação. Este objetivo pode-se entender como ponto de chegada da análise que virá a ser desenvolvida no presente projeto, mas também se pode considerar como ponto de partida para ulteriores estudos. Como emergirá claramente da análise realizada nos capítulos seguintes, os Estados-Maiores que virão a ser analisados podem proporcionar os elementos para conseguir definir um Estado-Maior “ideal”, ou seja um modelo geral que pode descrever adequadamente cada um dos casos analisados, mas que inevitavelmente terá as fraquezas típicas das definições sintéticas, *id est*, a falta dos elementos que permitem criar uma correspondência perfeita entre a definição de Estado-Maior proposta e cada um dos casos analisados. Noutros termos, uma definição de uma Instituição militar como a que virá a ser proposta nas conclusões permitirá descrever todos os casos apresentados – e pretende definir também todos os outros não considerados –, mas acabará por não ser completamente adequada para definir cabalmente nenhum desses casos considerado singularmente. Neste sentido o trabalho aqui desenvolvido pode-se considerar como ponto de partida para ulteriores investigações: partindo da definição proporcionada, poder-se-á proceder à investigação mais aprofundada de, potencialmente, cada Estado-Maior para salientar as suas peculiaridades e divergências relativamente à definição geral para a qual esta tese aponta.

Todavia, a investigação aqui apresentada partirá da análise de diversos *case studies*, assumindo o pressuposto lógico-metodológico indutivo pelo qual, analisando diversos casos particulares previamente selecionados, pode-se chegar a uma conclusão geral. Portanto, a perspectiva metodológica, que virá a ser descrita melhor *ultra*, capítulo 1, fundamenta-se sobre um elemento importante que é necessário referir desde já, ou seja, a perspectiva comparada. Em prol desta perspectiva, foram escolhidos quatro casos de estudo a partir dos quais foi realizada a análise do objeto de estudo e que, finalmente, proporcionaram os elementos para definir o que é o Estado-Maior.

O primeiro estudo de caso é a Prússia-Alemanha. A escolha deste caso é, de facto, óbvia: a Prússia foi o primeiro país a dotar-se de um Estado-Maior moderno e que, portanto, criou o modelo que iria ser imitado pelas outras potências militares. O papel desempenhado pelo Estado-Maior prussiano foi fundamental para a obtenção da unificação alemã; as vitórias prussianas contra a Dinamarca, o Império austríaco e a França nos meados do século XIX projetaram a mais-valia que o Estado-Maior podia conferir a um exército além das fronteiras alemãs, desencadeando um processo pelo qual progressivamente todos os países europeus instituíram este órgão militar. O caso alemão constitui um caso muito específico se se tiverem em consideração as características militares do país germânico: este país era uma potência continental com uma tradição militar orientada para o exército – e, conseqüentemente, uma cultura estratégica e militar orientada para a mesma direção –, sendo estes elementos culturais determinados pela posição geográfica da Prússia-Alemanha; apesar das claras

especificidades do Estado-Maior prussiano-alemão, este último virá a ser considerado o paradigma a partir do qual se desenvolverá a comparação com os outros países.

O segundo caso é o francês. A França foi escolhida pois representa, na opinião de quem escreve, o melhor termo de comparação com o caso alemão. A França é, no grupo de países aqui analisados, o segundo a dotar-se de um Estado-Maior; todavia, dentro do seu aparelho militar já existiam antes do surgimento do Estado-Maior alguns órgãos que desempenhavam as funções que iriam ser centralizadas e organizadas no Estado-Maior de Paris. A França era uma potência principalmente continental, focando a sua força no exército, apesar de ter interesses também coloniais e, portanto, navais; neste sentido, e também tendo em vista uma perspectiva histórica de longo prazo, a França pode-se considerar como a némesis militar da Alemanha, e vice-versa: de facto, desde o final do século XVIII até aos meados do século XX, a confrontação entre estes dois países determinou uma parte importante da vida política europeia e conseqüentemente também da vida militar. Por todas estas razões foi considerado oportuno analisar o aparelho militar francês, ou seja, para ter uma segunda potência militar continental na análise para além da Prússia-Alemanha.

O terceiro *case study* escolhido é o Reino Unido. De facto, a escolha do Reino Unido era incontornável por várias razões. A Inglaterra era, no período considerado na presente tese, a principal potência económica mundial e, sobretudo, o país que desempenhou o papel de potência política hegemónica na Europa através da imposição da *Pax Britannica* seguida às guerras napoleónicas. Todavia, se por um lado o Reino Unido se podia considerar a potência política principal pelo menos ao nível europeu, por outro não se podia realmente considerar como a principal potência militar: a tradição naval e a projecção colonial do Reino Unido limitaram a evolução do meio militar terrestre inglês. A este respeito, o caso inglês oferece uma perspectiva peculiar face ao objeto de estudo: por um lado, constitui a principal potência política europeia, por outro, apresenta muitas fraquezas em termos militares que só o surgimento do Estado-Maior conseguirá resolver, ainda que só parcialmente; em conclusão, o caso inglês é interessante pois permite ver como a Instituição objeto de estudo surgiu e como foi recebida no aparelho militar de uma potência militar naval e não continental.

Finalmente, o último caso apresentado será o caso português. Este *case study* foi escolhido porque constitui uma exceção sob muitos pontos de vista se comparado com os outros casos abordados. Portugal, no período considerado, não se pode considerar uma potência política ou militar; outrossim, não participou em nenhum conflito militar em grande escala no qual as suas forças militares pudessem ser postas à prova. Porém, a evolução do aparelho militar português no período considerado é interessante se comparada com a dos outros países analisados: Portugal dotou-se dos meios militar-institucionais para desempenhar as funções que nos outros países considerados eram desempenhadas pelos Estados-Maiors, se bem que de forma original; apesar das diferenças contextuais acenadas agora, Lisboa acabou por criar um Estado-Maior, mas evidentemente a partir de pressupostos políticos e militares diferentes dos outros países; em virtude de todas estas diferenças entre Portugal e os outros

países abordados, o caso português foi considerado relevante para encontrar os elementos necessários para dar uma definição quanto mais compreensiva da Instituição aqui investigada.

Para além destes quatro casos, existiam outros países cujos sistemas militares podiam proporcionar mais elementos para dar uma definição de Estado-Maior. Contudo, foi considerado de escassa utilidade aumentar o número de países analisados em prol do objetivo da presente tese, e isto por duas razões. A primeira razão é a redundância: outros casos potencialmente de relevo iriam acabar por ser “cópias” dos analisados, como por exemplo iriam ser Espanha, Itália ou Áustria; potências continentais com interesses também em âmbito colonial e naval – salvo a Áustria – estes países iriam com certeza proporcionar mais elementos para dar mais peso à definição que se pretende formular, mas estes próprios elementos não iriam contribuir sensivelmente para o objetivo final da presente tese ou iriam afetar a “elegância²” da definição que irá a ser proposta. A segunda razão diz respeito à possibilidade de realizar a pesquisa necessária para abordar outros países também potencialmente relevantes: faz-se referência aqui a países como a Rússia, a Turquia ou os Estados- Unidos, que para além do desafio linguístico que iriam apresentar, implicavam deslocações e estadias para aceder aos arquivos que, de facto, iriam muito além dos objetivos e das possibilidades desta investigação. Neste sentido, os quatro países que irão ser investigados são considerados suficientes para os objetivos da presente tese, pois conferem suficiente força em perspetiva da formulação de uma definição de Estado-Maior assim como suficiente variedade contextual que permita à futura definição de não permanecer demasiado vinculada a um único caso de estudo.

Intimamente ligada à questão dos países escolhidos para realizar o projeto aqui introduzido é a definição do âmbito temporal no qual colocar a análise. A presente investigação quer analisar os Estados-Maiores modernos, a partir do surgimento do primeiro Estado-Maior moderno da história, ou seja, o prussiano, e estudar a evolução destes órgãos militares até à Primeira Guerra Mundial. Este período cinge pouco mais de um século de história e pretende focar a atenção nos elementos que dizem respeito sobretudo aos problemas ligados ao surgimento e à evolução destes órgãos militares e ao estado de preparação que conseguiram alcançar na véspera do desencadeamento da Grande Guerra. É necessário desde já sublinhar um elemento de particular importância relativamente à questão cronológica. Se por um lado o âmbito temporal da presente tese se pode considerar amplo, por outro este âmbito foi considerado necessário porque os Estados-Maiores militares aqui analisados surgem em intervalos de tempo muito irregulares, demonstrando assim as dificuldades que as chefias militares dos países considerados tiveram relativamente à aceitação e integração deste órgão militar nos seus aparelhos militares: considere-se que entre o surgimento do Estado-Maior prussiano – como dito *supra* o primeiro a ser instituído – e o francês – o segundo a ser implementado – decorreram 65 anos; a diferença entre o ano da instituição do Estado-Maior prussiano e a do inglês é de 98 anos, tendo o *General Staff* surgido quase na véspera do primeiro conflito mundial. Neste sentido o enquadramento

² Veja-se *ultra*, nas Conclusões, nota 1.

cronológico deverá necessariamente assumir uma conotação flexível: a análise de cada um dos quatro Estados-Maiores virá a ser efetuada considerando os elementos que antecedem e preparam o surgimento destes órgãos militares e concluir-se-á em correspondência das primeiras fases da Grande Guerra, ou seja quando o trabalho dos Estados-Maiores analisado foi posto à prova de um conflito em grande escala.

Um ulterior elemento que deve ser sublinhado nesta breve introdução é a discrepância relativa à dimensão dos capítulos. As diferenças sensíveis entre as várias partes que compõem a presente tese são devidas, em primeiro lugar, à desigualdade em termos de anos de existência entre os diversos Estados-Maiores investigados; voltando a citar o caso descrito *supra*, os 98 anos de diferença entre o surgimento do *Generalstab* prussiano e o *General Staff* inglês traduziram-se numa maior ou menor acessibilidade a fontes primárias relativas a estes órgãos e no número de fases de evolução da Instituição – por exemplo, a primeira organização do *Generalstab* alemão é radicalmente diferente da sua última, ao contrário do *General Staff* inglês, que essencialmente não mudou a sua organização –. O problema relativo à disponibilidade de fontes primárias e à literatura sobre os Estados-Maiores, tema que virá a ser retomado e aprofundado *ultra*, capítulo 1, constitui também um elemento que determinou a diferença entre o tamanho dos diversos capítulos: a existência de fundos documentais maiores ou menores e a possibilidade de acesso a estes conjuntos de documentos vinculou a extensão da pesquisa e, conseqüentemente, a quantidade de informações disponíveis para a redação dos capítulos; a título exemplificativo, no caso alemão a escassez de documentos preservados e a possibilidade de realizar a consulta destes documentos exclusivamente *in loco* no arquivo em Friburgo em Brisgóvia, para além da existência de outros fundos documentais espalhados por vários arquivos no território alemão que não foi possível visitar por razões logísticas, impediu a realização de uma pesquisa documental mais extensa, apesar de a que alicerça esta investigação se poder considerar mais do que suficiente para a redação do capítulo.

3. ESTRUTURA E CONTEÚDO.

O presente trabalho divide-se em 5 capítulos, mais as conclusões.

No primeiro capítulo serão descritos os princípios teórico-metodológicos que irão alicerçar a presente tese e realizar-se-á o Estado da Arte em torno da literatura científica sobre os Estados-Maiores. O papel importante que os princípios teórico-metodológicos desempenham na presente tese foi determinante para tomar a decisão de separar da introdução a descrição e análise destes princípios e integrá-los num capítulo que permitisse melhor detalhar os problemas relativos ao estabelecimento destes princípios e as razões desta escolha. Ao lado das questões relativas à teoria e metodologia adotadas no presente elaborado, no mesmo primeiro capítulo foi redigido um Estado da Arte em torno das obras e dos artigos principais que dizem respeito ao tema dos Estado-Maior; também o Estado da Arte desempenha um papel importante na presente tese, pois oferece uma visão geral sobre as dificuldades que a produção historiográfica de tema militar encontrou em âmbito acadêmico e, dentro

deste ramo específico da historiografia, a ausência quase total de literatura científica relativa ao objeto do presente estudo; a este respeito, na parte do capítulo dedicada ao Estado da Arte realizar-se-á uma sintética descrição das obras às quais foi possível ter acesso e dos pontos de força e de fraqueza que, na opinião de quem escreve, têm.

Como virá a ser descrito *ultra*, capítulo 1, nos capítulos 2, 3, 4 e 5 ir-se-á descrever os Estados-Maiores dos países elencados *supra* através do critério que se chamará de perspetiva vertical. Antecipando o que será descrito no capítulo 1, com perspetiva vertical entende-se o estudo de cada um dos casos analisados tomado singularmente, para estabelecer os elementos principais em torno das razões que levaram à instituição de um Estado-Maior naquele país, da evolução deste órgão militar e de os demais elementos que caracterizam esta Instituição militar e o trabalho que realizava. A ordem de análise dos quatro *case studies* corresponde à ordem de surgimento dos Estados-Maiores, sendo por conseguinte Prússia-Alemanha, França, Reino Unido e Portugal. A perspetiva vertical abordada nos quatro capítulos, finalmente, visará encontrar os elementos mais caracterizantes do objeto de estudo para os cruzar nas conclusões, na que virá a ser chamada de perspetiva horizontal. O objetivo desta perspetiva é de cruzar os resultados da análise dos quatro casos investigados assim que, estabelecidos os elementos principais dos Estados-Maiores, possa-se chegar a formular uma definição que respeite o princípio de “elegância” que virá a ser descrito nas Conclusões.

CAPÍTULO I – ESTADO DA ARTE; PRINCÍPIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.

1. A HISTORIOGRAFIA MILITAR: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO.

Abordar o tema dos Estados-Maiores ou, mais em geral, abordar a história das Instituições Militares, implica enfrentar uma série de problemas de natureza epistemológica que influenciam de forma marcada a investigação relativa a esta Instituição e a formação de uma bibliografia acerca deste tema. Deste modo, antes de analisar o Estado da Arte e os princípios teórico-metodológicos relativos à Instituição do Estado-Maior, será necessário avançar com algumas ideias acerca da evolução da disciplina historiográfica em geral, e a de âmbito militar em particular, sendo isto o contexto historiográfico dentro do qual se pode colocar o surgimento e a evolução da Instituição militar aqui analisada.

Cum grano salis pode-se colocar o ponto de partida desta breve análise acerca da evolução da historiografia na figura de Leopold von Ranke, historiador prussiano do século XIX. Assumindo que a disciplina histórica, ou seja, *sensu lato* o recontar de acontecimentos passados, tinha surgido com o autor grego antigo Heródoto, o percurso que induziu na historiografia uma evolução em sentido científico começou graças ao trabalho e à sistematização teórica realizada por Ranke. O historiador prussiano, como refere no preâmbulo à primeira edição da sua obra *Geschichten der romanischen und germanischen Völker* (Histórias dos Povos romano e germânico), reconstruiu a investigação e a narração historiográfica sobre alicerces renovados, sistematizando-os num quadro que marca uma substancial diferença para com a tradição anterior. Nas palavras do historiador,

Man hat der Historie das Amt, die Vergangenheit zu richten, die Mitwelt zum Nutzen zukünftiger Jahre zu belehren, beigemessen: so hoher Aemter unterwindet sich gegenwärtiger Versuch nicht: er will blos zeigen, wie es eigentlich gewesen.¹

¹ “Atribuiu-se à história a função de avaliar o passado para instruir os contemporâneos em prol das épocas futuras: a tal função não aponta a presente obra: esta quer somente mostrar como simplesmente aconteceu”. Ranke, Leopold von, *Vorrede zur ersten Ausgabe. Oktober 1824*, em *Geschichten der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1514*, Lúpsia, Duncker & Humblot, 1885, pg. VII. Não é esta a sede para aprofundar os problemas relativos à vertente teórica da historiografia rankeana, ao conceito rankeano – ou originalmente associado ao historiador alemão – da *Weltgeschichte*, aos seus objetivos e finalidades e sobretudo aos meios que os historiadores deverão utilizar na investigação e na escrita histórica; todavia é necessário assinalar acerca deste autor e do seu pensamento: o artigo de Boldt, Andreas, *Ranke: Objectivity and History*, *Rethinking History*, vol. 18, IV, pgs. 457-474, é de relevo pois se propõe de reler a perspetiva historiográfica rankeana à luz da evolução da teoria historiográfica na sua evolução até aos nossos dias; Daddow, Oliver J., *Still No Philosophy Please, We're Historians*, *Rethinking History*, vol. 9, IV, 2005, pgs. 491-495; é de interesse a coletânea editada por Iggers, George G., e Powell, James M. (eds.), *Leopold von Ranke and the Shaping of the Historical Discipline*, Syracuse, Syracuse University Press, 1990; o artigo de Iggers, George G., *The image of Ranke in American and German historical thought*, *History and Theory*, vol. 2, I, 1962, pgs. 17-40, no qual se analisa as diferentes consequências da perspetiva rankeana nos Estados Unidos e na Europa; o artigo de Krieger,

Todavia, é necessário assinalar como, apesar da flagrante inovação teórico-metodológica de Ranke, o papel desempenhado pela história militar dentro da disciplina historiográfica não mudou de maneira substancial, mantendo uma posição de primazia que virá a ser posta em dúvida somente com a proposta historiográfica formulada já no século XX pela revista francesa e escola historiográfica dos *Annales*. As razões pelas quais a história militar sempre manteve uma posição de superioridade em comparação com as outras vertentes historiográficas² são várias: pode-se referir que, em primeiro lugar, a disciplina histórica até meados do século XIX produzia sobretudo uma história com intenções apologéticas e estreitamente ligada à vida dos grandes chefes político-militares ou religiosos do passado, história na qual os eventos bélicos eram considerados *cum grano salis* o motor da história, sendo estes o âmbito preferencial da ação das personalidades políticas citadas *supra*; em segundo lugar, pode-se afirmar que para além dos factos militares ligados às personalidades proeminentes do passado, a história era essencialmente uma disciplina narrativa ligada à evolução política de um país – para além do facto que antigamente um país era visto como uma extensão sócio-territorial da sua chefia, fosse essa o rei, o chefe militar ou as camadas sociais superiores –; neste sentido, a ligação entre a história em termos gerais e a história militar, entendida como a narração dos factos militares que induziram e impulsionaram as mudanças políticas, aparece clara. Em conclusão, é necessário situar a história militar dentro da missão didascálica reservada à história já na antiguidade, seguindo o adágio ciceroniano *historia magistra vitae*³, referido e criticado outrossim por Ranke na prefácio às *Geschichten der romanischen und germanischen Völker* citada *supra*; não só a história militar era veículo de conhecimentos técnicos de natureza militar, mas sendo também ligada à história política e aos relatos sobre as personalidades políticas principais era um meio para o mantimento e a divulgação dos “bom exemplos” do passado em prol do enriquecimento cultural, político e militar das gerações futuras dos governantes.

Leonard, *Elements of Early Historicism: Experience, Theory, and History in Ranke*, History and Theory, vol. 14, IV, 1975, pgs. 1-14; veja-se outrossim Muir, Edward, *Leopold von Ranke, His Library, and the Shaping of Historical Evidence*, Syracuse University Library Associates Courier, vol. 22, I, 1987, pgs. 3-10.

² É necessário sublinhar como é difícil sustentar que a disciplina historiográfica se pudesse dividir em diversos âmbitos de estudo antes do século XIX e sobretudo antes do século XX; a divisão da historiografia em vertentes temáticas pode ter começo, *cum grano salis*, com o materialismo histórico proposto por Karl Marx e ampliado pelos seus seguidores e com as propostas teóricas avançada pela *Ecole des Annales*. Ademais, a abordagem proposta na segunda metade do século XIX por Jakob Burckhardt, chamada *Kulturgeschichte*, *id est*, história cultural, muitas vezes associada antipodicamente à *Weltgeschichte* ou história política de Ranke, não se pode considerar como uma vertente específica da disciplina historiográfica sendo simplesmente uma perspectiva teórica relativa ao estudo da história no seu complexo. Veja-se, a este respeito, Gilbert, Felix, *History: Politics or Culture? Reflections on Ranke and Burckhardt*, Princeton, Princeton University Press, 1990.

³ O ditado completo é *Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis*, ou seja, “Em verdade a história [é] testemunha dos tempo, luz da verdade, vida da memória, mestra de vida, anunciadora da antiguidade”. Tradução minha. Marcus Tullius Cicero, *De Oratore*, II, 9, 36. É opinião de quem escreve que citar Orácio é necessário para mostrar como o objetivo do ensino da história foi sempre – até pelo menos ao século XX – um dos meios principais para o ensino do “bom exemplo” ou das virtudes, sobretudo porque foi crença maioritária até pelo menos ao século XVIII que quanto mais se recuasse cronologicamente tanto mais a humanidade fosse melhor, tal que a história era o meio preferencial para se relacionar com aquela idade de ouro; a perspectiva rankeana, como foi descrito, tentou ultrapassar esta perspectiva, e *cum grano salis* pode-se colocar esta tentativa no *frame* cultural positivista que dominou o período no qual Ranke escreveu.

O primeiro exemplo de relevo da historiografia militar renovada pelas propostas rankeanas que pode ser considerado o primeiro passo na direção de uma história militar científica e não apologética é, sem dúvida, a *Geschichte der Kriegskunst im Rahmen der politischen Geschichte* (História da Arte da Guerra no âmbito da História Política) de Hans Delbrück⁴. A obra de Delbrück e o ideal historiográfico do autor alemão apresentam elementos autenticamente inovadores, aos quais vale a pena prestar atenção. É importante frisar como a análise do historiador alemão não se concentra exclusivamente – ou melhor, não se reduz – à descrição de factos militares pontuais, como guerras ou batalhas, apesar destes âmbitos ocuparem a maior parte da obra, mas oferece uma visão mais articulada do fenómeno militar, colocando-o em relação com as dinâmicas político-culturais dos povos e nações considerados. Os capítulos dos quatro tomos da *Geschichte der Kriegskunst* seguem, de facto, uma estrutura recorrente, salvo poucas exceções: por cada povo ou nação considerada, o historiador alemão começa com uma descrição do âmbito sócio-político e económico daquele povo, passando depois às estruturas militares e às peculiaridades da nação tomada em consideração e, por fim, descrevendo as batalhas e as guerras nas quais o povo alvo da investigação interveio. Por conseguinte, pode-se sustentar que a principal inovação proposta por Delbrück é a tentativa de associação das dinâmicas militares às dinâmicas sociais, económicas e culturais de uma nação. De facto, esta interdisciplinaridade é prodrómica da atenção que a *Ecole des Annales* irá colocar nas relações e confrontos entre as diversas vertentes das ciências humanas e sociais, como virá a ser descrito melhor *ultra*. Um outro elemento de relevo na obra de Delbrück é a atenção para com as fontes; de facto, a contínua comparação entre as fontes primárias – sobre as batalhas analisadas sobretudo – assume uma continuidade com os princípios metodológicos rankeanos, constitui uma inovação importante na investigação histórico militar e contribuiu para problematizar alguns dados militares consolidados – como, por exemplo, o número das tropas durante as batalhas, que na historiografia tradicional pré-rankeana muitas vezes acabava por ser modificado para oferecer maior “glória” aos vencedores – assim como para abrir percursos de debates em torno da evolução militar. Tendo em consideração as características e perspetivas da *Ecole des Annales* e a contribuição que esta comunidade de historiadores deu à disciplina historiográfica, elementos que virão a ser descritos *ultra*, pode-se dizer, *cum grano salis*, que a *Geschichte* de Delbrück constitui um modelo historiográfico destinado a aparecer novamente depois do contemporâneo declínio da perspetiva militar da história operado pelos *Annalistes*.

O surgimento da *Ecole des Annales* e a difusão das suas propostas teóricas em âmbito historiográfico podem ser considerados um ponto dirimente na evolução da história militar. Por um lado, a emergência dos *Annales* pode ser julgada como uma evolução fundamental no caminho de cientificação da disciplina histórica, tendo as diversas gerações dos *Annalistes* frisado aspetos autenticamente inovadores no que diz respeito ao panorama historiográfico daquela época como, entre

⁴ Delbrück, Hans, *Geschichte der Kriegskunst im Rahmen der politischen Geschichte*, Berlin, Georg Stilke Verlag, 1920-1923, obra completa disponível em <http://www.zeno.org/nid/20002734400>.

os outros, a pesquisa e interpretação de conjuntos documentários dantes reputados marginais ou até não considerados, a estruturação de novas vertentes de investigação histórica como a história social e a história económica – esta última herança direta mas disideologizada das sugestões marxistas – e a inovação de um ponto de vista metodológico através da importância dada à perspectiva de longo e longíssimo prazo e a introdução e sistematização da história quantitativa como ferramenta para a investigação histórica –. Por outro lado, a perspectiva teórica dos *Annalistes* afasta a narrativa dos eventos históricos pontuais e, como direta consequência, a história política e sobretudo militar não somente da primazia académica que detinham anteriormente, mas também as reduz a corolários de escassa importância de vertentes historiográficas consideradas mais relevantes⁵.

Neste respeito as palavras proferidas por Georges Duby na sua obra *La dimanche de Bouvines* podem ser consideradas como um autêntico manifesto dos ideais historiográficos dos *Annalistes*, pois o historiador francês esclarece que a história da *Ecole des Annales*

[...] rejetait sur les marges l'événementiel, répugnait au récit, s'attachait au contraire à poser, à résoudre des problèmes et, négligeant les trépidations de surface, entendait observer dans la longue et la moyenne durée, l'évolution de l'économie, de la société, de la civilisation.⁶

⁵ É muito difícil resumir em poucas linhas a complexidade e a profundidade das inovações aduzidas pelos *Annalistes* e as consequências que determinaram na evolução dos estudos de história militar; ademais as diferenças entre as diversas gerações dos *Annalistes* complicam qualquer tentativa de síntese dos caracteres desta escola historiográfica. Convencionalmente os *Annales* são divididos em quatro gerações diferentes de historiadores, cada uma caracterizada por uma perspectiva teórico-historiográfica específica, sendo a primeira definida pelo afastamento dos cânones tradicionais político-militares da história e a rejeição do *événementiel* e portanto definida história-total ou história-problema; a segunda geração caracteriza-se pelo maior interesse para com a história económica e pela recuperação da dimensão histórica do evento pontual, sobretudo graças ao trabalho de George Duby (veja-se *ultra*); a terceira geração é dominada por uma perspectiva de história cultural e das mentalidades ligada à *Nouvelle Histoire*; a quarta geração, que criticou a redução da investigação dos *Annales* à história das mentalidades e das estruturas sociais. Uma perspectiva interessante da evolução das gerações da *Ecole des Annales* e das influências que contribuíram à evolução desta escola historiográfica é apresentada em Burguière, André, *The Annales School, An Intellectual History*, Ithaca, Cornell University Press, 2009, sobretudo a parte dedicada à fundação da *Ecole* titulada *Foundations*, pgs. 13-75; veja-se também a recensão desta obra de Paret, Peter, *The Annales School and the History of War*, *The Journal of Military History*, 2009, vol. 73, IV, pgs. 1289-1294, na qual o autor americano aponta para as fraquezas das perspectivas da historiografia militar tradicional assim como algumas críticas levantadas por historiadores ligados à revista dos *Annales*, tentando encontrar uma síntese das sugestões mais fecundas para actualizar a investigação histórico-militar sobretudo de âmbito americano. Sobre as perspectivas gerais da *Ecole des Annales*, veja-se Bourdè, Guy e Hervé, Martin, *Les écoles historiques*, Paris, Editions du Seuil, 1983, pgs. 171-226; Guriévitch, Aaron, *A síntese histórica e a Escola dos Anais*, São Paulo, Perspectiva, 2003.

⁶ Duby, Georges, *La dimanche de Bouvines, 27 juillet 1214*, Paris, Gallimard, 1973, pg. 8. Seja tido em consideração que não existe um verdadeiro “manifesto” historiográfico da *Ecole des Annales* – ou pelo menos, um manifesto reconhecido como tal – e que as diferenças entre as gerações dos historiadores *annalistes* são radicais (veja-se *supra*); para citar um caso emblemático, considere-se a perspectiva historiográfica de Marc Bloch, historiador que contribuiu à fundação da revista dos *Annales* com Lucien Febvre em 1929 e pertencente à primeira geração dos *Annalistes*. Vê-se, neste respeito, nas obras do historiador francês um afastamento quase total dos eventos bélicos e da história militar, caracterizante toda a primeira geração dos *Annalistes* até pelo menos a Georges Duby. Veja-se a coletânea de escritos de Marc Bloch recolhidos por seu filho: Bloch, Etienne, *Histoire et historiens par Marc Bloch*, Paris, Armand Colin, 1995; Bloch, Marc, *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, Paris, Colin, 1974; Guriévitch, Aaron, obra citada, pgs. 39-84.

A perspectiva de Duby revela-se particularmente interessante em relação à história militar pois o historiador francês opera uma modificação muito importante na perspectiva historiográfica em comparação com as diretrizes precedentes formuladas por Bloch e Lefebvre resumidas *supra*. De facto, Georges Duby volta a considerar nas suas obras o âmbito militar da história com um interesse renovado expresso em duas vertentes: em primeiro lugar, o tema militar volta a ter legitimidade dentro da investigação historiográfica, pelo que pode ganhar novamente o protagonismo ou primazia, pelo menos contextual, numa obra; em segundo lugar, o tema histórico não é aqui abordado através de um cânone teórico-metodológico que se refere à historiografia tradicional antecedente ao surgimento da *Ecole des Annales* mas tendo em consideração o avançamento de perspectiva teórica produzido pelos *Annalistes*, sobretudo tendo em consideração o que diz respeito às dinâmicas das classes sociais, às tradições nelas consolidadas e sobretudo às suas mentalidades⁷. Ademais, um elemento extremamente relevante relativo a historiografia dubyana é o ressurgimento do valor histórico do *événementiel*, ou seja, dos eventos pontuais que constelam o devir histórico e que, segundo a perspectiva dos *Annalistes* da primeira geração, não tinha dignidade para fazer parte da narrativa historiográfica da nova história dos *Annales*⁸. A perspectiva de Duby não aponta, como foi dito, para uma recuperação dos cânones teórico-metodológicos antecedentes à revolução dos *Annales*, perspectiva claramente paradoxal se comparada com o “manifesto” analista expresso pelo mesmo autor em *La dimanche de Bouvines*, mas antes para uma reconsideração do elemento pontual, do evento singular em si, à luz das dinâmicas de longa duração que determinaram o desencadeamento do evento e que conduziram ao evento, mesmo modificadas pelos acontecimentos. Neste sentido, a obra *La dimanche de Bouvines* descreve, a partir do evento da batalha de 27 de julho de 1214, considerado como acme da narração histórica, evoluções sociais e políticas que cobrem, em várias medidas, um período de vários séculos com as últimas

⁷ Neste respeito a obra de Duby *La dimanche de Bouvines* reflecte muito claramente esta nova perspectiva estruturada por Duby. Os elementos principais sobre os quais se debruça a investigação do historiador francês são a batalha de Bouvines em si descrita através da narração feita por Guilherme o Bretão, testemunha direta da batalha e capelão do rei francês Filipe II Augusto; os protagonistas ativos daquela batalha, sobretudo o rei francês e o Imperador Otão IV e os cavaleiros e milicianos deles que combateram na batalha, a interação entre as diversas camadas sociais que se encontram dentro e fora do teatro da batalha e, enfim, o valor da construção do evento histórico, a partir do relato de Guilherme o Bretão até à herança na cultura francesa da batalha. Tendo em conta estes elementos, emerge claramente um pensamento novo da disciplina historiográfica em relação aos eventos militares influenciado profundamente pelas ideias dos *Annalistes*: o ponto de partida da abordagem de Duby é um documento histórico relevante composto durante ou logo a seguir à batalha, por uma pessoa que presenciou a batalha e escreveu um relato para glorificar o vencedor francês; neste respeito já emergem elementos de destaque na perspectiva de Duby e da historiografia orientada para o mundo militar pós-*Annales*: a aderência às fontes e a interpretação delas; a recusa da perspectiva hagiográfica presente no relato de Guilherme o Bretão – paradoxal se se pensar que a obra foi composta para a coleção da editora Gallimard *Trente journées qui ont fait la France* que, apesar do inestimável valor historiográfico, pode oferecer uma leitura parcial dos acontecimentos históricos e acabar por ter uma perspectiva hagiográfico-nacional da história francesa – e a reinterpretção dos factos através do património historiográfico e interpretativo acumulado até ao período em que Duby escreveu a obra.

⁸ O debate acerca da longa e curta duração na análise histórica ainda continua vivo dentro da *Ecole des Annales*: veja-se neste respeito o volume da revista *Annales, Histoire, Sciences Sociales*, 70º ano, II, 2015; sobretudo vejam-se Armitage, David e Guldi, Jo, *Le retour de la longue durée: une perspective anglo-américaine*, *idem*, pgs. 289-318, e Lamouroux, Christian, *Longue durée et profondeurs chronologiques*, *idem*, pgs. 359-365.

consequências – ou seja como aquela batalha pôde influenciar a evolução da sociedade francesa e como contribuiu para construir a narrativa nacional francesa – que se podem encontrar ainda hoje.

É necessário, todavia, ter em conta que a reconsideração da história militar operada por Georges Duby, revista e acrescida pelos avanços teórico-metodológicos da *Ecole des Annales*, não surge antes dos anos 1970, portanto mais de 40 anos depois da fundação da revista dos *Annales*. Contudo, o período antecedente às publicações de Duby não foi uma altura completamente inerte do ponto de vista da historiografia militar; pelo contrário, emergiram novos elementos teóricos que contribuíram a um ulterior afastamento da história militar dos cânones tradicionais, anteriores aos *Annales*, em direção de uma maior profundidade, articulação e solidez científica. Numa altura em que a disciplina historiográfica militar havia recuado do público e da comunidade académica por razões ligadas aos acontecimentos relativos à Segunda Guerra Mundial e à inoportunidade social e cultural no contexto do pós-guerra para abordar o assunto militar, este âmbito de investigação ficou nas margens da comunidade académica e, conseqüentemente, nas mãos das academias militares, que, porém, o abordavam com um olhar mais técnico em prol da educação prática militar.

Foram pelo menos duas as perspetivas que reavivaram o debate em torno das questões militares. A primeira perspetiva aqui considerada que irrompeu no âmbito da investigação sobre a história militar anterior às inovações dubyanas foi a do historiador inglês Michael Roberts resumida no termo *Military Revolution*. Na aula inaugural que Roberts deu no *Queen's College of Belfast* no dia 21 de janeiro de 1955, reelaborada no ano seguinte num artigo titulado *Military Revolution: 1560-1660* e compilada numa coletânea de artigos relativos à história da Suécia na Idade Moderna⁹, o historiador inglês apresentou a sua proposta teórica para a interpretação de um período crucial da história moderna: sem entrar nos detalhes da proposta robertsiana, a *Military Revolution* pode ser definida como um período em que, por causa de inovações definidas revolucionárias, o *modus bellandi* europeu mudou completamente as suas características evoluindo de um conjunto de paradigmas para outro¹⁰ e, nas palavras de Roberts, induziu mudanças radicais no devir da história europeia¹¹. A proposta de Michael Roberts é particularmente interessante por duas razões: em primeiro lugar a tese do historiador

⁹ Roberts, Michael, *Essays in Swedish History*, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1967. O texto do artigo encontra-se em Roberts, Clifford J. (ed.), *The Military Revolution Debate, Readings on the Military Transformation of Early Modern Europe*, Boulder, Westview Press, 1995, pgs. 13-35.

¹⁰ A *Military Revolution* robertsiana baseia-se sobre quatro elementos fundacionais: o primeiro é a *Revolution in tactics*, pela qual a composição dos exércitos mudou em prol de uma mais maciça presença de atiradores – quer com armas a impulsão mecânica como arcos e bestas, quer com armas de fogo – que obrigou a rever o papel tático das unidades e que contribuiu à redefinição militar e também social da cavalaria; da *Revolution in tactics* conseguem os outros três elementos, *id est*, a *Revolution in strategy*, ou seja a ampliação das perspetivas estratégicas, quer de um ponto de vista político quer de um ponto de vista propriamente militar e a implementação de medidas institucionais, organizativas e prático-logísticas para a estruturação e a manutenção dos exércitos tão em paz quanto em guerra; a *Revolution in size*, ou seja o crescimento numérico radical dos exércitos e enfim o quarto elemento para que se pudesse sustentar um esforço militar acrescido por causa da *Revolution in strategy*; e a *Revolution in impact*, ou seja o aumento das conseqüências, diretas e indiretas, que a guerra produziu na sociedade civil. A proposta robertsiana considera que o contexto no qual a Revolução Militar se pôde reificar foi Suécia entre 1560 e 1660, no “século de ouro” da Suécia dos Vasa.

¹¹ Rogers, Clifford J., *The Military Revolution Debate*, obra citada, pg. 13.

britânico emerge como primeira proposta de carácter teórico sobre a história militar formulada desde a cientifização da disciplina historiográfica; em segundo lugar a proposta robertsiana pretende investigar o mundo militar, ou pelo menos um mundo militar muito específico, ou seja, o europeu durante a Idade Moderna. O autor centra o seu âmbito de interesse não somente nas dinâmicas militares, que, todavia, mantêm a primazia entre os alicerces da proposta historiográfica, mas ampliando o campo de investigação aos atores não militares – as classes sociais, as instituições políticas, a sociedade civil e a população em termos gerais – dando desta forma a certeza da receção das sugestões teóricas da *Ecole des Annales* por parte do autor. É outrossim interessante notar como esta proposta historiográfica não proveio de um historiador militar, mas de um historiador especializado na história da Suécia na Idade Moderna que só tangencialmente na sua carreira abordou o tema militar. Este elemento explica bem as condições da disciplina histórico-militar cinco lustros depois do aparecimento da revista dos *Annales* e logo depois da Segunda Guerra Mundial, uma disciplina considerada marginal ou, na hipótese melhor, complementar no que diz respeito à historiografia corrente naquela altura por razões sócio-culturais devidas à Segunda Guerra Mundial, como referido *supra*, e por razões de natureza teórico-metodológicas coincidentes com a emergência da *Ecole des Annales*. Não obstante a marginalidade da história militar em âmbito académico, a tentativa de síntese operada por Michael Roberts pode ser vista como um momento dirimente na evolução da história militar, pois fomentou um debate sobre a história militar que fazia falta desde a imposição dos cânones historiográficos que se impuseram através da *Ecole des Annales*.

Nas palavras de Clifford Rogers a proposta robertsiana teve um êxito tal em âmbito historiográfico que não foi de facto alvo de críticas ou revisões por um período de duas décadas¹², como testemunha o facto desta proposta ter sido reelaborada pelo mesmo Michael Roberts em artigo um ano depois da sua apresentação e sobretudo de ter sido incluída numa coletânea de artigos – ademais sobre a história sueca e não sobre a história militar – sem revisões relevantes doze anos depois da sua formulação; a primeira abordagem crítica, de facto, foi avançada por Geoffrey Parker num artigo titulado *The 'Military Revolution, 1560-1660, - A Myth?* o qual, *cum grano salis*, pode ser considerado o capítulo inaugural do debate acerca da proposta teórica robertsiana¹³. Pode-se sustentar a este respeito que a receção e a crítica da tese robertsiana foram dois dos elementos que contribuíram para a emancipação e para a retoma de legitimidade do segmento militar da história, abrindo o debate que permitiu à disciplina de emergir da marginalidade em que foi posta pelos *Annalistas* da primeira geração.

Os anos 1970 foram, de facto, um período muito fecundo em relação à evolução do âmbito militar da disciplina historiográfica e do debate acerca dos alicerces teóricos necessários para sustentar a

¹² *Idem*, pgs. 1-10.

¹³ Parker, Geoffrey, *The "Military Revolution", 1560-1660 – A Myth?*, *The Journal of Modern History*, vol. 48, II, 1976, pgs. 195-214. O texto do artigo encontra-se em Rogers, Clifford J., *The Military Revolution Debate*, obra citada, pgs. 37-54. O mesmo Parker sustenta no seu artigo que “[Michael Roberts'] conclusions, as far as I know, have never been questioned or measured against the new evidence which has come to light in the twenty years or so which have elapsed since he wrote”. *Idem*, pg. 37.

emancipação e a legitimidade deste âmbito historiográfico. Nesta década, a proposta robertsiana veio a ser abordada e criticada desencadeando um debate que é ainda ativo e vivaz passadas quase cinco décadas. A primeira abordagem crítica à proposta de Michael Roberts, como referido *supra*, foi estruturada pelo historiador britânico Geoffrey Parker; a crítica parkeriana é uma crítica abrangente e detalhada da hipótese robertsiana, que parte de pressupostos diferentes – Parker é em primeiro lugar um historiador da Espanha habsbúrgica e salienta mais as dinâmicas militares das guerras italianas e o papel desempenhado pelas fortificações surgidas na Itália durante as guerras italianas às quais se refere com o nome *Trace Italienne* – e chega a conclusões também elas diferentes – sobretudo de natureza cronológica – sem todavia negar a existência da *Military Revolution* mas reformulando-a¹⁴.

O debate assim aberto teve consequências importantes do ponto de vista da evolução interna da disciplina histórico-militar. O debate surgido no âmbito restrito da *Military Revolution* contribuiu principalmente para a estruturação interna de uma história militar realmente renovada que tivesse em conta os avanços teóricos e metodológicos encontrados na historiografia *sensu lato* e que tinham atingido só tangencialmente o âmbito militar. Resumindo, pode-se sustentar que a partir da intuição de Roberts, que via entre os séculos XVI e XVII uma mudança radical dos paradigmas militares, *in primis* suecos e neerlandeses e *in secundis* europeus, caracterizados por aspetos mais específicos quer de natureza militar quer de natureza não militar, um conjunto cada vez mais amplo de historiadores abordou e criticou esta perspectiva acrescentando-a com outras ideias e sugestões que contribuíram, na prática, para ampliar a perspectiva geral não só da *Military Revolution* mas da história militar em termos gerais. Sem dúvida o debate em torno da *Military Revolution* contribuiu para a definição de aspetos relativos à história militar que constituíram um avanço importante neste âmbito de investigação, como a estruturação do conceito de instituições militares, no qual se incluem os Estados-Maiores militares, a categoria de cultura militar, *id est*, o conjunto de aspetos dentro de uma sociedade relativos ao como o mundo militar é pensado ou vivido e como um corpo social – civil ou militar, indiferentemente – se relaciona com ele. É também o caso das categorias de cultura estratégica, ou seja como uma sociedade, essencialmente resumida nos seus âmbitos político e militares mas também civil a nível de estado-nação, pensa e especula nas dinâmicas militares a nível estratégico e contribui ao estabelecimento de paradigmas militares nacionais¹⁵; ademais, a perspectiva robertsiana abordou de

¹⁴ Nas palavras de Parker, “*Hitherto unchallenged, even this extended examination has failed to dent the basic thesis [of Michael Robert’s ‘Military Revolution’]: the scale of warfare in early modern Europe was revolutionized, and this had important and wide-ranging consequences*”. *Idem*, pg. 49.

¹⁵ Existem poucas obras de síntese sobre a cultura militar de um ponto de vista teórico, sendo a maioria estudos específicos em torno de um contexto nacional, mormente sobre os Estados Unidos; porém é útil citar Britt, Thomas W.; Adler, Amy B.; Castro, Carl A. (eds.), *Military Life: The Psychology of Serving in Peace and Combat, Vol. 4: Military Culture*, Westport, Greenwood, 2006; a perspectiva contida em Hanson, Victor D., *The Western Way of War: Infantry Battles in Ancient Greece*, Berkeley, University of California Press, 2009 é interessante pois põe os alicerces da cultura militar europeia na tradição opolítica grega; Katzenstein, Mary Fainsod, e Reppy, Judith (eds.), *Beyond Zero Tolerance: Discrimination in Military Culture*, Lanham, Rowman & Littlefield, 1999; apesar de haver sido publicada nos anos ’30 do século passado, a obra de Liddel-Hart, Basil H., *The British Way in Warfare*, Londres, Faber&Faber, 1932, continua ser uma obra de referência para a compreensão e estudo da cultura militar; é particularmente interessante a abordagem de Keegan, John, *Uma*

forma mais articulada as interações entre o mundo militar e o mundo civil em geral e político em particular, ampliando a visão de um âmbito militar não fechado em si mas órgão dentro um sistema mais articulado como, de facto, já Clausewitz havia sentenciado no seu *Vom Krieg* e Duby havia avançado de forma pioneira nas suas obras de carácter mais militar. Para além da necessidade dos historiadores que participaram neste debate de definir um conjunto de elementos comuns para estruturar o debate, *id est*, definir o que são as instituições militares, como interagem os militares com o resto da sociedade e quais são os pontos de contacto entre estas duas entidades, quais os papéis desempenhados pela tecnologia, pela política e pela sociedade civil em termos gerais entre os outros, a força motriz que orientou o debate sobre a *Military Revolution* robertsiana pode ser considerada, em

história da guerra, Lisboa, Tinta-da-China, 2006, sobretudo pgs. 505 e seguintes, que define a cultura militar ocidental através de três elementos: o elemento moral, específico da tradição grega antiga; o elemento intelectual, assimilado pelos europeus da tradição asiático-islâmica; e o elemento tecnológico, de origem moderno-ocidental; artigos de relevo sobre a cultura militar são: Dunivin, Karen O., *Military Culture: Change and Continuity*, *Armed Force and Society*, vol. 20, IV, 1994, pgs. 531-547, sobretudo a parte teórica inicial e a caracterização do paradigma militar cultural americano como CMW, *id est*, *combat, masculine-warrior*; Hall, Lynn K., *The Importance of Understanding Military Culture*, *The Social Work in Health Care*, vol. 50, II, 2011, pgs. 4-18, artigo que trata mormente do contexto dos Estados Unidos mas que também sugere perspetivas interessantes ligadas à cultura de adesão ao mundo militar através do recrutamento, veja-se sobretudo *idem*, pg. 5-8; em King, Anthony, *Towards a European Military Culture?*, *Defence Studies*, vol. 6, III, 2006, pgs. 257-277, fala-se das diversas tradições cultural-militares na Europa e a oportunidade do desenvolvimento de uma conceção de cultura militar compartilhada; particularmente interessante é o artigo de Kitzen, Martijn, *Western Military Culture and Counterinsurgency: an ambiguous reality*, *Scientia Militaria – South African Journal of Military Studies*, vol. 40, I, 2012, no qual vem a ser apresentada a seguinte definição de *military culture* e a razão de ser da cultura no âmbito militar: “*The study of culture as a determinant of the nature of warfare explains differences between armies in their approach to common problems battle has brought them. Military culture is about how armies think about themselves and about the conceptions of war and combat within a military*”, *idem*, pg. 3 e seguintes; Warren, James, *Small Wars and Military Culture*, *Society*, vol. 36, VI, 1999, pgs. 56-61. A mesma premissa feita *supra* para o conceito de cultura militar pode ser avançada para o conceito de cultura estratégica: a natureza ontológica de cultura estratégica vincula este conceito a uma dimensão nacional ou até estatal – somente depois da Segunda Guerra Mundial se poderá falar em termos de blocos – e com certeza a uma dimensão mais prática do que a cultura militar; sobre a *strategic culture* vejam-se as obras de Sondhaus, Lawrence, *Strategic Culture and Ways of War*, Londres, Routledge, 2006, muito importante pois não somente propõe um Estado da Arte em torno do conceito de cultura estratégica mas porque também correlaciona de forma mais profunda a questão cultural com as dinâmicas estratégicas e a *ars bellandi*, e Snyder, Jack, *The Soviet Strategic Culture: Implications for Limited Nuclear Operations*, Santa Monica, Rand, 1977, obra no qual aparece a primeira definição de *strategic culture* que virá a ser retomada por Johnston e Freuding (veja-se *infra*) e que de facto é ainda a definição de referência no âmbito dos estudos em torno das ligações entre a atividade militar e as dinâmicas culturais, definição que sustenta que a *strategic culture* é “*the sum of total ideals, conditional emotional responses, and patterns of habitual behavior that members of national strategic community have acquired through instruction or imitation and share with each other*”. No que diz respeito aos artigos sobre o tema, vejam-se: Bloomfield, Alan, *Time to Move On: Reconceptualizing the Strategic Culture Debate*, *Contemporary Security Policy*, vol. 33, III, 2012, pgs. 437-461; Freuding, Christian, *Organising for war: Strategic Culture and the Organisation of High Command in Britain and Germany, 1850-1945: A Comparative Perspective*, *Defence Studies*, vol. 10, III, 2010, pgs. 431-460, artigo extremamente importante pois considera o conceito de cultura estratégica como ferramenta (*analytic tool*, *idem*, pg. 432) indispensável para o estudo da história militar acolhendo assim a proposta formulada por Snyder (veja-se *supra*), oferece uma perspetiva que liga a cultura estratégica à formação dos Altos Comandos militares e acaba por desenvolver esta perspetiva analisando de forma comparada a construção dos *High Commands* na Alemanha e no Reino Unido e proporciona uma ampla bibliografia relativa à cultura estratégica, bibliografia para a qual se remete; Johnston, Alastair I., *Thinking about Strategic Culture*, *International Security*, vol. 19, IV, 1995, pgs. 32-64, no qual se faz uma breve exegese do conceito, a sua evolução e os limites nos estudos que o abordam e sobretudo vejam-se as referências bibliográficas aí citadas; o artigo de Smith, Stephen B., *The Geographic Origins of Strategic Culture*, *Khazar Journal of Humanities and Social Sciences*, vol. 14, IV, 2012, pgs. 41-54, é de relevo porque liga de forma clara a geografia e a história como elementos fundacionais da cultura estratégica.

última instância, a ideia da possibilidade de que o mundo militar possa ser alvo de revoluções de tal ordem que os paradigmas militares consolidados de uma sociedade venham a ser radicalmente mudados¹⁶.

A segunda perspectiva relativa à evolução do debate em torno da história militar é a que virá a ser chamada de “keeganiana”. John Keegan, historiador militar inglês, retomando o debate em curso sobre a história militar em geral a partir da perspectiva robertsiana e apontando também aos *Annalistas* e aos princípios fundacionais da sua perspectiva teórica, sustenta na sua obra *The Face of Battle* que se perdeu um elemento importante para a definição das características principais e mais peculiares da história militar. Nesta obra, através de uma rápida análise dos elementos fundacionais e dos objetivos da história militar em sentido diacrónico, incluindo as perspectivas mais antigas – como por exemplo a história militar considerada como estudo da *generalship* e os riscos ligados à bajulação (*sycophancy*) ou veneração do herói (*hero-worship*) – assim como as mais recentes – *id est*, as questões tecnológicas e arquiteturais como momentos dirimentes da evolução da *ars bellandi*, o papel económico, demográfico e institucional na evolução dos paradigmas militares –, Keegan levanta contemporaneamente uma crítica e uma proposta teórica interessantes em prol da reconsideração da peculiaridade da história militar que partem do conceito de ação militar como elemento fundacional do mundo militar e, por conseguinte, como elemento teórico imprescindível da análise historiográfica relativa a este mundo. Nas palavras do historiador inglês

¹⁶ Não é esta a sede para analisar e avaliar de forma detalhada a evolução do conceito de *Military Revolution* até hoje em dia. Porém, é necessário assinalar alguns autores e obras que contribuíram substancialmente à evolução desta hipótese interpretativa, dos seus alicerces teóricos e, conseqüentemente, à evolução do debate teórico-metodológico em torno da história militar em geral. Em primeiro lugar é necessário citar Clifford J. Rogers e o seu artigo *Military Revolutions of the Hundred Years War*, no qual antecipa cronologicamente os elementos mais conotativos da *Military Revolution* e propõe o princípio da *punctuated equilibrium evolution* – princípio retomado da biologia – como força motriz da Revolução Militar, pelo qual não se pode falar em termos como “Revolução”, ao singular, num sentido de unicidade e subitaneidade das mudanças dos paradigmas militares na Idade Média e na Idade Moderna mas de “Revoluções”, ao plural, ou seja de pequenas mudanças pontuais e radicais num contexto de lenta se não escassa evolução dos paradigmas militares no médio e longo prazo: veja-se Rogers, Clifford J., *Military Revolutions of the Hundred Years War*, em Roberts, Clifford J. (ed.), *The Military Revolution Debate*, obra citada, pgs. 55-93; o artigo de Parker, Geoffrey, *In defense of the Military Revolution*, *idem*, pgs. 337-365, é muito útil pois contribui a manter a dimensão do debate abordando algumas das críticas principais à *Military Revolution* na sua variante parkeriana; a proposta de Geoffrey Parker contida no artigo *The “Military Revolution”, 1560-1660 – A Myth?* citado *supra* foi ampliada e melhor contextualizada em Parker, Geoffrey, *The Military Revolution: Military innovation and the rise of the West 1500-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999; é interessante sublinhar como Parker, nesta publicação, põe em relação a Revolução Militar com o conseguimento, por parte das nações europeias, da conquista de um terço do mundo nos três séculos considerados, portanto incluindo de forma mais marcadas as dinâmicas militares europeias ocidentais alvo da *Military Revolution* na emergência da Europa como *dominus* de muitas partes do globo; um autor que desde o princípio foi muito crítico para com a proposta robertsiana e a variante parkeriana foi Jeremy Black: as suas críticas espaciaem das escolhas cronológicas às conceptuais – Black sustenta que o momento mais fecundo em termos de evolução dos paradigmas militares foi compreendido entre os anos 1660-1792 e que as inovações militares *sensu lato* que induziram uma Revolução Militares foram outras, entre as quais a baioneta e a pederneira – oferecendo portanto uma perspectiva temporal, tecnológica e sócio-cultural diferente das de Roberts e Parker: veja-se neste respeito Black, Jeremy, *A Military Revolution? A 1660-1792 Perspective*, em Rogers, Clifford J., *The Military Revolution Debate*, obra citada, pgs. 95-114; do mesmo autor, *Was there a Military Revolution in early modern Europe?*, *History Today*, LVIII, 2008, pgs. 34-41; veja-se também, Duffy, Michael, *The Military Revolution and the State 1500–1800*, University of Exeter Press, 1980.

A acção é essencialmente destrutiva em relação a todos os estudos institucionais; tal como compromete a pureza das doutrinas, também danifica a integridade das estruturas, abala o equilíbrio das relações, interrompe a rede de comunicação que o historiador institucional tenta identificar e, tendo identificado, cristalizar. A guerra [...] é o espinho do historiador da instituição militar. Obriga-o, a ele cujo anseio é generalizar e dissecar, a qualificar e particularizar e, acima de tudo, a combinar a análise com a narrativa – a mais difícil de todas as artes do historiador. Daí a sua preferência, paradoxal, pelo estudo das forças armadas em tempo de paz. E muitos trabalhos desse tipo revelam-se afinal excelentes. Porém, como Michael Howard concluiu no final de uma análise longa, muito diligente e normalmente simpática, «o problema deste tipo de obras é que perdem de vista aquilo para que servem os exércitos». Os exércitos, está implícito nesta observação, servem para combater. A história militar, podemos inferir daqui, tem em última análise de ser acerca da batalha.¹⁷

A ideia, proposta por Keegan, da história como disciplina que considera novamente a legitimidade historiográfica da sua vertente militar e a orientação desta última para as atividades que os aparelhos militares realizam, portanto voltando a ter em conta o *événementielle* recusado pelos *annalistes* da primeira geração, constitui, na opinião de quem escreve, um momento dirimente na evolução da historiografia militar. Deve-se reconhecer, porém, que a perspetiva teórica keeganiana não é comparável com a profundidade das perspetivas dos *Annalistes* e também não constitui um avanço radical da historiografia militar como, por exemplo, as diversas vertentes que emergem no debate em torno da *Military Revolution* indicadas *supra*; poder-se-ia sustentar, todavia, que a sugestão mais importante de Keegan é um retorno a um assunto tão obvio quão necessário para um estudo histórico militar que permaneça aderente à realidade dos eventos e não abstraia demasiado em prol de modelos excessivamente rígidos; enfim, o contributo que o historiador britânico proporcionou nos quase quarenta anos de atividade desempenha um papel fundamental no âmbito dos estudos de história militar¹⁸.

¹⁷ Keegan, John, *O Rosto da Batalha*, Lisboa, Fragmentos, 1987, pg. 22.

¹⁸ Entre as outras obras do mesmo autor, considerado por quem escreve incontornável entre o panorama dos historiadores militares, é necessário assinalar: (em coautoria com Joseph Darracott), *The Nature of War*, New York, Holt, Rinehart and Winston, 1981, tratando-se de uma análise de natureza mais polemológica do que historiográfica; a mesma natureza polemológica pode-se encontrar em *Uma história da guerra*, obra citada, 2006, na qual, para além do que veio a ser citado *supra*, nota 15, emerge a proposta pela qual se sustenta que a natureza profunda do mundo militar não é política como sustentado por Clausewitz mas é de natureza cultural: por conseguinte deriva que o caráter mais íntimo da guerra não é uma derivação política mas um elemento conatural aos seres humanos; é necessário também citar a obra *The Mask of Command*, na qual descreve quatro guias político-militares da história e como estas pessoas conseguiram moldar épocas inteiras por causa das suas escolhas em âmbito militar; este texto é interessante pois consegue oferecer um ponto de vista que, de facto, a *Ecole des Annales* contribuiu demolir, *id est*, repropõe o valor da ação individual e das escolhas dos guias

A última perspetiva de historiografia militar que virá a ser abordada aqui é a *Revolution in Military Affairs* (doravante abreviado em RMA). A RMA pode ser considerada uma evolução ulterior da *Military Revolution* pois nesta perspetiva assume-se que em períodos específicos da história da humanidade houve evoluções em primeiro lugar tecnológicas que induziram uma revolução no mundo militar *sensu stricto* e, por consequência, nas dinâmicas entre sociedade civil e mundo militar¹⁹. Apesar das semelhanças claras com a teoria da *Military Revolution*, a RMA apresenta características de natureza muito diferente em comparação com as outras perspetivas da historiografia militar. Em primeiro lugar, é necessário frisar o facto de que a RMA não foi formulada por historiadores e académicos, mas surgiu como proposta interpretativa das mudanças militares no próprio âmbito militar, mais especificamente nas inteligências militares soviética principalmente e americana secundariamente a partir dos anos '70 do século XX. Tendo portanto a RMA uma génese mais militar do que académica, os pontos de maior interesse que esta perspetiva historiográfica levanta acabam por ser contemporaneamente antipódicos, por um lado, e em continuidade, por outro, em relação às vertentes de investigação em torno da história militar que vieram a ser propostas pelos *Annalists*, por Roberts e os participantes ao debate acerca da *Military Revolution* e todos os que contribuíram à estruturação do âmbito de investigação chamado de *War and Society*.

Os elementos chaves que a RMA considera fundamentais nas dinâmicas da evolução militar são, principalmente, os tecnológicos: o surgimento desta perspetiva interpretativa nasce da consideração de que os desenvolvimentos tecnológicos dos armamentos nos anos a seguir à Segunda Guerra Mundial foram de tal forma relevantes que, por si, induziram modificações a todos os níveis dos aparelhos militares, a partir das táticas e estratégias até aos recursos materiais e humanos alocados. Entre os outros elementos que induziram a RMA é necessário citar a bomba atómica e os mísseis, os armamentos em *remote control* como os *drones* e, para além dos sistemas de armamentos, as medidas de *intelligence* em âmbito de guerras assimétricas²⁰. O foco nas evoluções tecnológicas representa, de

políticos como uma das possíveis forças motrizes do devir histórico – e não só militar – para além dos processos no médio e longo prazo: veja-se Keegan, John, *La maschera del comando*, Milão, Saggiatore, 2006.

¹⁹ Uma definição mais específica da RMA foi formulada por Ruiz Palmer, Diego A., *The NATO-Warsaw Pact competition in the 1970s and 1980s: a revolution in military affairs in the making or the end of a strategic age?*, *Cold War History*, vol. 14, IV, 2014, pgs. 533-573, que afirma: “*The concept of Revolutions in Military Affairs, in its fullest meaning, was set out in the landmark memorandum prepared by the US Department of Defense’s Office of Net Assessment (ONA) in 1992. In its wake, it has become widely accepted that a genuine RMA should include four interdependent components: (i) technological change; (ii) military systems evolution, as an application of the latter; (iii) operational innovation; and (iv) organisational adaptation, the latter two being the enabling components for battlefield impact and success. Dima Adamsky has included the ‘vision of future war’ as the RMA’s necessary propelling force*”, em *idem*, pg. 537 e notas relativas. Emerge claramente nesta definição a raiz tecnológica da RMA complementada pelo princípio da especulação militar sugerida por Adamsky.

²⁰ Um artigo interessante que oferece uma perspetiva em torno do surgimento, estrutura e evolução da RMA e a sua ligação com os sistemas de armamento e sobretudo com as armas de destruição maciça também em perspetiva comparada é Patrick M. Morgan, *The impact of the revolution in military affairs*, *Journal of Strategic Studies*, vol. 23, I, pgs. 132-162. No que diz respeito à relação entre RMA e a guerra assimétrica veja-se Benbow, Tim, *Irresistible Force or Immoveable Object? The “Revolution in Military Affairs” and Asymmetric Warfare*, *Defense & Security Analysis*, vol. 25, I, 2009, pgs. 21-36. A ligação entre RMA, guerra assimétrica e a guerra bi-, tri- e tetradimensional é analisada também por Singh, Ajay, *The revolution in military affairs: 4-Dimensional*

facto, um elemento antipódico em comparação sobretudo com a perspectiva dos *Annalistes* no que diz respeito à evolução do mundo militar, mas também o debate em torno da *Military Revolution* apresenta hipóteses que tendem a limitar a perspectiva da evolução do mundo militar a partir das inovações tecnológicas²¹. Pelo contrário, o mesmo Roberts frisou muito o aspeto tecnológico como força motriz da Revolução Militar e Parker também quando acena à questão da *trace italienne*; para além disso, o problema tecnológico encontra-se presente também em Keegan e, apesar de não desempenhar um papel fundacional na perspectiva do historiador inglês, é um elemento de relevo sobretudo em correlação com a perspectiva da ação dos exércitos como elemento a ter em elevada consideração para abordar a análise da evolução do mundo militar.

É opinião de quem escreve que salientar de forma excessiva a questão tecnológica como motor da evolução do mundo militar acaba por ser uma perspectiva errada pois tende a ser uma perspectiva monocausal. As armas, por si só, são apenas meios inertes que, para darem resultados de um ponto de vista bélico, devem ser acompanhadas por medidas de outra natureza como a estruturação de esquemas táticos e estratégicos para o aproveitamento das suas potencialidades, para além da necessidade de coordenação entre os vários corpos para acolherem de forma mais eficaz os novos elementos tecnológicos; por outro lado, é necessário ter em consideração que a tecnologia contribuiu de forma substancial para a evolução dos aparelhos militares no mundo ocidental aqui considerado, pois os avanços tecnológicos – sobretudo durante os eventos bélicos – tendem a difundir-se entre todos os atores envolvidos de forma pandémica, mudando substancialmente as características dos exércitos. Enfim é também necessário pôr em relevo que é normal que uma perspectiva como a RMA, surgida em âmbito militar, acentuasse sobretudo aspetos técnicos como os armamentos, a evolução destes e as medidas de aproveitamento que os aparelhos militares adotam para ganharem vantagens da tecnologia; mesmo assim, a contribuição que a perspectiva da RMA oferece é útil de um ponto de vista historiográfico, pois sublinha um aspeto prático da disciplina militar – as armas, a sua utilização e, por conseguinte, a sua receção por parte da *intelligentsia* militar *in primis* e pela sociedade civil *in secundis* – o que, em outras análises, acaba por ser relegado para as margens das análises ou considerado assunto de interesse marginal pelos historiógrafos, como já Keegan denunciou n’*O Rosto da Batalha*²².

warfare, Strategic Analysis, Strategic Analysis, vol. 22, II, 1998, pgs. 169-179. O impacto da *information technology* nas dinâmicas militares e nas RMA é abordado por Adamsky, Dima e Bjerga, Kjell I., *Introduction to the Information Technology Revolution in Military Affairs*, Journal of Strategic Studies, vol. 33, IV, 2010, pgs. 463-468. É outrossim necessário assinalar a obra de Adamsky, Dima, *The Culture of Military Innovation: the Impact of Cultural Factors on the Revolution in Military Affairs in Russia, the US and Israel*, Stanford, Stanford University Press, 2010, pelas ligações propostas entre as dinâmicas culturais e as suas influências na RMA que tornam a obra mais abrangente para com o conceito de *military culture*.

²¹ Veja-se a opinião expressa por Black, Jeremy, *Rethinking Military History*, Londres, Routledge, 2004, sobretudo o capítulo *Qualifying Technology*, pgs. 104-127; a recusa do determinismo tecnológico como motor da evolução do mundo militar é presente também em Lynn, John, *Battle: a History of Combat and Culture*, Boulder, Westview, 2003.

²² Veja-se a nota 17.

A história da historiografia militar não é um capítulo fechado. Tendo permanecido nos limites da disciplina histórica e tendo sido considerada de escassa importância ou valor dentro dos estudos de natureza historiográfica, a história militar ainda possui amplas margens para ser aprofundada e para alargar as suas perspectivas teóricas. Jeremy Black numa publicação recente explicita quais são, a seu ver, os elementos da teoria da história militar que se podem considerar mais controversos e a partir dos quais se podem traçar novas vertentes de investigação para aprofundar e melhorar as perspectivas teóricas da história militar. Em primeiro lugar, a crítica levantada por Black aponta para o eurocentrismo: o excessivo foco para com as dinâmicas europeias ou mais em geral ocidentais, *id est*, que incluem os Estados Unidos, não permite elevar o debate sobre o mundo militar a um nível autenticamente global – como por exemplo tentou Geoffrey Parker na obra citada *supra The Military Revolution: Military innovation and the rise of the West 1500-1800*, não obstante essa tentativa haver sido só uma tentativa parcial – e incluir outros espaços que ao longo do devir histórico apresentaram elementos de interesse relativos à evolução do mundo militar; em segundo lugar, Black quer rever o papel desempenhado pela tecnologia nas dinâmicas evolutivas do mundo militar, papel considerado sobrestimado²³ e que assume tons, embora não explicitados, de crítica à RMA; em terceiro lugar, o historiador britânico propõe de reconsiderar o valor comumente dado aos sistemas militares dominantes e aos paradigmas que estes últimos geram e ampliar desta forma o âmbito da investigação, não se focando somente nos modelos considerados mais eficazes de um ponto de vista bélico; em quarto lugar, Black considera necessário reconsiderar a habitual distinção entre os exércitos e as armadas e recuperar as ligações e as relações entre os dois corpos; em quinto lugar, é posta a atenção na escassa consideração atribuída aos conflitos dentro de um Estado, como as guerras civis; enfim, relativamente ao último ponto que Jeremy Black levanta e que possui traços claramente clausewitzianos, vem a ser criticada a falta nas análises de história militar de um foco apropriado nos objetivos políticos e não somente dos eventos bélicos, ou seja, entender as razões políticas pelas quais se iniciam conflitos armados, mas também quais são as dinâmicas políticas que induzem os diversos países a pensar e definir as estruturas, os objetivos e as doutrinas das forças armadas.

Os pontos fracos da historiografia militar denunciados por Black são somente alguns pontos de partida para ampliar as perspectivas da história militar e fundamentar de forma mais sólida os princípios teóricos desta disciplina para fomentar um debate mais abrangente; os elementos até aqui descritos servirão de contexto para relatar sobre a historiografia relativa à Instituição do Estado-Maior.

2. A HISTORIOGRAFIA DOS ESTADOS-MAIORES: O ESTADO DA ARTE.

Depois de ter resumido brevemente os capítulos reputados mais importantes relativos à evolução da historiografia militar é necessário avançar abordando o Estado da Arte sobre o tema específico analisado nesta sede, ou seja, a historiografia relativa aos Estados-Maiores militares.

²³ Black, Jeremy, *Rethinking Military History*, obra citada, pg. 111.

A pesquisa bibliográfica que foi conduzida teve como objetivo a procura de obras que tratassem principalmente dos Estados-Maiores dos países considerados em forma de análise diacrónica e que tivessem sido publicadas a partir da conclusão da Segunda Guerra Mundial ou, em termos mais específicos, o mais recentemente possível; antecipando parcialmente os resultados desta pesquisa, é necessário frisar que para ampliar os recursos a disposição – recursos que à partida se revelaram escassos – foi considerado vinculante mitigar os critérios da pesquisa, portanto renunciando parcialmente aos vínculos de conteúdo prefixados, *id est*, tentando encontrar um número alargado de artigos científicos e obras que tratassem também de forma limitada ou através de ligações tangenciais o tema dos Estados-Maiores.

O primeiro elemento de relevo em relação às publicações relativas primariamente à história e à evolução dos Estados-Maiores é, como foi acenado *supra*, a escassez em termos quantitativos de obras em torno desta Instituição. Tendo em conta os países que virão a ser analisados, pode-se avançar com os seguintes dados: as obras científico-históricas que tratam precipuamente dos Estados-Maiores em termos de surgimento e evolução escritas depois da Segunda Guerra Mundial até hoje são três, tratando-se do texto do autor alemão Walter Görlitz intitulado *Geschichte des deutschen Generalstabes von 1657-1945*, da coletânea editada por David French intitulada *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939* e da monografia da autoria de John Gooch com título *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*²⁴.

Estas três obras apresentam características bem diferentes que vale a pena analisar. O texto de Görlitz é a única obra de síntese atualmente disponível que analisa diacronicamente o surgimento e a evolução até ao final da Segunda Guerra Mundial da primeira Instituição do Estado-Maior da história, a prussiano-alemã²⁵. O autor alemão recua até ao surgimento do reino de Prússia e à sua emergência como potência regional europeia sob a égide de Frederico II, o Grande, Hohenzollern, para definir as bases militares e culturais do mundo militar prussiano, bases que determinarão o surgimento do Estado-Maior vinte anos depois da sua morte. Görlitz, na descrição da evolução do Estado prussiano e do seu mundo militar, aborda o surgimento do Estado-Maior, pondo-o em relação e dentro do contexto das guerras napoleónicas. Como virá a ser argumentado mais amplamente *ultra*, Görlitz refere-se às reformas do aparelho militar prussiano inauguradas por Scharnhorst em 1807 como o princípio do percurso que culminou com o surgimento do Estado-Maior prussiano; estas reformas constituíram a resposta do Reino dos Hohenzollern face ao trauma militar sofrido nas derrotas de Jena e Auerstädt

²⁴ French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, Londres, Routledge, 2002; Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1974, e Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, New York, Praeger, 1953. A estas três obras deve-se adicionar uma coletânea de contributos acerca do Estado-Maior português que, tratando só tangencialmente do surgimento e dos primeiros cem anos de existência da Instituição militar lusa, virá a ser abordada de forma mais cumprida *ultra*.

²⁵ Dever-se-ia incluir, dentro das obras que tratam do surgimento do Estado-Maior prussiano até ao colapso do Terceiro Reich, a monografia da autoria de Trevor N. Dupuy intitulada *A Genius for War*. Por razões que virão a ser explicadas *ultra*, escolheu-se de destinar a análise desta monografia com o conjunto de obras que tratam tangencialmente o surgimento e a evolução dos Estados-Maiores.

contra os franceses, que determinaram a ocupação da Prússia e de Berlim por Napoleão e que induziram o colapso do aparelho militar prussiano. Sancionado, portanto, o surgimento do Estado-Maior prussiano, a obra do historiador alemão prossegue descrevendo a evolução desta Instituição no contexto sócio-político prussiano-alemão abordando, não obstante de forma somente tangencial, a evolução em termos práticos da Instituição, *id est*, a evolução da organização interna das atividades realizadas por este órgão militar. A narrativa de Görlitz aborda uma outra vertente de caráter muito diferente à anteriormente descrita e que acaba por ser, na verdade, a mais caracterizante da obra inteira, ou seja, a vertente biográfico-política. O devir da obra do historiador alemão, de facto, segue a sucessão dos Chefes de Estado-Maior definindo cada capítulo através da figura que se colocava à cabeça desta Instituição e narrando outrossim as ligações e confrontações entre os Chefes de Estado-Maior e as chefias políticas e militares alemãs²⁶.

A implicação desta vertente “biográfica” conduz a obra do historiador alemão para uma aparente contradição em termos: apesar do protagonista da obra ser a Instituição de Estado-Maior na sua evolução até à Segunda Guerra Mundial, esta Instituição *sensu stricto* acaba por desempenhar um papel secundário na obra, no sentido que vem a ser apresentada como o contexto dentro do qual agem as personalidades de relevos do mundo político e militar alemão, nomeadamente os Chefes de Estado-Maior; resultam parciais neste respeito, como acenado *supra*, a parte dedicada às atividades desempenhadas pelos diversos departamentos dentro do Grande Estado-Maior ou as questões mais práticas. Quando estas últimas são apresentadas, surgem de forma muito superficial. Por fim, os resultados das atividades destes departamentos, *id est*, as contribuições que estes departamentos e divisões forneceram para a estruturação de planos militares, não são apresentados. Desta forma o Estado-Maior acaba por se manter como o âmbito contextual a partir do qual a ação político-militar dos Chefes se desenvolve. Daqui, sendo a atenção de Görlitz orientada substancialmente para a ação dos Chefes de Estado-Maior alemães, pode-se inferir que a sua obra mantém algumas características da historiografia *ante-Annales*, pois o devir da obra pode ser lido como um conjunto de biografias de personalidades de relevo dentro de uma estrutura diacrónica, ou seja a Instituição de Estado-Maior. Estas personalidades, é necessário sublinhar, são ocasionalmente apresentadas em termos claramente hagiográficos, como no caso de Moltke, o Velho, ou em tons de condenação, como no caso de Waldersee, deixando dúvidas no leitor sobre a consistência da objetividade da obra. Esta dúvida é outrossim fomentada por um detalhe técnico da escrita que acaba por ser importante: à obra de Görlitz faltam as notas de rodapé e a bibliografia, elementos que contribuem por um lado a fundamentar melhor de um ponto de vista científico a obra em si e por outro a propagar as referências usadas pelo

²⁶ Veja-se, a título exemplificativo, o capítulo titulado *The man of silence: Helmuth von Moltke*, no qual, ademais de uma breve biografia do Oficial prussiano, aborda-se a sua emergência para a chefia do Estado-Maior prussiano-alemão, o seu relacionamento com a chefia política, nomeadamente com Bismarck e com o Imperador Guilherme II, e a gestão do aparelho militar prussiano-alemão até ao aposentamento e à morte. Veja-se Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. IV.

autor para rever e analisar as fontes primárias e secundárias que alicerçaram a obra²⁷. Não obstante estarem presentes características que dizem respeito às dinâmicas historiográficas que Ranke tentou ultrapassar, outros aspetos da obra do historiador alemão apresentam elementos que sugerem que o autor fosse ciente do avanço teórico proposto pelos seguidores da *Ecole des Annales*: a narrativa de Görlitz aponta frequentemente para o relacionamento entre as autoridades políticas, o mundo militar e civil do Estado alemão – outrossim elemento de referência a um possível *background* clausewitziano do autor –, mantém constantemente referências às evoluções político-militares dos outros países europeus, proporcionando assim uma abordagem mais internacional ao tema; enfim, são de relevo alguns elementos que se podem referir *a posteriori* às categorias de cultura militar e cultura estratégica²⁸. Em conclusão, a obra de Görlitz, ademais de proporcionar informações úteis sobre o surgimento e a evolução do Estado-Maior alemão, é de interesse pois se coloca numa fase de transição historiográfica na qual elementos que recuam até à fase pré-rankeana do desenvolvimento da narrativa histórica se combinam com elementos mais novos referentes às propostas teórico-metodológicas de Delbrück até às categorias de cultura militar e cultura estratégica, categorias que como veio a ser acenado *supra* foram estruturadas somente a partir do último terço do século XX.

A coletânea relativa ao Estado-Maior inglês, editada por David French e Brian Holden-Reid, apresenta diferenças sensíveis em comparação com a obra de Görlitz que vale a pena analisar. Em primeiro lugar, trata-se, como dito, de uma coletânea de diversos artigos e, por esta razão, falta a este conjunto aquela coerência interna e continuidade orgânica que emerge na obra de Görlitz; os diferentes contributos – doze ensaios mais a introdução, cada um de autoria diferente – debruçam-se sobre aspetos específicos do Estado-Maior inglês num período compreendido entre as fases preparatórias anteriores ao surgimento desta Instituição até à Segunda Guerra Mundial, *id est*, os cinquenta anos entre 1890 e 1939, período autenticamente de radical inovação no que diz respeito ao aparelho militar inglês. Os temas pontuais abordados nos vários capítulos variam entre as dificuldades de natureza política para a fundação de um Estado-Maior militar e as razões pelas quais foi finalmente instituído, até às dinâmicas administrativas internas desta Instituição, passando pelas relações entre o

²⁷ Neste respeito é necessário fazer presente que foram consultadas duas edições da obra de Görlitz; em ambas as edições, uma presente na Biblioteca do Exército de Lisboa e a outra em PDF na posse de quem escreve e ambas em versão inglesa editadas pela editorial Praeger da Nova Iorque, não eram presentes nem as notas de rodapé, nem uma bibliografia. Supõe-se que esta falta seja devida exclusivamente a razões de carácter editorial. É todavia necessário já agora antecipar que existe um problema prático muito importante em torno das fontes primárias sobre o Estado-Maior alemão, problema que será tratado mais amplamente *ultra*: por causa dos bombardeamentos durante a Segunda Guerra Mundial, o antigo arquivo histórico militar alemão em Potsdam foi quase completamente destruído num incêndio no qual se perdeu a grande maioria dos documentos relativos ao exército prussiano-alemão, como assinalado pela autoridade arquivística alemã: neste respeito, o material documentário a disposição de Görlitz para a investigação e a escrita da sua obra era já na altura muito limitado.

²⁸ Pode-se citar a este respeito, a título exemplificativo, o capítulo relativo à influência de Clausewitz na evolução do pensamento militar e também, de um ponto de vista prático, do aparelho militar-institucional prussianos e os elementos culturais estratégicos e de cultura militar que induziram o pensamento do militar alemão. Veja-se Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. III, parágrafo 5; na mesma medida podem-se encontrar outros elementos de cultura estratégica e militar na parte dedicada a Moltke: veja-se *idem*, cap. IV, sobretudo os parágrafos 2 e 3.

Estado-Maior britânico e países dentro e fora do Império britânico, *id est*, Japão e Austrália, e pelas dinâmica tático-estratégica ligada ao envolvimento continental inglês durante a Grande Guerra. Não obstante a diversidade de temas e perspectivas dos contributos da coletânea poder proporcionar, aparentemente, uma ideia de fragmentação interna relativa à obra editada por French e Holden-Reid, o livro em questão oferece, pelo contrário, uma visão ampla e articulada de muitos dos aspetos constitutivos do Estado-Maior britânico num contexto muito coerente no qual, ao contrário da obra de Görlitz, emerge como autêntico protagonista o Estado-Maior nos seus aspetos mais institucionais e não como instituição quase inerte e dominada pela sua chefia. A variedade de abordagens, os contextos diversificados sobre os quais se debruça a análise e os diversos pontos de vista encarados pelos vários autores acabam por oferecer uma visão ampla e articulada dos problemas ligados ao surgimento, à evolução e sobretudo à ação desenvolvida pelo Estado-Maior britânico. Neste respeito, emerge claramente que os aspetos da teoria da historiografia originários das propostas da *Ecole des Annales* e a reformulação dos alicerces teóricos da historiografia militar acenada *supra* chegam, nesta obra, a uma fase mais completa e definida, pois elementos como a cultura militar e a cultura estratégica constituem categorias de análise importantes dentro da obra, assim como as dinâmicas entre a chefia militar inglesa e a chefia política, constante que liga a maioria dos contributos que constituem a coletânea e a perspectiva internacional; contudo, a perspectiva da obra supervisionada por French e Holden Reid não deixa de ser autenticamente de história militar, pois o Estado Maior britânico não é analisado e considerado como uma Instituição inerte mas sim como Instituição ativa, em movimento, que desempenha um papel muito prático dentro das dinâmicas militares – e até políticas – do Império britânico. Todavia o problema principal do livro, é necessário insistir, é a parcial fragmentação devida à natureza editorial das coletâneas. Paradoxalmente, se por um lado a variedade de autores e abordagens multiplica proficuamente os pontos de vista sobre o tema e os aspetos investigados, por outro lado a obra em si perde coerência interna e continuidade de narração, não só de um ponto de vista do estilo, mas também do ponto de vista dos conteúdos.

A obra da autoria de John Gooch acaba por ser, na opinião de quem escreve, a obra mais equilibrada em termos formais e em termos de conteúdo em torno de um dos Estados-Maiores analisados nesta sede. A análise proposta por Gooch estrutura-se num devir diacrónico clássico que analisa introdutoriamente os elementos que constituíram os travões no que diz respeito à instituição de um Estado-Maior de tipo continental no Reino Unido até aos primeiros anos do século XX; sequentemente, estes elementos vêm a ser ligados com as peculiares questões políticas que dominaram a potência vitoriana no século XIX e no despertar do século XX e, ao longo do devir destes elementos, vêm a ser sublinhados os eventos militares, sobretudo a Segunda Guerra dos Bóeres e mais tangencialmente as *small wars* anteriores, e a peculiar relação triangular entre política, aparelho militar terrestre e Almirantado, que induziram a instituição do *General Staff* inglês através das diversas comissões que indagaram sobre as deficiências e limites do aparelho militar inglês. Depois de haver descrito as dinâmicas que conduziram à instituição do *General Staff*, a monografia de Gooch

proporciona informações de diversa natureza em torno da Instituição militar analisada: em primeiro lugar, Gooch trata da natureza prática desta Instituição, *id est*, quais os papéis que desempenhava dentro do articulado aparelho militar britânico; em segundo lugar, associa as dinâmicas práticas contemporaneamente a elementos políticos, ou seja, descrevendo a relação entre esta Instituição e as outras Instituições militares britânicas; em terceiro e último lugar, o autor refere elementos biográficos, apresentando biograficamente as personalidades que protagonizaram as atividades realizadas pelo Estado-Maior inglês no decénio de existência que o autor analisa e salientando constantemente as suas atividades dentro da Instituição, as relações com as restantes autoridades militares e políticas inglesas e, finalmente, as perspectivas político-militares por eles formuladas. A monografia, depois de analisar a evolução da Instituição até ao início da Grande Guerra, continua oferecendo uma perspectiva interessante das atividades do Estado-Maior inglês através de três capítulos que podem ser considerados como *case studies*: o autor descreve, nos primeiros dois capítulos²⁹, as dinâmicas político-militares protagonizadas pelo *General Staff* analisando o trabalho desta Instituição face aos desafios ligados às dinâmicas políticas na Índia e no Egito e às possíveis ameaças externas que podiam pôr em crise a integridade daquelas colónias, ou seja a Rússia e o Império Otomano; o terceiro *case study* apresentado é relativo às dinâmicas militares continentais europeias em referência mormente às relações entre França e Alemanha na véspera da Primeira Guerra Mundial, dinâmicas que, pode ser antecipado já agora, foram os elementos mais determinantes para que o Reino Unido se dotasse de um Estado-Maior de modelo continental³⁰. O epílogo da monografia da autoria de Gooch pode ser considerado a análise do papel desempenhado pelo Estado-Maior britânico face aos problemas relativos à deflagração da Primeira Guerra Mundial e ao facto de ela não haver sido uma guerra rápida como previsto pelos políticos e militares europeus; de facto, pode-se ler o último capítulo da obra de Gooch como a descrição do *General Staff* inglês à prova do fogo de uma guerra entre potências europeias e não face a uma *small war*, sendo os capítulos antecedentes uma análise das especulações em matéria militar realizadas pela Instituição militar que protagoniza a obra³¹.

A obra da autoria de Gooch apresenta alguns elementos que vale a pena sublinhar pois, de um ponto de vista teórico-metodológico, constituem referências importantes para elaborar a presente tese. Em primeiro lugar, a monografia de Gooch é estruturada através uma perspectiva diacrónica espúria, pois se por um lado o devir da obra segue uma evolução cronológica constante chegando à véspera da Primeira Guerra Mundial, sequentemente propõe *case studies* que quebram o fluxo temporal da obra para aprofundar as dinâmicas práticas da Instituição analisada: noutros termos, o autor não quer

²⁹ Trata-se dos capítulos 7 e 8, titulados respetivamente “India” e “Egypt”. Veja-se Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 198-277. É profícuo acrescentar que o sexto capítulo, com título “Strategic Reorientation”, caracteriza-se por ser um capítulo de transição e acompanhamento entre a primeira parte da obra, nomeadamente os primeiros 5 capítulos, marcados mais claramente por descrever o surgimento e a evolução do *General Staff* de um ponto de vista político-institucional e diacrónico

³⁰ Trata-se do capítulo 9, titulado “France and Germany”. *Idem*, pgs. 278-298.

³¹ Refere-se aqui o capítulo 10 da obra de Gooch, titulado “Democracy at War”. *Idem*, pgs. 299-333.

oferecer uma descrição inerte do surgimento e da evolução do *General Staff* mas propõe uma análise também prática das atividades desta Instituição, focando a atenção nas especulações político-militares, quer nos casos relativos às colônias indiana e egípcia, quer no caso europeu; desta forma a análise do autor não perde de vista os elementos mais práticos relativos ao Estado-Maior britânico, *id est*, não se concentra somente na análise da existência *per se* desta Instituição mas tem em conta o que ela faz e quais resultados obteve face aos desafios que enfrentou³². Um outro elemento de relevo da monografia de Gooch é a capacidade do autor de manter em equilíbrio constante os aspetos militares relativos ao *General Staff* com os aspetos políticos do debate que animou a opinião pública inglesa em torno da eventual instituição deste órgão militar e das funções que devia deter assim como os elementos biográficos das personalidades principais que trabalharam dentro do Estado-Maior inglês ou com ele. Se a constante ligação entre os aspetos militares e os políticos faz emergir um ponto de vista profundamente influenciado pela perspectiva proposta por Clausewitz, perspectiva que virá a ser retomada *ultra*, o aspeto biográfico constitui um aspeto de relevo que confere dinamismo à obra toda: de facto, este aspeto surge como “terceira via” entre a centralidade dos Chefes de Estado-Maior alemão descritos por Görlitz e o foco mais pessoal – ou mais institucional – da coletânea de French e Holden-Reid³³. Finalmente, a apresentação de *case studies* e a constante atenção colocada sobre os eventos de política internacional que influenciaram o surgimento e a evolução não só da Instituição do Estado-Maior em si, mas outrossim das atividades por ela realizadas, tornam a monografia da autoria de John Gooch uma obra fundamental para abordar não só a história do *General Staff*, mas também emerge como referência para estruturar um trabalho como a presente tese em torno dos Estados-Maiores.

Como acenado *supra*, as três obras até agora apresentadas são as únicas que abordam o tema do Estado-Maior a partir da sua instituição, sendo a primeira uma monografia desenvolvida de forma diacrónica, a segunda uma coletânea que se foca mais em assuntos específicos relativos ao Estado-Maior britânico em perspectiva diacrónica e a terceira uma monografia mais aprofundada sobre a mesma Instituição britânica. Pesquisas bibliográficas aturadas demonstraram que não existem – ou não foi possível encontrar e consultar – outras monografias ou coletâneas relativas aos quatro países considerados que tratam o tema em questão de forma abrangente seguindo os critérios acima mencionados; existem contudo, outras obras que abordam temas específicos relativos à Instituição do Estado-Maior ou que propõem uma análise diacrónica reduzida a períodos específicos; neste sentido é

³² Este aspeto, por exemplo, não vem a ser abordado senão tangencialmente na obra de Görlitz; outrossim, a análise das dinâmicas práticas do *General Staff* é sem dúvida mais aprofundada em comparação com a coletânea supervisionada por French e Holden-Reid e, como virá a ser esclarecido mais cumpridamente *ultra*, este tipo de análise constituirá um elemento fundamental para a presente tese.

³³ Tenha-se em conta que John Gooch colaborou à coletânea de French e Holden-Reid com o capítulo titulado ‘*A Particularly Anglo-Saxon Institution*’: *The British General Staff in the Era of Two World Wars*, capítulo que de facto constitui o *explicit* da coletânea. Veja-se French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, obra citada, pgs. 160-169.

necessário em primeiro lugar citar as duas únicas obras que abordam o tema do Estado-Maior Português.

A primeira obra relativa ao CEM não pode ser considerada propriamente uma obra historiográfica, quanto uma cronologia sumária dos eventos principais que caracterizaram a instituição e a evolução do CEM desde a sua fundação até ao ano 1969. Esta breve cronologia divide-se em duas partes: a primeira constitui uma cronologia de leis, ordens do exército e decretos que determinaram as mudanças e as evoluções da Instituição; a segunda parte contém breves biografias dos Chefes do CEM³⁴. De facto, o elenco que caracteriza a primeira parte trata o termo “Estado-Maior” de maneira espúria, pois a análise proposta começa bem antes da fundação do CEM através da descrição da organização dos Estados-Maiores regimentais do exército português nos meados do século XVIII, portanto “confundindo” os conceitos de Estado-Maior divisionário e o de Estado-Maior General e raramente esclarecendo as funções de cada entidade; de seguida, a perspectiva apresentada foca a sua atenção sobre o CEM e o Estado-Maior General, considerando-os as Instituições que desempenharam os papéis organizativos e de gestão do aparelho militar português.

Como sugerido *supra*, esta separata apresenta alguns problemas que não permitem considerá-la como uma obra sobre a qual fundamentar a análise do surgimento e da evolução do CEM. O primeiro e principal problema é a autoria e os princípios teóricos que alicerçam a perspectiva oferecida: os autores não são historiadores mas sim Oficiais militares que tratam o tema abordado de forma extremamente sintética e não-problematizada; os autores não se interrogam sobre as razões do surgimento do CEM surgiu, por que detinha algumas tarefas práticas em vez de outras e como se estruturava consoante estas tarefas práticas e quais eram os âmbitos de intervenção e as diferenças no que diz respeito ao Estado-Maior General; de facto, o trabalho da autoria do Coronel do CEM João Carlos de Sá Nogueira, coadjuvado pelo Coronel José Armando da Palma Graça na parte relativa às biografias dos Chefes do CEM, é um elenco inerte, uma análise exclusivamente descritiva dos atos legislativos que deram à luz as Instituições portuguesas que se assemelham ao metaconceito de Estado-Maior e que determinaram uma evolução – sobretudo colocada em termos de pessoal e postos – dentro destas Instituições. Contudo, esta separata revela-se uma ajuda preciosa para abordar o CEM, pois refere pontualmente as medidas legislativas fundamentais que determinaram o surgimento e evolução desta Instituição e outrossim em que consistiam, *id est*, apresentando as modificações práticas do CEM e do Estado-Maior General ao longo do tempo.

A segunda obra relativa ao CEM é uma coletânea de contributos aproximável em termos de estrutura e abordagem à obra de French e Holden-Reid descrita *supra*; esta coletânea, intitulada *O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: Apogeu e Queda*³⁵ e editada sob a coordenação de

³⁴ De Sá Nogueira, João C., *Breve notícia histórica acerca do Corpo do Estado-Maior*, Separata ao *Boletim do EME*, nº 8, IV série, 1969. A primeira parte refere-se a *idem*, pgs. 7-26; a segunda parte refere-se a *idem*, pgs. 27-62.

³⁵ Rodrigues, Luís Nuno (coord.), *O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: Apogeu e Queda*, Lisboa, IESM, 2015.

Luís Nuno Rodrigues, recolhe sete contributos mais uma introdução que focam a atenção sobre aspetos específicos relativos à evolução do CEM sobretudo no período 1937-1974, *id est*, a altura que corresponde à reforma e institucionalização do CEM, o seu apogeu no seio da sociedade e da política portuguesa e a sua queda e dissolução após à Revolução dos Cravos. A perspetiva proposta nesta coletânea concentra-se em âmbitos temáticos específicos ou limites cronológicos circunscritos dentro do período considerado, desde a fundação do CEM e das problemáticas ligadas ao surgimento desta Instituição, passando pela refundação deste corpo em 1937 – verdadeiro ponto de partida da análise sobre o CEM – e pelas influências provenientes da NATO depois da adesão de Portugal ao Pacto Atlântico e concluindo a perspetiva com a extinção deste corpo em 1974, como resultado da queda do salazarismo. Para além da análise diacrónica é necessário sublinhar a presença de outros aspetos abordados na coletânea que contribuem para tornar a visão de conjunto em torno do CEM mais abrangente e profunda: em primeiro lugar, o capítulo da autoria de João Freire proporciona uma sociografia dos Oficiais do CEM, mostrando as trajetórias humanas e profissionais dos homens que fizeram parte da Instituição em questão, portanto conferendo uma nuance de dinamismo interior à Instituição; na mesma medida o capítulo da autoria de Luís Nuno Rodrigues aborda as relações entre a política e o CEM cujas divergências e reformulações das relações induziram a tentativa de golpe de Estado de abril de 1961; enfim, a obra aborda temas mais estritamente militares, *id est*, relativos à organização interna do CEM – para além da preparação que os Oficiais necessitavam para entrarem neste corpo – e às modificações das referências de doutrina militar no que diz respeito à deflagração da Guerra do Ultramar: esta abordagem é efetuada nos capítulos da autoria de Daniel Marcos e de Jorge Ribeiro, respetivamente sobre a adesão de Portugal à NATO e às consequências nas dinâmicas militares internas que conseguiram a esta adesão *in primis* e ao desenvolvimento de uma doutrina de contra subversão portuguesa entre 1958 e 1963 *in secundis*.

Como referido *supra*, esta coletânea tem muitos pontos de encontro com a obra editada por French e Holden-Reid que trata do Estado-Maior inglês; para além da forma de conjunto de contributos de diferentes autorias que é comum às duas obras, ambas correm paralelamente do ponto de vista da estrutura da obra, conjugando harmonicamente a perspetiva diacrónica com o aprofundamento de alguns temas específicos. Estes temas são recorrentes nas duas coletâneas: a perspetiva político-militar interna dos dois países é posta em diálogo com a dimensão internacional para formarem o âmbito contextual que acaba por ser o ponto de partida para a análise acerca da emergência da Instituição militar do Estado-Maior; contudo as dinâmicas internacionais permanecem presentes além das questões e dos problemas à base do surgimento do CEM e do *General Staff* inglês, apesar destas dinâmicas serem abordadas de forma substancialmente diferente, pois no que diz respeito ao CEM estas perspetivas centram-se nas influências do Pacto Atlântico na organização militar portuguesa e no desenvolvimento de uma doutrina de contra subversão a partir da missão portuguesa na Argélia, sendo as dinâmicas relativas ao *General Staff* britânico mais focadas na ação político-militar desenvolvida por parte da Instituição britânica noutros países como o Japão. Também o tema do desenvolvimento de

uma doutrina militar, sem dúvida central no que diz respeito à Instituição do Estado-Maior, aparece claramente em ambas as obras apesar deste tema se referir a dois contextos bem diferentes, *id est*, o *Continental Commitment* no debate em torno da participação inglesa à Grande Guerra e a doutrina de contra-subversão portuguesa durante a Guerra do Ultramar.

Outros temas recorrentes nas duas obras são o relacionamento entre militares e política – no caso do contexto do Reino Unido relativamente ao processo de formação e institucionalização do *General Staff* e no caso português em relação à Abrilada referida *supra* – e a evolução da organização interna das duas Instituições, entre os outros. Por outro lado, existem também diferenças interessantes entre as duas obras: a primeira e mais importante é a colocação cronológica dos contributos em comparação com o arco temporal da existência dos dois Estados-Maiores: no caso do *General Staff* inglês a perspetiva diacrónica começa com as fases imediatamente antecedentes à instituição do *General Staff* e acaba com o período anterior à deflagração do segundo conflito mundial, portanto frisando a fase de institucionalização do Estado-Maior inglês, o papel que desempenhou durante a Grande Guerra e somente referindo ao papel que o Estado-Maior inglês teve durante a Segunda Guerra Mundial e não considerando as evoluções induzidas pela dinâmicas político-militares referentes à Guerra Fria; pelo contrário, a obra relativa ao CEM, para além do primeiro capítulo que introduz de forma sintética o surgimento do Estado-Maior português e as primeiras fases da sua institucionalização em perspetiva comparada, concentra-se na sua “Idade de ouro” e na fase final da existência deste corpo, *id est*, como reza o título da coletânea, o seu apogeu e a queda. Neste sentido as perspetivas resultam até antipódicas, pois se por um lado a análise em torno do *British General Staff* acaba introduzindo momentos da história desta Instituição que ainda haverão-de ser escritos, ou seja, ou Estado-Maior inglês durante a Segunda Guerra Mundial e durante a subsequente Guerra Fria, por outro lado a análise acerca do CEM começa numa fase avançada – pouco mais de cem anos depois da sua fundação – para acabar com a extinção deste corpo em 1974.

Um Estado da Arte sobre a historiografia dos Estados-Maiores *sensu stricto*, *id est*, que tenha em consideração somente as obras que tratam exclusivamente ou principalmente da Instituição do Estado-Maior nos países considerados, de facto não vai muito além das monografias de Gooch e Görlitz e das coletâneas de French e Holden-Reid e de Luís Nuno Rodrigues³⁶. Como acenado *supra* estas obras foram as únicas que foi possível encontrar em sessões de pesquisa bibliográficas efetuadas em Lisboa, na British Library, no arquivo do *Imperial War Museum* e nos *National Archives* em Londres, no arquivo do Château de Vincennes em Paris, no arquivo de Friburgo em Brisgóvia e na *Bayerische Staatsbibliothek* em Munique na Alemanha, para além das pesquisas efetuadas em bases de dados bibliográficas; neste respeito, a escassez de recursos bibliográficos e literatura sobre o tema dos

³⁶ Neste respeito, é necessário sublinhar a ausência de obras relativas ao Estado-Maior francês, ausência que, na opinião de quem escreve, é imputável à herança da historiografia de matriz analítica que limitou a investigação sobre assuntos militares no país cisalpino.

Estados-Maiores é, em última análise, a cifra da marginalidade em que a historiografia militar e nomeadamente a historiografia sobre os Estados-Maiores se encontram.

Para integrar as obras que constituem o Estado da Arte aqui apresentado foi necessário, como referido *supra*, alargar os critérios de inclusividade para aumentar os recursos à disposição para investigar de forma mais aprofundada o tema dos Estados-Maiores. Deste modo, virão a ser descritas aqui algumas monografias que tratam tangencialmente da história dos Estados-Maiores, *id est*, que abordam temas específicos ligados à narração relativa aos Estados-Maiores, e um artigo científico que integra algumas informações importantes em torno deste tema.

No que diz respeito às obras relativas ao Estado-Maior prussiano-alemão é necessário assinalar em primeiro lugar a monografia da autoria de Trevor Nevitt Dupuy titulada *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*³⁷. O ponto de partida da obra de Dupuy é o chamado *The Riddle of 1944*³⁸, ou seja, o modo como naquele ano o exército alemão, em evidentes dificuldades contra os aliados no contexto do segundo conflito mundial, conseguiu resistir por mais um ano e até conseguir uma ofensiva parcialmente coroada pelo sucesso nas Ardenas no final daquele ano. A conclusão à qual chega o autor é a de que para entender a resiliência alemã é necessário não partir do pressuposto que os alemães foram, ou são, soldados melhores do que outros *per se*, *id est*, culturalmente ou geneticamente mais predispostos às artes militares e portanto aduzindo a uma espécie de “militarismo biológico” muito frequente na narrativa militar pós-Segunda Guerra Mundial, mas que a solução para este *riddle* e a razão da preeminência militar alemã nos séculos XIX e XX reside na *structure of the German military establishment*³⁹. É interessante salientar como de facto Dupuy fala de *structure* e *military establishment*, ou seja, termos muito mais amplos e abrangentes do que Estado-Maior, mas na prática ao longo da obra a tendência do historiador é fazer coincidir estes termos com a Instituição do Estado-Maior, de facto considerado como causa principal de uma superioridade militar prática alemã que emerge em estatísticas produzidas pelo autor sobre a *combat effectiveness* alemã e aliada no biénio 1943-1944. Um outro elemento de interesse sobre o qual é necessário focar a atenção é o paralelismo entre a monografia de Dupuy e a obra de Görlitz descrita *supra*. De facto, as estruturas das obras são muito semelhantes tanto do ponto de vista da perspectiva diacrónica, pois ambas começam por acenos às primeiras organizações prussianas comparáveis a um Estado-Maior e acabam com a dissolução do Terceiro *Reich*, quanto do ponto de vista da sua dimensão formal, com o foco apontado para as personalidades, mormente os Chefes de Estado-Maior, que dirigiram a Instituição

³⁷ Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, Londres, Macdonald and Jane's, 1977.

³⁸ *Idem*, pgs. 1-5.

³⁹ *Idem*, pg. 7-11. É necessário também sublinhar como o primeiro capítulo da obra do historiador e Oficial aposentado americano tenha como objetivo a desconstrução do mito militar alemão, apresentando os dados históricos pelos quais os alemães em geral e os prussianos em particular, até ao reinado de Frederico, o Grande, não eram considerados nem soldados particularmente ábeis, nem de reconhecida confiança. Neste respeito, os temas da cultura militar e da cultura estratégica como elementos determinantes do contexto geopolítico no qual o aparelho militar prussiano deu os primeiros passos ganham na obra de Dupuy uma clara proeminência que virá a ser analisada *ultra*. Veja-se *ibidem*.

investigada. A diferença principal entre a obra de Dupuy e a de Görlitz é a presença de notas e de uma bibliografia na monografia do historiador americano, mas, não obstante esta diferença, as similitudes entre as duas monografias são tão marcadas que podem pôr em dúvida a originalidade da monografia de Dupuy⁴⁰; apesar de a obra de Dupuy não aumentar sensivelmente as informações disponíveis sobre o Estado-Maior prussiano-alemão, tendo em consideração a escassez de obras e documentos em torno desta Instituição militar, a obra do historiador americano não deixa de ser um meio útil para abordar o tópico relativo aos Estados-Maiores militares em geral e ao Estado-Maior alemão em particular.

Em segundo lugar, é necessário assinalar uma obra que trata de forma comparada o *Generalstab* alemão e o *General Staff* britânico: trata-se da obra da autoria de Martin Samuels intitulada *Command or Control? Command, Training and Tactics in the British and German Armies, 1888-1918*⁴¹. A obra de Samuels apresenta elementos de relevo pelos quais é necessário citá-la no presente Estado da Arte: em primeiro lugar, esta monografia caracteriza-se por retomar os temas que foram as conclusões de Trevor Dupuy e criticá-los. Samuels sustenta que efetuar uma *reductio ad unum* pela qual a melhor *combat effectiveness* alemã foi devida ao *military establishment* de Berlim, *id est*, ao Estado-Maior alemão, significa propor uma visão monocausal de todo discutível. Para propor uma visão alternativa, sustenta Samuels, não se deve aderir somente a uma visão militar organizativo-institucional para determinar as razões da maior eficiência alemã, mas é necessário investigar as filosofias subtendidas em diversos aparelhos militares para entender as razões da superioridade ou inferioridade deles ao longo da história. Em segundo lugar, Samuels especifica em que âmbitos se manifesta esta “filosofia militar”: o comando das tropas, a instrução delas e as táticas desenvolvidas pelos diversos aparelhos militares. Como emerge claramente e acaba por ser especificado na obra de Samuels, o papel desempenhado pelos Estados-Maiores em torno destes três elementos é incontornável, apesar desta Instituição não vir a ser classificada como responsável principal da formulação desta filosofia militar, sendo, pelo contrário, o resultado de uma comparticipação de vários elementos, entre os quais a tradição militar de um país – elemento que outrossim se liga com a cultura estratégica daquele país –, o pensamento e a ação de eminências militares – como Moltke e Schlieffen no caso alemão e como Henderson no caso inglês – e finalmente o papel desempenhado pelas Academias militares. Em terceiro lugar, emerge a metodologia adotada por Samuels para estruturar a sua monografia: o autor inglês, conforme sustenta na Introdução da sua obra, fez cair a escolha metodológica sobre uma perspetiva comparada entre os casos alemão e inglês, pois “*this method can produce a more rounded picture than if attention is*

⁴⁰ Vejam-se a título exemplificativo as similitudes entre as partes das duas obras que Dupuy e Görlitz dedicam à difusão dos *Kriegsspiel* como método de treino para os Oficiais de Estado-Maior e sobretudo a citação que ambos fazem à história protagonizada pelo adido militar prussiano em Viena Príncipe Kraft Karl zu Hohenlohe-Ingelfingen que tentou explicar aos dignitários austríacos, em vão, a mais-valia que este método conferia à preparação dos Oficiais: *idem*, pgs. 51-53, e Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. III, parágrafo IV. Apesar destas considerações é de dever assinalar que a obra de Görlitz é citada na bibliografia de Dupuy.

⁴¹ Samuels, Martin, *Command or Control? Command, Training and Tactics in the British and German Armies, 1888-1918*, Londres, Frank Cass, 2003.

*focused on a single army in isolation*⁴². É opinião de quem escreve, opinião que virá a ser ampliada e aprofundada *ultra*, que a escolha da perspectiva comparada seja particularmente frutuosa para abordar uma investigação sobre uma Instituição militar como o Estado-Maior. Finalmente, um outro elemento de interesse acerca da obra de Samuels e que permite de criar um paralelismo com a obra de Gooch citada *supra* é o amplo espaço deixado aos *case studies*: de facto a obra de Samuels pode-se dividir em duas partes, sendo a primeira uma análise das filosofias militares alemã e inglesa e dos elementos que as estruturaram – de facto, o desenvolvimento destas filosofias não foi um processo linear e sem imprevistos – e a segunda um conjunto de *case studies*, mais especificadamente a batalha de Thiepval em 1916 e a de Saint Quentin em 1918, na qual emerge de forma mais definida a perspectiva comparada; outrossim, a apresentação dos dois *case studies* é acompanhada por informações sobre os repensamentos e consequentes variações nos quadros teórico-militares abordados anteriormente⁴³. Em conclusão, a obra de Samuels é de relevo porque pode ser lida como perspectiva prática e atuação do trabalho realizado pelos Estados-Maiores alemão e inglês. Apesar desta ligação não ser apresentada de forma suficientemente explícita, parece claro que Samuels aponta para esta Instituição militar quando oferece o seu ponto de vista sobre as filosofias que moldaram os aparelhos militares alemão e inglês; todavia, o facto de o autor inglês frisar de forma excessiva, na opinião de quem escreve, as dinâmicas táticas dos exércitos considerados pode ser visto como limite à obra: pelo contrário, esta perspectiva é *in primis* completamente coerente com o ponto de vista de John Keegan citado *supra* em torno da natureza da história militar e *in secundis*, pelo facto de se associarem as dinâmicas teórico-institucionais no seio dos aparelhos militares alemão e inglês com as consequências práticas que tiveram durante o primeiro conflito mundial, esta perspectiva contribui para reificar as especulações teóricas típicas das Instituições militares como o Estado-Maior.

No que diz respeito ao surgimento e à evolução do *General Staff* inglês, para além da obra de Samuels que proporciona informações importantes sobre esta Instituição, é necessário incluir no presente Estado da Arte duas obras que oferecem elementos de relevo quer de um ponto de vista do seu conteúdo, quer de um ponto de vista teórico-metodológico.

A primeira obra é da autoria de Brian Bond e tem por título *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*⁴⁴. De facto, esta obra aborda só tangencialmente o *General Staff* britânico; contudo, a monografia de Bond proporciona informações muito relevantes sobre a Instituição que a protagoniza, ou seja, o *Staff College*, num percurso ideal que conduziu à instituição do Estado-Maior britânico. De facto, o ponto de partida da análise de Bond é que numa situação político-militar tão peculiar como a do Reino Unido, situação na qual a instituição de um órgão como o Estado-Maior foi

⁴² *Idem*, pg. 3.

⁴³ A primeira parte da obra de Samuels corresponde aos primeiros quatro capítulos, sendo os primeiros dois relativos às dinâmicas de comando no exército alemão e britânico e o terceiro e quarto capítulo mais focados sobre o âmbito tático: veja-se *idem*, pgs. 7-123; a segunda parte da monografia, constituída pelos *case studies* e pelas evoluções táticas durante a Grande Guerra, é apresentada nos capítulos do quinto ao oitavo, nos quais o devir diacrónico é mantido de forma mais marcada: *idem*, pgs. 124-269.

⁴⁴ Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, London, Eyre Methuen, 1972.

procrastinada até à véspera do primeiro conflito mundial, o papel que noutros países foi desempenhado pelos Estados-Maiores foi de facto desempenhado pela sua Academia militar, constituindo-se esta última como um verdadeiro *alter-ego* da Instituição militar que já dominava os aparelhos militares continentais. Esta monografia, portanto, proporciona uma vasta gama de informações que, para além do funcionamento e das funções do *Staff College*, contribuem para esclarecer as razões pelas quais não foi instituído um Estado-Maior no Império britânico antes do século XX e como foi possível chegar à criação de uma *school of thought* antes da prova da Grande Guerra. Outrossim, na obra de Bond existem ulteriores elementos de relevo que vale a pena citar: *in primis*, o primeiro capítulo da obra oferece um olhar sobre a situação institucional-militar das principais potências europeias depois do fim da epopeia napoleónica, proporcionando um ponto de vista sobre o que são os Estados-Maiores, como se definem, porque surgiram e qual foi a evolução histórica deles⁴⁵; o mesmo primeiro capítulo é de relevo pois cria uma ligação forte entre os Estados-Maiores e as Academias militares, considerando estas últimas como elementos fundacionais dirimentes para a criação dos Estados-Maiores⁴⁶; a segunda Guerra dos Bóeres desempenha nesta monografia também um papel importante, pois vem a ser considerada o ponto de encontro e crise entre o *Staff College*, a preparação e instrução dos Oficiais britânicos e a ausência de um órgão como o Estado-Maior e de um órgão de coordenação dos esforços militares no teatro sul-africano; as comissões que seguiram ao conflito austro-africano e que determinaram a criação do Estado-Maior inglês são consideradas na monografia de Bond ao lado das articuladas dinâmicas políticas britânicas e, finalmente, o autor dedica um espaço importante da sua monografia aos Oficiais que protagonizaram o longo percurso que, a partir da criação do *Staff College*, conduziu ao surgimento do *General Staff*: entre os outros, é necessário aqui citar um Oficial inglês que desempenhou um papel fundamental quer no *Staff College* quer no Estado-Maior inglês acabando por se tornar Chefe do Estado-Maior Imperial durante as últimas, cruciais fases da Primeira Guerra Mundial em 1918, ou seja Henry Wilson. A figura de Wilson é sem dúvida incontornável na análise do surgimento e da evolução do Estado-Maior britânico, e é outrossim a única figura que protagoniza um capítulo inteiro da obra de Bond⁴⁷; sustenta o autor inglês que Henry Wilson, pelo facto da sua dupla ligação ao *Staff College* em Camberley e ao Estado-Maior imperial por causa do seu currículo, das suas amizades e das ligações políticas, foi o principal demiurgo de uma *school of thought* militar inglesa que contribuiu, na opinião de Bond, a criar pela primeira vez uma ligação sólida entre os dois órgãos; sustenta finalmente o autor que *Staff College* substituiu o *General Staff* no período anterior à sua fundação e que através do trabalho

⁴⁵ *Idem*, pgs 7-50, sobretudo pgs. 30-45.

⁴⁶ Em torno desta ligação entre Academias militares e Estados-Maiores concorda-se com o ponto de vista proposto por Bond; é todavia necessário sublinhar como a presente tese não irá abordar esta ligação e não investigará a contribuição que as Academias dos países analisados deram para o surgimento e a evolução dos Estados-Maiores essencialmente por uma razão: de um ponto de vista teórico-metodológico e de tipo de pesquisa documentária a ser realizada, uma análise da relação entre Academias militares e Estados-Maiores haveria tido como resultado final uma tese substancialmente diferente de a aqui apresentada.

⁴⁷ Trata-se do capítulo 8 com título “A school of thought: Henry Wilson and the Staff College”. Veja-se *idem*, pgs. 244-273.

realizado por Wilson, entre os outros, e à colaboração entre as duas Instituições o Reino Unido conseguiu chegar razoavelmente preparado à prova do primeiro conflito mundial, apesar do Estado-Maior britânico ser radicalmente mais novo em comparação com os Estados-Maiores das potências continentais e ainda com limites importantes em termos de funcionamento⁴⁸.

A segunda obra relativa ao Estado-Maior inglês apresenta relevantes diferenças em termos formais e de conteúdo, mas caracteriza-se pelo amplo conjunto de informações que proporciona. Contudo, não se trata de facto de uma monografia que desenvolve uma análise relativa diretamente ao *General Staff*, mas antes de uma biografia do Oficial de Estado-Maior inglês Henry Wilson, já citado *supra* em relação à monografia de Brian Bond, intitulada *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*⁴⁹. Do ponto de vista de estrutura, a obra de Jeffery é uma biografia clássica, que abrange a vida do protagonista a partir da origem familiar até ao homicídio que pôs fim à sua vida em 1922. A descrição da vida de Wilson trata das atividades realizadas pelo Oficial, o percurso para obter o Oficialato, o papel que desempenhou no conflito sul-africano e as atividades realizadas entre Camberley no *Staff College* e Londres no Estado-Maior britânico e a consequente estadia no continente europeu depois do desencadeamento do primeiro conflito mundial. Além disso, o autor proporciona informações sobre a vida privada do Oficial anglo-irlandês e em torno das dinâmicas mais políticas do seu percurso, dinâmicas que afetaram profundamente o trabalho de Wilson ao ponto de o autor da biografia chamar o Oficial anglo-irlandês de *political soldier*. As razões pelas quais se escolheu incluir a obra de Jeffery no presente Estado da Arte residem no facto de, apesar de ser uma biografia, esta obra proporcionar informações úteis em torno do desenvolvimento e das atividades do Estado-Maior inglês, a partir do ponto de vista de uma personalidade relevante do aparelho militar inglês que contribuiu ativamente à fundação do *Brain of the Army* inglês e que nele cumpriu o *cursus honorum* para chegar ao posto de Chefe de Estado-Maior Imperial. O percurso de surgimento e evolução desta Instituição é, na obra de Jeffery, analisado através das impressões, ideias e ações protagonizadas por um Oficial que contribuiu em primeira pessoa à construção do Estado-Maior inglês; outrossim, a atividade dentro do *General Staff* realizada por Wilson permite de analisar o funcionamento da Instituição militar inglesa analisada de um ponto de vista prático, elemento que voltará a ser frisado *ultra* como princípio teórico marcante a presente tese. Finalmente, a biografia da autoria de Jeffery liga de forma muito marcada as dinâmicas militares com as dinâmicas políticas na vida de Henry Wilson, sugerindo, portanto, uma perspetiva clausewitziana nas atividades realizadas pelo Oficial anglo-irlandês; esta perspetiva, já sublinhada em outras obras do presente Estado da Arte descritas *supra*, virá a ser retomada na parte dedicada aos princípios teóricos que irão fundamentar a presente tese.

⁴⁸ Veja-se o décimo capítulo da obra de Bond, titulado “The Staff College, the General Staff and the test of war: 1914-1915”, *idem*, pgs. 299-332, sobretudo 326 e seguintes, nas quais o Estado-Maior vem a ser reconhecido como *Brain of the Army*.

⁴⁹ Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, Oxford, Oxford University Press, 2010. É necessário sublinhar que Keith Jeffery foi também o curador do arquivo pessoal de Henry Wilson disponibilizado pelos seus familiares e agora à disposição do público no *Imperial War Museum* em Londres.

Finalmente, é necessário incluir no Estado da Arte o artigo já referido da autoria de Christian Freuding e intitulado *Organising for war: Strategic Culture and the Organisation of High Command in Britain and Germany, 1850-1945: A Comparative Perspective*. As razões pelas quais se escolheu incluir este artigo no Estado da Arte são as seguintes: em primeiro lugar, é necessário voltar a citar a escassez de obras relativas aos Estados-Maiores e, no que diz respeito ao contributo de Freuding, a capacidade de integrar informações úteis em torno da Instituição aqui analisada é preciosa; em segundo lugar, as peculiares medidas teórico-metodológicas adotadas pelo Oficial alemão são de relevo porque, como virá a ser mostrado *ultra*, serão retomadas entre os princípios teórico-metodológicos considerados nesta tese. O ponto de partida da análise de Freuding e os objetivos do seu contributo são resumidos assim pelo autor alemão:

*To what extent are strategic culture and the organisation of High Command correlated? Are the first-glance differences in the British and German ways of warfare reflected in how their High Commands were organised? If so, can these differences in the organisation of High Command be explained by their distinctive strategic culture? How did the organisational layout of the civil-military relationship influence the process of strategic decision-making?*⁵⁰

Noutros termos, o objetivo de Freuding é colher as ligações entre a fundação e a evolução dos Estados-Maiores alemão e inglês e as dinâmicas de *strategic culture* que influenciam a evolução dos aparelhos militares através uma metodologia comparada. Depois de haver formulado os objetivos, o Oficial alemão prossegue o seu contributo aprofundando a natureza da cultura estratégica e, através esta ferramenta analítica, percorre os capítulos mais importantes relativos à criação dos *High Commands* alemão e britânico; finalmente, propõe o autor nas conclusões uma comparação entre as diferentes consequências que a *strategic culture* teve no processo de construção dos Altos Comandos dos países considerados e como contribuiu à caracterização das funções desempenhadas pelos dois Estados-Maiores.

3. PRINCÍPIOS TEÓRICOS: O PRAGMATISMO AMERICANO E CLAUSEWITZ.

Como exposto na introdução, o objetivo principal da presente tese é proporcionar uma definição da Instituição do Estado-Maior através de uma perspetiva histórica comparada. Tendo em consideração este objetivo e considerando o Estado da Arte em torno deste tema é imprescindível formular algumas reflexões em relação aos princípios teóricos e metodológicos necessários para fundamentar a estrutura do presente projeto. Partindo, portanto, das definições de Estado-Maior que foram encontradas nas obras descritas no Estado da Arte e dos princípios teóricos e metodológicos que foram utilizados para

⁵⁰ Freuding, Christian, *Organising for war: Strategic Culture and the Organisation of High Command in Britain and Germany, 1850-1945: A Comparative Perspective*, obra citada, pg. 432.

estruturar estas obras, pode-se avançar analisando-os e propondo as medidas teórico-metodológicas que virão a ser utilizadas para estruturar a presente tese.

Em primeiro lugar, é necessário chamar a atenção para a ausência, em termos gerais, de definições explícitas, articuladas e fundamentadas relativas à Instituição do Estado-Maior. De facto, nas obras descritas no Estado da Arte, não há sequer tentativas de enunciação de uma definição relativas do que é um Estado-Maior; a formula recorrente nas obras é *Brain of the Army* seguida por indicações sobre o que esta Instituição faz, quais são os seus objetivos e por quem é composta e dirigidas. A única definição estruturada que foi possível encontrar remonta a um artigo de Dallas D. Irvine publicado em 1938 e citado por Brian Bond; contudo, neste caso não se pode falar de uma definição *sensu stricto* pois o objetivo de Irvine é tentar esclarecer a complexidade do termo Estado-Maior e demonstrar como este termo possa ser polivalente e ter diversos significados. Mesmo assim sustenta Irvine que

In its earliest, broadest sense the term “general staff” meant, roughly, all military personnel not belonging in its active capacity to a particular regiment but attached rather to the general headquarters of the field army. From this loose, original meaning a number of more specialized meanings were eventually derived, all of which have still had vitality at a recent period. It is sufficient here to distinguish these approximately by saying that the term “general staff” may mean:

1. *The headquarter staff of an independent or unit army or of a similar force.*
2. *The body of general officers in a country’s army as a whole.*
3. *The officers belonging to a special auxiliary corps and administrative departments rather than to the traditional combatant branches of the military service.*
4. *The last two groups together.*
5. *A special corps or establishment of officers which provides staffs to assist various commanders of combined arms in exercising the functions of command and administrative control, as distinct from the functions of administrative management within established administrative departments.*
6. *A particular staff so provided*
7. *A central military organ assisting the supreme military authority of the state in the same manner, and particularly in determining and*

*implementing intellectually the higher directives which are to govern military activity.*⁵¹

O objetivo de Irvine no seu artigo, como indicado *supra*, é proporcionar uma visão rápida sobre o surgimento dos Estados-Maiores e oferecer uma proposta terminológica para sincretizar as diferenças entre os vários significados que esta Instituição historicamente teve através uma *reductio ad unum* no qual o termo *Capital Staff* é o resultado final. Contudo, é necessário sublinhar o elemento principal que se destaca dentro das oito definições propostas por Irvine, ou seja que essencialmente o historiador americano associa primariamente a Instituição do Estado-Maior aos seus participantes, como emerge claramente em todas as definições propostas salvo a última que, ademais, vem a ser criticada pelo autor pois é considerada inadequada no que diz respeito à linguagem propriamente militar. Noutros termos pode-se dizer que, do ponto de vista de Irvine, um Estado-Maior é essencialmente quem faz parte desta Instituição e que a composição do pessoal de um Estado-Maior é variável. É opinião de quem escreve que a perspectiva de Irvine acaba por oferecer uma visão limitada desta Instituição pois se por um lado a proposta do historiador americano não se pode considerar errada – de facto a composição de um Estado-Maior é elemento fundamental para poder analisar esta Instituição -, por outro perde de vista a razão principal pela qual existe como entidade institucionalizada, ou seja responder a uma série de problemas de natureza militar prática que, antes do surgimento desta Instituição, apareceram às chefias militares europeias como elementos dirimentes para o êxito ou o insucesso de uma campanha militar.

De um ponto de vista teórico, as propostas de Irvine em torno de uma definição de Estado-Maior, ou melhor, as fragilidades que se manifestam nas propostas de definições apresentadas pelo historiador americano, foram o ponto de partida para a análise dos alicerces teóricos sobre os quais estruturar a presente tese. Em termos sintéticos, partindo do ponto de vista teórico expresso por John Keegan e referido *supra*, é opinião de quem escreve que face à análise de uma Instituição militar de um ponto de vista historiográfico não se pode prescindir da investigação do papel mais prático desempenhado pela Instituição militar analisada, seja esta qual for, ou, citando mais uma vez as palavras do historiador inglês, “A história militar [...] tem em última análise de ser acerca da batalha”, enunciação relativa à essência e à função da história militar que no presente contexto vem a ser interpretada não como disciplina humanística que se propõe de analisar e investigar as batalhas *sensu stricto*, ou seja os singelos eventos bélicos pontuais, mas como disciplina dedicada à investigação do mundo militar entendido em termos de expressões práticas que as entidades alvo da investigação produzem. Neste

⁵¹ Irvine, Dallas D., *The Origin of Capital Staffs*, The Journal of Modern History, vol. 10, II, 1938, pgs. 161-162 e seguintes. A definição aqui apresentada é citada por Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College 1854-1914*, obra citada, nota 52, pg. 30. É outrossim interessante a disquisição linguística operada por Irvine sobre as diferentes maneiras de chamar a Instituição que desempenha o papel de Estado-Maior em diversos países: veja-se *idem*, pgs. 162-163 e seguintes. Ademais, sustenta o historiador americano que o sentido mais utilizado dentro da linguagem corrente (*current popular usage*) em referência ao termo Estado-Maior é a sétima, não obstante não ter nenhuma justificação na linguagem técnica militar e que, consoante esta terminologia militar, as definições às quais mais se faz referência são a primeira, a segunda ou a quinta: veja-se *ibidem*.

sentido, a redefinição do enunciado de Keegan tem a vantagem de ser mais abrangente, uma vez que pode incluir os aparelhos militares *sensu lato* – e as Instituições militares no caso específico – quer de um ponto de vista precipuamente institucional, assim como de um ponto de vista prático, ou seja incluindo as batalhas ou os eventos bélicos a nível operacional e de *grand strategy* que de facto são as mais evidentes conseqüências práticas que os aparelhos militares produzem. Resumindo quanto afirmado até agora, pode-se dizer que o ponto de partida teórico de Dallas Irvine determina que, como citado *supra*, um Estado-Maior é quem faz parte desta Instituição e a partir deste princípio se pode formular uma definição desse; a crítica avançada a este enunciado teórico é que os elementos, *id est*, o pessoal que compõe um Estado-Maior, constituem em si uma condição necessária mas não suficiente para dar uma significação a um Estado-Maior e, por conseqüência, não reifica um princípio adequado para definir esta Instituição, princípio que se poderia resumir em “um Estado-Maior é quem o compõe”, porque exclui completamente as dinâmicas práticas relativas ao Estado-Maior de um ponto de vista institucional *sensu lato, id est*, o que um Estado-Maior faz.

Para alicerçar de forma mais aprofundada esta perspectiva teórica é necessário recorrer aos princípios propostos por uma corrente filosófica que responde mais do que adequadamente às necessidades para conjugar a análise historiográfica dos Estados-Maiores com a intenção teórica de Keegan interpretada em termos de dar mais relevância às dinâmicas práticas das entidades alvo da historiografia militar, ou seja a corrente filosófica do pragmatismo americano.

O pragmatismo é uma corrente filosófica surgida nos anos '70 do século XIX nos Estados Unidos no qual se destacam as figuras de Charles Sanders Peirce e William James, de facto os fundadores do pragmatismo clássico, vertente da corrente filosófica em questão que aqui virá a ser tomada em consideração⁵². Sem entrar nos pormenores em torno da origem desta corrente, pode-se referir aqui que, como sustentou na sua obra William James, a matriz fundamental do pragmatismo americano é o empirismo de origem anglo-saxónica ligado à índole cultural e filosófica americana que recusava as correntes transcendentalísticas típicas da filosofia europeia e as suas sutilezas lógicas e metafísicas⁵³.

⁵² Uma visão sintética do pragmatismo americano é proporcionada por Calcaterra, Rosa M., *Introduzione al pragmatismo americano*, Roma, Laterza, 1997, e por Zalta, Edward N. (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2015, lema *Pragmatism*, da autoria de Hookway, Christopher, em <http://plato.stanford.edu/archives/spr2015/entries/pragmatism>.

⁵³ Vimercati, Fulvia (ed.), *Che cos'è il pragmatismo*, Milão, Jaka Book, 2000, pgs. 13-14; sustenta o autor do prefácio Carlo Sini que esta índole é ainda hoje uma matriz fundamental da cultura americana. Outras referências em torno da origem desta corrente filosófica encontram-se no significado que Kant atribui ao termo *pragmatisch* usado pelo filósofo prussiano e que tem uma orientação de significado ao domínio prático de uma parte do conhecimento e do saber como sustentado, entre as outras, na obra *Von der verschiedenen Racen der Menschen*, na qual se sustenta que o conhecimento do mundo (*Weltkenntnis*) há-de se tornar pragmático para que seja útil na vida; esta visão recorre também na obra *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*, na qual é enunciado que uma história é escrita pragmaticamente se tornar [quem a lê] inteligente, *id est*, que melhora o mundo, e quando sustenta que um princípio é pragmático e não ético-moral quando é um princípio de utilização dos meios (*Gebrauch der Mittel*) para a obtenção de um fim estabelecido (*gewissen Zweck*); esta última definição tem uma afinidade muito próxima com a máxima pragmática de Peirce, como aparece evidente. Veja-se Eisler, Rudolf, *Kant-Lexicon: Nachschlagewerk zu Kants sämtlichen Schriften, Briefen und handschriftlichen Nachlaß*, 1930, lema *Pragmatisch*, em <http://www.textlog.de/rudolf-eisler.html>; outras correntes filosóficas à base do pragmatismo são o evolucionismo de matriz darwiniana e spenceriana entre as outras debatidas no *Metaphysical*

O elemento fundacional principal desta corrente filosófica é resumido na máxima pragmática, formulada por Peirce no seu ensaio *How to make clear our ideas* e que reza

*Consider what effects, which might conceivably have practical bearings, we conceive the object of our conception to have. Then, our conception of those effects is the whole of our conception of the object.*⁵⁴

Este enunciado, a base da filosofia pragmática americana, foi retomado no ensaio *What Pragmatism Is* e as suas consequências no que diz respeito ao significado – ou sentido – de um conceito tornaram-se ainda mais radicais:

*[...] a conception, that is, the rational purport of a word or other expression, lies exclusively in its conceivable bearing upon the conduct of life; so that, since obviously nothing that might not result from experiment can have any direct bearing upon conduct, if one can define accurately all the conceivable experimental phenomena which the affirmation or denial of a concept could imply, one will have therein a complete definition of the concept, and there is absolutely nothing more in it. For this doctrine he invented the name pragmatism.*⁵⁵

As implicações deste enunciado e das suas variantes constituem, na opinião de quem escreve, a resposta teórica mais adequada para abordar o tema dos Estados-Maiores e, em termos mais gerais, definir os termos das investigações em torno do mundo militar *sensu lato*. Neste respeito, a retoma dos conceitos do pragmatismo por parte de William James no ensaio *Philosophical Conceptions and Practical Results* acresce a perspetiva pragmática, recusando mais uma vez as especulações não-práticas que se podem associar à análise de um conceito, chegando ao ponto em que o filósofo americano proclama a insensatez de um conceito se prescindir das implicações práticas que pode ter⁵⁶. Por conseguinte, abordar a investigação em torno dos Estados-Maiores excluindo as determinações práticas que estas Instituições produzem, como sustenta James, não faz sentido.

Todavia, é necessário sublinhar que a perspetiva filosófica pragmática aqui descrita não foi estruturada com o claro propósito de oferecer uma nova perspetiva à teoria da historiografia ou, mais especificamente, à teoria da história das Instituições; a perspetiva pragmática clássica diz respeito à epistemologia e à gnoseologia ou, em termos mais específicos, à *Erkenntnistheorie*, ou seja a teoria do

Club, o círculo filosófico berço do pragmatismo, como enunciado por Calcaterra, Rosa M., *Introduzione al pragmatismo americano*, obra citada, pgs. 3-5.

⁵⁴ Peirce, Charles S., *How to make clear our ideas*, *The popular science monthly*, vol. 12, 1877-1878, pgs. 293-294.

⁵⁵ Peirce, Charles S., *What Pragmatism is*, *The Monist*, vol. 15, II, 1905, pgs. 162-163.

⁵⁶ Vimercati, Fulvia (ed.), *Che cos'è il pragmatismo*, obra citada, pgs. 21-42 e sobretudo a posfácio, pgs. 81-83.

conhecimento, que chega a ser, sobretudo em William James, uma teoria da verdade⁵⁷. Contudo, a atitude filosófica dos pragmatistas, ligada estritamente às dinâmicas culturais da experimentação e da investigação científicas⁵⁸ típicas do período em que esta corrente surgiu e cifra do positivismo que lhe é anterior e propedêutico⁵⁹, responde como referido *supra* de forma muito profícua aos interrogativos teóricos que a presente tese necessita para ser adequadamente alicerçada. Em primeiro lugar, o que a filosofia pragmática sustenta é que o significado do objeto de investigação reside na totalidade dos efeitos que o conceito em questão pode ter na conduta de vida, ou seja todos os seus efeitos práticos na realidade; em segundo lugar, a proposta pragmática clássica não considera somente os efeitos práticos existentes no real como os únicos que se podem contemplar ou que de facto existem, ato que seria limitativo da realidade em si, mas avança sustentando que o potencial de significado não se pode reduzir ao existente mas estende-se ao domínio do possível, ou, noutros termos, estende-se do domínio dos efeitos práticos “concebidos” ao dos efeitos práticos “concebíveis”. Neste sentido a significação de um conceito não se pode desenvolver unicamente a partir da observação empírica dos efeitos que o objeto da investigação determina na realidade, mas resulta pela somatória de todos os reflexos que concebivelmente pode ter na conduta humana: como sustenta Fulvia Vimercati, esta medida pragmática permite à corrente filosófica em questão de afastar-se do utilitarismo pondo o ponto fulcral do seu pensamento não na ação *per se* como último escopo do homem mas na realização do pensamento que, em ausência de ação correspondente, acaba por ficar impensado⁶⁰.

⁵⁷ *Idem*, pg. 12.

⁵⁸ O pragmatismo é estritamente ligado às dinâmicas culturais associáveis à “cultura do laboratório” e à experimentação prática; os mesmos Peirce e James foram cientistas que se dedicaram ao trabalho experimental em laboratório; o tema do experimental é recorrente nos ensaios deles, como em *What Pragmatism is* e assume uma conotação bem específica pois Peirce confessa que foi mesmo a partir da sua prática em laboratório que começou a desenvolver o seu pensamento: veja-se *idem*, pgs. 23-24; outrossim o tópico do “experimento” como elemento fundacional do pragmatismo tem outras implicações para além de ser o meio para conferir a uma proposição lógica ou a um conceito ou objecto de debate um significado assim como assumir o seu significado como verdadeiro: a análise proposta por Peirce põe a atenção sobre um princípio definível como “sustentabilidade” dos significados em relação aos fenómenos experimentais e à diferença entre estes últimos e os “experimentos”; sustenta Peirce que os fenómenos experimentais (*experimental phenomena*) são conjuntos de experimentos que têm uma projeção no futuro ao contrário do experimento pontual que é entidade inerte que pertence a um passado morto (*dead past*); isto sobrevem porque através dos fenómenos experimentais acontecerá com certeza exatamente tudo o que cumprirá determinadas condições; nas palavras de Peirce, “*When an experimentalist speaks of a phenomenon, such as “Hall’s phenomenon”, “Zeemann’s phenomenon” and its modification, “Michelson’s phenomenon” or “the chess-board phenomenon”, he does not mean any particular event that did happen to somebody in the dead past, but what surely will happen to everybody in the living future who shall fulfil certain conditions. The phenomenon consists in the fact that when an experimentalist shall come to act according to a certain scheme that he has in mind, then will something else happen, and shatter the doubts of sceptics, like the celestial fire upon the altar of Elijah*”. A combinação de elementos assim exposta implica que para um pragmaticista o verdadeiro significado de uma proposição jaze no futuro, pois o verdadeiro significado de uma proposição é aquela sua forma pela qual o conceito torna-se aplicável à conduta humana na sua totalidade e não somente em relação a condições e objetivos particularmente determinados. Veja-se Peirce, Charles S., *What Pragmatism is*, obra citada, pgs. 172-174.

⁵⁹ Vimercati, Fulvia (ed.), *Che cos’è il pragmatismo*, obra citada, pgs. 14-17 e 26. O mesmo Peirce, no ensaio *What Pragmatism is* usa o termo *prope-positivism* em relação ao pragmatismo, ou seja, sustenta que o pragmatismo – ou pragmaticismo como chama a sua doutrina filosófica no ensaio em questão – é um positivismo com uma substancial extensão do significado do significado ínsito no termo.

⁶⁰ *Idem*, pgs. 93-94. É necessário outrossim salientar a diferença entre o pragmatismo peirceano e o jamesiano sublinhada por Fulvia Vimercati no seu posfácio. A ação no pensamento de Peirce é hábito, veículo de

Tendo sumariamente descrito a filosofia pragmática, é agora necessário relacioná-la com a presente investigação e com o conceito de Estado-Maior. Como sustentado *supra*, as definições propostas por Dallas Irvine em torno do Estado-Maior são, na opinião de quem escreve, uma manifestação de uma condição necessária mas não suficiente para definir esta Instituição militar, ou seja, a definição de uma Instituição através de quem nela participa. Contudo, tendo em consideração a perspectiva filosófica pragmática, resulta claro como as definições propostas por Irvine podem ser entendidas como uma manifestação prática possível da Instituição em questão: de facto, uma Instituição, seja qual for, é reificada *in primis* e numa parte não residual através das pessoas que desempenham papéis práticos dentro dela; pode-se outrossim acrescentar que o pessoal que pertence a uma Instituição e nela opera constitui o nível prático mínimo para que a Instituição possa produzir uma atividade ou, noutros termos, gerar determinações práticas a partir da sua simples existência, determinações que são a medida principal para determinar o que esta Instituição, e no presente caso o Estado-Maior, é. Se se lerem as propostas de Irvine através dos critérios principais propostos pela filosofia pragmática, pode-se relevar uma aderência substancial entre as definições consideradas e os cânones pragmáticos descritos *supra*: reconhecer que a primeira determinação prática de uma Instituição são os elementos, ou melhor, as pessoas que nessa participam e que a ativam de um ponto de vista prático significa garantir a validade das definições de Irvine. Outrossim apontar para os elementos que participam numa Instituição implica satisfazer a condição de sustentabilidade de um conceito no futuro e, por isso, defini-lo como racional⁶¹: a presença de pessoal numa Instituição não é o resultado de uma experiência singular que olha para o passado e é avulso do devir histórico da Instituição considerada, mas é a primeira e mais clara reificação de uma Instituição na realidade. Se assim não fosse, uma Instituição seria somente uma manifestação prática da vontade de um grupo que desenvolve uma atividade política e que estabelece o surgimento de um órgão. Contudo, sem o pessoal dentro da Instituição esta entidade permaneceria inerte, *id est*, incapaz de produzir atividade, ou, usando termos aferentes à filosofia pragmática, incapaz de produzir determinações práticas que atribuiriam uma parte substancial de significação à mesma, pois essa última viria a ser construída só através dos efeitos práticos “concebíveis” e não “concebidos” (veja-se *supra*) que a Instituição poderia determinar no futuro a partir das perspectivas práticas que quem fundou a Instituição considerada repôs nela. Resumindo, as propostas de Irvine podem ser consideradas aderentes aos cânones teóricos da filosofia pragmática e, portanto, válidos; na opinião de quem escreve, todavia, apontar para quem participa numa Instituição como significado da Instituição mesma é inadequado, pois se o significado de um

significado, portanto detém um valor que exclui as singelas e pontuais consequências práticas dos elementos que produzem significado; esta última visão da ação, que vem a ser negada por Peirce, é chamada de nominalista, utilitarista e positivista e vem ademais a ser definida como teoria da verdade que torna a utilidade empírica norma do agir humano, orientando assim a vida e o pensamento à conveniência prática; na perspectiva de James, pelo contrário, emerge uma delineação nominalista do pragmatismo que faz coincidir o significado de um conceito às suas consequências prático-experimentais e que estabelece uma natureza radicalmente empirista à sua epistemologia: veja-se *ibidem* e seguintes.

⁶¹ *Idem*, pgs. 62 e 96-97.

conceito é a suma de todas as determinações práticas que o conceito em questão pode produzir, como reza a máxima pragmática, concentrar a atenção somente ou mormente sobre uma possível dessas determinações práticas – neste caso, quem vem a fazer parte de uma Instituição – significa obter uma visão parcial do que o objeto considerado é.

Na análise até agora efetuada sobre as definições propostas por Irvine emergem mais dois elementos que não hão de ser excluídos no *framework* teórico que permitirá definir o que é um Estado-Maior. *In primis* há de se ter em consideração o facto de que, como referido *supra*, as Instituições em termos gerais e sobretudo os Estados-Maiores são manifestações práticas da vontade política de quem quer e tem o poder de pensá-los e reificá-los, portanto são determinações de um concerto de pessoas que, neste respeito, fica profundamente ligado às suas criações e contribui para proporcionar significação ao conceito reificado na Instituição considerada e vice-versa. Ação e determinação prática neste sentido dizem respeito à vertente peirceana do pragmatismo que faz delas hábitos e veículos de significado e que, por conseguinte, caracterizam estas duas entidades – os fundadores da Instituição e a Instituição por eles fundada – como consubstanciais, onde a substância é o significado do conceito. *In secundis* é necessário tornar a quem participa e reifica uma Instituição através da sua atividade nela: pode-se entender este concerto de pessoas como um motor que reifica as determinações práticas concebíveis relativas à Instituição, pois é este concerto que, agindo dentro da Instituição e em prol dela, pensa e cria e repensa ciclicamente as determinações práticas que conferem significado à Instituição considerada, como virá a ser visto *ultra*, modulando as atividades que produz em relação às variáveis dentro do contexto de ação; mas também este conjunto de pessoas é, como acenado *supra*, a primeira determinação prática reificada entre as possíveis, ou melhor, entre as concebíveis determinações práticas que quem pensa na Instituição e acaba por a fundar determina.

Cruzando agora as propostas de Irvine com o que é sustentado pelo pragmatismo americano, pode-se dizer que o foco da atenção do historiador americano, ou seja o concerto de pessoas que participam numa Instituição é um elemento chave para definir o que este órgão é. As razões desta afirmação residem no facto de que, do ponto de vista de construção das Instituições e dos Estados-Maiores em particular, o concerto de participantes numa Instituição manifesta-se como elemento ponte entre a entidade que a cria e estabelece as suas tarefas, entidade que assume o papel projetual em torno da Instituição em questão e que portanto só produz determinações práticas concebíveis e não concebidas, e a Instituição em si, que de facto produz determinações práticas concebidas reificando a projetualidade da entidade fundadora.

Um outro elemento de relevo que é necessário considerar nesta análise teórica das definições de Irvine é o papel duplo que desempenha em termos pragmáticos o concerto de pessoas que constituem o elemento chave das definições do historiador americano: se se identificar este conjunto de pessoas com a Instituição na qual operam, eventualidade possível pois estas duas entidades são consubstanciais como acenado *supra*, obtém-se que uma Instituição tem a capacidade de dar projetualidade a si mesma, induzindo as modificações que reputa necessárias à própria estrutura ou, em termos

pragmáticos, produz determinações práticas concebíveis ademais das concebidas: esta possibilidade é determinada pela atividade desenvolvida pela Instituição em si e, em última instância, pelas pessoas que nela trabalham; enfim, a importância deste elemento ponte diz respeito outrossim ao facto que este grupo de pessoas, elemento chave nas definições propostas por Irvine, proporcionando significado à Instituição na qual trabalha, confere significado também a si por causa da consubstancialidade que tem com a Instituição da qual fazem parte.

As razões pelas quais foi sustentado que as definições de Irvine são parciais aparecem, seguindo o raciocínio proposto, claras. O foco de Irvine concentra-se, em sete das oito definições propostas, sobre um aspeto fundamental para definir uma Instituição, ou seja, as pessoas que a compõem e que nela trabalham, excluindo outros três elementos que, consoante os cânones da filosofia pragmática, podem ser reputados igualmente de fundamentais.

O primeiro destes elementos, já amplamente citado na análise até agora realizada, é quem funda uma Instituição. As razões para citar esta entidade, chamada *supra* de política, residem em duas reflexões diferentes, sendo a primeira amplamente descrita no âmbito do pensamento pragmático citado *supra*, *id est*, o facto que quem funda uma determinada Instituição é a primeira entidade que lhe confere significado pois estipula uma parte das determinações práticas que a Instituição em si irá produzir; portanto, de um ponto de vista puramente teórico e seguindo os enunciados da filosofia pragmática, as primeiras determinações práticas que contribuem para estabelecer o significado de uma Instituição provêm de uma entidade que não é a Instituição sujeito da análise mas é o órgão que se acha acima dela e que a funda. A segunda reflexão relativa à entidade que funda uma Instituição diz respeito ao caso específico dos Estados-Maiores ou, em termos mais gerais, às Instituições militares, e refere-se à peculiar ligação que o mundo militar tem com o mundo político, ligação que foi enunciada por Clausewitz na sua obra *Vom Kriege*. A notória máxima clausewitziana, pela qual a guerra é a continuação da política por outros meios, assume um alcance ainda mais considerável na análise das Instituições militares em geral e dos Estados-Maiores em particular, pois cria uma ligação muito estrita entre o evento bélico e a entidade política que o determina e gere; para além disto, a este respeito é lícito ampliar – mesmo assim permanecendo aderentes às ideias de Clausewitz – o conceito de guerra expresso pelo Oficial prussiano para além do singelo evento bélico e substituí-lo com o termo “aparelho militar”, incluindo portanto todos os órgãos e o pessoal que reificam o mundo militar *sensu lato* que vê a guerra como última manifestação prática. De facto, pode-se sustentar que os aparelhos militares constituem a continuação da política por meios diferentes num contexto diferente, ou melhor, reificam um dos meios da política: os Estados-Maiores, neste respeito, acabam por ser uma parte dos aparelhos militares e, portanto, um meio da política e sua direta determinação, constituindo por isso um *medium* entre a política e a atividade bélica que contribui para gerir⁶². Neste sentido, o que

⁶² Clausewitz, Karl von, *Della Guerra*, Milão, Mondadori, 2013. Para além da célebre máxima do Oficial prussiano, o primeiro capítulo do primeiro tomo da sua obra oferece uma visão mais ampla e articulada em relação à essência da guerra, o que é, em qual relação está para com a política – seja suficiente citar o título do

foi sustentado *supra, id est*, que os fundadores de uma Instituição e a Instituição em si são consubstanciais, encontra mais uma confirmação, pois, cruzando a proposta teórica do pragmatismo americano com as considerações de Clausewitz em relação à gênese dos Estados-Maiores entendidos como Instituições militares peculiares, pode-se sustentar que a substância que os Estados-Maiores compartilham com as entidades políticas que os fundam não é somente o significado do conceito de Estado-Maior, que transita da entidade política à militar no momento da sua constituição, como proposto pela vertente peirceana do pragmatismo americano, mas é também a natureza deste significado – que é política e tal permanece – como sustentado por Clausewitz.

O segundo elemento que Irvine exclui de sete de oito das suas definições é o que um Estado-Maior faz. Como amplamente argumentado *supra*, é opinião de quem escreve que as atividades, ou melhor, as determinações práticas de um conceito, neste caso de uma Instituição militar, são a fonte principal para determinar o que um conceito é, como proposto pela escola filosófica pragmática americana, e finalmente defini-lo. É necessário outrossim acrescentar que a racionalidade das determinações práticas de um Estado-Maior, assim como sugerido no quadro teórico dos pragmatistas, foi sublinhada por Clausewitz na sua obra: este aspeto importante que emerge na obra do Oficial prussiano e que aponta para o tema aqui abordado dos Estados-Maiores é uma referência à atividade principal desta Instituição militar, ou seja a especulação militar, que na sua opinião ganha uma primazia particular; nas palavras de Clausewitz,

*O primeiro e ao mesmo tempo o mais considerável e decisivo ato de raciocínio exercitado pelo homem de Estado e comandante consiste em avaliar atentamente, deste ponto de vista [ou seja entendendo a guerra como ato político e tendo em consideração a natureza variável das guerras], a guerra que ele está por começar, ao invés de a avaliar ou de querer avaliá-la pela que não pode ser no que diz respeito à natureza das coisas. Esta é, portanto, a primeira e a mais complexa de todas as questões estratégicas: iremos examiná-la mais a frente tratando do plano de guerra.*⁶³

Retomando mais uma vez o pensamento clausewitziano e associando-o ao quadro teórico aqui proposto, ou seja, os princípios da filosofia pragmática clássica, emerge mais um ponto de destaque: na sua obra, o Oficial prussiano sustenta que a guerra é uma extensão da política que se dota de meios diferentes em comparação com esta última. A este respeito, portanto, é necessário ter em conta que não somente a natureza das Instituições militares é política, sendo estas meios do âmbito político e suas extensões, mas também as atividades das Instituições militares são profundamente influenciadas pelas escolhas do mundo político como emerge claramente no excerto citado *supra*; a este respeito

parágrafo 26, *Todas as guerras podem ser consideradas atos políticos* – e como esta relação seja fundacional para a compreensão e interpretação da história militar: veja-se *idem*, pgs. 17-41, sobretudo 38-39.

⁶³ *Idem*, pg. 40.

pode-se dizer que as determinações práticas das entidades militares como os Estados-Maiores compartilham, *cum grano salis*, a natureza política das Instituições que as produzem pois, como virá a ser demonstrado *ultra*, a política mantém uma dinâmica de controlo e supervisão das determinações práticas militares. Noutros termos, sendo a guerra a determinação prática última e mais importante das Instituições militares e, portanto, compartilhando com estas últimas uma natureza política, acaba por ser lícito sustentar que a organização da guerra, atividade e determinação prática mais importante das Instituições militares, como virá a ser demonstrado *ultra*, é também fenómeno político. Seja destacado aqui que, todavia, a natureza política das Instituições militares e da guerra não haverá de ser sobrevalorizada: Karl von Clausewitz apontou com sucesso para a profunda ligação entre política e guerra, pondo outrossim o fenómeno político e o fenómeno bélico numa relação de derivação sustentando, num outro famoso enunciado,

Talvez seja a guerra outra coisa que uma espécie de escrita ou linguagem nova para exprimir o pensamento político? Este idioma tem sem dúvida a sua própria gramática, mas não possui uma sua lógica.⁶⁴

A ligação proposta por Clausewitz entre política e guerra, portanto, vai muito para além da continuação da política por outros meios. Neste enunciado aproximável à teoria linguística⁶⁵ emerge mais uma vez a primazia política no que diz respeito ao mundo militar, mas emerge igualmente um outro elemento importante, ou seja, a autonomia “gramatical” da disciplina militar. Uma leitura do *Vom Kriege*, de facto, pode ser efetuada tendo em consideração como chave de leitura as oscilações constantes entre a natureza política da guerra e a sua autonomia “gramatical” que aparecem ao longo da análise do Oficial prussiano. Esta oscilação entre a dinâmica política e a autonomia militar de facto constitui um momento importante para determinar o que é uma Instituição militar, sobretudo no que diz respeito à proposta teórica dos pragmatistas americanos. Por um lado, a dinâmica política reforça mais uma vez a ligação entre o mundo político e o mundo militar, como avançado pela perspetiva clausewitzeana mas também em referência à perspetiva pragmática: sendo a entidade que funda e plasma uma Instituição militar uma entidade política – como virá a ser demonstrado amplamente *ultra* – e conferendo à Instituição militar criada significação através das determinações práticas concebíveis que vêm a ser transferidas através do ato de fundação, pode-se sustentar que a natureza política das Instituições militares em geral, e dos Estados-Maiores em particular, seja um ponto central para construir uma definição desta Instituição particular.

Por outro lado, todavia, não se pode excluir da análise a autonomia definida de “gramatical” do âmbito militar às atividades nas quais participam os Estados-Maiores. Tendo em consideração a perspetiva pragmática, pela qual as determinações práticas são as únicas que conferem significado a

⁶⁴ *Idem*, pg. 811.

⁶⁵ No ensaio de Bernini, Stefano, *Filosofia della Guerra: un approccio epistemologico*, obra disponível em http://www.sintesialettica.it/guerra/saggio_stefano_bernini.pdf, pg. 17, é proposta esta comparação entre o enunciado clausewitzeano e a teoria linguística de Noam Chomsky, comparação considerada aqui apropriada.

um conceito, consegue que a autonomia “gramatical” da guerra é um ponto fundamental para entender o que é um Estado-Maior, pois, sendo esta autonomia relativa essencialmente às atividades produzidas pela Instituição militar oferece e não relativa à sua natureza, proporciona os meios necessários para entender o que é um Estado-Maior: esta profunda relação entre política e mundo militar é o terceiro ponto que Dallas Irvine não considerou de forma clara na formulação das definições de Estado-Maior e que, pelo contrário, é considerado por quem escreve fundamental.

Neste sentido, portanto, as dinâmicas que constituem o quadro teórico que leva à definição do que é um Estado-Maior – dinâmicas que, na opinião de quem escreve, podem ser estendidas às outras Instituições militares – são duas e convergentes: a primeira dinâmica, a clausewitziana, determina que a natureza da guerra e, por extensão, dos aparelhos militares, é política; outrossim, como demonstrado *supra*, também a perspectiva pragmática pode espessar a dinâmica política: as primeiras determinações práticas, *id est*, uma parte das determinações práticas concebíveis de uma Instituição são estabelecidas pela entidade que a funda e portanto compartilham a sua natureza política criando assim uma ligação entre os dois conceitos que não deixa de existir depois da fundação da Instituição militar; noutros termos, a entidade política que funda uma Instituição militar e as primeiras determinações práticas concebíveis que lhe são atribuídas são consubstanciais, onde a substância é a natureza política compartilhada entre as entidades políticas fundadoras, as Instituições militares a nível ontológico e as determinações práticas concebíveis atribuídas a estas Instituições pois são de direta emanção política. A segunda dinâmica é a relativa mais precipuamente à autonomia “gramatical” das Instituições militares e ao quadro teórico oferecido pela filosofia pragmática: assumindo que o significado de um conceito é o resultado de todas as suas determinações práticas possíveis, torna-se necessário analisar estas determinações para entender o que é a Instituição do Estado-Maior e, a partir disto, defini-la. Traduzindo esta perspectiva no pensamento clausewitziano emerge como, se se considerar exclusivamente e *sensu stricto* a guerra, esta possa ser considerada como uma determinação prática de uma autoridade política; todavia, como sustentado *supra*, o termo “guerra” reduziria excessivamente o alcance do pensamento clausewitziano e portanto foi considerado legítimo estender o campo semântico do termo “guerra” para que englobe todos os elementos dos aparelhos militares, portanto incluindo os Estados-Maiores. Assim, ampliando o objeto da análise do General prussiano – não somente a guerra *sensu stricto* mas também as Instituições militares – pode-se analisar o que os Estados-Maiores são através das determinações práticas que produzem e além da exclusiva existência como determinação prática de uma entidade política; para além disto, Clausewitz na sua análise garante que estas determinações práticas não são determinações políticas – como sustentado *supra* a entidade política que funda as Instituições militares e estas últimas são politicamente consubstanciais, mas não são o mesmo conceito – pois a guerra, e no presente caso as Instituições militares, são “gramaticalmente autónomas”, ou seja produzem autonomamente determinações práticas. Estas determinações práticas, *id est*, o que os Estados-Maiores fazem, quais medidas tomam perante as mudanças político-militares que intervêm no devir histórico, os resultados práticos da ação que

desenvolvem *et cetera*, virão a ser consideradas como o meio principal para determinar o que um Estado-Maior é e como pode ser definido em estrita ligação com a dinâmica política de matriz clausewitziana.

4. OS PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS: FONTES PRIMÁRIAS E PERSPETIVA COMPARADA.

Os princípios metodológicos que foram escolhidos para alicerçar a investigação em torno dos Estados-Maiores são essencialmente dois, sendo o primeiro o foco sobre as fontes primárias e o segundo a projeção comparativa da investigação.

A razão pela qual se optou para conferir maior atenção às fontes primárias diz respeito a dois problemas que tornaram esta escolha de facto vinculativa: ademais da óbvia importância de referir-se a documentos e fontes primárias para fundamentar uma investigação no âmbito da disciplina historiográfica, é necessário salientar, em primeiro lugar, que a escassez de obras de cariz científico relativas aos Estados-Maiores, amplamente descrita *supra* no Estado da Arte, limitou a obtenção de informações sobre o surgimento e a evolução destas Instituições militares e por conseguinte vinculou a procura destas informações às fontes primárias; em segundo lugar, como foi amplamente descrito *supra* no Estado da Arte, relativamente às monografias sobre os Estados-Maiores que foram consultadas existem vários problemas, por causa dos quais foi considerado mais oportuno orientar a pesquisa para fontes primárias. Estes problemas são sobretudo de natureza formal, ou seja a abordagem dos Estados-Maiores em coletâneas de artigos como no caso dos Estados-Maiores inglês e português, nas obras editadas por French e Holden-Reid e Luís Nuno Rodrigues respetivamente, que proporcionam uma análise parcialmente fragmentária e, por conseguinte, não completamente sintética, e de apresentação do assunto e contedística, como no caso de Görlitz, pois a sua obra é mais uma análise sobre as atividades dos Chefes de Estado-Maior do que uma investigação sobre a Instituição em si, não obstante os dois elementos serem obviamente relacionados.

A pesquisa documental relativa aos Estados-Maiores partiu dos pressupostos teóricos descritos *supra*. De facto, é necessário sublinhar como existem diversos tipos de fontes documentais aproveitáveis para estruturar uma investigação acerca do tema específico dos Estados-Maiores e, por extenso, das Instituições militares. Estas tipologias de documentos referem-se a documentos de natureza política, ou seja, produzidos por autoridades e órgãos políticos e que se referem aos Estados-Maiores; documentos de natureza militar, ou seja documentos produzidos pelos mesmos Estados-Maiores ou por outros órgãos militares e que são relativos às atividades desta Instituição; e, finalmente, documentos pessoais de elementos que operavam dentro da Instituição militar considerada na presente análise. Ademais das diferentes *nuanças* que cada uma destas três categorias de documentos proporciona, sendo a primeira principalmente político-institucional, a segunda militar-prática e a terceira individual-subjetiva, consoante as perspetivas teóricas descritas *supra*, a acessibilidade dos documentos e o tempo a disposição para efetuar a pesquisa documental, a natureza

da maioria dos documentos encontrados é referível à segunda categoria das três acima mencionadas, ou seja a militar-prática. As razões pelas quais a pesquisa documental foi orientada para esta categoria são diversas: *in primis*, como referido *supra*, os princípios teóricos escolhidos para alicerçar a presente análise referem-se à dimensão prática do conceito investigado: neste sentido analisar os documentos produzidos pelos Estados-Maiores implica tratar diretamente com as manifestações práticas por eles produzidas e através delas remontar à natureza profunda da Instituição *per se*; se, como descrito *supra*, o Estado-Maior é o que faz, analisar os documentos por ele produzidos significa analisar a essência mesma do sujeito investigado. Outrossim analisar esta categoria de documentos implica lançar um olhar sobre a *self-perception* desta Instituição, pois nos documentos a ela referíveis é possível individualizar análises produzidas pelo Estado-Maior sobre si mesmo, sobre as suas relações com outros órgãos políticos e militares e sobre a sua projecção no futuro em termos de atividades práticas a desenvolver e a sua colocação a nível político-institucional. Uma ulterior razão que determinou a escolha desta categoria documentária como preferível em comparação com as outras é de natureza principalmente prática: ao contrário das outras categorias, os documentos produzidos pelos Estados-Maiores encontram-se concentrados em poucos arquivos, onde foi possível analisá-los de forma mais aturada; estes arquivos são: o *Bundesarchiv – Abteilung Militärarchiv* de Friburgo em Brisgóvia, Alemanha, que concentra a maioria dos documentos produzidos por órgãos militares desde o estabelecimento da Confederação Germânica do Norte em 1866; o arquivo do Castelo de Vincennes em Paris, França, arquivo principal do sistema do *Service historique de la Défense* que recolhe os documentos referíveis às Instituições militares francesas; o Arquivo Histórico-Militar de Lisboa e o *National Archives* em Londres, Reino Unido, sendo o arquivo britânico a única exceção entre os arquivos visitados pois os documentos de natureza militar produzidos na Inglaterra não confluíram num arquivo dedicado a este propósito mas foram incluídos nas coleções do principal arquivo nacional.

As outras duas categorias de documentos citadas *supra* proporcionam informações de natureza diferente em comparação com os documentos para com os quais se concentrou a pesquisa documental. Contudo, foi considerado necessário individualizar alguns documentos destas categorias pois, de facto, são incontornáveis em relação à presente tese.

A primeira categoria diz respeito aos documentos definidos como político-institucionais, portanto produzidos por autoridades políticas que se relacionam com a Instituição analisada; um exemplo deste tipo de documentos podem ser banalmente os atos de fundação dos diversos Estados-Maiores, ou seja atos políticos que determinam o nascimento destas Instituições e estabelecem algumas das suas características, como por exemplo as tarefas ou os componentes. Esta categoria de documentos é importante porque mais uma vez põe em relação a dinâmica política com o meio militar, como sustentado por Clausewitz e como descrito *supra*: como virá a ser visto *ultra*, é mormente nesta categoria de documentos que se reifica a dinâmica de consubstancialidade entre o âmbito político e o âmbito militar que é determinante na disciplina histórico-militar; finalmente, estes documentos

contribuem de forma decisiva para preencher os requisitos teóricos descritos anteriormente e que se referem à perspectiva clausewitziana, ao lado dos documentos de natureza militar-prática que, pelo contrário, satisfazem de forma mais completa os princípios teóricos que dizem respeito à filosofia pragmática. De um ponto de vista prático, o problema principal relativo a uma pesquisa documental orientada para este tipo de documentos é que se encontram em arquivos diferentes dos que possuem os documentos produzidos pelas autoridades militares: neste sentido o caso mais emblemático é o alemão, sendo o *Bundesarchiv – Abteilung Militärarchiv* em Friburgo em Brisgóvia e os arquivos parlamentares em Berlim, portanto em duas partes antipodais da Alemanha; ademais, é usual que os processos para a requisição e consulta de documentos sejam diferentes em cada arquivo: neste respeito, uma análise mais aturada dos documentos de natureza política teria implicado um conjunto de problemas lógicos que não foi possível sustentar por inteiro a menos de estruturar objetivos e princípios teórico-metodológicos radicalmente diferentes dos considerados aqui; não sendo todavia esta categoria de documentos considerada fundamental e incontornável em prol da presente tese, foi reputado adequado e suficiente recuperar os documentos julgados estritamente necessários – por exemplo os decretos da instituição dos Estados-Maiores, como descrito *supra* – e concentrar a pesquisa documentária nos documentos de natureza militar consoante, portanto, os princípios teóricos descritos anteriormente.

A última categoria de documentos proposta é a que diz respeito aos documentos produzidos por pessoas em diversos graus relacionadas aos Estados-Maiores. Estes indivíduos podem ser componentes dos Estados-Maiores até aos Chefes de Estado-Maior, pessoas relacionadas com eles que registam as atividades destes sujeitos dentro da Instituição, autoridades políticas que tratam principalmente com os Estados-Maiores, adidos militares e, em suma, todos os indivíduos que produzem documentos relacionados com Instituição militar considerada oferecendo uma visão pessoal e não oficial-institucional. A visão que estes sujeitos podem proporcionar à presente tese é considerada aqui auxiliar à história dos Estados-Maiores mas, mesmo assim, de relevância no que diz respeito a um âmbito específico da estrutura da presente análise, que se pode definir de “narrativo”: uma crítica levantada *supra* para a obra de Görlitz é que se concentrava de forma excessiva, na opinião de quem escreve, nas dinâmicas político-militares relativas aos Chefes de Estado-Maior alemães deixando de lado as dinâmicas mais propriamente institucionais, portanto focando a atenção mais sobre as pessoas e as dinâmicas pessoais – outrossim relatando quase exclusivamente os vértices político-militares das Instituições político-militares alemãs e considerando só tangencialmente as dinâmicas práticas internas do Estado-Maior, *id est*, como as pessoas trabalhavam nos vários gabinetes e divisões internas do Estado-Maior prussiano-alemão –. Se a perspectiva de Görlitz veio a ser considerada excessivamente desequilibrada para o lado das pessoas, apesar delas serem os Chefes de Estado-Maior e as máximas autoridades militares alemãs, a presente tese não pretende sobrevalorizar de forma igualmente excessiva a perspectiva institucional da análise sobre os Estados-Maiores entendida como análise pessoal de uma Instituição focada na sua vertente prática. *Cum grano salis* pode-se sustentar que

aproveitar os documentos relativos aos indivíduos que se relacionam com a Instituição analisada e cruzá-los com um *framework* analítico mormente institucional-apessoal permite conferir “vida” ao mesmo âmbito prático dos Estados-Maiores, *id est*, noutros termos, conferir uma dinâmica, um movimento às atividades realizadas pelos Estados-Maiores ligando as determinações práticas produzidas por estas Instituições com os autores, os sujeitos que as determinaram. Por outro lado, abordar esta categoria de documentos apresenta um conjunto amplo de problemas que não foi possível resolver por inteiro sem modificar radicalmente a estrutura do presente trabalho exatamente como no caso apresentado *supra* relativo ao conjunto documentário político-institucional. Alicerçar um estudo relativo aos Estados-Maiores nos documentos pessoais de quem nesta Instituição trabalhou ou se relacionou significa quase necessariamente focar a atenção e orientar os objetivos da análise mais para o indivíduo do que para a Instituição; foram encontrados até agora dois casos que podem ser exemplificativos desta perspectiva: o primeiro, já citado *supra*, é a obra de Görlitz; nesta obra o foco do autor acaba por ser colocado sobre as dinâmicas pessoais dos principais sujeitos que trabalhavam no Estado-Maior alemão e nas principais Instituições que se relacionavam com o *Generalstab*: como dito *supra*, parafrasando o título da sua obra, mais do que uma história do Estado-Maior alemão, trata-se de uma história dos Chefes de Estado-Maior alemães com todos os problemas teóricos e metodológicos – ademais dos resultados finais da análise – que disto derivam; o segundo exemplo, citado no Estado da Arte, é a obra de Jeffery sobre Henry Wilson: o facto da obra ser uma biografia mostra claramente o que uma análise histórica alicerçada mormente sobre documentos pessoais pode ter como êxito; contudo, sendo a obra de Jeffery uma biografia sobre um militar que percorreu quase por completo o *cursus honorum* militar dentro do aparelho militar britânico até chegar à chefia do Estado-Maior Imperial, ademais passando por várias divisões dentro do Estado-Maior para além do *Staff College*, a perspectiva biográfica acaba por se tornar espúria, pois sendo a vida do militar inglês tão ligada à Instituição militar do Estado-Maior, em muitas partes pode-se ler na perspectiva sugerida *supra*, ou seja como uma história do Estado-Maior britânico através dos olhos de um indivíduo que nessa trabalhou e que contribuiu à sua estruturação⁶⁶. Neste respeito foi considerado oportuno avançar com uma pesquisa particular em torno de Henry Wilson para formular pelo menos um *case study*, como virá a ser exposto *ultra*; noutros termos, por causa das dificuldades em achar e consultar documentos

⁶⁶ É necessário sublinhar todavia que partes importantes da biografia da autoria de Jeffery são relativas a dinâmicas diferentes da relação Wilson-*General Staff*, como, por exemplo, a questão política irlandesa que foi, de facto, o segundo polo principal das atividades políticas do Oficial anglo-irlandês depois do aparelho militar britânico: veja-se, em torno da questão irlandês e do envolvimento de Wilson, Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, sobretudo pg. 111 e seguintes e o capítulo 13 intitulado *Losing Ireland and saving Ulster*, pgs. 256-280. Muitos capítulos da obra de Jeffery apresentam partes dedicadas ao Wilson político irlandês e à questão irlandesa, pois este problema político envolvia não só a figura de Henry Wilson mas também o exército britânico, como, por exemplo, durante o *Curragh incident*. A biografia de Wilson, por conseguinte, não se pode definir como história do Estado-Maior inglês através dos olhos de uma das principais personalidades que nele trabalharam.

personais produzidos por Oficiais militares⁶⁷ - documentos que normalmente estão na posse das famílias destes Oficiais ou que precisam de autorizações particulares para serem consultados – o caso do Oficial de Estado-Maior britânico foi considerado adequado para oferecer um ponto de vista interno do funcionamento de um Estado-Maior, conferindo desta forma uma perspectiva mais dinâmica e vital aos mecanismos desta Instituição que, consoante os princípios teóricos descritos *supra*, induziram aquelas determinações práticas que conferem significado e sentido à Instituição militar aqui analisada.

O segundo princípio metodológico aqui considerado reifica-se numa perspectiva comparada da análise que virá a ser efetuada em torno dos Estados-Maiores considerados. A razão desta perspectiva reside numa constatação que é estritamente ligada aos dois conceitos-ferramentas teóricas citados *supra* que virão a ser utilizados ao longo da análise, ou seja a cultura militar e a cultura estratégica: *cum grano salis* estes dois conceitos têm implicações importantes no que diz respeito à investigação em torno das Instituições militares, pois de facto a cultura militar e a cultura estratégica, consoante as definições propostas *supra*, acabam por conotar cada país de maneira diferente dos outros no que diz respeito às dinâmicas especulativas militares e às medidas que, em virtude destas especulações, são tomadas, pois os contextos político-militares de cada país é diferente dos outros, como emergirá claramente *ultra*. Neste sentido, aparece claro como cada Estado-Maior dos quatro analisados na presente tese possui características que o diferenciam até radicalmente dos outros⁶⁸. Todavia, é incontestável que os Estados-Maiores, apesar das diferenças que se podem relevar entre eles, possuem características comuns que permitem delinear um modelo institucional compartilhado entre os diversos países que se dotaram deste órgão, modelo a partir do qual é possível estabelecer uma definição e que é alvo do presente estudo. A escolha metodológica comparada aqui utilizada, portanto, é incontornável, pois é através do confronto entre os vários casos singulares que se pode formular um

⁶⁷ Os manuscritos de Henry Wilson – diários pessoais, comunicações, correspondências de vários géneros – são recolhidos no arquivo do *Imperial War Museum* de Londres graças à cedência operada pelos familiares do Oficial anglo-irlandês em prol do museu londrino: neste respeito pode-se dizer que o caso relativo a Wilson é uma exceção dentro do panorama das coleções documentárias relativas aos Oficiais dos Estados-Maiores aqui considerados e portanto foi considerado viável dedicar uma parte da pesquisa documentária a uma figura sem dúvida incontornável da história da Instituição militar do Estado-Maior.

⁶⁸ Durante a estadia em Paris para pesquisar os documentos relativos ao Estado-Maior francês nos arquivos do Castelo de Vincennes foi possível ter uma reunião com o Tenente-coronel Thierry Noulens, Professor na Ecole de Guerre de Paris, e o Tenente-coronel Christophe Gué do *Service historique de la Défense*, durante a qual lhes foi dirigida uma pergunta relativa ao que é um Estado-Maior e se podiam definir de forma sintética esta Instituição militar. A resposta dos Oficiais, intencionalmente provocatória, foi que não se pode definir o que é um Estado-Maior pois cada Estado-Maior é diferente dos outros por causa das suas conotações nacionais, políticas e culturais. Não obstante a provocação intelectual, a resposta dos Oficiais franceses é perfeitamente razoável no que diz respeito às categorias de cultura militar e cultura estratégica, sublinhando implicitamente como estas categorias podem determinar variações substanciais dentro da mesma Instituição até que se possa qualificar de “diferente” em cada um dos países analisados; é todavia mesmo implícito neste trabalho que é possível e oportuno formular uma definição sintética de Estado-Maior apesar das óbvias e claras diferenças entre os vários casos abordados; neste sentido, a perspectiva comparada aqui utilizada aponta exatamente para este objetivo, ou seja reconhecer e definir a substância comum entre os diversos Estados-Maiores através do cruzamento dos vários casos analisados excluindo os aspetos mais específico-nacionais em prol de um modelo institucional compartilhável entre os países considerados.

modelo institucional dos Estados-Maiores que pode finalmente proporcionar uma definição adequada para o descrever.

Contudo a perspectiva metodológica comparada não veio a ser muito aproveitada nas obras relativas aos Estados-Maiores encontradas e descritas no Estado da Arte; todavia, quando este preceito metodológico foi utilizado, os objetivos que se colocavam acabaram por ser radicalmente diferentes em comparação com os da presente tese. O único exemplo encontrado neste sentido refere-se à obra de Martin Samuels *Command or Control*: como descrito *supra* no Estado da Arte, esta obra propõe-se a efectuar uma análise comparada entre os aparelhos militares alemão e britânico durante as três décadas que acabam com a conclusão do primeiro conflito mundial, fase crucial no que diz respeito à evolução dos aparelhos militares seja de um ponto de vista técnico, seja de um ponto de vista doutrinário. O objetivo da obra é, todavia, proporcionar uma análise comparada entre Reino Unido e Alemanha para sublinhar as diferenças entre os dois países no que diz respeito às três categorias militares anteriormente definidas, ou seja, o comando das tropas, o treino das tropas e o combate, entendido como dinâmica prática resultado das duas perspectivas antecedentes. Em suma, Martin Samuels utiliza uma metodologia comparada para fazer emergir as diferenças entre os aparelhos militares inglês e alemão e não para encontrar os elementos de afinidade entre os dois exércitos⁶⁹.

O artigo da autoria de Christian Freuding citado *supra*, que adota também a perspectiva metodológica comparada, utilizando-a com os Estados-Maiores alemão e inglês chega aos mesmos resultados de Samuels: pondo o foco da análise proposta na influência da cultura militar e da cultura estratégica para com o surgimento e a atividade dos dois Estados-Maiores, o contributo de Freuding acaba por evidenciar mais as diferenças entre as duas Instituições do que os pontos em comum.

Resumindo os aspetos abordados até agora, pode-se salientar que os elementos fundamentais de um ponto de vista teórico-metodológico da presente tese são os seguintes: de um ponto de vista estritamente teórico, *in primis*, a perspectiva pragmática é a que determina que a substância e o significado de um conceito – neste caso a Instituição militar do Estado-Maior – é a soma de todas as determinações práticas concebíveis e concebidas deste conceito na vida real; neste respeito, por conseguinte, para entender o que é um Estado-Maior será necessário analisar a dimensão ativa e prática desta Instituição, *id est*, o que faz; *in secundis*, a perspectiva clausewitziana permite enquadrar o Estado-Maior na dimensão política, definindo-o consubstancial ao âmbito político que, nas palavras do militar prussiano, é a lógica a partir da qual se estrutura o mundo militar – que por sua vez é considerado uma “gramática” não logicamente autónoma –. De um ponto de vista estritamente metodológico também existem duas perspectivas que são os alicerces práticos da presente tese: *in*

⁶⁹ Tenha-se em consideração também o facto que, na opinião de quem escreve, a escolha do Reino Unido e da Alemanha como termos da comparação aponta implicitamente para as diferenças entre estes dois países pois, como é patente, a cultura militar e estratégicas dos dois países é antipódica, havendo sido a Grã-Bretanha uma potência militar principalmente marítima e naval ao contrário do Império alemão que era uma potência terrestre e continental: neste sentido entreprender uma análise comparada a partir destes pressupostos significa querer investigar implicitamente dois modelos militares diferentes *per se* e não aproveitar das diferenças para definir um modelo razoavelmente unívoco de Estado-Maior como no presente caso.

primis, a opção de valer-se mormente de fontes primárias responde à exigência de reificar o ditado teórico que sustenta que para definir um conceito é necessário analisar as suas determinações práticas; portanto as fontes primárias podem ser avaliada não só como fontes de informações preciosas para determinar o que é um Estado-Maior mas também como determinações práticas do mesmo e que, portanto, proporcionam sentido à Instituição do Estado-Maior entendida aqui como conceito; além disso, a ausência de obras de síntese relativas a este tema vincula qualquer estudo sobre os Estados-Maiores a valer-se de fontes primárias; *in secundis* a perspectiva comparada proposta tem o explícito objetivo de encontrar nas diferenças e afinidades entre os diversos Estados-Maiores considerados na presente tese os elementos que permitem remontar a um Estado-Maior “ideal” a partir do qual seja possível determinar uma definição que ultrapasse os limites e pontos fracos relevados e realçados em relação às definições propostas por Dallas Irvine.

Os princípios teóricos e metodológicos aqui expostos irão concretizar-se nos dois níveis da análise que irão compor a presente tese para individualizar os elementos necessários para estruturar uma definição de Estado-Maior. A primeira parte virá a ser definida de “perspetiva vertical” e implicará a análise – essencialmente descritiva – dos diversos Estados-Maiores considerados numa perspetiva diacrónica clássica através da análise das fontes primárias e da literatura científica relativas a cada um deles, como se fossem quatro linhas paralelas, uma por cada país, que se estendem ao longo do eixo temporal, desde a instituição de cada um deles até à Grande Guerra. Esta perspetiva tem dois objetivos: o primeiro objetivo consiste em proporcionar uma síntese historiográfica sobre o Estado-Maior de cada um dos países analisados, pois de facto não existem ou não foi possível encontrar obras monográficas de cariz científico relativas aos Estados-Maiores dos países considerados para além do Estado-Maior alemão e britânico e, parcialmente, do português; o segundo objetivo da perspetiva vertical é literalmente criar os elementos de análise a partir dos quais se poderá proceder com a segunda parte da análise, ou seja a “perspetiva horizontal”. Esta segunda perspetiva é a mais directamente relacionada com a dinâmica metodológica comparada descrita *supra*; noutros termos, a partir do momento em que os quatro Estados-Maiores sejam analisados e que seja proposta uma síntese sumária de cada um deles, estas mesmas sínteses virão a ser utilizadas como termos da comparação que permitirá a definição da Instituição do Estado-Maior: o objetivo desta perspetiva é, noutros termos, pôr em comunicação as histórias singulares dos Estados-Maiores dos países considerados – como se se estendessem linhas horizontais sobre as quatro linhas paralelas da perspetiva vertical descrita *supra* para formar uma grelha historiográfico-informativa – para fazer emergir os elementos chaves que se podem destacar na estruturação de uma definição da Instituição militar analisada.

Finalmente, tendo descrito os princípios teóricos sobre os quais se erguerá a presente tese, os elementos metodológicos através dos quais se estruturará este trabalho e as perspetivas vertical e horizontal, que constituem a dimensão prática dos princípios teórico-metodológicos propostos, passar-

se-á à análise de cada um dos Estados-Maiores dos países considerados a partir do país onde surgiu o primeiro Estado-Maior militar moderno, ou seja a Prússia-Alemanha.

CAPÍTULO II – O GENERALSTAB PRUSSIANO-ALEMÃO: O SURGIMENTO DO ESTADO-MAIOR MODERNO.¹

1. AS ORIGENS DO ESTADO-MAIOR PRUSSIANO: O SURGIMENTO, 1806-1857.

O surgimento do primeiro Estado-Maior moderno da história remonta à Prússia dos Hohenzollern no período das guerras napoleónicas e às reformas do aparelho militar prussiano que decorreram entre a derrota sofrida pelo exército prussiano em Jena e Auerstädt em outubro de 1806 e a dissolução do Império de Napoleão em 1815. Pode-se sustentar que as razões do surgimento de um órgão militar como o Estado-Maior na Prússia daquele período dizem respeito à concomitância de um conjunto de causas que contribuíram para a estruturação de um órgão de apoio à chefia militar como a Instituição analisada na presente tese. Tendo em vista esta perspectiva, todavia, será necessário recuar cronologicamente para analisar algumas destas causas aquando do seu surgimento, ou seja, a partir dos séculos XVII e XVIII.

A primeira razão pela qual o Estado prussiano foi alvo de reformas que conduziram à instituição de um Estado-Maior diz respeito às peculiares condições geopolíticas do país germânico que induziram o desenvolvimento de uma cultura militar e de uma cultura estratégica particulares em comparação com os outros países considerados na presente tese. De facto, o Brandeburgo-Prússia é uma região histórica situada no nordeste do atual Estado alemão, dominada por baixas planícies que possuem por eixos as cidades de Berlim e Königsberg – atual Kaliningrad – e, com a exceção do Mar Báltico no norte, sem relevantes fronteiras naturais; de um ponto de vista histórico, o Brandeburgo até ao século XVII era

¹ Uma das fontes principais do presente capítulo é a obra do Major Stoeckel com título *Die Organisation des Großen Generalstabs*. Esta obra inédita, um manuscrito da autoria de um oficial aposentado do exército alemão, foi composta nos anos que se seguiram à conclusão da Primeira Guerra Mundial; para além destas escassas informações, não foi possível encontrar outros dados sobre o autor ou sobre a obra em si: a data de composição do manuscrito não é presente na obra e os registos arquivísticos não proporcionam informações mais detalhadas das aqui referidas; não foi tampouco possível encontrar mais notícias biográficas sobre o autor e a sua carreira profissional, sendo conhecido só o posto e o facto de estar aposentado na altura da composição da obra (os dados arquivísticos falam de *Major a.D.*, *id est*, “*außer Dienst*”, aposentado); a obra em si é uma descrição do surgimento e da evolução do Estado-Maior prussiano-alemão do ponto de vista organizativo: o autor foca a sua atenção nas dinâmicas internas da Instituição para proporcionar um quadro em torno das tarefas desempenhadas pelos departamentos do *Generalstab*; o tema da obra e o elevado grau de aprofundamento das dinâmicas do Estado-Maior parecem indicar que o autor teria feito parte desta Instituição e que dispusesse de fontes e materiais sobre esta Instituição que quem escreve não conseguiu encontrar ou que, possivelmente, andaram perdidos, tendo sobretudo em consideração o incêndio que destruiu o arquivo militar alemão de Potsdam em 1945. Contudo, a obra de Stoeckel demonstra características semelhantes às de uma obra científica, pois, não obstante não dispor de uma bibliografia, muito frequentemente cita as fontes com referências glosadas no texto, referências normalmente aos A.K.O. (veja-se *ultra*), às disposições do Chefe de Estado-Maior e aos documentos que foram produzidos nos debates dentro da Instituição aqui considerada. A quase total correspondência entre as informações proporcionadas por Stoeckel e as relatadas por Görnitz e Dupuy, e tendo em conta as escassas fontes encontradas em torno do Estado-Maior prussiano-alemão, foi reputado vantajoso aproveitar da obra de Stoeckel: contudo, nunca tendo sido publicada, virá a ser tratada como fonte primária documental e, nas referências, manterá a descrição bibliográfica do arquivo militar de Friburgo em Brisgóvia. Um outro documento que resume os acontecimentos principais relativos ao surgimento e à evolução do Estado-Maior alemão é o *Handbook of the German Army*, TNA – WO 208/2905. O documento é sem data, mas redigido após 1940 como recolha de diversos documentos do *War Office* inglês.

um dos muitos Estados regionais alemães reunidos no Sacro Império Romano da Nação Germânica: os acontecimentos militares da Guerra dos Trinta Anos lançaram as bases para a emergência militar e política do Estado prussiano que foi a *conditio sine qua non* que permitiu o desenvolvimento dos meios que, dois séculos mais tarde, conduzirão à Unificação alemã. A consideração inicial que induziu os Hohenzollern a reformar e ampliar o aparelho militar prussiano a partir do século XVII justifica-se, portanto, por dois aspetos de natureza fundacional e indissociáveis: o primeiro é a natureza geográfica do território prussiano que, não tendo obstáculos naturais de relevo que pudessem contribuir para a defesa do Estado, vinculou os Hohenzollern à constituição de um exército amplo e disciplinado que constituísse o meio principal para defender as fronteiras e, como acontecerá no século XVIII e XIX, que fosse o meio de projeção política prussiana na Europa Central²; o segundo aspeto é, por outro lado, a situação mais propriamente geopolítica relativa ao Estado prussiano: território que sofreu inúmeras devastações às mãos das tropas dos países que se enfrentaram durante a Guerra dos Trinta Anos, o Brandeburgo-Prússia encontrava-se numa posição de inferioridade militar em comparação com os seus vizinhos – nomeadamente o Império austríaco no sul, a Comunidade Polaco-Lituana no leste e os Reinos da Suécia e da Dinamarca no norte, cujos exércitos provocaram as devastações nos territórios alemães entre 1618 e 1648 – e, portanto, destinado a sofrer a projeção política destes países vizinhos e, conseqüentemente, a permanecer em posição de subalternidade política em comparação com eles³.

Esta situação de subalternidade militar não se modificou até à primeira metade do século XVIII, período que culmina com o reinado de Frederico II, o Grande, no qual o aparelho militar prussiano se multiplicou, passando dos 30.000 efetivos estabelecidos pelo Grande Eleitor Frederico Guilherme I durante as fases conclusivas da Guerra dos Trinta anos aos 200.000 enquadrados por Frederico II⁴; todavia, considera Dupuy que os estrondosos sucessos militares que coroaram o reinado de Frederico II podem ser vistos como uma exceção dentro da história militar da Prússia-Brandeburgo: se antes o exército do Eleitor podia ser considerado marginal em comparação com os principais atores que protagonizaram a Guerra dos Trinta anos, o exército organizado e dirigido por Frederico II⁵ que

² Veja-se Freudling, Christian, *Organising for war: Strategic Culture and the Organisation of High Command in Britain and Germany, 1850-1945: A Comparative Perspective*, obra citada, pg. 437. O Oficial alemão acrescenta um aspeto importante, ou seja, que os inferiores recursos demográficos alemães em comparação com a França e a Rússia, associados à ausência de fronteiras naturais, conduziram ao desenvolvimento de uma perspetiva estratégica de guerra breve fundada sobre a perspetiva tática da batalha definitiva para obter a *Vernichtung*, a aniquilação do inimigo e, por conseguinte, a conclusão das hostilidades.

³ Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, sobretudo pgs. 12-13 e seguintes; veja-se também Parker, Geoffrey, *La guerra de los treinta años*, Madrid, A. Machado Libros, 2004, pg. 162 e seguintes; é outrossim de interesse a seção de ensaios bibliográficos dedicada às devastações dos exércitos durante o conflito: *idem*, pgs. 350-355.

⁴ Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. I, parágrafo 3.

⁵ A celeberrima frase associada ora a Voltaire, ora ao Conde ou ao Visconde de Mirabeau, ao Ministro prussiano Friedrich Leopold von Schrötter ou ainda a Georg Heinrich von Berenhorst que “outros Estados possuem exércitos; a Prússia é um exército com um Estado” é essencialmente uma provocação intelectual, mas na opinião de quem escreve acaba por ter um olhar razoavelmente aderente à realidade sobre a natureza do Estado prussiano e sobre o militarismo que o caracterizou e, se interpretado através da categoria de cultura militar, proporciona

emergiu no panorama europeu da Guerra dos Sete Anos foi de facto o mesmo que sofreu derrotas catastróficas contra os exércitos franceses nas batalhas de Jena e Auerstädt em 1806, e ainda em Ligny em 1815 durante a Era Napoleónica⁶. Não obstante o ponto de vista de Dupuy, o protagonismo militar prussiano determinado por Frederico II entre as potências europeias é normalmente reconhecido em âmbito historiográfico como um dos alicerces a partir do qual o *Zweites Reich* alemão foi construído; o militarismo prussiano tem portanto características que têm origens na peculiar condição geopolítica do estado, condição que levou à estruturação de uma resposta militar muito específica – a criação, a partir dos reinados de Frederico Guilherme I de Brandeburgo e do seu neto o “Rei Soldado” Frederico Guilherme I de Prússia, de um exército eficaz que suprisse os limites do território prussiano de um ponto de vista militar, portanto a falta de defesas naturais – que contribuiu para a estruturação e a difusão de uma cultura militar que viria a moldar o Estado prussiano e, seguidamente, o alemão, até à conclusão do segundo conflito mundial.

Dentro da evolução do exército prussiano é necessário citar mais uma vez Dupuy, pois sublinha o oficial americano que

“The German Army begins with Frederick the Great” [...]. Unfortunately this assertion—so widely accepted—cannot stand up under scrutiny. One can argue that the army that Frederick commanded so well had been established by his great-grandfather, Frederick William, the Great Elector, or by his father Frederick William I. In either event, Frederick’s army was inherited, and he changed it little. And that army, whoever created it, was literally destroyed by Napoleon, who was an innovator. A new Prussian Army arose from these ruins, and while it received much inspiration from the memory of Frederick’s great victories, it would be more accurate to attribute the origins of that new Prussian Army to Napoleon or – more properly – to the reaction of his Prussian enemies, who learned a new system of war from the French Emperor.⁷

Não é esta a sede para evidenciar as mudanças radicais que transformaram o exército revolucionário francês no aparelho militar que, sob o comando de Napoleão, derrotou as principais potências continentais europeias e redesenhou o mapa do Velho Continente⁸; contudo, retomando as

informações interessantes no que diz respeito aos equilíbrios entre o âmbito político e o militar dentro da Prússia e o papel político-militar desempenhado pelos Reis da dinastia Hohenzollern.

⁶ Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pg. 9.

⁷ *Idem*, pg. 15.

⁸ Os elementos mais importantes da reforma do aparelho militar francês, na opinião de quem escreve, são a reforma do exército realizada por Lazar Carnot em 1793 que instituiu a *levée en masse*, ou seja, a conscrição semi-obrigatória a nível nacional, pela qual cada jovem francês era enquadrável no exército, e o consequente conceito de “nação em armas”. De um ponto de vista político, esta reforma e as consequências que gerou ligava a posse da cidadania à obrigatoriedade de servir no exército, como será sancionado depois pela lei Jourdan-Delbrel de 1798 que no seu primeiro artigo rezava “*Tout Français est soldat et se doit à la défense de sa patrie*”,

palavras de Dupuy, devem-se sublinhar dois aspetos relativos ao âmbito contextual que induziu a instituição de um órgão como o Estado-Maior na Prússia dominada por Napoleão. O primeiro aspeto é a dupla paternidade da cultura militar prussiano-alemã, ou seja, a coexistência de uma raiz prática, *id est*, a construção do aparelho militar prussiano por parte de Frederico Guilherme I de Brandeburgo e o seu homónimo da Prússia por razões relacionadas com as condições geopolíticas do Estado prussiano no século XVII, e a presença de uma raiz “espiritual”, ou seja, a memória da superioridade dos exércitos prussianos dirigidos por Frederico II, o Grande, que protagonizaram os campos de batalha da Guerra dos Sete Anos e determinaram a emergência política da Prússia no concerto europeu; o segundo aspeto é a ideia de reação dos prussianos – e não somente destes – às inovações político-militares avançadas pela França revolucionária e napoleónica através medidas que modificaram o aparelho militar do Estado prussiano aproximando-o ao francês e que, finalmente, determinaram o surgimento do Estado-Maior.

Tendo descrito o âmbito contextual dentro do qual se pode localizar o surgimento da Instituição militar analisada na presente tese, é necessário avançar analisando o elemento, a causa última que desencadeou o processo de reforma do aparelho militar prussiano e que induziu a instituição do Estado-Maior no reino dos Hohenzollern: como supramencionado, podem-se indicar as batalhas de Jena e Auerstädt, e a subsequente paz de Tilsit, como os eventos que determinaram o início da

quebrando assim os equilíbrios anteriores que viam a estrutura dos aparelhos militares refletir as estruturas sociais do *ancien régime*; de um ponto de vista militar a *levée en masse* permitiu à França revolucionária dispor de um número de efetivos enquadrados no exército muito maior do que qualquer outra potência europeia e, a nível estatístico, permitiu aos exércitos napoleónicos igualar e ultrapassar o número de efetivos dentro do exército anteriormente apenas alcançado pelos romanos. Poder-se-ia acrescentar igualmente que, de um ponto de vista da história dos Estados-Maiores, o enorme aumento dos efetivos enquadrados nos exércitos, a crescente articulação tático-estratégica destes últimos – por exemplo a articulação de novas formações, em primeiro lugar a Divisão, ou a mais marcada diferenciação dos corpos dentro da infantaria, cavalaria e artilharia – e os novos desafios logísticos que afetaram a chefia militar francesa estabeleceram de facto as bases para a instituição e desenvolvimento de um órgão de apoio ao comando militar como é, aproximativamente, um Estado-Maior. Pode-se neste sentido referir da existência dentro do aparelho militar napoleónico de um Oficial aproximável, em termos de funções desempenhadas, a um Estado-Maior, ou seja o Marechal Louis Alexandre Berthier: este Oficial francês, assistente de Napoleão já a partir das campanhas de Itália, desempenhava efectivamente funções organizativas e de gestão da logística dos exércitos, para além de ser também responsável pela transmissão das ordens, ou seja as funções que sucessivamente virão a ser definidas como *staff service*; a figura e o papel desempenhado por Berthier foram citados pelo Coronel Noulens (veja-se capítulo 1, nota 68), que sublinhou que, *de jure et de facto*, Berthier e os seus colaboradores não podiam ser considerados como um Estado-Maior moderno porque lhes faltava um papel fundamental desempenhado pelo órgão militar aqui tratado, ou seja, a estruturação de planos militares em caso de guerra futura; contudo, pelo facto de ser determinante nas tarefas de apoio à chefia militar, *id est*, a Napoleão, caracteriza-se por desempenhar um claro papel de Estado-Maior “pessoal” do comandante supremo militar e desempenha funções que, conseqüentemente, serão fundamentais para caracterizar e definir um Estado-Maior moderno. O texto da lei Jourdan-Delbrel encontra-se presente no site <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56398t/f491.image> e seguintes; em torno das conseqüências da *levée en masse* no aparelho militar francês veja-se Barbero, Alessandro, *La Guerra in Europa dal Rinascimento a Napoleone*, Roma, Carocci, 2003, pgs. 85-104; Black, Jeremy (ed.), *European Warfare 1453-1815*, New York, St. Martin’s Press, 1999, pgs. 226-233; Blanning, Tim, *The Pursuit of Glory: Europe 1648-1815*, Londres, Penguin, 2008, pgs. 628 e seguintes; Hayworth, Jordan R., *Evolution or Revolution on the Battlefield? The Army of the Sambre and Meuse in 1794*, War in History, vol. 21, II, 2014, pgs. 188-192; Keegan, John, *Uma história da guerra*, obra citada, pgs. 305-307 e 455-463; Lynn, John A., *Toward an Army of Honor: The Moral Evolution of the French Army, 1789-1815*, French Historical Studies, vol. 16, I, 1989, pgs. 157-159; Parker, Geoffrey, *The Military Revolution: Military innovation and the rise of the West 1500-1800*, obra citada, pgs. 151-153.

reforma do aparelho militar prussiano. Sem analisar estas duas batalhas pormenorizadamente, pode-se sustentar que as derrotas sofridas pelos prussianos e os seus exércitos de modelo fredericeano demonstraram à chefia política e militar prussiana que sem reformas radicais do exército não teria sido possível enfrentar e derrotar Napoleão⁹. A paz de Tilsit, que determinou a conclusão da Guerra da Quarta Coligação, reduziu substancialmente os territórios do Reino da Prússia e, mais do que isto, vinculava Frederico Guilherme III a não dispor de um exército que enquadrasse mais do que 42.000 homens¹⁰. Para além das reduções territoriais, do pagamento de uma indemnização monetária extremamente elevada e da imposição de um limite ao tamanho do exército, a paz de Tilsit ditou duas consequências importantes para a Prússia: fomentou um forte revanchismo de natureza nacionalista contra os franceses¹¹ e, em função deste revanchismo, logo depois e *apesar da* paz de Tilsit iniciou um processo de reforma do exército, para que o Estado Prussiano se encontrasse pronto para o inevitável ulterior choque com o exército do Imperador dos franceses.

A reforma do exército prussiano foi patrocinada por várias personalidades que, de facto, irão dominar o exército prussiano *in primis* e o nascituro Estado-Maior prussiano *in secundis*. A figura principal da comissão que devia rever e reformar o aparelho militar prussiano era o Major-General Gerhard Scharnhorst. Este Oficial, oriundo do Principado de Lippe, frequentou a Escola militar do Conde Guilherme de Schaumburg-Lippe, sendo este último o militar que reformou o aparelho militar português e conduziu as tropas portuguesas durante a Guerra Fantástica de 1762-1763; enquadrado no exército do Hanôver, começou o *cursus honorum* que lhe permitiu obter o posto de Tenente-Coronel do exército hanoveriano; no que vem a ser referido na literatura existente, Scharnhorst teve duas ocasiões para ser enquadrado no exército dos Hohenzollern, sendo a primeira em 1786 e a segunda em 1801; em 1801 Scharnhorst entra no exército prussiano com o posto de Tenente-Coronel da artilharia e, para além disto, tornou-se Diretor da Academia Militar de Berlim¹².

⁹ Veja-se neste respeito a análise realizada por Clausewitz sobre a campanha na Turíngia dos exércitos prussiano e francês em 1806-1807: Lanza, Conrad H. (trad.), *Excerpts from Notes on Prussia in her grand catastrophe of 1806 by Carl von Clausewitz*, em <http://www.clausewitz.com/readings/1806/Clausewitz-ExcerptsFromNotesOnPrussia1806.pdf>; é interessante sublinhar como o mesmo Clausewitz criticou muito, como emerge com clareza na obra citada, a conduta do exército prussiano e sobretudo da chefia militar do seu país até que o original *Nachrichten über Preussen in seiner grossen Katastrophe*, redigido entre 1823 e 1825, foi de facto censurado até 1888; um outro documento interessante acerca das campanhas napoleónicas que culmina com a batalha de Jena-Auerstädt é o relato de Massenbach, Christian Karl August Ludwig von, *So endete Preussen*, [Germanien], *sine nomine*, 1807, sobretudo pg. 59 e seguintes, documento disponível em <http://www.mdz-nbn-resolving.de/urn/resolver.pl?urn=urn:nbn:de:bvb:12-bsb10013887-9>. Veja-se também Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 18-20; Hagemann, Karen, *Occupation, Mobilization, and Politics: The Anti-Napoleonic Wars in Prussian Experience, Memory, and Historiography*, Central European History, vol. 39, IV, 2006, pgs. 580-610.

¹⁰ *Idem*, pg. 22; Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. II, parágrafo 6.

¹¹ Tenha-se em consideração que em âmbito germânico as guerras contra Napoleão são ainda agora chamadas de *Befreiungskriege* ou *Freiheitskriege*, literalmente “Guerras de libertação” ou “Guerras para a liberdade” respetivamente.

¹² A literatura à disposição refere notícias contraditórias sobre a passagem de Scharnhorst do exército hanoveriano ao prussiano; Dupuy sublinha o carreirismo do militar alemão, sustentando como foram os prussianos quer em 1797, quer em 1801 a pedir a Scharnhorst de ser enquadrado no exército deles; o autor americano refere também que as condições que Scharnhorst pôs aos prussianos eram essencialmente de natureza

Em julho de 1807, depois das derrotas de Jena e Auerstädt e a subsequente paz de Tilsit, o Rei da Prússia Frederico Guilherme III estabeleceu uma comissão para reformar o aparelho militar prussiano e deu a presidência desta comissão a Scharnhorst. Antes de abordar a reforma de Scharnhorst, as fontes e a literatura disponível sublinham que teve lugar uma tentativa de reforma parcial do exército prussiano antecedente à comissão presidida por Scharnhorst; o principal proponente desta reforma foi Christian von Massenbach, Oficial oriundo do Reino de Vurtemberga mas enquadrado no exército prussiano e membro particularmente ativo da *Militärische Gesellschaft* de Scharnhorst. Relata Görlitz que em 1801 e 1802 Massenbach escreveu um projeto de regulamentação do Estado-Maior do Quartel-mestre do exército e dois memorandos que frisavam a necessidade de um Estado-Maior permanente que, em tempo de paz, estabelecesse os planos necessários para as guerras futuras. As propostas de reforma de Massenbach foram implementadas com a aprovação do Rei Frederico Guilherme III e, a partir de 1804, o Estado-Maior do Quartel-mestre foi organizado seguindo as indicações do Oficial wurtemberguês, ou seja estruturando-o em três Brigadas cada uma designada à elaboração de planos militares em referência a uma específica frente, sendo a frente oriental, nomeadamente a frente russa, delegada à primeira Brigada chefiada pelo próprio Massenbach, a frente meridional, nomeadamente a Áustria, delegada à segunda Brigada chefiada pelo Major-General Phull, e a frente ocidental, nomeadamente a frente francesa, delegada à terceira Brigada chefiada por Scharnhorst. Acrescenta Görlitz que, apesar da instituição destas três Brigadas, as funções que elas tinham não eram detalhadamente definidas e a heterogeneidade da chefia do Estado-Maior do Quartel-mestre não permitiu que esta Instituição se caracterizasse como um verdadeiro Estado-Maior moderno. A criação de Massenbach não resistiu ao *redde rationem* de Jena e Auerstädt e foi ultrapassado pela reforma realizada por Scharnhorst; contudo, o facto de o Estado-Maior do Quartel-mestre ter visto a participação direta de Scharnhorst e ter previsto nas suas funções algumas das atividades cruciais de um Estado-Maior moderno caracteriza esta Instituição como prodrómica do Estado-Maior moderno e põe este último em continuidade com a criação de Massenbach. Stoeckel descreve o processo de

social e pecuniária, ou seja, a manutenção do posto de Tenente-Coronel, a obtenção de uma “*good pension*”, sem aliás especificar de qual natureza, e a aquisição de um título nobiliário. Görlitz, pelo contrário, enfatiza o espírito profissional e “revanchista” de Scharnhorst, sustentando como foi ele próprio a pedir aos prussianos de ser enquadrado no exército dos Hohenzollern, e que pedia a manutenção do seu posto, a elevação à nobreza e a possibilidade de reformar o aparelho militar prussiano; sustenta outrossim Görlitz que em 1797 foram os prussianos a por-se o problema se convidar ou menos Scharnhorst para que fosse enquadrado no exército deles; sustenta o autor alemão que existiam também razões de outra natureza, pois ele foi Chefe de Estado-Maior de um Conde hanoveriano sogro de Stein, personalidade política de relevo dentro da Prússia dos Hohenzollern e gerente dos territórios vestefalianos de Frederico Guilherme III. É certo que os autores partilham a opinião de que Scharnhorst terá sido um intelectual militar que escreveu vários panfletos sobre os exércitos na sua época que não passaram despercebidos entre as chefias militares da área alemã. Veja-se Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 17-21; Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. II, parágrafos 1-3, sobretudo o terceiro parágrafo no qual o autor aborda o tema da *Militärische Gesellschaft*, ou seja uma associação fundada por Scharnhorst e constituída essencialmente por militares que debatia sobre a reforma do exército prussiano; considere-se que faziam parte desta associação figuras como Boyen, Clausewitz, Grolman e Rühle von Lilienstern, personalidades que se podem definir como reformadores e que irão dominar o aparelho militar prussiano até a emergência de Moltke e que foram também estudantes na *Preußische Kriegsakademie*, onde Scharnhorst era Diretor e lecionava.

instituição do *Generalquartiermeisterstab*, *id est*, o Estado-Maior do Quartel-mestre, a partir de quatro *memoranda* escritos por Massenbach e aprovados pelo Rei. Estes *memoranda* acabarão por convergir no *Allerhöchste Kabinettsordre* (doravante abreviado em A.K.O., literalmente “Ordem Suprema do Governo”, ou seja, decreto real) de 26 de novembro de 1803, entrado em vigor no 1º de janeiro de 1804, e definem a composição do *Generalquartiermeisterstab*, os postos dos seus membros e o ordenado de cada posto e as tarefas que as divisões deste órgão deveriam cumprir. Estas divisões são constituídas por três *Brigaden* mais uma *Plankammer*; cada *Brigade* ocupava-se de um teatro estratégico-operacional, sendo o primeiro o território a leste da Vístula, o segundo os territórios à esquerda da Vístula, a Prússia e Alemanha meridional e a Silésia, e o terceiro os territórios entre os rios Elba, Reno e Meno, as *Brigaden* eram chefiadas por Phull, Massenbach e Scharnhorst respetivamente, confirmando as informações referidas por Görlitz. Ao lado das três *Brigaden* existia uma *Plankammer*, que operava como chancelaria e preparava os mapas e os planos, funcionando também como arquivo¹³.

Voltando à *Militärreorganisationskommission*, o programa reformador de Scharnhorst previa um conjunto de amplas reformas que, não obstante terem tido como alvo principal o aparelho militar prussiano¹⁴, visavam na mesma medida os equilíbrios sociopolíticos do Estado e o papel do Rei e da nobreza dos *Junker*; num contexto político heterogéneo que não compartilhava sempre os objetivos de Scharnhorst e nas precárias condições económicas do Estado prussiano resultantes da paz de Tilsit, as reformas de Scharnhorst foram implementadas só de forma progressiva¹⁵. Apesar das dificuldades, os primeiros passos que conduziram à instituição de um Estado-Maior independente foram, em primeiro lugar, o enquadramento do exército em Divisões¹⁶ que previssem a presença de um *Truppengeneralstab*, ou seja um Estado-Maior divisionário-operacional, do qual fizessem parte Oficiais do Estado-Maior; em segundo lugar, Scharnhorst impulsou a criação de um Ministério da

¹³ Veja-se Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. II, parágrafo 3; Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 1, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 1-32, sobretudo pg. 7 e seguintes. Relativamente à assunção por parte de Scharnhorst do cargo de presidente da *Militärreorganisationskommission*, veja-se *idem*, pgs. 35-36.

¹⁴ Em torno dos ideais da reforma scharnhorsteana é interessante citar as palavras do próprio Scharnhorst e citadas por Dupuy: o objetivo principal do reformador prussiano era instituir um sistema militar que pudesse perpetuar a excelência militar apesar do devir do tempo e dos contextos; nas palavras de Scharnhorst, portanto: *Normally it is not possible for an army simply to dismiss incompetent generals [...]. Moreover, the generals form a clique, tenaciously supporting each other, all convinced that they are the best possible representative of the army. But we can at least give them capable assistants. Thus the General Staff officers are those who support incompetent generals, providing the talents that might otherwise be wanting among leaders and commanders.* Veja-se Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 24-25.

¹⁵ Stoeckel refere também um memorando escrito no início de 1808 pelo Quartel-Mestre General Rauchs em nome de Scharnhorst que recolhia as propostas em torno da futura estrutura, da composição do pessoal e relativos postos, objetivos e tarefas a cumprir. Veja-se Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 1, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 36-42. Veja-se também Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 28-30.

¹⁶ Inicialmente, devido às limitações orçamentais do Estado prussiano – ditadas pelos limites em relação ao tamanho do exército resultante da paz de Tilsit -, a organização militar prussiana previa o estabelecimento de uma Brigada por cada província em vez de uma Divisão.

Guerra que substituiu o velho *Oberkriegskollegium* – *id est*, o antigo órgão de gestão do aparelho militar prussiano –, que compreendesse um Estado-Maior e que se caracterizasse como suprema autoridade militar.

A instituição no dia de Natal de 1808 do Ministério da Guerra na Prússia¹⁷ constitui o primeiro passo oficial no caminho para a constituição de um Estado-Maior moderno no Estado germânico¹⁸. O *Kriegsdepartement* era estruturado em duas *Hauptabteilungen*, sendo a primeira o *Allgemeines Kriegsdepartement* (Direção Geral), dedicada à gestão e ao Comando do exército, e a segunda o *Militärökonomiedepartement* (Departamento da Economia Militar), consignada à gestão económica. A primeira *Abteilung* dividia-se ulteriormente em três outras *Division*, sendo a primeira divisão a continuação dos antigos *Generaladjutantur* e *Kriegskabinett*, ou seja o gabinete pessoal do Comandante Supremo do exército, *id est*, o Rei, e incumbida dos registos dos oficiais¹⁹; a segunda divisão constituía, de facto, o Estado-Maior, pois ocupava-se de todas as questões relativas à condução do exército, ou seja, da instrução das tropas ao estabelecimento de planos de mobilização, da gestão dos recrutas aos exercícios militares e ao treino *et cetera*; finalmente, a terceira divisão ocupava-se da gestão das Armas técnicas, ou seja a artilharia e a Arma de engenharia. O *Militärökonomiedepartement* geria o erário do exército e organizava o mantimento das tropas, o tratamento dos feridos e o fornecimento dos uniformes. O partido reformador do exército prussiano dominava o Ministério da Guerra, pois Scharnhorst foi posto à chefia da primeira *Abteilung*, ou seja, a Direção Geral do Ministério da Guerra, e as três *Division* abaixo da Direção Geral eram chefiadas respetivamente por Grolman, Boyen e Gneisenau; todavia, o programa de reforma do exército não evoluiu para além da instituição do Ministério da Guerra; as personalidades contrárias às reformas propostas por Scharnhorst limitaram-nas substancialmente, sobretudo quando eram consideradas excessivamente radicais aos olhos do velho *establishment* militar²⁰. Ademais, para além da delicada situação entre os reformadores e os conservadores e a posição do Rei Frederico Guilherme III, a situação internacional constituía *per se* um travão ao programa reformador, pois Napoleão não se

¹⁷ Stoeckel não fala em termos de “Ministério da Guerra”, mas, antes, de *Kriegsdepartement* – Departamento de Guerra – como 5. *Hauptabteilung des Staatsrat* – 5º Departamento Superior do Conselho de Estado. Sobre a instituição do Ministério da Guerra veja-se *Einrichtung eines Kriegs-Departements als 5. Hauptabteilung des Staatsrats*, BArch-MA, PH 2/288, que contém também o texto da A.K.O. que determinou a criação deste Ministério.

¹⁸ As atividades do Ministério da Guerra – ou *Kriegsdepartement* – começaram, todavia, somente no primeiro de março de 1809. Veja-se *Organisationsveränderungen im Preußischen Kriegsministerium in der Zeit von 1809-1919*, BArch-MA, RH 18/V31. Este documento é de relevo pois apresenta sumariamente a evolução e as modificações principais a que o Ministério da Guerra foi submetido a partir da sua instituição.

¹⁹ Esta divisão passou também a ser chamada *Geheimes Militärkabinett* (“Gabinete militar segredo”), encontrando-se reservada ao Rei e a um círculo reduzido de membros.

²⁰ Considere-se que as reformas pensadas por Scharnhorst incluíam também a *levée en masse*; este presumido radicalismo do Oficial do Principado de Lippe determinou acusações contra ele de “jacobinismo” por parte dos círculos militares mais conservadores. Na literatura à disposição emerge, todavia, que Frederico Guilherme III tinha em grande consideração Scharnhorst e a sua opinião; contudo, sendo o principal interesse do Rei a conservação do seu Reino, não podia tomar uma posição excessivamente a favor das reformas propostas por Scharnhorst. Veja-se Dwyer, Philip G. (ed.), *The Rise of Prussia, 1700-1830*, Londres, Routledge, 2000, pgs. 201-219, sobretudo pgs. 216 e seguintes; Shilliam, Robbie, *German Thought and International Relations*, Basingstoke, Palgrave-Macmillan, 2001, pgs. 103 e seguintes.

podia permitir o ressurgimento militar prussiano – e a paz de Tilsit é a confirmação mais clara desta perspectiva – e o turbulento relacionamento entre a França e as outras potências europeias ainda independentes – sobretudo a Rússia – não deixaram tempo para a implementação de reformas de mais amplo fôlego²¹.

Foi especificamente por causa do precipitar da situação internacional que o processo de estabelecimento e reconhecimento do Estado-Maior prussiano recebeu um renovado impulso. O revés sofrido pela *Grande Armée* napoleónica na Rússia quebrou o equilíbrio político e as alianças existentes e, de facto, permitiu à Prússia agir para se livrar do domínio francês²². Foi no âmbito das guerras da Sexta Coligação que o Estado-Maior prussiano pela primeira vez participou ativamente nas operações; Scharnhorst, que por causa da tentativa de levantamento antifrancês protagonizada por Schill²³ a partir de 1810 foi despromovido do seu cargo e enquadrado como Diretor da segunda *Division* da primeira *Abteilung* do Ministério da Guerra, foi escolhido por Gebhard von Blücher como seu Chefe de Estado-Maior e participou ativamente nas primeiras fases das campanhas entre de 1813; sustenta Görlitz que Scharnhorst preparou planos de guerra para as campanhas do corpo de tropas russo-prussianas e que estavam presentes nos vários corpos da coligação russo-prussiana elementos do Estado-Maior que, pela primeira vez na história, podiam dar conselhos de natureza militar aos

²¹ O percurso que conduziu à instituição do Estado-Maior prussiano sob a égide de Scharnhorst é bem descrito em Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 1, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 43-57, sobretudo 45-47 e 56-57. Veja-se também Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 30-32.

²² O elemento que talvez tenha caracterizado de forma mais clara esta “revolução diplomática” reside na atitude face à derrota contra os russos do General prussiano Yorck, sendo este último uma das figuras mais influentes do lado conservador dentro do debate sobre as reformas militares na Prússia. Yorck, que durante a campanha da Rússia comandava o corpo de expedição prussiano ao lado dos franceses, durante a retirada iniciou conversações com o Comandante russo, Hans Karl von Diebitsch, este último alemão de nascimento e que, para mais, enquadrava no seu Estado-Maior Carl von Clausewitz; as negociações determinaram a assinatura da Convenção de Taurroggen, que definia a saída da Prússia da esfera de influência francesa e, seguintemente, a aliança entre Prússia e Rússia; esta convenção pode-se considerar também como o primeiro passo para a criação da Sexta Coligação que, finalmente, teria derrotado Napoleão em Leipzig na Batalha das Nações em 1814. Sustenta Görlitz, a este respeito, que o ato do General Yorck inaugurou um período político definido por esta cooperação russo-alemã que irá caracterizar a política europeia e a *Reichswehr* até depois da Primeira Guerra Mundial: veja-se Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pg. 32; Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. II, parágrafo 7. *Cum grano salis*, pode-se até indicar como conclusão deste período de cooperação o desencadeamento da Operação Barbarossa em 1941 e o início da Guerra Fria em 1945.

²³ O Oficial de cavalaria Ferdinand von Schill protagonizou uma epopeia para fomentar uma revolta antifrancesa na Prússia e na Vestefália; apesar da sua tentativa haver sido, com boa probabilidade, uma sua própria iniciativa, as ligações que este Oficial tinha com Scharnhorst foram deletérias para o Diretor Geral do Ministério da Guerra, que depois da batalha de Stralsund, que pôs fim à epopeia de Schill, perdeu muita influência nos círculos militares prussianos e foi despromovido à condução da segunda *Division* da primeira *Abteilung* do Ministério da Guerra, ou seja, o Estado-Maior. Veja-se Mustafa, Sam A., *The Long Ride of Major von Schill: A Journey through German History and Memory*, Lanham, Rowman & Littlefield, 2008. Stoeckel, pelo contrário, não relata o assunto relativo a Schill; contudo, o Oficial alemão sustenta que “*Das Jahr 1810 veranlasste Scharnhorst, mit Rücksicht auf die politischen Verhältnisse sein Abschiedsgesuch einzureichen*” (No ano de 1810 Scharnhorst foi induzido a demitir-se por causa das circunstâncias políticas), apontando, portanto, para a iniciativa pessoal de Scharnhorst e outrossim para as “circunstâncias políticas” que conduziram à sua demissão. Veja-se Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 1, BArch-MA, PH 3/124, pg. 52.

Comandantes²⁴. As primeiras fases da Guerra da Sexta Coligação, protagonizadas pelos exércitos prussiano e russo, não conseguiram quebrar o *status quo*; contudo, durante a batalha de Lützen, ocorrida em maio de 1813, Scharnhorst ficou ferido: a infecção no pé que seguiu à ferida acabou por matar o Oficial prussiano enquanto se dirigia a Viena para entrar em negociações com o Imperador, para que este interviesse contra Napoleão²⁵.

A obra iniciada sob a égide de Scharnhorst foi continuada por August Neidhardt von Gneisenau, já membro da *Militärische Gesellschafte* da facção reformadora do exército prussiano. Depois da morte de Scharnhorst, o Oficial oriundo da Saxónia tornou-se Chefe do Estado-Maior prussiano e Chefe de Estado-Maior de Blücher, participando ativamente na prossecução das campanhas da Sexta Coligação contra os franceses.

Tendo em consideração a literatura disponível, pode-se dizer que a atividade de Gneisenau no âmbito da Instituição que liderava, ou seja o Estado-Maior, não foi orientada para a implementação de novos departamentos ou para a articulação dos existentes; *cum grano salis*, sendo a situação internacional no momento da entrada em serviço de Gneisenau como Chefe de Estado-Maior já dominada pelas operações relativas à Guerra da Sexta Coligação, não foi possível avançar com a estruturação da Instituição aqui considerada. Contudo, Gneisenau contribuiu para a evolução do Estado-Maior prussiano impondo um *modus operandi* dentro do Estado-Maior que irá caracterizar o trabalho desta Instituição. Em primeiro lugar, foi o próprio Gneisenau a impor a partilha das responsabilidades das decisões tomadas pelos Comandantes com os Oficiais de Estado-Maior que os coadjuvavam: o objetivo era fomentar a “unidade espiritual”²⁶ dos membros do Estado-Maior, *id est*, a partilha não só prática de planos, diretivas e perspectivas estratégicas, mas também a unidade doutrinária e de pensamento para que se criasse um grupo homogêneo que conseguisse lidar com os Comandantes mais refratários a seguir as indicações dos membros do Estado-Maior durante as campanhas: no caso de divergência entre o Comandante e o Chefe do seu *staff*, este último podia pôr todas as dúvidas e queixas à atenção do Chefe de Estado-Maior. Em segundo lugar, Gneisenau

²⁴ Görlitz não é muito claro neste ponto. Os termos que o autor adotou são “*authoritative advice*”, que em aparência se encontram em contradição um com o outro; ademais, o autor alemão não explicita de forma inequívoca o que significa o termo “impositivo”, por outras palavras, se as indicações fornecidas pelos Oficiais de Estado-Maior ao Comandante eram vinculativas ou não. Contudo, sustenta Görlitz que naquela altura específica em que os Estados-Maiors ainda eram Instituições em devir e pouco definidas em termos de prerrogativas, papel a desempenhar e sobretudo autoridade face ao Comandante de um corpo, quando personalidades de relevo (*strong self-reliant personality*) detinham o Comando, os Oficiais de Estado-Maior mantinham um perfil mais discreto face ao Comandante. A este respeito, a expressão “*authoritative advice*” foi aqui considerada como “opinião, conselho alicerçado por um conhecimento militar científico”. Veja-se Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. II, parágrafo 7. Mais claro é Stoeckel, que indica quais eram os Oficiais de Estado-Maior que deviam desempenhar funções de complemento aos Comandos prussianos depois da mobilização de 1812: ao Comandante principal eram atribuídos um Chefe de Estado-Maior de posto Coronel, um Quartel-mestre General de posto Tenente-Coronel e um ou dois jovens (*jungen* no texto) Oficiais de Estado-Maior; ao segundo no Comando eram atribuídos um Quartel-mestre de posto Major e um jovem Oficial de Estado-Maior; aos Comandos da infantaria e da cavalaria eram atribuídos dois Quartel-mestre de posto Major e um jovem Oficial de Estado-Maior cada. Veja-se Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 1, BArch-MA, PH 3/124, pg. 54-56.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ Görlitz fala em termos de *spiritual unity*.

promoveu a adoção de uma forma de transmissão das ordens que fosse formalmente sintética, compreensível e rápida²⁷; finalmente, o Oficial saxónio retomou a tradição militar fredericiana da *Führung nach Direktive* (Condução por Diretivas), ou seja, aquele sistema de comando pelo qual a ação dos Oficiais era orientada por diretivas em vez de se encontrar vinculada a ordens, pois estas diretivas emitidas por Oficiais superiores na cadeia do comando deixavam margem aos Oficiais inferiores para tomarem iniciativas pessoais dentro dos planos estabelecidos: este género de condução das operações tornar-se-á uma das características mais importantes do aparelho militar prussiano e, seguidamente, alemão²⁸.

O papel estratégico desempenhado por Gneisenau durante as operações de 1813 e 1814 foi fundamental para a vitória da Sexta Coligação na batalha de Leipzig²⁹; durante os *Cent-Jours* e a campanha de Waterloo também o contributo que o Oficial saxónio proporcionou pode ser considerado como fundamental para a vitória final dos exércitos de Wellington e Blücher, apesar do facto de que ele, naquele momento, tenha desempenhado somente o papel de Chefe de Estado-Maior pessoal de Blücher. Apesar de Gneisenau ter sido afastado do Ministério da Guerra depois da campanha de Waterloo, supostamente pelas suas simpatias liberais, é razoavelmente possível sustentar que foi por causa do seu contributo durante as campanhas contra Napoleão, e pelas vitórias que alcançou, que o Estado-Maior prussiano se manteve em exercício.

Do ponto de vista da organização do Estado-Maior, a confirmação de que a derrota de Napoleão não haveria significado um retorno *sic et simpliciter* ao exército fredericeano é testemunhada pela reorganização do *Kriegsministerium* logo depois da primeira paz de Paris de 1814: sob proposta do Ministro da Guerra Boyen, um A.K.O. de agosto de 1814 reorganizava a estrutura do Ministério da

²⁷ É opinião de quem escreve que o problema relativo a uma comunicação clara e íntegra de ordens surgiu bem antes da altura de Gneisenau; John Keegan, na sua obra *The Mask of Command*, trata, por exemplo, da questão do comando de Wellington e da sua capacidade de emitir ordens que respeitavam as características de clareza e forma citadas agora; todavia, foi reputado necessário citar aqui a questão do comando e das comunicações pois, dentro das dinâmicas dos Estados-Maiors por um lado e pelo constante aumento dos tamanhos dos exércitos por outro, a questão da rapidez e clareza da transmissão das ordens em teatros operacionais cada vez maiores tornou-se dirimente no âmbito da condução das operações e da gestão do exército. Veja-se Keegan, John, *La maschera del comando*, obra citada, pgs. 101-173.

²⁸ Para além disto, sustenta Görlitz que os princípios estratégicos de Gneisenau se encontravam profundamente ligados à sua visão política, que pode-se definir, sinteticamente, de liberal-nacionalista: o Oficial saxónio queria aproveitar massivamente os recursos humanos do seu país – e o facto de ele ter criado e organizado a *Landwehr*, a milícia nacional prussiana que enquadrava soldados desde os 18 até aos 45 anos de idade que virão a ser enquadrados em corpos de reservas do exército, é chifra do seu ideal militar – mas em troca da concessão das liberdades políticas para os súditos dos Hohenzollern e com o explícito objetivo de livrar a Europa da ameaça napoleónica; de um ponto de vista estratégico-operacional, o seu ideal era cercar os exércitos inimigos para os aniquilar de vez: este ideal estratégico manter-se-á característico da visão alemã da guerra ainda até à Segunda Guerra Mundial, assim como sintetizado por Freudling no seu artigo *Organising for war* (veja-se *supra*, nota 1). Sobre o *Führung nach Direktive* mais especificamente, veja-se Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. II, parágrafo 8 (Görlitz designa este sistema de “sistema de diretivas gerais”); Samuels, Martin, *Command or Control?*, obra citada, pgs. 10-15.

²⁹ Görlitz sustenta que o próprio Gneisenau estabeleceu planos militares para a condução das operações que teriam culminado na batalha de Leipzig, que, de facto, pode-se considerar como uma batalha de cerco que resultou de um plano estratégico que apontava para o cerco estratégico do exército francês. Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. II, parágrafo, 9.

Guerra em cinco departamentos, recebendo o primeiro as funções do *allgemeines Kriegsdepartement* descritas *supra*; o segundo departamento, ao qual foi anexada a *Plankammer*, recebeu as funções da segunda *Division* do *allgemeines Kriegsdepartement*, *id est*, do Estado-Maior; o terceiro departamento desempenhava as funções da primeira *Division* da primeira *Abteilung* da organização anterior, *id est*, essencialmente o registo do pessoal; o quarto departamento substituíu o *Militärökonomiedepartement* e, finalmente, o quinto departamento tratava dos assuntos anteriormente relativos ao *Kriegskommissariat*³⁰.

O Diretor do segundo departamento do Ministério da Guerra prussiano, Grolman, no dia 31 de janeiro de 1816 emitiu um conjunto de disposições que esclareciam as funções do seu departamento e os trabalhos que devia cumprir. Primeiramente, Grolman define a recolha de informações e a preparação da Prússia para uma guerra futura como objetivo supremo do Estado-Maior. Em prol desta preparação, podia tirar partido das informações já disponibilizadas nos arquivos militares e políticos, bem como das que ainda deviam ser recolhidas nos governos dos *Länder* e com o auxílio do Ministério do Interior; as viagens de Estado-Maior e os relevos geográficos e topográficos; as informações do estrangeiro proporcionadas pelas embaixadas e por outros indivíduos; as revistas, jornais, livros, e toda a imprensa útil³¹.

³⁰ Veja-se *Organisationsveränderungen im Preußischen Kriegsministerium in der Zeit von 1809-1919*, BArch-MA, RH 18/V31. Stoeckel refere também que, numa comunicação escrita em fevereiro de 1821 ao Chefe de Estado-Maior Müffling, o Ministro da Guerra Hake sustenta que o Diretor do segundo departamento do Ministério da Guerra fosse chamado também de Chefe de Estado-Maior. Este episódio é relevante pois indica dois aspetos importantes da evolução do Estado-Maior, ou seja, que de um ponto formal o Estado-Maior existia mas ainda não era considerado como órgão completamente independente do Ministério da Guerra, sendo mais uma sua “costela”; secundariamente emerge a relativa independência de produção de conteúdos desta Instituição, independência reificada pelo duplo papel desempenhado por Müffling de *Direktor* do segundo departamento do Ministério da Guerra e, portanto, subordinado à autoridade do Ministério, mas também de Chefe de Estado-Maior com tarefas específicas a cumprir: esse duplo papel emerge bem nas palavras de Hake relatadas por Stoeckel quando o Major alemão diz que “*der Direktor des 2. Departements jedesmal auch (em todas as ocasiões também) Chef des Großen Generalstabs sei*”. Veja-se Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 1, BArch-MA, PH 3/124, pg. 58.

³¹ *Idem*, pgs. 61-62. As indicações de Grolman acabam por oferecer uma visão interessante em torno dos meios, ou, melhor, das fontes, através das quais o Estado-Maior prussiano – e como se verá *ultra* também os outros Estados-Maiores abordados na presente tese – recuperava informações úteis para cumprir os seus objetivos. No momento em que Grolman formulava estas disposições, portanto, as fontes do trabalho do Estado-Maior podiam dividir-se em três categorias, sendo a primeira uma categoria mais nitidamente física, ou seja, os relevos topográficos necessário para orientar as tropas durante as operações para além dos mapas dos territórios das possíveis operações; a segunda pode-se definir de categoria histórica, sendo sobretudo relativa às informações depositadas nos arquivos militares e na *Plankammer*; finalmente, a terceira categoria pode-se definir de “comunicação social e institucional”, pois diz respeito a informações que, tendo em consideração as palavras de Grolman, se caracterizam por não serem de todo segredas, sendo estas informações comunicações às embaixadas mediadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros mas também informações recolhidas por emissários (*abgesandte Personen* no texto, sem especificação do papel desempenhado por estas pessoas) ou outros viajantes (*andere Reisenden*, tampouco com especificações) e, finalmente, as informações da imprensa pública e afins (*Die öffentlichbekannt gedruckten und anderen Hilfsmittel*). Resumindo, as disposições de Grolman indicam dois elementos de relevo: para além dos arquivos históricos-militares e da *Plankammer*, as informações necessárias para o trabalho do Estado-Maior vinham sempre de fontes externas ao aparelho militar prussiano; em segundo lugar, o facto de que uma Instituição militar pudesse encontrar informações na imprensa e que o Chefe de Estado-Maior de uma potência europeia indicasse explicitamente a comunicação social como fonte para encontrar informações úteis para o trabalho da sua Instituição, mostra como o âmbito militar ainda não estava completamente separado do âmbito civil do ponto de vista da circulação de informações e que na comunicação

Nas mesmas disposições, Grolman dedica uma ampla parte à estrutura do departamento que dirigia, sublinhando as mudanças dentro das várias *Abteilungen* e a nova repartição das atividades de Estado-Maior.

A primeira medida de reorganização do Estado-Maior tomada por Grolman foi a reestruturação dos departamentos relativos aos teatros de guerras. De facto, a organização proposta por Grolman não difere radicalmente da organização anterior, pois mantém os três departamentos relativos aos três teatros operacionais previstos anteriormente; a inovação introduzida pelo Diretor do segundo departamento do *Kriegsministerium* diz respeito à estruturação interna dos departamentos, incluindo explicitamente referências a países estrangeiros pela primeira vez desde os tempos de Massenbach: a primeira *Brigade* tornou-se desta forma o *Östliches Kriegstheater* que incluía aproximadamente os territórios prussianos a leste do rio Oder, assim como, entre os outros, a Rússia, a Polónia, os países escandinavos, a Hungria e a Turquia; o *Mittleres Kriegstheater* que incluía os territórios prussianos e os outros Estados da Alemanha central mais a Áustria e Boémia, a Dinamarca e a Itália; o *Westliches Kriegstheater* que compreendia os territórios prussianos da Vestefália assim como os outros Estados alemães da faixa renana da Alemanha e, entre os outros, a França, os Países Baixos, o Reino Unido e os países ibéricos. A *Abteilung* relativa aos relevos foi dividida em duas *Teile*, sendo a primeira a astronómico-topográfica e a segunda a dos relevos e desenhos. A *Plankammer* também foi dividida em duas partes, a velha *Plankammer* e a nova *Plankammer*, servindo a primeira de arquivo para todos os materiais que já não eram úteis (*alle jetzt nicht mehr brauchbaren Sachen*) e organizando a segunda seguindo a estruturação dos três *Kriegstheater* e na perspectiva da história militar, por outras palavras, preparando os novos materiais para que estes pudessem, no futuro, ser revistos também em perspectiva diacrónica. Finalmente, pode-se atribuir a estas disposições de Grolman a instituição de uma quarta *Abteilung*, ou seja, o departamento histórico-militar, apesar de, de acordo com as fontes, este departamento ter sido estruturado somente em 1819, tendo permanecido no papel durante os três anos entre a formulação das disposições de Grolman e as medidas organizativas tomadas em 1819³². Consoante o A.K.O. de 20 de junho de 1817, que estabelecia a *Rangliste* do Estado-Maior prussiano em pé de paz, no Estado-Maior prussiano encontravam-se enquadrados 61 Oficiais, vindo a ser citado pela primeira vez o termo *Großer Generalstab* em referência aos 16 Oficiais empregados em Berlim³³.

social se podiam encontrar informações de natureza militar úteis, desde a estruturação de planos militares, até ao aprofundamento do conhecimento sobre aparelhos militares estrangeiros.

³² Em relação ao departamento histórico, Görlitz acrescenta que as razões da instituição desta seção residiam na visão que a história era vista por Grolman como um *medium of professional training* dos Oficiais de Estado-Maior e iria desempenhar um papel cada vez mais importante dentro dos Estados-Maiores. Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. III, parágrafo 2.

³³ Veja-se Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 1, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 62-65. É necessário aqui sublinhar um aspeto de relevo das disposições de Grolman que Stoeckel transcreve na sua obra: Grolman começa o seu documento expondo os objetivos das atividades do Estado-Maior, objetivos que se podem ler em termos de “razões da sua existência” seguindo os princípios teóricos da presente tese., Grolman define em seguida os meios para cumprir os objetivos descritos anteriormente, *id est*, onde e como recuperar as informações necessárias para que o Estado prussiano estivesse preparado para uma guerra. Estabelece depois Grolman que, para conferir regularidade às atividades descritas, determina-se a divisão nos três *Kriegstheater*,

Um memorando escrito em 24 de dezembro de 1819 explica, entre outras coisas, a condução dos trabalhos dentro do *Großer Generalstab*: a partir do trabalho do departamento de história militar, cada *Kriegstheater* tratava os aspetos mais propriamente militares realizando elaborações escritas, planos, memorandos e mapas; geria a comunicação com os Estados-Maiores dos respetivos Comandos territoriais e contribuía para o trabalho da *Plankammer*. Sob proposta do Diretor do segundo departamento, os Oficiais de Estado-Maior que se encontravam em Berlim iam por um mês efetuar viagens de reconhecimento em força (*Rekognoszierungsreisen*) nos Comandos divisionários³⁴.

Relata Görlitz que os pais fundadores do *Großer Generalstab* prussiano se podiam colocar num “partido” que pretendia reformar o exército prussiano seguindo o modelo revolucionário francês e que era liderado por Scharnhorst; este partido reformador, contudo, compartilhava um programa político que apontava para um conjunto de reformas muito mais amplo do que a mera reforma do exército: alguns pontos relevantes deste programa político eram a libertação dos servos, a promulgação de uma Constituição de inspiração liberal e o surgimento de um Estado alemão unitário. Grolman e Boyen foram, a este respeito, os últimos liberais que tiveram cargos de destaque dentro do aparelho militar prussiano: de facto, as divergências políticas entre elese o Rei Frederico Guilherme III e o recuo das instâncias políticas liberais na Europa da Restauração determinaram o afastamento do Ministro da Guerra e induziram o Diretor do segundo departamento daquele Ministério a seguir os passos do Ministro: foram substituídos por Hake, Müffling e Rühle von Lilienstern³⁵.

acabando finalmente as disposições com o aprofundamento das atividades destinadas à nova e velha *Plankammer*, os horários de trabalho e os nomes dos Oficiais que deviam dirigir as atividades das diversas *Abteilungen*. Por conseguinte, as razões das mudanças dentro do Estado-Maior constituem-se como uma tentativa de maior articulação da Instituição em prol de um mais eficiente trabalho para cumprir os objetivos que Grolman sinteticamente resume no *incipit* do seu documento. Para além disto, o facto de que surjam pela primeira vez nos *Kriegstheater* países estrangeiros e não estejam presentes somente os territórios prussianos pode ser lido como a cifra da mudança de perspectiva geoestratégica da Prússia: se durante as guerras napoleónicas a perspectiva estratégica dominante era, *cum grano salis*, essencialmente defensiva, a inclusão dos outros países europeus nos *Kriegstheater* significava que o Estado dos Hohenzollern passava a contemplar a possibilidade de elaborar uma perspectiva estratégica potencialmente ofensiva e, assim, projetar-se militarmente e diplomaticamente com mais força além das suas fronteiras.

³⁴ *Idem*, pgs. 66-71. Veja-se também Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 37-39.

³⁵ Relata Görlitz que a razão que motivou Boyen e Grolman a se demitirem dos seus cargos no *Kriegsministerium* foi a reforma da *Landwehr*, pois estes pretendiam ampliar o tamanho desta reserva, ao contrário do Rei e da sua camarilha mais conservadora que receavam que a *Landwehr* se pudesse tornar no núcleo de uma potencial insurreição armada contra o *status quo*. Nas palavras do autor alemão, “*With the retirement of Boyen and Grolman, liberalism abandoned its last hold on the Prussian Army. The Army was in future to remain a relic of the absolutist era*”. Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. III, parágrafos 2-3. Mais detalhada é a opinião de Dupuy no que diz respeito à questão da *Landwehr*: sustenta o autor americano que na visão de Boyen e Grolman a *Landwehr* devia ser um elemento de conjunção entre o Exército e o povo (*independent link between Army and people*), numa perspectiva que remontava ao pensamento scharnhorsteano de Exército popular; o escasso grau de preparação e fiabilidade deste corpo – reconhecida outrossim por Boyen e Grolman mas que foi atribuída pelos dois Oficiais à escassez de fundos destinados à *Landwehr* –, induziu, todavia, o Rei a pô-lo sob a supervisão do Exército, retirando assim a independência deste corpo e desnaturando-o. A decisão do Rei determinou, finalmente, a demissão de Boyen e Grolman. Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 40-42. Veja-se também Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 1, BArch-MA, PH 3/124, pg. 72.

Os revezamentos que se sucederam na chefia militar prussiana entre os últimos dias de 1819 e a primeira metade de 1825 determinaram um curto-circuito na cadeia de comando do Ministério da Guerra e, nomeadamente, no Estado-Maior prussiano. A evolução do aparelho militar resultante da instituição do Ministério da guerra e da justaposição de cargos e atividades a cumprir foi determinante para a escassa clareza sobre as prerrogativas dos Oficiais que dirigiam o Estado-Maior e os que chefiavam o segundo departamento do Ministério da Guerra; para além disto, a ausência de correspondência entre a antiguidade dos Oficiais, os postos que estes últimos ocupavam e o papel que desempenhavam dentro das diversas Instituições do aparelho militar prussiano³⁶ tornava o contexto de trabalho de tal forma caótico que não era claro e definido quem devia cumprir algumas atividades em vez de outras, quem podia aproveitar os recursos existentes e até a quem era destinada a gestão da caixa do segundo departamento do Ministério da Guerra.

Esta situação levou a chefia militar prussiana a procurar reorganizar a cadeia de comando, para que o Estado-Maior tivesse uma mais definida unidade de comando; do ponto de vista do Estado-Maior, esta foi uma ocasião para tentar ganhar mais independência dentro do aparelho militar prussiano, seguindo idealmente o objetivo de Massenbach de obter para o Estado-Maior o *Immediatvortrag, id est*, o direito de tratar diretamente com o Rei sem ter de passar pelo Ministro da Guerra ou outras autoridades. Esta situação foi resolvida em dois momentos diferentes. O primeiro momento foi determinado pelo A.K.O. de 11 de janeiro de 1821, pelo qual o Rei nomeava Müffling Chefe do Estado-Maior do Exército (*Chef des Generalstabs der Armee*) e colocava-o numa relação de contiguidade – e já não de subordinação – para com o Ministro da Guerra, mantendo todavia em exercício o segundo departamento do *Kriegsministerium*: na prática, criava-se o posto de Chefe de Estado-Maior do Exército e eram-lhe atribuídas as funções que eram desempenhadas pelo Chefe de Estado-Maior como era entendido anteriormente, ou seja, o de Diretor do segundo departamento do *Kriegsministerium*, mantendo todavia em exercício quer o segundo departamento, quer o seu Diretor³⁷. Duas semanas mais tarde um ulterior A.K.O. do Rei, promulgado no dia 25 de janeiro de

³⁶ Considere-se que o caso extremo que desencadeou o conjunto de medidas que pretendiam harmonizar a caótica situação dentro da cadeia de comando do segundo departamento via Müffling, que era Chefe do Grande Estado-Maior com posto de *Generalleutnant*, sob a responsabilidade formal de Rühle von Lilienstern, que era *Oberst* (Coronel) e com uma idade de serviço inferior à de Müffling mas Diretor do segundo departamento do *Kriegsministerium* e portanto, como dito *supra*, responsável e superior do próprio Müffling. Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pg. 42; Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. III, parágrafo 4.

³⁷ Nas palavras de Frederico Guilherme III relatadas por Stoeckel: “*Weil [...] auch die Zwecke des Generalstabes direkt in die höheren Armeezwecke übergehen, so ist es um so notwendigen, daß Sie mit den Kriegsministerio (sic) in einer nahen Verbindung bleiben. Sie haben daher auch Ihre Anordnungen und Vorschläge vor deren Ausführung, dem Kriegsminister vorzulegen und stets mit demselben in Einverständnisse zu handeln*” (“Sendo que os objetivos do Estado-Maior se tornam diretamente os altos objetivos do Exército, é necessário que os Oficiais de Estado-Maior permaneçam em estrita ligação com o Ministério da Guerra. Esta é a razão pela qual as ordens e propostas devem ser apresentadas ao Ministro da Guerra antes de serem executadas e os Oficiais devem trabalhar sempre com a aprovação do Ministro”. Tradução da minha autoria). Apesar do Rei sustentar que o Chefe de Estado-Maior do Exército deve permanecer numa “estrita ligação” com o Ministério da Guerra e que os trabalhos efetuados pelo Estado-Maior devem ser realizados com o consentimento e aprovação do Ministro, a relação entre as duas Instituições configura-se como a relação entre política e guerra referida por

1821, esclarecia o relacionamento entre o Chefe de Estado-Maior do Exército e o Diretor do segundo departamento; este documento está estruturado em seis pontos, nos quais estão especificadas as tarefas e os objetivos a cumprir das duas Instituições, quem tinha prerrogativas sobre as diversas seções e a caixa *et cetera*. No documento estabelecia-se que os materiais depositados nas seções de desenho, mapas, planos e relevos seriam geridos pelo Diretor do segundo departamento, assim como o Instituto Litográfico (este último instituído como seção do Estado-Maior em 1817) e a gestão financeira do segundo departamento; contudo, emerge no A.K.O. que o Chefe de Estado-Maior do Exército se encontra numa posição de superioridade relativamente ao Diretor do segundo departamento, apesar de o A.K.O. convidar as duas autoridades à colaboração e ao entendimento, pois ele caracteriza-se como ponto de chegada e síntese dos trabalhos e dos materiais preparados no segundo departamento para cumprir os objetivos relativos à preparação de eventuais eventos bélicos. O facto de Müffling se tornar Chefe do Estado-Maior do Exército e de ter sido substituído por Rühle von Lilienstern na Direção do segundo departamento, invertendo, portanto, as chefias entre das duas Instituições e voltando a harmonizar a cadeia de comando do ponto de vista da ancianidade de serviço e dos postos dos dois chefes, confirma a relação de subalternidade do Diretor do segundo departamento para com o Chefe do Estado-Maior do Exército³⁸.

O segundo dos dois momentos que determinaram a resolução de uma parte importante dos problemas organizativos do Estado-Maior prussiano, tendo simplificado radicalmente a rede de órgãos e Instituições que abordavam questões militares, corresponde à promulgação de um A.K.O. no dia 3 de fevereiro de 1825³⁹. Este decreto determinava a dissolução do segundo departamento do *Kriegsministerium* e a integração do seu pessoal e das suas atividades no Estado-Maior – e, portanto, sob a autoridade do *Chef des Generalstabs der Armee*. A razão da promulgação deste A.K.O. reside no debate sobre os cortes orçamentais que uma comissão *ad hoc* tinha planificado já a partir de 1824; perante a rígida contrariedade manifestada por Müffling face à redução de pessoal e de recursos financeiros proposta pela comissão, e tendo em conta uma proposta avançada pelo mesmo Chefe de Estado-Maior em torno de uma nova estruturação do Estado-Maior e do segundo departamento do *Kriegsministerium*, o A.K.O. de fevereiro de 1825 impunha a integração das funções do segundo departamento no Estado-Maior e a sua subsequente dissolução. Não obstante as razões relativas à dissolução do segundo departamento haverem sido eminentemente económicas, as consequências

Clausewitz, sendo neste caso o Estado-Maior uma entidade politicamente derivada e sujeita ao Ministério da Guerra mas “gramaticalmente” independente, situação pela qual é necessário – como sublinhado por Frederico Guilherme III – que as duas Instituições colaborem (*Einverständnisse* no texto); apontar para a colaboração não significa pôr o Estado-Maior num plano de paridade em relação ao Ministério da Guerra, mas, antes, garantir uma margem de independência desta Instituição dentro do aparelho militar prussiano. Veja-se Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 1, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 72-77 e *Organisationsveränderungen im Preußischen Kriegsministerium in der Zeit von 1809-1919*, BArch-MA, RH 18/V31. Veja-se também Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. III, parágrafo 4.

³⁸ *Ibidem*. Veja-se também *supra*, nota 36, e Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 1, BArch-MA, PH 3/124, pg. 78 e seguintes.

³⁹ *Organisationsveränderungen im Preußischen Kriegsministerium in der Zeit von 1809-1919*, BArch-MA, RH 18/V31.

deste ato foram muito além dos cortes orçamentais, de tal modo que é lícito supor que as questões económicas aduzidas fossem uma justificação fictícia para reformar o aparelho militar prussiano tendo em vista outros objetivos para além da contenção orçamental. Com o encerramento do segundo departamento do Ministério da Guerra, o *Großer Generalstab* tornava-se um órgão independente uma vez que já não se enquadrava na estrutura institucional do Ministério da Guerra, e todas as atividades que cumpria eram planificadas e realizadas consoante a vontade do seu Chefe e já não a partir das diretivas do Ministro da Guerra⁴⁰.

A nova estrutura do aparelho militar prussiano colocava desta feita o Ministério da Guerra a desempenhar o papel de órgão central do sistema militar do Estado assim como estabelecido desde a sua fundação, sendo o Ministro a autoridade em termos de assuntos militares que interagia com o Rei e que geria os diversos órgãos militares prussianos. Ao lado do Ministério colocava-se o Estado-Maior do Exército, cujo Chefe desempenhava o papel de conselheiro do Ministro em assuntos de guerra, proporcionando o seu ponto de vista sobre a preparação e a conduta das operações em caso de deflagração de um evento bélico. O Chefe de Estado-Maior ainda não possuía o *Immediatvortrag*, ou seja, o direito de tratar das atividades do Estado-Maior diretamente com o Rei, este último Chefe Supremo das forças armadas. Destarte, a função do Estado-Maior dentro do aparelho militar prussiano era proporcionar um ponto de vista sobre a condução das operações militares em caso de evento bélico; o destinatário da opinião do Estado-Maior era o Ministro da Guerra que interagia diretamente com o Rei. A este respeito, a posição do Chefe de Estado-Maior caracteriza-se por uma independência parcial, pois apesar do Estado-Maior já não se encontrar integrado dentro do Ministério, sendo, antes, uma Instituição paralela a este último, e não obstante ter gerido autonomamente todos os recursos que dantes eram geridos pelo segundo departamento do *Kriegsministerium*, o apoio que podia efetivamente oferecer encontrava-se reduzido aos pedidos do Ministério e, sobretudo, não podia ser apresentado diretamente ao Rei, pois era sempre filtrado pelo Ministro da Guerra, limitando assim a força do trabalho realizado pela Instituição dirigida por Müffling.

Do ponto de vista das atividades desenvolvidas pelo Estado-Maior, há dois elementos que vale a pena citar. O primeiro é a retoma por parte de Müffling dos *Generalstabsreise* e *Rekognoszierungsreise*, ou seja, as viagens de Estado-Maior e as viagens de reconhecimento em forças, viagens que eram uma ferramenta já empregue por Scharnhorst. Relata Dupuy que o objetivo desta viagem era a familiarização dos Oficiais de Estado-Maior com as potenciais áreas de operações para as quais tinham sido preparados planos de manobras e combate nas *Abteilungen* do Estado-Maior em Berlim. Num período de uma semana ou mais, os Oficiais familiarizavam-se com os terrenos, visualizando as possíveis manobras das tropas que tinham esquematizado em mapas; no fim de cada

⁴⁰ *Ibidem*. Veja-se também Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 1, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 85-89.

dia, havia debates sobre as atividades desenvolvidas com propostas e contrapropostas para atualizar os planos estabelecidos em Berlim sob a direção do Chefe de Estado-Maior⁴¹.

O segundo elemento introduzido por Müffling e que acabou por marcar as atividades de treino dos Oficiais de Estado-Maior foi o *Kriegsspiel*. O *Kriegsspiel*, literalmente “Jogo de Guerra”, era uma simulação de operações militares realizada por Oficiais de Estado-Maior em forma de jogo de tabuleiro, utilizando mapas que reproduziam os terrenos europeus onde se imaginava que teriam tido lugar as operações simuladas, turnos de combate regulamentados e um árbitro que conduzia o jogo desempenhando um papel prático de aplicação das regras e outras atividades como, por exemplo, a contagem das vítimas nas fases de jogo que viam embates entre os dois exércitos ou a avaliação da viabilidade e da aderência à realidade das ordens emitidas pelos jogadores⁴².

Do ponto de vista da evolução e articulação do *Großer Generalstab*, o período até a nomeação de Moltke, o Velho, para a chefia do Estado-Maior não foi alvo de medidas consideradas de relevo pelas fontes à disposição⁴³. Contudo, as fontes esclarecem melhor as atividades desenvolvidas pela Instituição aqui considerada; a este respeito, considerando os alicerces teóricos sobre os quais se desenvolve a presente tese, é útil analisar de forma mais aprofundadas as informações recolhidas.

⁴¹ Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pg. 48. Dupuy acrescenta algumas informações interessantes sobre o período de Müffling como Chefe de Estado-Maior: em primeiro lugar, sublinha o autor americano que nas quatro *Abteilungen* do Estado-Maior raramente trabalhavam mais de 20 Oficiais, aos quais se juntavam cerca de 50 Oficiais de Estado-Maior nas tropas ativas e 38 Oficiais técnicos não enquadrados no Estado-Maior que trabalhavam nos departamentos topográfico e trigonométrico; em segundo lugar, refere Dupuy que a visão estratégica de Müffling era mais uma vez profundamente influenciada pelas condições geopolíticas do Estado prussiano, e, por conseguinte, determinada pela possibilidade do cerco estratégico das potências geograficamente contíguas à Prússia; neste sentido, o trabalho do Estado-Maior era tinha por finalidade a repetição do *framework* estratégico de Frederico, o Grande, ou seja, a deslocação de tropas por linhas internas e a concentração rápida face a cada um dos adversários separadamente, desenrolando operações de procrastinação nas outras frentes. *Idem*, pg. 49.

⁴² Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. III, parágrafo 4; Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 51-52. Em torno dos *Kriegsspiele* veja-se também Rubel, Robert C., *The Epistemology of War Gaming*, *Naval War College Review*, vol. 59, II, 2006, pgs. 108-128, que oferece um olhar sobre as razões epistemológicas que dão sentido à adoção dos jogos de guerra como meios para instruir e treinar os Oficiais e, sobretudo, os Oficiais de Estado-Maior; Vego, Milan, *German War Gaming*, *Naval War College Review*, vol. 64, IV, 2012, pgs. 106-147, sobretudo 108-114.

⁴³ Stoeckel, na sua obra, sublinha relativamente ao período entre 1825 e 1857 somente a mudança de nome dos *Kriegstheater* em *Erste*, *Zweite* e *Dritte Abteilung*, mantendo estas *Abteilungen* a correspondência com os anteriores *Östliches*, *Mittleres* e *Westliches Kriegstheater*. Para além disto, o Estado-Maior prussiano dotou-se de um arquivo especial para as fortificações. Veja-se Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 2, BArch-MA, PH 3/124, pg. 1-4. Görlitz, mais atento às dinâmicas pessoais dentro do Estado-Maior, frisa deste período somente as dificuldades do Estado-Maior prussiano face à Primavera dos Povos de 1848 e à tentativa do Rei de tornar o *Kriegskabinet* numa chancelaria privada que gerisse todas as questões de natureza militar e absorvesse o Estado-Maior. Contudo, há duas considerações do autor alemão que vale a pena sublinhar: em primeiro lugar, em referência às revoluções de 1848, Görlitz salienta como o Exército, e com ele o Estado-Maior, não viraram as costas ao monarca, sobretudo por razões culturais: fidelidade ao Estado significava fidelidade ao Rei também num momento crítico da história social do país; neste sentido, aos olhos da emergente burguesia liberal prussiana, o exército tornou-se a quinta-coluna da reação dentro da Prússia; em segundo lugar, o autor alemão salienta também a emergência das ciências no contexto cultural e social daquela época e do declínio do humanismo, emergência e declínio que tiveram repercussões importantes também em âmbito militar: nas palavras de Görlitz, “*Science created the specialist. In the military field, this meant the triumph of the anonymous General Staff officer, the embodiment of military specialism at its highest potential*”. Veja-se Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. III, parágrafos 5-6.

Em primeiro lugar, Stoeckel refere que todas as atividades do Estado-Maior (*gesamte Tätigkeit*) se estruturam em dois macro-grupos,

[...] nämlich in der Vermehrung, Verbesserung und Ordnung der vorhandenen Kriegsmaterialien und in die Fortbildung der Offiziere des Generalstabes und der bei ihm zur Dienstleitung kommandierten Offiziere aus der Armee.⁴⁴

Esta consideração de Stoeckel é de interesse visto que ajuda a definir melhor os objetivos das atividades do Estado-Maior, ou seja, por um lado a gestão dos *Kriegsmaterialien*, *id est*, “materiais de guerra”, termo deliberadamente muito vago pois serve para indicar materiais de natureza bastante variada, como mapas, planos, relevos topográficos *et cetera*, e, por outro, a instrução e treino dos Oficiais de Estado-Maior e dos Oficiais das tropas em serviço no Estado-Maior.

Em segundo lugar, Stoeckel descreve as atividades realizadas pelo Estado-Maior e os seus objetivos. Sublinha o autor e Oficial alemão que a parte principal das atividades do Estado-Maior eram concentradas nas *Abteilungen* dos teatros de guerra. Estas atividades podem-se dividir em dois âmbitos diferentes, sendo o primeiro o topográfico e o segundo o estatístico, para além das atividades relativas à história militar que Stoeckel considera *a latere*.

Diz ainda o autor alemão a respeito das atividades topográficas:

*Die militärtopographischen Arbeiten bezweckten, von den zum Arbeitsgebiet des betreffenden Kriegstheaters gehörenden Teilen der preußischen Monarchie, des gleichen (sic) von den deutschen und ausländischen Staaten eine genaue Kenntnis in topographischer und geographischer Hinsicht zu vermitteln, um dadurch eine zuverlässige Beurteilung bestimmter Geländeabschnitte, ganzer Länder und schließlich des ganzen Kriegstheaters zu ermöglichen.*⁴⁵

⁴⁴ “Nomeadamente no aumento, melhoramento e ordenação dos materiais de guerra disponíveis e na instrução dos Oficiais do Estado-Maior e dos Oficiais comandantes da tropa em serviço no Estado-Maior”. Tradução da minha autoria. Veja-se *ibidem*.

⁴⁵ “Os trabalhos militares-topográficos pretendem proporcionar um minucioso conhecimento do ponto de vista topográfico e geográfico dos territórios da monarquia prussiana que dizem respeito às áreas de trabalhos dos teatros de guerra, assim como dos Estados alemães e estrangeiros, para que seja proporcionada uma fiável apreciação de determinadas áreas territoriais, de países inteiros e finalmente dos inteiros teatros de guerra”. Tradução da minha autoria. *Idem*, pg. 5. Em torno da estrutura da *Abteilung* topográfica, dos trabalhos de campo, relevos *et cetera*, veja-se também *idem*, pgs. 38-42. É necessário sublinhar que, com o passar do tempo e o aumento do trabalho na seção topográfica, veio a ser estabelecida a separação entre o âmbito propriamente topográfico e o âmbito trigonométrico e a consequente estruturação destes dois âmbitos em duas *Abteilungen* separadas; os objetivos destas duas *Abteilungen* permaneciam, de facto, os mesmos: em primeiro lugar o mapeamento dos territórios *in primis* da Prússia, *in secundis* dos outros Estados alemães e *in tertiis* do relativo aos países de interesse para as atividades dos *Kriegstheater* e, em segundo lugar e consequentemente, a produção de mapas para fins táticos e estratégicos. A *Abteilung* trigonométrica foi instituída com o A.K.O. de 3 de fevereiro de 1825 e dispunha de uma seção geodésica. Veja-se *idem*, pgs. 42-46.

Os trabalhos das seções topográficas eram efetuados consoante o âmbito geográfico de cada teatro de guerra e visavam fornecer a estas *Abteilungen* as bases sobre as quais se podiam estruturar planos militares, ou seja, os mapas. Secundariamente, Stoeckel refere que o Estado-Maior realizava uma *Rekognoszierungsreise*, uma viagem de Oficiais de Estado-Maior para efetuar um reconhecimento em forças de áreas específicas (*Erkundung bestimmter Geländeabschnitte in topographischer und geographischer Beziehung*); estas viagens eram geralmente realizadas anualmente no tardo-outono e em conexão com as manobras anuais⁴⁶. Os trabalhos topográficos envolviam outros aspetos: recenseamento e descrição dos rios e das estradas principais e secundárias – comprimento, profundidade, se as estradas se encontravam construídas e utilizáveis ou eram em construção ou ainda em projeto *et cetera*⁴⁷ –, quadros sinóticos que resumiam os estudos topográficos e pareceres técnicos – normalmente formulados pelo Chefe de cada *Kriegstheater* em resposta a pedidos circunstanciados – sobre a projeção e construção de obras civis como estradas e pontes, quer de um ponto de vista militar, quer para conciliar as necessidades da tropa ativa com as dos governos regionais do reino dos Hohenzollern.

Os trabalhos relativos ao estrangeiro eram de natureza muito diferente. Como acenado *supra*, as informações topográficas e geográficas dos outros Estados alemães, e sobretudo dos outros países não-alemães, não podiam incluir as obtidas através de reconhecimentos efetuados por técnicos *in loco*; os meios para a recolha de informações relativas ao território dos países estrangeiros limitavam-se às informações que se podiam encontrar em jornais, revistas e periódicos, às informações dos adidos militares e dos correspondentes jornalísticos, dos contatos e das ligações académicas nos outros países e, em termos gerais, de todas as pessoas que podiam fornecer informações confiáveis sobre a topografia e as infraestruturas de comunicação do país analisado. Finalmente, eram realizados trabalhos tendo também em vista o suporte logístico das tropas em territórios de fronteira⁴⁸.

A seguir aos trabalhos topográficos, Stoeckel descreve os trabalhos militares-estatísticos. Diz o autor alemão em torno desta categoria de trabalhos:

*Die militär-statistischen Arbeiten dienen dazu, den Großen Generalstab über die gesamten Einrichtungen des Heeres und der Flotte bei dem eigenen Lande, den übrigen deutschen Staaten und denen des Auslandes genau zu unterrichten und auf dem Laufenden zu halten.*⁴⁹

⁴⁶ *Idem*, pgs. 5-6.

⁴⁷ Stoeckel fornece algumas cifras relativas ao trabalho realizado nas seções topográficas dos *Kriegstheater*: tomando apenas em consideração a *Westliche Abteilung* durante 1833, só as *Fluß- und Wegetabellen* (Registos dos rios e dos caminhos) alcançavam um total de mais de 900 registos, os quais eram compostos por aproximadamente 27.000 páginas de textos *enggeschrieben* (sic, “escritos densamente”) e 2000 seções de mapas (*Kartensektionen*). *Idem*, pg. 8.

⁴⁸ *Idem*, pgs. 10-11.

⁴⁹ “Os trabalhos militares-estatísticos servem para instruir minuciosamente o Estado-Maior sobre a organização do Exército e da Marinha no próprio país, nos outros Estados alemães e nos estrangeiros e para o manter atualizado”. Tradução da minha autoria. *Idem*, pgs. 11-12.

A primeira atividade realizada pelos serviços estatísticos é a compilação e atualização das leis e decretos que regulamentavam os exércitos dos países atribuídos a cada *Kriegstheater*. Como no caso dos trabalhos topográficos, os estudos relativos aos países não-alemães eram fundamentados através da aquisição de periódicos e revistas, para além das informações referidas pelos adidos militares; Stoeckel menciona que só a partir de meados do século XIX será possível ao Estado prussiano enviar militares a outros países para efetuarem pesquisas sobre a organização dos exércitos estrangeiros e efetuar relevos dos teatros de guerras⁵⁰. Ligadas a este âmbito de trabalho encontravam-se as missões efetuadas por Oficiais de Estado-Maior ao lado dos exércitos estrangeiros envolvidos em eventos bélicos; sempre consoante cada *Kriegstheater*, Oficiais de Estado-Maior eram enviados para recolher informações em torno dos exércitos sobre os quais o Estado-Maior reunia informações; relata Stoeckel que Oficiais prussianos encontravam-se presentes nos principais teatros de guerra europeus, tendo recolhido informações em torno da organização dos exércitos que observaram, dos seus armamentos, das táticas adotadas *et cetera*: só para citar alguns dos teatros bélicos em que os prussianos marcaram presença ao lado dos combatentes como observadores, vale a pena citar o conflito caucásico entre 1820 e 1854, que pela natureza dos exércitos envolvidos se pode definir de guerra assimétrica, a guerra russo-turca de 1828-1829, que contrariamente à guerra caucásica foi um conflito simétrico, e a revolução belga de 1830-1833⁵¹.

Um aspeto importante dos trabalhos do Estado-Maior prussiano que começa a emergir neste período e que acabará por ser crucial no último quarto do século XIX e até à deflagração da Primeira Guerra Mundial, é a atenção dedicada à logística e às comunicações, dentro das quais se destacam sobretudo as ferrovias e a telegrafia. Sustenta Stoeckel que o primeiro interesse em assuntos ferroviários surgiu no Estado-Maior e sobretudo nos *Kriegstheater*; a partir da década de 30 do século XIX as *Abteilungen* dos teatros de guerra começaram a expor pareceres técnicos sobre o emprego dos caminhos de ferro existentes ou a construção de novas linhas ferroviárias em função do aparelho militar prussiano, havendo sido o primeiro parecer deste género elaborado pelo Chefe do *Westliches Kriegstheater* em 1831, a propósito dos caminhos de ferro na área industrial renana. Contudo, a instituição de uma *Abteilung* independente dentro do Estado-Maior que tratasse de assuntos ferroviários não foi considerada até aos meados do século XIX; a dependência das questões ferroviárias relativamente às *Abteilung* dos teatros de guerra deveu-se, provavelmente, a vários fatores, entre os quais a construção ainda *in itinere* do sistema de caminhos de ferro alemão, a intervenção privada na construção deste sistema, a descontinuidade territorial prussiana e a ainda escassa consciência das potencialidades militares das ferrovias⁵². Contudo, sustenta Stoeckel que estas

⁵⁰ *Idem*, pgs 12-16.

⁵¹ *Idem*, pgs. 16-17. As datas dos conflitos aqui referidas são as presentes no texto de Stoeckel.

⁵² Relativamente à escassa consciência do potencial bélico das ferrovias, Stoeckel apresenta o caso do primeiro trabalho científico (*Wissenschaftliche Arbeit*) sobre os caminhos de ferro realizado no âmbito do *Westliches Kriegstheater* pelo Capitão Fischer e com título “O sistema ferroviário da Alemanha, esclarecido pelo Capitão Fischer” (*Das Eisenbahnsystem Deutschlands, beleuchtet durch den Capitaine Fischer*), de 1836, em que o autor

questões ocupavam a grande maioria das atividades realizadas pelas seções topográfica e estatística dos *Kriegstheater*, de forma que a partir de 1842 os *Kriegstheater* realizaram viagens de reconhecimento particulares (*besondere Rekognoszierungsreisen*) para recolher todas as informações possíveis sobre o estado dos caminhos de ferro prussianos e alemães e preparar mapas e tabelas exatamente como acontecia com as estradas e os rios; na mesma medida, os *Kriegstheater* recolhiam informações sobre a evolução dos sistemas ferroviários no estrangeiro, seguindo as modalidades já em prática para recolher informações sobre o exército e a logística dos países tratados em cada *Kriegstheater*. A complexidade do assunto ferroviário de um ponto de vista militar – e consequentemente político – levou o Ministério da Guerra prussiano, em conjunto com o Ministério do Comércio, a instituir em 1850 uma comissão para os caminhos de ferro (*Eisenbahnkommission*); as tarefas desta comissão consistiam no estabelecimento de normas para o transporte das tropas em caso de guerra sem afetar o normal trabalho das companhias ferroviárias privadas, na preparação dos caminhos de ferro para o transporte de tropas e materiais bélicos em grande escala e, finalmente, na gestão do sistema ferroviário inteiro em caso de necessidade, bem como do sistema telegráfico. Esta comissão, na qual operava concertadamente pessoal do Ministério da Guerra, do Estado-Maior e pessoal civil do Gabinete Real das Ferrovias (*Königliches Eisenbahnkommissariat*), em 1850 passa a estar sob a responsabilidade direta do Chefe de Estado-Maior do Exército e a ser dirigida pelo Chefe da *Abteilung* trigonométrica, apesar de este Gabinete não se encontrar enquadrado na estrutura do Estado-Maior. A partir deste momento a comissão começou a estruturar-se em subcomissões territoriais que desempenhavam papéis práticos relativos aos territórios de suas competências, articulando, portanto, de forma mais pormenorizada a planificação das atividades militares ligadas ao uso dos caminhos de ferro⁵³.

O interesse do Estado-Maior prussiano em relação à telegrafia começa em 1832 quando o *östliches Kriegstheater* recebe a tarefa de estabelecer uma linha de telegrafia ótica entre Berlim e Trier. Como no caso dos caminhos de ferro, o interesse despertado pela telegrafia em função da sua utilização no âmbito militar fez com que no final da década de 40 do século XIX o Estado-Maior se orientasse para

manifestava-se céptico em relação à real utilidade dos caminhos de ferro para o aparelho militar prussiano e, em termos mais gerais, da utilidade militar das ferrovias. Contudo, Fischer cita as vantagens dos caminhos de ferro em referência a um exercício do exército britânico em que foi transportado um Corpo de Exército de 28,200 homens de tropa e 96 canhões por 62 milhas em 16 dias em vez de 20. *Idem*, pg. 21. Dupuy confirma o interesse do Estado-Maior de Krauseneck nas ferrovias e a elaboração de ensaios sobre as potencialidades dos caminhos de ferro: veja-se Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pg. 50.

⁵³ No que diz respeito à evolução do pensamento em torno da utilidade militar das ferrovias, é de interesse citar as palavras do Chefe de Estado-Maior Reyher referidas por Stoeckel e escritas em 1853, menos de 15 anos após o ensaio científico de Fischer citado na nota 50 ter visto a luz do dia: “*Bei der Wichtigkeit der Rolle, welche ohne Zweifel die Eisenbahnen in künftigen Kriegen spielen werden, ist es dringend notwendig, diesem Gegenstand die größte Aufmerksamkeit zu widmen*” (“Em torno da importância do papel que sem dúvida as ferrovias irão desempenhar nas guerras futuras, é urgentemente necessário pôr sobre este âmbito a máxima atenção”. Tradução da minha autoria). *Idem*, pg. 28.

a telegrafia elétrica, sobretudo por causa das propostas e pressão efetuadas no âmbito do *mittleres Kriegstheater* pelo Tenente de artilharia Werner von Siemens⁵⁴.

Os *Kriegstheater* eram responsáveis, para além de quanto até agora descrito, pela realização de trabalhos particularmente importantes de um ponto de vista prático, ou seja, trabalhos com objetivos operativos (*Arbeiten für operative Zwecke*). Esses trabalhos tinham sobretudo um caráter de instrução e eram realizados em prol da preparação do exército para a guerra; essas atividades consistiam na preparação de esboços para as marchas e o cálculo dos tempos da concentração em caso de mobilização; outros trabalhos realizados nas três *Abteilungen* relativas aos teatros de guerra eram exercícios teóricos, mormente relativos à mobilização das grandes unidades, como as Divisões, os Corpos de Exército e Exércitos, e às marchas em planos preestabelecidos⁵⁵.

Em conclusão, um capítulo importante das atividades realizadas pelos Oficiais de Estado-Maior é constituído pela instrução. A instrução dos Oficiais é de particular relevância pois é o meio que cria uma ligação entre a Instituição do Estado-Maior, os Oficiais de Estado-Maior que trabalham nos *Kriegstheater* e os Oficiais de Estado-Maior que são enviados para a tropa ativa; a instrução dos Oficiais, neste sentido, é dividida em parte prática e parte teórica.

A parte prática da instrução dos Oficiais consistia na participação destes nas manobras, na preparação das próprias manobras com reconhecimento e relevos nas áreas destinadas à realização dos exercícios e em trabalhos conclusivos depois das manobras, como a compilação de sínteses sobre as atividades realizadas; finalmente, para além destes trabalhos, os Oficiais de Estado-Maior deviam dedicar-se a atividades administrativas dentro do Estado-Maior. Um outro elemento da instrução prática dos Oficiais de Estado-Maior é a importância conferida à prática militar ativa: como estabelecido no A.K.O. de 23 de agosto de 1833, cada ano os Oficiais de Estado-Maior, consoante os trabalhos a desenvolver, eram enquadrados na tropa ativa mantendo o posto, participavam nos exercícios de primavera e realizavam trabalhos administrativos e de campo com as tropas, para adquirirem experiência prática de combate (*um praktische Gefechtserfahrung zu erlernen*)⁵⁶.

Um ulterior elemento relativo à instrução prática dos Oficiais de Estado-Maior é constituído pelas viagens de exercício do Grande Estado-Maior (*Übungsreisen des Großen Generalstabes*). Estas viagens normalmente tinham lugar no estio e eram conduzidas pelo próprio Chefe de Estado-Maior do Exército, possuindo objetivos de natureza principalmente tática e orientados para a instrução dos jovens Oficiais; a organização destas viagens era feita ao longo de todo o ano, durante o qual eram

⁵⁴ *Idem*, pgs. 30-31.

⁵⁵ *Idem*, pgs. 31-33.

⁵⁶ *Idem*, pgs 46-48. É de interesse um pormenor referido por Stoeckel, ou seja, que a partir de 1840 os Oficiais de Estado-Maior participavam igualmente nas manobras e nos exercícios dos outros Estados alemães que colaboravam com o Exército da Federação Alemã (*Bundesheer des deutschen Bundes*), assim como os outros países em questão participavam nos exercícios do exército prussiano. Posteriormente, tornar-se-á habitual encontrar Oficiais prussianos convidados a assistir às manobras em países estrangeiros e vice-versa: neste sentido, a presença de Oficiais de Estado-Maior com uma preparação técnico-militar muito aprofundada que assistem a manobras realizadas por exércitos estrangeiros tornou-se um meio fundamental para recolher informações sobre as dinâmicas operacionais dos outros exércitos.

realizados relevos em áreas específicas e descrições e compêndios sobre aquelas próprias áreas, a preparação de mapas mas também a elaboração de uma análise histórica das soluções táticas e operacionais que envolveram as zonas onde se queria organizar o *Übungsreise*⁵⁷.

O último capítulo do âmbito prático da instrução dos Oficiais de Estado-Maior é o relativo aos trabalhos administrativos. O objetivo desta instrução era preparar os jovens Oficiais de Estado-Maior para a realização de trabalho administrativo, caso tivessem de ser empregues nos *Generalkommandos* da tropa ativa. Estes trabalhos consistiam na preparação dos exercícios vernais e outonais a nível divisionário, assim como dos corpos de reserva; ademais, os trabalhos práticos incluíam aulas para a gestão das questões administrativas (*Geschäftsgang*), ou seja, a gestão da correspondência formal e a condução dos trabalhos administrativos e exercícios práticos de simulação⁵⁸.

Paralelamente ao âmbito prático da instrução dos Oficiais de Estado-Maior existia também o âmbito teórico. Esta formação consistia no estudo da história e das crónicas de guerra, da geografia de guerra, na preparação dos Oficiais de tropas integrados temporariamente no Estado-Maior e na preparação dos Oficiais da *Abteilung* topográfica. Dentro do conjunto de atividades teóricas destinadas aos Oficiais de Estado-Maior destacam-se as realizadas em escolas de preparação e instrução, isto é, a *Kriegsakademie* (também chamada de *Allgemeine Kriegsschule*, “Escola de guerra geral”), a *Artillerieschule* e *Ingenieurschule*. Os cursos destas escolas eram inicialmente relativos à condução das atividades no Estado-Maior, Tática e História militar, tendo sido conseqüentemente integrados nos currículos os cursos de Matemática, Astronomia, Geodesia e Projeção Cartográfica e, finalmente, Geografia de Guerra. Concomitantemente às atividades teóricas estavam previstas atividades práticas conduzidas pelos Oficiais das academias militares e com a colaboração dos Oficiais dos Comandos⁵⁹.

2. A EMERGÊNCIA DO ESTADO-MAIOR PRUSSIANO-ALEMÃO: O TRENTÉNIO DE MOLTKE, O VELHO, 1857-1888.

A nomeação de Helmuth von Moltke para a chefia do Estado-Maior prussiano em 1857 pode-se considerar o evento dirimente que determinou a emergência da Instituição tema de análise da presente tese como elemento-chave do aparelho militar prussiano e, posteriormente, alemão. O decénio anterior à nomeação de Moltke, como indicado *supra*, de facto não constituiu um período caracterizado por particulares mudanças dentro da Instituição aqui analisada e, de um ponto de vista político-militar, o *status quo* dentro do Reino dos Hohenzollern tampouco sofreu mudanças tais que o aparelho militar

⁵⁷ *Idem*, pgs. 48-49. Stoeckel relata igualmente como, a partir de 1838, aos *Übungsreise* foram convidados também a Oficiais das tropas e, progressivamente, também a Oficiais de alta patente das grandes unidades do exército.

⁵⁸ *Idem*, pgs. 49-50.

⁵⁹ *Idem*, pgs. 51-53. Sublinha Stoeckel que os príncipes da família real Hohenzollern recebiam a mesma preparação que os Oficiais de Estado-Maior. Este elemento é pertinente na medida em que demonstra a consideração que os reis prussianos, e mais tarde alemães, reservavam ao Estado-Maior.

prussiano pudesse ser realmente afetado⁶⁰. A mesma nomeação de Moltke foi, *cum grano salis*, um evento parcialmente imputável ao acaso; o contexto político no qual esta nomeação surgiu era de repentinas e imprevisíveis mudanças, pois, por um lado, o Rei Frederico Guilherme IV sofreu um derrame cerebral e foi substituído *ad interim* pelo irmão mais jovem Guilherme e, por outro, no mesmo ano morreu o Chefe de Estado-Maior, General von Reyher, deixando o cargo vacante. As fontes à disposição apontam para duas razões diferentes para a escolha de Moltke para a chefia do Estado-Maior: a primeira razão, proposta por Görlitz, é que foi o Chefe do Departamento do Pessoal do Ministério da Guerra (anteriormente o *Militärkabinett*), Major-General von Manteuffel, pessoa muito ligada ao *establishment* político prussiano, a propor o nome de Moltke na camarilha real⁶¹. Dupuy, pelo contrário, sustenta que Moltke estaria muito ligado ao futuro Rei Guilherme I, pois a partir de 1847 ambos viviam em Coblença, sendo o primeiro Chefe de Estado-Maior do 4º Corpo de Exército estabelecido na cidade renana, e o segundo Governador militar da Renânia, com sé na mesma cidade⁶².

A vida de Helmuth von Moltke é de interesse pois pode representar um exemplo arquetípico do *cursum honorum* de um Oficial de Estado-Maior prussiano do século XIX. Resumidamente, Moltke era filho de uma empobrecida família nobre do Meclenburgo; na sua juventude seguiu os passos do pai e foi enquadrado no exército dinamarquês onde o pai era Oficial. A partir de 1821 o jovem Oficial meclenbarguês conseguiu ingressar no exército prussiano; a sua candidatura foi considerada de tal valor que foi logo admitido à *allgemeines Kriegsschule*⁶³. Em 1833, depois de alguns anos a trabalhar no Departamento topográfico do Estado-Maior como Oficial adido, foi incorporado como *premier-leutnant* no Estado-Maior, começando uma carreira que irá acabar somente em 1888. Depois de ter

⁶⁰ De facto, houve somente um momento em que a monarquia dos Hohenzollern esteve em crise: durante a Primavera dos Povos em 1848-1849. Não estendendo muito a análise neste ponto, é de mencionar que durante a revolução liberal o Rei e o Governo prussianos foram obrigados a abandonar Berlim aos revolucionários. O abandono da capital prussiana por parte do exército, o voto de fidelidade total do mesmo exército ao Rei e a reocupação conclusiva de Berlim pelas tropas fiéis a Frederico Guilherme IV determinaram exclusivamente o afastamento do Exército das simpatias dos liberais. Do ponto de vista da política internacional é necessário assinalar a intervenção das tropas prussianas na primeira guerra do Schleswig de 1848-1851; as operações, de limitado espectro estratégico, não tiveram consequências nas dinâmicas internas do Estado-Maior. Veja-se Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 54-61; Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. III, parágrafo 6.

⁶¹ Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. IV, parágrafo 1; Görlitz fala de Moltke como nomeado de Manteuffel. Ademais, a perspectiva de Görlitz é de particular interesse pois liga a luta para a primazia de influência em assuntos militares para com o Rei entre o próprio Moltke e Manteuffel, luta que outrossim teve consequências na evolução do Estado-Maior.

⁶² Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 60-62. Sublinha Dupuy que esta nomeação foi espúria, pois de facto Moltke não tinha um currículo adequado para dar garantias de resultados ao desempenhar o delicado cargo de Chefe de Estado-Maior; para além disto, não obstante a vontade de Guilherme de efetuar logo depois da sua chegada a Berlim como Regente a nomeação para o cargo de Chefe de Estado-Maior, sublinha Dupuy que, considerando a ainda precária autoridade do futuro Rei, as suas nomeações pudessem ser só temporárias. Conclui o autor americano que a figura de Moltke, no dia da sua nomeação, era desconhecida à maioria dos Oficiais prussianos não ligados ao Estado-Maior e que havia boatos que sustentavam que Moltke, em 1857 de 57 anos de idade, pensasse à aposentação.

⁶³ Naqueles anos era Diretor da *Kriegsakademie* Clausewitz; sustenta Dupuy que, todavia, é muito improvável que os dois se conhecessem ou houvesse entre eles uma relação académica qualquer. Veja-se *ibidem*.

ingressado no Estado-Maior, Moltke foi enviado em 1835 como adido militar no Império Otomano, para desempenhar funções de assistência ao Sultão Mahmud II na reforma e ocidentalização das forças armadas turcas; em 1845 foi enviado para Roma enquanto *Adjutant* do Príncipe Karl Heinrich von Preußen. Após a morte do Príncipe em 1846, Moltke, naquele momento Tenente-Coronel, voltou ao Estado-Maior na Prússia e foi-lhe atribuído o posto de Chefe de Estado-Maior do 4º Corpo de Exército renano; finalmente, é necessário sublinhar que durante a Primeira Guerra do Schleswig em 1848 Moltke foi chamado ao Grande Estado-Maior, no biénio 1848-1849 com sede em Potsdam. Com a conclusão das hostilidades, o Oficial meclemburguês voltou a desempenhar o papel de Chefe de Estado-Maior do 4º Corpo de Exército em Coblença até 1855, havendo sido seguidamente escolhido para ajudante de campo do Príncipe Frederico Guilherme, filho do venturo Rei Guilherme I, até à sua nomeação para a Chefe do Grande Estado-Maior interino em outubro de 1857, nomeação confirmada em setembro do ano seguinte⁶⁴.

O período que viu a nomeação de Moltke para Chefe de Estado-Maior e a ascensão ao trono de Guilherme I pode ser considerado um período de reforma e renovação em relação às forças armadas prussianas. Faz-se aqui referência à proposta do Major-General Albrecht von Roon a Guilherme I para reformar amplamente o exército, proposta formulada através de um documento com o título “Observações sobre e linhas gerais para uma constituição militar da Pátria” apresentado ao Rei em julho de 1858. Resumidamente, as propostas de Roon visavam aumentar substancialmente o tamanho da tropa ativa incrementando o alistamento anual de 40.000 recrutas para 63.000, de modo a que a tropa ativa se mantivesse em 200.000 unidades enquadradas em 39 Divisões de infantaria e 10 de cavalaria mais um amplo corpo de reservas funcional para eventuais conflitos prolongados. Para além do tamanho do Exército, as reformas propostas por Roon apontavam para uma redução da *Landwehr*, ainda considerada um corpo militar de escasso valor, e da sua integração na tropa ativa sob a supervisão direta do Exército, de forma a incrementar a disciplina e a eficiência em combate. Finalmente, sustenta Dupuy que se as reformas de Roon tivessem sido adotadas, a percentagem do orçamento do Estado prussiano destinado às forças armadas teria aumentado para 25%. Não obstante a tácita aprovação de Guilherme I das propostas de Roon, o crescimento das despesas militares viu a estrénuo contrariedade da Câmara Baixa prussiana, dominada por uma maioria liberal e contrária ao excessivo aumento das despesas militares sem que o aparelho militar acabasse na esfera de controlo do Parlamento. O conflito constitucional assim criado teria dominado a vida política prussiana até à

⁶⁴ Sustenta Dupuy que poderá ter sido o próprio Guilherme I a escolher e pedir que Moltke se tornasse o ajudante de campo do seu filho por duas razões: a primeira reside no facto de Guilherme ser o pai de Frederico Guilherme e de ter conhecido Moltke em Coblença e colaborado com ele, para além de ter supostamente seguido os trabalhos do Oficial meclemburguês em Potsdam durante a Primeira Guerra do Schleswig; a segunda razão consiste no facto de ser inusual que um Major General como Moltke em 1855 pudesse ser escolhido para desempenhar um papel como o de ajudante de campo. O profundo relacionamento futuro entre os dois pais fundadores do Segundo Reich alemão pode ser considerado um ulterior elemento para confirmar que a escolha de Moltke como Chefe do Grande Estado-Maior foi o ponto de chegada de um percurso pessoal e profissional que ligou Guilherme I ao Oficial meclemburguês já uma década antes de 1857. Vejam-se *ibidem*, e Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. IV, parágrafos 2-3.

emergência política de Otto von Bismarck; contudo, relata Görlitz que a crise constitucional induziu os lealistas representados por Manteuffel e Roon a planejar um golpe de estado antiparlamentar caso a Câmara Baixa bloqueasse as atividades parlamentares e convidasse a população de Berlim a sair às ruas; este plano, que não contemplava Moltke, foi anulado somente em 1864. Nesta articulada situação, Moltke desempenhou um papel crucial em manter o Estado-Maior prussiano fora do debate em torno das medidas que iriam afetar a estrutura e o tamanho do exército prussiano, concentrando-se, contudo, na reorganização da Instituição militar que chefiava⁶⁵.

No período entre a nomeação de Moltke e a Segunda Guerra do Schleswig, o *Großer Generalstab* viu apenas uma reorganização parcial da sua estrutura. Referem as fontes que a partir de 1859 Moltke decidiu voltar, embora só parcialmente, ao sistema de *Abteilungen* criado por Grolman e Müffling, em que cada *Abteilung* era orientada geográfica e estrategicamente⁶⁶. Paradoxalmente, foi uma autoridade fora do Estado-Maior a propor um conjunto de reformas com vista à reorganização da Instituição militar liderada por Moltke: inicialmente sob sugestão do General Comandante do 1º Corpo de Exército prussiano Werder, depois em dois memorandos elaborados pelo Major von Gottberg e pelo Coronel von Alvensben, este último Chefe do *Allgemeines Kriegsdepartement*, e com aprovação do Rei, foram propostos quatro pontos de reforma: os Chefes de Estado-Maior nos corpos ativos do Exército passariam a ser escolhidos entre os Generais e vinha a ser enquadrado na estrutura do Estado-Maior um *Sous-Chef* de Estado-Maior; o aumento do pessoal em serviço no Estado-Maior; o estabelecimento de uma Escola de Estado-Maior que subvencione os mais talentosos Oficiais apesar das suas condições financeiras; finalmente, a equiparação dos vencimentos entre os Oficiais de Estado-Maior e os da tropa ativa com posto equivalente. Moltke respondeu às propostas sustentando que, em termos gerais, era realmente necessária uma reforma do Estado-Maior na direção indicada pelos Oficiais autores dos memorandos, mas não nos mesmos termos propostos por eles; consequentemente, as propostas de Werder, Gottberg e Alvensben caíram⁶⁷.

Neste contexto de reformas parciais e de luta pela primazia dentro do aparelho militar prussiano, o único avanço significativo dentro da estrutura do Estado-Maior de Moltke antes da intervenção direta

⁶⁵ Sobre o documento com as propostas de reforma do Exército de Roon, veja-se Messerschmidt, Manfred, *The Prussian Army from Reform to War*, em Förster, Stig e Nagler, Jörg (eds.), *On the Road to Total War: the American Civil War and the German Wars of Unification, 1861-1871*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002, pgs. 263-282, sobretudo 264 e seguintes. Sobre as reformas de Roon e o conflito constitucional entre 1858 e 1864, veja-se Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 63-64 e 67-69; Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. IV, parágrafo 3.

⁶⁶ Neste caso específico, as informações presentes nas fontes divergem no que diz respeito à mudança de nome e de funções das *Abteilungen* do Grande Estado-Maior. Stoeckel não assinala mudança alguma de nome ou de funções operada por Moltke, sendo que a partir de 2 de março de 1848, durante a chefia de Krauseneck, os *Kriegstheater* voltaram a chamar-se simplesmente Primeira, Segunda e Terceira *Abteilung* e contemplavam, entre as outras funções, parte do trabalho desenvolvido nas divisões topográfica e trigonométrica; Dupuy e Görlitz, pelo contrário, assinalam a mudança de nome das *Abteilungen*, que passaram a designar-se Departamento oriental, central e ocidental, e confirmam a permanência de parte das funções topográfica e trigonométrica. Veja-se Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 64-65; Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. IV, parágrafo 2.

⁶⁷ Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 3, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 1-3.

do Chefe de Estado-Maior na Segunda Guerra do Schleswig foi a criação de uma seção ferroviária na segunda *Abteilung* do Estado-Maior. Este percurso, como descrito *supra*, tinha começado com o interesse demonstrado pelo Chefe de Estado-Maior Reyher relativamente às oportunidades que o uso dos caminhos de ferro podia conferir à concentração e deslocação das tropas nos teatros operacionais. O sucessor de Reyher, Moltke, continuou com o projeto, sobretudo em virtude dos seus convencimentos estratégicos. Partindo dos pressupostos geoestratégicos prussianos descritos anteriormente no cap. 1, face à possibilidade de a Prússia ser obrigada a enfrentar vários adversários em diferentes – e longínquos – teatros operacionais, Moltke percebeu que a capacidade de deslocar e posicionar um número elevado de tropas nos diversos teatros era um elemento crucial para o êxito ou o fracasso prussiano num evento bélico. Napoleão, neste sentido, foi o autor involuntário dos fundamentos estratégicos moltkeanos e, conseqüentemente, prussianos: o General corso desenvolveu uma estratégia fundamentada nas linhas internas, através da qual se podia concentrar um amplo número de tropas divididas em pequenos grupos espalhados num determinado ponto utilizando as linhas de comunicação do seu próprio território, linhas portanto de mais fácil gestão e com mais garantias de recursos, para desferir um ataque decisivo contra os inimigos – o “separados para viver, unidos para combater” napoleónico. Dado que as linhas de comunicação durante as guerras napoleónicas não foram particularmente desenvolvidas, esta estratégia limitava radicalmente o espaço estratégico viável para as operações, vinculando de facto o devir das operações às linhas internas. A intuição de Moltke foi, portanto, de retomar o ideal napoleónico de ataque concentrado determinado pela convergência de tropas espalhadas num espaço estratégico ainda limitado, harmonizando-o com as possibilidades oferecidas por linhas mais eficientes reificadas pelas ferrovias e pelos telégrafos. Neste sentido, o espaço estratégico à disposição aumentava radicalmente, pois por via de uma pormenorizada planificação e através do meio ferroviário era possível estender as áreas das operações muito para além dos padrões napoleónicos e, ademais, desenvolver operações por linhas externas, ou seja, deslocando as tropas em formações espalhadas em território hostil, conseguindo concentrá-las para atacar o inimigo como na estratégia por linhas internas.

A questão das ferrovias, das linhas de comunicação e do papel que podiam desempenhar num evento bélico tornaram-se claras durante a Segunda Guerra de Independência Italiana. No conflito que colocou frente a frente a aliança entre a França de Napoleão III e o Reino da Sardenha contra o Império Austríaco, as forças em campo usaram os caminhos de ferro para deslocar as tropas nas áreas das operações, mas, ainda assim, não conseguiram nem ampliar o espaço estratégico a disposição, nem garantirem uma superioridade numérica determinante em relação ao inimigo, e foram, portanto, obrigados a resolver o conflito na caótica e sangrenta batalha de Solferino. Os observadores prussianos *in loco*, para além do próprio Moltke nos trabalhos relativos ao conflito elaborados no âmbito do Estado-Maior, explicaram as razões do devir caótico da campanha de Solferino com a escassa capacidade dos Comandos de ambas as formações para aproveitar os meios estratégicos à disposição para criar contextos de superioridade sobre o inimigo e na incapacidade – ou

impossibilidade – dos Comandos inferiores das formações de tomarem iniciativas para tirar partido das situações particularmente favoráveis. Noutros termos, Moltke deu-se conta que os novos meios à disposição, como os caminhos de ferro e as comunicações telegráficas, podiam tornar-se elementos fundamentais para garantir a superioridade em relação aos adversários, mas, para que tal acontecesse, teria de existir um *know-how* que garantisse eficácia a estes meios: do ponto de vista das ferrovias, por exemplo, só a estruturação de uma *timetable* para a concentração e o transporte das tropas podia garantir uma real superioridade numérica sobre o inimigo; do ponto de vista da cadeia de comando, a delegação aos Suboficiais de parte do comando, ou seja, do poder de tomar iniciativas dentro de um quadro doutrinário compartilhado, garantia mais flexibilidade a nível tático e uma maior possibilidade de aproveitamento das situações favoráveis⁶⁸. Em suma, a campanha de Solferino foi combatida com meios novos em termos de recursos estratégicos – e também no que diz respeito aos armamentos – mas sem um *know-how* tático-estratégico tal que estes novos meios se pudessem tornar decisivos num evento bélico. A lição que Moltke aprendeu dos eventos italianos pode-se portanto resumir desta forma: os caminhos de ferro só poderão tornar-se um elemento decisivo numa campanha, ativando a possibilidade estratégica das linhas externas, se e somente se forem adotados planos para usar as ferrovias em prol da criação e mantimento de uma superioridade operacional contra o inimigo num espaço estratégico predefinido; sendo este espaço estratégico potencialmente muito maior do que no passado e não sendo materialmente possível ao Comandante Supremo de um exército controlar todas as dinâmicas das operações, torna-se necessário delegar uma parte do comando aos oficiais subordinados para que possam tomar todas as medidas necessárias para enfrentar de forma mais eficaz as situações táticas contingentes durante as operações; contudo, para tal, é indispensável que todas as camadas do Oficialato sejam instruídas ao abrigo de uma doutrina definida e compartilhada, pois só através de uma doutrina compartilhada podem os suboficiais tomar decisões a nível tático sem deteriorar a correta progressão dos planos estabelecidos⁶⁹.

As atividades organizadas por Moltke em prol do aproveitamento dos recursos ferroviários começaram logo depois da sua nomeação para a chefia do Grande Estado-Maior. Em 1858 o Major-

⁶⁸ Tenha-se em consideração que, na campanha de Solferino, a delegação de parte do comando aos Oficiais subalternos não pôde acontecer pois as três formações militares – a francesa, a sarda e a austríaca – eram lideradas no campo por Napoleão III, Vitório Emanuel II e Francisco José I, respetivamente; Dupuy sublinha as dificuldades dos Comandos dos dois contendentes na gestão no campo de exércitos que chegavam a ter cada um cerca de 200.000 homens, dificuldades que se refletiam no *tempo* das operações: “*Once the armies of the opposing sides had assembled in northern Italy – and despite use of railroads by both sides for movement of troops and supplies – the tempo of operations was slower than had been the case in the Napoleonic Wars. Although the French and Austrian subordinate commanders and their troops performed well when orders were clear, Moltke noted that they generally stopped and awaited further instructions when orders were lacking or conflicting*”: Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 66-67.

⁶⁹ Sobre a Segunda Guerra de Independência Italiana e as consequências no pensamento estratégico de Moltke, veja-se *idem*, pgs. 65-67. Sobre a doutrina e a delegação de parte do comando aos suboficiais, relata Samuels que Moltke sustentou que graças à doutrina promanada do Estado-Maior, “*in a given situation 99 out of 100 officers would react as he would himself*”; na mesma medida, “*In Moltke’s view, a dogmatic enforcement of the plan of operations was a deadly sin*”: Samuels, Martin, *Command or Control?*, obra citada, pg. 18.

General meclenburguês promoveu uma série de trabalhos sobre a concentração do exército em caso de mobilização e, em particular, elaborou trabalhos sobre as consequências estratégicas do uso dos caminhos de ferro, sobre os processos de mobilização, concentração e transporte das tropas; no ano seguinte, e por causa da Segunda Guerra de Independência Italiana, os Ministérios da Guerra e do Comércio instituíram uma comissão central e 3 comissões de linha (*Central- und Linienkommissionen*) para a gestão do transporte das tropas para a frente ocidental⁷⁰. Em prol da instrução e da coordenação entre Estado-Maior, Comandos das tropas e sistema ferroviário, Moltke ordenou que em cada *Abteilung* do Estado-Maior, assim como em cada Comando General, estivesse presente um Oficial que tratasse das questões ligadas ao uso dos caminhos de ferro e elaborasse planos parciais para a concentração das tropas⁷¹.

Em 1860 as atividades de planeamento do transporte das tropas para as frentes foram estendidas às frentes oriental e central; ao mesmo tempo, Moltke pôs um foco particular no aperfeiçoamento dos transportes ferroviários para o transporte das tropas: para tal, designou um Oficial do Grande Estado-Maior para trabalhar estritamente este aspeto e, no dia 26 de março de 1860, emanou uma instrução particular para este Oficial com título *Instruktion für den das Eisenbahnwesen bearbeitenden Offizier des Großen Generalstabes* que indicava, entre os outros objetivos do trabalho daquele Oficial, a elaboração de planos de concentração de grandes contingentes de tropas e a atualização dos conhecimentos sobre o estado e os projetos de ampliamto do sistema ferroviário⁷². O aperfeiçoamento das *timetable* para o transporte das tropas e a mais estrita colaboração entre o Estado-Maior, a comissão interministerial para as ferrovias e a comissão confederal para o transporte ferroviário⁷³ determinaram o êxito da mobilização e concentração das tropas prussianas durante a

⁷⁰ O desencadear do conflito entre França e Áustria colocou a Prússia numa situação política de vantagem, pois podia teoricamente aproveitar o esgotamento de um ou ambos os contendentes para obter ganhos territoriais ou políticos; foi em consideração deste factor que Guilherme I proclamou a mobilização parcial do Exército prussiano para intervir contra a França ao abrigo de acordos formalizados no âmbito da Confederação Alemã concertação com a Áustria; contudo, a interrupção dos combates com o armistício de Villafranca – provavelmente devido aos receios de Napoleão III de um ataque prussiano nas províncias renanas – bloqueou as operações prussianas. É necessário sublinhar, todavia, que a mobilização e a concentração das tropas prussianas nas províncias renanas acabaram por se tornarem uma possibilidade para Moltke experimentar o elemento ferroviário dentro das dinâmicas de preparação das tropas para um evento bélico; o que emerge nas fontes é que a concentração através dos meios ferroviários foi caótica e pouco eficaz, mas forneceu elementos úteis para aperfeiçoar os planos de transporte e concentração das tropas que confluíram em várias obras elaboradas pela *Kriegsgeschichtliche Abteilung*, como a escrita por Wartensleben com título “*Ergänzungen zu dem 1858 von dem Major v. Tiedemann der 3. Abteilung erfaßten Werke-das preußische Eisenbahnwesen mit Bezug auf dessen Benutzung für größere Truppentransporte*” (Complementos à obra de 1858 do Major von Tiedemann da 3ª *Abteilung* com título “As ferrovias prussianas com referência à utilização delas para grandes operações de transporte de tropas”); esta obra, sustenta Stoeckel, circulou amplamente não só entre os Oficiais de Estado-Maior mas também entre os Comandos das tropas. Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pg. 66; Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. IV, parágrafo 4; Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabes*, vol. 3, BArch-MA, PH 3/124, pg. 15.

⁷¹ *Idem*, pgs. 15-16.

⁷² *Idem*, pgs. 16-17.

⁷³ Refere Stoeckel que em 7 de fevereiro de 1861, em virtude de uma decisão a nível confederal, foi instituída uma comissão especial que incluía Oficiais de Estado-Maior dos vários países do *Deutscher Bund* para o aproveitamento e ampliamto do meio ferroviário com vista a fins militares. A Prússia participava nesta

intervenção contra o Eleitorado de Hesse-Kassel em 1862; no mesmo ano um exercício militar prussiano que visava mobilizar e concentrar as tropas para um eventual conflito contra a Dinamarca obteve o mesmo sucesso⁷⁴; finalmente, em 1863 foi realizado mais um exercício que visava experimentar a mobilização e concentração das tropas em caso de uma guerra de agressão francesa contra a Prússia nas províncias renanas⁷⁵.

Tendo sido as atividades realizadas pelo Estado-Maior a partir de 1860 concentradas em torno da mobilização e concentração através do meio ferroviário, começou a surgir no âmbito do Estado-Maior a hipótese de centralizar mais os serviços militares ferroviários; neste sentido, no dia 26 de fevereiro de 1864 a segunda *Abteilung* do Estado-Maior, a que compreendia a maioria dos territórios prussianos e alemães, propôs a instituição de uma *Abteilung* especial para realizar os trabalhos relativos às ferrovias; Moltke demonstrou estar de acordo com a proposta, duvidando, todavia, da oportunidade de reorganizar drasticamente o Estado-Maior naquele momento. Assim, no dia 31 de março de 1864 foi instituída uma seção ferroviária (*Eisenbahnsektion*) adida à segunda *Abteilung*, na qual confluíram os Oficiais de Estado-Maior que trabalhavam na comissão central e nas comissões de linhas para o transporte das tropas. O trabalho da seção ferroviária foi esclarecido numa instrução em seguimento da instituição da seção; as atividades compreendiam a redação de estatísticas ferroviárias, a recolha das disposições e regulamentações sobre as ferrovias, a instrução dos Oficiais de Estado-Maior relativamente às suas atividades enquanto comissários ferroviários em caso de concentração das tropas e, finalmente, a redação de perícias técnicas sobre os caminhos de ferro. Em conclusão, o chefe da seção podia relacionar-se diretamente com o Chefe de Estado-Maior e geria os trabalhos relativos à primeira e à terceira *Abteilungen*⁷⁶.

Pouco antes da instituição da seção ferroviária na segunda *Abteilung* tinha sido desencadeada a Segunda Guerra do Schleswig. Este evento bélico é de importância crucial no que diz respeito ao devir da presente tese pois é o evento que determinou a emergência do Estado-Maior de Moltke dentro do aparelho militar prussiano e que o projetou numa posição de primazia quer no âmbito militar, quer no âmbito sociopolítico alemão e europeu.

Görlitz afirma que a posição do Estado-Maior dentro do aparelho militar prussiano aquando do deflagrar da guerra nos ducados dinamarqueses não era diferente da posição que a Instituição objeto

Comissão com dois Oficiais de Estado-Maior que tinham o explícito objetivo de defender os interesses prussianos. *Ibidem*.

⁷⁴ Em 1862 o Eleitorado de Hesse-Kassel foi alvo de instabilidade política relativamente à concessão de uma Constituição. Sobre a intervenção prussiana contra o Eleitorado de Hesse, veja-se *idem*, pg. 18 e Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. IV, parágrafo 4; sobre a exercitação contra a Dinamarca, veja-se Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pg. 66.

⁷⁵ É possível que o exercício que visava instruir e treinar as tropas para responderem a uma invasão francesa tenha sido estruturado pela tensão crescente entre França e Prússia, tensão essa resultante do apoio desta última à Rússia na supressão de uma revolta polaca. O retiro do apoio prussiano aos russos patrocinado por Bismarck – que presumivelmente não achava viável uma confrontação com a França naquele momento – acalmou a tensão entre os dois países. *Idem*, pg. 70.

⁷⁶ Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 3, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 18-20.

da presente tese tinha em 1806: muitos Comandos não sabiam qual a função que o Estado-Maior desempenhava e como lhes podia ser útil, para além da escassa consideração manifestada por Wrangel, o Comandante Supremo dos prussianos, que sustentou que o Estado-Maior era completamente desnecessário e que era uma vergonha e uma desgraça para um Marechal de Campo real prussiano lidar com muitos funcionários administrativos impostos por fora⁷⁷. Neste sentido o Estado-Maior não foi consultado em toda a primeira parte do conflito, sendo as diretivas de Comando emanadas pelo Rei e, através do Ministério da Guerra chefiado por Roon, enviadas aos Comandos na frente. A intervenção de Moltke nas dinâmicas bélicas foi, *cum grano salis*, resultado de uma situação imprevisível e fruto do acaso: nas diretivas enviadas pelo Rei a Wrangel encontrava-se explicitamente mencionado que as tropas estavam proibidas de ultrapassarem as fronteiras dos ducados do Schleswig e Holstein e entrarem na Jutlândia; contudo, alguns corpos prussianos não respeitaram esta diretiva e o Chefe de Estado-Maior de Wrangel, General Vogel von Falckenstein, foi demitido sob acusação de Manteuffel. Este último convenceu também Guilherme I a escolher Moltke como Chefe de Estado-Maior de Wrangel em substituição de Falckenstein, e o Rei deu seguimento às sugestões do Chefe do Departamento do Pessoal. Moltke chegou à frente numa fase de *impasse* do conflito e à beira de um cessar-fogo para dar seguimento às negociações de paz sob o patrocínio das outras potências europeias chefiadas pelo Reino Unido. Nesta situação, Bismarck conseguiu impor o seu plano de obter uma vitória de relevo contra os dinamarqueses para começar as negociações em pé de superioridade. Neste sentido, o Exército prussiano, com a colaboração de Moltke, assaltou com êxito a fortaleza de Dybbøl; contudo, esta vitória não determinou um entendimento nas negociações de Londres, e ao expirar do cessar-fogo os combates recomeçaram. As tropas prussianas, conduzidas pelos planos de Moltke, ocuparam a Jutlândia e a ilha de Als, forçando os dinamarqueses a pedir um novo cessar-fogo e a paz.

O desenrolar das operações na segunda fase da Segunda Guerra do Schleswig permitiu que o nome de Moltke e a Instituição que chefiava emergissem na opinião pública, ganhando destarte autoridade aos olhos de Guilherme I e de Roon. Roon convenceu igualmente o Rei a afastar Manteuffel, que no entanto começava a ver Moltke como um concorrente à primazia no aparelho militar prussiano, da posição de *Generaladjutant* do Rei e da chefia do Departamento do Pessoal do Ministério da Guerra. A sua substituição pelo Major-General von Tresckow, já Oficial de Estado-Maior, não só dispôs as bases para a emergência do Estado-Maior, como consolidou a primazia de Moltke dentro do aparelho militar prussiano, pois foi o próprio Tresckow, coadjuvado por Roon, a convencer Guilherme I a incluir Moltke nas reuniões com o Rei quando havia questões militares na ordem do dia⁷⁸.

O biénio entre a conclusão da Segunda Guerra do Schleswig e a *Deutscher Krieg* entre Prússia e Áustria viu um ulterior ampliamiento do Estado-Maior. No dia 8 de janeiro de 1865, Moltke apelou ao Ministério da Guerra através de um memorando; os pedidos que o Chefe de Estado-Maior dirigiu a

⁷⁷ Görnitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. IV, parágrafo 5. A mesma consideração expressa por Wrangel é citada em Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pg. 72.

⁷⁸ *Idem*, pgs. 72-75; Görnitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. IV, parágrafo 5.

Roon foram, entre os outros, uma revisão do número e do *status* dos Oficiais destinados às atividades do Estado-Maior, tendo em conta sobretudo as necessidades da Instituição militar chefiada por Moltke em caso de evento bélico, bem como a expansão das atividades das *Abteilungen* e seções técnicas como a trigonométrica e a histórica. Para além disto, um aspeto de interesse é constituído pelo pedido de Moltke de integrar os adidos militares nas embaixadas em Viena e Paris no Estado-Maior em prol do processo de centralização das questões militares no Estado-Maior; finalmente, em termos gerais, o Chefe de Estado-Maior solicitava o aumento dos vencimentos dos mais altos Oficiais de Estado-Maior, assim como um aumento das verbas à disposição para realizar os *Generalstabsreisen*. Depois de um debate sobre o ampliamto dos quadros do Estado-Maior, o Ministério aceitou as propostas de Moltke e com o A.K.O. de 5 de Agosto de 1865 estabeleceu, entre as outras coisas, o aumento dos Oficiais de Estado-Maior em número de 4 Oficiais de Estado-Maior⁷⁹, 6 Capitães e 3 Tenentes de serviço (*Diensttuend Leutnants adjoints*), mais a integração no quadro do Estado-Maior de 6 engenheiros geógrafos e o aumento do pessoal administrativo; o aumento dos fundos e dos vencimentos de algumas categorias de Oficiais e a atribuição aos três mais velhos detentores de uma chefia no Estado-Maior dos títulos para conduzir uma Brigada (*Die Dotierung der 3 ältesten Chefstellen des Großen Generalstabes mit Brigadekommandeur's-Competenzen*)⁸⁰.

No mesmo período, e em seguimento à experiência adquirida no conflito contra a Dinamarca, Moltke propôs a instituição de um Estado-Maior substituto (*Stellvertretender Generalstab*) que continuasse a cumprir as atividades do Estado-Maior em caso de evento bélico⁸¹. Para além disto, antevendo um potencial conflito contra o Império austríaco, foi levantada a proposta de instituição de um gabinete de *intelligence* (*Nachrichtenbüro*) dentro do aparelho militar prussiano, para que fossem recolhidas e elaboradas informações de natureza militar sobre o inimigo antes e durante o conflito⁸².

A primeira proposta neste sentido foi formulada no dia 23 de março de 1866, num memorando pelo Major Bronsart von Schellendorf que propunha: que a embaixada prussiana em Viena começasse a recolher informações sobre as preparações austríacas para a guerra ventura; o envio de um Oficial para a avaliação das informações de *intelligence* recolhidas; a ligação entre os contatos prussianos presentes em Viena e a embaixada em sentido de uma centralização das atividades de *intelligence* que devia ter como eixo a mesma embaixada; a criação de um gabinete central de *intelligence* que gerisse a recolha das informações e que supervisionasse a imprensa e, finalmente, a instituição de seções de

⁷⁹ Stoeckel, que refere este aumento de pessoal, não especifica o posto dos 4 Oficiais em questão. Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabes*, vol. 3, BArch-MA, PH 3/124, pg. 9.

⁸⁰ *Idem*, pgs. 8-9.

⁸¹ Stoeckel refere que em 1864 uma parte do exército prussiano tinha a função de proteger as fronteiras orientais enquanto outra parte do Exército foi destinada ao conflito com a Dinamarca. Este amplo emprego de tropas ativas absorveu uma conspícua parte dos Oficiais de Estado-Maior, reduzindo radicalmente o prosseguimento normal das atividades previstas, nomeadamente a observação das tropas estrangeiras envolvidas no evento bélico. *Idem*, pg. 26.

⁸² A importância do serviço de *intelligence*, na opinião de Moltke, emerge claramente no uso que o Chefe de Estado-Maior fez das informações sobre o Império austríaco antes da deflagração do conflito em 1866; veja-se o memorando da autoria do *Oberstleutnant* Nonrad *Auswirkungen des geheimen Meldedienstes in der Obersten Heeresleitung aufgrund der Vorgänge von 1866, 1870/1871 und 1914*, BArch/MA, PH 3/95.

intelligence nos diversos Comandos do Exército ligadas ao gabinete central em Berlim. O memorando de Schellendorf recebeu a aprovação de Bismarck e, com a aprovação de Guilherme I, Moltke instituiu o Gabinete de *intelligence* ao abrigo da terceira *Abteilung* do Estado-Maior, colocando-a sob a responsabilidade do Chefe daquela *Abteilung*, o Coronel Doering.

O processo de organização destes dois novos órgãos veio a ser retomado pelo Chefe da *Kriegsgeschichtliche Abteilung*, o Major von Verdy du Vernois, através de um memorando que visava definir em detalhe a organização do Estado-Maior substituto e da *Nachrichtenbüro*. No que concerne à organização do *Stellvertretender Generalstab*, Verdy referia no memorando que o Estado-Maior devia manter a sua canónica estrutura em três *Abteilungen*, pois “*die noch nicht in die militärische Aktion verflochtenen Staaten fortgesetzt auf das Genaueste beobachtet werden müssen*” (deve-se continuar a observar rigorosamente os países que ainda não são envolvidos em ações militares); a *Plankammer* deverá continuar a abastecer o Exército “*mit guten Karten*” (com bons mapas) e deverá obter para tal fim mais pessoal; o *Abteilung* topográfico continuará a funcionar em regime reduzido e também a *Kriegsgeschichtliche Abteilung* continuará a funcionar para a redação da *Militär-Wochenblatt*, a *de facto* revista oficial do Exército redigida pelo Estado-Maior⁸³.

A proposta de Verdy descrevia o *Nachrichtenbüro* como uma *Abteilung* particular dentro do Estado-Maior que devia recolher e enviar telegraficamente as informações ao Quartel-General de Berlim; os funcionários civis deviam cumprir a tarefa da recolha das informações através da imprensa dos países inimigos, dos neutros e do corpo diplomático prussiano nos países com relações diplomáticas abertas; recomendava-se outrossim a abertura de um gabinete central de imprensa para a transmissão das informações consideradas autênticas (*befürwortete er die Errichtung eines Zentralpreßbüro's zur Übermittlung authentischer Nachrichten*), num processo que envolvia também o Ministério do Interior. O A.K.O. de 15 de maio de 1866 estabeleceu a instituição do Estado-Maior substituto e, na estrutura deste órgão, incluía um gabinete de *intelligence*; ulteriores diretrizes confirmaram a organização e a tarefa do órgão de *intelligence* propostas por Verdy: contudo, o funcionamento do *Nachrichtenbüro* estava ainda limitado à *Abteilung* dentro do Estado-Maior substituto, pois a proposta formal em torno da permanência de um gabinete de *intelligence* dentro do *Großer Generalstab* virá a ser apresentada por Moltke somente depois da guerra austro-prussiana;

⁸³ A *Militär-Wochenblatt* foi fundada em 1816 por Rühle von Lilienstern, naquele período Chefe da *Kriegsgeschichtliche Abteilung* do Estado-Maior, e Karl von Decker, Chefe do gabinete topográfico da mesma Instituição. Esta revista semanal tinha o objetivo de proporcionar informações de natureza militar à opinião pública; os conteúdos destas informações eram muito variáveis, pois esboçavam as notícias relativas ao equipamento das forças armadas prussianas aos relatórios das operações decorridas durante os eventos bélicos, das notícias sobre os Oficiais do Exército aos temas de debate sobre a evolução tático-estratégica da *ars bellandi*. É de sublinhar que o Estado-Maior prussiano tornou-se a partir de 1824 o editor da *Militär-Wochenblatt*. A maioria dos números da *Militär-Wochenblatt* encontram-se disponibilizados no link <https://catalog.hathitrust.org/Record/000550460>.

noutros termos, a instituição do órgão de *intelligence* do Estado-Maior prussiano pode ser associada ao momento contingente da deflagração do conflito contra o Império dos Habsburgo⁸⁴.

Do ponto de vista da história do Estado-Maior prussiano, o conflito entre a Prússia e o Império austríaco pode ser considerado um momento fundamental no percurso que conduziu este órgão militar à primazia dentro do aparelho militar prussiano e à preeminência no âmbito sociopolítico alemão. Sem entrar nos detalhes do evento bélico, existem, contudo, alguns elementos significativos no que diz respeito ao papel desempenhado por Moltke e pela Instituição por ele dirigida e que, na opinião de quem escreve, acabam por ser dirimentes na evolução do Estado-Maior. Em primeiro lugar, durante um Conselho da Coroa nas fases antecedentes à deflagração dos combates, Conselho em que nomeadamente o Rei, Bismarck e Moltke debatiam a atitude a manter para com a Áustria relativamente à questão do Schleswig-Holstein.

Neste contexto, é necessário frisar o facto de que Bismarck e Moltke representavam de forma quase perfeita os âmbitos político e militar que fundamentam o pensamento clausewitziano: por um lado, Bismarck, ao lado de Guilherme I, era a autoridade política que sozinha podia determinar a deflagração do conflito contra a Áustria; por outro lado, o Chefe de Estado-Maior Moltke que, representando o âmbito militar – gramaticalmente independente mas logicamente dependente da política como descrito amplamente *supra*, capítulo I – se encontrava dependente das decisões do Rei e do Primeiro Ministro em torno da oportunidade política da guerra e dos objetivos políticos que, eventualmente, a guerra devia ter. Nesta situação deve-se sublinhar que quer Bismarck, quer Moltke queriam chegar a uma confrontação militar contra a Áustria; contudo, Bismarck preocupou-se em criar uma situação político-diplomática tal que as margens de vitória fossem maiores, ao contrário de Moltke que apontava para uma confrontação imediata confiando na suposta superioridade militar do Exército prussiano baseada na análise do Exército austríaco durante a Segunda Guerra de Independência Italiana. Finalmente, Bismarck criou um *casus belli* contra o Império austríaco apenas quando teve a certeza de que em caso de guerra contra a Áustria a França não interviria e depois de ter garantido uma aliança temporária com o Reino de Itália, para que em caso de guerra os italianos fizessem divergir uma parte das forças austríacas.

Do ponto de vista eminentemente militar, a diferença principal entre o conflito austro-prussiano e a Segunda Guerra do Schleswig residia na possibilidade do Estado-Maior prussiano poder preparar o conflito com antecedência em vez de ter de improvisar na frente os planos operacionais como acontecera em Dybbøl e na ilha de Als. Um outro elemento fundamental que vale a pena citar é a força dos adversários dos prussianos: o exército dinamarquês em 1864 era sem dúvida inferior em tamanho e qualidade em comparação com a aliança austro-prussiana; pelo contrário, o exército austríaco e os seus aliados da Confederação Germânica constituíam um adversário que tinha todas as condições para ganhar o confronto. *Cum grano salis*, pode-se dizer que Moltke considerava o conflito que se perfilava

⁸⁴ Veja-se Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 3, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 26-32.

contra os austríacos como um evento que teria podido determinar o futuro da Instituição que liderava e até a continuação do projeto geopolítico prussiano, no sentido que as possibilidades de derrota do exército prussiano eram reais e de todo escassas; uma derrota prussiana teria significado para Moltke a conclusão da sua chefia do Estado-Maior e, possivelmente, a regressão desta Instituição a elemento complementar ou até residual do aparelho militar prussiano; uma derrota teria significado outrossim o ocaso dos sonhos de primazia dos Hohenzollern na Europa germânica e o fim político de Bismarck.

Contudo, Moltke estava confiante em relação ao confronto contra os austríacos por um conjunto de razões. Em primeiro lugar, em termos numéricos o exército austríaco e dos aliados da confederação alemã era maior do que Exército prussiano, mas graças à intervenção italiana e à fragmentação do exército da aliança liderada pela Áustria, a Prússia poderia criar as condições para dispor no terreno um exército igual em tamanho ou, contando com as infraestruturas ferroviárias, até maior do que o austríaco; em segundo lugar, de um ponto de vista tecnológico, os armamentos do exército e da artilharia austríacos eram mais precisos e podiam disparar a distâncias maiores, ao contrário do armamento prussiano que era mais rápido; finalmente, Moltke confiava na superioridade em termos de preparação dos Oficiais e Suboficiais prussianos e dos Oficiais de Estado-Maior associados aos corpos do Exército.

Para além disto, o aspeto provavelmente mais importante para a análise conduzida na presente tese foi o desenrolar do plano de guerra estabelecido por Moltke. Em primeiro lugar, como acenado *supra*, um elemento decisivo foi a mobilização geral: a Prússia podia mobilizar a totalidade do seu exército em quatro semanas, necessitando os austríacos do dobro do tempo. A diferença entre os dois tempos de mobilização é mesmo devida ao trabalho do Estado-Maior e a coordenação entre exército e autoridades ferroviárias, ademais da existência ou ausência de adequadas infraestruturas deste tipo: na frente boémia, Moltke podia contar com cinco linhas de caminhos de ferro para concentrar e deslocar as suas tropas, os austríacos com apenas uma. A vantagem de uma mobilização e concentração mais rápida dos adversários era a possibilidade de criar uma superioridade numérica contra o inimigo também quando existia uma inferioridade em termos de números totais que um exército podia dispor, como no caso austríaco em comparação com o exército prussiano. A mobilização mais rápida era crucial no plano de Moltke: de acordo com o plano estabelecido, o exército prussiano devia criar uma frente auxiliária para separar o Estado de Hannover e a Kurhessen das operações principais na Boémia aproveitando a superioridade numérica do exército contra os pequenos Estados aliados da Áustria; o mesmo corpo prussiano devia em seguida apontar para a Baviera para atrair contra si as forças bávaras e separá-las dos austríacos; contudo, o teatro principal previsto por Moltke era a Boémia, pois era óbvio para os círculos militares prussianos que os austríacos teriam apontado para Berlim, assim como a Boémia era a região que se encontrava no caminho para Viena vindo da Prússia. De um ponto de vista estratégico, Moltke previu e planeou um avanço por linhas externas numa frente de 300 quilómetros para convergir no momento oportuno e cercar o corpo principal austríaco; de facto, este plano não apresenta muitas diferenças a nível operacional em relação a uma operação ao estilo

napoleónico; a nível tático, o objetivo do Oficial meclenbúrguês era fixar a formação austríaca numa batalha defensiva aproveitando o terreno para que depois, com a chegada de todas as tropas prussiana e com a obtenção da superioridade numérica sobre um inimigo já parcialmente afetado pelo combate, toda a força a disposição se pudesse lançar contra os austríacos. O plano estabelecido por Moltke funcionou: o exército austríaco foi derrotado em Königgrätz e o caminho para Viena aberto⁸⁵.

No decorrer da operação e da batalha emergem nitidamente todos os elementos do trabalho do Estado-Maior prussiano. Em primeiro lugar, o estabelecimento de um plano é o elemento mais importante: o *Generalstab* de Moltke, através a recolha de informações sobre o aparelho militar austríaco, podia saber o número das tropas a disposição dos Habsburgo, o estado dos armamentos e das infraestruturas logísticas; por outras palavras, Moltke tinha uma vantagem informativa que poderia ser crucial para a criação de uma superioridade estratégica face ao adversário. Em segundo lugar, o processo de mobilização foi preparado pelo próprio Estado-Maior; a centralização deste processo nas mãos de um só órgão tornou o processo de mobilização e concentração muito mais eficiente e rápido do que a mobilização austríaca: como relatado *supra*, os austríacos demoraram oito semanas para efetuar a mobilização, os prussianos somente quatro. Para tornar este último processo tão rápido e eficiente foi necessário ao Estado-Maior de Moltke assumir uma parte da gestão dos caminhos de ferro: as operações de 1866 demonstraram como as suposições de Reyher, Krauseneck e finalmente Moltke em relação ao emprego das ferrovias em prol da mobilização, concentração e movimento das tropas eram acertadas. Ademais, a rapidez através da qual foi possível concentrar e deslocar as tropas prussianas conferiu a Moltke uma vantagem capital nas dinâmicas das operações, ou seja, permitiu-lhe obter e manter a iniciativa estratégica ao longo da campanha inteira. Esta vantagem permitiu aos prussianos manter separadas as forças adversárias, nomeadamente o exército principal austríaco dos seus aliados alemães, numa espécie de *divide et impera* em sentido operacional e derrotá-las separadamente, mantendo a nível operacional uma superioridade constante no que diz respeito ao tamanho das forças em campo. A posse da iniciativa estratégica submeteu os adversários dos prussianos aos planos da campanha estabelecidos por Moltke.

O Chefe de Estado-Maior prussiano, contudo, aproveitou mais um meio para cumprir os seus objetivos na campanha, a saber: as comunicações por telegrafia. Moltke seguiu o início das operações no Estado-Maior em Berlim e daí enviava comunicações para o prosseguimento da campanha segundo o que estava estabelecido nos planos: não obstante este elemento poder parecer em contradição com o sistema de comando chamado de *Führung nach Direktive*, o poder exercitado por Moltke de comunicar as dinâmicas dos planos deve considerar-se fundamental para a consecução dos objetivos do próprio plano, pois evitava uma anarquia operacional que a simples cessão de poder de comando podia criar. A este respeito, o controlo por parte de Moltke do devir e da evolução do plano permitiu ao exército prussiano criar e manter um *tempo* das operações; numa situação como aquela do teatro

⁸⁵ Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 75-86; Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. IV, parágrafos 5-6.

boémio que via a frente ocupada pelo exército prussiano ao longo de 300 quilômetros, em que o objetivo operacional era o cerco do exército austríaco e portanto a convergência ao mesmo tempo de três Exércitos (o Primeiro Exército e o Exército do Elba, que fixaram o exército austríaco em Sadowa, e o Segundo Exército que chegou uma vez já a batalha iniciada e que permitiu o cerco e a destruição do corpo austríaco), a questão do mantimento do *tempo* e a harmonização entre os três corpos era fundamental. Considere-se que foi o próprio Moltke a dirigir a ordem ao Segundo Exército para convergir sobre a batalha: a chegada do terceiro corpo dos prussianos foi o elemento que determinou a vitória final e foi possível graças ao controlo do plano colocado em prática por Moltke e pela celeridade da reação às ordens do Príncipe Friedrich von Preußen e do seu Chefe de Estado-Maior Blumenthal, este último Oficial de Estado-Maior. O papel desempenhado por Blumenthal na campanha de Königgrätz chama a atenção para mais um elemento essencial à atividade do Estado-Maior, ou seja, a criação de uma doutrina compartilhada em cada nível de Comando das tropas; esta doutrina pode ser entendida como uma linguagem, um contexto comunicativo que determina a correta emanção das ordens assim como a correta compreensão e execução destas no âmbito da aderência ao plano estabelecido.

Todos os elementos descritos até agora contribuíram para a vitória final do exército prussiano contra os austríacos. Todavia, para além do evento contingente constituído pela *Bruderkrieg*, estes elementos tornaram-se os pontos cardeais a partir dos quais a Instituição do Estado-Maior se viria a desenvolver ulteriormente nas sucessivas décadas. Contudo, é necessário salientar mais um elemento que não só contribuiu para a vitória dos exércitos dos Hohenzollern, mas que também constitui um pródromo da sucessiva evolução do Estado-Maior. No dia 2 de junho, enquanto a mobilização prussiana ainda se encontrava em processo de conclusão, Guilherme I, com a aprovação de Roon, emitiu uma ordem que dava o direito ao Chefe de Estado-Maior de emanar ordens aos escalões inferiores do exército sem pedir a aprovação ao Rei – que era o *de jure* Comandante Supremo das forças armadas – ou ao Ministro da Guerra⁸⁶. Neste sentido, Moltke tornou-se o *Field Commander* das tropas prussianas, a principal autoridade *de facto* do aparelho militar utilizado na campanha contra a Áustria; do ponto de vista da evolução institucional do Estado-Maior, esta ordem constitui um passo fundamental em direção à *Immediatvortrag*, ou seja, a faculdade do Chefe de Estado-Maior de falar diretamente com o Comandante Supremo das forças armadas sobre assuntos de sua competência e, por conseguinte, a emancipação completa do Estado-Maior dos vínculos do Ministério da Guerra.

A batalha de Königgrätz pôs termo às hostilidades entre prussianos e austríacos. Uma vez mais é necessário ler os acontecimentos que seguiram a batalha através do pensamento clausewitziano; com a rota do exército austríacos o caminho para Viena estava, de facto, aberto; contudo, as fontes dão conta

⁸⁶ Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pg. 79; Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. IV, parágrafo 5. Contudo, esta ordem foi retirada depois da conclusão das operações; todavia, a concessão deste tipo de poder ao Chefe de Estado-Maior pode ser lida como um precedente que determinou a concessão final do *Immediatvortrag* nos anos que se seguiram.

de um debate intenso entre Bismarck e Moltke sobre *se e como* continuar a campanha. Moltke, manifestando o ponto de vista dos militares prussianos e aparentemente do mesmo Guilherme I, queria aproveitar a vantagem conseguida em Königgrätz para marchar em Viena e impor uma paz aos austríacos que implicasse a anexão prussiana da Saxónia, dos territórios dos Sudetos e da Silésia austríaca; Bismarck, pelo contrário, apontava para uma paz sem anexões mas que, na mesma medida, lançasse as bases para uma primazia prussiana no âmbito germânico que, por seu turno, conduzisse à unificação alemã segundo o princípio da *Kleindeutschland Lösung*. O debate entre Bismarck e Moltke é de interesse pois mostra claramente uma tendência que se tornará mais clara somente no início do século XX, a qual se poderia caracterizar como uma tentativa por parte dos militares de se substituírem à autoridade política na tomada de decisões sobre os objetivos políticos da guerra. Sustenta Görlitz que

*No man would have been more horrified than Moltke if anybody had regarded war otherwise than as a finite means to a finite end—he was too good a pupil of Clausewitz to do otherwise—but the very one-sidedness of the soldier's training had tended to narrow his vision and to blind him to the limits within which the instrument of war must be applied.*⁸⁷

O ponto de vista de Bismarck acabou por se tornar preponderante, provavelmente pelo receio do Rei de que a França ou a Rússia pudessem intervir no conflito para reestabelecer um equilíbrio e, desta forma, dissipar os ganhos obtidos militarmente na Boémia; contudo, o mesmo debate voltará a ter lugar depois da vitória contra a França em 1871⁸⁸.

Apesar da crucial vitória contra os austríacos em Königgrätz e a subsequente paz de Praga, que determinou a emergência definitiva da Prússia como potência hegemónica da área germânica e do Estado-Maior como principal órgão que o permitiu, o processo de evolução e ampliamiento do Estado-Maior continuou por iniciativa do seu Chefe. A este propósito, logo a seguir à *Bruderkrieg* Moltke apresentou ao Ministro da Guerra um conjunto de propostas para modificar a estrutura do Estado-Maior e para aumentar o número de Oficiais das diversas *Abteilungen*. O resultado do debate que seguiu às propostas de Moltke e às considerações do Ministro da Guerra determinou a promulgação de um A.K.O. no dia 24 de fevereiro de 1867 que determinava a reorganização do Estado-Maior. Esta reorganização estruturava-se a dois níveis: o primeiro nível tratava do Estado-Maior na sua totalidade, vindo esta Instituição a ser dividida num *Hauptetat*, um segmento principal composto pelas três *Abteilungen* geográficas que trabalhavam os planos de guerra dos antigos *Kriegstheater*, e num *Nebenetat*, um segmento de suporte ao *Hauptetat* que compreendia as *Abteilungen* técnicas; o segundo nível desta reorganização ocupava-se essencialmente das *Abteilungen* técnicas, que vinham a ser

⁸⁷ *Idem*, parágrafo 6.

⁸⁸ Sobre as negociações de paz, a paz de Praga e o conflito entre Bismarck e Moltke, veja-se Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 86-88; Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. IV, parágrafo 6.

estruturadas em *Abteilung* histórica (que incluía também o arquivo histórico e a biblioteca), *Abteilung* geográfica e estatística, *Abteilung* topográfica, a *Plankammer*, o *Technische Institut* (*id est*, o gabinete fotográfico) e o gabinete para a triangulação topográfica. Por último, foi instituída também uma chancelaria (*Kanzlei*), sob a direta autoridade do Chefe de Estado-Maior, que desempenhava a função de gestão dos registos pessoais e da organização interna do Estado-Maior, para além da gestão financeira e o controlo dos documentos produzidos; o gabinete de *intelligence* permanecia sob a direta responsabilidade do Chefe de Estado-Maior e, ao abrigo da segunda *Abteilung* do *Hauptetat*, mantinha-se inalterada a *Abteilung* ferroviária⁸⁹.

O êxito prussiano na campanha boémia foi atribuído ao trabalho realizado pelo Estado-Maior e Moltke. Contudo, o Oficial meclemburguês detetou alguns elementos que afetaram o decorrer das operações e, ao mesmo tempo que pressionava o Ministro da Guerra para fazer avançar as suas propostas de reorganização do Estado-Maior, trabalhava para dar indicações de natureza tática sobre o emprego mais eficaz da artilharia e da cavalaria nos campos de batalha. O problema que o Oficial meclemburguês relevou no uso da cavalaria foi que durante a campanha boémia os Oficiais inferiores do exército prussiano seguiram de forma demasiado limitada os planos do Estado-Maior e não utilizaram a cavalaria para efetuar reconhecimentos antes da passagem pelos passos de montanha da Boémia do Norte, expondo assim as tropas a possíveis emboscadas austríacas. Em conexão com o emprego da cavalaria durante a marcha estava o problema da disposição da artilharia nas colunas: enquanto o exército prussiano avançava na Boémia, a artilharia ficava normalmente entre a retaguarda e o corpo principal do exército; desta forma, quando as colunas avançadas superavam os passos de montanha, e caso tivessem encontrado grupos avançados de austríacos não teriam podido receber o suporte fundamental da artilharia. Moltke não possuía o poder de modificar a nível tático a organização do exército, mas recorreu a toda a sua capacidade de *suasion* junto do Ministro da Guerra e dos inspetores dos Corpos do Exército para modificar o emprego da artilharia e da cavalaria. Neste sentido, a colaboração entre Moltke e o General von Hindersin, inspetor do corpo da artilharia, permitiu a criação de uma doutrina sobre o emprego da artilharia em marcha e em batalha. Finalmente, a experiência acumulada na campanha boémia deu a Moltke os elementos necessários para definir melhor a sua doutrina: tendo em consideração o avanço tecnológico das armas – sobretudo ligeiras –, com o aumento da cadência de tiro e da precisão da trajetória graças à difusão das armas de retrocarga e ao estriamento dos canos, a vantagem tática estava mudando gradualmente

⁸⁹ As fontes à disposição apresentam visões discordantes em relação à reorganização do Estado-Maior; Dupuy refere cinco departamentos técnicos no *Nebenetat*, sendo estes o histórico, o geográfico-estatístico, o topográfico, o gabinete para a triangulação topográfica e a *War Room*; as outras *Abteilungen* não são citadas; Görlitz não refere reorganização alguma em 1867; Stoeckel, pelo contrário, relata de forma mais pormenorizada o debate e a reorganização do Estado-Maior: neste sentido, foi escolhida a versão da reorganização referida por Stoeckel, uma vez que é a mais pormenorizada. Veja-se Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pg. 92; Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 3, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 12-14. Em torno da instituição da *Kanzlei* veja-se *idem*, pg. 35.

em prol da defesa; as intuições de Moltke determinaram a formulação de uma doutrina fundamentada sobre o axioma da tática defensiva numa estratégia ofensiva⁹⁰.

O elemento provavelmente mais importante a retirar da campanha boémia foi a possibilidade de os prussianos criarem uma superioridade numérica contra os austríacos no momento crucial de toda a campanha, ou seja, a batalha de Königgrätz. O elemento principal que Moltke utilizou para obter esta vantagem numérica foram as ferrovias. A este respeito, as atividades da *Abteilung* ferroviária, ainda realizadas ao abrigo da segunda *Abteilung* do Estado-Maior – que realizava os estudos de guerra relativos aos territórios alemães e à Europa central –, ganharam um realce particular que levaram o Chefe de Estado-Maior a tornar esta *Abteilung* independente para se poder dedicar de forma mais intensa à análise do sistema ferroviário da Confederação Germânica do Norte e dos países estrangeiros. O primeiro ato neste sentido foi uma disposição de Moltke de 24 de fevereiro de 1867 que estabelecia a independência da *Eisenbahnabteilung* dentro do quadro do Estado-Maior; contudo, a este ato não se seguiu qualquer implementação organizacional, pois a *Abteilung* ferroviária não tinha ainda nem um Chefe, nem um organograma. A 30 de janeiro de 1869 Moltke confirmava as disposições sobre a independência desta *Abteilung* e as funções que desempenhava quando ainda era uma seção da segunda *Abteilung*; nesta disposição refere Moltke que a razão que o conduziu à escolha de tornar a seção ferroviária independente reside no aumento significativo das atividades relativas às ferrovias dentro do Estado-Maior (*die Arbeiten beim Generalstab, betreffend die Eisenbahnen, eine bedeutende und stets noch wachsende Ausdehnung erlangt haben*). A organização dos trabalhos e o organograma da *Abteilung* foram postos em continuidade com o passado, tendo Moltke determinado que o Diretor (*Vorstand*) da *Abteilung* fosse o Oficial mais velho em serviço; o Diretor respondia ao Chefe de Estado-Maior e era também automaticamente o representante do Estado-Maior na comissão central dos caminhos de ferro prussiana. Acrescenta Moltke que a *Eisenbahnabteilung* deve manter estreitas ligações com as outras *Abteilungen*, nomeadamente com a segunda *Abteilung*; a razão pela qual o Chefe de Estado-Maior sublinha este ponto é significativa, pois explica de forma mais fundamentada a razão pela qual a seção ferroviária dependia da segunda *Abteilung*, ou seja, a troca de informações entre estas duas *Abteilungen*; esta troca de informações era relativa, por um lado, à organização geral do exército e a posição dos seus corpos, e, por outro lado, aos cantonamentos, às *timetable* para a mobilização, para a concentração e, finalmente, à marcha das tropas. O ato conclusivo para o estabelecimento de uma *Abteilung* ferroviária do Estado-Maior prussiano independente e orgânica dentro do Estado-Maior foi alcançado com a disposição de Moltke de 10 de

⁹⁰ Dupuy refere as palavras de Moltke acerca deste assunto, acrescentando que as intuições de Moltke foram anteriores à guerra austro-prussiana e, portanto, não puderam ser aplicadas; Moltke sustentou que “*The attack of a position is becoming notably more difficult than its defense. The defensive during the first phase of battle offers a decisive superiority. The task of a skillful offensive will consist of forcing our foe to attack a position chosen by us, and only when casualties, demoralization, and exhaustion have drained his strength will we ourselves take up the tactical offensive [...] Our strategy must be offensive, our tactics defensive*”. O autor americano defende outrossim que o pensamento moltkeano foi influenciado pelas notícias sobre o emprego de armas com cano estriado e de retrocarga que vinham da Guerra Civil Americana. Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 89-92.

julho de 1870, que determinava a criação do posto de *Eisenbahnabteilungschef*, equiparando, *de facto*, mas ainda não *de jure*, esta *Abteilung* às outras. O papel desempenhado pela *Abteilung* ferroviária foi considerado tão crucial por Moltke e pela chefia político-militar prussiana que, após a guerra contra a França, o A.K.O. de 8 de junho de 1871 estabeleceu que o organograma regular do Estado-Maior compreenderia 4 *Abteilungschefstellen*, incluindo, portanto, o Chefe do departamento ferroviário, e que o gabinete ferroviário seria equiparado às *Abteilungen* que desempenhavam as funções que pertenciam aos *Kriegstheater*⁹¹.

A emergência política da Prússia como nova potência hegemónica da Europa Central determinou as bases da confrontação entre o Reino do Hohenzollern, que a partir de 1867 passou a chamar-se Confederação Germânica do Norte, e a França de Napoleão III. Abordando os pressupostos que determinaram a deflagração do conflito em relação à Instituição militar analisada na presente tese, emergem elementos que põem em continuidade a guerra entre Prússia e Áustria e a guerra entre Prússia e França. Antes de tudo, é necessário sublinhar que a literatura à disposição concorda que, logo a seguir à conclusão da guerra contra a Áustria, Bismarck e Moltke tinham a certeza de que uma confrontação contra a França teria sido inelutável. Ambos, *cum grano salis*, queriam enfrentar a ameaça francesa para cumprir o projeto da unificação alemã; contudo, os protagonistas da política alemã divergiam relativamente às maneiras de chegar ao confronto com Napoleão III. A este respeito, na véspera do conflito Moltke e Bismarck retomaram os papéis que tinham desempenhado antes do conflito com a Áustria: Bismarck representava o lado político da relação entre mundo político e mundo militar descrita por Clausewitz, ao contrário de Moltke, que encarava o lado mais eminentemente técnico-militar. Neste sentido, afiguram-se claras as razões que induziram Moltke a pressionar Bismarck para desencadear uma guerra preventiva contra a França já em 1867, por ocasião da controvérsia sobre o Luxemburgo⁹²: Moltke, tendo em conta elementos mais técnicos-militares,

⁹¹ Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 3, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 21-23. Existe um conjunto de documentos no arquivo militar de Friburgo que proporciona informações relevantes em torno das atividades de uma parte da *Eisenbahnabteilung*, ou seja, os projetos de ampliação e modernização das infraestruturas ferroviárias alemãs entre 1868 e 1937. Estes projetos, em número de 64, recolhem 72 *Strecken* (percursos) elaborados em 70 anos, sendo 38, ou seja, o 52,78% destes projetos, propostos no lustro 1886-1890. Os documentos presentes no arquivo de Friburgo têm uma numeração não progressiva compreendida entre as cifras 606 e 873: conseqüentemente, a maioria dos projetos da *Eisenbahnabteilung* foi perdida ou não foi recolhida no arquivo militar de Friburgo. Contudo, todos os projetos são da autoria da *Eisenbahnabteilung*. Os projetos em questão podem tratar do ampliação das estações ferroviárias assim como da criação de novos percursos; a precisão das propostas esquematizadas nos projetos é cabal: em caso de proposta de uma nova linha, era assinado não só o percurso, mas também todas as estações intermédias, um cronograma das obras e planos desenhados das obras. Finalmente, no *Projekt Nr. 857: Bahnhöfe in Darmstadt* encontra-se presente uma carta de Schlieffen para – presumivelmente – o responsável da secção IVa da *Eisenbahnabteilung*, cujo conteúdo trata das modificações no projeto de ampliação da estação de Darmstadt, carta que demonstra o interesse direto do Chefe de Estado-Maior em relação a assuntos ferroviários (tenha-se em conta que Darmstadt é um centro urbano maior dentro da área de disposição das tropas em caso de guerra com a França) e que o desenvolvimento das ferrovias alemã tinha, para além dos objetivos civis, também objetivos militares orientados para o rápido e eficiente transporte das tropas em caso de mobilização. Veja-se *Beurteilung von Bahnbauprojekten mit verschiedenen Skizzen und Plänen*, BArch/MA, PH 3/142-208 (nesta sucessão faltam duas *entries*).

⁹² Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 93-94.

queria atacar a França quando as condições militares eram mais favoráveis à obtenção da vitória. Bismarck raciocinava em termos radicalmente diferentes: a Prússia não podia começar uma guerra contra França desempenhando o papel de agressora, mas sim de agredida, para obter pelo menos uma *benevolent neutrality* das outras potências europeias, pelo que uma guerra preventiva não era de todo possível. A posição de Bismarck acabou por prevalecer e, para mais, foi o próprio chanceler a criar as bases políticas para induzir a deflagração do conflito com a França de maneira a que, aos olhos da opinião pública interna e europeia, fosse a França a declarar guerra à Confederação Germânica num contexto político europeu em que nenhuma outra potência intervisse no conflito, sobretudo o Império Áustro-hungaro, evitando desta forma uma guerra em duas frentes⁹³.

Não é este o lugar para abordar os acontecimentos relativos à campanha em França. Ainda assim, existem alguns elementos relativamente ao trabalho de Moltke e da Instituição que dirigia que são de relevo, não tanto porque mostram a evolução da Instituição analisada na presente tese, mas sobretudo porque são pródromos da evolução desta Instituição. *In primis* é necessário frisar o plano gizado por Moltke e a condução das tropas: o exército alemão dividia-se essencialmente em três corpos principais e os planos apontavam, a nível operacional, para a repetição do plano de cerco realizado na campanha boémia. A este respeito, o primeiro elemento de relevo do trabalho do Estado-Maior foi a atividade de recuperação de informações sobre quanto tempo teria demorado a mobilização francesa: quanto menos tempo tivesse demorado, mais altas teriam sido as possibilidades de que o terreno de confrontação tivesse sido a província renana da Confederação Germânica; o facto de que os franceses não conseguiram completar a concentração antes de agosto⁹⁴ permitiu ao exército alemão enfrentar os franceses sempre em superioridade numérica e colocar a área das operações em território francês graças à posse da iniciativa estratégica.

Consequentemente, o segundo elemento de relevo da campanha francesa é o papel desempenhado pela *Eisenbahnabteilung*: se, por um lado, o estudo e a organização da mobilização realizados pelo Estado-Maior permitiram ao exército alemão estar pronto para as operações bem antes do exército francês, por outro, foi o correto e minucioso emprego das ferrovias que permitiu a Moltke conduzir as operações contando sempre com a superioridade numérica do seu exército em relação ao francês⁹⁵. O terceiro elemento a tomar em consideração é a presença de Moltke e de uma parte do Estado-

⁹³ Sobre a crise espanhola que determinou a crise diplomática entre França e Confederação Germânica e o subsequente telegrama de Ems que levou Napoleão III a declarar guerra à Monarquia dos Hohenzollern, veja-se *idem*, pgs. 94-96; Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. IV, parágrafo 7.

⁹⁴ O exército francês recebeu a ordem de mobilização no dia 15 de julho de 1870; poucas horas depois da ordem de Napoleão III, o Rei Guilherme I emitiu a ordem de mobilização ao exército prussiano; no dia 30 de julho Moltke ordenou ao primeiro Exército prussiano que avançasse: esta ordem pode ser considerada a conclusão da concentração alemã e o começo das operações; os franceses, naquele mesmo dia, não haviam ainda concluído o processo de concentração.

⁹⁵ Nas duas principais batalhas que determinaram o êxito do conflito, *id est*, Saint-Privat e Sedan, os alemães conseguiram garantir uma superioridade numérica respetivamente de 3:2 e 2:1 em relação aos franceses; é opinião de quem escreve que, num contexto bélico no qual o *gap* tecnológico dos armamentos entre os adversários é quase nulo – como no caso específico da guerra Franco-Prussiana –, a superioridade numérica de um exército sobre o outro pode constituir um fator de vantagem fulcral para o êxito da confrontação.

Maior⁹⁶no quartel-general das operações: como aconteceu durante a campanha boémia, o Estado-Maior assume o controlo das operações desempenhando *de facto* e *de iure* o papel de *Brain of the Army* e, *de facto*, mas não *de iure*, o papel de Comando Supremo e máxima autoridade militar em campo⁹⁷. Este elemento é importante porque é prodrómico de uma situação que se irá exacerbar durante a Grande Guerra, ou seja, a progressiva e inevitável substituição da autoridade política por parte da autoridade militar em todas as questões relativas à esfera militar sobretudo durante um evento bélico – mas não somente durante o evento bélico quanto, também e sobretudo, antes da deflagração de um confronto militar –. Finalmente, o último elemento a salientar relativamente à guerra entre a França e a Confederação Germânica diz respeito à intensificação da rivalidade entre Moltke e Bismarck em relação à condução das operações e os objetivos políticos e militares da guerra. Moltke apontava para uma guerra que tinha como objetivo a completa sujeição francesa, para que se pudesse impor um tratado de paz sem condições; sempre de um ponto de vista estritamente militar, o Oficial meclemburguês queria que nas negociações de paz se impusessem condições aos franceses para que não voltassem a constituir uma ameaça para com o nascituro Estado alemão⁹⁸. Bismarck, pelo

⁹⁶ Refere Dupuy que o Estado-Maior chefiado por Moltke durante as operações em França era composto por 14 Oficiais, 10 cartógrafos, 7 funcionários e 59 ulteriores funcionários de apoio como mensageiros, assistentes *et cetera*. Acrescenta o autor americano que o Estado-Maior de campo era estruturado em 3 *Abteilungen*, sendo a primeira relativa às operações e ao movimento das tropas, a segunda relativa aos caminhos de ferro e ao abastecimento das tropas e, finalmente, a terceira, que tratava da *intelligence*. Stoeckel refere as mesmas informações, mencionando, todavia, que a segunda *Abteilung* era a relativa à *intelligence* e a terceira a relativa às ferrovias; contudo, sublinha o Oficial alemão que esta organização veio a ser estabelecida de forma oficial somente depois de um A.K.O. de 23 de julho de 1871, portanto depois da conclusão das hostilidades e da assinatura da paz de Frankfurt. Veja-se Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 97-99; Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 3, BArch-MA, PH 3/124, pg. 35.

⁹⁷ É necessário aqui relembrar que, ainda durante a guerra entre a França e a Confederação Germânica, a máxima autoridade militar alemã era o Rei; para além disto, o Chefe de Estado-Maior encontrava-se ainda numa posição de subalternidade para com o Rei – ao qual não podia ainda propor diretamente nenhuma medida relativa à gestão do exército – assim como para com o Ministro da Guerra, que era a autoridade através da qual podia enviar ao Rei as suas propostas sobre a organização do exército. Todavia, é possível supor que a afinidade entre Moltke e Roon, e entre eles e Guilherme I, permitisse que o fluxo das comunicações entre o Chefe de Estado-Maior e o Rei não fosse demasiado rígido como requeria o protocolo.

⁹⁸ O ponto de vista de Moltke é bem descrito por Görnitz; na sua obra, o autor alemão refere uma conversa entre o *Kronprinz* Frederico III e o Chefe de Estado-Maior que exemplifica a atitude do Oficial meclemburguês: “*The Crown Prince* (doravante KP) *had asked what would happen after Paris had been taken. Moltke* (doravante HM) *replied: "Then we shall push forward into the South of France in order finally to break the enemy's power."* KP: *But what will happen when our own strength is exhausted—when we can no longer win battles?* HM: *We must always win battles. We must throw France completely to the ground.* KP: *And what then?* HM: *Then we can dictate the kind of peace we want.* KP: *And if we ourselves bleed to death in the process?* HM: *We shall not bleed to death, and if we do, we shall have got peace in return. The Crown Prince then asked whether Moltke was informed about the current political situation, which might perhaps make such a course seem unwise. Moltke replied: "No, I have only to concern myself with military matters."*”. Ressalta neste breve excerto o elemento que caracterizará a atitude dos militares durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial e que contribuirá a criar o estereótipo do “homem militar”, concentrado unicamente nos assuntos militares e, por conseguinte, *narrow-minded*, ou seja, a dedicação cada vez mais exclusiva dos militares ao assunto militar, excluindo neste sentido o contexto político das decisões que iriam assumir. Esta evolução da atitude da chefia militar prussiana – perfeitamente clara se se compararem os perfis políticos dos primeiros Oficiais de Estado-Maior como Scharnhorst, Boyen ou o próprio Clausewitz com os dos Moltke ou Schlieffen – vai em direção igual e contrária ao que sustentou Clausewitz no *Vom Kriege*, isto é, que o âmbito bélico se encontra sujeito ao – e deriva do – âmbito político. É opinião de quem escreve que a separação do âmbito político do pensamento

contrário, receava que o excessivo prolongamento das operações suscitasse a intervenção austríaca ou inglesa ou, em termos mais gerais, tornasse mais precária a posição política prussiana em vista à paz com a França e dentro do concerto europeu. Daqui resulta que Bismarck queria que o conflito acabasse o mais rapidamente possível e, em prol disto, estava disposto inclusivamente a bombardear Paris; ademais, no que concerne aos termos de paz, o *Kanzler* pensava de um modo substancialmente divergente de Moltke: seguindo o modelo da paz com o Império Austro-Húngaro, Bismarck apontava para uma paz que não fosse excessivamente punitiva para com os franceses e que pudesse ser portadora de um novo equilíbrio europeu com bases no nascituro Império alemão⁹⁹.

A positiva conclusão do conflito com a França em 1871 e a subsequente paz de Frankfurt determinaram a criação do segundo *Reich* alemão e o início de quarenta anos de paz na Europa ocidental, paz interrompida pela deflagração da Grande Guerra. Neste período, porém, as atividades do Estado-Maior continuaram com intensidade, sobretudo no que diz respeito à planificação de possíveis eventos bélicos contra os países vizinhos, *id est*, França, Áustria e Rússia. Para além da planificação de eventuais conflitos, as atividades realizadas pela Instituição aqui considerada concentraram-se no refinamento e melhoria do exército em geral e do próprio Estado-Maior em particular e, finalmente, no aumento do tamanho do exército e na sua reorganização em prol de uma maior eficiência¹⁰⁰.

Antes de avançar com a evolução do Estado-Maior alemão, contudo, é necessário sublinhar um dado político relevante para a relação entre a chefia política alemã e a chefia militar encarada pelo Estado-Maior: a organização institucional do Segundo *Reich* alemão pensada por Bismarck não contemplava um Ministério da Guerra alemão, mas delegava as funções que este ministério teria cumprido ao Ministério da Guerra prussiano e ao Estado-Maior de Moltke. Este elemento é importante porque testemunha mais uma vez o crescimento do grau de separação entre a autoridade militar e a autoridade política: na Alemanha unificada em 1871, nenhuma autoridade política eleita podia controlar a esfera militar, e as únicas autoridades políticas que podiam de facto limitar a autonomia do Ministério da Guerra e do Estado-Maior eram a pessoa de Bismarck e o Comandante Supremo das forças armadas, o *Kaiser* Guilherme I¹⁰¹. O único limite à autonomia do Estado-Maior

militar na chefia militar alemã é uma das causas da deflagração do primeiro conflito mundial. Deve-se salientar a opinião de Dupuy relativamente a este ponto: “*It is difficult to avoid the conclusion that Moltke without Bismarck would very possibly have been a prototype Ludendorff*”. Veja-se Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pg. 109; Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. IV, parágrafo 7.

⁹⁹ Sobre a campanha francesa veja-se *ibidem*; Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 97-109; Wawro, Geoffrey, *The Franco-Prussian War: The German Conquest of France in 1870-1871*, New York, Cambridge University Press, 2003.

¹⁰⁰ Dupuy sublinha que a planificação da guerra e o aumento do tamanho do exército iam “de mãos dadas”: Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pg. 112.

¹⁰¹ Existe outrossim mais uma razão que contribuiu à criação desta situação: graças às vitórias nas três guerras de unificação, o Estado-Maior de Moltke tornou-se muito popular na população alemã, para além de se ter tornado um símbolo de orgulho e identidade nacional – sendo esta última a consequência quase direta da retórica do “ferro e sangue” bismarckeano – e sendo uma das referências principais do movimento político do nacional-liberalismo; tendo em conta este contexto sociopolítico, pode-se supor que não foi reputado

era determinado pelo facto de que o Chefe de Estado-Maior não podia comunicar diretamente com o *Kaiser* em relação aos assuntos militares, estando, ao invés, obrigado a reencaminhar todas as comunicações ao Ministro da Guerra, que seguidamente colocava à atenção do *Kaiser*. Neste sentido, o Ministro da Guerra agia como filtro entre o Estado-Maior e a máxima autoridade militar alemã; todavia, com A.K.O. de 24 de maio de 1883, o Imperador concedia o direito de *Immediatvortrag*, *id est*, o direito de tratar diretamente sem o filtro do Ministro da Guerra ou outras autoridades com o *Kaiser*, ao Chefe de Estado-Maior: ao vir menos do filtro constituído pelo Ministro da Guerra e com a queda de Bismarck em 1890, de facto, o Estado-Maior tornou-se um órgão completamente independente e sem controlo político, culminação da tendência anti-clausewitziana de afastamento do domínio político que tinha começado com as guerras de unificação alemã¹⁰².

Os dezassete anos que separam a conclusão da guerra franco-prussiana e a reforma de Moltke foram um período, como antecipado *supra*, de reorganização e ampliação do Estado-Maior. Resumindo, o Grande Estado-Maior alemão logo a seguir à campanha francesa encontrava-se assim organizado: o Chefe de Estado-Maior do Exército, Moltke, geria diretamente a *Kanzlei* e o gabinete de *intelligence*, para além de sintetizar as atividades realizadas nos diversos departamentos da Instituição; as três *Abteilungen* anteriormente denominadas *Kriegstheater* continuavam a ocupar-se de específicas áreas geográficas, sendo a primeira *Abteilung* relativa à Áustria, Rússia, países escandinavos, Grécia, Império Otomano e Ásia em geral, a segunda relativa aos territórios alemães, Itália e Suíça, e a terceira relativa aos países europeus ocidentais e ao continente americano. Tendo em conta esta organização, a primeira e terceira *Abteilungen* tornaram-se departamentos “estrangeiros”, ao contrário da segunda que se ocupava quer das questões relativas à Alemanha – como a mobilização e a disposição das tropas para além dos planos militares precipuamente defensivos –, quer dos teatros meridionais e, por isto, tornava-se numa *Abteilung* espúria. Para além das três *Abteilungen*, o Estado-Maior era composto pelas *Abteilungen* ferroviária, geográfico-estatística – à qual se encontrava associado o *atelier* fotográfico –, histórico-militar e ainda pelo gabinete para a triangulação topográfica, a *Abteilung* topográfica com o gabinete litográfico (*Steindruckerei*), o diretório central dos relevos (*Zentraldirektorium für die Leitung des Vermessungswesens*) e a *Plankammer*¹⁰³. Um dado de interesse relativo à organização do Estado-Maior é o número de Oficiais utilizados nas

necessário colocar as forças armadas sob um controlo mais estrito dos órgãos eleitos alemães. *Idem*, pgs. 110-113; Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. IV, parágrafo 8.

¹⁰² *Ibidem*, e *idem*, cap. V, parágrafo 3; Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 121-124. O autor americano refere outras razões que conduziram à obtenção do *Immediatvortrag* por parte do Chefe de Estado-Maior, ou seja a contraposição entre chefia militar e o *Reichstag* em torno do controlo do aparelho militar alemão; neste conflito político-institucional, encarado pelo Ministro da Guerra Kameke contra a aliança entre Chefe de Estado-Maior, o chefe do Gabinete Militar Albedyll e o Chanceler – que tomou o partido dos “militaristas” contra a Assembleia, acusada de simpatias liberais e até socialistas – resolveu-se com a decisão do Emperador de acordar o direito de *Immediatvortrag* ao Chefe de Estado-Maior. Contudo, é necessário sublinhar que o processo que determinou a concessão do *Immediatvortrag* através de um conflito político-institucional foi pensado, planeado e realizado por Waldersee na sua qualidade de Quartel-mestre General e Chefe de Estado-Maior substituto.

¹⁰³ Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 3, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 40-41.

atividades desta Instituição: em 1857, ano da entrada em serviço de Moltke como Chefe de Estado-Maior, o número destes Oficiais era 64; em 1871 eram 135; em 1888, ano da reforma de Moltke, eram 239, dos quais 197 pertenciam ao exército prussiano, 25 ao Estado-Maior bávaro, 10 ao saxónio e 7 ao wurtemberguês¹⁰⁴.

Na opinião de quem escreve, a principal inovação no organograma do Estado-Maior introduzida quando Moltke ainda detinha o cargo de Chefe de Estado-Maior foi a criação de um posto de *Generalquartiermeister* do Estado-Maior. A criação deste posto surgiu após um pedido do próprio Moltke ao Imperador em novembro de 1881¹⁰⁵: o Chefe de Estado-Maior, que naquele ano havia completado 81 anos, confessava a sua incapacidade para seguir todas as atividades da Instituição que chefiava devido à sua idade, solicitando por isso a criação de um posto que o auxiliasse no desempenho das suas funções¹⁰⁶. Sob indicação do *Generaladjutant* Albeyll, o *Kaiser* com A.K.O. de 27 de dezembro de 1881 confirmou a instituição do posto de Quartel-mestre General em tempo de paz com funções de Vice-chefe de Estado-Maior em todos os casos em que o Chefe de Estado-Maior precisasse de suporte e auxílio; o Major-General Graf von Waldersee foi nomeado *Generalquartiermeister*¹⁰⁷. As funções do Quartel-mestre General foram esclarecidas com uma disposição de Moltke do dia 3 de março de 1882: para além de realizar as atividades mais precipuamente administrativas como a correspondência e, mais em geral, as atividades realizadas no âmbito da Chancelaria (naquele momento chamado *Zentralbüro*, veja-se *ultra*), a primeira função do Quartel-mestre General era filtrar o fluxo de informações sobre as atividades realizadas em todos os departamentos do Estado-Maior, de modo a colocar à atenção de Moltke só as mais importantes; finalmente, a principal categoria de atividades destinadas ao *Generalquartiermeister* contemplava os assuntos político-militares, a mobilização, concentração e disposição das tropas, as modificações no organograma e na organização do Estado-Maior, os registos pessoais dos Oficiais e funcionários; semelhantemente, a instrução dos Oficiais e a avaliação dos *Generalstabsreisen* dos Corpos de Exército recaía sob a responsabilidade do Quartel-mestre General. Tendo em consideração a criação

¹⁰⁴ Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. IV, parágrafo 8.

¹⁰⁵ A descrição da criação do posto de Quartel-mestre General foi posterior a outras evoluções da Instituição aqui considerada; contudo, foi considerado necessário antecipar a descrição desta evolução para esclarecer melhor a evolução da cadeia de comando dentro do Estado-Maior em relação à evolução da própria Instituição.

¹⁰⁶ Görlitz refere uma situação em que Moltke foi forçado a aceitar a criação deste posto, sem todavia referir alguma nota sobre quem decidiu a instituição do posto de *Generalquartiermeister* e porque: “[Moltke] had had to accept the services of General Count Waldersee as Quartermaster-General and Deputy.”. Veja-se *idem*, cap. IV, parágrafo 9. Dupuy avança a hipótese de que o Emperador Guilherme I, de idade avançada, como Moltke, não queria entregar a ninguém além de Moltke o delicado assunto da defesa militar do país por razões de confiança e, por causa disto, sempre se recusou a aceitar o pedido de reforma do Oficial meclenburguês. Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 120-121.

¹⁰⁷ Stoeckel cita o texto do A.K.O.: “*Es soll bei dem Generalstab der Armee künftig auch im Frieden ein Generalquartiermeister in Funktion treten [...]; in allen Generalstabsangelegenheiten der Stellvertreter des Chefs des Generalstabes der Armee nach dessen spezieller Anordnung ist*” (“Deve entrar em função no Estado-Maior do Exército um Quartel-mestre General também em tempo de paz [...]; o Quartel-mestre General é o suplente do Chefe de Estado-Maior do Exército em todas as questões relativas ao Estado-Maior sob indicação especial dele [do Chefe de Estado-Maior]”). Tradução da minha autoria. Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 3, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 65-66.

do posto de Quartel-mestre General, o elemento provavelmente mais importante que se pode deduzir é o enorme aumento do trabalho que o Estado-Maior ainda realizava depois da conclusão da guerra com a França e do estabelecimento da *pax germanica* bismarckiana na Europa. Contudo, o facto de que o posto de *Generalquartiermeister* não teria continuidade depois da reforma de Moltke indica que a razão referida pelo Chefe de Estado-Maior ao *Kaiser* – ou seja, a sua idade avançada e a consequente incapacidade de supervisionar todo o trabalho realizado pela Instituição que geria – pode ser considerada substancial para justificar a criação do posto de Quartel-mestre General; para além disto, o número de Oficiais e funcionários empregados no Estado-Maior – que duplicou no período entre a nomeação de Moltke e a conclusão da guerra contra a França – confirma a perspectiva do aumento das atividades realizadas pelo Estado-Maior e da consequente necessidade de enquadrar uma figura que auxiliasse o Chefe de Estado-Maior na realização destas atividades. Considere-se outrossim que o posto de Quartel-mestre General assumia *de facto* as funções de Chefe de Estado-Maior substituto em caso de ausência do Chefe de Estado-Maior: imediatamente a seguir à campanha boémia, Moltke preocupou-se com a eventualidade de ausentar-se das suas funções e com a necessidade de encontrar um substituto; tradicionalmente, o substituto era o Chefe de *Abteilung* mais velho em serviço em Berlim; todavia, com a distinção entre *Hauptetat* e *Nebenetat* do Estado-Maior, criou-se uma situação confusa pela qual o *Abteilungschef* mais velho podia ser do *Nebenetat* e, portanto, hierarquicamente subalterno de outros *Abteilungschefs* mais jovens. Em julho de 1867 um regulamento interno emitido por Moltke estabelecia que o substituto fosse o Oficial com mais anciandade de serviço do *Hauptetat*; por causa desta especificação e pelo papel desempenhado dentro do Estado-Maior, o *Generalquartiermeister* podia-se considerar como Chefe de Estado-Maior substituto e, como teria acontecido em 1888, o principal candidato ao posto de Chefe de Estado-Maior depois da reforma de Moltke.¹⁰⁸

Após a guerra franco-prussiana as atividades do *Nachrichtenbüro* continuaram no sentido da recuperação e certificação de informações sobre os aparelhos militares estrangeiros e das estruturas e Instituições que os apoiam¹⁰⁹. Um particular apoio ao trabalho destes agentes – de facto verdadeiros espões – era dado pelo *Geheimer Legationsrat*, um departamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros que lidava com as atividades secretas para lá das fronteiras alemãs. As atividades do

¹⁰⁸ *Idem*, pgs. 64-67. As funções do Quartel-mestre General são referidas por Stoeckel citando um excerto da disposição de Moltke em que este as estabelecia; contudo, o elenco apresentado parece, *cum grano salis*, uma cessão excessiva de poder efetivo por parte do Chefe de Estado-Maior ao *Generalquartiermeister*. As fontes à disposição não citam contramedida alguma à disposição do Chefe de Estado-Maior para limitar – ou controlar – as atividades do Quartel-mestre General; todavia, é bem possível que este último não dispusesse do poder de assinatura para executar as atividades descritas *supra*, sobretudo as mais delicadas como a disposição das tropas ou as modificações do organograma do Estado-Maior.

¹⁰⁹ Um documento de relevo em relação à atividade do departamento de *intelligence* foi produzido pelo *General Staff* britânico e classificado como segredo; este documento, com o título “*Home Defence. (Germany.)*” descreve quem geria o processo da passagem de informações para a central informativa na Alemanha – distinguindo, por exemplo, entre espões civis e militares instruídos diretamente no exército – e como era efetuada esta passagens. Veja-se *Deutsches Heer im Ersten Weltkrieg.- Beurteilung durch die britische Armee. Auszug aus: Home Defence Germany, prepared by the General Staff War Office, 1914*, BArch/MA, PH 3/435, pgs. 6-8.

Nachrichtenbüro envolviam não somente os agentes no estrangeiro, mas também a recuperação e a comparação das informações provenientes das Instituições da própria Alemanha e que podiam ser de interesse militar. Neste sentido, os trabalhos do gabinete de *intelligence* estendia-se à Chancelaria imperial, ao Ministério do Interior, aos departamentos técnicos, como o telegráfico, e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e às embaixadas; um papel fundamental na recuperação de informações era desempenhado pelos adidos militares; finalmente, outros órgãos cujos trabalhos interessavam ao *Nachrichtenbüro* eram o Ministério do Comércio, o Presídio de Polícia (*Polizeipräsidium*) e as sociedades ferroviárias privadas. Apesar da extensão das atividades e dos interesses do Gabinete de *intelligence*, as fontes nunca indicam que este órgão era completamente independente como os *Kriegstheater*; este *status* de dependência – pelo menos em termos formais – do *Nachrichtenbüro* é testemunhado pelo facto de que, quando este órgão foi instituído, era uma seção da terceira *Abteilung*, mas encontrava-se sob a responsabilidade direta do Chefe de Estado-Maior; depois da *Bruderkrieg* a, a seção de *intelligence* manteve-se sob a responsabilidade do Chefe de Estado-Maior, tornando-se, porém, independente da terceira *Abteilung*, sendo o responsável operativo desta seção o *Oberstleutnant* Brandt; quando este último foi promovido a Brigadeiro da Gendarmaria da recém-instituída província da Alsácia-Lorena depois da guerra franco-prussiana, o *Nachrichtenbüro* foi colocado, como dantes, no âmbito da terceira *Abteilung* e posto sob a responsabilidade operativa de um Major do *Nebenetat*. A posição do *Nachrichtenbüro* não mudou até ao início de 1881, quando a divergência de opiniões (*sic*) entre o Chefe da terceira *Abteilung* e o Chefe de Estado-Maior levou este último a assumir a condução direta do gabinete de *intelligence*. Em 1883 houve mais uma nova regulamentação relativa ao *Nachrichtenbüro*, pela qual o *Generalquartiermeister* punha o *Nachrichtenbüro* no âmbito da segunda *Abteilung* junto à quarta seção do Comité dos Engenheiros (*Ingenieurkomité*), que tratava da organização das informações relativas às fortificações dos outros países. No dia 20 de junho de 1883 o Quartel-mestre General aprovou uma *Instruktion für die Offiziere der Sektion 4 der 2. Abteilung* (Instrução para os Oficiais da Seção 4 da segunda *Abteilung*, que naquele momento desempenhava o papel de gabinete de *intelligence* no âmbito da segunda *Abteilung*) que enquadrava agentes especiais em tempo de paz na França e na Rússia, orientava a atividade dos agentes para os Oficiais militares e funcionários civis estrangeiros, organizava as atividades de espionagem e contraespionagem na pátria, abordava questões técnicas como a transmissão de informações através dos pombos-correio ou a cifração e decifração das comunicações. Finalmente, uma disposição do Quartel-mestre General de 18 de junho de 1884 separava o *Nachrichtenbüro* da segunda *Abteilung*, colocando-o diretamente sob a responsabilidade operativa direta do próprio *Generalquartiermeister* e mudando o seu nome para *Nachrichtenwesen*¹¹⁰.

O aumento das atividades realizadas pelo Estado-Maior determinou a necessidade de reorganizar a Chancelaria do Chefe de Estado-Maior do Exército e aumentar o número de Oficiais e funcionários ali

¹¹⁰ *Idem*, pgs. 41-44.

empregados. Em 1872 Moltke dispôs a reorganização e inclusão da *Kanzlei* num *Zentralbüro* que concentrasse em si a gestão de mais atividades para além das descritas *supra*; estas atividades consistiam na gestão de um ponto de vista científico (*in wissenschaftlicher Hinsicht*) da *Kriegsakademie*, dos batalhões ferroviários (*Eisenbahnbataillons*) e das questões económicas. Com a criação do Gabinete Central, portanto, os departamentos controlados diretamente pelo Chefe de Estado-Maior eram o Gabinete Central, a *Kanzlei* e a comissão económica – esta última a entidade que geria a caixa do Estado-Maior –; o Chefe de Estado-Maior controlava estes departamentos através de um *Adjutant*, que era um Oficial de Estado-Maior *à la suite* do Chefe, com posto de *Abteilungschef des Großen Generalstabes* (Chefe de *Abteilung* do Grande Estado-Maior)¹¹¹.

Um outro departamento alvo de uma reorganização profunda e de um aumento de tamanho e de competências foi a *Eisenbahnabteilung*. Tal como anteriormente mencionado, depois da campanha boémia a *Eisenbahnabteilung* tornou-se independente dentro do Estado-Maior através de uma disposição emitida por Moltke em 1869. Contudo, depois da campanha de 1870/1871, surgiram dúvidas no Estado-Maior sobre o desempenho desta *Abteilung* na execução dos planos militares preparados para o conflito contra a França. Ainda durante a ocupação prussiana da França antes da paz de Frankfurt, no dia 7 de abril de 1871, Moltke sugeriu ao Ministro da Guerra que procedesse à instrução de um *Friedensstamm für Eisenbahnzwecke*, um segmento em pé de paz da *Abteilung* ferroviária para os objetivos ferroviários. A existência de um debate sobre a função deste segmento em tempo de paz é testemunhada pela circulação de um panfleto de 2 de abril do mesmo ano que indicava os objetivos da instituição desta formação, objetivos esses que recuperavam as sugestões formuladas num A.K.O. de 10 de agosto de 1869: o *Friedensstamm* deveria instruir de um ponto de vista prático e teórico o pessoal para a construção e destruição das ferrovias, a organização da mobilização em função do uso mais eficiente possível dos caminhos de ferro, a criação de um Corpo de Construção (*Konstruktionskorps*) de pelo menos 1200 homens e de um corpo de suporte de tamanho correspondente e, por último, a criação de um *Eisenbahnbataillon*: finalmente, com o A.K.O. de 19 de maio de 1871, foi autorizada a criação de um *Eisenbahnbataillon* de 500 homens; este batalhão encontrava-se dependente em termos económicos e disciplinares do Inspetor do Corpo dos Engenheiros, e dependente do Chefe de Estado-Maior no que diz respeito à sua instrução e aos exercícios. Contudo, com o A.K.O. de 18 de abril de 1872, o Inspetor do Corpo dos Engenheiros, que chefiava o batalhão ferroviário, foi substituído por um Inspetor General enquadrado na *Abteilung*, centralizando de forma mais incisiva o trabalho do batalhão ferroviário na sua *Abteilung* de referência. Consequentemente, o batalhão ferroviário foi ampliado para um regimento ferroviário de dois batalhões, com um Estado-Maior a coordenar as atividades e com presídio em Berlim, como estabelecido pelo A.K.O. de 30 de dezembro de 1875. O processo de ampliação do corpo ferroviário continuou na sequência do aumento da carga de trabalho da *Eisenbahnabteilung* e do aumento dos

¹¹¹ *Idem*, pgs. 44-47.

quilômetros de caminhos de ferro no território alemão; com o A.K.O. de 11 de março de 1887 o corpo militar ferroviário foi integrado com dois ulteriores Estados-Maiores de batalhão e 6 companhias; uma *Luftschifferabteilung* foi integrada no quadro da *Eisenbahnabteilung* para investigar as possibilidades de utilização dos zepelins durante as operações.

O aumento dos trabalhos dentro da *Abteilung* levou o seu Chefe a reorganizar as atividades do departamento em seções. Já em 1873 dividiu as atividades em duas seções¹¹²; em 1880, contudo, a inteira *Abteilung* foi reorganizada de forma mais profunda: *in primis*, foi integrado na *Abteilung* um Oficial de cavalaria (*Rittmeister*) do *Nebenetat* que devia coordenar e despachar os assuntos administrativos; *in secundis*, todas as atividades foram organizadas em quatro seções: a primeira dedicava-se à gestão interna do departamento, à organização e à gestão financeira; a segunda à concentração, ao transporte das tropas e dos materiais militares, à planificação do transporte *et cetera*; a terceira seção tratava dos assuntos relativos ao *Eisenbahnregiment* e à mobilização das unidades militares ferroviárias (*Militäreisenbahnbehörden*); finalmente, a quarta seção tratava dos assuntos estatísticos¹¹³.

Uma modificação importante dentro do Estado-Maior alemão diz respeito ao âmbito de trabalho da segunda *Abteilung*: sob sugestão de Moltke, a 25 de abril de 1882 o Quartel-mestre General Waldersee ordenou que a *Abteilung* em questão, que tratava do Império alemão, da Suíça e da Itália, se concentrasse somente no Estado alemão e que as questões que envolviam a Suíça e a Itália passassem à terceira *Abteilung*. A segunda *Abteilung* tornava-se, assim, num departamento que se dedicava unicamente às dinâmicas militares internas alemãs, deixando os trabalhos de formulação de planos ofensivos contra os países vizinhos à primeira e terceira *Abteilungen*¹¹⁴.

No que diz respeito ao departamento histórico, é necessário sublinhar que depois da guerra franco-prussiana as operações realizadas na campanha francesa, as questões táticas e a organização do

¹¹² Stoeckel, que remete para esta reorganização, não diz, todavia, quais eram as funções desempenhadas nas duas seções, limitando-se, antes, a referir que esta medida foi tomada para dar mais continuidade ao trabalho em caso de eventual ausência do *Abteilungschef* (*um [...] die Kontinuität auch bei etwaiger Abwesenheit des Abteilungschefts zu sichern*). Veja-se *idem*, pg. 50.

¹¹³ Esta organização foi modificada em 1883 com a subdivisão da segunda seção em mais duas subseções, a IIa e a IIb, que tratavam respetivamente do transporte em tempo de guerra e em tempo de paz. Sobre a evolução da *Eisenbahnabteilung* veja-se *idem*, pgs. 48-52.

¹¹⁴ *Ibidem*. Tenha-se em consideração que no âmbito da segunda *Abteilung* era enquadrada mais uma seção, o *Festungsarchiv*; esta seção realizava atividades de recolha e catalogação de informações sobre as fortificações presentes em território alemão e todas as obras defensivas de interesse para a defesa do território nacional; para além deste tipo de investigação, esta seção devia realizar a mesma recolha e catalogação de informações acerca dos aparelhos defensivos dos países que rodeavam o Império alemão até a 30 quilômetros das fronteiras: veja-se *idem*, pgs. 47-48. Mais um elemento de interesse em relação às funções desempenhadas pela segunda *Abteilung* é a criação de uma seção para a investigação sobre as estradas e fortificações romanas em território alemão (*Sektion zur Erforschung der römischen Befestigungen und Heerstraßen auf deutschen Boden*); esta seção, cuja instauração foi proposta a Moltke por Theodor Mommsen, visava realizar uma investigação de natureza cultural que, aparentemente, não era tarefa do Estado-Maior em geral e da segunda *Abteilung* em particular, sendo o departamento histórico o âmbito preferencial para investigações deste género; contudo, é possível supor que a colaboração entre o Estado-Maior e Mommsen fosse considerada por Moltke como uma ocasião para aprofundar as práticas militares romanas e verificar se estas poderiam oferecer motivos de reflexão para melhorar as práticas militares alemãs. Esta seção ficou ativa desde 30 de setembro de 1876 até ao dia 23 de fevereiro de 1881: veja-se *idem*, pgs. 52-54.

exército francês, foram alvos de amplos e aprofundados estudos pela *Kriegsgeschichtliche Abteilung*; o objetivo destes estudos era melhorar o processo de tomada de decisões na cadeia de comando das tropas durante um evento bélico, avaliar os pontos fracos dos aparelhos militares que intervieram no conflito – quer do ponto de vista da condução das operações, quer do ponto de vista tático e dos armamentos – e elaborar planos para melhorar a organização do aparelho militar alemão¹¹⁵.

Um ulterior capítulo da reorganização do Estado-Maior alemão moltkeano caracteriza-se pela introdução de inovações nos departamentos técnico-geográficos. O *Büro des Zentral-Direktorium's der Vermessungen*, instituído em 1869, inaugurou as suas atividades somente em 1872, depois da conclusão da guerra franco-prussiana; a primeira sessão do *Büro* serviu para estabelecer os objetivos dos departamentos técnico-geográficos: a triangulação topográfica do inteiro território alemão, a compilação de mapas em diversas escalas até 1:25000, e a realização de trabalhos específicos para fins militares, entre os outros. O mesmo *Büro* desempenhava o papel principal de coordenação e organização do trabalho das várias unidades técnico-geográficas, algo espelhado, por exemplo, na proposta de reorganização dos trabalhos do gabinete de triangulação topográfica: não só definiu o tamanho de território alemão que devia ser triangulado cada ano (200 milhas quadradas por ano e depois 600), mas também de que forma deveria ser realizado o trabalho e os fundos à disposição do *Büro*. O aumento das atividades realizadas pelos departamentos técnico-geográficos e o gradual processo de distribuição das responsabilidades operado por Moltke – processo que, como descrito *supra*, culminou no enquadramento de um Quartel-mestre General – induziu o Chefe de Estado-Maior a criar o posto de *Chef der Landesaufnahmen* (Chefe dos relevos do terreno), como deliberado pelo A.K.O. de 23 de janeiro de 1875; o mesmo A.K.O. estabelecia definitivamente a reorganização das *Abteilungen* técnico-geográficas separando as atividades trigonométricas das topográficas e enquadrando-as em duas diferentes *Abteilungen* e, finalmente, criando um departamento cartográfico que incluía a *Plankammer* e realizava os trabalhos anteriormente desempenhados pelo *Technisches Institut*, tais como a fotografia, a litografia *et cetera*¹¹⁶.

¹¹⁵ Stoeckel refere que, entre 1875 e 1880, o arquivo de guerra com a biblioteca foram separados da *Abteilung* histórica e estes dois departamentos foram postos sob a responsabilidade de uma Direção Geral (*Oberleitung*). O Oficial alemão não refere as razões desta separação, mas é possível que esta medida tenha sido tomada para tirar uma parte importante dos trabalhos administrativos do âmbito das atividades que a *Abteilung* histórica devia realizar e reencaminhá-la para a *Oberleitung*, de modo a que o departamento histórico se pudesse dedicar principalmente aos estudos sobre a campanha francesa. Veja-se *idem*, pgs. 54-55 e Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 114-115.

¹¹⁶ No dia 11 de março de 1873, o *Chef der Landesaufnahmen* confirmou a nova organização dos departamentos sob a sua responsabilidade. Os departamentos passaram a ter uma articulação muito ampla, que aqui apenas pode ser descrita a partir de detalhes pontuais. A *Abteilung* trigonométrica era composta por 5 seções e 4 subseções e enquadrava 45 entre Oficiais e funcionários; a *Abteilung* topográfica era composta por 8 seções e enquadrava 95 unidades de pessoal; a *Abteilung* cartográfica estava dividida em 8 seções, nas quais operavam 98 pessoas. As seções seguiam um esquema organizativo recorrente: a primeira seção era a Chancelaria e geria também a caixa, as outras abordavam assuntos técnicos específicos. Stoeckel refere que, no total, em 1878 encontravam-se empregados nas *Abteilungen* técnico-geográficas 41 Oficiais de Estado-Maior, 190 funcionários técnicos e 27 administrativos; este dado é de interesse pois considerando que, como descrito *supra*, em 1871 o total de Oficiais de Estado-Maior era de 135 e dezassete anos mais tarde era de 239, a percentagem de Oficiais empregados nos âmbitos técnico-geográficos oscilava entre o 30,37% e o 17,15% ou, mais verosimilmente, a cerca de 25% de

O trabalho do Estado-Maior, portanto, prosseguiu de forma intensa já depois da conclusão da guerra franco-prussiana; o receio de Moltke de uma nova guerra contra a França e contra a Rússia – sobretudo depois das resoluções do congresso de Berlim de 1878, que deixaram o Império dos Romanov ressentido e afetaram a relação entre estes últimos e o Império alemão – levou o Chefe de Estado-Maior a elaborar a partir 1879, e depois com uma periodicidade anual, dois novos planos de disposição das tropas na eventualidade de um conflito contra a França e contra a Rússia; até àquele ano, a perspectiva militar moltkeana era fundamentada na ideia de que a França, ainda em recuperação depois da guerra de 1870/1871, não seria capaz de resistir a uma ofensiva alemã; na mesma medida, era possível ao Estado-Maior alemão estruturar planos ofensivos contra a Rússia, que não estaria preparada para resistir a uma rápida ofensiva que apontasse para São Petersburgo. A criação de um novo aparelho defensivo centrado no sistema de fortificações de Verdun, Toul, Epinal e Belfort levou Moltke a rever os axiomas contextuais militares e, por conseguinte, a perspectiva ofensiva relativamente aos franceses: o sistema defensivo francês teria implicado a impossibilidade de conduzir uma campanha rápida em França que culminasse em uma ou duas batalhas resolutivas, exatamente como a campanha de 1870; a este respeito, a orientação de Moltke mudou, o que se traduziu na assunção de uma atitude defensiva na frente francesa e na concentração das forças na frente russa para tentar resolver o conflito vitoriosamente numa frente no menor tempo possível, para depois concentrar o esforço na frente francesa. O próprio Moltke tinha contemplado as possibilidades oferecidas por uma guerra preventiva, possibilidades que Bismarck sempre se recusou a ter em consideração¹¹⁷. Contudo, a perspectiva militar alemã havia mudado radicalmente, pois dava por certa a necessidade de dividir o esforço militar em duas frentes – possibilidade que anteriormente tinha acontecido de forma só parcial durante a *Bruderkrieg* – e, na perspectiva moltkeana, tornava-se necessário deixar a frente francesa na defensiva, tentando concentrar o esforço principal na segunda frente (russa ou austríaca) à procura da batalha resolutiva: esta perspectiva bélica permaneceria a principal base operacional do pensamento militar alemão até às modificações proposta por Schlieffen¹¹⁸.

todos os Oficiais empregados no Estado-Maior. A evolução dos departamentos técnico-geográficos do Estado-Maior entre a guerra franco-prussiana e a reforma de Moltke é descrita em Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 3, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 56-64.

¹¹⁷ Görlitz dá conta de uma consideração de Bismarck sobre a atitude do Estado-Maior em relação à guerra e, especificamente, à possibilidade de desencadear uma guerra preventiva: “*In his Thoughts and Memories Bismarck wrote that the General Staff's desire for a preventive war had its origin in the spirit which such an institution was bound to foster, and which he for his part did not wish to see it lack. The only question was what would happen when you got an aggressive Chief of the General Staff in combination with a weak and incompetent monarch and a Chancellor without political perspective and without authority. The foundations for such an unhealthy development were already laid when Bismarck wrote those lines*”. Veja-se Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. IV, parágrafo 9.

¹¹⁸ Veja-se *ibidem*; Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 116-120.

A revisão dos axiomas operacionais foi introduzida juntamente com a “institucionalização” doutrinária da *Auftragstaktik*, *id est*, a tática por tarefas¹¹⁹. Esta linha doutrinária pode ser melhor percebida se enquadrada através das palavras que Moltke inseriu num compêndio tático para Oficiais superiores que são relatadas por Dupuy:

A favorable situation will never be exploited if commanders wait for orders. The highest commander and the youngest soldier must always be conscious of the fact that omission and inactivity are worse than resorting to the wrong expedient.

Como descrito *supra*, a *Auftragstaktik*, parcialmente difundida já durante as guerras napoleônicas e introduzida por Frederico II, tornou-se o princípio doutrinário a partir do qual se fundamentou o pensamento militar alemão¹²⁰.

Em 1888, poucos meses antes de ter completado 88 anos de idade, Moltke pediu ao novo Imperador, Guilherme II, para deixar o cargo de Chefe de Estado-Maior; desta vez, a máxima autoridade política e militar alemã aceitou o pedido¹²¹. Os trinta anos em que a figura de Moltke dominou o aparelho militar alemão foram sem dúvida um momento dirimente para a história alemã e europeia: a contribuição que o Oficial meclemburguês proporcionou para a unificação alemã foi fundamental, e a estrutura que conferiu ao Estado-Maior prussiano foi tomada como modelo para muitos outros países, entre os quais a França¹²². O protagonismo do Estado-Maior nas dinâmicas político-militares alemãs e europeias estendeu-se para além da reforma de Moltke; ademais, a evolução e o alargamento das atividades realizadas pelo Estado-Maior prosseguiram nos quase trinta anos que separam a reforma de Moltke da deflagração do primeiro conflito mundial.

3. O ESTADO-MAIOR ALEMÃO ATÉ À GRANDE GUERRA, 1888-1914.

O sucessor na chefia do *Großer Generalstab* foi o Quartel-mestre General Waldersee. Na literatura disponível emerge um perfil de Waldersee diferente em comparação com o do seu predecessor; a descrição que Dupuy e Görlitz propõem do Oficial oriundo de Potsdam é de um militar que, apesar de uma carreira militar exemplar e coroada com o posto de Chefe de Estado-Maior, tinha muito mais

¹¹⁹ Nas fontes a disposição e na literatura sobre os Estados-Maiores, os termos *Auftragstaktik* e *Führung nach Direktive* parecem ser utilizados de forma quase sinonímica; de facto, esta sinonímia é uma possibilidade válida, pois ambos os casos se referem à possibilidade dos Oficiais ou dos Suboficiais tomarem decisões sobre a condução das tropas que divergissem das indicações e ordens dos Oficiais superiores em virtude de uma delegação parcial do poder de iniciativa. *Cum grano salis*, a única diferença substancial entre estes dois termos é o contexto da devolução do poder de iniciativa que se encontra na literatura consultada, sendo no caso da *Auftragstaktik* essencialmente uma devolução de poder a nível tático, e, no caso da *Führung nach Direktive*, mormente a nível operacional, ou, *sensu lato*, a nível institucional.

¹²⁰ A *Auftragstaktik* e a citação referida por Dupuy encontram-se em *idem*, pg. 114.

¹²¹ *Idem*, pg. 124; Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. IV, parágrafo 9.

¹²² *Idem*; entre os outros, Görlitz sustenta que também Rússia, Áustria, Itália e Japão instituíram Estados-Maiores retomando o modelo alemão e que Oficiais turcos, gregos e romenos foram para Berlim estudar a Instituição moltkeana. Veja-se outrossim Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 113-114.

interesse no âmbito político do que no militar. A sua chegada ao cargo de Chefe de Estado-Maior é caracterizada por um interesse nas dinâmicas políticas e uma genuína capacidade de aproveitar politicamente as circunstâncias. Foi pelo papel que desempenhou em Paris antes da guerra franco-prussiana que Waldersee chamou a atenção de Moltke, e as ligações que tinha com Frederico III e Guilherme II puseram-no numa posição de relevo no panorama político alemão¹²³.

O período de Waldersee enquanto Chefe de Estado-Maior foi breve, demorando desde 10 de agosto de 1888 até fevereiro de 1891. Este período foi essencialmente dominado por intrigas políticas planeadas pelo Chefe de Estado-Maior com o intuito de criar condições para substituir Bismarck na condução da Chancelaria imperial e para consolidar a primazia do Estado-Maior dentro do aparelho militar alemão. Sem se entrar nas questões políticas que dominaram o triénio de Waldersee como Chefe de Estado-Maior, é necessário salientar que, na opinião de Görlitz, Waldersee estava envolvido em pelo menos dois planos de golpe de Estado contra o *Reichstag*, golpes de orientação política reacionária e militarista; contudo, apesar da marca política das atividades realizadas pelo Chefe de Estado-Maior, as razões da sua queda podem atribuir-se à ruptura da relação entre este último e o Imperador Guilherme II devido a divergências em torno de um assunto militar, nomeadamente, o plano de construção de uma poderosa e moderna marinha de guerra. O facto de Waldersee ter apresentado ao *Kaiser* dúvidas sobre a oportunidade de desviar fundos do orçamento militar para a construção de uma frota – desvio que, ainda por cima, teria acontecido num período em que o Império alemão descobria-se militarmente vulnerável por causa do colapso da *pax germanica* criada através da diplomacia bismarckiana e pelo consequente reforço e aliança entre as principais ameaças à Alemanha, ou seja, a França e a Rússia – tornou-se num *vulnus* à opinião do *Kaiser* para com o Chefe de Estado-Maior.

A ruptura súbita da relação entre as duas autoridades máximas militares alemãs fez com que o Imperador oferecesse a Waldersee o posto de General do 9º Corpo de Exército em Altona. Waldersee viu-se obrigado a aceitar a proposta de Guilherme II, deixando o cargo de Chefe de Estado-Maior ao General Alfred von Schlieffen, mantendo-se, porém, como uma referência para os elementos mais reacionários da Alemanha que recebiam soluções políticas liberais e antimilitaristas dentro do país¹²⁴.

¹²³ Görlitz, comparando a relação de Moltke e Waldersee com a política, sustenta que “*Politics was something which Moltke almost nervously avoided. Waldersee was temperamentally incapable of keeping out of them*”. Veja-se Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. V, parágrafo 3.

¹²⁴ Veja-se Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 121-126; Görlitz dedica um inteiro capítulo da sua obra à chefia de Waldersee; apesar de não apresentar referências, Görlitz assume muitas informações dos diários de Waldersee e dedica a maior parte do capítulo às vicissitudes políticas, deixando de lado os aspetos mais ligados à evolução do Estado-Maior de um ponto de vista institucional: veja-se Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. V; em torno da questão da Marina de Guerra alemã, veja-se *idem*, parágrafo 6. Pelo contrário, Stoeckel nunca aborda as questões políticas ligadas à figura de Waldersee, dedicando-se somente à descrição das modificações a nível institucional e organizativo do *Großer Generalstab* durante o triénio de Waldersee. É opinião de quem escreve que a figura de Waldersee representa um caso prodrómico da evolução política do Estado-Maior alemão e constituiu uma redefinição das perspetivas político-militares da Instituição aqui investigada. Tendo em conta os pressupostos teóricos oferecidos por Clausewitz, o percurso de Waldersee demonstra como em seguimento a um processo protagonizado pelo Estado-Maior que apontava para a independência desta Instituição do controlo e da sujeição

No que diz respeito às modificações operadas por Waldersee, a primeira foi constituída pela reorganização do Estado-Maior através da substituição do posto de *Generalquartiermeister* por um General à disposição do Chefe de Estado-Maior (literalmente, *General zur Verfügung des Chefs des Generalstabes der Armee*); numa disposição particular de Waldersee, o General escolhido foi Alfred von Schlieffen, que acabou por desempenhar a função de Vice-Chefe de Estado-Maior, assumiu a responsabilidade da direção científica da *Kriegsakademie* – anteriormente sob a responsabilidade da segunda *Abteilung* – e sobre a organização e gestão dos *Übungsreisen*; seguidamente, também a responsabilidade pela seção de *intelligence* irá recair sobre Schlieffen. Ademais, foi estabelecida a integração no organograma do Estado-Maior de mais 3 Generais (com posto de General de Brigada ou de Divisão) com funções que, em período de paz, eram estabelecidas discricionariamente pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (*nach dem Ermessen des Chefs des Generalstabes der Armee*) e, em período de guerra, com função de Chefes de Estado-Maior de um Exército¹²⁵.

A nomeação dos três *Oberquartiermeister* determinou uma reorganização profunda do Estado-Maior. Até àquele momento, o Estado-Maior (na sua versão moltkeana) dividia-se essencialmente em dois “Estados”, o *Nebenetat* e o *Hauptetat*, que, em termos práticos, distinguiam respetivamente as *Abteilungen* maioritariamente técnicas daquelas de síntese e planificação; outrossim, o *Hauptetat* – literalmente, “Estado Superior” – encontrava-se hierarquicamente em posição superior ao *Nebenetat* – *à la lettre*, “Estado junto (ao *Hauptetat*)”. Dentro deste quadro geral, as *Abteilungen* do *Hauptetat* desempenhavam ainda essencialmente funções geograficamente orientadas, *id est*, sintetizavam em planos militares as informações técnicas que recebiam do *Nebenetat* e as informações da *Nachrichtenwesen* tendo em consideração a orientação geográfica da frente que lhe era atribuída. Com a nomeação dos três *Oberquartiermeister* esta orientação geográfica foi substituída progressivamente por uma orientação “funcional”. A primeira etapa desta mudança foi determinada por uma proposta¹²⁶ que apontava para a colocação da segunda *Abteilung* – como supramencionado, a *Abteilung* que tratava somente de assuntos militares relativos somente à Alemanha – e da *Abteilung* ferroviária sob a responsabilidade do General à disposição do Chefe de Estado-Maior – como referido *supra*, Schlieffen – que assumia o título de Chefe das Operações do Grande Estado-Maior (*Operationschef des Großen Generalstabes*)¹²⁷.

No seguimento desta proposta, o Chefe da segunda *Abteilung*, o Tenente Coronel Rotke, propôs no dia 17 de dezembro de 1888 a reestruturação do Estado-Maior em *Hauptquartiere*, sendo o primeiro

à esfera política, processo que foi coroado pelo sucesso com a concessão do *Immediatvortrag* em 1883 – ainda por cima, concessão almejada e obtida sobretudo pelo próprio Waldersee –, o Chefe de Estado-Maior tentou usar o meio militar como alavanca para obter a chefia política; se Waldersee tivesse conseguido realizar o seu plano, possivelmente a esfera militar e a esfera política ter-se-iam juntado novamente, mas com o âmbito militar em posição de supremacia face à razão política, numa situação claramente antipódica à perspetiva clausewitziana de esfera militar submetida de um ponto de vista lógico à razão política.

¹²⁵ Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 4, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 1-3.

¹²⁶ Stoeckel refere que a proposta em questão foi recolhida nas atas do Estado-Maior, mas encontrava-se sem data e sem assinatura. *Idem*, pg. 3.

¹²⁷ *Idem*, pgs. 3-4.

destes o das Operações, o segundo relativo ao exército alemão e o terceiro relativo aos exércitos estrangeiros. A divisão dos trabalhos previa algumas variações no que diz respeito às *Abteilungen*: viriam a ser instituídas uma *Zentrale Abteilung* designada aos assuntos administrativos; uma *Eisenbahnsektion* preposta à instrução técnica e à gestão do pessoal de serviço dos caminhos de ferro; uma *Prüfungsabteilung* preposta ao estudo dos assaltos às fortificações inimigas; uma *Deutsche Sektion* que assumiria a direção científica da *Kriegsakademie* e geriria os *Übungsreisen*. Para além dos novos departamentos, a proposta de Rotke previa o reposicionamento de diversas *Abteilungen* em relação à integração dos três *Oberquartiermeister*¹²⁸.

Depois de negociações entre Waldersee e o Ministro da Guerra Bronsart von Schellendorf, o A.K.O. de 4 de março de 1889 estabeleceu definitivamente a nova estrutura do Estado-Maior, a partir da extinção do posto de Quartel-mestre General e da integração dos três *Oberquartiermeister*. Ficaria também estabelecido que o Vice-Chefe de Estado-Maior seria o *Oberquartiermeister* com mais antiguidade de serviço presente em Berlim. Em primeiro lugar, foi instituída definitivamente uma *Zentrale Abteilung* que desempenhava a função de central administrativa do Estado-Maior; estabelecia-se que o chefe desta *Abteilung* tornava-se o primeiro *Adjutant* do Chefe de Estado-Maior e todas as atividades ficariam estritamente sob a responsabilidade deste último; a divisão das *Abteilungen* entre em três *Oberquartiermeister* seguia o seguinte quadro: no *Oberquartiermeister* I (doravante abreviado em OQI) enquadravam-se a segunda *Abteilung*, a *Eisenbahnabteilung* e a *Eisenbahnsektion*, juntamente com o regimento ferroviário; no *Oberquartiermeister* II (doravante abreviado em OQII), a quarta *Abteilung*¹²⁹, a *Abteilung* geográfico-estatística e a *DeutscheSektion*; do *Oberquartiermeister* III (doravante abreviado em OQIII) fariam parte a primeira e terceira *Abteilungen* e a seção histórica. Os trabalhos das diversas novas *Abteilungen* encontravam-se assim estruturados: a *Eisenbahnsektion* era preposta à instrução do regimento ferroviário¹³⁰ e da seção dos zepelins em vez da *Eisenbahnabteilung*; a quarta *Abteilung* tratava da recolha e organização de todos os materiais sobre as fortificações estrangeiras e era responsável pelos estudos para os ataques a estas fortificações; a *DeutscheSektion* era preposta, como dito *supra*, à gestão científica da *Kriegsakademie* e à realização dos *Übungsreisen*; os ajudantes dos *Oberquartiermeister* podiam intervir discricionariamente nas

¹²⁸ *Idem*, pgs. 4-5.

¹²⁹ A quarta *Abteilung* surgiu a partir da proposta do Inspetor Geral da Artilharia a pé (*Fußartillerie*) Tenente General Roerdantz. O Inspetor Geral sustentava que, nas guerras futuras, o assalto às fortificações inimigas seria um aspeto fundamental e, por conseguinte, tornava-se necessário dispor de estudos sobre este assunto, possivelmente com simulações tendo em conta as fortificações dos países limítrofes ao Império alemão, sobretudo a França com a sua nova linha de fortificações com pernos em Verdun, Toul, Epinal e Belfort. Na sua proposta, Roerdantz apelava à colaboração entre a Arma de artilharia e o *Ingenieurkomité*. Veja-se Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 4, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 9-15.

¹³⁰ Foram encontrados documentos de interesse acerca da instrução dos corpos ferroviários; esta instrução era, no presente caso, efetuada através de *Aufgaben* (exercícios) orientado sobretudo para as dinâmicas táticas, com orientação específica para a preparação e emissão de ordens relativas às atividades de transporte das tropas em contextos determinados pelos organizadores dos exercícios. Veja-se *Topographische Abteilung und Eisenbahnabteilung.- Taktische Aufgaben*, BArch/MA, PH 3/437, e *Eisenbahnabteilung.- Taktische Aufgaben.- Manöver, Kaisermanöver und Kriegsspiele*, BArch/MA, PH 3/438.

atividades das *Abteilungen* supervisionadas pelo respetivo *Oberquartiermeister*; por último, todas as mais importantes questões organizativas eram responsabilidade dos próprios *Oberquartiermeister*¹³¹.

Finalmente, a seção informativa do Estado-Maior, a *Nachrichtenwesen*, ganhou uma renovada centralidade durante a chefia de Waldersee. Como referido *supra*, as atividades desta seção foram postas sob a responsabilidade de Schlieffen a partir da disposição emitida por Waldersee no dia 16 de outubro de 1888. Contudo, durante as negociações entre o Chefe de Estado-Maior e o Ministro da Guerra sobre a reorganização do Estado-Maior, no dia 21 de fevereiro de 1889 a *Nachrichtenwesen* foi posta sob a responsabilidade do OQIII e renomeada *Sektion IIIb*. A centralidade deste departamento é alcançada apesar da perda de independência dentro da Instituição do Estado-Maior em seguimento à recolocação abaixo do OQIII. Refere Stoeckel que em 1889 o orçamento à disposição desta seção era de 40.000 marcos e foi aumentado para 100.000 marcos; quando informativas sobre o *deuxième Bureau* francês, ou seja o gabinete de *intelligence* do Estado-Maior francês, referiram que o orçamento à disposição do gabinete francês era de 600.000 francos, o orçamento da seção IIIb foi ulteriormente aumentado para 500.000 marcos de ouro¹³², dos quais metade se destinava à atividade informativa e a outra metade para objetivos diplomáticos¹³³.

O sucessor de Waldersee na chefia do Estado-Maior foi Alfred von Schlieffen, a partir de fevereiro de 1891. O Oficial oriundo de Berlim tinha cumprido uma carreira exemplar dentro do exército alemão, participando nas campanhas boémia e francesa das guerras de unificação alemã, no que diz respeito ao serviço ativo, e tendo-se tornado Oficial de Estado-Maior já a partir de 1861, depois de ter saído da *Kriegsakademie* com distinção. Depois de um período como Oficial no gabinete topográfico, em 1865 entrou no *Hauptetat* e continuou a alternar o serviço ativo de tropa com o trabalho em Berlim no Grande Estado-Maior¹³⁴.

Durante a chefia de Schlieffen, a organização do Estado-Maior alemão foi alvo de diversas reformas no que diz respeito à orientação das funções desempenhadas e dos trabalhos realizados; se por um lado, como descrito *supra*, o Estado-Maior reformado por Waldersee assumiu uma tendência

¹³¹ Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 4, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 5-7, 9. Görnitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. V, parágrafo 6.

¹³² Tendo em conta o câmbio em 1873 dos francos e dos marcos com o ouro, os dois orçamentos são quase equivalentes, sendo o valor dos francos correspondente a 174,4 quilogramas de ouro a 21 quilates e o valor dos marcos 179,2 quilogramas.

¹³³ Stoeckel não descreve mais pormenorizadamente estas duas categorias de atividades da *Sektion IIIb*. Contudo, é possível supor que por objetivos diplomáticos se entendam as atividades ligadas ao papel desempenhado pelos adidos militares nas embaixadas estrangeiras. Sobre a seção IIIb veja-se Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 4, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 15-16.

¹³⁴ Sustenta Dupuy que, apesar de Schlieffen ser lembrado essencialmente em virtude do seu plano e, portanto, como estratega e planeador, o interesse do General berlinês estava igualmente muito focado na manutenção de uma superioridade alemã em termos de eficácia de combate em comparação com os possíveis inimigos a partir da França e da Rússia; neste sentido, uma parte importante do trabalho de Schlieffen era dedicado à instrução da tropa, à atualização dos armamentos e à adaptação da tecnologia aos fins militares: veja-se Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 128-129; uma descrição mais aprofundada da figura de Schlieffen é apresentada por Foley, Robert T., *Alfred von Schlieffen's Military Writings*, Londres, Frank Cass Publishers, 2003, pgs. xviii-xix; Görnitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. VI, parágrafo 1.

para uma orientação funcional através da instituição dos postos de *Oberquartiermeister*, por outro lado as reformas de Schlieffen pareciam orientar o Estado-Maior para um retorno ao princípio geográfico da sua organização.

A este respeito, as reformas de Schlieffen foram caracterizadas pela reorganização do existente, ou seja, dividindo algumas *Abteilungen* por via da separação de algumas secções e reorganizando estas secções em novas *Abteilungen*, dando assim uma caracterização diferente à organização da inteira Instituição¹³⁵.

A primeira mudança de relevo realizada por Schlieffen foi a promoção do *Chef der Landesaufnahmen* a *Oberquartiermeister* e a consequente estruturação dos departamentos geográficos no quadro do *Oberquartiermeister* IV (doravante abreviado em OQIV)¹³⁶. Para além desta modificação organizativa, as propostas de reorganização do departamento geográfico-estatístico produziram efeitos que não se limitaram às secções geográficas, mas que se alargaram à inteira Instituição.

O percurso que conduziu a esta reestruturação teve início com uma iniciativa de Falkenhausen, *Oberquartiermeister* II, que propôs dividir a quarta *Abteilung* em duas secções, a oriental e a ocidental, sendo que a secção oriental iria integrar o *Kriegstheater* oriental, e, portanto, colocada no âmbito do OQIII. Esta proposta determinou o início do debate sobre a orientação do trabalho do Estado-Maior, *id est*, se devia ser geográfica ou funcionalmente orientada: dividir a quarta *Abteilung* segundo critérios geográficos e associar as secções aos respetivos *Kriegstheater* teria significado direccionar a orientação dos trabalhos do Estado-Maior para o aspeto geográfico em vez do funcional. Sem entrar nos detalhes do debate¹³⁷ que contrapôs as posições de vários Oficiais de Estado-Maior relativamente à reorganização da Instituição em questão e, nomeadamente, a quarta *Abteilung* e os departamentos geográficos, considere-se que a solução encontrada modificava substancialmente a estrutura do Estado-Maior. *In primis*, foram criadas a quinta e sexta *Abteilungen*: a quinta *Abteilung* viria a ser constituída por alguns dos *Kriegstheater* anteriormente compreendidos na primeira *Abteilung*, ou seja, as secções relativas à Áustria, aos Estados balcânicos, China, Japão e Pérsia, mais os *Kriegstheater* italiano e suíço da terceira *Abteilung*; a sexta *Abteilung* foi constituída pela *Manöver Sektion*, a secção da segunda *Abteilung* que tratava do estudo das manobras nos diversos planos de guerra, para além das manobras nos exercícios, e pela *Deutsche Sektion*. *In secundis*, a primeira *Abteilung* tornava-se numa divisão essencialmente russa, pois incluía somente os *Kriegstheater* russo e escandinavo, mas assumia o controlo da secção russa da *Abteilung* geográfico-estatística: a primeira *Abteilung* tornava-se num *Kriegstheater* muito semelhante aos *Kriegstheater* do período de Grolman, ou seja, *Abteilung* geograficamente orientadas. *In tertiis*, a terceira *Abteilung* estruturava-se como *Abteilung* ocidental, incluindo em si os *Kriegstheater* francês, belga, neerlandês, ibérico, inglês – inclusive as colónias e

¹³⁵ Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 4, BArch-MA, PH 3/124, pg. 21.

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ Veja-se *idem*, pgs. 21-26.

dominions ingleses – e americano. Finalmente, neste conjunto de modificações, previu-se a dissolução da *Abteilung* geográfico-estatística, sendo as secções que a compunham integradas nos correspondentes *Kriegstheater* e os materiais nela produzidos e arquivados destinados à *Abteilung* cartográfica¹³⁸.

O processo de estruturação do Estado-Maior em quadros superiores – os *Oberquartiermeister* – e a subsequente maior articulação das atividades de cada secção atingiu também a secção histórica do Estado-Maior: em 27 de janeiro de 1895 o Chefe da *Kriegsgeschichtliche Abteilung* foi promovido ao posto de *Oberquartiermeister* e, no dia seguinte, o Chefe de Estado-Maior dispôs a estruturação da secção histórica em *Oberquartiermeister* V (doravante abreviado em OQV); subsequentemente, o arquivo histórico e a biblioteca foram separados do OQV e estruturados como secções autónomas sob a responsabilidade do próprio OQV¹³⁹.

O aumento dos trabalhos e a assunção mais marcada da perspectiva geográfica conduziram à multiplicação das *Abteilungen* relativas aos *Kriegstheater*. Em junho de 1896 Schlieffen estabeleceu que o OQI continuaria a desempenhar o papel de departamento alemão, com as responsabilidades sobre a mobilização e a organização do transporte ferroviário através da gestão da *Eisenbahnabteilung* e da *Eisenbahnsektion*; o OQII era responsável pela terceira e oitava *Abteilungen*, sendo a primeira relativa à inteira frente ocidental e a segunda relativa somente à frente russa; o OQIII era responsável pela primeira e quinta *Abteilungen*, relativas, respetivamente, aos países escandinavos, à Itália e à Suíça; o OQIV veio a ser reformado dividindo a quarta *Abteilung* numa nova quarta *Abteilung* e uma sétima *Abteilung*, ou seja, dividindo geograficamente os trabalhos da antiga quarta *Abteilung* em frente

¹³⁸ *Ibidem*, pgs. 26-28. As modificações que interessaram ao Estado-Maior alemão nesta altura e a viragem desta Instituição para uma orientação geográfica e já não funcional são indicativas de uma nova situação geopolítica europeia que surgiu na sequência da cessação das funções de Bismarck. Emerge na literatura sobre os Estados-Maiores que, conseqüentemente à queda de Bismarck, os delicados equilíbrios diplomáticos que permitiram os 20 anos de *pax germanica* na Europa caíram. Durante a chefia de Schlieffen, com a saída do isolamento diplomático da França e com o desenvolvimento das relações diplomáticas, económicas e militares entre esta última e a Rússia, começou a difundir-se entre os Oficiais de Estado-Maior a perspectiva de um retorno à tensão pré-bélica e à síndrome de cerco e de uma guerra que haveria visto a Alemanha dividida em duas frentes. Tendo, portanto, a perspectiva bélica voltado a dominar a política europeia, e sendo as frentes da eventual guerra razoavelmente claras aos militares alemães – ou seja Alemanha contra uma aliança franco-russa –, parece nítida, ou pelo menos plausível, a ligação entre esta nova perspectiva geopolítica e a passagem a uma orientação geográfica do Estado-Maior: o facto de que a guerra se tenha tornado uma opção bem mais possível dentro do contexto geopolítico europeu levou à reformulação da organização do Estado-Maior em prol de um aprofundamento dos planos de guerras e, portanto, a uma radicalização da perspectiva geográfica – testemunhada pela evolução da primeira *Abteilung* para um “departamento russo”. A ausência de fontes sobre a estruturação interna das *Abteilungen* é um *vulnus* importante nesta perspectiva, pois não é claro, por exemplo, como era estruturada a terceira *Abteilung* e, por exemplo, quantos Oficiais trabalhavam nas várias secções desta divisão. Assinala Stoeckel outrossim que a secção IIIb, a agência informativa do Estado-Maior, foi recolocada, passando do OQIII para a *Zentrale Abteilung*, portanto separando-se da dinâmica geográfica para ser associada ao departamento central da Instituição e ganhando uma perspectiva mais “funcional”. Todavia, é necessário sublinhar que esta passagem foi determinada pelo acolhimento da proposta do Chefe da segunda *Abteilung* Heeringen, proposta que sugeria esta passagem, mas também a divisão desta secção em departamentos relativos aos *Kriegstheater* para tornar mais eficiente a recolha e a distribuição das informações sobre os países estrangeiros, confirmando, assim, a perspectiva geográfica aqui descrita. Veja-se *idem*, pgs. 22, 28; Foley, Robert T., *Alfred von Schlieffen's Military Writings*, obra citada, pg. xxi; Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. VI, parágrafo 2.

¹³⁹ *Ibidem*. Veja-se também Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 4, BArch-MA, PH 3/124, pg. 28.

oriental e frente ocidental e pondo estas duas novas *Abteilungen* sob a responsabilidade de um *Oberquartiermeister*; os departamentos geográficos passaram a estar sob a responsabilidade de um *Generalquartiermeister* com funções e responsabilidades, na prática, de *Oberquartiermeister* mas com posto superior¹⁴⁰.

Em torno dos processos de mobilização, é útil aqui analisar dois documentos encontrados no arquivo militar de Friburgo em Brisgóvia e pertinentes em relação ao assunto. A primeira *entry* documental é constituída pelo plano de mobilização elaborado pelo Estado-Maior em 9 de outubro de 1913 para o ano seguinte e classificada de secreta; o documento, de 164 páginas mais os anexos, aborda até aos mais ínfimos detalhes todas as questões relativas à mobilização, a partir da ordem de mobilização, à definição das formações previstas na ordem de batalha do exército alemão, às preparações de cada corpo antes da mobilização – com referência sobretudo aos corpos técnicos como os telegrafistas –, à distribuição dos Oficiais nos vários corpos *et cetera*. A segunda *entry* é constituída por um conjunto de três memorandos que relatam esquematicamente o processo de mobilização, a concentração das tropas e a primeira fase da avançada para a fronteira francesa; o documento é anónimo e não se encontra datado, mas é provável que tenha sido composto sob a supervisão do OQI em 1914, uma vez que trata das preparações para a mobilização em caso de guerra contra a França em 1914-1915. Em primeiro lugar, o documento indica a quem as diretivas de concentração são dirigidas, ou seja, aos Comandos do exército, dos Corpos de Exército, aos comandantes da cavalaria, da *Landwehr* e aos Governadores de Metz e Estrasburgo; as diretivas são classificadas de *Streng Geheim* (estritamente secretas), algo atestado pelo facto de que os esquadrões de reconhecimento só podem receber informações oralmente. Depois de ter estabelecido que o Comando Geral seria colocado em Saarbrücken, o documento prossegue com as instruções gerais relativas ao desembarque das tropas, ao presídio das fronteiras, à recolha de informações sobre as linhas de comunicação, ao abastecimento das tropas e à logística. É sublinhado no documento que só seria permitido ultrapassar a fronteira francesa depois de uma ordem explícita do Comando Geral; este último é outrossim o destinatário de todos os eventos táticos relevantes. As diretivas estabeleciam também que o 8º Corpo de Exército devia ocupar o Luxemburgo logo depois da concentração. Seguiam no documento as indicações sobre a disposição dos Corpos de Exército alemão e, finalmente, suposições sobre a possível atitude francesa perante a disposição alemã: são indicados os locais através dos quais o exército francês poderia avançar – se ocuparia o Luxemburgo, avançaria ao longo do rio Mosa, atacaria a Lorena –, bem como a provável intensificação da atividade de reconhecimento aéreo e a tentativa de destruir as infraestruturas alemã perto da fronteira. Finalmente, o documento conclui-se com a possível ordem de

¹⁴⁰ Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 4, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 28-30. Com a disposição do Chefe de Estado-Maior de 5 de junho de 1896, eram estabelecidas as tarefas de responsabilidade do *Generalquartiermeister* e a distribuição dos trabalhos e resultados dos relevos.

batalha francesa, sublinhando, todavia, que as informações à disposição das autoridades militares alemãs não permitem ter a certeza sobre estas suposições¹⁴¹.

A distribuição das *Abteilungen* relativas aos teatros operacionais foi ulteriormente revista para harmonizar os *Oberquartiermeister* com a orientação geográfica das *Abteilungen*: com a disposição de Schlieffen de 27 de agosto de 1896 a nova organização prevista constava do OQII com a quinta e oitava *Abteilungen*, do OQIII com a primeira e a sétima *Abteilungen*¹⁴², tornando-se por conseguinte num quadro “oriental”, e o OQIV com a terceira e quarta *Abteilungen*¹⁴³, que acabavam por caracterizar este *Oberquartiermeister* como “ocidental”. Ao mesmo tempo, com a promoção do OQV Major-General Meckel ao comando de Brigada, o *Oberquartiermeister* histórico cessou as funções; para harmonizar melhor o trabalho de análise histórica e a publicação dos textos histórico-militares, a *Kriegsgeschichtliche Abteilung* foi dividida em duas *Abteilungen*, a *Kriegsgeschichtliche Abteilung I* (doravante abreviada em KAI), que elaborava as novas análises dos eventos bélicos para além da edição dos textos militares de Moltke, e a *Kriegsgeschichtliche Abteilung II* (doravante abreviada em KAI), que curava os textos relativos às guerras de Frederico II, o Grande, e geria a biblioteca e o arquivo históricos¹⁴⁴; as *Abteilungen* históricas não estavam integradas em nenhum OQ¹⁴⁵.

Uma modificação importante almejada pelo próprio Schlieffen diz respeito à distinção entre *Hauptetat* e *Nebenetat* e à extinção desta diferença. Em 24 de novembro de 1896 o Chefe de Estado-Maior comunicou ao Ministro da Guerra Goßler a sua intenção de abolir a denominação de “*Nebenetat des Großen Generalstabes*”; a razão desta proposta reside no facto de que no *Nebenetat* estavam presentes muitos Oficiais que não tinham uma qualificação e uma instrução como Oficiais de Estado-Maior – é o caso, por exemplo, dos departamentos técnicos –; encontrando-se uma parte importante dos Oficiais do *Nebenetat* sujeita a ser chamada à tropa ativa em caso de mobilização, as distinções entre os Oficiais de Estado-Maior e os Oficiais sem qualificação eram, de facto, anuladas, pois todos os Oficiais destinados à tropa ativa faziam parte do próprio *Nebenetat*. A extinção do *Nebenetat* permitia, desta feita, uma atribuição mais eficaz dos Oficiais de Estado-Maior à tropa ativa,

¹⁴¹ Em torno da primeira *entry* citada *supra*, veja-se *Mobilmachungsplan für das deutsche Heer vom 9. Oktober 1913*, BArch/MA, PrF 9114; em torno da segunda *entry* veja-se *Mobilmachungsvorbereitungen für das Mobilmachung-Jahr 1914/1915*, BArch/MA, PH 3/284.

¹⁴² A sétima *Abteilung*, mais especificadamente, tratava das fortificações russas e dinamarquesas; presumivelmente foi enquadrada com o *Kriegstheater* escandinavo para não sobrecarregar de trabalho o OQII. *Idem*, pg. 31.

¹⁴³ A quarta *Abteilung* era a responsável pelo estudo das fortificações francesas e belgas, para além de todas as questões gerais sobre as fortificações. Os planos, cartas, informativas e todos os materiais relativos a teatros de guerra diferentes do francês e do belga para o OQIV, e do russo e dinamarquês para os OQII e III, foram distribuídos nas diversas *Abteilungen* geográficas de referência. *Idem*, pgs. 31-32.

¹⁴⁴ Defende Görlitz que o retorno aos estudos das campanhas de Frederico II foram uma das consequências principais da situação geopolítica e militar europeia, na qual a aliança entre a França e a Rússia colocava a Alemanha num contexto em que se via cercada por exércitos numericamente superiores. Nesta situação crítica, o trabalho da KAI era orientado para a procura do *encouraging precedent*, nas palavras de Görlitz, ou seja, de campanhas que, num contexto de cerco semelhante à situação coeva alemã, tiveram um êxito positivo, *id est*, as próprias campanhas de Frederico II. Veja-se Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. VI, parágrafo 2.

¹⁴⁵ Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 4, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 30-31.

distinguindo entre a instrução dos vários Oficiais de modo a que fosse possível distinguir os Oficiais de Estado-Maior com qualificação e os Oficiais sem qualificação que, todavia, continuavam a estar destinados à tropa ativa com título de Oficial adido ou “à la suite”, mas com funções diferentes. O Ministro da Guerra e o Chefe do *Militärkabinett* aceitaram a proposta de Schlieffen; Goßler, em 17 de outubro de 1897, decretou a união do *Nebenetat* com o *Hauptetat* e a sua conseguinte extinção¹⁴⁶.

Uma ulterior modificação do Estado-Maior alemão ocorreu no compartimento ferroviário: em março-abril de 1899 a Brigada ferroviária foi separada do Estado-Maior e colocada sob a responsabilidade do Inspetorado das tropas de ligação (*Inspektion der Verkehrstruppen*); estando as atividades da Brigada ferroviária associadas a um Inspetorado externo, a *Eisenbahnsektion* foi extinta, pelo que somente a *Eisenbahn Abteilung* permaneceu sob a responsabilidade do Estado-Maior, desempenhando a função de organização e planificação do transporte ferroviário das tropas para os teatros operacionais¹⁴⁷.

Em setembro de 1899 foi disposta pelo Chefe de Estado-Maior uma reforma global das funções desempenhadas pelos OQ pois, como refere Stoeckel, o desempenho nas várias atividades dos OQ não foi reputado adequado às expetativas. Esta reforma estabeleceu a reunião das quarta e sétima *Abteilungen* num único compartimento sob a responsabilidade de um OQ; para além disso, a reforma extinguiu a oitava *Abteilung* e reuniu sob a responsabilidade de um único OQ – o segundo – todas as *Abteilungen* relativas aos países estrangeiros, destinando ao OQIII um novo âmbito de trabalho. Resumidamente, o OQI mantinha-se como o “departamento alemão” que tratava de mobilização, concentração, fortificações e caminhos de ferro; o OQII era responsável pelos *Kriegstheater* (primeira, terceira e quinta *Abteilung*), sendo os Oficiais da oitava *Abteilung* redistribuídos entre as outras três *Abteilungen*; o OQIII era responsável pelo serviço de Estado-Maior (*Generalstabdienst*) em paz e em guerra, pelas questões relativas à *Kriegsakademie*, pelas viagens dos Estados-Maiores a nível de Corpo de Exército (*Korpsgeneralstabsreisen*), pelo estudo das operações *et cetera*; o OQIV tratava dos assuntos relativos às fortificações estrangeiras, sendo os trabalhos relativos à frente ocidental delegados à quarta *Abteilung* e aqueles relativos à frente oriental, à sétima; finalmente, a sexta *Abteilung* continuava a ocupar-se das manobras¹⁴⁸.

¹⁴⁶ *Idem*, pgs. 32-33.

¹⁴⁷ *Ibidem*.

¹⁴⁸ *Idem*, pgs. 33-35. É opinião de quem escreve que esta reforma dos âmbitos de trabalho e de organização do Estado-Maior tentou mediar a perspetiva geográfica e a perspetiva funcional do Estado-Maior alemão; a especificação das funções sob a responsabilidade dos vários OQ determina uma viragem para a perspetiva funcional, pois para além do OQI, que tratava unicamente da Alemanha mas que pode ser entendido como um departamento relativo à preparação para a guerra do Império dos Hohenzollern, o OQII geria todos os trabalhos relativos aos países estrangeiros, o OQIII era responsável pelas atividades de instrução dos Oficiais de Estado-Maior desde a Academia até ao serviço dentro da Instituição e o OQIV era responsável pelo estudo das fortificações. A estruturação interna dos OQ seguia, pelo contrário, uma estrutura geográfica. Deste ponto de vista, as duas perspetivas propostas, a geográfica e a funcional, acabam por ser sintetizadas num único quadro organizativo do Estado-Maior, quadro pelo qual o enquadramento superior das atividades – gerido pelos OQ – é orientado funcionalmente; o enquadramento inferior, ou seja, a estruturação dos diversos OQ, é pelo contrário orientado geograficamente, normalmente em frente interna-alemã, frente estrangeira-oriental e frente estrangeira-ocidental.

A reforma dos OQ continuou na vertente da estruturação interna com a fusão da primeira e quinta *Abteilungen* numa única *Abteilung* geográfica relativa à Europa oriental e centro-meridional; assim, o OQII geria, a partir de 1 de abril de 1900, somente duas *Abteilungen*, a primeira, como dito *supra* relativa à frente oriental e à frente suíça e italiana, e a terceira, relativa à frente ocidental. Contudo, esta nova organização durou pouco mais do que alguns meses: em julho de 1900, provavelmente por iniciativa imperial, veio a ser instituída uma nova *Abteilung*, a nona, que incluía a frente suíça e italiana; nos primeiros dias de agosto do mesmo ano, esta *Abteilung* foi ampliada, passando a incluir o teatro operacional relativo ao Império Austro-Húngaro; o Chefe da nona *Abteilung* era o Tenente-Coronel von Jacobi, *Flügeladjutant* do *Kaiser*: o facto de que, informalmente, a nona *Abteilung* fosse conhecida como “Abteilung von Jacobi”, dá conta do papel crucial desempenhado por Jacobi na criação desta *Abteilung*. Para além disto, o OQIII veio a ser reorganizado em duas *Abteilungen*, as novas quinta e a oitava *Abteilungen*, que tratavam das operações e das atividades invernais no que diz respeito à quinta *Abteilung*, da *Kriegsakademie* e das prescrições em relação ao serviço de Estado-Maior no que diz respeito à oitava *Abteilung*; estes dois departamentos trabalhavam juntos sob a direção do OQIII, ocupando-se das viagens de Estado-Maior dos Corpos de Exército e do serviço de Estado-Maior em guerra e em paz¹⁴⁹. Finalmente, a projeção colonial alemã, parte da *Weltmachtspolitik* de Guilherme II, levou à criação de uma nova subsecção, dentro da terceira *Abteilung*, relativa às questões militares do Sudoeste Africano Alemão (*Deutsch-Südwestafrika*); o resultado da instituição desta secção foi a inclusão das questões militares coloniais no âmbito de interesse do Estado-Maior¹⁵⁰.

O principal legado de Schlieffen, como é sabido, é o plano que estará na base das operações alemãs nas primeiras fases da Grande Guerra; pode-se dizer que as modificações na organização do Estado-Maior realizadas por Schlieffen apontavam para a racionalização das atividades realizadas pelo Estado-Maior em prol da atuação do plano em caso de deflagração da guerra contra a França, evento que, como dito *supra*, era considerado inevitável pela chefia militar e política alemã. O Plano Schlieffen, em alemão *Aufmarsch I* (literalmente “Disposição I”), modificado sucessivamente pelo Chefe de Estado-Maior Moltke, o Jovem, será considerado em relação às atividades desenvolvidas pelo Estado-Maior *ultra*¹⁵¹.

Em agosto de 1905, no meio das tensões geradas pela Crise de Tânger, uma queda de cavalo forçou o Chefe de Estado-Maior Schlieffen – naquele momento com 72 anos de idade – a pedir a reforma ao *Kaiser*. No dia 1 de janeiro de 1906 foi nomeado sucessor no posto de *Chef des Großen Generalstabes der Armee* Helmuth Johann Ludwig von Moltke, mais conhecido como Moltke, o Jovem, sobrinho do antigo Chefe de Estado-Maior Helmuth von Moltke, o Velho¹⁵². A escolha de Moltke foi controversa,

¹⁴⁹ *Idem*, pgs. 35-36.

¹⁵⁰ *Idem*, pgs. 36-37.

¹⁵¹ É de mencionar o facto de que Stoeckel, na sua obra, nem sequer aluda ao Plano Schlieffen.

¹⁵² Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pg. 139, 148-149. Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. VI, parágrafo 7 e cap. VII, parágrafo I.

uma vez que existiam outros candidatos competentes que ambicionavam o posto de Chefe de Estado-Maior; a literatura sugere que o renome do tio de Moltke, o Jovem, poderá ter sido um fator determinante para a sua escolha; contudo, existem dois outros fatores que, na opinião de quem escreve, poderão ter sido mais importantes do que o apelido do novo Chefe de Estado-Maior: em primeiro lugar, Moltke era desde 1904 *Generalquartiermeister* dentro do Estado-Maior – e, conseqüentemente, vice Chefe de Estado-Maior – com responsabilidade sobre o OQI e, a partir de 1905, deixou este cargo assumindo a responsabilidade do OQII: noutros termos, não só Moltke tinha um posição de destaque dentro do Estado-Maior, como era igualmente responsável pelos quadros superiores provavelmente mais importantes do inteiro Estado-Maior, como dito o OQI – a “secção alemã” – e o OQII – os *Kriegstheater* –¹⁵³; em segundo lugar, sublinha a literatura à disposição que Moltke era muito amigo do *Kaiser* Guilherme II, pelo que a sua nomeação poderá ter sido determinada pela relação de confiança entre o Comandante Supremo das forças armadas alemãs e o novo Chefe de Estado-Maior¹⁵⁴.

Sustenta Stoeckel que durante os oito anos em que Moltke, o Jovem, conduziu o Estado-Maior alemão, antes da deflagração da Grande Guerra, não houve modificações de relevo na estrutura estabelecida por Waldersee e Schlieffen da Instituição aqui considerada, nem tampouco os axiomas político-estratégicos estabelecidos pelo seu predecessor foram alterados. Um documento de dezembro de 1912, elaborado a partir da *Sektion IIIb* e sob a direta supervisão do Chefe de Estado-Maior Moltke, confirma este ponto de vista; para além disto, este documento é de interesse pois mostra alguns elementos do debate político na Alemanha em torno do ampliamto do seu aparelho militar: em primeiro lugar, não obstante o âmbito político alemão ter a noção nítida da superioridade militar franco-russa em comparação com a Alemanha, qualquer reforma para a ampliação do tamanho do exército alemão não foi implementada. Esta inação por parte alemã foi determinada por considerações de natureza militar sobretudo sobre a Rússia, que em termos gerais era ainda considerada não completamente eficiente depois da derrota com o Japão; para além disto, confiava-se também que o Império dos Romanov teria sido constringido a dividir o seu exército nas diversas frentes com a Alemanha, Áustria, Romênia e Turquia e conseqüentemente a limitar o seu esforço bélico contra a Alemanha. Contudo, a partir de 1912, este contexto político-militar muda: não só a Rússia tinha recuperado do seu atraso devido à guerra na Manchúria, mas também a França continuava no seu processo de modernização do exército, e a Bélgica estava reformando o seu exército antevendo o evento bélico; o apoio da Itália à Alemanha em caso de guerra era julgado pouco efetivo por causa das

¹⁵³ Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 4, BArch-MA, PH 3/124, pg. 37.

¹⁵⁴ Dupuy afirma que Schlieffen foi alvo de pressões por parte do *Kaiser* Guilherme II para integrar Moltke no Estado-Maior, não obstante a falta de experiência deste nos quadros inferiores e médios da Instituição; esta situação é testemunha outrossim da ligação especial entre o *Kaiser* e Moltke e, sustenta Dupuy, pode ter sido a consequência da vontade do *Kaiser* de emular o seu avô Guilherme I que, como descrito *supra*, escolheu Moltke, o Velho, para a chefia do Estado-Maior, escolha que contribuiu de forma clara para o êxito do processo de unificação da Alemanha. Veja-se Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 148-149.

condições especiais da frente alpina, para além de não se ter a certeza de uma intervenção italiana ao lado da Tríplice Aliança; finalmente, se pelo lado da *Entente* o crescimento dos investimentos militares e do tamanho dos exércitos eram evidentes, as fraquezas e as incertezas – sobretudo políticas – da Tríplice Aliança emergiam com força. Neste sentido, era avançada a proposta de aumentar os efetivos do exército alemão, o que na prática se traduziria na adição de mais um Exército e de um Corpo de Exército, de forma a que a diferença quantitativa entre o exército austro-alemão e o franco-russo fosse nivelada antes do primeiro semestre de 1915¹⁵⁵.

Para além de uma maior centralização das questões relativas às fortificações, determinada pela passagem dos trabalhos relativos às fortificações alemãs do OQI à quarta *Abteilung*, nos primeiros três anos da chefia de Moltke o debate em torno do desenvolvimento interno do Estado-Maior foi monopolizado pela questão da *Sektion Technik* (secção técnica)¹⁵⁶.

O debate em torno da instituição de uma secção que tratasse dos assuntos técnicos surgiu devido ao escasso desempenho dos serviços técnicos do Estado-Maior alemão, que até àquele momento se encontravam divididos entre as diversas *Abteilungen*. Este debate começou no outono de 1906, quando o Chefe da quarta *Abteilung* endereçou uma comunicação ao Ministro da Guerra relativa à utilização de aviões e camiões por parte do exército francês durante um exercício de cerco em Langres, comunicação que deixava transparecer a total ausência de informação sobre o assunto por parte da terceira *Abteilung*. A fragmentação dos serviços técnicos e a escassa fluidez da passagem e partilha de informações sobre este assunto induziu, portanto, o Chefe da quarta *Abteilung* a propor a centralização sob a sua responsabilidade de todos os serviços técnicos, *id est*, caminhos de ferro, unidades mecanizadas como automóveis e camiões, corpo de pioneiros-pontoneiros, zepelins e aviões, unidade de comunicação – dos heliógrafos, à telegrafia e aos pombos-correios – *et cetera* mais a gestão direta da artilharia pesada; as razões apresentadas pelo Chefe da quarta *Abteilung* eram simples: a sua *Abteilung* era já composta por pessoal com uma instrução técnica e a gestão da artilharia pesada coadunava-se perfeitamente, em termos funcionais, às tarefas do departamento das fortificações.

Esta proposta foi logo recusada pelo Chefe da terceira *Abteilung*, que considerava inoportuno separar as questões relativas aos serviços técnicos dos *Kriegstheater*, pois julgava que os serviços técnicos seriam mais funcionais nos departamentos que tratavam das operações, e não da guerra de cerco. A partir de uma proposta da *Zentrale Abteilung*, o Chefe de Estado-Maior propôs uma solução

¹⁵⁵ Veja-se *Denkschrift über die militärpolitische Lage und die sich aus ihr ergebenden Forderungen für weitere Ausgestaltung der deutschen Wehrkraft*, BArch/MA, PH 3/445. Veja-se também *Die militär-politische Lage Deutschlands Ende November 1911* e o anexos 6,7 e 9 de *Die Kriegsrüstungen Deutschlands, Österreich-Ungarns und der feindlichen Staaten.- Denkschriften des Großen Generalstabs*, BArch/MA, PH 3/125.

¹⁵⁶ *Technik* significa literalmente “técnica”, sem referências diretas às questões militares. Contudo, dado que em Stoeckel aparece como termo isolado em virtude da ligação explicitadas pelo próprio autor alemão com as próprias questões técnicas e tecnológicas relativas ao exército, aqui será traduzido como “armas técnicas”. Nos casos em que o termo é associado ao quadro organizativo do Estado-Maior *Sektion*, será traduzido como Secção Técnica. *Idem*, pgs. 37-38. Sobre o interesse nas armas técnicas posto por Schlieffen e Moltke, o Jovem, veja-se também Görllitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. VI, parágrafo 8 e cap. VII, parágrafo 1.

de compromisso de acordo com a qual os serviços técnicos ficariam divididos entre os relativos às operações e os relativos às fortificações, sendo os primeiros atribuídos à terceira *Abteilung* e os segundos, acrescidos pela gestão da artilharia pesada, atribuídos à quarta *Abteilung*. Não é este o lugar para analisar detalhadamente o debate em torno da instituição da Secção Técnica; existe, todavia, um aspeto interessante pelo qual foi considerado necessário apresentar o debate que caracterizou a fase antecedente à criação da Secção Técnica: a solução encontrada pelo Chefe de Estado-Maior a respeito da criação e atribuição da responsabilidade da *Sektion Technik* foi o resultado de uma ampla consultação entre o próprio Moltke e a *Zentrale Abteilung*, as *Abteilungen* envolvidas diretamente na questão – especificamente, a primeira, segunda, terceira, quarta e nona *Abteilungen* – e o OQI e OQII, consultação que previu a apresentação de memorandos, perícias técnicas e opiniões oficiais por parte dos Chefes de *Abteilung* em representação das *Abteilungen* como se estas fossem unidades orgânicas; esta consultação pode, portanto, ser considerada prova de que a condução das atividades do Estado-Maior não era estritamente vertical e concentrada nas mãos do Chefe da Instituição, tomando, antes, em consideração o meio da concertação entre as diversas unidades como possível forma de resolver as questões de organização interna da Instituição. Neste sentido, o papel desempenhado pela *Zentrale Abteilung* foi fundamental.

Finalmente, o debate em torno da instituição de uma Secção Técnica concluiu-se com uma disposição do Chefe de Estado-Maior de 28 de janeiro de 1908, um ano e meio depois dos relevos da quarta *Abteilung* em torno do uso de aviões e camiões por parte do exército francês na exercitação de Langres, com a definitiva instituição da *Sektion Technik*: das tarefas da Secção constavam o estudo e desenvolvimento das armas técnicas na Alemanha, a atualização dos modelos e o desenvolvimento do emprego dos novos recursos tecnológicos; um outro aspeto importante era a constante comparação das armas técnicas alemãs com as estrangeiras, para não conceder aos exércitos estrangeiros uma vantagem tecnológica que se poderia tornar num *vulnus* grave durante o decorrer das operações. Em prol dos estudos e para atualizar as informações relativas às armas técnicas, era estabelecido na disposição que a Secção Técnica deveria utilizar os materiais já à disposição do OQI. As mesmas atividades de estudo e conhecimento eram destinadas também aos exércitos estrangeiros: neste caso, os materiais à disposição da Secção estavam presentes nos arquivos da Secção IIIb; a mesma secção informativa constituía-se como fonte principal de informações sobre os avanços tecnológicos dos outros países. Por último, a Secção Técnica veio a ser estruturada como secção e não como *Abteilung* independente por razões orçamentais, sendo associada inicialmente à quarta *Abteilung* e, no dia 20 de agosto de 1908, à segunda *Abteilung* sob a direta supervisão do OQI¹⁵⁷.

O rápido desenvolvimento das fortificações na Bélgica e nos Países Baixos, para além do reforço das obras defensivas na fronteira norte-oriental da França, estiveram na origem da criação de uma secção específica dentro da *Abteilung* cartográfica do Estado-Maior para o estudo e a elaboração de

¹⁵⁷ Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 4, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 37-47.

planos de assalto contra estas estruturas de defesa. Esta secção, inicialmente chamada *Sektion Vd*, passou a ser enquadrada no OQIV com a quarta e a sétima *Abteilungen*, tendo sido posteriormente renomeada *Sektion IVa* com a disposição do Chefe de Estado-Maior de 2 de dezembro de 1908¹⁵⁸.

No dia 1 de dezembro de 1910 teve lugar a última reorganização geral do Estado-Maior antes da guerra, tendo entrado em vigor a disposição do Chefe de Estado-Maior de 24 de novembro do mesmo ano. Esta disposição previa a passagem da quarta e sétima *Abteilungen* do OQIV ao OQI, portanto centralizando as questões das fortificações estrangeiras no “departamento alemão”; o OQII tornava-se um “departamento ocidental”, reunindo em si a terceira e a nona *Abteilungen*; o OQIV passava a ser o “departamento oriental” especular ao OQII e deixava de estar ligado às questões das fortificações, contemplando em si a primeira e a décima *Abteilungen*, sendo esta última recentemente instituída; as *Abteilungen* relativas aos *Kriegstheater* encontravam-se organizadas desta forma: a terceira era relativa à França¹⁵⁹ e à Inglaterra, incluindo as colónias de ambas as potências; a nona era relativa à Itália, à Suíça, à Bélgica, aos Países Baixos, à Espanha, a Portugal, aos Estados- Unidos, às colónias estabelecidas por estes países e às colónias alemãs; a primeira *Abteilung* dizia respeito à Rússia, ao Império Otomano e aos países asiáticos; por fim, a décima *Abteilung* era relativa ao Império Austro-Húngaro e aos países balcânicos¹⁶⁰.

Para além desta reorganização, é necessário assinalar algumas variações secundárias nos quadros do Estado-Maior alemão antes da deflagração da Primeira Guerra Mundial. Em primeiro lugar, a evolução dos meios técnicos e da tecnologia nos transportes instigou a instituição de um *Sektion Ia*,

¹⁵⁸ *Idem*, pgs. 47-49.

¹⁵⁹ Existe um documento de interesse referente ao trabalho da secção francesa da terceira *Abteilung*; este documento relata a organização do exército francês, sobretudo da artilharia, descrevendo, por exemplo, quantos canhões existiam por Corpo de Exército, que tipo de canhões e de que forma eram utilizados durante os combates ofensivos e defensivos. Veja-se *Die französische Armee – Studien*, BArch/MA, PH 3/392. Para além deste documento, um outro aspeto dos trabalhos da terceira *Abteilung* é constituído pela análise das manobras do exército francês de 1910; é possível que uma parte substancial das informações referidas neste documento fossem uma elaboração de notícias proporcionadas pelos departamentos informativos, visto que no documento existem mapas destes exercícios militares: veja-se *Die französischen Armeemanöver mit Karten*, BArch/MA, PH 3/406.

¹⁶⁰ *Idem*, pgs. 49-50. Foi encontrado um documento muito interessante da autoria da décima *Abteilung* relativo à Grécia em 1913; o documento é de interesse na medida em que resume os dados principais que dizem respeito ao país helénico em termos de população, *framework* socioeconómico e, naturalmente, âmbito militar: o documento em questão é igualmente de interesse pois demonstra o tipo de trabalho realizado pelos *Kriegstheater* em relação aos países mais pequenos do teatro europeu. Para além dos dados que dão conta do tamanho territorial da Grécia e do número de habitantes, o documento expressa a opinião dos seus autores sobre os soldados helénicos, “*ausdauernd, genügsam aber unordentlich*” (“tenazes, modestos, mas desorganizados”, tradução da minha autoria). Alguns dos dados relevantes referidos no documento são os quilómetros de ferrovias na Grécia, o valor do PIB e a percentagem destinada ao exército e à marinha. É em seguida descrita a organização do exército, os seus efetivos, a sua evolução a partir da guerra grego-turca de 1897 e os armamentos à disposição. Finalmente, é salientada no documento a colaboração entre os gregos e os franceses em prol da modernização do aparelho militar helénico. Veja-se *Ägypten und Griechenland.- Orientierungsblätter aus den Jahren 1910 und 1913*, BArch/MA, PH 3/132. Um outro documento, muito semelhante em termos formais ao aqui descrito, trata em termos mais gerais da península balcânica e sobretudo do seu âmbito geográfico e étnico: veja-se *Militär-Geographie der Balkanhalbinsel*, BArch/MA, PH 3/389; o modelo formal utilizado nestas sínteses sobre os aparelhos militares estrangeiros era usado, com poucas variações, também para a análise de outros países por parte de outras *Abteilungen*; por exemplo, veja-se o conjunto documental *Das Militär von Rußland, Persien, Balkanstaaten, Skandinavien, Japan und China.- Jahresberichte*, BArch/MA, PH 3/421-423.

sob a responsabilidade direta do Chefe de Estado-Maior, para a harmonização das comunicações entre a tropa e as unidades de transporte; em 19 de fevereiro de 1913 as quarta e sétima *Abteilungen* foram unidas numa única *Abteilung*, sendo esta classificada como quarta *Abteilung* e sendo a sétima dissolvida; a KAI foi separada da KAI, permanecendo a primeira sob a responsabilidade do OQV, ao contrário da segunda que passava estar sob a alçada direta do Chefe de Estado-Maior; finalmente, um elemento de interesse que diz respeito à estrutura do Estado-Maior alemão foi a instituição de secções temporárias que se dedicavam à recolha de informações em torno dos eventos bélicos que deflagraram nos anos antecedentes à Primeira Guerra Mundial: no relato de Stoeckel, a primeira instituição da secção informativa chamada *Sektion IVk* foi realizada para efetuar relevos sobre as operações da guerra italo-turca em 1911-1912; a mesma secção conduziu os relevos relativos às Guerras Balcânicas em 1912-1913, tendo sido extinta cada vez que as hostilidades se encontravam concluídas. Não obstante a deflagração da Primeira Guerra Mundial (*Unmittelbar vor Ausbruch des Weltkrieges*), a mesma estrutura viria a ser utilizada para recolher informações sobre as relações entre o Império Austro-Húngaro e a Sérvia¹⁶¹.

4. O PLANO SCHLIEFFEN.

Como referido *supra*, o principal legado de Schlieffen no papel de chefe de Estado-Maior do Exército foi o plano militar seu homónimo, ou seja, o plano Plano Schlieffen, em alemão *Aufmarsch I*. No que diz respeito à presente tese, este plano e as suas subsequentes variações introduzidas por Moltke, o Jovem, constituem o ponto de chegada das atividades da Instituição aqui analisada e, consoante os princípios teórico-metodológicos expostos *supra*, podem ser considerados os elementos que maioritariamente conferem significado à Instituição aqui tratada.

Afirma Foley que

*While training his subordinates was a crucial function of Schlieffen's role as Chief of the Great General Staff, planning for any future war had been the raison d'être of the General Staff since Gerhard von Scharnhorst had presided over the first beginnings of the modern General Staff in the early nineteenth century.*¹⁶²

Como foi descrito *supra*, com o colapso do sistema diplomático bismarckeano e a formação de uma aliança entre a França e a Rússia, a preparação de planos militares que previssem uma guerra na qual o exército alemão devia dividir-se em duas frentes tornou-se uma questão de importância vital para o aparelho político e militar alemão. Cada ano, o Estado-Maior alemão preparava planos de

¹⁶¹ Major a.D. Stoeckel, *Die Organisation des Großen Generalstabs*, vol. 4, BArch-MA, PH 3/124, pgs. 50-57. Sobre o tipo de trabalho realizado pela *Sektion IVk*, veja-se o conjunto de documentos da autoria desta secção e classificados de *Streng Geheim* que relata das ordens de mobilização, a sua realização e disposição das tropas em Rússia, França, Sérvia e Áustria entre o dia 27 de julho e 31 de julho de 1914 presente em BArch/MA, PH 3/53.

¹⁶² Foley, Robert T., *Alfred von Schlieffen's Military Writings*, obra citada, pg. 143.

disposição das tropas em caso de evento bélico – era a tarefa principal da secção relativa à disposição de tropas da segunda *Abteilung*, sob a responsabilidade do OQI – e estes planos eram visivelmente orientados pelos axiomas estratégicos determinados pelo Chefe de Estado-Maior¹⁶³; o protagonismo do Chefe de Estado-Maior neste âmbito de trabalho, portanto, é evidente: ele é a autoridade que define os axiomas contextuais do trabalho da inteira Instituição e que acaba por sintetizar as contribuições de cada *Abteilung* ou secção que interveio na criação de um plano militar. No que diz respeito ao estabelecimento do plano *Aufmarsch I*, os axiomas contextuais definidos por Schlieffen eram em parte políticos e em parte militares: a nível político, a intervenção da Rússia ao lado da França era considerada ineludível e implicava, em termos de consequências militares, a deflagração de uma guerra em duas frentes; pelo lado militar, os exércitos francês e russo eram numericamente superiores ao alemão ou à soma dos efetivos militares da Tríplice Aliança entre Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália¹⁶⁴; entre França e Rússia o adversário mais preparado e perigoso era sem dúvida a França e, finalmente, ambos os países podiam contar com importantes obras defensivas que presidiavam as fronteiras. Quando este contexto político-militar começou a tomar forma na década de 80 do século XIX, Moltke, o Velho, elaborou um plano que previa uma estratégia “mista” de contenção do exército francês com uma defesa flexível e a concentração das tropas alemãs na frente oriental para enfrentar o exército russo, considerado bem menos resiliente do que o francês; depois da vitória frente aos russos com o apoio austríaco, o exército alemão podia concentrar-se de novo na frente ocidental para atacar em massa o exército francês. Esta visão estratégica foi modificada por Schlieffen, que pôs o foco da estratégia alemã sobre a França em caso de evento bélico: as razões aduzidas pelo Chefe de Estado-Maior eram a maior rapidez de mobilização e concentração das forças francesas¹⁶⁵, o maior perigo que elas constituíam, bem como as dificuldades estratégicas e operacionais para obter em pouco tempo uma vitória definitiva contra o Império russo, pois a extensão do território russo e o enorme número de efetivos recrutáveis naquele país podia permitir ao Império dos Romanov aplicar uma estratégia dilatatória a que o *Reich* alemão não poderia fazer frente. Pelo

¹⁶³ Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. VI, parágrafo 8 e cap. VI, parágrafo 3.

¹⁶⁴ Apesar de tudo, há anos que era já claro que a Itália não participaria na guerra ao lado da Alemanha e da Áustria. No que diz respeito ao contexto político dentro do qual deflagrou a Grande Guerra, tenha-se em consideração um conjunto de documentos compostos poucos anos antes da guerra e agrupados em 1919 com o título *Die Kriegsrüstungen Deutschlands, Österreich-Ungarns und der feindlichen*; apesar das intenções dos autores serem claramente apologéticas relativamente ao Império alemão – o que deixa igualmente dúvidas sobre o momento da composição destes documentos, podendo este ter ocorrido inclusivamente depois da guerra –, o documento oferece informações interessantes sobre a situação política antes da guerra e as consequências políticas da violação da neutralidade belga: resumindo, os autores referem que, em caso de guerra, os Impérios alemão e austro-húngaro deveriam combater pela sua sobrevivência, ao contrário dos outros países – salvo a França – que iriam combater somente por razões políticas não determinantes como as alemãs. Veja-se *Die Kriegsrüstungen Deutschlands, Österreich-Ungarns und der feindlichen Staaten – Denkschriften des Großen Generalstabes*, BArch/MA, PH 3/125, sobretudo o anexo 6.

¹⁶⁵ A questão do tempo de mobilização era central na formulação do plano e, em geral, um elemento fundamental nas análises do Estado-Maior, sobretudo do OQI. O documento *Allgemeine und geheime Bestimmungen über Mobilmachungsangelegenheiten* (“Disposições gerais e segredas sobre as questões relativas à mobilização”, tradução minha) mostra alguns elementos de interesse em torno do processo de mobilização alemão e sobre os exercícios de mobilização francesa e russa. Veja-se *Allgemeine und geheime Bestimmungen über Mobilmachungsangelegenheiten*, BArch/MA, PH 3/444.

contrário, se o exército alemão conseguisse obter uma rápida e decisiva vitória contra os franceses, teria podido deslocar através do seu superior sistema ferroviário a maior parte dos Corpos de Exército da frente ocidental para a frente oriental, começando, assim, a invasão da Rússia antes que esta última tivesse acabado a sua mobilização. Esta perspectiva estratégica veio a ser reificada já em 1893, pois o *Aufmarschplan* (plano de disposição) daquele ano previa a disposição de três quartos das tropas ativas alemãs na frente ocidental em vez da frente oriental, ao contrário dos pressupostos estratégicos estabelecidos durante as chefias de Moltke, o Velho, e de Waldersee¹⁶⁶.

Tendo estabelecido que o principal alvo da ofensiva alemã em caso de guerra deveria ser a França, Schlieffen passou à análise dos prós e contras desta escolha estratégica: o primeiro e principal problema da frente francesa eram, como dito *supra*, as estruturas defensivas junto à fronteira alsaciana; estas fortificações, para além de constituírem um obstáculo importante para um avanço rápido, reduziam substancialmente a capacidade de manobra do exército, permitindo, de facto, somente duas soluções operacionais, que tampouco garantiam a celeridade das operações: passar por uma estreita faixa de território ao norte de Verdun para evitar as fortificações francesas e cercar o saliente lorenês, ou atacar frontalmente o aparelho defensivo francês. O elemento operacional dirimente em relação a estas duas perspectivas era, na visão de Schlieffen, a atitude francesa perante a deflagração do evento bélico. Por outras palavras, se os líderes militares franceses assumissem uma atitude ofensiva atacando a Alsácia-Lorena logo depois da conclusão da concentração ou se, pelo contrário, mantivessem uma atitude defensiva, concentrando o exército na linha fortificada Verdun-Belfort. Schlieffen considerou que os franceses não teriam atacado as linhas alemãs, ao contrário do que supunham Moltke e Waldersee: sendo o objetivo principal de Schlieffen obter uma vitória decisiva no menor tempo possível, independentemente desta perspectiva, ou seja, independentemente de os franceses terem assumido uma atitude defensiva ou ofensiva, a perspectiva final do Chefe de Estado-Maior traduziu-se numa atitude ofensiva para com os franceses, mantendo, assim, a iniciativa tática.

As duas soluções operacionais acima descritas apresentavam então diversos *vulnera* que podiam impedir o êxito das operações: em primeiro lugar, o ataque frontal contra o aparelho defensivo francês era extremamente complicado, podia ser muito custoso – sobretudo em termos de vidas humanas – e, portanto, não dava as garantias de rapidez que, na perspectiva de Schlieffen eram dirimentes¹⁶⁷. Tendo considerado a perspectiva do assalto frontal demasiado perigosa – e tendo o plano recebido muitas críticas por parte de vários Oficiais superiores do exército e do Estado-Maior, entre os quais o

¹⁶⁶ Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 130-131. Em torno das possibilidades operacionais que podiam ser escolhidas por Schlieffen, a história e a evolução do seu plano, veja-se Zuber, Terence, *The Schlieffen Plan Reconsidered*, War in History, vol. 6, III, 1999, pgs. 262-305. O artigo de Zuber desencadeou um amplo debate em torno do Plano Schlieffen; seja suficiente aqui citar a interpretação de Holmes, Terence H., *Absolute Numbers: The Schlieffen Plan as a Critique of German Strategy*, War in History, vol 21, II, 2014, pgs. 193-213, e Groß, Gerhard P., *There Was a Schlieffen Plan: New Sources on the History of German Military Planning*, War in History, vol. 15, IV, 2008, pgs. 389-431.

¹⁶⁷ Relata Foley que, depois de ter sabido que Schlieffen pensava na possibilidade de atacar frontalmente o aparelho defensivo francês, Waldersee escreveu no seu diário: “*We are doing exactly what the French have hoped and prepared for*”. Foley, Robert T., *Alfred von Schlieffen's Military Writings*, obra citada, pg. 147.

Oberquartiermeister Ernst Köpke –, o Chefe de Estado-Maior optou por retomar a hipótese de uma avançada sobre o rio Mosa a norte de Verdun, posição que era considerada pouco presidida pelas tropas francesas e, por conseguinte, mais fácil de conquistar. Neste caso, todavia, o problema principal era o espaço à disposição das tropas para as manobras, pois o território era demasiado pequeno para os movimentos de exércitos de grandes dimensões. Nestas condições, tornava-se necessário realizar manobras para ultrapassar Verdun dentro dos territórios belga e luxemburguês: a partir de 1897, a possibilidade de violar a neutralidade belga – neutralidade que via a Alemanha desempenhar o papel de fiador – tornou-se uma hipótese viável¹⁶⁸.

Já em 1898, contudo, as hipóteses operacionais de Schlieffen mudaram, passando da perspetiva que encarava o exército francês com uma atitude defensiva, disposto ao longo do aparelho de fortificações na linha Verdun-Belfort, à que via o exército francês protagonizar uma ofensiva através do Luxemburgo e da Valónia, tirando vantagem do prolongado tempo necessário ao exército alemão para concluir a mobilização e concentração das tropas. Os planos delineados por Schlieffen naquele ano – que, contudo, não excluía a hipótese de ataque aos franceses, caso estes últimos não tivessem optado por manter uma atitude ofensiva – foram estabelecidos a partir das informações que o Estado-Maior tinha recebido dos seus agentes em França; no dia 1 de Abril de 1898 o adido militar alemão em Paris conseguiu enviar à *Sektion IIIb* um esboço do *Plan XIV* francês, plano que indicava os locais ao longo da fronteira alemã onde os Corpos de Exército franceses teriam sido dispostos, e que sugeria a possibilidade de uma ação ofensiva francesa; contudo, do ponto de vista de Schlieffen, caso esta ofensiva não tivesse tido lugar, o *Plan XIV* francês indicava onde o exército alemão teria podido atacar os franceses de modo a alcançar a rápida vitória desejada pelo seu Chefe de Estado-Maior, *id est*, o lado esquerdo da linha francesas entre Verdun e a Valónia. As informações enviadas pelo adido militar em Paris acabarão por ser o contexto principal a partir do qual o Plano Schlieffen virá a ser estabelecido.

Finalmente, no último ano de Schlieffen como Chefe de Estado-Maior foi estabelecido o plano que previa a circunvalação das formações francesas na Lorena através do Luxemburgo e da Bélgica. Todavia, é necessário sublinhar que os planos estabelecidos por Schlieffen – assim como pelos seus predecessores – eram planos considerados válidos somente no caso em que um evento bélico tivesse deflagrado no ano seguinte: o plano *Aufmarsch I*, estruturado em 1905-1906, portanto, tinha uma

¹⁶⁸ A questão da violação da neutralidade belga demonstra, mais uma vez, a cada vez mais nítida separação da perspetiva política dos assuntos militares. Foley, descrevendo Schlieffen no seu papel de militar, define-o como “*not a profound thinker but a technocrat*”, definição compartilhada por quem escreve, pois, no que à questão belga diz respeito, o Chefe de Estado-Maior alemão não se importava muito com as eventuais consequências políticas da violação da neutralidade daquele país – consequências que, como é sabido, determinaram a entrada no primeiro conflito mundial do Reino Unido, alargando assim a frente antialemã – mas via nesta agressão um “mal necessário” para o êxito das operações em prol da vitória final no conflito; para mais, Schlieffen pensava ainda que os próprios franceses poderiam ter violado a neutralidade belga para atacar a frente alemã, ameaçando assim o cerco das linhas alemãs na Alsácia-Lorena e apontando para as estrategicamente relevantes áreas industriais do vale do Ruhr. Veja-se *idem*, pgs. ix, 143-151; Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pgs. 134-135; Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. VI, parágrafo 8 e cap. VI, parágrafos 2-3.

perspetiva de aplicabilidade válida só em 1906-1907, ano em que o Chefe de Estado-Maior, Moltke, o Jovem, teria elaborado um plano atualizado e adaptado ao contexto geopolítico e militar coevo. Neste sentido, a formulação conclusiva do Plano Schlieffen dependia muito das informações recebidas pelos departamentos informativos do Estado-Maior em torno dos exércitos francês e russo, bem como do contexto geopolítico coevo ao estabelecimento do plano. No caso do *Aufmarsch I*, estas condições eram na verdade peculiares: *in primis*, as informações mais recentes que se encontravam disponíveis sobre os planos franceses estavam desatualizadas, referindo-se, com algumas variações, à situação relatada pela *Sektion IIIb* em 1898; *in secundis*, a crise de Tânger criou uma tensão geopolítica tão relevante na Europa que a possibilidade da deflagração de um conflito entre as principais potências europeias era considerada muito plausível; por fim, a guerra russo-japonesa modificou profundamente o contexto estratégico alemão, uma vez que as derrotas sofridas contra os japoneses e a instabilidade política causada pela Revolução Russa de 1905 debilitaram – pelo menos temporaneamente – o exército russo, anulando o seu estatuto de ameaça tangível para com o Império alemão. Neste contexto, e na sequência da informação transmitida pela *Sektion IIIb*, de acordo com a qual os franceses, prevendo a extensão da frente à Bélgica, estenderam a frente do seu exército mais para o norte até Lila, Schlieffen chegou à conclusão de que, em caso de evento bélico, a melhor hipótese para obter uma rápida e decisiva vitória era concentrar o esforço bélico na frente ocidental, circunvolver as posições francesas estruturando uma poderosa ala direita que avançasse através da Bélgica e separasse os exércitos franceses na Lorena de Paris através de uma manobra envolvente e que, seguidamente, apontasse para Paris e conduzisse à conclusão das hostilidades. A este respeito, a quase totalidade das forças armadas alemãs deviam estar dispostas na frente ocidental, deixando na frente russa somente poucas Divisões que deveriam adotar uma estratégia dilatária; destas tropas na frente ocidental, a grande maioria devia criar uma poderosa ala direita que garantisse a superioridade numérica contra o exército belga, francês e inglês e que, sobretudo, permitisse a conservação da iniciativa operacional na inteira frente ocidental, determinando a vitória rápida e decisiva para a qual Schlieffen apontava¹⁶⁹.

O Plano Schlieffen parte dos pressupostos estratégicos e operacionais descritos *supra*, pressupostos que foram o resultado de 15 anos de especulação teórica do Chefe de Estado-Maior. O texto do plano abre-se com estas mesmas especulações, pelas quais Schlieffen refere que

*In einem Kriege gegen Deutschland wird sich Frankreich besonders, solange es auf eine wirksame Unterstützung Rußlands nicht rechnen kann, voraussichtlich zunächst auf die Verteidigung beschränken.*¹⁷⁰

¹⁶⁹ Foley, Robert T., *Alfred von Schlieffen's Military Writings*, obra citada, pgs. 151-162. Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, obra citada, cap. VI, parágrafo 8 e cap. VI, parágrafos 4-5.

¹⁷⁰ “In a war against Germany, France will in all probability limit itself initially to the defensive, especially if it cannot depend on effective support from Russia”. Texto original em *Typescript copy of the Denkschrift dated December 1905 entitled “Krieg gegen Frankreich” followed by “Bemerkungen des Generals v. Moltke” dated*

Schlieffen prossegue sustentando que estas linhas fortificadas e o terreno que presidiam impedem quer a passagem dos exércitos pelos intervalos entre as fortificações principais, quer a possibilidade de circunvolver o inteiro aparelho defensivo. Assim,

*Ein Frontalangriff auf die Stellung Belfort-Verdun bietet daher wenig
Aussicht auf Erfolg.*¹⁷¹

Neste contexto militar, Schlieffen considera necessário desenvolver uma manobra mais ampla para evitar enfrentar diretamente as linhas fortificadas francesas e o grosso do exército francês – que refere estar posicionado ao longo do rio Aisne –, manobra que se devia desenvolver no lado esquerdo do rio Mosa, apontar para a linha Rethel-Mézières e, ultrapassado o rio Oise, acabar na retaguarda da linha fortificada francesa. Para realizar esta manobra era, então, necessário violar a neutralidade luxemburguesa, belga e neerlandesa: neste sentido, o Plano Schlieffen trata a questão política da violação da neutralidade destes países de uma forma muito “tecnocrática”, citando o juízo de Foley sobre o Chefe de Estado-Maior, *id est*, reduzindo esta dinâmica a termos exclusivamente militares. Contudo, o facto de que no seu Plano Schlieffen aluda às questões políticas – sobretudo no que diz respeito aos Países Baixos – indica que dentro do próprio plano existia espaço para uma análise política da proposta no seu todo; não é por acaso que Schlieffen sustenta que se poderia encontrar um compromisso político com a Holanda para possibilitar a passagem das tropas alemãs no seu território, pois os Países Baixos olhavam para a Inglaterra aliada à França com a mesma desconfiança que em relação à Alemanha¹⁷².

Relativamente à questão política relacionada com o desenvolvimento do Plano Schlieffen, é necessário aqui pelo menos acenar à questão da violação da neutralidade belga, assunto sem dúvida fundamental no que diz respeito ao desencadear da Grande Guerra e ao seu desenvolvimento. Se por um lado, *a posteriori*, é claro que o exército alemão teria violado a neutralidade belga, por outro emerge nas fontes como esta perspectiva não fosse evidente por parte das autoridades políticas e militares belgas ainda a poucos meses da deflagração da Primeira Guerra Mundial. Num conjunto de documentos elaborado pelo departamento informativo do Estado-Maior alemão foi encontrada a informação de que em março de 1914 as autoridades belgas receberam a confirmação de que os franceses não teriam invadido a Bélgica mas teriam apoiado a resistência belga depois da violação da neutralidade por parte dos alemães, que ocuparam as fortificações de Lieja e Namur; contudo, dois meses mais tarde, as autoridades belgas ainda receavam tanto uma invasão alemã, como uma francesa: numa conversa com o adido militar alemão na Bélgica, Major Klüber, o rei belga sustentou até que a

1911, TNA, CAB 20/1/1; a tradução foi realizada pelo *United States Naval Academy* e é citada em Foley, Robert T., *Alfred von Schlieffen's Military Writings*, obra citada, pg. 163.

¹⁷¹ “Thus, a frontal attack against the Belfort-Verdun line offers little chance of success”. Texto original em *Typescript copy of the Denkschrift dated December 1905 entitled “Krieg gegen Frankreich” followed by “Bemerkungen des Generals v. Moltke” dated 1911*, TNA, CAB 20/1/1; a tradução é citada em Foley, Robert T., *Alfred von Schlieffen's Military Writings*, obra citada, pg. 164.

¹⁷² *Idem*, pg. 165.

principal ameaça à paz europeia era constituída pela política de Delcassé; na mesma medida, Klüber estava convencido de que em caso de guerra os franceses teriam tentado um *coup de main* sobre Namur¹⁷³.

Um outro conjunto documentário em torno da questão da neutralidade belga mostra novamente de forma inequívoca a atitude “tecnocrática” político-militar das potências europeias face à questão belga: antes da deflagração do primeiro conflito mundial, as potências europeias não acreditavam que a neutralidade belga haveria sido respeitada: o primeiro ministro belga, Broqueville, disse que teria ficado surpreendido se a neutralidade do seu país viesse a ser respeitada em caso de conflito entre Alemanha e França; na mesma medida, o Barão de Faverau, também ele belga, sustentou em 1909 que a neutralidade belga era um “*ganz wertloses Stück Papier*” (“uma folha de papel completamente sem valor”, tradução da minha autoria). Para além das declarações dos políticos europeus, emerge nos documentos a convicção geral que a violação da neutralidade belga era inevitável: depois da guerra, sustentou o Major von Dommes, Oficial alemão próximo a Schlieffen, que a violação da neutralidade belga era um evento inelutável, e que o exército alemão teria arriscado demasiado ao deixar a iniciativa na Bélgica aos franceses: neste sentido, o Oficial contrariou a posição defendida pelo *Kanzler* Bethmann-Hollweg, afirmando que invadir a Bélgica não foi um erro, mas sim uma necessidade¹⁷⁴.

Finalmente, o documento *Urkunden des deutschen Generalstabes über die militärpolitische Lage vor dem Kriege* (“Documentos do Estado-Maior alemão sobre o contexto político-militar antes da guerra”, tradução da minha autoria), para além das considerações do Estado-Maior alemão em torno do contexto político-militar antes da deflagração do primeiro conflito mundial, inclui um anexo com as declarações dos embaixadores belgas em Berlim, Paris e Londres cujo conteúdo se concentra nas relações entre a Bélgica e as potências europeias na eventualidade de um envolvimento belga no conflito¹⁷⁵.

O plano militar estabelecido pelo Chefe de Estado-Maior previa a disposição de 23 Corpos de Exército, 12 e meio corpos de reservistas e 8 Divisões de cavalaria ao longo da linha Metz-Wesel, uma linha de cerca de 350 quilómetros; logo a seguir à conclusão da concentração, o exército alemão devia começar uma manobra rotatória para esquerda em direção à linha francesa Verdun-Dunquerque tendo Metz como eixo; esta manobra e o seu movimento circunvolvente eram considerados a hipótese estratégica que podia oferecer mais garantias de uma vitória rápida e decisiva. Nas palavras de Schlieffen,

¹⁷³ Veja-se *Die Neutralität Belgiens bei Beginn des 1. Weltkrieges.- Unterlagen und Untersuchungen für die Friedenskommission des Kriegsministeriums*, BArch/MA, PH 3/126.

¹⁷⁴ Veja-se *Denkschriften zu den Friedensverhandlungen.- Der deutsche Einmarsch in Belgien*, BArch/MA, PH 3/127.

¹⁷⁵ Veja-se *Denkschrift: Urkunden des deutschen Generalstabes über die militärpolitische Lage vor dem Kriege*, BArch/MA, PH 3/447.

*Der Schlagerfolg des deutschen Heeres soll womöglich durch Umfassung mit dem rechten Flügel erzielt werden. Deshalb ist er tunlichst stark zu machen.*¹⁷⁶

Estabelecida a ala direita da disposição alemã, Schlieffen continua a reflectir sobre o decorrer das operações da frente ocidental e estabelece diretivas sobre os movimentos que os corpos alemães deveriam realizar; uma das principais preocupações do Chefe de Estado-Maior é a extensão da linha de abastecimento num território estrangeiro pontuado por fortificações ainda nas mãos dos exércitos inimigos. Sublinha Schlieffen que a tropa ativa não devia ser utilizada nos cercos das fortificações ou na conservação das linhas de comunicações (*Etappendienst*), mas somente em caso de batalha durante o avanço em direção de Paris; isto implicava deixar estruturas defensivas ainda ativas atrás da linha de avanço, e o Chefe de Estado-Maior destinava ao cerco e ao bloqueio (*Belagerung und Einschließung*) destas estruturas 7 corpos e meio de reservistas e mais 16 brigadas de *Landwehr*. O controlo e a gestão do território conquistado são delegados à *Landsturm*¹⁷⁷.

Falando dos corpos territoriais do exército e da necessidade de aumentar os efetivos enquadrados na tropa ativa e na reserva em número de oito Corpos de Exército, o Chefe de Estado-Maior denuncia, em tom quase polémico, o mau estado do recrutamento na Alemanha:

*Wir müssen die in den Festungen verbliebene Landwehr nachziehen und wir müssen ferner zum Mindesten 8 Armeekorps bilden. Das ist das Notdürftigste, was wir zu tun verpflichtet sind. Wir haben die allgemeine Wehrpflicht und das Volk in Waffen erfunden und den anderen Nationen die Notwendigkeit diese Institutionen einzuführen bewiesen. Nachdem wir aber unsere geschworenen Feinde dahin gebracht haben, ihre Heere ins Ungemessene zu verwehren, haben wir in unseren Anstrengungen angelassen. Wir pochen noch immer auf unsere hohe Einwohnerzahl, auf die Volksmassen, die uns zu Gebote stehen, aber diese Massen sind nicht in der vollen Zahl der Brauchbaren ausgebildet und bewaffnet. Die Tatsache, daß Frankreich mit 39 Millionen Einwohnern 995 Batl. zum Feldheeres stellt, Deutschland mit 56 Millionen aber nur 971 spricht eine vernehmliche Sprache.*¹⁷⁸

¹⁷⁶ “If possible, German army’s victory will be obtained through an envelopment with the right wing. Therefore, this will be made as strong as possible”. Texto original em Typescript copy of the Denkschrift dated December 1905 entitled “Krieg gegen Frankreich” followed by “Bemerkungen des Generals v. Moltke” dated 1911, TNA, CAB 20/1/1; a tradução é citada em Foley, Robert T., *Alfred von Schlieffen’s Military Writings*, obra citada, pg. 166.

¹⁷⁷ *Idem*, pgs. 166-170.

¹⁷⁸ “We must pull out the Landwehr which have remained in the fortresses, and further we must form at least eight army corps. That is the very least we are bound to do. We have invented universal conscription and the ‘nation in arms’ and have taught other nations the necessity of introducing these institutions. However, after

A polémica de Schlieffen é usada, dentro do plano que leva o seu nome, para convencer as autoridades políticas alemãs – o *Kaiser* em primeiro lugar, mas também o Ministro da Guerra – da necessidade de aumentar o número de efetivos ativos e das reservas do exército, pois, em caso de deflagração de um conflito, não só a Alemanha se encontraria presa numa guerra de duas frentes, como também se encontraria em inferioridade numérica contra quer a França, quer a Rússia. Mas Schlieffen não se limita a indicar a fraqueza mais importante do exército que haverá de liderar em caso de guerra; o Chefe de Estado-Maior insiste no seu plano, sustentando que os novos Corpos de Exército são absolutamente necessários (*Am Nötigsten*) ao lado ou por detrás da ala direita da disposição alemã, consoante a capacidade de transporte das ferrovias. No total, a ala direita alemã deverá, nos planos do Chefe de Estado-Maior, contar com 33 Corpos de Exército e meio, dos quais 25 da tropa ativa, 2 e meio de reservistas e 6 de nova formação¹⁷⁹.

O Chefe de Estado-Maior prossegue com uma passagem do seu plano em que refere a avançada da ala direita do exército alemão. Esta passagem é de interesse pois é a única na qual são utilizados termos mais táticos em vez de estratégico-operacionais. Diz Schlieffen que

*Auf der ganzen Linie werden die Korps wie im Belagerungskrieg von Stellung zu Stellung an den Feind heranzukommen suchen, sei es bei Tage, sei es bei Nacht, vorgehen, sich eingraben, wiedervorgehen, wieder eingraben pp. und dabei alle Mittel moderner Technik anwenden, die geeignet sind, den Feind hinter seinen Deckungen zu erschüttern. Nie darf der Angriff, wie es im Ostasiatischen Kriege geschah, zum Stillstand kommen.*¹⁸⁰

Um elemento importante citado por Schlieffen no seu Plano são as referências à guerra russo-japonesa de 1905. As dinâmicas desta guerra e as suas consequências foram tratadas amplamente pelo

having brought our sworn enemies to the point of increasing their armies out of all measure, we have slackened our own efforts. We boast of the great size of population, of the millions who stand ready for our orders, but these millions are not trained or armed to the full number of able-bodied men they could yield. The fact that France with 39 million inhabitants fields 995 battalions in its active army, but Germany with 56 million fields only 971, speaks for itself. Texto original em Typescript copy of the Denkschrift dated December 1905 entitled “Krieg gegen Frankreich” followed by “Bemerkungen des Generals v. Moltke” dated 1911, TNA, CAB 20/1/1; a tradução é citada em Foley, Robert T., *Alfred von Schlieffen’s Military Writings*, obra citada, pg. 170. O problema relativo aos efetivos à disposição do exército alemão era sem dúvida crucial; por ocasião de um debate político sobre a reforma do exército alemão, emergiu um dado relevante elaborado presumivelmente pela secção francesa da terceira *Abteilung*: a República francesa, em virtude da sua lei militar, conseguia recrutar por volta de 82% de todos os alistáveis por classe de idade, ao passo que a Alemanha conseguia recrutar apenas entre 52% e 54% de todos os alistáveis. Veja-se BArch/MA, PH 3/125.

¹⁷⁹ Foley, Robert T., *Alfred von Schlieffen’s Military Writings*, obra citada, pgs 170-171.

¹⁸⁰ “Across the whole line, the corps will seek to advance, as in a siege war, from position to position, by day and by night, advancing, digging in, advancing again, and digging in again, etc., and use every means of modern technology to dislodge the enemy from behind his cover. The attack must never come to a standstill as happened in the East Asian War”. Texto original em Typescript copy of the Denkschrift dated December 1905 entitled “Krieg gegen Frankreich” followed by “Bemerkungen des Generals v. Moltke” dated 1911, TNA, CAB 20/1/1; a tradução é citada em Foley, Robert T., *Alfred von Schlieffen’s Military Writings*, obra citada, pg. 171.

Estado-Maior alemão e, não obstante esta guerra ter sido somente sinalizada no plano *Aufmarsch I*, as suas dinâmicas – mormente a nível tático – eram bastante claras na perspectiva de Schlieffen. Neste respeito foi encontrado um amplo estudo do OQIV que mostra bem o interesse da Instituição aqui analisada na guerra russo-japonesa, estudo que aborda especificamente a questão das obras defensivas utilizadas durante as batalhas – trincheiras e fortificações de campo – e que apresenta modelos e esboços gráficos destas obras; o OQIV em seguida analisa a batalha de Mukden, a batalha que *de facto* pôs fim à guerra, sobretudo do ponto de vista das táticas de guerra de trincheiras. Por último, os documentos proporcionam informações relativamente à preparação e o emprego tático das artilharias. É importante sublinhar que o documento é de 29 de abril de 1905, tendo sido, portanto, elaborado menos de dois meses depois da conclusão da batalha de Mukden e antes da conclusão da guerra russo-japonesa¹⁸¹.

A primeira *Abteilung* elaborou em 1906 mais um documento sobre as modificações realizadas dentro do exército russo na sequência da derrota na guerra contra o Japão; o documento é de interesse visto que mostra a organização geral do exército russo através de uma comparação constante com a situação *antebellum*; este documento inclui outrossim um memorando de 33 páginas de Schlieffen de 28 de dezembro de 1905, no qual o Chefe de Estado-Maior analisa as causas e consequências da derrota russa contra os japoneses. *Cum grano salis*, através destes documentos foi considerada improvável uma intervenção rápida e em força da Rússia ao lado da França em caso de guerra contra o Império alemão¹⁸².

Esta passagem é interessante pois mostra o que aparentemente é uma contradição em termos: por um lado, Schlieffen fala de *Belagerungskrieg*, de “guerra de cerco”, que como é notório era um tipo de guerra de posição, de espera, constituída – como resumidamente descreve Schlieffen – por breves avançadas seguidas por entrincheiramentos; por outro, o Chefe de Estado-Maior é categórico quando sustenta que o combate jamais deverá regredir para uma parálise, para uma guerra de posição. Esta aparente contradição surge porque Schlieffen baseia o seu plano na detenção da iniciativa estratégica por parte do exército alemão, pois duvida que os franceses, sem o apoio russo, possam tentar um ataque à frente alemã e, neste respeito, acha que manterão uma atitude defensiva pontuada por contra-ataques. Contudo, a indicação que o Chefe de Estado-Maior explicita no *Aufmarschplan I* é inequívoca: a guerra contra a França será uma guerra de cerco visto que a iniciativa estratégica estará nas mãos dos alemães, os quais, para obterem uma vitória rápida e decisiva, deverão atacar sem pausas um exército que adotará desde o início uma atitude defensiva; o exército alemão deverá operar com o auxílio das tecnologias bélicas mais modernas para evitar que a guerra retroceda para uma

¹⁸¹ Veja-se *Russisch-japanischer Krieg.- Analysen und Berichte über Kämpfe und die Feldbefestigungen*, BArch/MA, PH 3/419.

¹⁸² Veja-se *Russisch-japanischer Krieg.- Zusammenstellung der wichtigsten Veränderungen im Heerwesen Rußlands*, BArch/MA, PH 3/420. Sobre as medidas tomadas pelas autoridades político-militares russas para a reconstrução e modernização do exército russo depois da guerra de 1905, veja-se *Mitteilungen über russische Taktik*, BArch/MA, PH 3/128; este último documento é também da autoria do OQIV e classificado como secreto.

parálise, parálise que, para um país como a Alemanha, que era considerada incapaz de suportar uma guerra prolongada e de usura, podia determinar a derrota.

O exemplo da *Belagerungskrieg* é ulteriormente explorado no seguimento do plano: sustenta Schlieffen que a França deve ser considerada uma grande fortaleza (*Frankreich muß als eine große Festung betrachtet werden*) e, por conseguinte, o exército alemão deverá atacá-la nas suas “muralhas” (*Enceinte*) mais fracas, *id est*, na linha Mézières-Maubeuge-Lila-Dunquerque através de um movimento circunvolvente; ultrapassada esta “muralha”, mais uma manobra circunvolvente apontará para o colapso da linha Reims-La Fère. O objetivo destas manobras, para além de enfrentar os franceses a partir de uma posição de vantagem operacional, ou seja, atacando os pontos mais fracos da disposição francesa, é empurrar as tropas francesas derrotadas para o sul ou para o leste, *id est*, para a Suíça ou para a linha de fortificações Verdun-Belfort, para que estas tropas não se pudessem reorganizar e proteger Paris e estivessem isoladas da capital francesa¹⁸³.

Schlieffen conclui o seu plano afirmando que o centro da disposição alemã se encontrará frente a um exército numericamente bastante maior disposto na linha de fortificações Verdun-Belfort; contudo, as tropas alemãs deveriam tentar um ataque a Nancy com o objetivo de arrebatá-la o maior número possível de tropas francesas e esperar um contra-ataque francês que impeça as suas tropas de reforço de chegar à linha Mézières-Dunquerque, abrindo a avançada da ala direita alemã: caso os franceses não contra-atacassem em Nancy, mais dois corpos alemães da extremidade esquerda da disposição inicial deveriam juntar-se à ala direita¹⁸⁴. O Chefe de Estado-Maior sustenta novamente que

*Es ist daher geboten, daß die Deutschen auf den rechten Flügel so stark wie möglich sind, denn hier ist die Entscheidungsschlacht zu erwarten.*¹⁸⁵

O plano *Aufmarsch I* apresenta algumas peculiaridades que é necessário sublinhar. Em primeiro lugar é necessário frisar que este plano foi compilado por Schlieffen nos últimos meses da sua chefia do Estado-Maior alemão, portanto, quando já se antevia a sua reforma: é, assim, presumível que o plano proposto por ele próprio não tivesse a pretensão de ser um plano definitivo, mas, antes, um “esboço”, muito detalhado e articulado, é certo, do plano definitivo que o seu sucessor deveria estabelecer. Segundo esta perspectiva, era bem possível que Moltke, o Jovem, pudesse recusar por inteiro o plano proposto pelo seu predecessor e preparar um outro *ex novo*, ainda para mais se se tiver em conta que os princípios estratégicos do plano estruturado por Schlieffen eram constituídos por uma combinação de elementos estratégicos ligados ainda às contingências geopolíticas do período em que

¹⁸³ Foley, Robert T., *Alfred von Schlieffen's Military Writings*, obra citada, pgs. 171-172.

¹⁸⁴ *Idem*, pgs. 172-173.

¹⁸⁵ “Therefore, the Germans must be as strong as possible on the right wing, for here the decisive battle is to be expected”. Texto original em *Typescript copy of the Denkschrift dated December 1905 entitled “Krieg gegen Frankreich” followed by “Bemerkungen des Generals v. Moltke” dated 1911*, TNA, CAB 20/1/1; a tradução é citada em Foley, Robert T., *Alfred von Schlieffen's Military Writings*, obra citada, pg. 174.

o plano foi elaborado, como, por exemplo, a guerra russo-japonesa e a incapacidade momentânea do Império dos Romanov de constituir uma séria ameaça para a frente oriental alemã que, por conseguinte, levou os franceses a manter uma atitude defensiva.

Em segundo lugar, não obstante o Plano Schlieffen poder ser considerado um “esboço”, alcança níveis de detalhe muito elevados em torno da condução das operações. A proposta de Schlieffen era visivelmente ousada, pois o desequilíbrio na distribuição das tropas ao longo das duas frentes – com um rácio de 7:1¹⁸⁶ tendo em consideração somente a ala direita da disposição e o centro do exército alemão em frente da linha Verdun-Belfort – deixava amplas margens aos franceses para o rasgo da frente central ou aos russos para manobras ofensivas além do Vístula. Contudo, o plano estava estruturado de forma a prever não só a manutenção da iniciativa operacional pela parte alemã, para que os franceses não tivessem tempo ou maneira de romper a frente central alsaciana, mas também o tipo de movimento que devia ser efetuado: Schlieffen queria que a ala direita alemã realizasse a sua avançada harmonicamente, sem avançadas demasiado rápidas ou lentas por parte dos corpos militares, mas sempre equilibradas e constantes – e, possivelmente, rápidas:

*Es kommt also darauf an, den Vormarsch des rechten deutschen Flügels nach Möglichkeit zu beschleunigen. Der Vormarsch der übrigen Heeresteile wird sich, da eine Linksschwenkung erfolgen muß, nach links immer mehr verlangsamen.*¹⁸⁷

Todavia, a rígida cadência da avançada proposta por Schlieffen e as diretivas da própria avançada parecem estar em contradição com um dos elementos doutrinários mais importantes do exército alemão, ou seja, o comando por diretivas. De facto, apesar de dar em detalhe somente indicações operacionais, o memorando de Schlieffen deixa pouca margem, pelo menos do próprio ponto de vista operacional, para os Oficiais subalternos tomarem iniciativas nas manobras e na avançada: todos os corpos utilizados na ala direita deviam avançar simultaneamente ou a inteira frente corria o risco de colapsar ou atrasar o desenvolvimento do plano. Ademais, o Chefe de Estado-Maior oferece uma visão táctica, ainda que parcial, da condução das operações: como descrito *supra*, provavelmente partindo do pressuposto que a iniciativa estratégica devia permanecer nas mãos alemãs, Schlieffen propõe a sua visão comparando a França a uma enorme fortaleza¹⁸⁸, a qual, para ser conquistada,

¹⁸⁶ Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, obra citada, pg. 138. Dupuy acrescenta esse dado dizendo que a ala direita alemã compreendia, na sua formulação inicial, entre 86 e 91 por cento de toda a tropa mobilizada alemã excluindo as reservas e tropas territoriais.

¹⁸⁷ “Therefore, it is essential that the advance of the German right wing be accelerated as much as possible. Since a left wheel has to take place, the advance of the remaining parts of the army will slow down progressively toward the left”. Texto original em *Typescript copy of the Denkschrift dated December 1905 entitled “Krieg gegen Frankreich”* followed by “Bemerkungen des Generals v. Moltke” dated 1911, TNA, CAB 20/1/1; a tradução é citada em Foley, Robert T., *Alfred von Schlieffen’s Military Writings*, obra citada, pg. 167.

¹⁸⁸ “Frankreich muß als eine große Festung betrachten werden” (“A França deve ser vista como uma grande fortaleza”, tradução da minha autoria), *Typescript copy of the Denkschrift dated December 1905 entitled “Krieg gegen Frankreich”* followed by “Bemerkungen des Generals v. Moltke” dated 1911, TNA, CAB 20/1/1.

deverá ser abordada como se de uma guerra de cerco se tratasse: encontrar os pontos mais frágeis da fortaleza-França e para aqueles pontos direcionar os ataques; em relação a este ponto, a indicação manifestada antes desta comparação e citada *supra*, pela qual os soldados deviam atacar o aparelho defensivo da fortaleza-França como se fosse uma *Belagerungskrieg*, assume inequivocamente o sentido de indicação tática. Porém, pode-se considerar esta indicação simplesmente uma nuance oferecida aos Oficiais e Suboficiais para ligar logicamente o quadro estratégico-operacional almejado por Schlieffen e as disposições táticas que iriam assumir durante a condução das tropas e que, em virtude da *Auftragstaktik*, lhes eram delegadas.

Após esta breve análise do *Aufmarschplan I*, é necessário relacionar mais aprofundadamente o plano com a estrutura do Estado-Maior, tentando recriar as ligações entre as diversas *Abteilungen* e secções do *Großer Generalstab* e a síntese realizada pelo Chefe de Estado-Maior.

O primeiro tema importante que se destaca no plano elaborado pelo Chefe de Estado-Maior concerne às informações sobre o aparelho militar francês, não somente em torno do exército francês, mas também acerca do seu sistema defensivo. As primeiras informações que Schlieffen proporciona no seu plano relativamente ao sistema defensivo francês, *id est*, a linha Verdun-Belfort, deixam supor que o papel desempenhado pela quarta *Abteilung* e pelo OQIV seria fundamental para o conhecimento das estruturas defensivas francesas. É possível conjecturar outrossim que as modificações adotadas em 1900, que colocaram as quarta e sétima *Abteilungen* – os departamentos das fortificações estrangeiras – sob a responsabilidade de um *Oberquartiermeister*, tenham sido estabelecidas em prol de uma melhor recolha e elaboração das informações sobre os novos aparelhos defensivos que se iam desenvolvendo perto das fronteiras francesa e russa naquele período: a consideração de Schlieffen, que sem um grande armamento para a guerra de cerco não teria sido possível atacar diretamente o aparelho de fortificações francês, é, de facto, a suposição tática e operacional que está na base do desenvolvimento do todo o plano¹⁸⁹. O facto de que Schlieffen sublinhe as asperezas geográficas presentes na linha defensiva francesa indica que também as secções geográficas forneceram informações razoavelmente detalhadas dos territórios loreneses; é sobretudo necessário lembrar que as fontes das informações geográficas relativas a países estrangeiros não eram elaboradas através de levantamentos de natureza geográfica efetuados *in loco*, mas sim recuperadas primariamente através de agentes infiltrados, através do trabalho realizado pelos adidos militares e através das informações disponíveis na opinião pública do país considerado.

Quando Schlieffen descreve as dificuldades que o exército alemão teria de enfrentar em caso de ataque frontal contra o sistema de fortificações francês, muito provavelmente cita estudos efetuados

¹⁸⁹ “Dieser [Angriff] wird sich nicht gegen die großen Festungen richten, deren Bezwingung einen großen Belagerungsapparat, viel Zeit und Kräfte und zwar um so mehr erfordert, als eine Einschließung unmöglich und die Belagerung nur von einer Seite erfolgen kann“ (“Este [ataque] não será direcionado contra as fortificações maiores, pois a conquista delas necessita de um grande armamento para o cerco, muito tempo e muitas forças, sobretudo porque o bloqueio completo é impossível e o cerco pode ser direcionado somente a partir de uma frente”, tradução da minha autoria). *Ibidem*.

pelos *Kriegstheater*, nomeadamente a secção francesa da terceira *Abteilung*; esta secção, como as outras no seio das *Abteilungen* relativas aos *Kriegstheater*, constituía portanto um âmbito de pré-síntese dentro do Estado-Maior¹⁹⁰, ou seja, uma secção intermédia da Instituição aqui analisada que preparava estudos e sínteses relativas a um país específico a partir das informações que recebia das outras *Abteilungen* e secções, como a *Sektion IIIb* e os departamentos geográficos. Neste respeito, a descrição que Schlieffen proporciona sobre as fortificações e o exército belgas, as possíveis manobras que este último teria efetuado em caso de invasão alemã e a resistência que as fortificações de Lieja, Namur e Antuérpia teriam oferecido às tropas alemãs em caso de invasão, só podem ser o resultado de estudos sobre as capacidades militares belgas efetuados a partir, como dito *supra*, das informações recolhidas pela *Sektion IIIb* e pela quarta *Abteilung*, sintetizados, seguidamente, pela secção belga da terceira *Abteilung*¹⁹¹.

O Plano Schlieffen, nos axiomas determinados pelo seu autor, prevê a posse permanente da iniciativa estratégica por parte do exército alemão; neste respeito, o *tempo* da ação militar alemã torna-se num elemento fundamental para obter uma vitória rápida e decisiva contra os franceses, a qual, por seu turno, determinaria um desfecho da guerra favorável aos alemães. É, pois, imediatamente evidente a importância das secções ferroviárias para a mobilização do exército alemão e para a sua concentração ao longo da fronteira ocidental. Ademais, é interessante o facto de que a perspectiva de Schlieffen apontasse para uma rápida conquista e para a pronta utilização dos recursos ferroviários estrangeiros; no caso particular dos neerlandeses, foi o sucessor de Schlieffen no cargo de Chefe de Estado-Maior a sublinhar o valor¹⁹². O conhecimento e a recolha de informações sobre os sistemas ferroviários estrangeiros eram novamente geridos pela secção informativa do Estado-Maior e pelas

¹⁹⁰ Esta dimensão de pré-síntese é bem testemunhada pelo memorando (*Ausarbeitung*) composto, presumivelmente, pelo *Kriegstheater* francês com a colaboração de outros departamentos do Estado-Maior e com o título *Die französischen Armeemanöver 1911-1913*, no qual se analisam vários aspetos relativos às dinâmicas táticas do exército francês, sublinhando por exemplo a atitude ofensiva dos franceses e da centralidade do *élan*, ou a organização da defesa de um território em caso de batalha em campo aberto. O Estado-Maior aborda igualmente neste memorando o estado do debate sobre o assunto tático na *intelligentsia* militar francesa; por último, é também descrita a organização das unidades militares francesas. Veja-se *Die französischen Armeemanöver 1911-1913 – Ausarbeitung des Generalstabs der Armee*, BArch-MA, PH 3/140.

¹⁹¹ É possível que todas as *Abteilungen* relativas aos *Kriegstheater* se encontrassem estruturadas em secções “nacionais”, *id est*, relativas a cada um dos países compreendidos dentro da *Abteilung*. Contudo, esta informação deriva somente do facto que, no que diz respeito à França, Stoeckel fala de “secção francesa” dentro da terceira *Abteilung*: isto pode indicar que, pelo menos nos *Kriegstheater*, a estrutura das *Abteilungen* seria mais articulada e compreenderia secções “nacionais” exatamente como a francesa; porém, ao longo da sua obra, Stoeckel nunca analisa mais em detalhe os quadros dentro dos *Kriegstheater*, portanto a existência de uma “secção belga” – ou, mais em geral, de secções “nacionais” – não é comprovável. Contudo, pelo tipo de trabalho desenvolvido e pela variedade de informações a sintetizar, é possível, na opinião de quem escreve, que os *Kriegstheater* estivessem estruturados em secções nacionais.

¹⁹² O valor dos caminhos de ferro neerlandeses é salientado por Moltke, o Jovem, numa nota de 1911 glosada no texto original do plano: “*Wenn unsere Diplomatie das fertig bringt, ist ein großer Vorteil erreicht. Wir brauchen die holländischen Bahnen. Holland als Bundesgenosse wäre von unschätzbaren Wert*” (“Se a nossa diplomacia o [um acordo com os Países Baixos] conseguir obter, obteremos uma grande vantagem. Nós necessitamos das ferrovias neerlandesas. Holanda como aliado seria de inestimável valor”. Tradução da minha autoria). *Typescript copy of the Denkschrift dated December 1905 entitled “Krieg gegen Frankreich” followed by “Bemerkungen des Generals v. Moltke” dated 1911*, TNA, CAB 20/1/1.

suas ramificações; contudo, os departamentos ferroviários também desempenhavam um papel importante neste sentido, pois não somente podiam recuperar informações sobre as redes ferroviárias estrangeiras, como podiam também harmonizar estas informações com os objetivos de transporte de tropas estabelecidos pelo Chefe de Estado-Maior. Eram nitidamente os departamentos que deviam organizar todos os aspetos do transporte das tropas, da logística e do abastecimento necessário para manter o *tempo* da ação militar e garantir a eficiência das manobras do exército alemão.

O desenvolvimento do plano estrutura-se, portanto, desta forma: através das informações em sua posse, o Chefe de Estado-Maior procura calcular a localização das forças francesas ao longo da fronteira com o seu próprio país e com a Bélgica, tentando conseqüentemente estabelecer as manobras necessárias para assegurar ao exército alemão a superioridade numérica contra os franceses; atendendo ao dispositivo defensivo francês – a linha Verdun-Belfort – e aos números do exército francês, o Chefe de Estado-Maior optou pela invasão da Bélgica para criar o espaço de manobra necessário para cercar os franceses no lado esquerdo da linha destes. O Chefe de Estado-Maior exprime igualmente a esperança de que os próprios franceses ataquem, pois considera que qualquer ataque francês iria ocupar tropas em frentes não fundamentais do ponto de vista alemão facilitando, conseqüentemente, a avançada da ala direita alemã¹⁹³. Uma outra suposição importante de Schlieffen relacionava-se com a questão do *tempo* das manobras: na opinião do Chefe de Estado-Maior, a rapidez era provavelmente o elemento mais importante para que o plano fosse bem-sucedido: conseguir manter o *tempo* das operações constante implicava que o exército francês não teria tido tempo para reorganizar-se e oferecer uma resistência eficaz contra a avançada alemã e teria sido obrigado a manter uma atitude defensiva, garantindo a posse da iniciativa operacional aos alemães. A chave para a concretização do plano era, como é sabido, a construção de uma poderosa ala direita que conseguisse garantir a superioridade numérica e tática no campo de batalha dos alemães sobre os franceses, permitindo, portanto, a dinâmica operacional principal do plano, *id est*, o cerco de cada linha de defesa francesa pela sua esquerda.

Em suma, os elementos proeminentes do plano *Aufmarsch I* estruturavam-se desta forma: o Chefe de Estado-Maior, numa primeira fase, estabelecia os axiomas político-militares que iam formando o contexto estratégico e operacional dentro do qual se teria construído o plano: no caso do plano *Aufmarsch I*, como referido *supra*, os axiomas eram constituídos pela guerra em duas frentes contra o

¹⁹³ Em diversos pontos ao longo do plano, Schlieffen fala de um eventual ataque francês como um facto positivo: a título exemplificativo, considere-se quando o Chefe de Estado-Maior fala do assalto das tropas alemãs ao rio Aisne e espera um ataque francês: “*Eine Sache ist klar. Wenn die Franzosen uns nicht den Liebesdienst erweisen, uns anzugreifen...*” (“Uma coisa é clara. Se os franceses não nos fazem o grande favor de nos atacarem...”). Tradução da minha autoria); um outro caso interessante aparece quando Schlieffen fala do assalto à fortaleza de Nancy, esperando igualmente um contra-ataque francês: “[...] *ob sie ihrem Prinzip getreu zum Gegenangriff vorgehen. Tun sie das letzere, so würde der hauptsächlichste Zweck des Angriffs auf Nancy, nämlich Fesselung möglichst starker Kräfte an der französischen Ostfront erreicht sein*“. (“[...] se eles [os franceses] se mantiverem fiéis ao seu princípio de contra-atacar. Se adotarem esta última opção, o objetivo principal do ataque a Nancy – ou seja, de atrair o maior número possível de tropas francesas na frente oriental francesa – é alcançado”). Tradução da minha autoria). Veja-se *ibidem*.

Império russo e a França, pela suposta incapacidade da Rússia de mobilizar e concentrar o seu exército rapidamente, pela ameaça maior que a França constituía em comparação com a Rússia e, finalmente, pela possibilidade de obter uma vitória rápida e decisiva não contra os russos, mas, antes, contra os franceses, ao contrário, portanto, daquilo que Moltke, o Velho, e Waldersee supunham. Tendo estruturado este quadro axiomático, o Chefe de Estado-Maior desenvolveu as suas diretivas estratégicas e operacionais a partir das informações e dos estudos que as *Abteilungen* da Instituição que liderava lhe proporcionavam: neste respeito, um papel de destaque era desempenhado pela central informativa do Estado-Maior, a *Sektion IIIb*, que, como já foi referido, recolhia as informações de natureza militar relativas aos países estrangeiros e as entregava às diversas *Abteilungen* do Estado-Maior, para além do Chefe de Estado-Maior; as outras *Abteilungen*, mormente as técnicas, podiam outrossim recolher informações sobre os seus âmbitos específicos, como no caso da *Eisenbahnabteilung*, e transmiti-las em seguida ao Chefe de Estado-Maior ou às outras *Abteilungen*. Para a construção do plano *Aufmarsch I*, para além da secção informativa, um papel importante foi desempenhado pelos departamentos geográficos, que contribuíram para a elaboração do plano proporcionando informações sobre os territórios além da fronteira com a França indicando, assim, quais os territórios mais favoráveis para uma avançada; na mesma medida, a quarta *Abteilung* proporcionou informações fundamentais para a estruturação do plano final, pois as informações que referiu em torno dos aparelhos defensivos franceses contribuíram para a decisão crucial de Schlieffen de invadir a Bélgica para cercar a ala esquerda do exército francês. Pode-se dizer, *cum grano salis*, que estas *Abteilungen* e as secções do Estado-Maior proporcionavam as informações militares principais através das quais Schlieffen pôde sintetizar, no plano que leva o seu nome, os movimentos das tropas num contexto “estático”¹⁹⁴ em direção de Paris, obviamente considerada como objetivo principal a conquistar para forçar a França a um armistício e à paz.

Paralelamente aos departamentos anteriormente descritos, uma outra *Abteilung* fundamental para a estruturação do plano *Aufmarsch I* era, por motivos evidentes, a terceira, ou seja, o *Kriegstheater* ocidental e, nomeadamente, a sua secção francesa. Esta *Abteilung*, como referido *supra*, pode considerar-se um quadro intermédio dentro da estrutura do Estado-Maior, visto que a sua função seria proporcionar informações mais detalhadas sobre os aparelhos militares das potências ocidentais em caso de guerra e, no caso específico, sobre a França. O trabalho desta *Abteilung*, portanto, era de síntese parcial das informações recolhidas por outros departamentos e secções do Estado-Maior para além de informações recolhidas diretamente pela secção. Retomando quanto sustentado até este ponto, os *Kriegstheater* conferiam o aspeto dinâmico ao contexto estabelecido pelas outras *Abteilungen* do Estado-Maior; estudando o tamanho numérico dos exércitos adversários, a eventual existência de planos militares contra a Alemanha, as dinâmicas políticas internas destes países, a atitude político-

¹⁹⁴ Foi aqui utilizado o termo “estático” pois as informações proporcionadas pelos departamentos até aqui descritos contribuem para a descrição do sistema militar de um país estrangeiro – neste caso a França – num contexto não dinamizado pela presença teórica de tropas e da reação que estas últimas teriam face à ameaça da invasão do exército alemão.

militar para com o Império alemão e, sobretudo, ajudando a estabelecer os elementos necessários para a estruturação dos planos militares, os *Kriegstheater* desempenhavam um papel de articulação entre os departamentos técnico-informativos e o Chefe de Estado-Maior. No caso do Plano Schlieffen, é presumível que a identificação das possíveis linhas defensivas francesas além da Verdun-Belfort, as áreas dos possíveis contra-ataques franceses e eventuais informações sobre os presídios militares na fronteira norte-oriental francesa, para além da elaboração das informações encontradas no *Plan XIV*, tivessem sido informações sintetizadas pela secção francesa da terceira *Abteilung* e posteriormente entregues ao Chefe de Estado-Maior para a compilação final do plano¹⁹⁵.

Em último lugar, tendo em consideração a estrutura do Estado-Maior durante os últimos anos da chefia de Schlieffen, um ulterior papel de supervisão dos trabalhos e concertação das atividades realizadas pelas *Abteilungen* e o Chefe de Estado-Maior era desempenhado pelos *Oberquartiermeister*, que tratavam diretamente com o Chefe de Estado-Maior e que organizavam os trabalhos das *Abteilungen* sob a responsabilidade deles.

Concluindo, é necessário ter em conta mais alguns meios à disposição do Chefe de Estado-Maior, meios que foram utilizados para elaborar o plano *Aufmarsch* e para incluir os Oficiais de Estado-Maior na elaboração das diretivas estratégico-operacionais pensadas para o plano: faz-se referência aqui às viagens de Estado-Maior, aos *Kriegsspiele* e aos problemas táticos, ou seja, atividades que estavam previstas na instrução dos Oficiais de Estado-Maior e da tropa ativa para além de palestras e exercícios de campo¹⁹⁶ que diziam respeito a assuntos específicos. Estes meios seriam já utilizados

¹⁹⁵ Como é notório, o plano *Aufmarsch I* foi modificado por Moltke, o Jovem, nos dois lustros que separaram a primeira compilação do plano e a deflagração do primeiro conflito mundial. Contudo, o trabalho desenvolvido pelas *Abteilungen* e secções do Estado-Maior descritas *supra* manteve-se de extrema importância pela orientação das decisões estratégicas operadas pelo Chefe de Estado-Maior, como é testemunhado pelo documento com título *Aufmarsch und operative Absichten der Franzosen in einem zukünftigen deutsch-französischen Kriege* (“Disposição e objetivos operativos dos franceses numa futura guerra franco-alemã”, tradução da minha autoria), composto pela terceira *Abteilung* em 1914. Este documento demonstra claramente o processo de pré-síntese que os *Kriegstheater* realizavam na compilação dos documentos; depois de terem citado as fontes a partir das quais foi realizado o trabalho, os autores do documento proporcionam as considerações dos franceses sobre as operações alemãs em caso de guerra, assim como as reações previsíveis dos belgas, neerlandeses e italianos em caso de conflito. É descrita em seguida a atitude estratégica dos franceses perante uma invasão alemã: sustenta este documento que os princípios tático-estratégicos franceses mudaram, passando de uma rígida visão defensiva a uma visão mais “elástica”, composta por uma defesa flexível combinada por poderosos contra-ataques; finalmente, o documento descreve as diversas possibilidades de disposição das tropas francesas em caso de guerra e a condução das operações consoante as duas perspetivas operacionais alemãs, sendo estas últimas um ataque em forças através da Bélgica, do Luxemburgo e da Lorena ou a adoção de uma estratégia mais circunvolvente que previsse a invasão da Bélgica, do Luxemburgo e dos Países Baixos. O documento incluía também dois mapas (uma nota no documento refere que os mapas não se encontravam no documento quando foi achado e se dão por perdidos) com as possíveis esquematizações gráficas da disposição das tropas francesas em 1912 e 1914. Veja-se *Aufmarsch und operative Absichten der Franzosen in einem zukünftigen deutsch-französischen Kriege.- Studie (Durchschlag) mit Zusätzen von 1912-1914*, BArch/MA, PH 3/256. Veja-se também *Die französischen Armeemanöver 1913 (11. bis 17. Sept.)*, BArch/MA, PH 3/141, sobretudo as considerações conclusivas.

¹⁹⁶ Foi encontrado um documento de interesse a respeito de um exercício de Oficiais de Estado-Maior alemães, efetuado entre 22 e 29 de setembro de 1917 nos arredores de Sedan, na França; neste caso específico, a instrução tinha o objetivo de proporcionar aos Oficiais uma orientação tática e relativa ao utilizo da artilharia e de metralhadoras (no documento é incluído um ensaio com o título “*Grundsätze für die Verwendung der Maschinengewehr in der Abwehrschlacht*”, “Princípios para o utilização de metralhadoras na batalha defensiva”,

desde o surgimento da Instituição aqui analisada, pois eram atividades orientadas para a instrução do corpo dos Oficiais de Estado-Maior, simulando, de maneira mais acurada possível, as verdadeiras atividades da profissão militar, como as manobras e as dinâmicas táticas, para além de treinar os Oficiais na tomada rápida de decisões no campo de batalha e na partilha das dinâmicas doutrinárias estabelecidas pelo Chefe de Estado-Maior e os outros órgãos do aparelho militar alemão; estas atividades eram complementadas por aulas e palestras sobre temas militares. É necessário sublinhar que este sistema existia paralelamente para os Oficiais de Estado-Maior – que em caso de guerra deviam servir nos corpos da tropa ativa como auxiliares dos Comandantes – e para os Oficiais da tropa ativa ao nível de Comandantes de Brigada¹⁹⁷.

O primeiro destes meios que virá aqui a ser abordado são as viagens de Estado-Maior. As *Generalstabsreisen* eram deslocações de Oficiais de Estado-Maior – normalmente duas equipas de 25 até 35 Oficiais, mais o Chefe de Estado-Maior e alguns outros Oficiais no papel de organizadores – em áreas perto das fronteiras; por um período que rondava as duas semanas, as duas equipas simulavam o decorrer de uma operação, devendo, por isso, dar ordens e estabelecer diretivas em torno da condução das tropas que, supostamente, estavam a conduzir naquele contexto. Um documento do Estado-Maior de março de 1909 sustenta que as viagens de Estado-Maior são modelizações simplificadas de operações militares face ao inimigo e remete para os objetivos e a estrutura dos *Generalstabsreisen* nestes termos: os objetivos das viagens de Estado-Maior eram, principalmente, ensinar aos participantes a conservação da capacidade de combate das tropas, com enfoque sobretudo sobre a logística e o uso das ferrovias para o abastecimento das tropas em grandes teatros operacionais, e adestrar os Oficiais para que ganhassem experiência operacional. Durante o *Generalstabsreise* deve-se elaborar a concentração e a disposição inicial das tropas, a avançada e emanar diretivas sobre a atitude a manter em caso de encontro com o inimigo; contudo, pode ocorrer também a situação oposta, em que depois de um encontro com o inimigo os Oficiais devem gerir a retirada. Os Oficiais de Estado-Maior desempenham o mesmo papel que desempenham na vida real, ou seja, de auxílio aos Comandos dos corpos militares; os dois Oficiais de Estado-Maior mais velhos desempenham os papéis de *Armeeführer* e *Etappen-Inspekteur*. Por último, no documento é sublinhado o valor da “improvisação”: é sugerido que durante a condução da viagem ocorressem imprevistos para avaliar a capacidade e eficácia de reação dos Oficiais¹⁹⁸. Refere Karl von Einem, Ministro da Guerra alemão entre 1903 e 1909, que as viagens de Estado-Maior de Schlieffen previam jornadas estruturadas, *grosso modo*, desta maneira: os Oficiais acordavam por volta das quatro e meia da manhã, passavam várias horas a estudar os mapas dos territórios circunjacentes, começando seguidamente a viagem em si, que consistia em muitas horas – Einem diz até nove horas por dia – a cavalo elaborando e enviando ordens às tropas fictícias e, depois de uma breve pausa para o jantar,

tradução da minha autoria). Veja-se 18. *Übungskursus Sedan für Generalstabsoffiziere vom 22. - 29. Sept. 1917*, BArch/MA, PH 3/30.

¹⁹⁷ Foley, Robert T., *Alfred von Schlieffen's Military Writings*, obra citada, pgs. 3-5 e sobretudo 11-12.

¹⁹⁸ Veja-se *Gesichtspunkte für die Ausführung der Verwaltungs-Generalstabsreisen*, BArch/MA, PH 3/137.

Schlieffen organizava o *debriefing* da jornada, concluindo-o por volta da meia-noite. As *Generalstabsreisen* tinham vários objetivos: primeiramente, as viagens permitiam aos Oficiais familiarizarem-se com os territórios da fronteira, territórios onde iriam combater em caso de guerra; secundamente, estas simulações eram vantajosas sobretudo para os Oficiais com escassa experiência, pois podiam participar na tomada de decisões táticas e operacionais ao longo da simulação; terceiramente, as atas das viagens de Estado-Maior eram distribuídas aos Oficiais dos 23 Corpos de Exército alemães, para que quem não tivesse feito parte das viagens pudesse aproveitar os resultados alcançados durante a simulação; finalmente, através da intervenção dos Oficiais nestas simulações Schlieffen podia obter um *feedback* sobre os pressupostos estratégicos e operacionais do seu plano. Durante a sua chefia do *Großer Generalstab*, Schlieffen organizou 31 viagens, das quais 16 na fronteira ocidental e 15 na fronteira oriental¹⁹⁹. Um caso de interesse, sobretudo no que diz respeito ao último elemento aqui descrito, é a viagem de Estado-Maior de 1903 à frente oriental. Schlieffen propôs aos Oficiais de Estado-Maior colocar em prática a estratégia prevista nos seus axiomas, ou seja, uma guerra na qual o Império alemão devia combater em duas frentes: a francesa, por um lado, seria a principal, onde a maioria das tropas à disposição dos Comandos alemães seriam concentradas; por outro lado, a frente oriental seria a área de operações em que as tropas, nas palavras do Chefe de Estado-Maior citadas por Foley, “*were to protect German territory as much as possible and to hold the railroads for later troop movements*”²⁰⁰. Neste contexto, Schlieffen descreve as decisões tomadas pelos Oficiais que participaram na simulação, referindo elementos interessantes sobre a conduta que supostamente o exército alemão devia adotar em caso de guerra – verdadeira – contra, simultaneamente, russos e franceses, e que constituem o axioma estratégico principal do Chefe de Estado-Maior:

*Such a two-front war is not to be waged by the pushing back of one or the other enemy, but rather by annihilating, as soon as possible, one and then the other enemy. Military history has shown us the means of achieving such an annihilation. Friedrich the Great strove for it repeatedly [...]. The immortal Field Marshal Graf von Moltke built his successes in August and September 1870 with the same method. This method consists of throwing all of one's strength, or at least the greatest part of it, against the enemy's flanks or rear in order to force him to fight with a reversed front or to push him in an unfavourable direction [...]. At the very least, it can lead to the encirclement of the enemy army.*²⁰¹

¹⁹⁹ Foley, Robert T., *Alfred von Schlieffen's Military Writings*, obra citada, pg. 6.

²⁰⁰ *Idem*, pg. 61.

²⁰¹ *Idem*, pg. 63.

Alguns elementos que vale a pena sublinhar da viagem de Estado-Maior na frente oriental de 1903 são os seguintes: Schlieffen, no seu relatório final, frisa o facto de que o tempo de transporte das tropas de uma frente para a outra constitui um elemento fundamental para a disposição das tropas alemãs, transporte que tornava as tropas envolvidas inutilizáveis por um período de tempo que podia ser crucial – como aconteceu efectivamente pouco antes da primeira batalha da Marna, quando os alemães ainda durante a avançada enviaram dois Corpos de Exército, o IX Exército e a reserva da guarda, para a frente russa, subtraindo conseguintemente estes corpos quer à avançada para Paris, quer às operações contra os russos. Um outro ponto de interesse do relatório de Schlieffen é o papel desempenhado pela cavalaria no que diz respeito ao reconhecimento das tropas adversárias, pois durante a simulação de 1903 o mau uso deste corpo por parte dos russos, que se encontravam em condições de superioridade, permitiu aos corpos alemães retaliar e, por fim, cercar e destruir um inteiro Exército russo. Em conclusão, de um ponto de vista operacional, Schlieffen frisa, ao longo do seu relatório a importância de isolar e cercar os corpos inimigos como meio preferencial para obter a vitória; o princípio da *Kesselschlacht*, ou seja, da batalha de cerco, era crucial na visão militar de Schlieffen – como é também testemunhado pelos seus estudos sobre a batalha de Cannae, provavelmente o paradigma das batalhas de cerco na história militar²⁰²; o principal erro dos Oficiais que desempenhavam o papel de Comandantes russos e que o Chefe de Estado-Maior denuncia é exatamente este, ou seja, terem permitido que os Comandos alemães rompessem a frente russa e cercassem os Exércitos russos, destruindo-os²⁰³.

Os *Kriegsspiele* foram o segundo meio que Schlieffen utilizou para espalhar os seus princípios estratégicos e as suas ideias táticas. Estes eram o meio principal para instruir os Oficiais de Estado-Maior durante os meses inverniais – o assim chamado *Winterarbeit* –, quando as manobras ou as viagens de Estado-Maior eram mais difíceis a realizar. Os *Kriegsspiele* podem-se considerar as simulações mais “artificiais” entre os vários meios aqui descritos; eram realizados sobre mapas e permitiam, portanto, simular operações em escalas maiores do que nas *Generalstabsreisen* e nos problemas táticos, pondo os participantes em condições de tomarem decisões a nível operacional ou até estratégico. Para além disso, Foley sublinha um aspeto crucial em relação aos *Kriegsspiele*,

²⁰² *Idem*, pgs. 208-218

²⁰³ *Idem*, pgs. 61-71. A viagem de Estado-Maior descrita por Foley era central no que diz respeito às perspetivas estratégicas alemãs, pois o contexto onde foi realizada – os lagos masurianos – foi alvo de vários estudos realizados pelo Estado-Maior alemão. Um desses, o *Denkschrift über die Narewlinie und die Czerwony Bor Stellung* (“memorando em torno da linha Narew e da fortificação do Czerwony Bor”), de 1909, constitui um exemplo cabal de um documento produzido pela sétima *Abteilung* – o departamento das fortificações da frente oriental: nas vinte páginas do documento, os Oficiais da sétima *Abteilung* definem o que se entendia por linha Narew – o médio e baixo curso do rio Narew –, as fortificações que presidiavam as passagens do rio e o estado das linhas de comunicação; era seguidamente proporcionada uma análise dos territórios da bacia hidrográfica do rio, na qual se examinava se estes permitiriam quer a passagem de grandes unidades de tropas, quer o abastecimento das unidades em trânsito; o estado das pontes e os dados hidrográficos do rio durante o ano são analisados mais detalhadamente: estas considerações eram de seguida analisadas de um ponto de vista tático; por fim, são analisadas as fortificações presentes e o valor estratégico do rio. É necessário sublinhar que o documento era *Geheim* (segredo). Veja-se *Denkschrift über die Narewlinie und die Czerwony Bor Stellung*, BArch/MA, PH 3/130.

afirmando que estas simulações não tinham “soluções” previstas pelos organizadores – nomeadamente o Chefe de Estado-Maior –, ou seja, os participantes não deviam encontrar a maneira de “ganhar” a simulação, mas sim tomar decisões sob pressão – *id est*, com pouco tempo à disposição e outrossim poucas informações a partir das quais tomar as decisões, como se de uma situação bélica real se tratasse –, enfrentar as consequências destas decisões durante a simulação e, sobretudo, argumentar e justificar as decisões tomadas junto do Chefe de Estado-Maior e os outros participantes da simulação²⁰⁴.

Sustenta Foley que Schlieffen não distribuía os relatórios dos *Kriegsspiele* e que, por causa disto, muitos foram perdidos definitivamente, sobretudo durante o incêndio que destruiu o arquivo militar alemão de Potsdam, em 1945. Contudo, salvou-se o relatório relativo ao *Kriegsspiel* de dezembro de 1905²⁰⁵, de particular interesse porquanto realizado enquanto o Chefe de Estado-Maior Schlieffen estava a elaborar o plano militar que leva o seu nome. Este *Kriegsspiel* é pertinente pois demonstra de forma cristalina que, no período em que o plano *Aufmarsch I* estava a ser elaborado, os axiomas de Schlieffen descritos *supra* ainda não haviam sido elevados ao estatuto de paradigmas. A este respeito, há vários elementos que devemos sublinhar. Em primeiro lugar, o relatório de Schlieffen aborda alguns temas políticos de relevo em relação às perspectivas de guerra: sustenta o Chefe de Estado-Maior que o cenário do *Kriegsspiel* – que previa uma guerra entre a França, o Reino Unido e a Rússia contra a Alemanha e o Império Austro-Húngaro –, era uma possibilidade plausível há já 20 anos, tendo sido até avançada pela imprensa francesa – *France Militaire* e *Le Matin* – nos meses anteriores ao *Kriegsspiel*. Contudo, Schlieffen defende que “*While the realization of such a scenario is unlikely or, better said, impossible, it none the less offers enough interest for us to occupy ourselves with it*”²⁰⁶. O Chefe de Estado-Maior acrescenta que esta guerra possivelmente não se limitaria às frentes ocidental-francesa e oriental-russa, e que haveria de ter em conta a abertura de uma terceira frente setentrional por causa de uma ação inglesa, que poderia ser orientada para o desembarque de três Corpos de Exército na Jutlândia. Porém, esta não é a única possibilidade: Schlieffen refere também que a força inglesa poderá ser orientada para um desembarque na França em Dunquerque ou Calais, e neste respeito constituir-se-á como corpo auxiliar à ala esquerda francesa e, portanto, dependente do Comando francês (na tradução de Foley, Schlieffen diz “*others would have it [a força inglesa] landing in a Channel port, playing the unenviable role of French auxiliaries*”²⁰⁷). Em segundo lugar, como aludido *supra*, o axioma estratégico de Schlieffen, ou seja, orientar a massa crítica das forças alemãs contra a França e só consecutivamente deslocar esta massa crítica contra os russos, foi completamente alterado no âmbito do *Kriegsspiel* de 1905: “*because of the greater prospect of not only defeating the*

²⁰⁴ *Idem*, pg. 9.

²⁰⁵ Este relatório encontra-se no arquivo militar friburguês, veja-se *Schlussbesprechung zum Kriegsspiel*, BArch-MA, PH 3/425.

²⁰⁶ Foley, Robert T., *Alfred von Schlieffen's Military Writings*, obra citada, pgs. 119-120. É com certeza significativo que Schlieffen considerasse um cenário como o aqui descrito impossível de realizar-se.

²⁰⁷ *Ibidem*.

*Russian force but of annihilating it completely*²⁰⁸, a massa crítica alemã é disposta, nesta simulação, na frente oriental. Um outro elemento pertinente, que virá a ser citado também no plano *Aufmarsch I*, é a ênfase que Schlieffen põe na necessidade de evitar uma guerra prolongada como na Manchúria entre a Rússia e o Japão²⁰⁹; para obter uma vitória decisiva, como esperado pelo Chefe de Estado-Maior, existiam várias possibilidades tático-operacionais adotadas na simulação e consideradas por Schlieffen; entre estas possibilidades Schlieffen tem em conta também a tática de infiltração, caso o atacante tivesse conseguido encontrar um intervalo aproveitável na linha adversária, como aconteceu na batalha de Shaho na Manchúria, em 1904. Todavia, a opinião prevalente do Chefe de Estado-Maior mantém-se em continuidade com aquilo que foi referido anteriormente, ou seja, o cerco das linhas inimigas é a melhor tática para obter vitórias decisivas e, por isto, é sempre preferível²¹⁰. Para além da frente oriental, considerada a mais importante no âmbito do *Kriegsspiel*, a simulação incluía ainda operações na frente ocidental francesa. Porém, ao contrário do cenário oriental, estas operações eram caracterizadas pela atitude defensiva alemã e pela violação francesa da neutralidade belga, numa operação de facto idêntica à que o Chefe de Estado-Maior elaborou e incluiu no plano *Aufmarsch I*. No que diz respeito às operações simuladas na frente ocidental, o relatório de Schlieffen refere que forças inferiores – neste caso as alemãs – podem alcançar uma vitória quase inesperada através da melhor organização do Comando e da capacidade deste último de prontamente tirar partido dos erros cometidos pelos Comandos franceses²¹¹. Em conclusão, o Chefe de Estado-Maior explica no seu relatório qual o sentido de realizar simulações como os *Kriegsspiele* e quais eram os seus verdadeiros objetivos:

*The players, though, will get over them as long as they keep the main goals before their eyes – to train as commanders and to prepare for war. Thus, it is unimportant whether one or the other of the players is the victor. It is more important that each was forced to make as many difficult and swift decisions as possible.*²¹²

O último meio aqui descrito é constituído pelos problemas tático-estratégicos. Esta simulação era estruturada de forma essencial, sendo constituída por elementos contextuais – no caso que será analisado *ultra*, por exemplo, a descrição da avançada de um corpo inimigo, a descrição das tropas à disposição do participante e poucas informações sobre as manobras do exército invasor – e uma pergunta, que correspondia literalmente ao problema que o participante devia resolver.

No caso relatado por Foley, o problema tático-estratégico foi a retoma, por parte de Schlieffen, das considerações realizadas em torno de um *Kriegsspiel* de 1905 que necessitavam de ulteriores análises,

²⁰⁸ *Ibidem*.

²⁰⁹ *Idem*, pg. 121, 126.

²¹⁰ *Idem*, pgs. 126-127.

²¹¹ *Idem*, pgs. 127-138.

²¹² *Idem*, pg. 139.

pois durante o *Kriegsspiel* os participantes exprimiram a impressão de que não existiriam alternativas possíveis ao resultado da simulação. No caso específico, o problema tático-estratégico, assim como o *Kriegsspiel*, considerava uma força inimiga – o exército azul, neste caso o exército alemão – que estava prestes a entrar no território presidado pelo exército vermelho – o exército russo –, e os participantes deveriam propor soluções para os problemas colocados pelo Chefe de Estado-Maior, como por exemplo, tendo em conta o caso específico dos problemas táticos-estratégicos de 1905, quais as intenções do Comando do exército vermelho no momento em que foram emitidas certas ordens, as razões destas intenções, e de que forma o mesmo Comando aborda uma tal situação que se criou em consequência de algumas decisões e evoluções no campo de batalha. O relatório é, pois, constituído essencialmente pelo resultado do debate entre o Chefe de Estado-Maior e os participantes, no qual Schlieffen expressava os seus ideais estratégicos para instruir os Oficiais participantes de acordo com os seus princípios tático-estratégicos²¹³.

Na sequência da ordem de mobilização geral do primeiro de agosto de 1914, o *Großer Generalstab* alemão deixava de existir sob os moldes até agora descritos, encontrando-se reduzido, como dito *supra*, a um *Stellvertretender Generalstab*, e sendo a maioria dos seus Oficiais distribuídos pelos diversos corpos do exército ou redirecionados para o Comando supremo do exército, o chamado *Generalstab des Feldheeres*. A estrutura do Estado-Maior substituto era a seguinte: uma *Zentralabteilung* que reunia as funções da *Zentralabteilung*, da segunda *Abteilung* e da *Sektion IIIb*, para além de incluir a tesouraria e os departamentos económicos e de gestão da Instituição; uma *Abteilung für den westlichen Kriegsschauplatz* (*Abteilung* para o teatro bélico ocidental) concentrava em si as funções das terceira e nona *Abteilungen*, mais a secção ocidental da quarta *Abteilung*; na mesma medida, uma *Abteilung für den ostlichen Kriegsschauplatz* (*Abteilung* para o teatro bélico oriental) assumia as funções das primeira e décima *Abteilungen* mais a secção oriental da quarta *Abteilung*; finalmente, o Estado-Maior substituto incluía uma *Eisenbahnabteilung* e uma *Kartographische Abteilung*, abrangendo esta última as atividades de relevo geográfico e topográfico anteriormente desempenhadas pelos departamentos técnico-geográficos do Estado-Maior. A chefia do Estado-Maior substituto foi outorgada inicialmente ao General Kurt von Manteuffel, que desempenhou esta função até dezembro de 1914, ano em que foi substituído por Moltke, o Jovem²¹⁴.

Concluindo, o Estado-Maior alemão pode ser verdadeiramente considerado um modelo institucional que, como se verá *ultra*, foi amplamente imitado pelos outros países estudados na presente tese. As razões do sucesso deste modelo são atribuíveis aos êxitos conseguidos durante as Guerras de Unificação alemãs, nomeadamente – na opinião de quem escreve – no campo de batalha de Sadowa. O objetivo principal desta Instituição, citando o título do quinto capítulo da obra de Dupuy, era institucionalizar a excelência militar; contudo, uma contribuição fundamental para a

²¹³ *Idem*, pgs. 108-118.

²¹⁴ Veja-se Major a.D. Stoeckel, *Organisation und Tätigkeit des Stellvertretenden Generalstabes der Armee mit den Dienststellen vom Chef des Generalstabes des Feldheeres in Berlin und kurzfristige Wiedereinrichtung des Großen Generalstabes bei Kriegsende*, BArch/MA, PH 3/310.

permanência em atividade desta Instituição foi dada por personalidades militares de importância capital como Scharnhorst, Moltke, o Velho, e Schlieffen. O papel desempenhado pelo Estado-Maior alemão durante a primeira guerra mundial é, justamente, considerado fundamental no que diz respeito ao decorrer deste conflito, e não foi por acaso que, depois da conclusão da Grande Guerra, um dos primeiros atos das potências vencedoras foi a extinção da Instituição aqui considerada.

A complexidade do surgimento e da evolução do *Generalstab* alemão é testemunhada por alguns elementos que emergem analisando quanto exposto até agora e que constituem chaves de leitura importantes para avançar uma análise comparada desta Instituição com os Estados-Maiores francês, inglês e português.

O primeiro elemento é a razão que determinou a surgimento do Estado-Maior prussiano, *id est*, a derrota de Jena e Auerstädt. O fracasso do exército prussiano contra o napoleônico, fracasso que também pode ser interpretado como a derrota do modelo de exército do *ancien régime* em prol de um modelo de exército fundamentado na conscrição obrigatória, induziu a revisão completa e a reforma do aparelho militar prussiano. Para além da derrota em si, é de ter em conta também as disposições da paz de Tilsit, que reduziam sensivelmente o número dos efetivos do exército prussiano; neste contexto, a preparação de uma futura guerra contra os franceses passava em primeiro lugar por uma reforma do Comando e da gestão das forças armadas.

Um outro elemento fundamental no processo do surgimento do Estado-Maior prussiano foi a sua instituição no âmbito da criação do Ministério da Guerra. Neste respeito, o Estado-Maior era enquadrado dentro desta estrutura e, portanto, com margens de iniciativa ainda limitadas. Contudo, esta estrutura não impediu Scharnhorst de preparar planos para a guerra da Sexta Coligação e tornar-se Chefe de Estado-Maior de Blücher; depois da morte de Scharnhorst, o papel de Chefe de Estado-Maior prussiano foi atribuído a Gneisenau, que continuou a ser o Chefe de Estado-Maior de Blücher. Nestes primórdios da Instituição aqui considerada, emerge de forma evidente a missão deste órgão, missão que não irá mudar ao longo de toda a sua história: preparar a guerra através da produção de planos estratégicos ou operacionais e auxiliar o Comando Supremo durante a condução das operações. Em segundo lugar, o facto do Estado-Maior prussiano ter surgido dentro do Ministério da Guerra oferece a oportunidade de ler o desenvolvimento desta Instituição do ponto de vista do seu grau de independência dos órgãos políticos do Estado prussiano-alemão: na análise apresentada no presente capítulo, emerge de forma evidente a tendência do *Generalstab* de ganhar margens de iniciativa e ação dentro do aparelho militar alemão. Neste contexto, existem três momentos que constituem mudanças importantes não somente no que diz respeito ao Estado-Maior alemão, mas também que determinam mudanças substanciais no âmbito do aparelho militar alemão *sensu lato*.

O primeiro momento foi a separação do Estado-Maior prussiano do Ministério da Guerra em 1825; como referido *supra*, não obstante terem sido apresentadas razões eminentemente orçamentais para separar a Instituição aqui analisada do Ministério da Guerra, é muito provável que o A.K.O. de fevereiro de 1825 tenha sido um sucesso pessoal de Müffling em vista a ganhar mais independência

para a Instituição por ele liderada. Contudo, o Estado-Maior prussiano neste momento não era muito mais do que uma Instituição com poder consultivo e executivo, e a parcial independência ganhada a partir de 1825 não mudou substancialmente as suas funções; contudo, foi o primeiro passo para se tornar a principal Instituição militar alemã.

O segundo momento é constituído pela emergência de Moltke, o Velho. Quando Moltke se tornou Chefe de Estado-Maior, o órgão que liderava não era muito diferente do de Müffling: como referido *supra*, por causa das suas funções consultivas e executivas, era escassamente considerado pelos Comandos prussianos, ao ponto que ao deflagrar da Segunda Guerra do Schleswig o próprio Moltke não foi considerado, nem para elaborar planos militares contra a Dinamarca, nem para auxiliar os Altos Comandos das operações. Foi Manteuffel a propor a nomeação de Moltke ao posto de Chefe de Estado-Maior de Wrangel em lugar de Falckenstein que abriu o caminho para a definitiva emergência do *Generalstab* prussiano, sendo a proposta de Manteuffel literalmente um *Deus ex machina*; deste ponto de vista, o facto de que a Instituição aqui analisada não fosse considerada e que a nomeação de Moltke fosse devida ao relacionamento entre este último e Manteuffel ou, como descrito *supra*, ao relacionamento entre Moltke e o futuro rei Guilherme I, não muda o contexto de emergência do Estado-Maior liderado pelo Oficial meclemburguês. Se por um lado a nomeação de Moltke ao posto de Chefe de Estado-Maior de Wrangel pode ser imputada a elementos alheios às dinâmicas ou à potencialidade do *Großer Generalstab*, por outro o trabalho realizado pelo Oficial meclemburguês durante a campanha dinamarquesa foi fundamental para a emergência definitiva do Estado-Maior no âmbito do aparelho militar prussiano. O sucesso da campanha dinamarquesa induziu a chefia político-militar de Berlim a confiar ao Oficial meclemburguês a preparação da guerra contra os austríacos: a vitória de Königgrätz e o sucesso da campanha boémia projetaram o Chefe de Estado-Maior e a Instituição por ele liderada numa posição de primazia dentro do aparelho militar prussiano; o planeamento e a condução da campanha francesa de 1870-1871 permitiram a Moltke de se impor como autoridade suprema *de facto* do aparelho militar alemão e ao Estado-Maior alemão de assurgir a modelo institucional e ter uma fama que se espalhava muito para além das fronteiras do Império alemão.

Finalmente, o terceiro momento foi determinado pela definitiva independência alcançada pelo Estado-Maior de Moltke em 1883 com a obtenção do *Immediatvortrag*, ou seja, o direito do Chefe de Estado-Maior de tratar diretamente com o *Kaiser*, que *de jure* era o Comandante Supremo das forças armadas alemãs, portanto sem ter de passar pelo filtro constituído pelo Ministro da Guerra. Com a obtenção do *Immediatvortrag* o Estado-Maior tornava-se uma Instituição completamente independente gerida por uma autoridade que não era controlada por nenhum órgão político salvo o *Kaiser*.

Continuando a descrição dos elementos chave relativos à evolução do *Generalstab* alemão, um ulterior elemento de relevo é constituído pela sua progressiva articulação em mais departamentos, divisões e secções. É de ter em conta que o século XIX foi caracterizado por um desenvolvimento

tecnológico que afetou radicalmente as sociedades europeias em geral e as sociedades militares em particular. A particularidade do Estado-Maior alemão em comparação com os outros Estados-Maiores foi que não pôde imitar modelos institucionais já existentes como aconteceu, por exemplo, no caso francês, como virá a ser descrito *ultra*, capítulo 3: o Estado-Maior francês, tendo sido instituído somente em 1871, podia imitar – e, de facto, imitou amplamente – uma Instituição que já funcionava e que deu resultados importantes nos campos de batalha, ou seja o próprio *Generalstab* alemão. Sendo assim, emerge a flexibilidade do Estado-Maior alemão ao longo do seu desenvolvimento. Refere Stoeckel que no plano de Massenbach – retomado e reformado mais tarde por Scharnhorst – o Estado-Maior prussiano era composto por quatro departamentos; na véspera da Grande Guerra, o *Großer Generalstab* somava 27 departamentos inclusive os OQ, departamentos divididos em secções e subdivisões. Pode-se interpretar esta flexibilidade do *Generalstab* alemão como uma consequência da necessidade de atualizar-se constantemente sobre todos os elementos que podiam constituir um avanço do ponto de vista do desempenho militar. Estes elementos eram sobretudo de natureza tecnológica – *in primis* as ferrovias, mas também as inovações determinadas pela invenção do motor a combustão interna como os carros, os camiões e, finalmente, os aviões – e o papel desempenhado pelo Estado-Maior alemão foi de aproveitar todas as inovações tecnológicas que podiam constituir uma mais-valia de um ponto de vista militar. Para além do aproveitamento das inovações tecnológicas, desde o seu surgimento a Instituição aqui considerada mostrou um forte interesse no que diz respeito às questões geográficas: excluindo os primeiros anos de existência do *Generalstab* prussiano, anos nos quais as dinâmicas geográficas se resumiam na recolha de mapas na *Plankammer*, já a partir de 1817 foi instituído um instituto litográfico para a produção de mapas e, nos anos a seguir, os departamentos geográficos aumentaram consideravelmente para proporcionar mapas cada vez mais detalhados ao Estado-Maior.

Concluindo, emergem de forma evidente as razões pelas quais o Estado-Maior alemão se tornou um modelo para as outras potências europeias: para além de ter sido o primeiro Estado-Maior a ser instituído, a força de algumas personalidades permitiu a esta Instituição sobreviver – antes – e emergir – depois – dentro do aparelho militar prussiano. Com Moltke o Estado-Maior prussiano chega à definitiva emergência e impôs-se como Instituição de referência dentro do aparelho militar prussiano; as vitórias contra os austríacos em 1866 e os franceses em 1871 determinaram a assunção do *Generalstab* como modelo para os outros países, em primeiro lugar para a França republicana.

Todavia, considerar exclusivamente o Estado-Maior alemão como modelo para proporcionar uma definição historicamente fundamentada da Instituição do Estado-Maior seria redutor. Assim, o primeiro termo de comparação com a Instituição até agora analisada será o Estado-Maior da segunda principal potência militar continental europeia, o Estado-Maior francês.

CAPÍTULO III – ORGANIZAR A *REVANCHE*: O *ETAT-MAJOR DE L'ARMÉE FRANÇAIS*.

1. CONTEXTO E LIMITES DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM ESTADO-MAIOR EM FRANÇA, 1818-1871.

No âmbito da análise realizada na presente tese, o segundo Estado-Maior a ser apresentado e que vai ser alvo de investigação é o Estado-Maior francês. De um ponto de vista exclusivamente cronológico, o *Etat-major* francês foi o segundo a ter sido instituído entre os quatro considerados na presente tese, pois foi implementado a partir de 1871, portanto 65 anos depois do Estado-Maior prussiano de Scharnhorst. Contudo, existem diversos elementos cuja análise contribui para uma melhor contextualização da criação deste órgão militar, elementos que recuam até à idade napoleónica e que permitem problematizar a questão relativa ao surgimento do Estado-Maior aqui considerado de forma mais profícua.

Em primeiro lugar, é necessário sublinhar um facto aparentemente paradoxal acerca da questão sobre qual foi o primeiro Estado-Maior moderno a surgir entre os analisados na presente tese. No capítulo anterior afirmou-se que o primeiro Estado-Maior militar surgiu na Prússia após a derrota sofrida pelo seu exército em Jena e Auerstädt em outubro de 1806; porém, como foi sublinhado *supra*, capítulo 2, o primeiro esboço de Estado-Maior moderno pode-se encontrar na figura do Marechal Louis-Alexandre Berthier e nas funções que Napoleão lhe atribuiu já durante as campanhas italianas de 1796-1797. Apesar de Berthier não desempenhar nenhuma função relativamente à planificação das operações de campanha – elemento que constitui o maior limite para definir Berthier e os seus colaboradores como “Estado-Maior moderno” –, deve-se realçar que as funções de gestão da logística militar e da correspondência entre o Comandante em Chefe e as unidades do Exército da Itália constituem elementos típicos dos Estados-Maiores modernos e que se podem facilmente encontrar na estrutura do *Großer Generalstab* alemão. Para além destas atribuições, que caracterizam Berthier por ser um Chefe de Estado-Maior pessoal do Comandante mas que outrossim projetam o Major-General francês na esfera do Estado-Maior moderno, é necessário sublinhar o que Michaël Bourlet defende no seu artigo *L'îlot Saint-Germain au tournant des XIXe et XXe siècles*, ou seja que Napoleão criou o posto de Major-General especialmente para Berthier, a fim de sublinhar o papel peculiar que este desempenhou dentro do Exército da Itália e, mais tarde, na *Grande Armée*, tendo a responsabilidade sobre o *Grand Quartier Impérial*, ou, em termos mais gerais, para caracterizar melhor o papel do Marechal Berthier enquanto Chefe de Estado-Maior; Bourlet refere também que o Estado-Maior liderado por Berthier era dividido em *Bureaux*, mas não define nem os nomes, nem as atribuições destes departamentos; finalmente, o autor francês afirma que o Estado-Maior de Napoleão não desempenhava nenhuma função relativa à planificação das operações, sendo esta reservada a

Napoleão, mas que se limitava a gerir a comunicação entre o Comandante em Chefe e as unidades do exército¹.

O caso aqui apresentado de Berthier e do Estado-Maior napoleónico pode ser considerado como característico de uma fase de transição na história das chefias militares, pelo facto de, como sublinhado *supra*, inaugurar uma fase em que o Estado-Maior já não é somente um órgão de suporte em tempo de guerra ao Comandante supremo – como já era desde a antiguidade e como continuará a ser também depois da institucionalização dos Estados-Maiores modernos –. Nesta nova fase, o órgão militar aqui investigado tinha evoluído no sentido da permanência – e prova disso é a criação do posto de Major-General – e da articulação interna – determinada pelos *bureaux* nos quais esta Instituição militar se estruturava. Contudo, esta fase caracteriza-se por ser um caso muito limitado, pois o apogeu e queda de Napoleão determinaram *sensu stricto* a existência e a fortuna deste órgão militar: pode-se supor que a fuga para a Bélgica de Berthier durante os *Cent Jours* e a ausência de um Estado-Maior liderado por uma personalidade competente como este último na campanha de Waterloo tenha afetado o êxito final da própria campanha; conseqüentemente, a queda de Napoleão determinou o desaparecimento da Instituição do Estado-Maior na França: na parte do seu artigo que diz respeito a Berthier, Bourlet acrescenta que até à instituição do *Etat-Major de l'Armée* depois da guerra contra a Prússia de 1870-1871, nunca existiu em França uma Instituição parecida à prussiana ou à do Marechal Berthier². Deste ponto de vista não é paradoxal o facto de que, não obstante os primeiros pródromos de um Estado-Maior moderno terem aparecido na França napoleónica, a origem deste órgão militar se encontrar na Prússia não só durante a idade napoleónica, mas também enquanto o Estado-Maior de Berthier ainda estava presente e ativo.

A breve existência do Estado-Maior de Berthier constituiu uma exceção dentro da organização do aparelho militar francês; em termos mais gerais, todavia, pode-se afirmar que a organização das Instituições militares francesas durante a época revolucionária e a idade napoleónica não teve impactos profundos e duráveis pelo menos até 1871. A este propósito, afirma Monteilhet que durante a Restauração e ainda durante o *Second Empire* a organização militar francesa tinha mais pontos de continuidade com as estruturas militares do *ancien régime* do que com a modernidade moldada pela revolução industrial – inclusive as suas conseqüências sociais – e o progresso tecnológico, elementos que, como foi visto *supra*, determinaram importantes modificações no aparelho militar prussiano. As razões que induziram a chefia política francesa a regressar ao antigo sistema, abandonando perspectivas como a de nação em armas e a da abertura dos postos de Oficiais superiores para indivíduos sem

¹ Bourlet, Michaël, *L'ilot Saint-Germain au tournant des XIXe et XXe siècles*, Revue Historique des armées, vol. 248, 2007, pg. 5. Veja-se também *supra*, capítulo 2, nota 8.

² É referido no volume introdutivo ao *Inventaire sommaire des archives de la guerre* relativo aos documentos de natureza militar presentes no arquivo de Vincennes que antes da guerra contra a Prússia não existiu um órgão puramente militar para a preparação das operações; contudo, existia um *bureau* que tratava das operações militares na primeira Direção do Ministério da Guerra, chamada de “*correspondence générale – opérations*”. O chefe deste *bureau*, todavia, era um civil. Veja-se Guinard, Pierre, *Inventaire sommaire des archives de la guerre: Introduction: organisation de l'armée française, guide des sources, bibliographie*, Troyes, Ministère de la Défense, Etat-Major de l'Armée de Terre – Service historique, 1975, pg. 11.

títulos de nobreza, são resumidas por Monteilhet quando escreve que “*la grande préoccupation fut le danger d’armer la nation*”, pondo assim em estrita relação o conceito de nação em armas com o êxito dos motins de Paris de 1789 e, mais em geral, com a possibilidade de subversão da ordem constituída³. Sendo assim, torna-se clara a razão por que na França não houve nenhuma reforma maior do exército até à guerra contra a Confederação Germânica do Norte em 1871, sendo a única exceção neste quadro a introdução da reserva na ordem do exército francês em 1868⁴.

Não obstante a Restauração haver limitado o processo de desenvolvimento do aparelho militar francês, este período foi importante porque criou algumas das bases contextuais para o futuro surgimento da Instituição militar considerada na presente tese.

Depois da queda definitiva de Napoleão e o regresso de Luís XVIII de Bourbon, instaurou-se em França uma monarquia na qual o governo e o parlamento desempenhavam um papel drasticamente maior em comparação com o passado monárquico absolutista. O Ministério da Guerra, instituído em 1791, não deixou de estar em atividade durante a Restauração e, pelo contrário, ganhou mais responsabilidades do que antes, pois devia-se justificar politicamente não só frente ao Rei, mas também face à Assembleia. No período 1815-1871 sucederam-se 38 Ministérios da Guerra e 35 Ministros, testemunhando o problema de estabilidade política da França do século XIX⁵. Afirma Carré que o Ministro da Guerra

devient en fait le réel titulaire du commandement militaire. Technicien choisi avant tout en raison de sa compétence, il supplée à l’incapacité du monarque. Le commandement suprême de l’armée appartenant en droit et en principe à ce dernier est, en fait, exercé par le ministre.

Numa situação em que os revezamentos dentro do Ministério da Guerra eram muito frequentes, a continuidade dos trabalhos era garantida pela comum origem dos Ministros, como salientado por Carré, todos militares menos um, Dominique Arago, que exerceu as funções de Ministro da Guerra durante a *Deuxième République*; entre os Ministros da Guerra militares, 6 foram *Maréchaux de France*, como Gouvion Saint-Cyr e Soult⁶.

³ A correlação entre a nação em armas e o perigo revolucionário é, na opinião de quem escreve, pouco sustentável de um ponto de vista historiográfico se colocada em referência direta aos acontecimento de 1789, pois, como foi sublinhado no capítulo precedente, nota 8, o conceito de nação em armas foi introduzido – ao início parcialmente – somente a partir da *levée en masse* prevista pela lei Carnot de 1793 e – de forma mais completa – com a implementação da lei Jourdan-Delbrel de 1798, portanto dez anos depois da deflagração da Revolução. Contudo, se se puser a preocupação referida por Monteilhet no contexto político-cultural da Restauração e à luz dos acontecimentos de 1848, o receio da chefia política francesa para com um perigo revolucionário suportado por uma nação em armas torna-se muito mais tangível. A este respeito, veja-se Hippler, Thomas, *Conscription in the French Restoration*, War in History, vol. 13, III, 2006, pgs. 281-298.

⁴ Monteilhet, Joseph, *Les Institutions Militaires de la France*, La Vauzelle, 1926, pgs. 1-53.

⁵ Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, Paris, Centre d’étude d’histoire de la Défense, Lavauzelle, 2001, pgs. 139-146.

⁶ É importante sublinhar as palavras de Carré relativamente ao papel desempenhado pelos Ministros da Guerra, papel que se estendia para além do âmbito governativo pelo facto de, em caso de guerra, estes Ministros abandonarem o cargo para ir conduzir as tropas em campanha, como no caso de Bournemont na campanha de

Neste contexto político-militar dominado pelo conservadorismo face às inovações organizativas relativas ao mundo militar, a única alteração de relevo introduzida em França depois dos *Cent Jours* foi a instituição de um *Corps d'Etat-Major*.

O principal patrocinador desta modificação a nível institucional do exército foi uma personagem fundamental do mundo militar francês durante a Restauração, ou seja, Laurent Gouvion de Saint-Cyr. Gouvion de Saint-Cyr, militar que teve uma carreira fulgurante durante a época revolucionária e a idade napoleónica, chegando a obter já durante a campanha de Rússia o bastonete de Marechal, recebeu o cargo de Ministro da Guerra em junho de 1815, logo após a entronização de Luís XVIII. Apesar de o seu cargo se ter concluído em setembro do mesmo ano, já naquela altura Gouvion estava a trabalhar para reformar radicalmente o aparelho militar francês em dois sentidos: por um lado, tratava-se de ultrapassar o sistema de recrutamento em vigor depois da queda de Napoleão, sistema fundado exclusivamente na leva voluntária; por outro lado, tratava-se de resolver um problema que o Marechal experienciou durante as campanhas de Napoleão, ou seja, fornecer às unidades do exército Oficiais de Estado-Maior em maior número e mais competentes, pois a seleção destes Oficiais era anteriormente realizada através de critérios de cooptação por parte dos Comandos das diversas unidades. Estes Oficiais de Estado-Maior fariam parte de um corpo especial chamado *Corps spécial d'Etat-Major*; os seus membros, nas palavras de Eugène Alphonse Riff,

*auraient l'instruction, les connaissances nécessaires pour faire un bon service, soit comme aides de camp des généraux, soit comme officiers attachés aux états-majors des armées, des corps d'armée, des divisions, aussi bien en campagne que pendant la paix.*⁷

A brevidade do período durante o qual Gouvion foi Ministro da Guerra não lhe permitiu implementar as reformas que estava a planear; contudo, o seu regresso ao Ministério da Guerra no dia 12 de novembro de 1817 deu-lhe a possibilidade de apresentar o seu plano de reforma do aparelho militar que visava introduzir o Corpo de Estado-Maior e reformar o sistema de recrutamento do exército, para além de projetar um sistema de fortificações para defender a fronteira oriental francesa⁸.

Argel de 1830, ou de Vaillant, que se tornou Chefe de Estado-Maior de Napoleão III durante a Segunda Guerra de Independência Italiana em 1859. *Idem*, pg. 147-148.

⁷ Riff, Eugène A., *Histoire de l'ex-Corps d'Etat-Major*, publicação do periódico *Spectateur Militaire*, 1881, pg. 6.

⁸ Uma das razões pelas quais a implementação da reforma de Gouvion foi aceite reside na existência de órgãos parecidos nos aparelhos militares prussiano e austríaco: constituindo estes corpos uma vantagem militar nas mãos de possíveis inimigos, o caminho para a implementação desta modificação a nível orgânico do aparelho militar francês foi facilitado. *Idem*, pgs. 7-13. A reforma do sistema do recrutamento do exército francês reificou-se com a *Loi sur le Recrutement de l'Armée* de 10 de março de 1818, melhor conhecida como lei Gouvion-Saint-Cyr, que definia um sistema de recrutamento alicerçado por uma conscrição espúria: uma vez que vinha a ser definido o número de recrutas a enquadrar nas unidades ativas por ano (inicialmente em número de 40.000 por ano para efetuarem um serviço de 6 anos, sendo a tropa ativa total composta por 240.000 homens), eram enquadrados os recrutas voluntários e, finalmente, preenchiam-se os quadros com conscritos alistados por sorteio entre os recrutáveis divididos por classes de idade. Este sistema não sofrerá modificações até 1872. Veja-se *Loi sur le Recrutement de l'Armée*, Bulletin des lois, 1818, série 7, n° 200, lei n° 3695, pgs 121-133; texto da

Com a ordenança de 6 de maio de 1818 foi instituído o *Corps spécial d'Etat-major*, órgão que enquadrava 30 coronéis, 30 tenentes-coronéis, 90 chefes de Batalhão, 270 capitães e 125 tenentes, por um total de 545 Oficiais; a este total estavam integrados 100 *aides-majors* com posto de tenente ou subtenente, que podiam ser empregues nos Estados-Maiores das unidades à mobilização, e finalmente 8 tenentes-gerais e 16 *marechaux de camp*, que em caso de mobilização podiam tornar-se chefes ou subchefes das grandes unidades *à l'interieur*. Em prol da instrução dos Oficiais deste corpo, a mesma ordenança instituía uma *Ecole d'application d'Etat-Major* em Paris, escola que tinha o explícito propósito de ser uma escola militar de *élite*⁹. Sendo assim, o Corpo de Estado-Maior francês caracteriza-se por ser simplesmente um conjunto de Oficiais cuja atribuição e tarefa é suportar a atividade dos Comandos das unidades militares em pé de paz e – sobretudo – em pé de guerra, constituindo os Estados-Maiores das unidades mobilizadas¹⁰.

A organização do Corpo de Estado-Maior francês foi modificada em 1831 com a integração dentro do corpo dos engenheiros-geógrafos do *Depôt de la Guerre*¹¹ e, por conseguinte, com a assunção das responsabilidades sobre os trabalhos geográficos¹². Em 1833, uma nova instrução estabelecia que, a cada ano, podia ser aceite no corpo um número de novos Oficiais de no máximo 25 unidades, consoante as necessidades do próprio corpo¹³; destes 25 Oficiais, era previsto que três viessem da

lei disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6521587x?rk=343349;2>. Em torno do projeto de fortificações em Lorena, veja-se Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pgs. 148-150.

⁹ *Idem*, pgs. 13-17.

¹⁰ A este respeito, o Corpo de Estado-Maior francês pode resultar bem descrito pela quinta definição de Estado-Maior proposta por Dallas Irvine, definição que reza que um Estado-Maior pode ser *a special corps or establishment of officers which provides staffs to assist various commanders of combined arms in exercising the functions of command and administrative control, as distinct from the functions of administrative management within established administrative departments*. Veja-se *supra*, capítulo 1.

¹¹ Carré traça as linhas principais do surgimento e desenvolvimento desta Instituição: o surgimento deste órgão remonta a Luís XIV e Louvois, apesar de não haver ordenanças sobre o seu surgimento; sem entrar nos detalhes da evolução deste órgão consagrado aos trabalhos geográficos e históricos, é necessário evidenciar como o *Depôt* em 1846 foi integrado no Ministério da Guerra e assume uma estrutura por secções, na qual a primeira era chamada de “*Section d'état-major*” e ocupava-se do novo mapeamento da França, a segunda era dedicada aos trabalhos históricos, a terceira era de estatísticas militares e tratava da recolha e estudo das informações sobre os exércitos estrangeiros – secção que de facto se tornará o *deuxième bureau* do Estado-Maior francês – e, finalmente, um *bureau* que tratava das operações e que era associado à terceira secção de forma descontínua (“*par intermittence*”); o arquivo e a biblioteca militar são também postos sob a responsabilidade deste órgão. Carré sustenta, finalmente, que a secção das estatísticas militares e o *bureau* das operações constituem verdadeiramente o órgão de preparação das operações militares. Veja-se Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pgs. 161, 164-165. Riff também relata informações interessantes sobre a estrutura interna do *Depôt de la Guerre*; contudo, estas informações diferem ligeiramente das referidas por Carré: afirma o ex-Oficial do Corpo de Estado-Maior que o *Depôt* era estruturado em 4 secções, sendo a primeira relativa aos trabalhos para a criação da *carte d'Etat-Major*, ou seja o mapa oficial da França em escala 1:40.000, a segunda relativa aos *travaux intérieurs* e à produção de outros mapas e desenhos, a terceira a *section historique* e a quarta a *section de statistique*, secção que se ocupava da recolha e catalogação dos documentos relativos aos aparelhos militares francês e estrangeiros. Veja-se Riff, Eugène A., *Histoire de l'ex-Corps d'Etat-Major*, obra citada, pgs. 75-77.

¹² *Idem*, pgs. 66-67.

¹³ Relata Riff que entre 1860 e 1878 (mas não é apresentado o dado de 1863) foram promovidos ao Corpo de Estado-Maior 405 Oficiais provenientes da *Ecole de Etat-Major*, com média de 22,5 Oficiais por ano e tendo como extremos numéricos os 17 Oficiais promovidos em 1866 e 1877 e os 33 Oficiais promovidos em 1871. *Idem*, pgs. 200-201.

Academia Militar de Saint-Cyr, sendo os outros 22 selecionados entre os Subtenentes de todas as Armas e os outros melhores Oficiais brevetados em Saint-Cyr; finalmente, foi previsto um sistema de estágios para melhor integrar os jovens Oficiais dentro do Corpo de Estado-Maior¹⁴.

A centralidade do *Corps d'Etat-Major* dentro do aparelho militar e também dentro do âmbito político franceses é amplamente testemunhada por Riff quando apresenta uma breve lista de Oficiais deste corpo que desempenharam cargos políticos em França: de todos os Oficiais que fizeram parte do Corpo de Estado-Maior, dois foram Chefes de Estado (que Riff chama de *Chefs de Gouvernement*) – Trochu e MacMahon – e quatro foram Ministros da Guerra – Cissey, Berthaut, Borel e Gresley; o autor francês não refere dados em torno dos Oficiais do Corpo de Estado-Maior que foram deputados no Parlamento francês, mas tudo deixa pensar que houve vários; para além dos cargos políticos ocupados pelos Oficiais do *Corps*, Riff sublinha que 47 destes Oficiais alcançaram o posto de *Général de Division* sendo que cinco deles participaram ativamente em campanhas militares; finalmente, mais 61 Oficiais do *Corps* obtiveram a patente de *Général de Brigade*, posto imediatamente inferior ao de General de Divisão¹⁵.

Por um lado, apesar do autor francês ex-Oficial do Corpo de Estado-Maior afirmar que este corpo constituiu um avanço importante no que diz respeito à organização e instrução dos Oficiais franceses, por outro lado há a explícita admissão que o número limitado dos Oficiais deste corpo afetou muito o desempenho das tropas francesas durante a guerra franco-prussiana¹⁶.

A derrota na guerra franco-prussiana provocou um terramoto político-institucional em França e a subsequente instituição da *Troisième République*. De um ponto de vista militar, o debate sobre a reorganização do exército francês depois da derrota apontou para a sua modernização para preparar a *Revanche*¹⁷ contra o Império alemão e recuperar o *gap* que se tinha criado com o aparelho militar do vizinho oriental. Contudo, o *Corps d'Etat-Major* não foi suprimido e manteve as suas funções até pelo menos 1880, quando foi reorganizado e reinstituído como *Service d'Etat-Major*. A lei de 20 de março de 1880, no artigo primeiro, extinguiu o *Corps spécial d'Etat-Major* e criava o *Service d'Etat-Major*, sendo que:

Le service d'état-major est assuré:

1° Par un personnel d'officiers de toutes armes munis du brevet d'état-major et employés temporairement à ce service dans les conditions déterminées par la présente loi;

¹⁴ *Idem*, pgs. 73-75.

¹⁵ *Idem*, pgs 253-255.

¹⁶ Para além de sustentar esta hipótese, Riff elenca os nomes, postos e factos salientes de todos os Oficiais do Corpo de Estado-Maior que participaram na campanha contra a Prússia, para além de todas as campanhas militares nas quais corpos militares franceses participaram, entre as quais a guerra de conquista argelina, a guerra da Crimeia e a segunda guerra de independência italiana. Em relação à guerra contra a Confederação Germânica do Norte, veja-se *idem*, pgs. 201-245.

¹⁷ Bourlet, Michaël, *L'ilot Saint-Germain au tournant des XIXe et XXe siècles*, Revue Historique des armées, vol. 248, 2007, pg. 1.

2° Par un personnel d'archivistes et secrétaires des bureaux d'état-major.

A lei continua definindo, no artigo dois, que os Oficiais do Serviço de Estado-Maior são os *agents du commandements*; no artigo três, a lei indicava as modalidades para os Oficiais de todas as Armas obterem a patente de *officier breveté* para entrarem no Serviço de Estado-Maior e instituía, para tal fim, uma *Ecole supérieure de Guerre* que iria substituir a *Ecole supérieure militaire* criada pela lei de 13 de março de 1875; finalmente, no artigo cinco, a lei estabelecia o quadro dos Oficiais do Serviço de Estado-Maior em tempo de paz, sendo este constituído por 300 Oficiais, dos quais 25 coronéis, 35 tenentes-coronéis, 100 *chefs d'escadron* e 140 capitães; estes Oficiais eram colocados *hors-cadres*, portanto continuavam a pertencer ao corpo militar onde prestavam serviço e continuavam a concorrer para serem promovidos. O objetivo desta reforma era aumentar o número de oficiais destinados a formar os Estados-Maiores em caso de mobilização e definir melhor a posição deles dentro do aparelho militar francês; a este respeito, é importante sublinhar quanto apresentado no projeto de revisão da lei de 20 de março de 1880 no artigo 5, artigo no qual são indicados todos os Estados-Maiores existentes – ou previstos – no aparelho militar francês: trata-se do Estado-Maior do Ministro da Guerra (veja-se *ultra*), dos Estados-Maiores dos Governos (*Gouvernements*) de Paris e Lyon e dos Generais dos Corpos de Exército, os Estados-Maiores das Divisões de infantaria e cavalaria, os Estados-Maiores dos Comandos Superiores das *place-fortes* e, finalmente, os Estados-Maiores das Divisões territoriais argelinas¹⁸. Este corpo de Oficiais era auxiliado nas questões administrativas por um grupo de 150 arquivistas. A mesma lei criava um *service spécial de géographie* no *Depôt de la Guerre*, composto no máximo por dois coronéis, três tenentes-coronéis e sete *chefs de bataillon ou d'escadron*. Em conclusão, esta lei estabelecia que os Oficiais já pertencentes ao extinto *Corps spécial d'Etat-Major* iriam receber a patente de Oficial de Estado-Maior e seriam repartidos nas diversas Armas¹⁹.

A substituição do *Corps spécial d'Etat-Major* por um *Service d'Etat-Major* não foi apreciada por Riff, que via neste ato uma traição à missão do corpo ao qual pertencia, ou seja, “*pour donner à nos armées des états-majors instruits, capables et pouvant faire face à toutes les nécessités en temps de*

¹⁸ Veja-se *Révision de la loi du 20 Mars 1880 sur le service d'Etat-Major*, 1 de dezembro de 1887, SHD/AV – 5N1. Outrossim, neste projeto de revisão de lei o número de oficiais do Serviço de Estado-Maior é aumentado de 300 para 350. O aumento progressivo dos Oficiais que faziam parte deste corpo, aumento devido ao crescimento dos militares efetivos do exército francês, chega até ao número de 640 Oficiais com a lei de 24 de junho de 1890; contudo, no documento diz-se que este número ainda não era suficiente para efetuar a constituição de todos os Estado-Maiores em tempo de guerra. Veja-se SHD/AV – 7N34, sobretudo *Loi des cadres – Eléments de discussion*.

¹⁹ Veja-se *Loi sur le service d'état-major*, Bulletin des lois, 1880, série 12, n° 498, lei n° 9048, pgs 311-313; texto da lei disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k2141082/f342.item>; veja-se também SHD/AV – 5N1. Em torno das funções do *Service d'Etat-Major*, é também de interesse o decreto de 1886 que determina a organização dos Estados-Maiores das unidades em campanha, Estados-Maiores que virão a ser constituídos com os Oficiais provenientes do *Service*: veja-se *Décret du 21 décembre 1886 portant Organisation du Service dans les États-Majors*, SHD/AV – 5N2, sobretudo nas partes relativas à constituição dos *bureaux*, pgs. 22 e ssgg..

*paix comme en temps de guerre*²⁰. Todavia, deve-se sublinhar que não seria correto ler a extinção do Corpo de Estado-Maior como a simples supressão de um corpo fundamental dentro do aparelho militar francês; pelo contrário, as mudanças introduzidas neste corpo enquadram-se numa reorganização mais geral do inteiro aparelho militar francês, reorganização que tinha como eixo o surgimento do *Etat-Major de l'Armée*²¹.

Antes de abordar o surgimento e a evolução da Instituição francesa do Estado-Maior do Exército, é necessário sublinhar alguns elementos em torno da evolução do contexto militar-institucional em França até à guerra contra a Confederação Germânica do Norte e, mais especificadamente, em torno da ausência de um órgão militar funcionalmente parecido com o *Großer Generalstab* prussiano.

O primeiro elemento desta análise contextual refere-se ao imobilismo geral das autoridades francesas no que diz respeito às reformas do seu aparelho militar; uma perspetiva sobre este imobilismo é avançada por Carré. O autor francês afirma que, apesar do exército francês ter sido, até aquela altura, um exército de voluntários e conscritos sorteados, foi sempre coroado pelo sucesso até 1866: porém, o péssimo desempenho durante a campanha no México – acabada em 1867 – e as notícias de Königgrätz impuseram reformas que, embora sendo necessárias, nunca foram avançadas pela hostilidade do parlamento francês. Carré, na sua análise sobre o estado do exército francês na véspera da guerra contra a Prússia, diz que a organização do aparelho militar francês era caótica e fraca, dominada pelo particularismo das diversas autoridades e por processos de trabalho bizantinos; esta situação teve até consequências na adoção de novo armamento, como no caso da adoção da espingarda Chassepot, e finalmente, aponta o autor francês, foi a causa principal da derrota face ao exército germânico em 1870-1871²².

O segundo elemento aqui considerado diz respeito, como foi sublinhado *supra*, ao surgimento do Corpo de Estado-Maior francês, elemento que pode ser considerado como uma resposta circunstanciada a um problema prático muito preciso, *id est*, a falta de Oficiais instruídos para desempenhar funções de Estado-Maior nos corpos militares mobilizados em caso de evento bélico. A ausência de qualquer tarefa relativa à planificação das operações marca uma diferença abismal entre o *Corps d'Etat-Major* e o *Generalstab* alemão, mesmo que se considere apenas o Estado-Maior alemão antes do desenvolvimento implementado por Moltke, o Velho, descrito *supra*, capítulo 2, parágrafo 2. Contudo, existe um aspeto relativo ao *Corps spécial d'Etat-Major* que, *cum grano salis*, pode colocar esta Instituição numa posição mais próxima ao *Generalstab* alemão e às funções desempenhadas por

²⁰ Riff, Eugène A., *Histoire de l'ex-Corps d'Etat-Major*, obra citada, pgs. 233, 265-279. À edição encontrada das memórias de Riff faltam as últimas páginas, destinadas aos comentários sobre a instituição do Serviço de Estado-Maior; apesar disto, o juízo do ex-Oficial do Corpo de Estado-Maior mantém-se negativo face à mudança da Instituição à qual pertencia.

²¹ Bourlet sustenta que a instituição do Estado-Maior francês se inscreve dentro da reorganização do exército francês e que esta reorganização se pode considerar o objetivo político principal da Terceira República francesa. Veja-se Bourlet, Michaël, *L'îlot Saint-Germain au tournant des XIXe et XXe siècles*, Revue Historique des armées, vol. 248, 2007, pg. 5.

²² Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pgs. 152-153, 166-168.

este último: parafraseando as palavras de Riff, o Corpo de Estado-Maior francês era um conjunto de Oficiais instruídos para proporcionar auxílio aos Oficiais Comandantes, quer em campanha, quer em pé de paz. Sendo o suporte aos Comandantes durante as campanhas razoavelmente claro, ou seja, simplificando, tratando-se do apoio à condução das tropas, por outro lado não emerge com clareza o que poderá significar, de um ponto de vista prático, o apoio proporcionado em tempo de paz. Presumivelmente, as tarefas dos Oficiais deste corpo em tempo de paz consistiam no apoio dado aos Comandos na instrução das tropas ativas e nas manobras e jogos de guerra; através da participação ativa aos treinos e à instrução, os Oficiais do Corpo de Estado-Maior contribuíam para fluidificar os mecanismos da cadeia de comando e para apertar a relação entre os decisores, *id est*, os Comandantes superiores, e a tropa.

Neste assunto, é clara a diferença em relação ao período no qual os Estados-Maiores franceses eram constituídos por pessoal cooptado pelos Comandantes: a constituição de um corpo com tarefas específicas de apoio aos Comandos e de implementação dos planos operacionais previamente estabelecidos permitiu ao exército francês tirar estas dinâmicas da discricionariedade dos Comandos Superiores e criar as bases para pôr os Oficiais deste corpo em condição de desempenhar as suas funções independentemente da unidade militar para a qual iam ser destinados. Neste sentido, a instituição do Corpo de Estado-Maior pode ser vista como a primeira, tímida tentativa francesa de dotar-se de um órgão que preparasse com antecedência algumas dinâmicas importantes dentro de um evento bélico, como, por exemplo, a transmissão das ordens e a uniformização das passagens na cadeia de comando; todavia, até 1871 continuou a faltar ao aparelho militar francês um órgão que contribuísse ativamente para a preparação dos planos operacionais, da mobilização e da concentração das tropas em caso de guerra e para o estabelecimento de uma doutrina militar reconhecida em todos os escalões do exército. Nas fontes à disposição não emergiu uma razão em particular por não ter havido nenhuma implementação de um órgão parecido com o prussiano, apesar de a França da Restauração – e sobretudo a França de Napoleão III – ter participado ativamente em várias guerras, tendo algumas implicado um esforço importante, como a Guerra da Crimeia e a Segunda Guerra de Independência Italiana. As presumíveis razões pelas quais um órgão como o Estado-Maior prussiano não foi implementado no aparelho militar francês residem, na opinião de quem escreve, por um lado nas eventuais implicações políticas que a existência desta Instituição podia determinar, e por outro na ainda escassa reputação que a Instituição alemã tinha até 1871. Partindo desta última consideração, é bom recordar que o *Großer Generalstab* prussiano, desde o seu surgimento até à chefia de Moltke, o Velho, essencialmente nunca foi chamado em causa para colaborar com a chefia militar de Berlim. Excluindo a Primeira Guerra do Schleswig, de facto uma *small war*, a Prússia não participou em nenhuma guerra importante até às guerras de unificação alemã; mesmo durante a Segunda Guerra do Schleswig, o papel desempenhado pelo Estado-Maior prussiano foi residual até à chegada de Moltke no teatro das operações. À luz disto, o Estado-Maior prussiano não podia literalmente constituir um modelo para outros países, pois nunca foi empregado ao máximo das suas potencialidades, pelo menos

até à guerra austro-prussiana: neste sentido é lícito questionar se o tempo à disposição dos franceses, caso tivessem querido instituir um Estado-Maior semelhante ao modelo prussiano depois da guerra austro-prussiana, haveria sido suficiente para evitar a derrota contra a Confederação Germânica do Norte em 1870-1871; de toda a forma, esta eventualidade nunca aconteceu, e a razão disto pode-se adscrever ao anonimado no qual se encontrava o Estado-Maior prussiano até à campanha na Boêmia de 1866.

No que diz respeito às implicações políticas referidas *supra*, aponta-se aqui para o clima político da Restauração e para o passado napoleónico francês. O clima político da Restauração é apresentado muito bem por Monteilhet quando diz que a principal preocupação francesa durante a Restauração era armar a nação através da conscrição obrigatória, facto que teria podido favorecer indiretamente uma sublevação popular como em 1789. Além disso, a instituição de um órgão central militar como o Estado-Maior podia ter conduzido a uma “solução política napoleónica”, ou seja, dar a possibilidade a um indivíduo carismático dentro do exército – o eventual Chefe de Estado-Maior – de ter suficiente poder e apoio por parte dos militares para tentar um *coup d'état*. Esta perspectiva explica porque, no período até agora considerado, no exército francês praticamente não foram implementadas reformas para melhorar o seu desempenho em campanha; esta perspectiva seria confirmada também pelos acontecimentos relativos à Guerra da Crimeia, guerra que mostrou todos os limites na planificação operacional e logística na condução das tropas quer do exército francês, quer do exército inglês, e outrossim no âmbito da Segunda Guerra de Independência Italiana, quando ao uso das ferrovias²³ não correspondeu um aproveitamento real do meio de comunicação para obter uma vantagem tática e também porque emergiram mais uma vez todos os limites do Comando Supremo do exército francês²⁴.

Como se verá *ultra*, a questão das implicações políticas relativamente ao Estado-Maior francês acompanhará todo o período aqui analisado, desde o surgimento desta Instituição em 1871 até à Grande Guerra e por todas as reformas do aparelho militar francês. Neste sentido, a chave de leitura clausewitziana proposta *supra*, capítulo 1, será fundamental para interpretar as características principais do Estado-Maior francês.

2. A REFORMA DO EXÉRCITO: O SURGIMENTO E A EVOLUÇÃO DO ESTADO-MAIOR FRANCÊS, 1871-1890.

Na sequência da derrota contra a Confederação Germânica do Norte em 1871, da mudança institucional constituída pela introdução de um regime republicano em França – a *Troisième*

²³ É necessário frisar o facto que o responsável da gestão dos recursos ferroviários para o transporte das tropas francesas era o Ministro da Guerra Vaillant, que, como dito *supra*, desempenhava as funções de Chefe de Estado-Maior de Napoleão III durante a campanha. Veja-se Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pg. 152.

²⁴ Em torno das considerações do Estado-Maior prussiano sobre os limites do exército francês durante a Segunda Guerra de Independência Italiana, veja-se *supra*, capítulo 2, parágrafo 2.

République, destinada a durar até 1940 – e *devant la persistance d'une menace allemande*²⁵, o principal objetivo da nova classe política francesa foi reformar o aparelho militar francês em previsão da *Revanche*, a vingança contra os alemães²⁶. Na análise e no debate em torno da derrota²⁷, emergiram alguns pontos críticos que acabaram por constituir os elementos para os quais apontaram as reformas do aparelho militar francês. Estes pontos podem-se resumir à ausência e à conseqüente necessidade de instituir um órgão consagrado à organização da guerra como o *Großer Generalstab* prussiano; à ausência e à conseqüente necessidade de enquadrar as grandes unidades militares também em tempo de paz para acelerar também a mobilização – mais uma vez tendo como referência o modelo de organização militar alemão; à ausência e à necessidade de estruturar uma doutrina defensiva que tivesse em conta as “*belles positions*”; e finalmente, à ausência ou insuficiência de planos de mobilização e concentração e à conseqüente necessidade de os estruturar²⁸.

No âmbito das propostas de reforma do aparelho militar francês, Corvisier frisa o contributo que os próprios militares franceses proporcionaram ao debate: as propostas apresentadas pelos militares logo depois da instauração da República foram 87, das quais 64 abordavam o tema do recrutamento e propunham a implementação de um serviço militar universal breve, de 24 ou 48 meses; 27 propostas abordavam o tema da reforma militar a nível institucional, propondo uma solução “prussiana”, *id est*, de implementar um aparelho militar que fosse organizado seguindo o modelo moltkeano: interpreta Corvisier que o facto de este conjunto de propostas não constituir nem um terço do total das propostas apresentadas implica que a “solução prussiana” não fosse sistemática dentro da intelligentsia militar francesa²⁹.

Com decreto de 8 de junho de 1871 do *Chef du pouvoir exécutif de la République française*, *id est*, o Presidente provisório da República, Adolphe Thiers, foi instituído o cargo de Chefe de Estado-Maior General do Ministro da Guerra (doravante abreviado em CEMGM) e, conseqüentemente, criado o órgão do Estado-Maior General do Ministro da Guerra (doravante abreviado em EMGM). A responsabilidade deste órgão foi entregue ao General de Brigada Edmond Hartung³⁰, sendo o EMGM

²⁵ Guinard, Pierre, *Inventaire sommaire des archives de la guerre: Introduction: organisation de l'armée française, guide des sources, bibliographie*, obra citada, pg. 9.

²⁶ Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pgs. 193-198. Acrescenta Carré que os principais artífices da reorganização do aparelho militar francês foram Léon Gambetta e Charles Freycinet, sendo o primeiro o homem político que instaurou a *Troisième République* a seguir à derrota de Sedan e o segundo o seu principal colaborador militar e, mais tarde, o primeiro civil a desempenhar as funções de Ministro da Guerra na França republicana.

²⁷ Afirma Bourlet que *la création d'un état-major est donc une idée née de la défaite*. Veja-se Bourlet, Michaël, *L'îlot Saint-Germain au tournant des XIXe et XXe siècles*, *Revue Historique des armées*, vol. 248, 2007, pg. 5.

²⁸ Guinard, Pierre, *Inventaire sommaire des archives de la guerre: Introduction: organisation de l'armée française, guide des sources, bibliographie*, obra citada, pg. 9.

²⁹ Corvisier, A. (dir.), *Histoire Militaire de la France vol. III, de 1871 à 1940*, Vendôme, Presses Universitaires de France, 1992, pgs. 3-5.

³⁰ Informações biográficas relativas ao primeiro Chefe de Estado-Maior francês são presentes no arquivo biográfico online da *Ecole Supérieur de Guerre*. É curioso notar que Hartung nasceu em Estrasburgo e, após o tratado de paz assinado em Frankfurt em maio de 1871 entre França e Alemanha, teve de escolher entre manter a sua nacionalidade francesa e emigrar ou ficar na sua cidade natal e tornar-se cidadão alemão. O General declarou formalmente que teria mantido a cidadania francesa só em junho de 1872 em Paris, portanto depois de ter

integrado na Administração Central do Ministério da Guerra. O EMGM era constituído inicialmente por dois *bureaux*, sendo o primeiro relativo à correspondência geral, às manobras e às condecorações, e o segundo relativo aos *travaux historiques*, à estatística militar, à topografia em campanha e ao arquivo. Para além do EMGM, o CEMGM era responsável também do gabinete pessoal do Ministro da Guerra e geria o *Depôt de la Guerre* através de um Tenente-Coronel do Corpo de Estado-Maior; neste novo enquadramento, o *Depôt* ocupa-se da *préparation des opérations militaires; études qui s'y rattachent, réunion des documents relatifs à l'organisation et à la mobilisation des armées; emploi des chemins de fer; travaux pratiques et reconnaissances d'état-major*³¹. Em caso de guerra, o CEMGM permanece ao lado do Ministro da Guerra para dirigir as operações e estabelecer as ordens para o movimento das tropas, portanto trabalhando a nível estratégico e longe dos teatros das operações³².

O problema principal desta organização do Estado-Maior francês era que o CEMGM era, de facto, o Chefe de Estado-Maior pessoal do Ministro da Guerra³³, ou seja, a sua autoridade estava estritamente amarrada à do Ministro, pois o CEMGM era também chefe do *Cabinet du Ministre*. Neste sentido, a cada mudança no Ministério da Guerra, havia também um revezamento no EMGM: considerada a escassa estabilidade política da Terceira República francesa, o número de Ministros da Guerra e dos seus Chefes de Estado-Maior podia ser potencialmente alto³⁴.

recebido o cargo de CEMGM. Veja-se <http://www.ecole-superieure-de-guerre.fr/edmond-henri-david-hartung.html>.

³¹ Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pgs. 206-207; em referência às atribuições do *Depôt de la Guerre* e à organização do EMGM, veja-se Guinard, Pierre, *Inventaire sommaire des archives de la guerre: Introduction: organisation de l'armée française, guide des sources, bibliographie*, obra citada, pgs. 11-12.

³² Bourlet sustenta também que *l'état-major est alors construit sur le modèle du Grand État-Major Allemand*. Veja-se Bourlet, Michaël, *L'îlot Saint-Germain au tournant des XIXe et XXe siècles*, Revue Historique des armées, vol. 248, 2007, pg. 5, e a relativa nota 8 na qual é citada a obra relativa à instituição e construção do Estado-Maior francês da autoria de Derrecagaix, Victor, *Etude sur les états-majors des armées étrangères suivie d'un projet de réorganisation de l'état-major français*, Paris, librairie J. Dumaine, 1871. A ligação entre Estado-Maior alemão e Estado-Maior francês é sublinhada também por Carré, que sustenta que o *Etat-Major* francês é *une imitation bien timide du grand état-major prussien*: Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pg. 207. Monteilhet, na sua obra, afirma em duas ocasiões que o aparelho militar francês, depois de 1871, é uma imitação fiel do modelo prussiano: veja-se Monteilhet, Joseph, *Les Institutions Militaires de la France*, obra citada, pgs. 155-159, 194-197.

³³ A ligação entre o CEMGM e o Ministro é a tal ponto forte que na lei relativa à constituição dos efetivos do exército ativo de 1875, o EMGM não aparece, pois de facto é um órgão que faz parte do âmbito político e não militar, ou seja, do Ministério da Guerra. Veja-se *Loi relative à la constitution des cadres et des effectifs de l'armée active et de l'armée territoriale*, SHD/AV – 7N33. No mesmo documento emerge que por Estado-Maior General do Exército (*Etat-major général de l'Armée*) entendia-se o corpo constituído pelos *Marechaux de France*, pelos Generais de Divisão e pelos Generais de Brigada.

³⁴ Diz-se aqui “potencialmente” pois entre o surgimento do EMGM e a primeira reforma importante deste órgão, reforma que foi implementada em 1874, portanto somente três anos depois da criação do EMGM, houve em França três governos diferentes e dois Ministros da Guerra, Courtout de Cisse e du Barail, presumivelmente com um CEMGM diferente por cada um dos dois Ministros. Contudo, como se verá *ultra*, com a reforma de 1874 esta ligação entre o Ministro e o CEMGM desaperta-se; apesar disto, os revezamentos entre os CEMGM manter-se-ão numerosos. Veja-se Bourlet, Michaël, *L'îlot Saint-Germain au tournant des XIXe et XXe siècles*, Revue Historique des armées, vol. 248, 2007, pg. 5, onde o autor francês refere que, para além da dependência do CEMGM para com o Ministro, mais um problema era constituído pela ausência de normas sobre a condução efetiva das tropas em campanha, ou seja, no ordenamento francês não era estabelecido a quem teria sido entregue

A segunda etapa no processo de reforma do aparelho militar francês foi a criação, ou melhor, a reconstituição de um *Conseil Supérieur de la Guerre* (doravante abreviado em CSG)³⁵, órgão presidido pelo Ministro da Guerra e que tinha a responsabilidade

*d'examiner toutes les mesures d'ensemble relatives à l'armée, sous les divers points de vue du personnel et du matériel et spécialement du armement des troupes, des ouvrages de defense, de l'administration militaire et des marchés.*³⁶

Ademais, o processo reformador do aparelho militar francês determinou mudanças fundamentais no exército através da implementação de duas leis: com a lei de 27 de julho de 1872 – mesmo dia do decreto que criou o CSG – foi reintroduzida a conscrição obrigatória – a “nação em armas” – e estabelecido um serviço que previa 5 anos na tropa ativa, 4 anos na reserva da tropa ativa, 5 anos nos corpos territoriais e 6 anos na reserva destes últimos corpos³⁷.

o Comando Supremo militar em guerra. Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pg. 207.

³⁵ Este órgão foi instituído pela primeira vez com ordenança real de 17 de fevereiro de 1828; sob a direção direta do Delfim de França, esta Instituição devia avaliar todas as medidas de natureza militar antes de serem postas à atenção do Rei e rever toda a legislação corrente em matéria militar. O CSG era composto pelo Ministro *Secrétaire d'Etat de la Guerre*, por três Marechais de França e 12 Tenentes-Generais; 2 Intendentes militares podiam participar nas reuniões, mas somente com poder consultivo e, finalmente, um Marechal de campo ou um Coronel desempenhavam as funções de secretaria. Veja-se *Ordonnance du Roi portant création d'un Conseil supérieur de la guerre*, Bulletin des lois, 1828, lei nº 8040, pgs 195-196; texto da lei disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65288948/f239.item>; Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pgs. 159, 206; Carré faz remontar a instituição do CSG a Gouvion de Saint-Cyr em 1818 ; contudo, o autor francês reconhece que este órgão conseguiu proporcionar uma autêntica mais-valia somente no final do século XIX.

³⁶ Veja-se *ibidem*, pgs. 210-211; Corvisier, A. (dir.), *Histoire Militaire de la France vol. III, de 1871 à 1940*, obra citada, pg. 6; Guinard, Pierre, *Inventaire sommaire des archives de la guerre: Introduction: organisation de l'armée française, guide des sources, bibliographie*, obra citada, pg. 12. Acrescenta Guinard que no mesmo ano, com decreto de 30 de julho de 1872, foi criado também um *Comité de defense*, que se ocupava do estudo sobre a criação e supressão das fortificações: este órgão, releva Guinard, era em conflito de atribuições com o CSG.

³⁷ Veja-se *Loi sur le Recrutement de l'Armée*, Bulletin des lois, série 12, nº 101, lei nº 1337, pgs 97-118; texto da lei disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k210062f/f115.item>. O tempo total de serviço militar para os cidadãos franceses terá modificações ao longo do período considerado na presente tese: com a reforma de 1889, o serviço na tropa ativa passa a ser de três anos, sendo o total de 25 anos; em 1905, uma revisão da lei de recrutamento baixa o período do serviço na tropa ativa a dois anos, mantendo o total a 25 anos; a última reforma do recrutamento, promulgada em 7 de agosto de 1913, previa o retorno ao serviço ativo de 3 anos por um total de 28 anos de serviços: veja-se Guinard, Pierre, *Inventaire sommaire des archives de la guerre: Introduction: organisation de l'armée française, guide des sources, bibliographie*, obra citada, pgs. 23-25. Monteilhet, em relação à implementação da conscrição obrigatória, refere que a o elemento mais importante que induziu o Parlamento francês a reintroduzir a *levée en masse* foi a razão aduzida para justificar a derrota contra os alemães em 1870-1871, ou seja que tendo a Prússia um sistema de recrutamento fundamentado na conscrição obrigatória, o exército alemão era mais numeroso e, por causa da diferença quantitativa, ganhou contra os franceses. Esta razão, não de todo falsa, teve a vantagem de ser a mais aceitável, pois envolve somente os números dos exércitos e não a qualidade ou a preparação dos soldados ou dos oficiais; ademais, esta justificação teve uma implicação importante, resumida assim por Monteilhet: “*Quand un État élève les effectifs de son armée, il oblige tous ses adversaires éventuels à l'imiter*”. Veja-se Monteilhet, Joseph, *Les Institutions Militaires de la France*, obra citada, pgs. 109-121. A interpretação proposta por Guinard, pelo contrário, considera a superioridade prussiana face os franceses determinada sobretudo pela capacidade de preparar planos de mobilização e concentração ou, em termos mais gerais, de preparar planos operacionais: Guinard, Pierre, *Inventaire sommaire des archives de la guerre: Introduction: organisation de l'armée française, guide des sources, bibliographie*, obra citada, pg. 61.

Tendo em consideração os quatro pontos citados *supra*, referentes aos objetivos que a política francesa se colocou relativamente às reformas militares, a lei relativa à organização geral do exército de 24 de julho de 1873 determinava a divisão do território nacional francês em 18 regiões militares, mais uma 19ª região correspondente à Argélia; por cada região era prevista a constituição de um Corpo de Exército e através destas regiões e as suas subdivisões era organizado o recrutamento e a mobilização. A divisão territorial francesa em regiões militares sofrerá poucas modificações, chegando em 1914 a ter 21 regiões, inclusive a região argelina, por um total de 43 Divisões de tropas ativas disponíveis³⁸.

Em 1874 teve lugar a primeira reforma importante relativa ao EMGM. Com decreto de 12 de março de 1874 “*portant la réorganisation de l'état-major général du Ministre de la guerre*”, o CEMGM deixava de ter a responsabilidade sobre o *Cabinet du Ministre*, desapertando assim a sua ligação com o titular do Ministério da Guerra. Nas fontes à disposição não são claras as razões pelas quais foi implementada esta reforma; contudo, a proposta interpretativa de Guinard parece razoável: refere o autor da introdução ao *Inventaire* que, como consequência à estruturação das regiões militares e havendo grandes unidades militares organizadas de maneira permanente a partir da reforma de 1873, tornou-se necessário conferir uma estrutura permanente também ao EMGM: como refere Carré, através desta reforma o EMGM deixa de ser um Estado-Maior “pessoal” e torna-se um órgão integrado na administração central do Ministério da Guerra, articulado em mais *bureaux* e com uma estrutura do pessoal mais ampla para auxiliar melhor o CEMGM. As mudanças na estrutura do Estado-Maior determinadas pelo decreto de 1874 podem-se resumir assim: como dito *supra*, o CEMGM deixava de ter responsabilidades sobre o *Cabinet du Ministre*, mas mesmo assim continuava a ser o Chefe de Estado-Maior do Ministro e sem dúvida não era autónomo nos trabalhos executados, sendo, pelo contrário, mais uma “autoridade executiva” do Ministro da Guerra. A lei criava dois *Sous-chefs d'état-major* (doravante abreviado em SCEM) e punha-os ao lado do CEMGM para o auxiliar no desempenho das suas funções; de um ponto de vista da organização interna, o EMGM passava a ter 6 *bureaux*, assim repartidos: o primeiro *bureau* tratava da organização do exército, da mobilização e dos efetivos; o segundo tratava da estatística militar – como a terceira secção do *Depôt de la Guerre* depois da reforma de 1846 – ocupando-se, portanto, da recolha e gestão das informações sobre os aparelhos militares estrangeiros, e do serviço histórico; o terceiro *bureau* ocupava-se das operações militares, da instrução e do serviço topográfico; o quarto tratava da gestão dos transportes, da logística, do abastecimento e do movimento das tropas. O quinto e sexto *bureaux* correspondem ao primeiro e ao segundo *bureau* da organização do EMGM anterior, sendo o primeiro o *bureau* da correspondência geral e o segundo o *Depôt de la Guerre*, ocupando-se este último da contabilidade geral e dos arquivos. Para além do CEMGM e dos dois SCEM, a estrutura do EMGM previa a presença de um

³⁸ *Idem*, pgs. 12, 28-29. Para o texto da lei da reforma veja-se *Loi relative à l'Organisation générale de l'Armée*, Bulletin des lois, série 12, n° 147, lei n° 2249, pgs 113-122; texto da lei disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k2100646/f137.item>.

Oficial superior *Chefe de Bureau* por cada um dos seis *bureaux*. Finalmente, o facto de o EMGM continuar a estar dependente da autoridade do Ministro determinou que os revezamentos vorticosos já registados a partir de 1871 continuassem: refere Bourlet que entre 1871 e 1886 sucederam-se 12 CEMGM, quase um por ano³⁹.

A organização da estrutura do EMGM alcançou uma forma que não iria sofrer outras mudanças radicais tendo em consideração o período analisado na presente tese. Contudo, algumas mudanças tiveram lugar, mudanças que orientaram gradualmente a Instituição aqui analisada para um órgão de estudo e preparação da guerra num sentido cada vez mais acentuado e comparável com a Instituição à qual se inspirava, ou seja, o *Großer Generalstab* alemão.

Com a disposição de 1 novembro de 1874 o quinto *bureau* do EMGM, relativo à correspondência geral, foi transferido para a administração central do ministério e enquadrado na Direção Geral do pessoal e do material⁴⁰: não se tendo encontrado nenhum documento que pudesse justificar esta mudança, pode-se supor *cum grano salis* que esta modificação na estrutura do EMGM visava subtrair uma parte da carga administrativa da responsabilidade do Estado-Maior para que se pudesse dedicar mais nas dinâmicas de planificação e organização do exército. Também o sexto *bureau*, ou seja, o *Depôt de la Guerre*, teve uma existência efémera dentro do EMGM, pois em 1882 foi transformado em *sous-direction du service géographique* e, portanto, extinto; cinco anos mais tarde, em 1887 esta última subdireção foi ampliada e passou a chamar-se *Service Géographique*; em 1888 foi criada uma secção dos materiais e de contabilidade, e finalmente, em 1889, foi criada uma secção histórica, criação que sancionou a completa extinção do *Depôt de la Guerre*⁴¹.

No seguimento da reforma de 1874 o EMGM estava assim estruturado: o EMGM encontrava-se sob a responsabilidade direta do Ministro da Guerra e sob a ação administrativa do *Cabinet du Ministre*; a estrutura interna do EMGM previa que a responsabilidade das atividades e do trabalho se destinava ao CEMGM, que coordenava 5 *bureaux*. O primeiro *bureau* (doravante abreviado em B1) tratava da organização, da mobilização, dos *emplacements* e dos efetivos militares; o segundo *bureau* (doravante abreviado em B2) tratava da estatística militar e do estudo dos exércitos estrangeiros; sob a responsabilidade do B2 existia outrossim um *bureau* histórico; o terceiro *bureau* (doravante abreviado em B3) era responsável pelas operações e pela instrução das tropas; o quarto *bureau* (doravante abreviado em B4) ocupava-se da logística, as ferrovias e o movimento e transporte das tropas;

³⁹ Bourlet, Michaël, *L'îlot Saint-Germain au tournant des XIXe et XXe siècles*, Revue Historique des armées, vol. 248, 2007, pg. 6; Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pgs. 207-208; Corvisier, A. (dir.), *Histoire Militaire de la France vol. III, de 1871 à 1940*, obra citada, pg. 6; com esta reorganização muitas funções dantes exercidas pelo *Depôt de la Guerre* passaram ao EMGM e às suas novas secções: Guinard, Pierre, *Inventaire sommaire des archives de la guerre: Introduction: organisation de l'armée française, guide des sources, bibliographie*, obra citada, pg. 12.

⁴⁰ *Idem*, pg. 13.

⁴¹ *Ibidem*. Vejam-se também as referências mencionadas por Guinard às leis e disposições que determinaram as mudanças aqui descritas.

finalmente, o quinto *bureau* (doravante abreviado em B5) correspondia ao *Depôt de la Guerre* e ocupava-se dos relevos geográficos e os mapas⁴².

Tendo em consideração o EMGM nas dinâmicas do aparelho militar francês em geral e não somente do ponto de vista da organização interna, é necessário frisar uma mudança importante implementada a partir de 1880: estabeleceu-se que, em caso de guerra, o EMGM dividir-se-ia em dois corpos diferentes; uma parte do EMGM iria constituir o Estado-Maior do exército em campanha e uma outra parte iria ficar ao lado do Ministro da Guerra para a organização e gestão do esforço bélico, assumindo o nome de *Etat-major de l'interieur*⁴³.

Antes de abordar a reforma que determinou a separação definitiva do EMGM da figura do Ministro da Guerra, é necessário recuar e analisar rapidamente o desenvolvimento do CSG. Sublinha a literatura à disposição que o CSG, apesar da sua reconstituição em 1872, nunca participou de forma incisiva ou substancial às atividades relativas à organização e gestão do aparelho militar. Enquanto o processo de estabelecimento do EMGM estava em curso, o CSG registou 7 anos de inatividade: considerada esta inatividade, as chefias políticas e militares francesas avançaram uma reforma deste órgão; com decreto de 26 de novembro de 1881 o CSG passou a ser constituído pelo Presidente que era o Ministro da Guerra, 8 membros divididos entre os Marechais de França e os Generais de Divisão e o CEMGM como membro relator. As atribuições do CSG foram reformuladas e estendidas à *toutes les questions relatives à l'armée dont l'étude lui est confiée par le ministre de la guerre*⁴⁴. Sendo assim, parece claro que o *dominus* das forças armadas francesas continuasse a ser o Ministro da Guerra, apesar de o titular do Comando Supremo das forças armadas ser o Presidente da República que, como reza o terceiro artigo da Constituição francesa aprovada em 1875, *dispose de la force armée*⁴⁵. A reforma do CSG abriu uma questão delicada dentro do aparelho político e militar francês, ou seja, a questão de quem iria desempenhar as funções de Comandante em Chefe do exército em caso de deflagração de um conflito. O restabelecimento de um órgão como o CSG não foi ligado ao estabelecimento prévio de um Comando Supremo *de facto* que conduzisse as tropas francesas durante uma guerra: esta questão é de facto importante pois virão a ser apresentadas várias soluções para definir a figura do Comandante em Chefe, como se verá *ultra*, sendo a solução definitiva encontrada só em 1911⁴⁶. A este respeito, assume importância o decreto do dia 1 de junho de 1883 que institui, em caso de mobilização, um

⁴² Guinard oferece uma *vue d'ensemble* da estrutura interna do Ministério da Guerra francês e do EMGM: veja-se *idem*, pg. 19.

⁴³ Bourlet, Michaël, *L'îlot Saint-Germain au tournant des XIXe et XXe siècles*, Revue Historique des armées, vol. 248, 2007, pg. 6.

⁴⁴ Guinard, Pierre, *Inventaire sommaire des archives de la guerre: Introduction: organisation de l'armée française, guide des sources, bibliographie*, obra citada, pg. 14.

⁴⁵ As atribuições do Presidente da República francês são determinadas pelo artigo três da *Loi relative à l'organisation des pouvoirs publics*, promulgada pela Assembleia francesa no dia 25 de fevereiro de 1875. Esta parte da Constituição francesa é consultável em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5610620j/f445.item.r>.

⁴⁶ Guinard, Pierre, *Inventaire sommaire des archives de la guerre: Introduction: organisation de l'armée française, guide des sources, bibliographie*, obra citada, pg. 15.

Grand Etat-Major Général (doravante abreviado em GEMG) distinto do EMGM; este último dividir-se-á entre o GEMG, constituindo assim o Estado-Maior de campanha, e o *Etat-Major de l'intérieur*⁴⁷.

O problema das funções atribuídas ao CSG foi alvo de mais duas reformas que visavam melhorar o desempenho deste órgão. Com o decreto de 12 de maio de 1888 viria a ser estabelecido que o CSG era *spécialement chargé de l'examen des questions qui se rattachent à la préparation de la guerre* (artigo 1); o Ministro da Guerra estava vinculado a consultar o CSG em relação a um conjunto específico de categorias, como por exemplo a mobilização, a concentração, a organização geral do exército, a criação ou destruição de obras defensivas *et cetera* (artigo 2). Uma disposição importante em prol do funcionamento real e efetivo deste órgão dizia respeito à obrigação do CSG de se reunir pelo menos uma vez por mês (artigo 4). Uma parte importante desta reforma é a que estabelece em 12 o número dos membros do CSG, sendo 4 de direito (o Ministro da Guerra, com função de Presidente; o CEMGM, com função de relator permanente; os presidentes dos comités consultivos dos engenheiros militares e da artilharia) e 8 nomeados entre os Generais de Divisão *que leurs services designent pour exercer des commandements importants en temps de guerre*; finalmente, o SCEM ao qual é atribuída a responsabilidade sobre o *bureau des opérations militaires* é adido ao CSG em qualidade de secretário e com voz consultiva (artigo 6)⁴⁸; finalmente, vinha a ser nomeado um vice-presidente do CSG (doravante abreviado em VPCSG) entre os outros membros do CSG; o VPCSG dirigia os trabalhos desta Instituição em caso de ausência do titular da presidência, *id est*, o Ministro da Guerra; este cargo podia durar no máximo um ano. O decreto de 26 de maio do mesmo ano estabelece que os 8 Generais de Divisão do CSG iriam receber informações sobre quais unidades irão comandar em caso de guerra já em tempo de paz, em prol de uma melhor preparação das unidades; contudo, o decreto não entrega a estes Oficiais nenhum poder real sobre as unidades atribuídas em tempo de paz, reduzindo assim a relação entre as unidades e os Generais à inspeção e às manobras⁴⁹.

Tendo em consideração a posição do EMGM dentro do aparelho militar francês e as ligações entre o CEMGM e o Ministro da Guerra, uma reforma de importância capital foi implementada no dia 6 de maio de 1890. Em termos gerais, esta reforma sancionava a definitiva separação do EMGM da pessoa

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ *Ibidem*. O texto do decreto está disponível no *Rapport au Président de la République Française du 12 mai 1888*, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 13 de maio de 1888, pgs. 1964-1965; texto do decreto disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6247546p.item>. Este decreto extinguiu outrossim o *Comité de Défense*, sendo as atribuições deste órgão entregues ao CSG.

⁴⁹ Os dois decretos são resumidos por Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pgs. 210-211; Corvisier, A. (dir.), *Histoire Militaire de la France vol. III, de 1871 à 1940*, obra citada, pg. 7; Guinard, Pierre, *Inventaire sommaire des archives de la guerre: Introduction: organisation de l'armée française, guide des sources, bibliographie*, obra citada, pgs. 15-16; O texto do decreto é disponível no *Rapport au Président de la République Française du 26 mai 1888*, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 27 de maio de 1888, pgs. 2177-2178; texto do decreto disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6247558w/f1.item>. As inspeções aos Corpos de Exército realizadas pelos Generais de Divisão foram matéria de mais um decreto que visava especificar as atribuições dos Generais: veja-se *Rapport au Président de la République Française du 10 Avril 1890*, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 11 de abril de 1890, pgs. 1869-1870; texto do decreto disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6454498w/f1.item>.

do Ministro e, pelo menos do ponto de vista onomástico, ligava o EMGM ao exército de forma mais evidente, passando o Estado-Maior a ser do Exército (*Etat-Major de l'Armée*, doravante abreviado em EMA) e já não do Ministro. Na relação relativa ao decreto, escrita pelo Ministro da Guerra Freycinet⁵⁰ ao Presidente da República, emergem elementos importantes sobre a história e os objetivos do Estado-Maior em França que vale a pena analisar.

O primeiro elemento que emerge da relação de Freycinet é que o Estado-Maior francês, desde o seu surgimento, desempenhou egregiamente as funções que lhe foram atribuídas, ao ponto que o Estado-Maior francês pode “*soutenir la comparaison avec les états-majors des autres nations européennes*”; porém, foi considerado necessário avançar com algumas modificações para o pôr “*plus complètement en harmonie avec l'organisation du haut commandement, telle qu'elle résulte des décrets du 12, du 26 mai 1888 et du 10 avril 1890*”. Freycinet manifesta claramente com estas palavras a existência de um problema de atribuições ainda não resolvido, problema relativo à chefia do Comando Supremo em caso de Guerra e, por conseguinte, relativo ao CSG.

O segundo elemento de interesse que emerge do *Rapport* diz respeito às tarefas que iriam ser de responsabilidade do EMA. Refere Freycinet:

L'Etat-major général ne doit pas être seulement l'organe de la préparation à la guerre; il doit pouvoir, le moment venu, fournir au commandement en chef, ainsi qu'aux diverses armées, les éléments nécessaires pour assurer la direction des opérations élaborées pendant la paix.

Nesta formulação, Freycinet queria sublinhar a necessidade de integrar dentro do EMA o maior número possível de Oficiais que depois, em caso de evento bélico, seriam destinados a tomar parte no GEMG. Este objetivo oferece uma imagem do Estado-Maior francês, nos primeiros vinte anos desde o seu surgimento, que é a de um órgão militar “palaciano”, ou seja, um órgão executivo do Ministro da Guerra, composto por técnicos militares mas com pouca margem de autonomia e iniciativa e, sobretudo, quase completamente afastado das unidades ativas, principalmente das grandes unidades – recorde-se que, para tal fim, existiam os Oficiais do *Corps spécial d'Etat-Major* que forneciam os Oficiais aos Estados-Maiores das unidades em campanha –.

Em caso de guerra o Estado-Maior seria dividido em duas partes, sendo a primeira funcional para a composição do GEMG e dos núcleos dos Estados-Maiores das grandes unidades e a segunda continuando a trabalhar ao lado do Ministro da Guerra. Tendo isto em consideração, Freycinet propôs destinar o titular do EMA, ou seja, o *Chef d'Etat-Major Général de l'Armée* (doravante abreviado em CEMGA), para o posto de Major-General do principal Grupo de Exércitos, ou seja, destinar o

⁵⁰ É necessário recordar que Freycinet foi o primeiro Ministro da Guerra não militar, elemento importante porque prodromico de uma tendência cada vez mais marcada ao longo da *Troisième République*, relativamente à presença de políticos civis nos Ministérios da Guerra e da Marinha francesa: veja-se Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pgs. 201-205.

CEMGA a ser o Chefe de Estado-Maior do Comandante em Chefe do principal Grupo de Exércitos da ordem de batalha. A razão desta medida é bem explicada pelo Ministro da Guerra:

Il en résulterait une unité de conception et une continuité dans les efforts, sur lesquelles je n'ai pas besoin d'insister. J'ajoute qu'en temps de paix, cet officier général établirait entre le futur commandant en chef et le ministre un lien naturel et une communauté de vues dont j'ai pu apprécier l'utilité.

Freycinet, no *Rapport*, propõe o General de Divisão Miribel⁵¹, já CEMGM em 1878 e 1881, ao posto de CEMGA.

Concluindo, Freycinet expõe as razões pelas quais propôs a mudança de nome do Estado-Maior francês:

Dans ces nouvelles conditions, l'appellation d'état-major général du ministre, usitée jusqu'ici, ne me paraît plus pouvoir être conservée. Celle d'état-major de l'armée est beaucoup plus conforme à la nature des choses. Je verrai à ce changement de dénomination un outre avantage, c'est de déshabituer peu à peu l'esprit de considérer ce grand organisme comme une sorte de secrétariat général ou d'extension du cabinet du ministre. En réalité, l'état-major général, même dans son fonctionnement actuel, est un service délimité et autonome, essentiellement technique, qui doit demeurer à l'abri des fluctuations ministérielles, au même titre que les comités d'armes et le conseil supérieur de la guerre. Je ne veux pas dire qu'on puisse assurer à son chef une permanence complète, incompatible avec la responsabilité ministérielle ; mais on peut, du moins, écarter l'idée qu'il doit disparaître avec le ministre [...].

Freycinet conclui o *Rapport* manifestando mais uma intenção importante relativamente ao desenvolvimento futuro do EMA, ou seja, rever todas as atribuições do EMA, separar as questões mais marcadamente administrativas e entrega-las às Direções do Ministério para que o Estado-Maior se pudesse dedicar quase exclusivamente à preparação da guerra.

⁵¹ O General de Miribel interveio no debate em torno da reforma do Estado-Maior francês em diversas ocasiões na década de 1880. Não se pode afirmar com certeza que o papel desempenhado por Miribel neste debate acabou por ser determinante na reforma do Estado-Maior; contudo, as suas observações e análises sobre esta Instituição acabam por ser importantes de um ponto de vista historiográfico. Veja-se *Note sur l'organisation de l'Etat-Major de l'Armée*, 15 de janeiro de 1880, SHD/AV – 7N36; o conjunto documental *Note du Général de Miribel au sujet de la création d'un Chef d'Etat-Major Général de l'Armée et de l'organisation d'un Etat-Major de l'Armée*, 1882 – abril de 1890, SHD/AV – 7N36; *Rapport au Président de la République*, 1888, SHD/AV – 7N36.

As tarefas atribuídas ao EMA são esclarecidas de forma sintética no terceiro artigo do decreto:

Art. 3. – L'état-major de l'armée est spécialement chargé de l'étude des questions relatives à la défense générale du territoire et de la préparation des opérations de guerre.

Il a dans ses attributions :

La mobilisation de l'armée et sa concentration en cas de guerre ;

L'emploi des chemins de fer et des canaux, de la télégraphie militaire, de l'aérostation, etc. ;

L'organisation et la direction des services de l'arrière ;

L'organisation et l'instruction générale de l'armée, la préparation des grandes manœuvres ;

L'étude des armées étrangères et des différents théâtres d'opérations ;

La réunion des documents statistiques et historiques ;

Les missions militaires à l'étranger ;

La préparation et la coordination des travaux du conseil supérieur de la guerre et des membres de ces conseil chargés des missions spéciales.

Le service géographique fait partie de l'état-major de l'armée.

No decreto estabelecia-se que o EMA se iria dividir em duas partes em caso de guerra, sendo a primeira destinada à criação do GEMG e dos Estado-Maiores das unidades mobilizadas enquanto o CEMGA se tornaria o Major-General do Comandante do principal Grupo de Exércitos. A segunda seria, entretanto, liderada por um dos SCEM, que se tornaria o novo CEMGA, com a função de auxiliar o Ministro da Guerra durante a campanha (artigo 2). Em conclusão, o CEMGA recebia a responsabilidade de gerir as atividades do *Service d'Etat-Major*, instruir os oficiais deste Serviço e preparar as viagens de Estado-Maior (artigo 4)⁵².

A reforma do EMGM e o conseqüente surgimento do EMA constituem um ponto de importância capital no processo de desenvolvimento de um órgão central de preparação militar em França. Apesar dos poderes entregues ao EMA se colocarem em continuidade com os do EMGM, o EMA difere muito do seu predecessor por causa do grau de autonomia perante o Ministro da Guerra: por um lado, o CEMGM era organicamente dependente do Ministro, ao ponto de se poder colocar mais em

⁵² Veja-se *Rapport au Président de la République Française du 6 Mai 1890*, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 7 de maio de 1890, pgs. 2233-2234; texto do decreto disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6241437h/f1.item>. Bourlet sustenta que a missão do EMA era de preparar a *Revanche*: Bourlet, Michaël, *L'ilot Saint-Germain au tournant des XIXe et XXe siècles*, Revue Historique des armées, vol. 248, 2007, pgs. 1, 6; Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pgs. 209-210; Corvisier, A. (dir.), *Histoire Militaire de la France vol. III, de 1871 à 1940*, obra citada, pg. 8; Guinard, Pierre, *Inventaire sommaire des archives de la guerre: Introduction: organisation de l'armée française, guide des sources, bibliographie*, obra citada, pg. 16.

continuidade com os Chefes de Estado-Maior dos Comandantes Supremos de épocas passadas do que com os Chefes de Estado-Maior modernos de inspiração prussiana; a única diferença é que o CEMGM não auxiliava o Comandante Supremo de um exército, mas sim a *de facto* máxima autoridade militar francesa em tempo de paz. O percurso que desde 1871 conduziu para a criação do EMA pode ser interpretado como um caminho para a criação de um órgão militar eficaz como o *Großer Generalstab* prussiano-alemão, mas que também fosse rigidamente controlado pela autoridade política, para que se evitassem as derivas autoritárias militares: a este respeito, o facto de ainda na reforma com a qual foi criado o EMA estar claramente explicitado que em tempo de paz o CEMGA *relève directement du ministre de la guerre et agit en vertu de ses ordres* (artigo 1 do decreto de 6 de Maio de 1890) mostra de forma evidente a posição subalterna ocupada pelo CEMGA dentro do aparelho militar francês, sobretudo se comparada com a posição ocupada, no mesmo ano, pelo Chefe de Estado-Maior alemão dentro do aparelho militar do Império dos Hohenzollern⁵³.

O processo de evolução do Estado-Maior francês não parou com a reforma de 1890; nos 25 anos que separaram a reforma de 1890 da deflagração da Primeira Guerra Mundial tiveram lugar algumas mudanças ao nível da estrutura interna desta Instituição, para além de algumas reformas importantes ao nível de aparelho militar – nomeadamente, mudanças que conseguiram dar uma resposta definitiva à *vexata quaestio* do Comando Supremo em caso de guerra e que envolveram diretamente o CEMGA. Estas reformas permitiram à República francesa construir um aparelho militar que fosse capaz de organizar a *Revanche*.

3. PLANIFICAR A REVANCHE: O ETAT-MAJOR DE L'ARMEE ATÉ À GRANDE GUERRA, 1890-1914.

Enquanto as atividades do EMA continuavam no sentido da preparação de planos para uma eventual guerra futura, a Instituição foi sujeita a outras modificações ditadas pelo Ministro da Guerra.

Com o decreto de 15 de novembro de 1895, a autoridade do CEMGA estendia-se para além do EMA e passava a incluir um conjunto de direções dentro do Ministério, nomeadamente as direções das Armas, os serviços administrativos quais a intendência e os serviços de saúde, a organização e instrução das tropas e os serviços de abastecimento em campanha, entre outros⁵⁴. Refere o Ministro da Guerra daquela altura, Cavaignac, que a extensão da responsabilidade do CEMGA para as direções foi

⁵³ A diferença abismal entre o grau de autonomia dos Chefes de Estado-Maior francês e alemão pode-se ver, de um ponto de vista formal, nos documentos produzidos pelos dois Estados-Maiors: no caso alemão, os documentos eram assinados e validados diretamente pelo *Chef des Großen Generalstabes*, ao contrário, os documentos do Estado-Maior francês eram sempre assinados ou validados pelo Ministro da Guerra, até nas comunicações internas, *id est*, de um *Bureau* para o outro.

⁵⁴ É necessário assinalar que, com decreto de 15 de novembro de 1884, a administração central do Ministério da Guerra foi ampliada e articulada com mais departamentos, as *Directions*, que desempenhavam funções específicas relativas a âmbitos mais circunscritos como as diversas Armas, os serviços administrativos *et cetera*. Estas direções enquadravam-se dentro do Ministério da Guerra e colocavam-se sob a responsabilidade direta do Ministro da Guerra.

pensada para coordenar de forma mais eficaz a organização, a instrução das tropas, a mobilização e a defesa do território,

*Pour que les efforts des diverses armes et services convergent, sans déperdition de forces, vers le but commun qui est la préparation à la guerre. Il est nécessaire qu'ils reçoivent l'impulsion commune du chef d'état-major général qui, au plus haut degré, a, vis-à-vis de moi, la responsabilité de cette préparation.*⁵⁵

Um elemento de interesse que diz respeito ao grau de autonomia do CEMGA dentro da estrutura do Ministério da Guerra é estabelecido pelo artigo 2 do decreto aqui analisado: o CEMGA obtinha a delegação, por parte do Ministro, do poder de assinatura em todas as questões relativas às direções; a este respeito, o EMA estava gradualmente a transformar-se numa Instituição dentro de uma Instituição pois, apesar do EMA permanecer *de jure et de facto* sob a responsabilidade direta do Ministro da Guerra, o órgão aqui analisado ganhava uma independência de elaboração e trabalho que o diferenciava radicalmente da sua primeira organização como EMGM em 1871⁵⁶.

Como foi referido *supra*, o nó górdio do aparelho militar francês era constituído pela nomeação de um Comandante em Chefe Supremo das forças armadas francesas em caso de evento bélico; esta questão levará o EMA, ou melhor, as atribuições entregues ao CEMGA, a serem reformadas mais uma vez em 1911; antes de abordar esta última, fundamental reforma, é necessário analisar mais uma vez a evolução do CSG e o estado do aparelho militar francês nos primeiros anos do século XX.

O primeiro elemento a ser considerado aqui é a reforma do CSG com decreto de 15 de fevereiro de 1903: o número de membros passou de 12 para 13, dos quais dois permanentes, ou seja, o Ministro da Guerra com cargo de presidente e o CEMGA com cargo de relator permanente, e 11 membros titulares com posto de General de Divisão, um dos quais era nomeado VPCSG permanente, ou seja, a reforma determinava que o VPCSG mantinha as suas atribuições sem limites de tempo. Alguns dos Generais membros do CSG estavam destinados a receber o Comando de grandes unidades em caso de guerra, supostamente ao nível de Exércitos: os Oficiais que recebiam previamente o Comando de Exércitos eram obrigados a participar nas manobras destas unidades, conforme o estabelecido pelo decreto. Finalmente, refere Carré que as atribuições do VPCSG estavam todavia em conflito com as do

⁵⁵ Veja-se *Rapport au Président de la République Française du 15 Novembre 1895*, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 16 de novembro de 1895, pg. 6478; texto do decreto disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6476419f/f2.item>. Veja-se também Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pg. 210; Guinard, Pierre, *Inventaire sommaire des archives de la guerre: Introduction: organisation de l'armée française, guide des sources, bibliographie*, obra citada, pg. 16.

⁵⁶ O texto do artigo reza que “*La délégation générale de la signature du ministre est attribué au chef d'état-major général pour toutes les affaires rentrant dans les catégories indiquées à l'article précédent*”, *id est*, a responsabilidade sobre as direções, a organização e instrução das tropas *et cetera*.

CEMGA pois as atribuições do VPCSG nunca foram estabelecidas formalmente por nenhuma norma: este problema também foi resolvido somente com a reforma do cargo do CEMGA em 1911⁵⁷.

Em segundo lugar, é interessante relevar que o aparelho militar francês, assim como a chefia política em França, deram-se conta de que as dimensões de uma guerra futura teriam precisado da coordenação conjunta dos esforços a nível nacional e não separadamente a nível político, militar, económico e social. Para coordenar os esforços nacionais, num relatório ao Presidente da República já em janeiro de 1897 o Ministro da Guerra defendia a necessidade de instituir um Conselho Superior da Defesa Nacional, “*dont sa mission plus vaste et plus élevée que celles des Conseils Supérieurs de la guerre et de la marine consistera essentiellement dans l’étude des questions ayant trait à la mise en œuvre, pour la défense du pays, de l’ensemble des forces qui constituent sa puissance*”⁵⁸. Com decreto de 3 de abril de 1906, portanto, foi instituído o *Conseil Supérieur de la Défense Nationale* (doravante abreviado em CSDN), composto pelo Primeiro-Ministro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o das Finanças, o da Guerra e o da Marinha e das Colónias: estes membros tinham poder deliberativo; outrossim, o CEMGA e o Chefe de Estado-Maior da Marinha participavam nas sessões deste órgão e desempenhavam um papel exclusivamente consultivo. Porém, como tinha acontecido ao CSG antes da reforma de 1888, o CSDN reuniu-se somente em quatro ocasiões entre 1906 e 1911; neste ano foi reformado, incluindo dois generais e o Diretor da contabilidade pública com poder deliberativo como os Ministros⁵⁹.

Finalmente, antes de abordar a última reforma relativa ao CEMGA de 1911, é necessário aqui considerar a situação de potencial conflito entre o mundo civil e o mundo militar, nomeadamente o Estado-Maior, que estava a emergir na sequência do *affaire Dreyfus*. Por um lado, o *affaire Dreyfus* envolvia o EMA diretamente, pois uma parte dos papéis produzidos para sustentar as acusações contra o Oficial de artilharia judeu foi – possivelmente – construída ou avalizada por membros do B2. Sem entrar nos detalhes do caso Dreyfus, os elementos que é necessário sublinhar são vários: em primeiro lugar, o caso Dreyfus, e o seu desenvolvimento, é interessante pois mostra de forma nítida a atenção que o EMA francês dedicava à espionagem e à contraespionagem contra o Império alemão; em

⁵⁷ Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pg. 211; Guinard, Pierre, *Inventaire sommaire des archives de la guerre: Introduction: organisation de l’armée française, guide des sources, bibliographie*, obra citada, pg. 17.

⁵⁸ Veja-se *Rapport au Président de la République pour la création du CSDN*, SHD/AV – 2N1, e *Projet de Constitution d’un Conseil Supérieur de la Défense Nationale*, janeiro de 1897, SHD/AV – 7N126. Neste último documento, da autoria do B1, é claramente explicitado que a tarefa do CSDN é mobilizar as forças vivas da nação inteira, ou seja, *industrie, commerce, finance, diplomatie etc.*, para harmonizar o esforço da nação face à guerra.

⁵⁹ Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pgs. 210-211. Em torno do decreto que instituiu o CSDN, veja-se *Rapport au Président de la République Française du 3 Avril 1906*, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 4 de abril de 1906, pg. 2154; texto do decreto disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6260743h/f2.item>; em torno do decreto que modificou o CSDN, veja-se *Rapport au Président de la République Française du 28 Juillet 1911*, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 29 de julho de 1911, pg. 6426; texto do decreto disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k63366792/f2.item>. Vejam-se outrossim os ficheiros relativos à instituição e às reorganizações do CSDN em SHD/AV – 2N1.

segundo lugar, emerge um posicionamento político muito claro do aparelho militar francês em termos gerais, e do EMA em termos particulares: este posicionamento era radicalmente nacionalista, antissemita e, sobretudo, considerando-se o aparelho militar francês e o EMA como os principais fatores e bandeiras da *Revanche*, julgavam-se estes acima da lei⁶⁰.

Atesta Carré que a tensão entre mundo civil e mundo militar alcançou um nível tal que somente com o governo de Waldeck-Rousseau em 1899 e com o Ministério da Guerra entregue ao General Galliffet foi possível encontrar uma solução de compromisso em torno do processo que, por um lado, não prejudicasse a honorabilidade dos Oficiais envolvidos e que evitasse uma solução de força contra as autoridades políticas por parte dos militares, e que por outro lado conseguisse reestabelecer a verdade relativamente às acusações contra Dreyfus⁶¹. Relativamente ao caso Dreyfus, pode-se dizer que as tensões entre a sociedade civil e os militares, nomeadamente o EMA, constituíram provavelmente o momento mais delicado nas relações entre políticos e militares, com certeza mais delicado da epopeia política do General Boulanger e da coincidente emergência do *boulangisme*⁶²; considerando que na epopeia do General Boulanger e no *Affaire Dreyfus* uma marcha dos militares para tomar o poder contra as autoridades constituídas era possível ou até provável, deve-se considerar este período – os últimos 15 anos do século XIX – como o momento mais tenso em França por causa das relações entre militares e civis.

É de ter em conta, todavia, que, para chegar a uma situação de tensão tão grande, os militares deviam ter tido a possibilidade de chegar a uma posição tal dentro da sociedade, que era para eles possível optar por uma solução de força recebendo apoio popular e não ficando completamente isolados. Isto foi possível provavelmente por causa do reconhecimento por parte da sociedade civil da função fundamental dos militares em relação à *Revanche*, sendo esta última o supremo objetivo da *Troisième République* como afirmado *supra*. O boulangismo, efetivamente, fez sua a mensagem nacionalista francesa, encarada pela *Revanche*, que acabou por repropor de forma ainda mais exasperada – Boulanger era conhecido como *Général Revanche* e colocava a retoma dos territórios alsacianos e lorenos como primeiro ponto do seu programa político – e, simplificando, o caso Dreyfus

⁶⁰ A este respeito, é relevante ler o *J'accuse* de Emile Zola, em que o escritor e intelectual francês acusa em vários pontos diversos membros do EMA – sobretudo o CEMGA, General Boisdreffe, e o SCEM, General Gonse – e denuncia que “*l'état-major a voulu le procès, l'a jugé, et il vient de le juger une seconde fois*”, que o EMA também trabalhava para evitar uma revisão do processo sucessivamente ao achamento de novas provas a favor da inocência de Dreyfus e, finalmente, que “*l'affaire Dreyfus était l'affaire des bureaux de la guerre, un officier de l'état-major, dénoncé par ses camarades de l'état-major, condamné sous la pression des chefs de l'état-major*”.

⁶¹ Em torno da nomeação de Galliffet, o “*Massacreur de la Commune*”, portanto invisível aos socialistas, observa Carré que “*pour calmer un état-major qui se sent accusé, pour contenir une armée dont on craint, à tort ou à raison, un coup d'état, Galliffet, qui a la réputation d'être loyal et apolitique, apparaît comme un salueur*”. Para além disto, Carré sublinha como o Ministro da Guerra usou a mesma inflexibilidade que adotou contra os *communards* também contra os elementos do exército que mais ameaçavam soluções antidemocráticas contra os *dreyfusards*. Sobre o caso Dreyfus, veja-se Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pgs. 221-225.

⁶² *Idem*, pgs 218-219. Veja-se também Garrigues, Jean, *Le Général Boulanger et le fantasme du coup d'état*, *Parlament[s]*, *Revue d'histoire politique*, vol. 12, II, 2009, pgs. 43-48.

começou no âmbito da espionagem e contraespionagem contra os alemães. Concluindo, o facto de os militares, liderados por Boulanger ou pelo EMA, terem tido a oportunidade real de tentar um golpe na França republicana dos últimos anos do século XIX implica que o poder e o prestígio social que tinham ganhado desde 1871 aumentaram muito; contudo, o facto de estes golpes de Estado nunca terem tido lugar significa que, provavelmente, as possibilidades de sucesso não eram assim tão elevadas e que o poder político tinha conseguido manter um controlo ainda razoavelmente forte sobre o aparelho militar, impedindo-lhe de adotar alguma solução de força contra o *status quo* constituído. Em virtude do risco de os militares avançarem em direção a um golpe caso o estatuto deles viesse a ser comprometido, nos anos a seguir ao *affaire Dreyfus* a chefia política tentou, com sucesso, limitar a autonomia dos militares em prol de um controlo mais rigoroso deste corpo.

O primeiro passo neste sentido foi definido pelo decreto do dia 9 de janeiro de 1900, decreto que determinava que as promoções dos Oficiais dentro das Armas seriam estabelecidas pelo poder político, *id est*, o Ministro da Guerra, e já não pelos Corpos de Exército; o trabalho preparatório relativo à classificação dos Oficiais suscetíveis de promoção continuava a ser realizado pelos militares, mas o poder de decisão sobre quem iria ser promovido passou nas mãos da política. Refere Carré, citando as palavras de Olivier Forcade, que “*la réforme permet de récupérer l’autorité ministérielle contre l’administration militaire, sinon de l’Etat sur l’Armée*”⁶³.

O segundo passo em direção à retomada do controlo do aparelho militar por parte do Ministério foi realizado pelo Ministro da Guerra, General André, em 1902; o Ministro, de orientação política profundamente republicana, não confiando nas informações sobre os Oficiais militares que recebia dos *préfets* e da hierarquia militar, começou a recolher informações através da loja maçónica do *Grand-Orient* francês e a compilar fichas sobre os Oficiais. Em 1904 esta recolha de informações, que tinha alcançado níveis elevados, tendo sido compiladas milhares de fichas, emergiu na opinião pública como *affaire des fiches*, induzindo o Ministro a demitir-se. Contudo, as atividades de controlo dos Oficiais não deixaram de existir e gradualmente passaram a envolver Oficiais que “*par des actes publics ou une attitude notoirement connue auraient manqué à la correction politique, au loyalisme républicain*”⁶⁴. Pode-se dizer que, *cum grano salis*, os 15 anos em que a questão da primazia do poder político sobre o poder militar foi posta em debate e ameaçou explodir num golpe orquestrado por Boulanger ou pelo EMA tinha acabado em favor dos políticos republicanos; é também possível dizer que com a deflagração das duas crises marroquinas o debate interno enfraqueceu em prol de uma

⁶³ Veja-se o *Rapport au Président de la République Française du 9 Janvier 1900*, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 10 de janeiro de 1900, pgs. 171-173; texto do decreto disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k62476676/f3.item>; Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pgs. 225-226.

⁶⁴ *Idem*, pgs. 226-229; um outro exemplo da confirmação da primazia política sobre o aparelho militar francês reside na decisão de 1906 do Ministro da Guerra Berteaux de modificar as prerrogativas dos Oficiais civis e militares, dando antecedência aos Oficiais civis sobre os militares: esta medida extremamente simbólica determinava que um *préfet* passava a frente de um General de Corpo de Exército, sancionando assim a primazia política e civil sobre os militares.

colaboração mais estreita entre as autoridades políticas e militares para se organizarem contra o inimigo comum, *id est*, o Império alemão.

As duas crises marroquinas de 1905 e 1911 prefiguraram claramente que uma guerra que envolveria as maiores potências europeias acabaria por acontecer. Esta situação induziu a chefia político-militar francesa a reformar definitivamente o EMA para resolver a questão do Comando Supremo em campanha e criar uma figura que já em tempo de paz iria desempenhar as funções de Comandante em Chefe do exército. Com decreto de 28 de julho de 1911, portanto, foram determinadas as medidas a serem tomadas para resolver esta *vexata quaestio* e, ao mesmo tempo, todo um conjunto de problemas que afetavam os Comandos Superiores do exército.

Na relação ao Presidente da República anexada ao decreto, o Ministro da Guerra Messimy elencava, em termos gerais, os problemas que ainda afetavam o aparelho militar francês: em primeiro lugar, sublinhava o Ministro que os órgãos de preparação à guerra estavam ainda *trop souvant absorbés par des questions de service courant*, ou seja, questões administrativas que subtraíam tempo e recursos ao objetivo principal destes órgãos, *id est*, a preparação da guerra; em segundo lugar, os membros do CSG que iriam desempenhar funções de comando em caso de guerra não dispunham de pessoal de Estado-Maior adequado ao conjunto de questões de natureza militar que deviam estudar; em terceiro lugar, a presença no CSG de um VPCSG *travaillant isolément et sans relations constantes avec l'état-major de l'armée*, a *été parfois aussi la cause de un dualisme regrettable entre lui et le chef de l'état-major de l'armée*; da mesma forma, o EMA trabalhava independentemente e sem relacionamentos constantes com o General destinado a assumir o cargo de Comandante em Chefe do principal Grupo de Exércitos⁶⁵; finalmente, o EMA não era capaz de assegurar em caso de guerra um Oficial adequado para auxiliar o Ministro da Guerra e um Major-General para auxiliar as operações com o Comandante em Chefe.

Continua Messimy indicando as medidas apresentadas no decreto com as quais tencionava-se resolver este amplo conjunto de problemas: *in primis*, o decreto reformava o CSG eliminando a figura do VPCSG e retirando o caráter de permanência das funções desempenhadas pelos outros membros do CSG que iriam comandar os Exércitos: estas funções passavam a ter um prazo anual, para que a cada ano a lista dos Generais membros do CSG pudesse ser revista incluindo os Oficiais considerados melhores e mais aptos ao Comando das unidades maiores. *In secundis*, para os Generais do CSG que recebiam o Comando de um Exército iam já ser indicados o Chefe de Estado-Maior e o Chefe do *bureau des opérations* que lhes seriam atribuídos em caso de guerra, assim que pudessem começar a trabalhar juntos já a partir dos exercícios militares e das viagens de Estado-Maior. *In tertiis*, o decreto

⁶⁵ Esta situação é chamada por Bourlet “*état-major à deux têtes*”, pois o VPCSG era teoricamente o Comandante em Chefe do principal Grupo de Exércitos em guerra, e o CEMGA o seu Chefe de Estado-Maior em campanha; contudo, o VPCSG não desempenhava alguma função relativa à planificação das operações, elemento que teria implicado que em caso de guerra ele teria conduzido o principal Grupo de Exércitos sem ter conhecimento das dinâmicas do plano militar previamente estabelecido pelo CEMGA, criando assim um curto-circuito na cadeia de comando. Veja-se Bourlet, Michaël, *L'îlot Saint-Germain au tournant des XIXe et XXe siècles*, Revue Historique des armées, vol. 248, 2007, pg. 6.

reformava o *Comité d'Etat-Major*, um órgão que tratava da gestão dos aspetos técnicos do *Service d'Etat-Major*: foi estabelecida uma nova composição deste comité, compreendendo os Chefes de Estado-Maior dos Exércitos e o General que dirigia a *Ecole Supérieur de Guerre*, e sendo presidido pelo Chefe de Estado-Maior General (figura distinta da do CEMGA, veja-se *ultra*); o objetivo desta reforma era fomentar uma visão conjunta e compartilhada da doutrina militar entre os vários Comandos das unidades superiores.

O decreto continua com as modificações relativas ao EMA. Refere o Ministro da Guerra que

Des modifications assez importantes ont été apportées en outre dans l'organisation de l'état-major de l'armée. Elles tendent d'une part à créer dans le temps de paix l'unité de pensée et de direction indispensables et, d'autre part, à décharger le plus possible de toutes les questions de chancellerie les organes qui doivent se consacrer exclusivement à la préparation à la guerre.

Tendo definido os objetivos das alterações do EMA, Messimy instituiu o cargo de *Chef d'état-major général* (doravante abreviado em CEMG),

[...] la haute personnalité militaire jugée la plus apte à exercer éventuellement, en cas de guerre, le commandement du principal group d'armées.

O CEMG assumia a titularidade do EMA. Contudo, para liberar o CEMG das questões não diretamente ligadas à preparação da guerra, vinha a ser criado o posto de *Chef d'Etat-Major de l'Armée* (doravante abreviado em CEMA), *de facto* o vice-CEMG, que tinha todas as atribuições que o CEMG lhe achava útil delegar e que se encarregava de todas as questões administrativas relativas ao EMA; ademais, o CEMA estava destinado a secundar o Ministro da Guerra em caso de deflagração de um evento bélico.

Com este decreto, a organização interna do EMA foi reformada em agrupamentos; os *bureaux* e serviços deste órgão ir-se-iam dividir em três grupos: o primeiro era constituído pelos *services ayant dans leur attributions exclusives la préparation à la guerre* e dirigido pelo primeiro SCEM, que em caso de guerra assumia o posto de Major-General do principal Grupo de Exércitos, *id est*, tornava-se o Chefe de Estado-Maior do CEMG; o segundo era composto pelos *bureaux* relativos às questões de organização; finalmente, o terceiro grupo era constituído pelos serviços relacionados com os registos pessoais, os movimentos das tropas, os materiais e as questões administrativas. Em conclusão, o Ministro da Guerra colocou sob a direta responsabilidade do CEMG, auxiliado pelo *Comité d'Etat-Major*, o *Centre des Hautes Etudes Militaire*, Instituição que visava espalhar a doutrina militar corrente em todo o exército e instruir os futuros Chefes e Subchefes de Estado-Maior do Exército.

As disposições do decreto eram assim formuladas: no *Premier Titre*, titulado “*Du Conseil Supérieur de la Guerre*”, anuncia-se que o CSG, presidido pelo Ministro da Guerra, *est spécialement chargé des questions qui se rattachent à la préparation de la guerre* (Artigo 1). Os membros do EMA são o CEMG, o CEMA e 10 Generais de Divisão, todos com poder deliberativo; o primeiro SCEM desempenha as funções de relator e tem poder consultivo; é explicitado que em caso de guerra o SCEM irá desempenhar as funções de Major-General do principal Grupo de Exércitos (Artigo 2). O CSG deverá ser consultado pelo Ministro e pela chefia militar e política francesa obrigatoriamente sobre todas as questões relativas à organização geral do exército, à instrução das tropas, à mobilização e concentração, à implementação de novas perspectivas estratégicas *et cetera*, para além de todas as questões relativas à preparação da guerra (Artigo 3). Finalmente, define-se a duração de um ano do cargo de Comandante de Exército para os Generais de Divisão do CSG e, por fim, é indicado o pessoal de Estado-Maior que irá secundar os Generais do CSG com *lettre de commandement*: trata-se de um General de Brigada ou Coronel com funções de Chefe de Estado-Maior e destinado previamente a desempenhar estas funções num Exército; este Chefe de Estado-Maior é secundado por um Oficial superior e um capitão (Artigos 7 e 8)⁶⁶.

No *Titre Seconde*, titulado “*De l’Etat-Major de l’Armée et du Comité d’Etat-Major*”, determinam-se as modificações relativas ao EMA. Em primeiro lugar é criado o cargo de CEMG e estabelece-se que deve ser ocupado por um Oficial General e escolhido entre os membros do CSG; ao lado do CEMG era criada a figura do CEMA (Artigo 1). Em torno da reorganização dos serviços e dos *bureaux* do EMA, especifica-se que no primeiro grupo, que como foi referido *supra* será dirigido pelo primeiro SCEM, confluirão o *bureau* das operações militares e instrução do exército, logo o B3 do EMA; o *bureau* de estudo dos exércitos estrangeiros, portanto, o B2; o *bureau* ferroviário e das *étapes*, ou seja, o B4. O segundo grupo será constituído pelo *bureau* da organização e mobilização, *id est*, o B1, pela *Section d’Afrique* e pela secção histórica; este grupo será dirigido por um General de Brigada auxiliado por um Coronel SCEM. O terceiro grupo será constituído pela Secção do pessoal do Serviço de Estado-Maior, a secção do *service courant* e a secção de administração; também este terceiro grupo será liderado por um General de Brigada e por um Coronel SCEM (Artigo 2)⁶⁷. Continua o decreto, no Artigo 3, especificando que

⁶⁶ No arquivo do *Service Historique de la Défense* existe um conjunto de documentos importantes relativos ao CSG, ao seu surgimento e evolução e às atividades que realizou durante a sua existência. Este conjunto documental é constituído por dois *Historiques du Conseil Supérieur de la Guerre*: o primeiro, titulado “*Historique du Conseil Supérieur de la Guerre*”, é um conjunto documental que descreve a composição e os objetivos do CSG desde o surgimento até 1917; o segundo é uma recolha *a posteriori* das leis e dos decretos que modificaram a estrutura do CSG. Para além destes dois conjuntos documentais, a mesma coleção inclui mais um documento de interesse com título “*Renseignements sur le fonctionnement du Conseil Supérieur de la Guerre*”; este documento compreende mais um breve histórico do CSG, um histórico do *Comité de Défense*, a fusão entre estes dois órgãos e os nomes de todos os membros desta Instituição até 1911. Veja-se SHD/AV – 1N1.

⁶⁷ Em nota ao artigo é assinalado que o *Service Géographique* já não faria parte do EMA.

Le chef d'état-major général dirige personnellement, en collaboration avec le chef d'état-major de l'armée, l'étude de toutes les questions relatives à l'organisation générale de l'armée en vue de la guerre, à sa mobilisation et à sa concentration, à l'exclusion des toutes questions du personnel et de service courant.

Le chef d'état-major de l'armée seconde le chef d'état-major général pour toutes les questions de préparation à la guerre, et traite directement avec le ministre toutes les affaires de service courant (personnel, mouvements de troupes en temps de paix, matériel et approvisionnements, expéditions coloniales etc.).

Finalmente, o decreto conclui-se com algumas modificações secundárias ao *Comité d'Etat-Major* (Artigos 4, 5 e 6)⁶⁸. O primeiro CEMG que iria desempenhar as funções de Comandante do principal Grupo de Exércitos francês seria Joseph Joffre, secondado por Edouard de Castelnau no papel de primeiro SCEM.

A organização interna do EMA francês iria ser alvo de mais mudanças de relevo. Depois de poucos meses, o Ministro da Guerra Millerand considerou que a existência do CEMG e do CEMA dava lugar a conflitos de atribuições, pois se por um lado o decreto excluía o CEMG das questões administrativas e dos *services courant* em prol do CEMA, por outro as medidas tomadas pelo CEMG envolviam indiretamente também estas questões e, portanto, as atribuições exclusivas do CEMA. Para resolver este conflito, o decreto de 20 de janeiro de 1912 abroga por inteiro o decreto de 28 de julho de 1911 e o promulga novamente com algumas modificações importantes, sendo a primeira a extinção do CEMG e do CEMA e a conseguinte concentração das atribuições nas mãos do CEMGA, e sendo a segunda a concessão ao CEMGA do poder de delegação de todas as funções que reputará necessárias para o segundo e terceiro SCEM, mantendo o primeiro o cargo de Major-General do CEMGA em caso de guerra e os outros dois ficando ao lado do Ministro da Guerra em caso de deflagração de um conflito⁶⁹. Um último decreto datado 14 de maio de 1912 determina mais uma alteração desta organização: o

⁶⁸ Veja-se o *Rapport au Président de la République Française du 20 Janvier 1912*, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 21 de janeiro de 1912, pgs. 710-711; texto do decreto disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k63366792/f20.item>; Bourlet, Michaël, *L'îlot Saint-Germain au tournant des XIXe et XXe siècles*, Revue Historique des armées, vol. 248, 2007, pgs. 6-7; Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pgs. 231-232; Guinard, Pierre, *Inventaire sommaire des archives de la guerre: Introduction: organisation de l'armée française, guide des sources, bibliographie*, obra citada, pgs. 17-18.

⁶⁹ Veja-se o *Rapport au Président de la République Française du 27 Juillet 1911*, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 28 de julho de 1911, pgs. 6444-6445; texto do decreto disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6352251x/f6.item>; Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pg. 232. Veja-se também *Instruction pour l'application du Décret du 28 Juillet 1911 – Attributions relatives du Chef d'Etat-Major Général, du Chef d'Etat-Major de l'Armée et du premier Sous-Chef d'Etat-Major de l'Armée*, 19 de agosto de 1911, SHD/AV – 7N21. Relacionado com a presente lei está o documento *Instruction pour l'application du Décret du 28 de Juillet 1911*, 19 de agosto de 1911, SHD/AV – 7N2.

Ministro da Guerra considerou que o segundo e terceiro SCEM, com os relativos grupos do EMA, desempenhassem quase as mesmas funções, *id est*, as de organização do exército e os serviços administrativos, para além de constituírem o núcleo principal do EMA *à l'intérieur* em caso de guerra; para simplificar a organização interna do EMA e para garantir mais eficácia na ação em caso de guerra, o Ministro determinou que o segundo e o terceiro grupos do EMA seriam dirigidos por um único SCEM; em caso de guerra, o primeiro SCEM tornar-se-ia o Chefe de Estado-Maior do CEMGA, Estado-Maior que seria constituído pelo *échelon mobil* do primeiro grupo de Oficiais do EMA, ou seja, os Oficiais que iriam constituir os núcleos dos Estados-Maiores das grandes unidades em campanha; por sua vez, o segundo SCEM iria coordenar as atividades do *échelon sédentaire* do primeiro grupo do EMA e do segundo grupo, resultado da fusão dos antigos segundo e terceiro grupos do EMA⁷⁰.

Em conclusão, o EMA na véspera da Grande Guerra era assim estruturado: enquadrado no Ministério da Guerra, era liderado pelo CEMGA, figura que em caso de mobilização iria desempenhar as funções de *Généralissime*, ou seja, de Comandante em Chefe do principal Grupo de Exércitos em campanha. O CEMGA coordenava todos os trabalhos do EMA através da colaboração de dois SCEM, sendo o primeiro o diretor dos *bureaux* mais envolvidos na preparação da guerra, e sendo o segundo o coordenador das atividades relativas aos serviços administrativos, de organização do exército e do *service courant*. Em caso de guerra, o primeiro SCEM tornar-se-ia Major-General do *Généralissime* e o segundo permaneceria ao lado do Ministro da Guerra, tornando-se o seu Chefe de Estado-Maior; o *échelon mobile* do EMA, gerido pelo primeiro SCEM, iria constituir o núcleo dos Estados-Maiores das grandes unidades do exército mobilizado; o *échelon sédentaire* e o grupo do EMA, liderados pelo segundo SCEM, iriam constituir o EMA ao lado do Ministro da Guerra. Quanto aos *bureaux* do EMA, tendo em consideração a divisão entre o primeiro e o segundo SCEM, eram assim distribuídos: o B2, que tratava do estudo dos exércitos estrangeiros e dos adidos militares, o B3, que consistia no *bureau* das operações e da instrução do exército, e o B4, que geria as ferrovias e o transporte das tropas, estavam sob a direta responsabilidade do primeiro SCEM; o B1, que tratava da organização e mobilização, a *Section d'Afrique* e a *Section historique* estavam postos sob a responsabilidade do segundo SCEM. Finalmente, sob a responsabilidade do CEMGA estavam também as Direções, ou seja, órgãos técnicos enquadrados no Ministério da Guerra mas sob a responsabilidade direta do CEMGA; estas direções eram as das Armas – infantaria, cavalaria, artilharia, engenheiros militares –, a direção da intendência militar, a das *poudres et salpêtres*, a dos serviços da saúde, a das tropas coloniais e, finalmente, a direção da aeronáutica militar⁷¹.

⁷⁰ Veja-se o *Rapport au Président de la République Française du 14 Mai 1912*, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 15 de maio de 1912, pgs. 4462-4463; texto do decreto disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6392391w/f6.item>; Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pg. 232.

⁷¹ Veja-se Guinard, Pierre, *Inventaire sommaire des archives de la guerre: Introduction: organisation de l'armée française, guide des sources, bibliographie*, obra citada, pg. 22.

4. O EMA FRANCÊS: AS ATIVIDADES DOS *BUREAUX*.

Tendo analisado o surgimento e a evolução do Estado-Maior francês, é agora necessário aprofundar as atividades realizadas pelos seus *bureaux* e tentar reconstruir a cadeia de comando que determinava a condução dos trabalhos.

Antes de analisar a documentação referente às atividades realizadas pelo EMA, é necessário frisar um elemento que se pode definir contextual relativamente à evolução da sua organização interna e que permite esclarecer melhor a evolução do trabalho do órgão aqui analisado. Desde a sua fundação em 1871 até à Primeira Guerra Mundial, a estrutura interna do EMA não sofreu variações radicais, sendo alicerçada por quatro *bureaux* que nunca mudaram de atribuições ao longo do período considerado, ou seja, os *bureaux* do B1 ao B4; as atribuições inicialmente de competência do *Depôt de la Guerre*, órgão associado ao CEMGM desde o surgimento do Estado-Maior francês, foram divididas numa secção geográfica e uma secção histórica; o *Service Géographique* passou sob a responsabilidade do *Service d'Etat-Major* enquanto a secção histórica se manteve enquadrada no EMA; em conclusão, excluindo os primeiros anos de existência do EMGM entre 1871 e 1874, e comparando a estrutura do EMGM de 1874 com o EMA de 1914, emerge que esta Instituição manteve a sua organização de base e acrescentou à sua estrutura apenas quatro secções para além dos quatro *bureaux* originários, sendo estas a *Section du personnel du Service d'Etat-Major*, a *Section administrative*, a *Section d'Afrique* e a *Section Historique*. Ademais, o facto de o EMA ter sido integrado com Secções e não com *bureaux* indica claramente uma hierarquia dentro da Instituição, estando no topo desta hierarquia a estrutura constituída pelos *bureaux* e sendo as secções os complementos administrativos do Estado-Maior. Dentro desta organização, o único caso que pode constituir uma exceção é o da *Section d'Afrique*. À Secção africana eram atribuídas as funções da organização e gestão da política militar norte-africana francesa, sobretudo no que diz respeito à gestão das tropas africanas e à defesa do território colonial. Emerge, todavia, que as questões militares africanas eram consideradas subsidiárias em comparação com as questões militares mais diretamente relacionadas com o teatro europeu – mais uma vez, o objetivo político principal da terceira república francesa era a *Revanche* contra a Alemanha, e neste aspeto a política colonial africana era de todo secundária. A este respeito, o teatro europeu era aquele onde se concentrava mormente o trabalho do EMA, e por isto os departamentos orientados para este fim eram *bureaux*, com uma estrutura interna mais articulada, e os outros, entre os quais a Secção Africana, mantiveram-se estruturados em secções⁷².

Tendo tido a organização do EMA um carácter de estabilidade ao longo da sua existência, a análise das atividades dos *bureaux* aqui realizada procederá só parcialmente em sentido diacrónico como no capítulo relativo ao Estado-Maior alemão; no presente caso, privilegiar-se-á uma análise por *bureau*, sublinhando eventualmente as variações nos trabalhos de cada *bureau* ao longo do período considerado.

⁷² Relativamente aos trabalhos da *Section d'Afrique*, vejam-se os conjuntos documentários em SHD/AV – 7N2079 e 7N2080.

Como referido *supra*, as atividades realizadas pelo B1 estavam relacionadas com a organização geral do exército, a mobilização e os efetivos militares. A centralidade deste *bureau* dentro do EMA é testemunhada pelo número de documentos produzidos por este departamento e presentes no arquivo de Vincennes: os documentos do B1 em Vincennes somam 644 ficheiros, o 28,13% de todos os ficheiros do EMA presentes no arquivo do *Service historique de la Défense*. Ademais, as funções desempenhadas pelo B1 iam além das citadas *supra*, incluindo outras atribuições que serão descritas *ultra*.

A primeira função desempenhada pelo B1 era a organização da mobilização. Como referido *supra*, um dos fatores mais importantes que determinaram a vitória alemã contra o exército de Napoleão III em 1870-1871 foi a capacidade da Confederação Germânica do Norte e dos seus aliados de mobilizarem as suas tropas mais rapidamente que os franceses e, portanto, de ganharem a superioridade numérica sobre os franceses nos campos de batalha. Para remediar a esta fraqueza foi implementada, por um lado, a lei de organização geral do exército de 24 de julho de 1873, que dividia o território metropolitano francês em 18 regiões militares e que atribuía a cada região um Corpo de Exército, tornando assim permanente este tipo de grande unidade e acelerando a sua eventual mobilização; por outro, a realização dos planos de mobilização, a formulação de instruções para este fim e a harmonização de todos os elementos relativos à mobilização foram entregues ao B1.

O primeiro elemento relevante entre as atividades realizadas pelo B1 em tema de mobilização foi a elaboração e síntese de instruções gerais sobre a mobilização do exército. As instruções gerais eram estabelecidas pelo B1 e enviadas aos Comandos dos Corpos de Exército e dos Governos Militares de Paris e Lyon, contendo as regras para realizar o processo de mobilização. Porém, o elemento mais interessante que emerge no documento é que estas instruções não eram rigidamente vinculantes, pois, como é esclarecido numa instrução,

Les Gouverneurs militaires et les Généraux commandant les corps d'armée doivent, en s'inspirant de ces principes, user de toute leur initiative pour prendre ou provoquer les mesures propres à assurer, en temps utile, le passage du temps de paix au pied de guerre des éléments dont la mobilisation leur incombe.

Sem analisar em detalhe a instrução de mobilização, será suficiente referir que a instrução aqui usada como referência é articulada em vários títulos; o primeiro título trata das disposições gerais do processo de mobilização, o segundo trata dos recursos humanos, animais e materiais a serem utilizadas para a realização da mobilização; o terceiro título – o mais importante – trata mais em detalhe de todo o processo de mobilização, *id est*, das ordens tomadas pelas autoridades, dos locais da primeira mobilização, dos movimentos das tropas, da transmissão das ordens de mobilização *et cetera*; finalmente, o quarto título descreve as operações a serem efetuadas para executar a mobilização. As instruções de mobilização eram preparadas consoante os Planos militares em vigor num determinado

período e variavam consoante a ordem do exército existente; as instruções gerais de mobilização eram integradas por instruções sobre aspetos particulares do processo de mobilização (veja-se *ultra*)⁷³.

Um outro documento relativo à mobilização e que trata de uma fase antecedente à ordem de mobilização geral ou parcial é uma instrução de 1899 realizada pelo B1 em conjunto com o B3 e o B4 relativa às medidas a tomar em caso de tensão política⁷⁴. Este documento, classificado como secreto, tencionava simplificar e acelerar o processo de mobilização caso a situação política internacional se tornasse tensa e as possibilidades de um conflito aumentassem⁷⁵. O documento continua com a descrição dos processos e com as indicações para os atores que deviam conduzir a mobilização: o primeiro elemento importante deste processo é que em caso de tensão política é o EMA que propõe ao Ministro da Guerra e ao governo as medidas necessárias para realizar a mobilização, sendo estas duas últimas Instituições as autoridades que podiam ratificar estas medidas. Para atingir o objetivo da aceleração do processo de mobilização, o documento especifica cada passagem das ordens de mobilização – nomeadamente, a abertura do envelope com os planos de mobilização elaborados em tempo de paz –, especifica outrossim quais são as autoridades que iriam compor a cadeia de comando e, através de um anexo, descreve todas as passagens a efetuar em caso de abertura do envelope. Finalmente, emerge desta instrução que a autoridade principal para a condução da mobilização é o Chefe de Estado-Maior de Corpo de Exército, que deve colaborar com as autoridades civis para que o processo de mobilização não seja travado e outrossim que não seja divulgado na comunicação social⁷⁶.

Relativamente às dinâmicas de mobilização, existem muitos documentos que, como referido *supra*, tratam de aspetos mais específicos do processo de mobilização: em primeiro lugar, existem vários documentos que preparam o movimento das tropas e que foram preparados pelo B1 em colaboração com o B4: é o caso da correspondência entre o B1 e o B3 e B4 em torno do estudo das condições de transporte do Grupo de Exércitos do Nordeste, na qual o B1 pede elucidações sobre o transporte das tropas para avaliar o plano de concentração previsto pelo ano 1896⁷⁷; o documento *Instruction générale pour la préparation du Plan de Transport* de 1902 trata também das questões relativas ao transporte de tropas e, mais no específico, do transporte de cobertura⁷⁸.

⁷³ Veja-se *Instruction générale du 15 Juin 1897 sur la mobilisation de l'armée*, SHD/AV – 7N18.

⁷⁴ É interessante a definição de “*tension politique*” que o documento apresenta: “*La mobilisation de l'armée sera généralement précédée d'une période plus ou moins prolongée de négociations diplomatique entre les Etats menacés d'entrer en conflit. Cette période dite de tension politique commence avec les indices d'une rupture possible de la paix*”. Veja-se *Instruction du 19 Juillet 1899 sur les mesures à prendre en cas de tension politique*, SHD/AV – 7N17.

⁷⁵ Na opinião de quem escreve, não é por acaso que este documento tenha sido produzido em 1899: no ano anterior o incidente de Fachoda afetou muito as relações entre Reino Unido e França, isolando ainda mais esta última no concerto europeu e induzindo a sua chefia militar a rever os planos de mobilização para a acelerar.

⁷⁶ A este respeito, está escrito de forma inequívoca no documento que os Estados-Maiores dos Corpos de Exército devem *inviter très confidentiellement les Préfets à agir sur la Presse pour obtenir le silence et la discrétion au sujet des préparatifs militaires, en vue d'éviter des difficultés diplomatiques*. Veja-se *Instruction du 19 Juillet 1899 sur les mesures à prendre en cas de tension politique*, SHD/AV – 7N17.

⁷⁷ Veja-se *Divers*, *ibidem*.

⁷⁸ *Instruction générale pour la préparation du Plan de Transport*, *ibidem*, sobretudo o *Titre V – Transports de couverture*. Um outro documento com o mesmo propósito é a nota do B3 para o B1 sobre a disposição e

Depois da mobilização, um outro importante elemento gerido pelo B1 é a concentração das tropas. Num documento de 1913 relativo ao *Plan XVII*, ou seja, o plano militar que foi implementado entre 1913 e 1914 e atuado nas primeiras fases da Grande Guerra, do qual se irá falar de forma mais detalhada *ultra*, estabelecem-se os elementos principais para realizar o transporte e a concentração das tropas depois da mobilização geral seguindo as linhas estabelecidas pelo *Plan XVII*. No documento especifica-se no que consiste a concentração, ou seja, o transporte das tropas desde os lugares onde é efetuada a mobilização, o desembarque nas zonas de concentração em proximidade das áreas das operações e o acantonamento das tropas em zonas específicas. Este processo é desenvolvido ao nível do Corpo de Exército. O documento continua indicando elementos específicos como as zonas de abastecimento das tropas e os serviços de complemento à concentração, como os serviços de saúde, a alimentação das tropas, os serviços de correio e telégrafo *et cetera*⁷⁹.

Um outro âmbito de trabalho atribuído ao B1 era o que dizia respeito à organização do exército. Este termo, decerto demasiado abrangente, pode ser esclarecido através da análise de um documento produzido pelo B1 que sintetiza bem o aspeto da organização do exército: trata-se de um resumo acerca da organização do exército francês que refere a organização relativa ao ano 1904 e as modificações principais em comparação com a organização anterior em termos de número de Regimentos e Batalhões; ademais, o documento proporciona informações sobre a constituição dos *petits états-majors*, a composição das Companhias de cobertura e as de campanha. Finalmente, o documento refere informações em torno dos serviços auxiliares para as tropas, como o vestuário, os oficiais alfaiates, a alimentação, a gestão da caixa *et cetera*⁸⁰.

Concluindo a descrição das atividades do B1, pode-se elencar um conjunto de questões nas quais o B1 desempenhou um papel importante: o primeiro *bureau* produziu instruções para a chamada de algumas classes de reservistas a efetuarem uma revista ou um breve período de instrução ou, também, para as manobras outonais⁸¹; um outro documento tratava da constituição dos efetivos militares compostos por reservistas para a artilharia relativamente à implementação do *Plan XVII*⁸²; as instruções para o pessoal ferroviário eram produzidas pelo B1 em colaboração com o B4⁸³ e esta colaboração entre os dois *bureaux* era também realizada no âmbito do estabelecimento de instruções

emprego das tropas de montanhas para a cobertura dos Alpes: *Divers*, SHD/AV – 7N19. Outros aspetos específicos relativos à mobilização dizem respeito a questões técnicas como a transmissão das ordens por telégrafo e a gestão dos serviços telegráfico e dos correios nas fases de mobilização, a gestão dos arquivos de mobilização e a mobilização de corpos específicos como os Quartéis-generais dos Exércitos, ordens especiais para as unidades de artilharia pesada, a gestão das despesas para as unidades mobilizadas, a requisição de cavalos para o transporte das tropas, a mobilização das unidades da aviação, *et cetera*. Veja-se SHD/AV – 7N9, 7N17, 7N18 e 7N19.

⁷⁹ Veja-se *Instruction générale sur l'exécution de la concentration*, 14 de maio de 1913, SHD/AV – 7N17. No documento assinala-se que “*Les détails d'organisation et d'exécution des transports de concentration sont réglés par le Service des chemins de fer*”, portanto pelo B4.

⁸⁰ *Organisation et effectifs de l'Armée*, 31 de maio de 1904, SHD/AV – 7N21.

⁸¹ SHD/AV – 7N13.

⁸² SHD/AV – 7N18.

⁸³ SHD/AV – 7N19.

sobre o abastecimento (*ravitaillement*) de homens e cavalos durante as operações⁸⁴; finalmente, o B1 organizava o serviço de tradução e interpretação nas tropas e reservas, tratava da organização dos secretários de Estado-Maior diretamente com o *Cabinet du Ministre*, da criação dos grupos de ciclistas, da substituição da mão-de-obra militar com a civil para os serviços do exército, do serviço relativo ao pagamento das tropas *et cetera*⁸⁵. Por fim, é de particular interesse referir sobre um documento produzido pelo B1 e reencaminhado ao Ministério, no qual os Oficiais do primeiro *bureau* manifestavam a sua total contrariedade à reforma que reduzia a dois anos o serviço militar ativo⁸⁶; na mesma medida, é de interesse um documento de 1880 destinado ao B1 e elaborado pelos Generais Comandantes dos Corpos de Exército no qual os Generais exprimiam as suas opiniões em torno do recém-implementado serviço militar de 40 meses⁸⁷: neste sentido, parece que o B1 desempenhasse uma função de recetor das instâncias dos Comandos superiores no que diz respeito à organização do exército e, possivelmente, uma função de ponte entre a chefia político-militar ministerial e a tropa ativa; contudo, tendo em conta a existência do CSG e do seu papel de coordenação da chefia política com a chefia militar em prol do objetivo comum da *Revanche*, pode-se dizer que estas funções do B1 de recetor e ponte fossem relativas a aspetos mais técnicos em torno do funcionamento do exército, como, por exemplo, os problemas relativos à diminuição do tempo de serviço ativo das tropas.

O *deuxième bureau* é o departamento do EMA com as atribuições relativas ao estudo dos exércitos estrangeiros e à gestão dos adidos militares. Numa nota do General de Miribel, as atribuições deste *bureau* são assim resumidas:

*Les attributions de ce bureau seraient définies comme il suit:
Organisation et tactique des armées étrangères – Etudes des leurs théâtres
d’opérations – Missions militaires à l’étranger.*⁸⁸

No arquivo de Vincennes os documentos produzidos por ou relativos ao B2 constituem a maioria relativa de todos os documentos presentes que dizem respeito ao EMA, somando 1083 ficheiros de 2289, ou seja, 47,31% de todos os ficheiros relativos ao EMA.

Apesar de as atribuições do B2 serem razoavelmente poucas, a importância que tinham nas dinâmicas do funcionamento do EMA era relevante. Em termos gerais, o objetivo do B2 era a recolha de todas as informações relativas aos exércitos estrangeiros, informações que podiam ser obtidas por vias oficiais – sobretudo através dos adidos militares – assim como pela ação de espões ou de agentes franceses em território estrangeiro. O processo de trabalho do B2 era, *cum grano salis*, simples: coordenar o envio e os trabalhos dos agentes no estrangeiro, inclusive os adidos militares; receber as

⁸⁴ SHD/AV – 7N23.

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁷ SHD/AV – 7N33.

⁸⁸ *Note relative à la designation des attributions du 2^{ème} Bureau de l’Etat-Major de l’Armée*, 6 de dezembro de 1891, SHD/AV – 7N2.

informações e sintetiza-las em documentos para o CEMGA ou os outros *bureaux*, para o Ministro da Guerra ou para todas as autoridades que tivessem precisado de informações sobre exércitos estrangeiros. A este respeito, o B2 pode-se considerar um órgão essencialmente executivo, pois as margens de iniciativa reservadas a este *bureau* eram muito limitadas; contudo, como emerge dos documentos encontrados e como aqui referido, os agentes do B2 não se limitavam a procurar informações específicas relativas a questões provenientes de Paris, mas podiam comunicar todas as informações que reputavam relevantes acerca dos aparelhos militares estrangeiros. Sendo assim, pode-se dizer que o trabalho do B2 se estruturava desta forma: as autoridades político-militares francesas pediam informações sobre os aparelhos militares estrangeiros ao Chefe de Estado-Maior; ele ordenava ao B2 a recolha destas informações e o Chefe do B2 ordenava aos agentes e adidos militares interessados que encontrassem as informações pretendidas. Recebidas as informações, o Chefe do B2 sintetizava-as e entregava-as às autoridades que as tinham pedido. Fora este processo, os agentes ou adidos militares podiam obter informações específicas sobre assuntos militares relativos aos exércitos estrangeiros e enviá-las para o B2 em Paris; estas informações eram avaliadas, sintetizadas e distribuídas para todas as autoridades que podiam estar interessadas naquelas informações.

O primeiro documento relativo ao B2 é um conjunto de três notas referentes à instituição e ao papel desempenhado pelos adidos militares. Referem os documentos que os adidos militares acreditados juntos dos governos estrangeiros existiram bem antes de 1871 em França; a acreditação dos adidos dependia de pactos bilaterais entre os estados e sobretudo não era vinculada ao princípio de reciprocidade. As funções dos adidos militares, é sublinhado no primeiro documento, não se limitavam a representar a França no estrangeiro, mas

Constater de visu le développement des armées étrangères, suivre, sur place, le fonctionnement de leurs divers organes, la marche de leur instruction... Apprécier les résultats pratiques des modifications effectuées, recueillir les jugements, les commentaires... Voir à l'œuvre le commandement ; se rendre compte de la valeur du corps d'officiers, de l'esprit qui le guide... Etudier, de prêt, le moral des troupes, celui de la nation toute entière... Se tenir au courant des progrès dans toutes les branches de l'art militaire, prévoir à temps les changements importants apportés à l'armement ; mettre au points les bruits, les nouvelles qui circulent ; signaler les écrits intéressants, en dégager les tendances.

A este respeito, os adidos não deviam manter o posto somente por pouco tempo, mas deviam estar muito tempo juntos do mesmo governo. Ademais, o B2 insiste na importância de organizar missões especiais para visionar as manobras no estrangeiro pois, quando o documento foi redigido, somente os adidos acreditados podiam participar nas manobras, e nem sempre. Concluindo, os documentos

realçam o importante papel desempenhado pelos adidos, sublinhando que uma eventual renúncia ao envio de adidos militares no estrangeiro constituiria *un désavantage évident*⁸⁹.

Outros aspetos das figuras dos adidos militares são esclarecidos numa instrução sobre o serviço dos adidos militares. Nesta instrução é especificado que um adido militar é o representante da autoridade militar francesa no estrangeiro e que está subordinado ao embaixador francês: em vista disto, o adido militar nunca poderá tomar iniciativa sem ter informado o embaixador em todos os casos em que a iniciativa possa ter consequências políticas. Uma parte importante da instrução esclarece onde devem ser recuperadas as informações sobre o aparelho militar do país onde o adido se encontra: em primeiro lugar, na imprensa em geral e nas revistas e publicações militares em particular; em segundo lugar, nas publicações oficiais, como os regulamentos militares e os debates parlamentares; em terceiro lugar, a instrução aconselha os adidos a pedir a colaboração do corpo consular francês através da intermediação da embaixada, para ampliar as fontes de informações militares à disposição; em quarto lugar, uma fonte preciosa de informações é constituída pelos adidos militares de outros países; finalmente, a instrução sugere aos adidos para construírem uma rede de conhecimentos no mundo civil e dos negócios que possam proporcionar mais informações de natureza militar úteis. A instrução prossegue especificando que é de máxima importância que os adidos participem em todos os exercícios militares e manobras do exército do país no qual prestam serviço. Em conclusão, é assinalado de forma clara que os adidos militares deverão ser considerados parte integrante do B2 e deverão cumprir todas as tarefas que o Chefe de Estado-Maior e o Chefe do B2 lhes destinarem⁹⁰.

Voltando ao trabalho realizado pelo B2, a quantidade e os tipos de informações recolhidas por este departamento são realmente inúmeros. Aqui tentar-se-á apresentar alguns documentos exemplificativos que se destacam dentro do conjunto de documentos produzidos pelo B2, para esclarecer de forma melhor o tipo de trabalho realizado por este *bureau*.

Um primeiro conjunto de documentos exemplificativos das atividades do B2 é constituído pelas informações sobre o aparelho militar alemão. Utilizou-se aqui o termo “aparelho militar” pois as informações elaboradas pelo *deuxième Bureau* não se limitavam à descrição do exército alemão e das perspetivas táticas e operacionais, mas sim tinham em conta a organização geral de todo o dispositivo político-militar de Berlim. Relativamente à organização alemã, assinala-se o documento que apresenta um quadro sintético da organização do Ministério da Guerra alemão durante a Grande Guerra que os

⁸⁹ Veja-se *Note sur l'institution et le rôle des attachés militaires*, 1 de dezembro de 1898, SHD/AV 7N666.

⁹⁰ Veja-se *Instruction sur le service des Attachés militaires à l'étranger*, novembro de 1899, SHD/AV – 7N667. É interessante notar como o número de adidos militares franceses durante a Primeira Guerra Mundial não fosse particularmente elevado: no total operavam 15 adidos, seis dos quais auxiliados por um colaborador militar e que desempenhavam as suas funções nos países aliados, *id est*, Reino Unido, Estados Unidos, Grécia, Itália, Rússia e China. Veja-se *Liste des attachés militaires et attachés militaires adjoints*, SHD/AV – 7N854.

agentes do B2 encontraram no jornal alemão *Deutsche Tageszeitung*; o jornal recuperou as informações da revista militar *Armee Verordnungsblatt*⁹¹.

Um outro documento, da autoria do adido militar francês em Berlim, refere informações sobre a *Kriegsakademie* e o Serviço de Estado-Maior alemão. Este documento é interessante porque mostra como era o processo de recolha e elaboração das informações dos agentes do B2: em primeiro lugar, o documento foi produzido em resposta a um pedido de informações, supostamente de Paris, pois é estruturado por “respostas” que visavam responder às questões que o B2 recebeu⁹²; em segundo lugar, o documento mostra como, no caso da primeira questão, *id est*, quantos Oficiais podiam concorrer para entrarem na *Kriegsakademie* cada ano, ao lado das informações recolhidas diretamente pelo adido militar francês através de um pedido oficial ao diretor da *Kriegsakademie*, General Karl von Villaume, o adido colheu informações também nos jornais – neste caso, a *Militär Wochenblatt* –. Finalmente, o documento descreve de forma minuciosa o funcionamento da *Kriegsakademie*, inclusive as aulas e palestras dadas naquela escola militar, quais e quantos cursos eram lecionados, quem eram os professores *et cetera*; outrossim, o documento refere acerca do avançamento dos Oficiais de Estado-Maior e sobre os estágios realizados pelos Oficiais de Estado-Maior e os da *Kriegsakademie*⁹³.

Mais um documento do B2 não diretamente relacionado com o exército alemão é o que informa as autoridades de Paris sobre o procedimento legislativo do orçamento militar e do projeto da nova lei militar alemã, inclusive as modificações que esta última lei ia determinar no exército alemão⁹⁴. Quanto à organização do exército alemão, foi encontrado um documento interessante em torno do plano de mobilização alemão e das modificações que sofreu em comparação com as versões precedentes⁹⁵.

Um amplo conjunto de documentos do B2 sobre o Império alemão refere informações à volta dos exercícios militares realizados pelos exércitos alemão e francês e do debate em torno dos princípios táticos adotados na Alemanha e na França: sem examinar estes documentos em detalhe, será suficiente assinalar aqueles relativos às análises e apreciações em torno das manobras alemãs, manobras em que normalmente o adido militar francês estava presente⁹⁶ e os documentos relativos aos princípios táticos

⁹¹ Provavelmente trata-se de um excerto de um documento maior; o documento foi catalogado pelos arquivistas de Vincennes num período entre 1916 e 1918, mas o documento em si não contém nenhuma data. Veja-se *Organisation du Ministère de la Guerre allemand*, SHD/AV – 7N 861.

⁹² No documento não são apresentadas nem as questões, nem os autores dos pedidos de esclarecimento, feita exceção a primeira resposta que contém uma nota manuscrita que diz que a questão foi posta pelo General de Divisão Hyppolite Langlois, que no momento da redação do documento desempenhava as funções de diretor da *Ecole supérieure de guerre*.

⁹³ Veja-se *Copie d'un rapport de l'Attaché militaire à Berlin (n° 62 du 15 février 1899) relatif à la Kriegs=Akademie et au service d'état-major en Allemagne*, SHD/AV 667. Em torno do Serviço de Estado-Maior alemão, veja-se também *Organisation et fonctionnement du service d'état-major*, SHD/AV – 7N672.

⁹⁴ Veja-se *La discussion du Budget de la Guerre et du Project de loi Militaire devant la commission du budget et devant le Reichstag*, SHD/AV – 667. Veja-se também *Le nouveau projet de loi militaire allemand pour le période de 1899 à 1904*, SHD/AV – 666.

⁹⁵ *Note sur le nouveau plan général de mobilisation de l'armée allemande (plan 1898-1899)*, SHD/AV – 7N666.

⁹⁶ Veja-se *Manœuvres allemandes en 1898 – Observations*, SHD/AV – 7N666; este documento refere um elemento interessante, ou seja, o adido militar francês presenciou às manobras com os adidos militares de outros países convidados oficialmente pelo Ministério da Guerra alemão; mas fora eles, também dois Oficiais franceses conseguiram visionar aquelas manobras alemãs sem convite oficial e em traje civil. É necessário outrossim

e operacionais dos exércitos alemães e franceses⁹⁷: neste último grupo deve-se assinalar um estudo do Estado-Maior alemão em torno dos princípios táticos adotados pelo exército francês: este tipo de documentos era reputado de particular interesse pois oferecia o ponto de vista do principal inimigo dos franceses acerca do pensamento tático francês e da sua aplicação prática, sublinhando limites e pontos fortes. Este estudo divide-se em duas partes redigidas em dois momentos diferentes: a primeira é um estudo teórico sobre os princípios táticos do exército francês, composto antes de 1907; a segunda é uma integração com a avaliação das manobras francesas de 1907, 1908 e 1909. O estudo é particularmente minucioso, pois avalia separadamente as diversas Armas – infantaria, cavalaria, artilharia –, as táticas ofensiva e defensiva e, finalmente, proporciona uma avaliação sobre o Comando francês⁹⁸.

Um grupo de documentos importantes relativos ao aparelho militar alemão e que vale a pena considerar separadamente é o que diz respeito às informações sobre a estrutura e organização do Estado-Maior alemão. O primeiro documento encontrado é uma nota sobre a organização do *Großer Generalstab* em 1898: nesta nota sublinham-se as modificações ocorridas ao Estado-Maior alemão naquele período, nomeadamente a fusão entre o *Hauptetat* e o *Nebenetat* e o aumento dos Oficiais que trabalhavam no *Generalstab*; ademais, é sublinhada a centralidade do Estado-Maior alemão para a instrução dos Oficiais que trabalhavam no *Generalstab* e nos Estados-Maiores divisionários e subdivisionários. O documento proporciona também uma descrição da organização do *Generalstab*, a partir das atribuições do Chefe de Estado-Maior alemão, passando pelas funções desempenhadas pelos OQ e analisando as atribuições das *Abteilungen*. No documento é citado um excerto da obra de Bronsart von Schellendorf “*Le Service d’Etat-Major*” (*Der Dienst des Generalstabes*, na edição original) que descreve os objetivos do Estado-Maior:

Le Chef d’Etat-Major et ses officiers préparent de longue main toutes les campagnes qui paraissent possible dans l’avenir. Ils suivent les progrès des armées voisines en même temps qu’ils étudient les théâtres d’opérations; ils approfondissent ensemble les méthodes de guerre.

assinalar a tradução efetuada pelo adido militar francês de vários artigos de jornais alemães nos quais são analisadas as manobras francesas de 1898: vejam-se *Appréciations sur les manœuvres des 3^o et 6^o Corps d’Armée français*, tradução de um artigo publicado no *Neue Militärische Blätter*, no qual defende-se que os melhoramentos do exército francês derivaram da implementação de modelos militares alemães, *Appréciations sur les manœuvres françaises de 1898*, tradução de um artigo da *Gazette de Cologne*, e finalmente o artigo *Importants changements dans l’Armée française*, publicado pelo jornal alemão *La Post*, que aborda também a organização do CSG. Estes artigos encontram-se em SHD/AV – 7N666.

⁹⁷ Veja-se *Rapport sur les progrès théoriques et pratiques de la Cavalerie depuis les dernières guerres, traduit de l’allemand*, de 24 de dezembro de 1875 e *Exercices tactiques au pied des Vosges*, em SHD/AV – 7N664; um documento muito interessante é a tradução de uma conferência dada pelo Coronel alemão Friedrich von Bernhardt sobre as dinâmicas da guerra nos finais do século XIX; este documento é interessante porque emerge que, provavelmente, foi produzido por iniciativa do adido militar francês em Berlim e seguintemente enviado a Paris: *Traduction d’une conférence fait à Berlin par le Colonel von Bernhardt sur les «Elements de la guerre moderne»*, SHD/AV – 7N666.

⁹⁸ Veja-se *Etudes du Grand Etat-Major allemand sur la tactique de l’Armée française*, outubro de 1910, SHD/AV – 7N672.

O documento conclui com uma comparação entre o Estado-Maior alemão e o francês. Os autores da nota do B2, antes de realizar a comparação, afirmam que

[...] *la différence de constitution des deux pays [França e Alemanha] entraine avec elle une organisation différente des deux états-majors : il serait donc inutile de rechercher en France une adaptation complète de l'organisation allemande.*

Em primeiro lugar, da comparação entre os dois Estados-Maiores emerge a *vexata quaestio* vista *supra*, ou seja, o facto de o *Generalstab* depender somente do Imperador alemão, ao contrário do Estado-Maior francês que dependia do Ministro da Guerra (em tempo de paz) ou do *Généralissime* (em tempo de guerra): sublinham os autores que esta diferença determinava uma dissemelhança importante em termos de prestígio das Instituições; as diferenças entre a *Troisième République* e o Império alemão e as consequentes diferenças nos aparelhos militares em geral, e nos Estados-Maiores em particular, determinou a diferença principal entre os dois órgãos, na opinião dos autores do documento:

[...] *des nécessités créées par la mise en train du nouveau système militaire est résulté cette différence fondamentale, à savoir que l'Etat-Major général a principalement en France le caractère d'une organe permanent d'exécution, tandis que le Grand Etat-Major prussien est essentiellement un organe d'étude, de préparation et de perfectionnement.*

Esta diferença reflete-se no trabalho realizado pelas duas Instituições: o Estado-Maior francês ocupava-se de questões administrativas para além da preparação para a guerra; o *Generalstab* dedicava-se unicamente a este objetivo. Ademais, os Oficiais de Estado-Maior francês trabalhavam essencialmente nos gabinetes dos *bureaux* e secções do Estado-Maior, ao contrário dos Oficiais alemães que periodicamente se juntavam à tropa ativa. Para além disto, o pessoal do Estado-Maior francês era sensivelmente menor em comparação com o do *Generalstab*: o primeiro ocupava 116 Oficiais, dos quais 24 estagiários, o segundo 244 Oficiais, dos quais 104 estagiários; estes números não contemplam os Oficiais dos serviços geográficos e, continua o documento, seria necessário considerar ainda os Oficiais alemães empregues no Ministério com funções comparáveis com os Oficiais do B1⁹⁹.

Um outro documento redigido pelo B2 em torno do *Generalstab* proporciona mais informações sobre o Estado-Maior alemão e, sobretudo, propõe mais uma comparação entre as duas Instituições. Após ter descrito resumidamente o surgimento e a evolução do *Generalstab* e descrito as funções desempenhadas pelo seu Chefe, pelos OQ e pelas *Abteilung*, os autores tentam associar os

⁹⁹ Veja-se *Note sur l'organisation du Grand Etat-Major allemand*, julho de 1898, SHD/AV – 7N666.

departamentos do Estado-Maior francês aos do *Generalstab* consoante as funções desempenhadas: no quadro final, os autores associam a segunda *Abteilung* e o departamento ferroviário alemães à *Section du plan* do B3 e ao B4 respetivamente; a primeira, terceira e nona *Abteilungen* ao B2; a quinta, sexta e oitava *Abteilungen* à *Section des manœuvres* do B3; finalmente, a quarta e sétima *Abteilungen* à *Section des places fortes* do B1. Finalmente, é sublinhado que o B1 não tem correspondência na organização alemã pois trata de questões administrativas que em Berlim são tratadas pelo Ministério da Guerra¹⁰⁰.

Por fim, o último documento relativo ao estudo do *Generalstab* alemão aqui apresentado é uma nota do B2 em resposta a um questionário, nota que esclarece diversos aspetos em torno do Estado-Maior alemão, nomeadamente a idade média dos Oficiais Gerais alemães, o número e as funções dos Oficiais de Estado-Maior, a organização do serviço de inspeção das tropas *et cetera*. Um elemento importante é constituído pela comunicação, por parte dos autores da nota, que o assunto relativo ao Comando Supremo alemão e ao *Generalstab* é abordado na obra “*L’Armée allemande, étude de organisation*” redigida pelo *Commandant* Martin e pelo Capitão Pont sob a supervisão do B2 e publicada em 1903. Esta informação testemunha um interesse contínuo do B2 no estudo do *Generalstab* e indica que o trabalho do B2 podia, em alguns casos, sair do âmbito exclusivo do Estado-Maior e proporcionar publicações para o público generalista¹⁰¹.

O trabalho do B2 não se limitava ao estudo do exército e do aparelho militar alemães; um conjunto de documentos composto na década entre 1877 e 1887 tencionava proporcionar informações sobre os exércitos belga, dinamarquês, sueco, romeno e russo, para além do alemão; neste conjunto, é dado amplo espaço a algumas unidades específicas, nomeadamente os *chasseurs* e as tropas coloniais; ademais, era referido o soldo das tropas alemãs, austríaca e italianas, o equipamento da infantaria russa e alemã, sobretudo no que diz respeito ao peso, os recursos em cavalos disponíveis nos países estrangeiros e a cavalaria nos outros países, os efetivos dos exércitos estrangeiros *et cetera*¹⁰². Um outro conjunto de documentos de particular importância é o que trata dos Estados-Maiores estrangeiros, com título *Organisation et service d’état-major*. Este grupo de documentos descreve a organização dos Estados-Maiores austríaco, italiano, inglês e russo, sublinhando sobretudo as diferenças entre o Estado-Maior francês e os outros do ponto de vista do trabalho desenvolvido e da relação com a chefia política, *id est*, o Ministério da Guerra¹⁰³.

As questões políticas no estrangeiro eram também tratadas pelo B2, que proporcionava informações sobre assuntos políticos diretamente relacionados com questões militares. Um documento

¹⁰⁰ *Le Grand Etat-Major prussien. Ses attributions*, 27 de maio de 1910, SHD/AV – 7N672.

¹⁰¹ *Réponse à l’extrait du questionnaire posé pour Mr Klotz*, 16 de novembro de 1909, SHD/AV – 7N672.

¹⁰² Deve-se sublinhar que o Chefe de Estado-Maior tinha ordenado ao B2 para criar um ficheiro por cada exército estrangeiro, ficheiro que contivesse todas as informações sobre os exércitos a partir do recrutamento, o sistema de promoção, soldo, disciplina *et cetera*. Veja-se SHD/AV – 7N664.

¹⁰³ *Organisation et service d’état-major*, 30 de maio de 1910, SHD/AV – 7N672. Veja-se também *Principes de l’organisation et du fonctionnement de l’Etat-Major de l’Armée dans les grandes armées étrangères*, novembro de 1900, SHD/AV – 7N9.

encontrado no arquivo de Vincennes esclarece de forma clara esta dinâmica do trabalho do B2: trata-se de uma nota sobre Marrocos e a questão marroquina, ou seja, os interesses políticos europeus relativamente ao estado magrebino. Nas iniciais “*Considérations générales*” o B2 contextualiza a questão marroquina (chamada também de “*Question d’Occident*”, em oposição à questão oriental relativa ao Império Otomano) sublinhando a missão francesa de “civilização” do Magreb, começada com a conquista da Argélia e prosseguida com a conquista da Tunísia; é sublinhado também como o território magrebino fosse o terreno de confrontação entre *les races latine et germaine*. Na primeira parte do documento é analisado o Estado marroquino de forma aprofundada: são elencadas as características físico-geográficas do território, as etnias que compunham a população, as dinâmicas económicas e políticas. Finalmente, era analisado o exército de Marrocos (“*Valeur de l’Armée*”) e a sua marinha. A segunda parte do documento é dedicada a “*Les intérêts internationaux au Maroc*”: nesta secção descrevem-se as relações entre Marrocos e as potências europeias, sobretudo com a Inglaterra, Alemanha, Espanha e Itália, *id est*, os Estados europeus interessados em estender a esfera de influência sobre o país magrebino. Finalmente, a terceira parte do documento oferece uma visão geral sobre as ações que a *Troisième République* podia realizar para estender a sua influência sobre Marrocos e propõe algumas suposições sobre eventos que podiam mudar o *status quo* marroquino, como por exemplo a conquista de Tânger por parte inglesa, para um melhor controlo sobre o estreito de Gibraltar. Em termos gerais, emerge do documento o evidente interesse francês sobre Marrocos¹⁰⁴.

Concluindo a parte dedicada às atividades realizadas pelo B2, assinalam-se outros âmbitos de trabalho e obras realizadas por este *bureau*: os *Kriegspiel*¹⁰⁵, comunicações do adido militar francês na Alemanha sobre a disposição do exército alemão junto da fronteira francesa¹⁰⁶, diversas informações em torno do sistema ferroviário alemão¹⁰⁷, informações relativas à organização e às manobras de corpos militares específicos, como a artilharia¹⁰⁸ e, finalmente, as informações dos adidos militares reencaminhadas ao B1 em torno dos franceses residentes no estrangeiro e suscetíveis de alistamento¹⁰⁹.

Continuando a descrição das atividades realizadas pelos *bureaux* do Estado-Maior francês, apresentar-se-ão alguns documentos que podem esclarecer, de forma resumida, as funções desempenhadas pelo B3, *bureau* crucial dentro do Estado-Maior francês pois tinha as atribuições relativas às operações e à instrução das tropas. Este *bureau* pode-se considerar um departamento que

¹⁰⁴ Veja-se *La question Marocaine*, SHD/AV – 7N667.

¹⁰⁵ O documento é sem título e os arquivistas de Vincennes colocaram-no entre 1912 e 1914. SHD/AV – 7N672.

¹⁰⁶ *Stationnement en temps de paix des forces allemandes sur la rive gauche du Rhin*, SHD/AV – 7N658.

¹⁰⁷ Estão presentes mapas das estações ferroviárias de Metz e Estrasburgo, para além de informações sobre os recursos ferroviários entre Friburgo e Karlsruhe; está também presente uma carta de um agente do B2 na Alsácia que proporciona informações sobre o sistema ferroviário alemão naquela região e outrossim envia um esboço da estação de Sarreguemines: veja-se SHD/AV – 7N658.

¹⁰⁸ Vejam-se *Organisation et mobilisation de l’artillerie à pied allemande*, de 13 de agosto de 1897, documento que se destinava à Direção da artilharia do Ministério da Guerra; *Manœuvres de batteries d’obusiers dans la forêt noire*, de 6 de agosto de 1897; *Manœuvres d’artillerie lourde de campagne en Allemagne*, tradução de um artigo aparecido no *Allgemeine Zeitung* de Munique de 16 de agosto de 1897. Todos os documentos são em SHD/AV – 7N666.

¹⁰⁹ *Service militaire des Français établis à l’étranger*, 13 de dezembro de 1899, SHD/AV – 7N667.

desempenhava uma função de pré-síntese dentro do Estado-Maior francês como, *cum grano salis*, os *Kriegstheater* do *Generalstab* alemão. Sob a direção do Chefe de Estado-Maior e do primeiro SCEM, para além do *Chef de Bureau*, este departamento recebia as informações dos outros *bureaux* e elaborava os elementos operacionais e de concentração preparatórios que teriam constituído a base do *Plan* francês a ser adotado em caso de guerra.

Sendo assim, o âmbito de trabalho do B3 era muito amplo. Os documentos a disposição relatam sobre as atividades realizadas, fazendo emergir um quadro muito articulado das atividades deste *bureau*. Um primeiro conjunto de documentos trata de aspetos abordados também pelo B1 – e, *cum grano salis*, resultado da colaboração entre os dois *bureaux* – quais o aumento para o dobro dos efetivos dos Corpos de Exército¹¹⁰, a revista das fortificações na fronteira com a Alemanha e a Bélgica¹¹¹, a avaliação das possíveis consequências de ataques italianos na fronteira alpina e no maciço do Jura¹¹², a avaliação de novos armamentos¹¹³ e do nível de combate e aplicação dos princípios táticos por parte da infantaria¹¹⁴.

O aspeto de pré-síntese relativo ao trabalho do B3 assinalado *supra* emerge de forma muito clara num documento do *bureau des opérations* relativo à Segunda Guerra dos Bóeres. Este documento, classificado como segredo, foi composto em diversos momentos durante as hostilidades na África do Sul, sendo as páginas na frente do documento a sua primeira versão final e as páginas no verso os *addenda* e modificações realizados pelo Coronel d'Amade, enviado francês no teatro africano ao lado dos ingleses, e pelo Capitão Demange, enviado no lado bóer. Este documento é interessante pois refere informações diversas sobre os acontecimentos ocorridos durante as operações na África do Sul assim como informações sobre a organização dos exércitos inglês e bóer. A relação começa, na introdução, ao referir que eram muitos os adidos militares europeus a seguir as operações; sublinha-se também que o elemento dominante desta guerra foi a impotência de 250.000 ingleses em vencer a resistência de alguns milhares de bóeres¹¹⁵; finalmente, os autores frisam a incapacidade dos ingleses de estimar os efeitos do tiro da infantaria bóer, elemento tático que dominou a guerra na África do Sul.

¹¹⁰ *Dédoulement du XV Corps*, SHD/AV – 7N1736.

¹¹¹ *Rapport sur l'organisation de la frontière du Nord*, julho de 1877, SHD/AV – 7N1736; este documento trata também de questões ligadas à neutralidade belga e à eventual violação da sua neutralidade em caso de deflagração de um conflito entre França e Alemanha. Veja-se também *Mémoire sur la réorganisation du système défensif de la France*, 20 de novembro de 1898, SHD/AV – 7N1736, *Considérations sur la reconstitution de la frontière de l'Est* e *Exposé du système défensif de la France*, *ibidem*.

¹¹² *Considérations sur les attaques qui pourraient être dirigés contre la frontière du Jura*, SHD/AV – 7N1736.

¹¹³ *Conséquences tactiques de l'adoption du canon de 75 à tir rapide*, 25 de junho de 1898, SHD/AV – 7N1736.

¹¹⁴ *Observations sur le combat de l'infanterie*, SHD/AV – 7N1736. Veja-se também um documento interessante no que diz respeito às questões táticas: *Note sur les attaques dites 'Décisives'*, 1901; este documento é uma síntese dos princípios táticos da infantaria tendo em consideração dois exemplos históricos, *id est*, a batalha de Gravelotte durante a campanha de Sedan de 1870 e a batalha de Pleven de 1877 durante a guerra russo-turca de 1877-1878.

¹¹⁵ Os dados referidos pelos Oficiais franceses são errados, pois na Segunda Guerra dos Bóeres o Reino Unido mobilizou até meio milhão de soldados ao longo dos três anos de guerra, contra os cerca de 80.000 bóeres mais alguns pequenos contingentes de voluntários europeus. Veja-se <https://www.britannica.com/event/South-African-War>.

A primeira parte deste documento estrutura-se em três capítulos: o primeiro analisa em detalhe elementos como a marcha das tropas, a comunicação entre as unidades, o equipamento da infantaria; o segundo capítulo analisa o combate e o terceiro o estacionamento das tropas. A segunda parte proporciona observações dos autores em torno da gestão das tropas por parte inglesa: d'Amade sublinha que o Comando inglês não conseguiu proporcionar uma verdadeira direção das operações, delegando as responsabilidades aos escalões inferiores; esta situação era agravada pela independência demonstrada pelos Batalhões – sustenta d'Amade que “*chaque bataillon a une vie propre, un esprit de corps et une “personnalité” absolument accusés*” –. A relação de d'Amade e Demange conclui-se com algumas observações gerais sobre os acontecimentos no teatro sul-africano: uma parte importante é dedicada às inovações tecnológicas e táticas relativas às armas de fogo, sobretudo o emprego da pólvora sem fumaça – que tornava os atiradores escondidos “invisíveis”, pois permitia não manifestar a posição dos atiradores – e a superioridade tática da defesa contra o ataque devido às melhorias tecnológicas das armas de fogo¹¹⁶.

Do ponto de vista das operações, o trabalho do B3 pode-se considerar preparatório no que diz respeito à elaboração dos Planos finais de mobilização e campanha. Neste caso o trabalho do B3 justapõe-se às dinâmicas de instrução das tropas e dos Oficiais, pois as dinâmicas operacionais eram estudadas de forma especulativa através exercícios como os *Kriegsspiele* alemães ou estudos em torno de ações que os exércitos estrangeiros podiam realizar contra a França. Estudos e projetos relativos às campanhas que podiam ser conduzidas contra a França são exemplificados num documento de 1883: este estudo, conduzido pelo General Ferron, propõe medidas para uma eventual guerra que via a França defender-se dos ataques conjuntos alemães, italianos e espanhóis¹¹⁷; um outro documento parecido abordava diversos contextos de campanha: o primeiro contexto supunha uma campanha contra a França por parte de uma aliança constituída por Alemanha, Itália e Espanha; o segundo supunha uma guerra entre França e Rússia contra Alemanha e Império Austro-húngaro e, finalmente, uma campanha conduzida por uma aliança franco-russa-italiana contra a Alemanha e a Áustria¹¹⁸. A perspetiva operacional é presente também num conjunto de documentos produzidos pelo B3 em colaboração com o B1 sobre um eventual plano de campanha contra a Alemanha, plano que incluía informações sobre as leis militares alemãs e as relativas modificações previstas a serem implementadas e mais sugestões em torno da implementação de um sistema defensivo no Lionês e no Delfinado¹¹⁹.

¹¹⁶ Veja-se *Resumé d'un travail d'ensemble de Monsieur le Lieutenant-Colonel d'Amade sur les enseignements à tirer de la campagne du Transwaal*, SHD/AV – 7N1736.

¹¹⁷ Veja-se *Plan de Campagne*, 2 de abril de 1883, SHD/AV – 7N1736.

¹¹⁸ *Plan de Campagne*, março de 1883, SHD/AV – 7N1743.

¹¹⁹ Não foi possível estabelecer se as sugestões propostas pelo autor deste documento, Philippon, foram integradas nos planos de mobilização e concentração oficialmente adotados pelo Ministro da Guerra francês. Veja-se *Lettre de M. Philippon, en date du 30 Novembre 1910 relative à un plan de campagne contre l'Allemagne*, SHD/AV – 7N1763.

Há um documento que relata acerca de uma função desempenhada pelo B3 em colaboração com o B1: trata-se do serviço de telegrafia, cuja responsabilidade foi entregue ao B3 no que diz respeito aos aspetos de gestão das linhas telegráficas e ao uso das linhas ferroviárias para o serviço telegráfico, principalmente para a transmissão da ordem de mobilização; o B3 conduzia, ainda, estudos sobre as novas linhas telegráficas a construir, geria as comunicações óticas para a fronteira e a criptografia. O B1 era responsável pela redação das ordens de mobilização e pela distribuição destas entre as autoridades militares e civis interessadas; outrossim, o B1 geria as comunicações efetuadas com os pombos-correios e geria as aerostações militares¹²⁰.

Finalmente, o papel relativo à instrução desempenhado pelo B3 é esclarecido num documento de 1908 que trata das observações realizadas por Oficiais do B3 sobre os exercícios *sur la carte* – portanto exercícios aproximáveis aos *Kriegsspiele* – e as manobras de 1908¹²¹; o B3 produziu um resumo das palestras relativas às viagens de Estado-Maior realizados nos Alpes em 1893 dadas pelo General de Miribel durante o decurso destas viagens¹²². Relativamente aos exercícios *sur la carte*, um documento encontrado no arquivo de Vincennes mostra como, em princípio, os exercícios militares franceses inspiravam-se nos alemães; estes exercícios podiam ser retomados pelas escolas militares e serem reavaliados e comentados¹²³.

Antes de abordar as atividades realizadas pelo B4, é necessário sublinhar que o B3 desempenhou um papel importante de recolha e síntese dos Planos militares adotados pelo Ministério da Guerra francês. Este trabalho será descrito *ultra*, no parágrafo relativo ao *Plan XVII*.

Concluindo esta breve resenha em torno das atividades desenvolvidas pelos *bureaux* do Estado-Maior francês, sublinhar-se-ão alguns aspetos dos trabalhos realizados pelo B4, *bureau* que se ocupava de todos os aspetos relativos à logística, ao transporte das tropas e, sobretudo, à gestão do sistema ferroviário.

Dos documentos disponíveis emerge claramente que as tarefas desempenhadas pelo B4 eram eminentemente técnicas, pois tratava-se de todos os aspetos organizativos da logística e do transporte das tropas. Como foi sublinhado *supra*, a principal vantagem dos prussianos na campanha contra os franceses de 1870 foi a superioridade numérica em termos de efetivos empregues nos campos de batalha, devido ao emprego massivo das linhas ferroviárias e, portanto, à capacidade de transportar e dispor mais tropas do que os adversários em menor tempo. A constituição do B4 responde, então, às novas oportunidades logísticas em âmbito militar determinadas pelos avanços tecnológicos no século

¹²⁰ *Note spécifiant les attributions respectives des 1^{ère} et 3^{ème} Bureaux en ce qui concerne les questions du service télégraphique qui ressortissent à l'Etat-Major de l'Armée – Application de l'arrêté ministériel du 5 Mai 1890*, 31 de julho de 1890, SHD/AV – 7N2.

¹²¹ *Observations sur les exercices sur la carte, les évolutions et les manœuvres en 1908*, SHD/AV – 7N1736. Veja-se também *Exécution d'un travail d'ensemble sur la carte en 1903*, 17 de dezembro de 1902, SHD/AV – 7N2.

¹²² *Résumé des conférences faites par M. le Général de Miribel pendant les voyages d'Etat-Major de l'Armée en 1893 dans les Alpes*, SHD/AV – 7N1763.

¹²³ Veja-se *Etude sur la carte*, 1911, SHD/AV – 1N1.

XIX e, por conseguinte, às novas necessidades organizativas militares relativamente ao emprego destas tecnologias.

O primeiro documento importante sobre os trabalhos do B4 é um elenco das obras ferroviárias realizadas ou em curso de realização cuja conclusão está prevista para 1884; para além deste elenco, no documento é apresentada também uma lista dos trabalhos ferroviários urgentes ligados à defesa do território francês, trabalhos focados no desdobramento de algumas linhas e na construção de novos percursos¹²⁴.

Em termos gerais, emerge dos documentos que o B4 coordenava todos os esforços organizativos para a harmonização das questões logísticas e de transporte das tropas. Segundo um conjunto de documentos relativos ao *bureau* aqui analisado, o B4 desempenhava diversos papéis: tratava do utilizo de automóveis durante as viagens de Estado-Maior e as manobras¹²⁵, elaborava instruções para o transporte das tropas de cobertura para implementar a proteção do transporte das tropas mobilizadas¹²⁶, efetuava estudos acerca dos planos de transporte e sobre as comissões ferroviárias a serem instituídas para a gestão e organização das linhas de transporte e dos percursos ferroviários em tempo de guerra. Este último aspeto é interessante pois existem estudos do B4 sobre as modalidades de gestão das linhas ferroviárias na Alemanha, modalidades que foram consideradas inadequadas no contexto francês, apesar da reconhecida eficiência alemã na direção do meio ferroviário em prol de objetivos militares¹²⁷.

Existe um documento sobre a organização do serviço ferroviário francês particularmente útil no que diz respeito à análise das funções atribuídas e desempenhadas pelo B4. Este documento refere informações sobre as atividades realizadas pelo serviço ferroviário, quais o transporte de mobilização e de concentração e a evacuação das áreas interessadas por um eventual evento bélico. O documento indica que o conjunto dos transportes ferroviários é dirigido por uma *Commission militaire supérieure des chemins de fer*, constituída dentro do Ministério da Guerra, que assume a gestão do sistema ferroviário, enquanto em tempo de paz a execução do transporte é realizada pelo B4. No documento destacam-se as várias fases dos planos de transporte e concentração, com um cômputo geral dos tempos necessários para completar cada uma das fases. É outrossim assinalado que, em caso de guerra, as companhias ferroviárias privadas serão requisitadas e as viagens de pessoas e bens proibidas. Alguns elementos particularmente interessantes ressaltam no documento: declara-se que para o transporte completo de um Corpo de Exército de duas Divisões, são necessários entre 110 e 120 comboios completamente cheios – contudo, o documento não consta de quantas carruagens deviam ser compostos estes comboios –; os meios disponíveis no território francês permitiam deslocar ao mesmo

¹²⁴ Este documento inclui outrossim um mapa no qual estão assinalados os cais militares franceses e alemães ao longo da fronteira alsaciana: veja-se *Chemins de fer stratégiques – Exécution du programme du 27 janvier 1882, e Quais militaires – situation au 1^{er} Avril 1884*, SHD/AV – 7N1743.

¹²⁵ *Instruction provisoire sur l'emploi des automobiles dans l'armée*, 18 de março de 1908, SHD/AV – 7N2029.

¹²⁶ *Circulaire confidentielle du 4^{ème} Bureau*, 20 de janeiro de 1876, SHD/AV – 7N2029.

¹²⁷ *Note pour M. le Lieutenant -Colonel S.Chef du 4^º Bureau de l'Etat-Major général*, 13 de agosto de 1886, SHD/AV – 7N2029.

tempo 1.150.000 homens, 300.000 cavalos e 50.000 veículos de vários tipos. Finalmente, consoante o Plano de mobilização e concentração previsto pelo ano 1888, afirma-se que as tropas mobilizadas de primeira linha podiam completar a deslocação para a frente do Nordeste dentro de 10 dias, as munições, os equipamentos e veículos podiam estar disponíveis no 13º dia e, no 15º ou 16º dia a partir da ordem de mobilização geral, a concentração das tropas de segunda linha seria completada nas zonas de concentração¹²⁸.

Antes de analisar o *Plan XVII*, é necessário analisar resumidamente o Serviço geográfico militar francês. Como descrito *supra*, o *Service géographique* fez parte só tangencialmente do Estado-Maior francês, tendo sido um serviço inicialmente sob a responsabilidade do *Dépôt de la Guerre* e, finalmente, tendo sido atribuído à responsabilidade do *Service d'Etat-Major*. Porém, como emergiu na análise do *Großer Generalstab*, o serviço geográfico desempenhava um papel crucial relativamente às dinâmicas de preparação à guerra.

A organização interna da *Section géographique* do *Dépôt de la Guerre* em 1879¹²⁹ estruturava-se em três *bureaux*, o da geodesia, o da topografia¹³⁰ e o dos *ateliers*, portanto pondo-se em continuidade com os departamentos geográfico-militares europeus. Para além destes *bureaux*, existia um *bureau* subsidiário com atribuições sobre a contabilidade, os arquivos e a venda de mapas. O Serviço geográfico era coordenado por um General, sendo os chefes dos *bureaux* Coronéis. Finalmente, o terceiro *bureau* tratava sobretudo de aspetos técnicos como o desenho, a impressão dos mapas, a fotografia e a litografia, entre os outros serviços. No serviço geográfico eram empregues 16 Oficiais militares e 15 Oficiais do *Service d'Etat-Major*¹³¹, para além do pessoal técnico civil.

A organização do *Service Géographique* não sofreu variações substanciais ao longo do tempo. De um documento que apresenta o resumo das atividades deste serviço em 1911 emerge uma organização interna composta por uma secção de geodesia, uma de topografia, uma de cartografia e um *bureau* de contabilidade. Sem analisar em detalhe o documento, será suficiente referir que a secção geodésica realizava as operações de triangulação consoante o tipo de mapa a preparar, *id est*, em escala 1:10.000,

¹²⁸ Veja-se *Note pour le Conseil Supérieur de la Guerre sur l'Organisation générale du Service des Chemins de fer*, 30 de maio de 1888, SHD/AV – 7N2029. Veja-se também *Rapport au sujet des études relatives au plan de transport*, 24 de novembro de 1911, SHD/AV – 7N17, onde são apresentados os resultados dos estudos preparatórios do B4 relativamente aos percursos de deslocação para as áreas de concentração das tropas mobilizadas, à determinação de quais Corpos de Exército usariam algumas determinadas linhas ferroviárias, sobre como melhorar o desempenho do meio ferroviário e quais trabalhos executar para tal fim. Deve-se sublinhar que estes estudos foram pedidos pelo CEMGA Joffre.

¹²⁹ Veja-se *Note sur l'organisation de la Section Géographique (Dépôt de la Guerre)*, 1879, SHD/AV – 9N110.

¹³⁰ O *bureau* da topografia compreendia uma secção relativa aos mapas estrangeiros, com a atribuição de preparar mapas dos territórios nos arredores das fronteiras francesas. Esta secção era dirigida por um Chefe de esquadrão e coadjuvado por um capitão; a secção ocupava-se sobretudo dos mapas relativos à Alemanha. *Ibidem*.

¹³¹ É interessante citar as razões pelas quais alguns Oficiais do Serviço de Estado-Maior estavam associados ao serviço geográfico: diz-se no documento que o serviço geográfico “*prépare ces officiers à la plus importante des fonctions qui leur incombent en campagne*”. *Ibidem*. A “função mais importante” aqui citada é explicitada no artigo 2, parágrafo 3 do projeto de reforma do *Service d'Etat-Major* de 1888, na qual estabelece-se que os Oficiais deste Serviço têm por missão durante a guerra “*établir les documents topographiques et cartographiques nécessaires pour la conduite des opérations militaires et l'instruction de l'armée*”. Veja-se *Note pour le Cabinet du Ministre (sur le Service d'Etat-Major)*, 10 de setembro de 1888, SHD/AV – 7N2.

1:20.000 ou 1:50.000, quer na metrópole, quer na África do Norte francesa. Refere-se que algumas destas operações em França eram seguidas por oficiais geógrafos estrangeiros, que participavam depois de ter recebido autorização do Ministério da Guerra francês. A secção de topografia realizava levantamentos topográficos em escala, a partir da escala 1:20.000 de algumas áreas geográficas como os Alpes, até à escala 1:200.000 para preparar um mapa da Argélia. Relativamente a esta secção, emerge que parte da tecnologia adotada para levantamentos em áreas inacessíveis como os Alpes provinha da Alemanha: refere o documento que:

En 1910, une mission fut envoyée en Allemagne pour étudier l'organisation et le fonctionnement du bureau central de photogrammétrie dont notre attaché militaire à Berlin avait signalé la création à la Landesausnahme prussienne.

Esta viagem revela bem a articulação das dinâmicas de funcionamento do Estado-Maior francês e da cadeia de comando: o adido militar francês em Berlim informa o *deuxième bureau* do Estado-Maior em torno da existência de uma nova secção geográfica do *Generalstab* alemão; a informação chega ao Ministro da Guerra, que organiza uma missão de técnicos geógrafos e militares em Berlim para investigar as novas tecnologias utilizadas pelos alemães e, finalmente, adota as novidades tecnológicas alemãs no *Service d'Etat-Major*, onde eram realizados os trabalhos geográficos.

O *bureau* da cartografia continuava a ser o departamento técnico do Serviço Geográfico, e, finalmente, o departamento da contabilidade tratava do arquivo e da venda de mapas: um dato interessante referido pelo documento é que em 1911 os *Magasins des Cartes* entregaram às autoridades militares, à administração pública e aos agentes de venda 1.030.862 exemplares de mapas (*feuilles de cartes diverses*)¹³². Finalmente, tenha-se em conta que os mapas produzidos pelo *Service géographique* eram distribuídos pelo B3 para todas as secções do Estado-Maior que tivessem feito pedido por recursos cartográficos; o B3, relativamente a esta atribuição, tratava do assunto diretamente com o Serviço de Estado-Maior¹³³.

5. O PLAN XVII: GÉNESE, ESTRUTURA E OBJETIVOS.

Na véspera do primeiro conflito mundial, o exército francês dispunha de um plano de mobilização e concentração do exército nas áreas do *Hexagone* que, supostamente, iriam ser as áreas mais afetadas pelos combates, *id est*, a fronteira com a Alemanha e a fronteira alpina. Este plano, o *Plan XVII*, foi o ponto de chegada dos trabalhos realizados pelos diversos órgãos analisados no presente capítulo, começados logo a seguir ao surgimento do Estado-Maior francês em 1871. Como afirmado *supra*, a fundação de um Estado-Maior em França deveu-se, entre outras razões, à preparação da *Revanche*

¹³² Veja-se *Rapport sur les travaux exécutés en 1911, 1912*, SHD/AV – 9N110.

¹³³ *Note pour les Bureaux et Sections de l'Etat-Major de l'Armée au sujet des cartes*, 12 de março de 1908, SHD/AV – 7N2. Veja-se também SHD/AV – 7N19.

contra os alemães; considerado isso, o primeiro plano estabelecido pelas autoridades militares francesas foi implementado em 1874, quando o Estado-Maior francês era ainda EMGM, longe da eficiência de trabalho que teria alcançado depois da separação do Estado-Maior do Ministério da Guerra, realizada com a reforma de Freycinet de 1890.

Sendo assim, nos 40 anos entre 1874 e 1914 foram aprovados dezassete planos militares; o trabalho realizado pelo Estado-Maior francês na compilação destes planos é importante para entender melhor as funções desempenhadas por este órgão militar e analisar de forma mais aprofundada a articulada cadeia de comando e de execução dentro do aparelho militar francês.

Antes de analisar a evolução dos planos e a gênese do *Plan XVII*, é necessário sublinhar uma particularidade importante relativa aos planos franceses, sobretudo em comparação com o Plano Schlieffen analisado *supra*, capítulo 2: os planos franceses são planos de mobilização e concentração, ou seja, não consideram nenhuma dinâmica operacional, pelo menos de forma explícita. Em outros termos, e tendo em conta o plano redigido por Schlieffen, os planos franceses limitavam-se a determinar quantos Corpos de Exército seriam mobilizados, onde se deviam concentrar e em quanto tempo deviam completar estas operações. Nos documentos encontrados relativos aos planos franceses, inclusive o *Plan XVII*, nunca aparecem partes referentes à condução das tropas e aos objetivos operacionais, mas somente os territórios onde as tropas se deviam dispor para começarem as operações. A ausência das dinâmicas operacionais nos planos franceses implica necessariamente que estas dinâmicas fossem contempladas noutros documentos sem ser os planos aqui considerados; contudo, os planos de mobilização e concentração são sem dúvida os documentos produzidos pelo Estado-Maior francês que, consoante os princípios teóricos expressados *supra*, permitem definir com maior precisão o que foi o Estado-Maior francês antes da Primeira Guerra Mundial e qual foi a sua colocação dentro do aparelho militar francês.

Existem vários documentos produzidos pelo B3 nos quais se apresentam históricos dos planos de concentração e mobilização até ao *Plan XVII* e que proporcionam informações valiosas sobre as razões que fundamentavam a adoção de algumas medidas relativas à concentração das tropas francesas em caso de guerra.

Referem os históricos dos planos franceses que, como referido *supra*, o primeiro plano de mobilização foi redigido em 1874; contudo, sublinha-se como os primeiros estudos sobre a concentração das tropas foram realizados apenas no biénio 1875-1876. Este elemento pode indicar que, provavelmente, num primeiro momento o Ministério da Guerra francês tivesse concentrado o seu trabalho nas dinâmicas de mobilização para depois abordar a questão da concentração: deve-se ter em conta que entre a reforma que deu lugar à redefinição territorial da França em 18 distritos militares e o primeiro plano de mobilização intercorreram somente poucos meses, provavelmente não um tempo suficiente para resolver todas as questões logísticas e organizativas relativas aos processos de mobilização.

Um elemento muito importante acerca dos primeiros dois planos de mobilização e concentração elaborados pelo Ministério da Guerra francês é a suposição de que o Império alemão não teria violado a neutralidade belga e luxemburguesa numa eventual confrontação com a França. Contudo, os planos III, IV e V, preparados ao mesmo tempo, distinguiram-se dos primeiros dois pois contemplavam mais hipóteses relativamente à eventual violação alemã da neutralidade belga e luxemburguesa para invadir a França. No *Plan III* o dispositivo de concentração foi estruturado tendo em conta um contexto militar no qual a França era invadida pelo Império alemão sem que o exército deste último tivesse violado a neutralidade belga e luxemburguesa, portanto em continuidade com quanto assumido pelos primeiros dois planos; no *Plan IV*, pelo contrário, a hipótese que fundamentava a disposição das tropas francesas era a de uma violação da neutralidade da Bélgica e do Luxemburgo por parte do exército alemão; finalmente, no *Plan V*, a hipótese considerada pela chefia militar francesa era que a Alemanha teria invadido a França contando com uma aliança com a Bélgica. Os planos quatro e cinco nunca foram implementados, pois as hipóteses políticas que os alicerçavam não foram julgadas reais; o Estado-Maior francês, todavia, continuou a trabalhar em torno dos pressupostos do *Plan III*, prevendo uma possível disposição das tropas francesas perto da fronteira alemã, portanto supondo uma atitude muito ofensiva das tropas francesas. O CSG, depois de ter consultado os *Comités techniques* do Ministério da Guerra, estabeleceu que as melhorias na fase de mobilização e nos meios ferroviários podiam permitir uma concentração mais avançada das tropas; por conseguinte, no dia 5 de maio de 1883 entrou em vigor o *Plan VI (III modifié)*, ou seja, um plano derivado de uma *variante* do plano três, no qual estava previsto que as tropas francesas mobilizadas teriam completado a concentração estabelecida no plano entre o 10º e o 13º dia depois da ordem de mobilização (este dia, muito importante nas dinâmicas de estruturação dos planos militares, será doravante abreviado em M0) e teriam sido prontas para o combate entre o 13º e o 15º M0. Porém, a chefia militar francesa, nomeadamente o CSG, começou a rever o plano VI antes da sua definitiva aprovação e implementação, em abril de 1883. Novos estudos sobre o exército alemão induziram a uma modificação de perspetivas sobre as possíveis dinâmicas operacionais que os alemães teriam adotado; a este respeito, o implementado *Plan VI* revelou-se inadequado para com estas novas dinâmicas operacionais, que evidenciavam por um lado uma vantagem numérica sensível do exército alemão comparado com o francês e, por outro lado, apontavam para uma manobra agressiva alemã nos Vosges para atacarem o lado direito francês. A fraqueza das alas da disposição francesa e a inferioridade numérica em comparação com os alemães induziram o Estado-Maior a pedir a criação de quatro novos Corpos de Exército para reforçar as alas e reestabelecer a paridade numérica com o exército alemão. Ademais, o histórico dos planos de mobilização e concentração refere algumas informações relativas às perspetivas operacionais contidas no plano: o objetivo principal deste era estabelecer posições defensivas sólidas para enfrentar os assaltos alemães e não atacar frontalmente o dispositivo inimigo;

este plano, portanto, encontrava-se em continuidade com os precedentes e privilegiava uma atitude defensiva¹³⁴.

Os planos a partir do VII mudaram de forma clara a atitude na condução das tropas. A razão principal desta mudança reside no completamento da linha defensiva de fortificações Verdun-Belfort, que permitia ao exército francês pôr um primeiro, poderoso travão a uma eventual avançada alemã na Lorena. Este travão permitia, por conseguinte, avançar a concentração francesa até esta mesma linha, pois dava-se por adquirido que estas fortificações teriam impedido ao exército alemão de ocupar os territórios franceses onde se realizaria a concentração; sendo assim, esta podia-se efetuar mais perto da fronteira com a Alemanha e, portanto, assumir uma disposição mais ofensiva. Porém, a nova linha de fortificações francesas não se traduziu diretamente num novo aflato ofensivo nos princípios franceses de condução das tropas: o *Plan VII* não previa fases ofensivas definidas a nível estratégico, mas somente uma dinâmica operacional que determinava um processo de manobra elástico de recuos graduais (*pieu-à-pieu*) dos assaltos alemães e contra-ataques que visavam impedir uma quebra da disposição francesa e deteriorar o exército inimigo: tendo em conta os planos formulados anteriormente e os planos que virão a ser descritos *ultra*, pode-se definir o *Plan VII* como um plano de transição de uma atitude defensiva para uma atitude mais ofensiva.

Consta dos históricos dos planos que no período 1887-1892, portanto o período que inclui a redação dos planos entre o VII e o XI, começou a definir-se a atitude ofensiva do exército francês na condução das operações. Como referido *supra*, o ponto de partida desta viragem situa-se na construção da linha defensiva Verdun-Belfort, que permitia avançar a concentração das tropas mais perto da fronteira; para além disso, um elemento talvez até mais importante relativamente à atitude militar francesa foi a queda de Bismarck na Alemanha e o colapso da *pax germanica* na Europa e, principalmente, o fim do isolamento diplomático francês no concerto europeu. Este novo contexto político permitiu à França chegar a um acordo com a Rússia em 1891 e formalizar uma aliança no ano seguinte, que estará na base da Tríplice Entente. De um ponto de vista militar, esta aliança oferecia à chefia militar francesa margens de ação contra a Alemanha muito maiores do que antes: se até àquele momento o principal objetivo militar francês era constituir um exército que fosse numericamente igual ao alemão e que se conseguisse opor à avançada do exército imperial em território francês através de uma atitude defensiva, a aliança com os russos determinava que, em caso de evento bélico, o exército alemão ter-se-ia dividido em duas frentes – ocidental, contra os franceses, e oriental, contra os russos –

¹³⁴ Existe um amplo conjunto documentário em torno do *Plan VI*, contido no ficheiro SHD/AV – 7N1743. Alguns dos documentos encontrados referem informações interessantes relativamente à organização do exército francês determinada neste plano. Em primeiro lugar, deve-se citar o documento *Points de débarquement de l'Armée des Pyrénées*, que demonstra como a Espanha fosse considerada um possível adversário numa guerra, apesar da sua fragilidade política devido às guerras carlistas; vários documentos tratam do uso da telegrafia para a condução das operações, documentos com mapas das possíveis operações alemãs contra a França, das linhas ferroviárias perto da fronteira francesa *et cetera*. Um documento em particular é um estudo comparado dos efetivos franceses, alemães, italianos e espanhóis, em que emerge o défice numérico do exército francês em comparação com o alemão e as dificuldades que um conflito contra Alemanha, Espanha e Itália teria procurado à *Troisième République*.

e teria podido dispor de um número inferior de tropas para enfrentar eventuais avançadas francesas. Ademais, o desenvolvimento do meio ferroviário francês e as melhorias nos planos de mobilização e transporte permitiam ao exército francês concentrar as tropas de primeira linha no 9º e 10º M0, estando os seus equipamentos completos prontos no 13º e 14º M0.

Ainda nesta fase os planos de mobilização e concentração franceses são elaborados quase a cada ano: o plano VIII é implementado em 1887, e foi caracterizado por medidas especiais relativas à disposição das tropas de cobertura; no mesmo ano o Ministro da Guerra francês Ferron pediu ao CSG e, por conseguinte, ao Estado-Maior para elaborar um novo plano que tivesse em conta as últimas notícias sobre os avanços militares do exército alemão em termos de concentração: as informações recebidas pelo B2 referiam que o exército alemão podia concentrar três Corpos de Exército com funções de cobertura entre o 2º ou 3º M0, ao contrário do exército francês que era ainda muito mais estático; ademais, a chefia militar francesa reputava a fase defensiva propedêutica à fase ofensiva, portanto pressionava o Estado-Maior para que tivesse mais em conta uma disposição que privilegiasse uma fase defensiva inicial que se podia desenvolver em fase ofensiva num segundo momento. O plano IX entrou em vigor em abril de 1888.

Contudo, poucos meses depois da implementação do *Plan IX* o CSG ordenou a preparação de um novo plano. Os novos princípios sobre os quais o futuro plano X se alicerçava eram dois: por um lado aumentava-se para o dobro o número de Corpos de Exército, através da constituição de corpos “Bis” formados por um Batalhão de tropas ativas e dois Batalhões de tropas territoriais¹³⁵; por outro lado, delegava-se para as regiões militares junto da fronteira com a Alemanha a tarefa de mobilizar as tropas de cobertura, para acelerar o processo de disposição dos grupos de cobertura. O plano X entrou em vigor no dia 10 de maio de 1889.

Refere-se no histórico dos planos que no triénio a seguir ao *Plan X* o Estado-Maior francês propôs diversas modificações e novas soluções para o estabelecimento de um novo plano. A revisão do plano X foi necessária por causa da implementação de uma nova lei de organização militar que previa a constituição de Corpos de Exército de três Divisões e a organização das duas alas da disposição francesa com quatro Corpos de Exército por cada lado. A importância do Plano XI, para além das medidas descritas, reside na determinação, por parte de Miribel, do princípio da “concentração escalada”, ou seja, caso os alemães conseguissem antecipar a concentração do exército, os pontos de desembarque das tropas francesas seriam recuados proporcionalmente aos dias de vantagem alemã.

No mesmo período emergiu novamente a questão da eventual violação da neutralidade belga por parte do exército alemão. Esta eventualidade era claramente muito importante para as dinâmicas francesas relativas à concentração: se os alemães tivessem passado pela Bélgica, teriam podido rodear o dispositivo francês e atacá-lo pela sua ala esquerda ou por detrás das formações, numa operação que

¹³⁵ Dos documentos disponíveis não emerge com clareza se a criação dos Corpos de Exército “Bis” foi efetivamente implementada; com certeza, como se virá *ultra*, esta organização não foi mantida ao longo do tempo, pois a organização militar francesa voltou à proporção segundo a qual ao número de regiões militares correspondia o mesmo número de Corpos de Exército.

relembra o movimento do martelo contra a bigorna. Para enfrentar esta eventualidade, numa variante do plano foi prevista a extensão da frente francesa até à fronteira belga. Uma outra variante do plano previa que o desembarque das tropas francesas recuasse para 6-7 dias de distância dos pontos de concentração; em termos gerais, o número de variantes do plano aumentou de tal forma que, refere-se no histórico dos planos, tornou-se complicado para a chefia militar francesa prever qual variante adotar em caso de conflito e o dispositivo de concentração final foi encaminhado para um futuro Plano XII.

Os históricos dos planos mostram um terceiro período no qual os planos estabelecidos compartilhavam os mesmos princípios estratégicos, o período compreendido entre 1892 e 1899. Apesar da linha de fortificações Verdun-Belfort ter sido acabada e a aliança com o Império russo ter sido assinada, a perspetiva operacional francesa virou para uma atitude variável consoante os elementos estratégicos disponíveis depois da eventual deflagração de um conflito. As razões desta viragem residem no receio de uma violação da neutralidade belga ou suíça por parte do exército alemão, que assim poderia contornar o dispositivo defensivo francês; para além desta razão estratégica, a chefia militar francesa receou que o processo de mobilização e concentração russo teria demorado muito tempo, razão pela qual os alemães poderiam concentrar-se na frente francesa antes de enfrentar a ameaça russa; finalmente, neste período a chefia militar francesa tomou em consideração a possibilidade de uma intervenção espanhola ao lado da Alemanha, eventualidade que implicaria a abertura de uma terceira frente operacional nos Pireneus, para além da fronteira com a Alemanha e dos Alpes.

O plano XII, entrado em vigor em fevereiro de 1893, mantinha os princípios adotados pelo plano XI, mas diferenciava-se por uma nova organização da cobertura e pelo facto de os franceses darem por certo que os alemães teriam violado a neutralidade belga, suíça ou ambas as duas; o único elemento a nível operacional que emerge do *Plan XII* é o planeamento de uma ofensiva imediata francesa para tentar ocupar Sarrebourg e Mogúncia. Este plano foi modificado em março de 1894 através de uma revisão da organização da cobertura, quando já tinha começado uma revisão geral do plano para a redação de um novo. Um elemento importante do futuro *Plan XIII* era constituído pela função atribuída às tropas de reserva na concentração. Em termos gerais, as tropas de reserva deviam constituir um corpo de segunda linha para suportarem as tropas ativas concentradas na primeira linha. A chefia militar francesa receava que esta disposição tirasse um número demasiado elevado de tropas da primeira linha, acabando por enfraquecê-la face aos assaltos alemães. Por outro lado, a mesma chefia militar considerava que a mais limitada eficiência de combate dos reservistas podia debilitar a primeira linha no momento do combate, caso os reservistas fossem integrados nas tropas de primeira linha. Em conclusão, este debate foi ganho pelos partidários da disposição dos reservistas na primeira linha, sendo estes integrados nos Corpos de Exército na medida de uma Divisão de reservistas e duas de tropa ativa; é possível supor que esta solução foi tomada também por causa das dificuldades encontradas na constituição dos Estados-Maiores das Divisões e Corpos de Exército de reserva, acerca

dos quais os documentos relatam que não havia Oficiais de Estado-Maior suficientes para formarem estes Estados-Maiores; finalmente, o plano XIII era caracterizado também pelo posicionamento de três Divisões de reserva junto da fronteira espanhola, em Bayonne, Perpignan e Tolosa, para bloquear as principais artérias de comunicação entre o território espanhol e o francês.

Em março de 1897 o CSG deu a ordem para começar os estudos necessários para a redação de um novo plano de mobilização e concentração. As principais novidades introduzidas por este novo plano consistem na estruturação de Corpos de Exército constituídos somente por tropas ativas integradas pelas classes mais jovens da reserva; os Corpos de Exército e Divisões constituídos por tropas de reservas foram extintos, resolvendo assim o problema da criação dos Estados-Maiores destas unidades; as classes mais velhas de reservistas iriam formar unidades na retaguarda; as formações das tropas territoriais foram destinadas para o presídio das fortificações, para a defesa das costas e, mais em geral, para tarefas auxiliares. Finalmente, o plano previa que cada Exército fosse integrado por um Corpo de Artilharia Pesada, corpo que era constituído por peças de 120mm e 155mm. Também o plano de transporte das tropas foi revisto: foram atribuídos dois Corpos de Exército por cada linha ferroviária e os pontos de desembarque foram postos a 6-7 dias de distância da frente alemã; em termos gerais, os equipamentos dos Corpos de Exército iriam chegar dois dias depois das tropas. Em termos operacionais, o Plano XIV dividia a frente alemã em dois sectores, o da Lorena, que se estendia do Luxemburgo até aos Vosges, e o sector dos Vosges, até à Suíça. Outros elementos de interesse relativos ao *Plan XIV* dizem respeito à mudada perspectiva da chefia militar francesa sobre a eventual violação da neutralidade belga ou suíça: o plano XIV não considera possível a violação da neutralidade destes dois países e, portanto, considera o teatro alsaciano-loreno como o campo das operações mais importante.

O Plano XIV permaneceu em vigor até 1903, quando a chefia militar francesa decidiu redigir um novo plano. Os históricos dos planos indicam que, tendo em consideração a situação política internacional, o decénio entre 1899 e 1909 pode ser considerado como o quarto dos cinco períodos em que se pode dividir a história dos planos militares franceses até à Primeira Guerra Mundial. Neste período, os elementos principais que determinaram a revisão dos planos foram a crise de Fachoda, que provocou uma crise profunda entre França e Reino Unido e que obrigou os franceses a rever a defesa das costas e a imaginar soluções para enfrentar uma eventual invasão inglesa nos territórios metropolitanos, e a guerra russo-japonesa de 1905, que impôs a retomada de uma renovada atitude defensiva por parte dos franceses, pois a Rússia não estava em condições de proporcionar um suporte militar consistente para resistir aos ataques austro-alemães.

O *Plan XV*, para além de ter em conta a nova situação geopolítica internacional, determinava algumas medidas organizativas destinadas a durar até ao primeiro conflito mundial. Em primeiro lugar, o plano estabelecia que o número normal de Batalhões dentro de um Corpo de Exército devia ser de 32, integrados por 8 esquadrões de cavalaria e 23 baterias de artilharia. Ademais, ao nível de Corpo de Exército acrescentava-se um grupo de artilharia pesada de 3 baterias de peças de 120mm e 6

de 155mm. Em segundo lugar, a disposição prevista das tropas previa a divisão da *Armée des Alpes* entre a frente alpina e a frente alemã, de facto diminuindo os efetivos previstos na frente italiana. Sendo assim, o Grupo de Exércitos do Nordeste era composto por quatro Exércitos, mais, eventualmente, o Exército dos Alpes caso a Itália não tivesse entrado em conflito contra a França. Para além desta ampla disposição, este Grupo de Exércitos podia contar com três Exércitos de reserva na segunda linha. Em terceiro lugar, o plano de cobertura foi revisto e os sectores de cobertura passaram de dois – Vosges e Lorena – para três – Vosges, Lorena e *Woëvre* –, tendo como eixo Verdun e ampliando a frente inicial mais para norte, na fronteira belga, em caso de violação da neutralidade belga por parte do exército alemão. Finalmente, uma revisão do plano de transporte permitiu garantir a disposição das tropas de primeira linha entre o 8º e 9º M0, a chegada dos parques de armas no 10º M0 e a disposição das reservas no 15º M0. É de ter em conta outrossim que foi prevista a possibilidade de efetuar uma mobilização parcial do exército francês. O *Plan XV* permaneceu em vigor até 1907, quando foi revisto e modificado com variantes relativas ao plano de concentração e cobertura; relativamente à concentração, o dispositivo francês foi estendido ainda mais para norte, muito provavelmente por causa do receio de uma invasão alemã a partir da Bélgica¹³⁶. Nas variantes era mantida a divisão do Exército dos Alpes em dois Exércitos de dois Corpos de Exército, sendo o primeiro enviado para a frente nordestina e o segundo mantido na frente alpina. Finalmente, foi constituído um 21º Corpo de Exército que seria enviado para a frente do Nordeste a partir do 13º M0 e estabeleceu-se que o 19º Corpo de Exército, o da África do Norte, seria enviado no continente europeu durante uma segunda fase posterior à concentração.

O quinto período referido pelos históricos do plano é o que se estende desde 1909 até à Primeira Guerra Mundial. Do ponto de vista geopolítico e militar, este último período foi provavelmente o mais favorável à *Troisième République*: as duas crises marroquinas causaram uma reaproximação entre o Reino Unido e a França, determinando, portanto, que as costas atlânticas francesas já não se podiam considerar ameaçadas pela marinha inglesa; a Rússia estava a concluir a obra de reconstrução e renovação do seu exército depois da derrota contra o Japão e a revolução de 1905; a crise bosníaca de 1908 afetou profundamente a relação entre a Itália e a Áustria-Hungria, aumentando as possibilidades da Itália adotar uma neutralidade benevolente (*neutralité bienveillente*). Neste contexto, os planos franceses viraram para uma atitude muito mais ofensiva do que no passado.

As bases do *Plan XVI* foram propostas pelo CSG¹³⁷ e aprovadas pelo Ministro da Guerra em fevereiro de 1908. O plano entrou em vigor em março de 1909. Ao nível da organização do exército,

¹³⁶ É possível supor que a extensão para norte da disposição francesa fosse a consequência do conhecimento, por parte das chefias militares francesas, dos princípios do Plano Schlieffen – redigido pouco antes da elaboração das variantes. Não foram encontrados documentos que possam confirmar esta possibilidade; contudo, de um ponto de vista lógico, o Plano Schlieffen confirmava a possibilidade da violação da neutralidade belga por parte dos alemães e a conseguinte invasão do território francês a partir da fronteira belga. Neste contexto, uma extensão para norte da disposição francesa devia ter sido reputada necessária.

¹³⁷ Veja-se *Procès-Verbal de la séance du Samedi 15 Février 1908 – Question n° 4 : Etude LX sur les bases d'un nouveau Plan*, SHD/AV – 1N10. O documento refere que os estudos preliminares do novo plano começaram

as modificações mais importantes introduzidas por este plano foram a confirmação da constituição de um 21º Corpo de Exército e a criação, por cada região militar, de uma Divisão de reserva. Em termos gerais, a ordem do exército francês neste período constava de 22 Corpos de Exército, 8 Divisões de cavalaria, 6 corpos de artilharia pesada de Exército, 22 Divisões de reserva e 9 Divisões territoriais. No que diz respeito à concentração, o plano deslocava o eixo mais para norte da linha Paris-Metz, considerando como muito provável que a invasão alemã passasse pela Bélgica e prosseguisse pela Champanhe e pela Picardia. Esta extensão da frente determinou em 1911 a adoção de uma variante do plano que, todavia, não estava integrada oficialmente no plano, mas era considerada uma possibilidade de concentração que teria sido implementada somente caso um determinado contexto operacional se tivesse verificado, ou seja, em caso de agressão alemã à Bélgica em forças. Em termos gerais, contudo, consideravam-se diversas possibilidades de concentração, consoante os *desiderata* do Chefe Supremo do Exército. Finalmente, em abril de 1913 foi aprovada uma variante que previa a reorganização dos cantonamentos para acelerar a deslocação das tropas a partir de Verdun para norte e noroeste, em caso de violação da neutralidade belga por parte dos alemães¹³⁸.

Finalmente, o *Plan XVII* foi o plano que se encontrava em vigor durante a Crise de Julho e a consequente deflagração da Grande Guerra. Num amplo conjunto documental relativo ao Plano XVII foi possível encontrar muitos documentos que permitiram esclarecer as dinâmicas que determinaram a elaboração deste plano e a sua estrutura.

O primeiro documento de relevo relativo ao Plan XVII é o histórico do plano. Este documento mostra as várias etapas que determinaram a elaboração do plano e a sua redação através da colaboração dos vários bureaux do EMA e da chefia militar francesa.

O primeiro elemento que emerge deste histórico diz respeito à preparação dos estudos preliminares para o estabelecimento do plano. Estes estudos começaram em junho de 1912, portanto pelo menos um semestre depois da entrada em vigor da variante do plano XVI, que induziu a chefia militar francesa a elaborar um novo plano. Os estudos preliminares, preparados pelo EMA, foram concluídos em abril de 1913 e foram apresentados através de um dossier aos membros do CSG para serem avaliados. Na sessão de 18 de abril de 1913 o CSG aprovou à unanimidade o dossier e deliberou que se desse lugar à elaboração de um novo plano a partir dos estudos apresentados¹³⁹. Na sessão de 2 de maio de 1913 foi redigida uma relação para o Ministro da Guerra sobre os trabalhos desenvolvidos, nomeadamente sobre a ordem de batalha e a composição das grandes unidades. O documento não indica a reação e as indicações do Ministro em torno destes trabalhos preparatórios, mas é lícito supor que o Ministro aprovou os estudos que, por conseguinte, foram aprofundados e pormenorizados. No

antes da sessão do CSG de 17 de agosto de 1907, quando o CSG teve pela primeira vez conhecimento destes estudos. A realização destes estudos foi ordenada pelo Ministro da Guerra de Lacroix.

¹³⁸ Os documentos relativos aos históricos dos planos são: *Historique du plan*, SHD/AV – 7N1737, documento sem data, mas necessariamente pós-abril 1913 e da autoria do B3; *Etude sur les Plans I à XVII – Leur souplesse – L’agencement des réserves*, SHD/AV – 7N1737, sem data, mas pós-1914 e da autoria do B3.

¹³⁹ *Procès-verbal de la séance du vendredi 18 Avril 1913*, SHD/AV – 1N10.

dia 21 de maio de 1913 foi dada disposição ao B4 para começar a trabalhar ao plano de transporte, o que implica que a ordem de batalha – elaborada pelo B1 – devia ter sido confirmada pelo Ministro da Guerra e, também, que os sectores da frente das operações e da concentração deviam ter sido estabelecidos: provavelmente, foram confirmados os trabalhos preliminares elaborados pelo Estado-Maior. Esta suposição é confirmada pela redação da *Instruction générale de la concentration* em maio-junho de 1913, seguida em novembro do mesmo ano pela preparação e redação das instruções sobre a cobertura; entre outubro e novembro de 1913 foram preparados os ficheiros de cobertura e concentração, ou seja, os documentos oficiais com as ordens e as instruções para efetuar estas atividades, sendo que a 15 de novembro de 1913 as disposições sobre a cobertura entraram em vigor. No mesmo mês de novembro estabeleceu-se o plano (*tableau*) do transporte de concentração e, em dezembro, o plano de transporte de cobertura, elaborados pelo B4. Tendo sido escrito o histórico da preparação do plano em dezembro de 1913, as atividades previstas antes da entrada em vigor oficial do plano foram descritas de forma provisória, indicando as datas estimadas da conclusão das atividades específicas. Neste sentido, foi previsto que em janeiro de 1914 seriam revistas as disposições de cobertura e, no entanto, preparados os dossiers e os ficheiros para a execução do plano. A preparação dos últimos documentos de transporte, por parte do B4, estava prevista para abril de 1914 e, em conclusão, a entrada em vigor do *Plan XVII* para o dia 15 de abril¹⁴⁰.

Como referido *supra*, o plano XVI entrou em vigor em março de 1909 e foi modificado em várias ocasiões por variantes relativas à disposição e à concentração das tropas. As alterações introduzidas em 1911 induziram a chefia militar francesa a rever o plano na sua generalidade, para estabelecer um novo *Plan* de mobilização e concentração que fosse mais eficiente. Ademais, o novo Plano XVII devia ter em consideração o contexto geopolítico e, sobretudo, o estado de adiantamento dos exércitos estrangeiros, nomeadamente os dos países adversários. Numa nota dirigida ao Ministro da Guerra, o B3 sintetizou as razões pelas quais foi considerado necessário elaborar um novo plano, razões que iriam confluir nas bases do plano descritas *ultra*. Em primeiro lugar, a nota sublinha como a situação internacional tivesse mudado de um ponto de vista militar, pois a Rússia estava a acabar a reorganização do seu exército depois da derrota contra o Japão em 1905 e o Reino Unido tinha prometido enviar para a França a totalidade do seu exército de campanha em caso de deflagração de um conflito contra a Alemanha; por outro lado, opinava-se que a Itália não fosse uma ameaça imediata para a França. Em virtude deste novo contexto, a disposição das tropas nas duas frentes previstas podia ser modificada, deixando na frente alpina poucas unidades de reservistas e enviando o 14º e 15º Corpos de Exércitos para a frente nordestina, bem como o 19º Corpo de Exército, enviado de imediato

¹⁴⁰ Veja-se *Etablissement du Plan XVII*, 12 de dezembro de 1913, SHD/AV – 7N1771. Este histórico foi redigido pelo B3. Uma nota do Ministro da Guerra dirigida aos Governadores militares de Paris e Lyon, aos Generais dos Corpos de Exército e ao corpo colonial tunisino confirmava o dia 15 de abril de 1914 como data de entrada em vigor do *Plan XVII*, para além de fornecer ulteriores informações de natureza burocrática relativamente à implementação do plano. Veja-se *Mise en vigueur du Plan XVII*, 16 de março de 1914, SHD/AV – 7N19

da África do Norte. Em segundo lugar, de um ponto de vista técnico, as melhorias relativas ao sistema ferroviário permitiram reduzir de um dia o tempo de concentração. Relativamente à Alemanha, informações em torno da construção de novas infraestruturas estratégicas na região do Eifel, nomeadamente novas ferroviárias e cais militares nas estações, induziam a pensar que a disposição alemã se concentraria cada vez mais em direção à Bélgica. A segunda parte da nota elencava os tempos necessários para implementar um novo plano: tendo em consideração a aprovação de uma nova *loi des cadres*, a elaboração e envio das instruções de mobilização, do plano de transporte e de concentração, para além da preparação dos ficheiros com os documentos oficiais, o B3 previa que teriam sido necessários por volta de 14 meses para o estabelecimento definitivo do plano; a este respeito, no documento salienta-se que para implementar o novo plano na primavera de 1914 será necessário começar os trabalhos no início de 1913¹⁴¹.

Tendo em consideração, em termos gerais, a estrutura do *Plan XVII* do ponto de vista dos documentos que o compõem, o primeiro elemento importante que diz respeito ao plano é constituído pelas suas bases, ou seja, o documento que recolhe os seus elementos constitutivos essenciais. Tendo em consideração as informações emergidas do histórico do plano citado *supra*, é possível que as bases do plano correspondam aos estudos preliminares realizados pelo EMA e modificados durante as diversas passagens entre EMA, CSG e Ministério da Guerra. Como se virá *ultra*, a autoria destes estudos preliminares pode ser atribuída analisando as partes que compõem este documento.

O *Avant-propos* do documento relativo às bases do plano analisa a contexto geopolítico no qual se inscreve o *Plan XVII*. Em primeiro lugar é apresentada a situação política nos Balcãs e na Áustria-Hungria, sublinhando como a emergência dos nacionalismos naquela área poderia determinar a detonação de um conflito; em segundo lugar é analisada a situação italiana, relativamente à qual se frisa a existência de uma contraposição política contra a França, mas também a existência de uma tensão latente com a Áustria-Hungria; ademais, do documento emerge que a mobilização italiana é lenta e que a marinha francesa é capaz de ganhar a superioridade no Mar Mediterrâneo. A opinião dos redatores do *Avant-propos* é, portanto, que a posição diplomática alemã é de isolamento e, relativamente às forças militares russas, refere-se que “*d’ici à deux ans deviendront un instrumente de guerre formidables*”. Para além desta *vision d’ensemble*, no documento é referido que o exército alemão dispunha de 715.000 efetivos e que este número seria aumentado para 880.000; pelas condições descritas *supra*, era considerado provável que o esforço alemão se concentraria numa ofensiva quanto mais rápida e poderosa contra a França, pois a Rússia não poderia intervir diretamente no conflito de imediato por causa da lenta mobilização das tropas. Finalmente, do documento emerge a preocupação francesa quanto à real intervenção dos ingleses contra os alemães, pois o Reino Unido não tinha dado nenhuma garantia escrita de suporte aos franceses em caso de guerra. Contudo, no documento é considerado que a *Royal Navy* iria apoiar a causa francesa e que

¹⁴¹ *Note pour Monsieur le Ministre*, 21 de Outubro de 1912, SHD/AV – 7N19.

Une entente établie entre les états-majors des deux Nations [França e Reino Unido] a prévu l'emploi, à l'extrême gauche de notre dispositif, d'une armée anglaise comprenant une division de cavalerie, six divisions d'infanterie et deux Brigades montées (au total 120.000 combattants).¹⁴²

O *Avant-propos* conclui-se relevando que os efetivos à disposição da Entente eram mais numerosos que os da Tríplice Aliança e que o teatro principal das operações será a frente norte-oriental francesa.

Pode-se supor, *cum grano salis*, que o *Avant-propos* aqui descrito tivesse sido realizado pelo B2 e, possivelmente, sintetizado pelo Chefe de Estado-Maior ou por outras autoridades superiores. As razões desta suposição residem no facto que o *Avant-propos* relata as questões que dizem respeito ao contexto geopolítico internacional e refere informações relativas aos aparelhos militares estrangeiros mais que ao francês. Esta perspectiva é outrossim plausível pois é lógico pensar que as bases práticas do plano de mobilização e concentração fossem determinadas a partir de uma análise de todos os possíveis adversários numa guerra; neste sentido, exatamente como no caso alemão, a primeira fase de redação de um plano militar passava pela recolha e síntese das informações de natureza política e militar sobre todos os possíveis inimigos num conflito; uma prova desta possibilidade é a consideração que o B2 – e mais em geral o EMA – tinha relativamente à Espanha, que, apesar de ser razoavelmente claro que não teria participado em nenhum eventual conflito, continuava a ser considerada como possível ameaça.

As bases do *Plan XVII* dividem-se em 4 capítulos para além do *Avant-propos*: o primeiro trata da organização e mobilização, o segundo da repartição geral das forças, o terceiro da *concentration des forces affectées au théâtre d'opérations du Nord-Est* e o quarto capítulo da repartição, da concentração e do emprego das forças nos teatros secundários.

O primeiro capítulo analisa a organização dos efetivos do exército francês prevista, partindo da unidade base da concentração e das operações, ou seja, o Corpo de Exército. O *Plan XVII* dispõe a mobilização de 21 Corpos de Exército, inclusive o 19º (o Corpo de Exército das regiões norte-africanas) e o 21º (constituído com base em Epinal, portanto já nas áreas de concentração próximas da fronteira alemã); dos 21 Corpos de Exército, 20 eram constituídos por duas Divisões e um por três. Para além dos Corpos de Exército, foram instituídas 3 Divisões autónomas, ou seja, não enquadradas em Corpos de Exército e dependentes da autoridade direta do Comando Supremo. Sendo assim, o exército francês contava com 46 Divisões de infantaria em total, mais as Divisões de cavalaria, os grupos de artilharia e as armas auxiliares como os engenheiros e a aeronáutica.

¹⁴² Trata-se do assim chamado *WF scheme* (Plano *With France*), resultado de um acordo entre os Estados-Maiores francês e inglês. Este plano será analisado *ultra*, capítulo 4. Relativamente aos problemas estratégicos franceses e à concentração do corpo expedicionário inglês na ala esquerda da disposição francesa, veja-se Prete, Roy A., *French Strategic Planning and the Deployment of the B.E.F. in France in 1914*, Canadian Journal of History, vol. 24, I, 1989, pgs. 42-63.

Em torno do processo de mobilização, o documento não dispõe medidas diferentes em relação às incluídas no *Plan XVI*: em termos gerais, a cavalaria de cada Corpo de Exército devia ser mobilizada no 3º M0 às 18h00, as unidades combatentes entre o 4º e 10º M0 e os equipamentos no 10º M0. As tropas de cobertura deviam ser mobilizadas entre a 3ª e 8ª hora desde a ordem de mobilização e os seus complementos antes da 27ª hora; finalmente, as reservas deviam ser mobilizadas entre o 12º e 15º M0.

Relativamente ao primeiro capítulo, emerge com clareza que o trabalho de síntese da organização do exército francês foi realizado pelo B1, apesar da ausência do seu nome no texto aqui analisado. Este elemento emerge porque, como referido *supra*, o B1 ocupava-se dos aspetos relativos à organização e à mobilização do exército francês. Para além disto, a estrutura dos capítulos das bases do Plano XVII reflete, em termos gerais, a organização dos *Bureaux* do EMA.

O segundo capítulo das bases do plano debruça-se sobre a repartição geral das forças francesa. No plano é prevista a constituição de duas frentes operacionais, ou seja, a frente nordestina e a frente alpina. Na primeira frente eram colocadas todas as tropas ativas e os principais grupos de reservistas; na frente italiana eram dispostas 4 Divisões de reservistas, 1 Divisão de tropas territoriais e a 43ª Divisão, ou seja, a guarnição móvel das fortificações da frente alpina.

O terceiro capítulo, relativo unicamente à frente do Nordeste, é dividido em três partes, sendo a primeira relativa à concentração, a segunda à cobertura da concentração e a terceira à ordem de batalha.

Pelo que diz respeito à primeira parte, no documento assinala-se que o transporte de tropas é realizado através de 10 linhas ferroviárias independentes, das quais 6 chegam entre Verdun e Belfort e as outras 4 chegam a norte de Verdun. O sistema ferroviário francês permitia recuar ou avançar os pontos de desembarque nas zonas de concentração *à volonté* em caso de imprevistos. Os objetivos das melhorias realizadas no sistema ferroviário francês em 1912 não eram orientados somente para reduzir o tempo de transporte e acelerar a concentração – no documento é referido que graças às melhorias de 1912 foi possível poupar um dia para completar a concentração – mas também para tornar o meio ferroviário mais flexível para enfrentar todas as situações que se podiam apresentar numa conjuntura delicada como a fase de transporte e concentração.

A segunda parte do terceiro capítulo trata do processo de concentração. No documento estabelecia-se que a partir do 5º M0 por cada dia e por cada linha ferroviária eram previstas 56 viagens. Os sectores de concentração eram 5: a Woëvre setentrional, a Woëvre meridional, a Basse Meurthe, a Haute Meurthe e os Hautes-Vosges; por cada sector era previsto um Corpo de Exército e uma Divisão de cavalaria com funções de cobertura, com a única exceção da Woëvre meridional que previa uma cobertura realizada por apenas um Corpo de Exército.

A *Ordre de Bataille*, que constitui a terceira parte do capítulo, na verdade não é explicitada, pois assinala-se que será o *Généralissime* a estabelecer o quadro do Grupo de Exércitos da frente nordestina. De toda forma, este grupo seria constituído por 5 Exércitos, 2 grupos independentes de Divisões da reserva, 3 Divisões de cavalaria e a artilharia pesada móvel.

Finalmente, o último capítulo das bases do plano trata dos teatros secundários, ou seja, a frente sul-oriental, a frente pirenaica e a defesa das costas¹⁴³.

Estes três capítulos foram, provavelmente, elaborados pelos B3 e B4; relativamente ao *bureau* logístico, emerge claramente que o trabalho de síntese em torno das operações de transporte e a sua organização pode ter sido realizado pelo B4, cujas tarefas se concentravam sobretudo na organização do meio ferroviário e da sua utilização com a máxima eficiência para o transporte das tropas dos pontos de mobilização para a frente das operações; relativamente às outras partes dos capítulos analisados, elas tratam de questões operacionais – o estabelecimento das frentes, a divisão das frentes em sectores, a organização da cobertura durante a concentração *et cetera* –, ou seja as tarefas principais do B3.

Contudo, existe uma diferença importante entre o *Avant-propos* e o primeiro capítulo, por um lado, e os outros três capítulos, por outro lado: se se considerar possível que o *Avant-propos* e o primeiro capítulo tenham sido elaborados pelo B2 e pelo B1 de forma isolada ou, talvez, somente pelo B1, mas a partir de fontes recolhidas pelo *deuxième bureau*, é muito mais provável que, no que diz respeito aos outros três capítulos, o trabalho de redação tenha sido realizado a partir da colaboração entre o B3 e o B4. Esta possibilidade deve-se à natureza de cada um dos trabalhos realizados pelos bureaux do EMA: no caso do B2, possível autor do *Avant-propos*, deve-se ter em conta que o seu trabalho podia limitar-se à procura de informações sobre os aparelhos militares estrangeiros e ao fornecimento dos elementos informativos que concorriam para o estabelecimento do contexto político-militar dentro do qual se inscrevia o plano; este tipo de atividade não é necessariamente dependente da interação com os outros bureaux, se bem que, como emerge dos documentos citados *supra*, em diversas ocasiões as atividades do B2 foram dirigidas por entidades externas ao bureau, como, por exemplo, a partir de pedidos do Ministro da Guerra, do CSG, do Chefe de Estado-Maior ou de outros bureaux.

No caso do B1 a situação é, *cum grano salis*, parecida à do B2: ocupando-se da organização e mobilização do exército, os *inputs* para a realização do trabalho do B1 podiam vir sobretudo do Ministério da Guerra e da CSG ou, parcialmente, do B2, pois este último podia dar informações sobre as estruturas e os tamanhos dos exércitos que a França podia enfrentar num eventual conflito. Noutros termos, as atividades do B1 eram quase de todo independentes das do B2 e vice-versa pois eram orientadas para objetivos diferentes e tinham uma metodologia de trabalho outro tanto diferente. Por outro lado, as atividades do B3 e do B4 eram muito mais semelhantes ou, noutros termos, mais interligadas. A organização da concentração e a preparação das operações dependia de forma marcante da gestão do transporte das tropas e, por conseguinte, da organização do transporte – provavelmente a lição mais importante que o exército francês aprendeu com a derrota contra os alemães de 1870-1871 –. Neste sentido, apesar da metodologia de trabalho ser muito diferente, o B3 e B4 deviam trabalhar de

¹⁴³ Veja-se *Plan XVII. Bases du Plan*, SHD/AV – 7N1771, junho de 1914. As indicações arquivísticas indicam que o documento é da autoria do B3.

forma quase simbiótica, pois os objetivos destes dois bureaux tendiam a convergir para um fim comum.

O histórico do plano refere que o último documento relacionado a ser elaborado e entregue ao CSG será um *compte-rendu* do plano, ou seja, um resumo sintético da sua organização e estrutura. Este *compte-rendu*, da autoria do B3, é dividido em ficheiros que dizem respeito aos diversos aspetos do plano sintetizados no documento. O primeiro ficheiro relevante refere-se às *ressources militaires de la France* e é ulteriormente dividido em três partes. A primeira parte trata da organização militar francesa, ou seja, de como as leis militares francesas intervieram no estabelecimento do número de efetivos do exército, como se estruturavam as grandes unidades, qual era a composição de um Corpo de Exército normal e qual era o número dos Corpos de Exércitos ativos e das Divisões independentes; a seguir, esta parte descreve a organização das unidades, dos *Organes d'Armées et de Groupe d'Armée, id est*, dos corpos militares associados às grandes unidades quais os Exércitos e os Grupos de Exércitos, nomeadamente a artilharia pesada e os equipamentos de cerco, para além dos corpos de engenheiros, da aeronáutica, da telegrafia e as guarnições. A segunda parte relata sobre o processo de mobilização, com a organização das zonas de recrutamento, a convocação dos soldados, principalmente dos isolados, e a mobilização dos grupos de cobertura e das armas especiais. Finalmente, a terceira parte trata do Comando, ou seja, do Comando Supremo, da constituição dos quartéis-generais e da constituição dos Estados-Maiores das unidades que não existiam em pé de paz.

Os outros ficheiros do *compte-rendu* tratam de diversas questões como o abastecimento das tropas e o dispositivo geral do exército nos diversos teatros de operações, ou seja, a frente nordestina e a frente alpina; ademais, eram abordados o transporte e desembarque das tropas, a cobertura e os sistemas fortificados defensivos. Dentro deste conjunto de ficheiros, o quarto possui particular interesse, pois recolhe as informações sobre os outros atores europeus que podiam participar num eventual conflito: o ponto de partida deste ficheiro é o estado das alianças na Europa, do qual transparece que a França poderia contar somente com a Rússia em caso de conflito e, porventura, com o Reino Unido, ao contrário da Alemanha que podia contar com o suporte da Áustria-Hungria e da Itália. O documento prossegue com uma *vision d'ensemble* dos países neutrais, ou seja, a Suíça, a Bélgica, a Holanda e a Espanha, as possibilidades de uma intervenção destes países numa guerra entre França e Alemanha, de quantos efetivos dispunham, as dinâmicas políticas daqueles países e, finalmente, era analisada em linhas gerais a cultura estratégica dos países neutrais. Secundariamente, o quarto ficheiro relata informações sobre a Alemanha e o seu exército: descreve-se a organização do exército alemão e as recentes modificações relativas ao número de efetivos, a possível concentração alemã e as fortificações a oeste do Reno e, finalmente, o sistema ferroviário alemão e o processo de transporte das tropas para a frente das operações¹⁴⁴.

¹⁴⁴ Veja-se *Compte-rendu du Plan XVII*, 1914, SHD/AV – 7N1774.

As bases do plano conferem informações interessantes de um ponto de vista geral sobre os seus objetivos e os seus elementos principais. Porém, como evidenciado no histórico do plano, muitos dos aspetos tratados foram aprofundados e pormenorizados em outros estudos e elaborações, como por exemplo as instruções de concentração, os dossiers de transporte e os princípios operacionais. Tentando simplificar e reduzir em categorias os diversos tipos de documentos disponíveis em torno do Plan XVII, podem-se individualizar três tipos de documentos que integraram o estabelecimento do plano: a primeira categoria é relativa às medidas organizativas do exército, a segunda diz respeito às dinâmicas de mobilização e concentração e a terceira refere-se à preparação das operações. Para além destas três categorias pode-se acrescentar mais uma relativa aos documentos de natureza informativa sobre os aparelhos militares estrangeiros e a situação política na Europa; porém, este tipo de dados não integram o plano em si, mas proporcionam informações contextuais sobre o *status quo* político e militar na Europa e colocam-se em continuidade com os trabalhos efetuados pelo B2 e descritos supra.

Relativamente à primeira categoria, os documentos iam desde os estudos acerca das consequências da implementação da nova *loi des cadres* sobre os efetivos de infantaria ativos e de reserva¹⁴⁵ até à organização dos efetivos das tropas ativas¹⁴⁶ e do *Grand Quartier Général des Armées*¹⁴⁷ e, finalmente, aos *tableaux* com a ordem de batalha das tropas mobilizadas¹⁴⁸. Os objetivos destes documentos produzidos pelo B1 eram a organização e preparação dos quadros militares do exército francês para que estivessem prontos para as operações de mobilização e concentração e para a participação num conflito; ademais, o trabalho do B1 visava organizar também os Comandos dos Corpos de Exército a partir do *Grand Quartier Général*, ou seja, o órgão principal de comando do exército, cujo líder era o CEMGA.

Como referido supra, a segunda categoria de documentos do Plano XVII diz respeito à mobilização e à concentração das tropas em caso de guerra. Os documentos relativos a esta segunda categoria são numerosos e muito vários, pois, como foi sublinhado supra, as operações de mobilização e concentração eram extremamente articuladas e visavam chamar, deslocar e equipar para as operações mais de um milhão de homens, centenas de milhares de cavalos e toneladas de equipamentos, armas, munições et cetera em menos de duas semanas.

O primeiro documento importante desta categoria é o *Journal de mobilisation*, no qual se descreve o conjunto de operações para a mobilização no âmbito do Plano XVII; este documento fornece as

¹⁴⁵ *Note pour Monsieur le Général Chef d'Etat-Major Général*, SHD/AV – 7N1771. O documento é da autoria do B1 e sem data, mas colocável entre 1913 e 1914.

¹⁴⁶ *Reinseignements concernant les armées – organisation et composition. Effectifs*, 1914, SHD/AV – 7N1773.

¹⁴⁷ *Armée active – tableau d'effectifs de guerre*, 11 de novembro de 1913, SHD/AV – 7N1773. O documento, redigido pelo B1, inclui a designação do *Grand Quartier Général* com a descrição de quantos e quais oficiais faziam parte deste órgão e que atribuições tinham, para além da dotação em carros e veículos em geral e da escolta. Veja-se também *Etude sur le fonctionnement du Grand Quartier Général*, 1914, SHD/AV – 7N1774.

¹⁴⁸ *Tableau donnant l'Ordre de Bataille des Armées du Nord-Est*, 1914, SHD/AV – 7N1775. A Ordem de Batalha definitiva do *Plan XVII* relativa às tropas da frente nordestina constava de 5 Exércitos, dois grupos independentes de Divisões de reserva, o *Détachement de Haute Alsace*, três Divisões de cavalaria e o corpo de artilharia pesada móvel sob a direta responsabilidade do *Généralissime*.

instruções sobre o emprego dos corpos dos aduaneiros e dos guardas florestais, sobre a interrupção das linhas telegráficas e telefônicas internacionais, sobre o utilizo dos pombos-correios *et cetera*¹⁴⁹. Em segundo lugar, existe um conjunto de documentos que tratam dos aspetos relativos à concentração, a partir dos documentos que definem as zonas de cobertura¹⁵⁰ e as *zones d'armées*¹⁵¹, até aos documentos que fornecem as instruções de concentração.

Relativamente às instruções de concentração, existem alguns aspetos que é oportuno aprofundar. A definição de concentração na *Instruction Général sur l'exécution de la concentration* reza que

La concentration a pour objet : le transport (à partir des lieux de mobilisation), le débarquement, le cantonnement des armées dans la région d'où elles partiront pour entrer en opérations.

O plano de concentração previsto pela *Instruction* estabelecia que por cada *Armée* se definia uma zona de concentração e um dispositivo geral de concentração, *id est*, uma disposição geral das unidades que compunham um Exército. Depois, por cada Corpo de Exército estabeleciam-se as condições de transporte *par voie ferrée*, os cais de desembarque nas estações de chegada, a zona de acantonamento e uma zona de abastecimento. Os aspetos mais específicos da organização e execução dos transportes de concentração eram definidos pelo *Service des chemins de fer*, órgão sob a responsabilidade direta do B4. Relativamente às linhas ferroviárias, o documento frisava que cada linha era dividida em duas partes, sendo a primeira um troço fixo destinado para uma *gare régulatrice*, no qual os transportes eram determinados já em tempo de paz pelo *Plan de transport*; a segunda parte era composta pelos percursos para além das *gares régulatrices*, onde o transporte era determinado no momento por uma *commission régulatrice*. Finalmente, os artigos da instrução determinavam aspetos quais o acantonamento, a alimentação das tropas, o serviço sanitário, o correio e a telegrafia; eram outrossim apresentadas algumas modificações integradas na instrução posteriormente e uma variante do plano¹⁵².

Por fim, ulteriores documentos relativos às dinâmicas de mobilização e concentração são os que tratavam das dinâmicas de transporte das tropas. Estes documentos, normalmente resultantes da colaboração entre o B3 e o B4, tratavam de todos os aspetos relativos ao transporte, a partir das linhas atribuídas aos Corpos de Exército até à atribuição dos cais de desembarque nas estações, passando

¹⁴⁹ *Journal de mobilization*, 1913-1914, SHD/AV – 7N1774. Este jornal é da autoria do B3.

¹⁵⁰ Veja-se, a título exemplificativo, o documento *Secteur de couverture des Hautes Vosges – Mouvements*, SHD/AV – 7N1772. O documento está sem data, mas os registos arquivísticos colocam-no entre 1913 e 1914. A autoria do documento é do B3.

¹⁵¹ *Definition de la zone des armées dans le Plan XVII*, 23 de março de 1914, SHD/AV – 7N1777. No documento são descritos e definidos os territórios de concentração da frente nordestina e da frente alpina, para além da descrição dos meios de comunicação naqueles territórios. Em anexo a este documento há uma nota sobre a organização do teatro de operações do sul-este, do Comando da *Armée des Alpes* e da sua composição em efetivos.

¹⁵² *Instruction générale sur l'exécution de la concentration*, 14 de maio de 1913, SHD/AV – 7N1773. Esta instrução foi redigida pelo B3 e B4.

pela organização das dinâmicas do transporte marítimo do 19º Corpo de Exército¹⁵³, as instruções em torno do plano de transporte do Plan XVII¹⁵⁴ e pela recolha e distribuição de mapas com as linhas de transporte e as zonas de concentração¹⁵⁵.

A terceira categoria de documentos relativa às questões operacionais recolhe os documentos que tratavam mormente da entrada em operações das tropas mobilizadas. Porém, deve-se considerar que este conjunto documentário não proporcionava um plano estratégico definido, como no caso do Plano Schlieffen descrito *supra*; nos documentos aqui considerados nunca aparece um objetivo claro das operações – no caso alemão era evidente que as operações apontavam para a ocupação de Paris, por exemplo – e as soluções adotadas para o seu conseguimento. Sendo assim, os documentos encontrados descreviam a fase antecedente às operações e os preparativos para a entrada em ação das unidades. A este respeito, um documento interessante que explica esta preparação espúria para as operações por parte do aparelho militar francês e, em particular, por parte do EMA, é um estudo redigido por Maurice Gamelin, Chefe de Batalhão, colaborador do CEMGA Joffre e Comandante em Chefe do exército francês ao deflagrar da Segunda Guerra Mundial. Neste estudo Gamelin explica que o *Plan de Concentration* estabelecia a utilização das forças mobilizadas em caso de guerra; este plano era constituído por duas partes, sendo a primeira uma parte técnica que compreendia o plano de mobilização, de transporte, de abastecimento *et cetera*; a segunda parte dizia respeito à concentração *sensu stricto*, pois abordava questões como o desembarque das tropas e a repartição das forças no terreno. Seguintemente é salientado um elemento muito importante, *id est*, Gamelin refere que as duas partes descritas *supra* eram integradas por um *Plan des opérations* estabelecido pelo General Comandante e que o EMA não concorria à redação deste plano operacional, pois era um trabalho reservado à pessoa do *Général en Chef* e preparado através de estudos do CSG em colaboração com o EMA. Ademais, Gamelin sublinha que o General Comandante não era obrigado a informar o CSG sobre o plano das operações¹⁵⁶.

Tendo em conta este contexto de trabalho e as atribuições do *Général en Chef* no que diz respeito à elaboração de um plano de operações, emerge mais claramente a natureza preparatória dos documentos elaborados pelo EMA acerca das dinâmicas operacionais. No conjunto documentário relativo à categoria das operações existem documentos que tendiam a concentrar-se nos aspetos da concentração para enfrentar o exército alemão da forma mais racional possível, *id est*, tendo em consideração a possível disposição alemã face à fronteira francesa. A este respeito, existem documentos que avaliavam as possibilidades operacionais alemãs e propunham, por conseguinte,

¹⁵³ *Transport par mer entre la France, l'Algerie-Tunisie et la Corse en cas de mobilization générale*, 25 de março de 1914, SHD/AV – 7N1780. Documento produzido pelo B4.

¹⁵⁴ *Instruction générale pour la préparation du plan de transport*, 5 de novembro de 1913, SHD/AV – 7N1779. Documento redigido pelo B4.

¹⁵⁵ Veja-se *Plan XVII – Lignes de transport*, 1914, SHD/AV – 7N1775, e o conjunto de mapas em SHD/AV – 7N1781.

¹⁵⁶ *Etude Gamelin*, SHD/AV – 7N1784. Gamelin acrescenta que a revisão de um plano e implementação de um novo podia durar entre 15 e 18 meses.

modificações às zonas de concentração francesas e ao processo de cobertura¹⁵⁷. Este processo delicado foi objeto de uma correspondência entre os Generais de Exército e o EMA, sendo que os Generais propunham ao EMA soluções para a concentração das tropas, o estabelecimento de zonas de ação (*zone d'action*) e dinâmicas operacionais *sensu lato*¹⁵⁸. Um outro documento tratava de uma situação muito específica, que foi o verdadeiro nó górdio em torno da estrutura que o plano de mobilização e concentração francês devia assumir, ou seja, um ataque súbito por parte alemã contra a Bélgica e a consequente invasão da França pela fronteira setentrional; contudo, também neste caso, o documento limitava-se a comunicar disposições gerais de cobertura e de comportamento para as tropas perto da fronteira¹⁵⁹.

Finalmente, um último documento relevante em torno das questões operacionais é uma instrução sobre a condução das grandes unidades durante as operações. O documento é interessante porque, apesar de não referir elementos sobre a estratégia adotada pelo exército francês na véspera do conflito, relata sobre alguns aspetos relativos à condução das tropas em batalha e o *modus bellandi* adotado. Em primeiro lugar emerge do documento que o debate em torno da condução das tropas deu lugar a diversas interpretações e propostas que era necessário sintetizar num único documento. Em segundo lugar, a instrução declara que “*La conduite de la guerre est dominée par la nécessité de donner aux opérations une impulsion vigoureusement offensive*”.

Continua a instrução afirmando que a França, no seu histórico militar, é um exemplo evidente dos grandes resultados que uma atitude ofensiva pode alcançar quer em batalha, quer no mais amplo conjunto das operações; estabelece-se no documento que, uma vez que uma batalha começou, *doit être poussée à fond, sans arrière-pensée, jusqu'à l'extrême limite des forces*, para *briser la volonté de l'ennemi*. A este respeito, é dever dos Comandantes enfrentar os inimigos procurando a batalha. Esta ideia reflete os princípios militares de muitos Comandantes franceses durante a Primeira Guerra Mundial, a partir de Joffre e de Foch¹⁶⁰, mas também de Nivelles e, fora da França, de Falkenhayn,

¹⁵⁷ *Etude du Plan d'opérations contre l'Allemagne – Considérations d'ensemble*, 1914, SHD/AV – 7N1784. Mais hipóteses operacionais são abordadas em *Etude du Plan d'Operations contre l'Allemagne*, SHD/AV – 7N1771. Este estudo é sem autor; o registro arquivístico atribuiu ao documento uma data compreendida entre 1909 e 1914.

¹⁵⁸ Correspondência entre os Generais de Exércitos membros do CSG e o EMA, B3, fevereiro de 1914, SHD/AV – 7N1778.

¹⁵⁹ *Dispositions générales, dispositions prévues pour le cas de violation de la neutralité de la Belgique par l'Allemagne ; Attaque brusquée*, SHD/AV – 7N1773.

¹⁶⁰ O General francês Ferdinand Foch foi sem dúvida o principal teórico francês em torno do *modus bellandi* na véspera da Primeira Guerra Mundial. O seu pensamento, que focava no princípio do *élan*, do espírito dos soldados como elemento fundamental para alcançar a vitória, moldou a geração dos Oficiais que irão protagonizar as operações do exército francês na Grande Guerra, pois foi Diretor da *Ecole Supérieur de Guerre* entre 1907 e 1911. As suas aulas foram recolhidas em Foch, Ferdinand, *Des principes de la guerre: conférences faites à l'Ecole supérieur de Guerre*, Paris, Berger-Levrault, 1903; esta coletânea está disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k86515g/f1.item.r=Ferdinand%20Foch>. Veja-se também Notin, Jean-Christophe, *Foch*, Paris, Perrin, 2008, e Greenhalg, Elizabeth, *Foch: Chef de Guerre*, Paris, Tallandier, 2011. Corvisier confirma esta evolução do pensamento militar francês, sublinhando como em origem tivesse mais em conta o conceito da superioridade do tiro de que a vontade de combater, mas que a partir da década de 1880 com Ardant du Picq este axioma foi subvertido a favor do conceito de força moral e *élan*. Veja-se Corvisier, A. (dir.), *Histoire Militaire de la France vol. III, de 1871 à 1940*, obra citada, pgs. 6-7.

sendo este último o teórico da batalha de esgotamento que foi posta em prática em Verdun em 1916: estes Generais consideravam que a guerra em geral, e as batalhas em particular, eram lutas entre os espíritos combativos das nações e que as vontades superiores dos combatentes podiam obter a vitória. Sendo assim, a condução das tropas devia-se orientar necessariamente para a ofensiva para quebrar a vontade combativa inimiga, tendo, portanto, que perdurar até ao fim (*offensive à outrance*). Finalmente, o documento refere, acerca do Comando, que todas as decisões tomadas durante as operações deviam inspirar-se à tomada e à manutenção da iniciativa tática e operacional¹⁶¹.

Como referido *supra*, uma outra categoria de documentos relativos ao Plano XVII é a informativa. Os documentos desta categoria referiam informações contextuais sobre a situação geopolítica europeia e não contribuía diretamente para a formulação do plano; em termos gerais, os *dossiers* informativos sobre a situação europeia podiam orientar a tomada de decisões acerca das soluções escolhidas para estruturar o plano, mais do que determinar diretamente a escolha de medidas organizativas ou operacionais. Nesta categoria cabem documentos como as análises sobre os aparelhos militares estrangeiros, inclusive os países neutrais¹⁶²; ou outros que relatam sobre o teatro das operações nordestino, visto por um lado e por outro da fronteira franco-alemã¹⁶³ e que, em termos gerais, focam a atenção no aparelho militar alemão¹⁶⁴.

Concluindo, emergem muitas diferenças entre o *Plan XVII* e o Plano Schlieffen, sobretudo a nível de composição e estrutura. Por um lado, é complicado proceder com uma comparação entre estes dois planos, pois como referido por Gamelin, o verdadeiro plano operacional francês foi elaborado pelo CEMGA Joffre e não fazia parte do Plano XVII. Sendo assim, o *Plan XVII* é um plano de mobilização e concentração que, nas suas partes, especifica aspetos que, pelo contrário, o Plano operacional de Schlieffen não aborda; este último descreve sobretudo as dinâmicas operacionais que o exército alemão devia realizar, deixando de lado os aspetos mais técnicos sobre a mobilização e a concentração. Porém, por outro lado, os documentos disponíveis permitem uma comparação dos dois

¹⁶¹ *Instruction sur la conduite des Grandes Unités – rapport au Ministre*, 1914, SHD/AV – 7N1778. Documento redigido pelo B3.

¹⁶² Veja-se *Situation sur le pied de guerre des principales armées européennes*, 10 de novembro de 1913, SHD/AV – 7N1771. O documento relata sobre as forças ativas, as forças da reserva e as formações específicas de cada estado analisado, para além da possível disposição destes exércitos em caso de conflito. Os países analisados são Alemanha, Áustria-Hungria, Itália, Suíça, Bélgica, Espanha, Reino Unido, Rússia, Romênia e os países balcânicos. Veja-se outrossim *Analyse du Plan de Mobilisation pour l'armée allemande*, maio de 1914, SHD/AV – 7N1784. Este longo documento foi, com toda a probabilidade, sintetizado pelo B3 – que é assinalado como autor da análise – a partir de informações do B2.

¹⁶³ *Description sommaire du théâtre d'opérations du Nord-Est de part et d'autre des frontières*, 1914, SHD/AV – 7N1784, documento que tem em conta também a Bélgica, o Luxemburgo e a Suíça como soluções operacionais.

¹⁶⁴ Veja-se *Renseignements sur l'Armée allemande*, 20 de outubro de 1913, SHD/AV – 7N1785: no documento revela-se que as informações relatadas foram referidas por um Oficial de Estado-Maior estrangeiro – mas não é especificada a nacionalidade – e que foram traduzidas e enviadas para Paris pelo adido militar francês na Alemanha ou por outro agente. Veja-se também *Etude relative à l'importance, à la répartition et à l'emploi des forces allemandes sur le théâtre d'opérations russo-allemand*, maio de 1914, SHD/AV – 7N1785; *Analyse du Plan de mobilisation pour l'armée allemande*, maio de 1914, SHD/AV – 7N1785.

planos, sobretudo se se focar nas Instituições que os produziram, ou seja, os Estados-Maiores e as suas chefias.

Antes de começar esta comparação, é necessário aprofundar a questão relativa às dinâmicas operacionais do Plano XVII. O CEMGA Joffre, ou seja, a figura que tinha o poder de estabelecer as dinâmicas operacionais, nas suas memórias refere as questões principais que determinaram a estrutura do seu plano operacional ideal. Retomando os princípios estabelecidos por Foch, Joffre pensava que a guerra iria ser breve, pois o resultado final do conflito seria determinado por uma única operação que teria quebrado o exército francês ou o alemão; neste sentido, a ideia de Joffre era de ganhar e manter sempre a iniciativa tática; em prol disto, o CEMGA propunha-se desenvolver uma manobra muito ofensiva. Contudo, Joffre encontrava-se nas mesmas condições que o Chefe de Estado-Maior alemão, pois ambos não dispunham de um espaço operacional suficientemente grande onde deslocar todas as grandes unidades previstas na mobilização. A solução encontrada por Schlieffen, como referido *supra*, foi a violação da neutralidade belga e luxemburguesa para estender a frente alemã para além da fronteira francesa e contornar o dispositivo francês. Joffre, nas suas memórias, tinha pensado na mesma solução, *id est*, violar a neutralidade belga para contornar a disposição alemã, empurrando o exército inimigo para sul, de modo a cortar as linhas de comunicação alemãs e obrigar o exército imperial a render-se. Todavia, esta opção operacional foi recusada pelas autoridades políticas dentro do CSG, ou seja, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Selves e o Primeiro Ministro Caillaux. Prosseguindo as suas memórias, Joffre refere que a “solução belga” continuava a ser a sua opção operacional principal, não obstante a chefia política lhe ter argumentado que a violação da neutralidade belga estava fora de questão: as tropas francesas poderiam ultrapassar as fronteiras da Bélgica somente depois de os alemães terem violado a sua neutralidade. Neste contexto, Joffre chega à conclusão que não se podem estabelecer previamente as dinâmicas operacionais de um eventual conflito com a Alemanha, pois a pedra angular dos planos pensados pelo CEMGA era a possibilidade de utilizar o espaço estratégico belga, e este elemento poderia ser tomado em consideração só depois do começo das operações por parte do exército alemão. Neste contexto, Joffre relata nas *Memoirs* que

*Or, il y avait dans notre situation politique trop d'inconnues, de même en ce qui concernait les plans allemands. L'essentiel, c'est d'avoir à ce moment ses troupes prêts, réunies dans un dispositif qui permette toutes les solutions. La concentration était donc, à mon avis, à considérer comme un dispositif initial de nos forces en vue de la réalisation de tout plan d'opérations ; ce ne pouvait donc être un dispositif arrêté ne varietur. [...] Un plan d'opérations préconçu était également rendu impossible par l'inconnue que représentait pour nous la Belgique.*¹⁶⁵

¹⁶⁵ Joffre, Joseph, *Mémoires du Maréchal Joffre (1910-1917)*, Paris, Plon, 1932, pg. 144.

A solução operacional escolhida e implementada pelo CEMGA durante a elaboração do *Plan XVII* foi, por conseguinte, a de não estabelecer algum plano operacional até ao começo da mobilização e das operações e implementar um plano de concentração que fosse o mais flexível possível para que a disposição das tropas se pudesse adaptar a qualquer condição conforme o desencadear das operações. Continua o CEMGA referindo informações importantes em torno da construção e estrutura do plano, sobretudo no que diz respeito à ausência de documentos escritos relativos à parte operacional do plano ou, em termos mais gerais, sobre a natureza dos planos implementados pela chefia militar francesa:

C'est pour toutes ces raisons qu'il n'y a jamais eu un plan d'opérations écrit. D'ailleurs, personne n'avait à m'en demander en compte.

*Le plan d'opérations est, en effet, essentiellement l'œuvre personnelle du général en chef. Jamais aucun plan d'opérations n'a été établi par l'état-major de l'armée dont le travail se limite à la préparation de la concentration. Il est établi sous l'entière responsabilité du général en chef, sans qu'il soit possible de lui en demander communication officielle en vue d'une discussion ou d'une approbation.*¹⁶⁶

O facto de Joffre não querer escrever um plano operacional é confirmado pelo próprio CEMGA quando afirma, nas suas memórias, que outros Chefes de Estado-Maior antes dele comunicaram de forma oficiosa para outras autoridades – o CSG ou os Comandantes de Corpo de Exército – pelo menos os princípios genéricos do eventual plano operacional que teriam implementado; Joffre optou pela máxima reserva em torno deste assunto e, como declarou várias vezes nas suas memórias, documentos escritos com o plano operacional francês nunca foram redigidos. Por contra, Joffre focou o trabalho do EMA na preparação da concentração, para responder de forma rápida e flexível às primeiras informações sobre o movimento das tropas alemãs ao deflagrar do conflito¹⁶⁷.

Em conclusão, a história do Estado-Maior francês demonstra como o modelo alemão foi a principal fonte de inspiração para a construção desta Instituição, mas que, outrossim, o contexto político-militar francês acabou por determinar dinâmicas organizativas e de trabalho deste órgão que o diferenciaram substancialmente do alemão.

Relativamente ao surgimento desta Instituição, o primeiro elemento que emerge é que, no caso francês assim como no alemão, a criação de um Estado-Maior foi considerada a solução mais viável para resolver uma desvantagem militar em comparação a um inimigo que, de uma maneira ou de

¹⁶⁶ *Idem*, pgs. 144-145.

¹⁶⁷ Continua Joffre nas *Memoirs* que ele fomentou a elaboração de diversas variantes de concentração para o exército responder melhor a todas as manobras alemãs num eventual conflito. Efetivamente, no dia 2 de agosto de 1914, logo depois de ter recebido as primeiras informações sobre a violação da neutralidade belga, Joffre mandou cumprir uma destas variantes na qual se estendia a disposição francesa mais para a fronteira belga deslocando o Exército de reserva inicialmente disposto atrás da linha do Grupo de Exércitos do Nordeste. *Idem*, pgs. 207-235. Veja-se também a elaboração de variantes ao Plano XVII produzidas pelos B1, B3 e B4 em SHD/AV – 7N17.

outra, constituía uma ameaça direta para a soberania: no caso alemão, a ameaça era a França napoleónica; no caso francês, era a Alemanha imperial. Em ambos os casos, a instituição de um órgão superior militar que suportasse a chefia militar em caso de conflito foi considerada a solução mais eficaz para recuperar uma desvantagem de natureza militar que se manifestou durante uma guerra e que foi reputada uma das causas principais da derrota: mais uma vez, no caso alemão foram a organização militar francesa com eixo na nação em armas e a superioridade napoleónica em termos de planificação estratégica e gestão dos recursos humanos e materiais; no caso francês foi a superioridade de Moltke, o Velho, na planificação e na condução das operações, que permitiu ao exército prussiano ter a superioridade numérica sobre os franceses em toda a campanha de 1870-1871. Apesar da derrota na guerra franco-prussiana, é possível supor as razões pelas quais um órgão militar superior nunca foi constituído em França antes do desastre de Sedan e da queda de Napoleão III. Existem duas categorias de razões relativamente a este problema: a primeira é militar, a segunda é política.

A primeira categoria diz respeito às dinâmicas precipuamente militares acerca da gestão do aparelho militar francês e dos resultados das campanhas entre as guerras napoleónicas e a queda de Napoleão III: excluindo as guerras coloniais na África do Norte, as intervenções francesas neste período foram sempre coroadas por sucessos, também contra adversários militarmente muito relevantes como a Rússia durante a Guerra de Crimeia e o Império Austríaco durante a Segunda Guerra de Independência Italiana; o facto de as manobras militares não terem corrido como suposto, sobretudo no caso russo, não foi avaliado como *vulnus* tal de tornar necessário rever a gestão do exército e a instituição de um órgão superior como o Estado-Maior; finalmente, não se considerou necessário instituir um órgão como o Estado-Maior não obstante as notícias sobre as vitórias prussianas contra os austríacos em 1866 terem apontado para o trabalho de Moltke e do seu *Generalstab* como principais responsáveis do êxito.

A segunda categoria diz respeito às questões políticas francesas. Deve-se ter em conta que, no período considerado, em França sucederam-se três regimes diferentes: o retorno da monarquia em forma constitucional entre 1814 e 1848, a *Deuxième République* surgida a seguir aos motins de Paris de 1848 e concluída em 1852 e, finalmente, o *Second Empire* de Napoleão III entre 1852 e 1871. Por causa desta descontinuidade institucional, é possível supor que a criação de um órgão militar superior pudesse ter sido considerada um risco para a manutenção da ordem constituída: os reis franceses até 1848 podiam recear uma “solução napoleónica” pela qual figuras carismáticas à chefia do Estado-Maior pudessem tentar tomar o poder com um golpe militar; a Segunda República podia recear um golpe militar patrocinado pelos reacionários, aliados com os militares; finalmente, a França de Napoleão III, de um ponto de vista político-militar, tinha muitos pontos em comum com a França de Napoleão Bonaparte, na qual as questões militares principais eram determinadas unicamente pelo Imperador e não havia espaço político-institucional para órgãos de suporte à condução das tropas, que teriam sido necessariamente concorrenciais à autoridade do Imperador.

A evolução organizativa do Estado-Maior francês depois da sua instituição é interessante pois apresenta um percurso muito parecido com o *Generalstab* alemão. No momento da instituição, os Estados-Maiores franceses e alemão não eram órgãos independentes dentro do aparelho militar de cada um dos países; ambos foram enquadrados como órgãos subordinados ao Ministério da Guerra e, como no caso francês, profundamente ligados ao ministro da guerra.

Outrossim, em ambos os casos, logo depois do surgimento do Estado-Maior, esta Instituição começou um percurso no qual se tornou cada vez mais independente dentro do aparelho militar ou, como no caso alemão, ganhou a primazia na gestão do meio militar. Este percurso para a independência, todavia, teve êxitos diferentes na França e na Alemanha; no primeiro caso, o Estado-Maior francês tornou-se independente do Ministro da Guerra, mas nunca ganhou uma autonomia comparável com a que tinha ganhado o *Generalstab* alemão: o Estado-Maior francês deixou de ser o Estado-Maior pessoal do Ministro da Guerra mas continuou sempre a ser uma parte do Ministério, ao ponto que, formalmente, todas as comunicações dirigidas ao Chefe de Estado-Maior ou um dos *bureaux* que o compunham destinavam-se primeiramente ao Ministro da Guerra, numa fórmula que tornava evidente a cadeia de comando dentro do Ministério e a posição subordinada do Estado-Maior. Somente com a nova organização do Estado-Maior implementada em 1911 o Estado-Maior francês pôde-se considerar mais independente do Ministério em comparação com o passado: com esta nova organização o CEMGA tornava-se também o Comandante Supremo do principal Grupo de Exércitos em campanha, ligando a preparação da guerra – principal objetivo do Estado-Maior francês – com a sua condução. Neste contexto, e como sublinhado várias vezes por Joffre nas suas memórias, o EMA era muito mais desvinculado do Ministério pois dependia de forma mais direta do seu Chefe. Contudo, o EMA era ainda apenas uma parte do articulado mecanismo de gestão e organização do aparelho militar francês, ao ponto de, como foi referido *supra*, o EMA poder-se considerar um órgão executivo dentro do aparelho militar francês e não um órgão deliberativo. No caso alemão a dinâmica foi bem diferente: depois de ter ganhado a independência do Ministro da Guerra, o *Generalstab* protagonizou um conflito dentro do aparelho militar alemão para a primazia na gestão das dinâmicas militares na Prússia; com a emergência de Moltke, o Velho, e as vitórias nas Guerras de Unificação o *Generalstab* tinha ganhado a primazia – pelo menos moral – dentro do aparelho militar alemão. Com o *Immediatvortrag* esta primazia tornou-se independência total das dinâmicas políticas, pois a única autoridade que podia intervir nas questões abordadas pelo Estado-Maior alemão era o Imperador, sendo o Comandante Supremo das forças armadas alemãs; contudo, uma vez que o Imperador *de facto* não intervinha nas questões militares, o Estado-Maior alemão e o seu Chefe podiam-se considerar como autoridades militares *absolutae*, ou seja, sem vínculos para com ninguém.

Como referido *supra*, o Estado-Maior francês surgiu em reação à derrota contra os alemães de 1870-1871. No caso francês, todavia, a instituição de um Estado-Maior não se deveu somente à necessidade de recuperar uma desvantagem organizativa e de condução militar, mas também e sobretudo à preparação da *Revanche*, a “vingança” contra o inimigo alemão. Pode-se ler nesta

dinâmica uma perspectiva claramente política intencionalmente atribuída ao EMA: o seu papel não era somente relativo à preparação do exército para um eventual conflito, mas à preparação do exército francês para um conflito contra a Alemanha. Prova disto são os planos preparados pelo EMA ao longo da sua existência: todos os planos foram sempre protagonizados pelo eventual conflito com a Alemanha e só esporadicamente tinham em consideração eventuais conflitos com Itália e Espanha¹⁶⁸. Esta dinâmica política emerge também de um outro aspeto, que se pode definir de “policracia militar francesa¹⁶⁹”. Como referido *supra*, o aparelho militar francês, do qual o EMA era uma parte com certeza importante, era um órgão articulado em muitas partes, mas sempre dominado pelo Ministro da Guerra, o único que possuía poder deliberativo no que diz respeito às questões militares. Apesar de se ter tornado independente do Ministro – mas permanecendo de toda a forma enquadrado no Ministério –, o Estado-Maior francês continuava a desempenhar funções de execução de ordens recebidas por outras autoridades dentro do aparelho militar francês, ou seja, o próprio Ministro da Guerra, o CSG e também o CSDN. Foi sobretudo o CSG a fomentar as atividades do Estado-Maior, ordenando ao EMA a elaboração dos planos de mobilização e concentração, a revisão dos planos ou o estudo de variantes; eram o CSG e o Ministro da Guerra a aprovarem os planos, que por conhecimento eram entregues também ao Primeiro-Ministro e, supostamente, ao Presidente da República. Finalmente, tendo o CSG e o Ministro da Guerra um poder mais político que militar – não obstante a maioria dos membros do CSG serem Generais de Divisão com o cargo de conduzir as tropas, nomeadamente os Corpos de Exército, em caso de conflito –, o princípio teórico de Clausewitz sobre o âmbito militar entendido como consequência do âmbito político emerge com muita mais força do que no *Generalstab* alemão.

Finalmente, é relevante sublinhar um ulterior elemento que marca a diferença entre o Estado-Maior francês e o alemão, elemento que diz respeito ao controlo da política sobre o Estado-Maior francês e a

¹⁶⁸ Corvisier, relativamente a esta dinâmica, afirma que “*affronter l’ennemi désigné et reconnu, c’est-à-dire l’Allemagne, définit le choix stratégique fondamental de l’époque de la revanche pour une France démographiquement affaiblie. De façon délibérée le République baisse sa garde sur les Pyrénées, néglige la défense des côtes et confine l’armée des Alpes, née en 1888 avec les groupes alpins, à une stricte défensive. Seule la prise en compte de la menace italienne venant épauler la gauche de la concentration des troupes allemandes constitue les différentes variantes des plans de guerre*”. Corvisier, A. (dir.), *Histoire Militaire de la France vol. III, de 1871 à 1940*, obra citada, pg. 7.

¹⁶⁹ Relativamente à policracia militar francesa, há muitos elementos que comprovam esta articulação do aparelho militar francês. Em primeiro lugar, emerge dos documentos relativos às reuniões do CSG como fosse este órgão o principal decisor das atividades do CEMGA e do EMA em geral: veja-se do ficheiro SHD/AV – 1N2 até ao ficheiro SHD/AV – 1N10, que contêm os relatórios e processos verbais das reuniões do CSG. O papel desempenhado pelo CSG é visível mais uma vez na nota confidencial do Gabinete do Estado-Maior em que são descritas as disposições tomadas pelo CSG e que o Estado-Maior devia executar, nomeadamente questões relativas à mobilização e concentração: *Note confidentielle*, 27 de dezembro de 1887, SHD/AV – 7N2. Finalmente, o bizantinismo do aparelho militar francês emerge com clareza dos documentos relativos à preparação de uma relação sobre uma exercitação realizada em Châlons em 1896: a terceira direção do Ministério da Guerra, a direção relativa à artilharia, enviou um esboço de relação em torno da exercitação em Châlons ao Gabinete do Chefe de Estado-Maior; este último, depois de ter analisado o esboço, enviou as suas considerações ao B1 e B3 para efetuarem ulteriores relevos; o B1 enviou os seus relevos também ao B3, que os acolheu e revisou; o B3 dirigiu as suas considerações novamente ao Chefe de Estado-Maior, que preparou o documento final que se destinava ao Presidente do Comité técnico da artilharia no Ministério da Guerra. Veja-se *Projet de dépêche relatif aux exercices de siège exécutés en 1896 au camp de Châlons*, 4 de fevereiro de 1898, SHD/AV – 7N2.

quase total autonomia do alemão, ou seja a questão belga. Dos documentos relativos aos dois Estados-Maiores emerge que o problema constituído pelo escasso espaço estratégico era claro a ambos os órgãos militares; também a solução a este problema crucial era clara aos dois Estados-Maiores, ou seja, a extensão da frente das operações para a Bélgica meridional e o Luxemburgo. A diferença entre o Estado-Maior alemão e o francês foi a receção desta solução pelos órgãos políticos franceses: como referido *supra*, foi expressamente proibido a Joffre de avançar com os planos que previam a violação da neutralidade belga; por conseguinte, Joffre não elaborou nenhum plano operacional, esperando para obter mais informações sobre a concentração alemã e a eventual violação da neutralidade belga pelo exército imperial. Pelo contrário, o plano alemão, *id est*, o Plano Schlieffen modificado por Moltke, o Jovem, previa a violação da neutralidade belga e este assunto estratégico nunca foi posto em causa por nenhuma autoridade política, apesar de as consequências políticas de uma invasão da Bélgica serem razoavelmente claras: em primeiro lugar, não existia nenhuma autoridade política que pudesse proibir esta solução como na França, salvo seja o Imperador Guilherme II; em segundo lugar, a chefia militar alemã ignorou deliberadamente as consequências da invasão da Bélgica, ou seja, a condenação internacional, o aumento das possibilidades de intervenção do Reino Unido ao lado da França e o afastamento ulterior da Itália da Tríplice Aliança. *A posteriori* é notório que estes últimos elementos foram dirimentes para a evolução da Primeira Guerra Mundial e para o resultado final das operações. Tendo em conta o princípio teórico clausewitziano descrito *supra*, capítulo 1, esta diferença de atitude perante a questão belga mostra enfim como o Estado-Maior alemão fosse uma Instituição “tecnocrática”, pois os princípios políticos que devem determinar a ação militar foram postos de lado pelas “necessidades superiores” dos militares: *cum grano salis*, ao *Generalstab* alemão não interessavam as consequências políticas da violação da neutralidade belga, pois eram só *impedimenta* para a vitória final, vitória que era dada por certa em virtude da correta planificação militar e da condução das tropas em batalha. No caso francês, foi o próprio âmbito político a impedir a mesma solução militar, com base nas possíveis consequências políticas – e, portanto, militares – de tal ação; o papel de controlo e gestão do aparelho militar por parte das autoridades políticas foi provavelmente o elemento mais importante e característico do Estado-Maior francês – a título exemplificativo, citam-se Freycinet, que foi o primeiro civil Ministro da Guerra da *Troisième République*, e autor da reforma do EMGM e da sua transformação em EMA em 1890¹⁷⁰, ou ainda a evolução do *Affaire Dreyfus* –, elemento que continuou a impor-se também durante a Primeira Guerra Mundial: a este respeito, é exemplificativo como em março de 1918, cinco dias depois da paz de Brest-Litovski, o Presidente do Conselho e Ministro da Guerra francês, Georges Clemenceau, apelou-se à Assembleia francesa afirmando que

¹⁷⁰ Sobre Freycinet, as suas reformas e as personalidades francesas mais influentes que contribuíram à instituição do Estado-Maior, veja-se Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pgs. 216-220.

*Tout à l'heure, monsieur Constant me lançait une petite pointe sur mon silence en matière de politique étrangère. Ma politique étrangère et ma politique intérieure, c'est tout un. Politique intérieure, je fais la guerre ; politique étrangère, je fais la guerre. Je fais toujours la guerre.*¹⁷¹

Esta declaração perentória tem duas chaves de leitura: não manifestava somente a vontade de continuar a combater, mas também que era ele, principal autoridade política depois do Presidente da República francesa, que “fazia” a guerra, ou seja, que não teria delegado a nenhum militar a determinação dos objetivos da guerra e o poder de continuar a combater ou de desistir; a este respeito, mais um ditado de Clemenceau, pronunciado em 1886, prova a aderência do pensamento do estadista francês ao pensamento de Clausewitz¹⁷²:

La Guerre! C'est une chose trop grave pour la confier à des militaires!

¹⁷¹ Discurso de Clemenceau de 8 de março de 1918, texto integral em <http://www2.assemblee-nationale.fr/decouvrir-l-assemblee/histoire/grands-moments-d-eloquence/georges-clemenceau-8-mars-1918>. Deve-se sublinhar que o facto de Clemenceau ter mantido o cargo de Ministro da Guerra indica a vontade de manter o âmbito militar subordinado ao âmbito político.

¹⁷² Veja-se Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, obra citada, pgs. 265-273.

CAPÍTULO IV – ORGANIZAR O EXÉRCITO DE UMA POTÊNCIA COLONIAL: O *GENERAL STAFF* BRITÂNICO.

1. O CONTEXTO POLÍTICO-MILITAR INGLÊS E AS TENTATIVAS DE INSTITUIÇÃO DE UM ESTADO-MAIOR BRITÂNICO, 1854-1899.

O terceiro Estado-Maior analisado na presente tese é o *General Staff* inglês. A instituição deste órgão no Reino Unido foi, *cum grano salis*, a mais trabalhosa entre as consideradas; leve-se em conta, por exemplo, que a criação desta Instituição foi formalizada só em 1906, portanto um século depois da criação do primeiro Estado-Maior na Prússia e 35 anos depois da instituição do *Etat-Major de l'Armée* francês. De qualquer forma, o “atraso” da chefia político-militar inglesa é compreensível à luz das características peculiares que distinguem o Reino Unido das outras duas potências europeias analisadas até agora: em primeiro lugar, Kochanski sustenta que “*Britain’s defence problems were more complex than those of the European powers because Britain was a naval, Indian and colonial power*”¹, ao contrário de França e Alemanha que são potências continentais; em segundo lugar, a estrutura parlamentar das Instituições políticas inglesas constituiu um travão ao desenvolvimento do aparelho militar inglês em sentido continental, quer de um ponto de vista político – ou seja, querendo sempre que o âmbito político controlasse o âmbito militar –, quer de um ponto de vista económico – ou seja, limitando sempre que possível as disponibilidades orçamentais destinadas ao exército –; finalmente, como será descrito *ultra*, até à Segunda Guerra Bóer não foi considerado necessário implementar qualquer reforma no aparelho militar inglês que incluísse a constituição de um Estado-Maior.

A este respeito, o caso inglês aqui abordado representa um *unicum*, uma exceção entre os casos considerados; porém, o facto de que uma Instituição como o Estado-Maior tenha surgido na véspera do primeiro conflito mundial também na Inglaterra constitui um elemento fundamental para avançar na elaboração de uma definição de Estado-Maior que seja autenticamente geral e que não se limite a definir uma Instituição específica europeia-continental do século XIX. Noutros termos, o caso inglês permite analisar o surgimento da Instituição analisada nesta tese partindo de um contexto de análise que se diferencia substancialmente dos outros considerados na presente tese; o facto de que um Estado-Maior tenha sido efetivamente instituído no Reino Unido, que os modelos a partir dos quais a chefia militar inglesa obteve as referências para estruturar esta instituição proviessem das experiências europeias-continentais e que, não obstante o contexto político-militar inglês ser radicalmente diferente dos outros casos analisados, o Estado-Maior inglês apresente características muito semelhantes às dos outros países, permite incluir o *General Staff* na presente análise e constitui uma mais-valia para sintetizar uma definição adequada da Instituição do Estado-Maior.

¹ Kochanski, Halik, *Planning for War in the Final Years of Pax Britannica, 1899-1903*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, obra citada, pg. 21.

O General William Jackson, na obra escrita com o antigo Chefe de Estado-Maior inglês *Field Marshall* Edwin Bramall, refere que a partir pelo menos da década de 60 do século XVII o Parlamento inglês teve sempre o objetivo de manter o controlo do aparelho militar nas suas mãos, objetivo determinado pelos acontecimentos político-militares durante as revoluções inglesas dos meados daquele século². Este elemento, que se tornou constitutivo da política militar inglesa dos séculos seguintes, pode ser considerado como o travão político principal às tentativas de revisão e reforma do sistema militar inglês, ou melhor, da componente terrestre do aparelho militar britânico, tendo a componente naval das forças armadas inglesas uma história diferente da do exército.

Sendo assim, é lícito acrescentar aqui que o elemento político no caso inglês ganha uma primazia que, como foi referido *supra*, torna o caso inglês peculiar em comparação com os outros analisados. Esta primazia política é retomada sempre por Bramall e Jackson quando afirmam que

*In the British way of life, three things – two unpredictable and the third constant – bring about military change: the imperatives of defeat, the pressure of public opinion, and the ever present Parliamentary quest for economies in military expenditure. When change does come, it is more often than not the result of an accumulation and interaction of all three over a decade or so. Near defeat and maladministration in the Crimean War of 1854-56; the shock of the Indian Mutiny of 1857-58; the changing face of battle displayed in the American Civil War of 1861-65; and the emergence of the triumphant German Great General Staff, headed by Helmuth von Moltke, in the Austro-Prussian and Franco-Prussian Campaigns of 1866 and 1870, all combined belatedly to create the pressures for military change which owed more to public outcry than governmental inclination.*³

O Reino Unido do início do século XIX emergia como a primeira potência político-económica no panorama europeu; de um ponto de vista militar, as vitórias inglesas contra o exército napoleónico e o período de paz dominado pelo Concerto da Europa determinaram uma estase na estrutura militar inglesa, que não foi alvo de reformas substanciais até pelo menos à Guerra da Crimeia. Neste sentido, foram proféticas as palavras pronunciadas por Wellington logo a seguir à batalha de Waterloo, em referência à entrada no campo de batalha da *Vielle Garde* de Napoleão: *They came on in the same old way, and we sent them back in the same old way*⁴, ou seja, Wellington sublinhou que a vitória inglesa foi obtida através uma maneira de combater “antiga” (*old*) e, por extensão, através de um exército que não sofreu modificações importantes como nos casos francês e prussiano, ou seja, a implementação da

² Bramall, Edwin e Jackson, William, *The Chiefs: The Story of the United Kingdom Chiefs of Staff*, Londres, Brassey's, 1992, pgs. 3-6.

³ *Idem*, pg. 7.

⁴ Veja-se Hanson, Victor Davis, *The Lessons of Wellington*, 2002, texto disponível em <http://www.newcriterion.com/articles.cfm/wellington-davishanson-1859>

conscrição obrigatória e do Estado-Maior; noutros termos, não houve necessidade de reformar o aparelho militar inglês durante toda a primeira metade do século XIX, pois não existiam razões para operar modificações à sua estrutura.

Porém, como referido *supra*, o desempenho do exército inglês durante a Guerra da Crimeia induziu a chefia política inglesa a reformar o aparelho militar para resolver os problemas que tinham emergido durante os três anos de combate na península do Mar Negro⁵; o debate em torno da reforma, debate que começou na segunda metade de 1856, portanto logo a seguir à conclusão do conflito, determinou a instituição do que Brian Bond define como o *Brain of the Army* inglês antes do surgimento do *General Staff*, ou seja, o *Staff College* de Camberley⁶. Contudo, o mesmo autor afirma que a implementação desta escola militar foi uma resposta somente parcial aos problemas emergidos no aparelho militar britânico, pois o *Staff College* por um lado respondia à necessidade do exército inglês dotar-se de um corpo de Oficiais preparados para conduzirem as unidades, mas por outro lado a tradição wellingtoniana contrária aos “*army-schoolmasters*”, tradição muito radicada nos Regimentos ingleses, limitou a elaboração de uma doutrina militar que tornasse homogêneo o pensamento militar nos diversos corpos do exército; finalmente, o articulado processo de criação desta escola militar e os fortes interesses políticos e militares em torno da organização desta Instituição limitaram muito o *Staff College* no desempenho das funções de *School of Thought* militar: os cursos lecionados acabaram por ser demasiado teóricos e abordavam de forma não aprofundada as questões relativas às dinâmicas táticas e à condução das tropas em batalha. Contudo, o estabelecimento do *Staff College* pode ser lido como o início de um processo de modernização do aparelho militar inglês, processo que, em fases diferentes, irá continuar até à instituição do *General Staff*⁷.

A necessidade de uma ampla reforma do aparelho militar inglês tinha sido já salientada pela *Royal Commission* presidida pelo *Secretary of State for War* (doravante abreviado em SoS) Jonathan Peel entre 1858 e 1862 no seguimento dos problemas que emergiram durante a Guerra da Crimeia. Contudo, as primeiras tentativas de reformar o aparelho militar britânico foram abordadas de maneira mais metódica somente a partir de 1868 pelo SoS Edward Cardwell sob a supervisão do Primeiro-Ministro William Ewart Gladstone. Outrossim, pode-se dizer que as vitórias alemãs na Boémia em 1866 contra os austríacos e em França em 1871 determinaram uma vaga de reformas na Europa, reformas que visavam instaurar e emular a Instituição que foi reputada responsável por estes sucessos

⁵ Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 1-3. Gooch sublinha que a vitória final na Guerra da Crimeia limitou muito a percepção da necessidade de uma reforma do exército inglês e, por isso, acabou por limitar a extensão das reformas.

⁶ Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pgs. 3-8.

⁷ *Idem*, pgs 65-116. Afirma Jeffery que foi somente durante o quinquénio de directorado de Henry Hildyard na última década do século XIX que o *Staff College* se tornou uma Instituição “*thoroughly practical*”, limitando a vertente teórica dos cursos lecionados. Veja-se Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pg. 17.

militares, ou seja o *Großer Generalstab* de Moltke; a este respeito, o Reino Unido não constituiu uma exceção a esta vaga reformadora⁸.

O ambicioso objetivo de Cardwell era melhorar a eficiência do aparelho militar inglês tentando, ao mesmo tempo, reduzir as despesas militares. Para alcançar estes objetivos, Cardwell reviu a estrutura completa dos órgãos que constituíam o aparelho militar inglês, partindo das atribuições do *Commander in Chief* (doravante abreviado em CinC), do *Adjutant-General* (abreviado doravante em AG) e do *Quartermaster-General* (abreviado doravante em QMG), reorganizando as tarefas dos diversos departamentos do exército e, em termos gerais, apontando para a modernização do exército em geral tendo em consideração a evolução dos principais exércitos continentais. Todavia, as reformas implementadas por Cardwell não apontaram para a instituição de um Estado-Maior de modelo moltkeano, como o que existia na Prússia daquele período; referem Branall e Jackson que a planificação estratégica e operacional

attracted little interest in the laissez-faire attitudes of the mid-Victorian era [...]. Indeed, the very idea of allowing military planning was anathema to the politicians of the day.

Os dois militares ingleses prosseguem, afirmando que a instituição de um órgão para a planificação militar era sentida pelos políticos londrinos como uma rendição da política ao mundo militar determinada pela cessação do controlo da política sobre os militares, pois as atividades realizadas pelos Estados-Maiors têm um carácter secreto e, por conseguinte, que escapa ao controlo político e, num caso extremo, pode produzir uma ditadura militar⁹; sobretudo os políticos liberais consideravam o exército uma ameaça à liberdade, e que planificar a guerra teria necessariamente conduzido o Reino Unido a uma guerra¹⁰. A oposição do meio político inglês à criação de um Chefe de Estado-Maior é bem ilustrada pelo Duque de Cambridge, que desempenhava as funções de CinC na época de Cardwell; perante a proposta deste último de criar um posto de *Chief of Staff to the Commander in Chief*, o Duque de Cambridge recusou sustentando que um Chefe de Estado-Maior teria sido “*a fifth wheel to the coach*”¹¹.

⁸ Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pg. 3. Gooch também afirma que *in England there was no comprehension of the value of such a body [id est, o Estado-Maior alemão]*, tanto é que em 1881, portanto bem depois das reformas de Cardwell, a proposta avançada pelo General Henry Brackenbury de instituir um Estado-Maior militar não foi tomada em consideração. Veja-se Beckett, Ian F. W., *The Victorians at war*, Londres, Hambledon and London, 2003, pg. 10. A opinião de Branall e Jackson é, todavia, diferente: os militares ingleses afirmam que o principal motor das reformas militares inglesas não foi a emulação do Estado-Maior de Moltke mas sim a necessidade de responder a uma eventual ameaça francesa ou russa: Bramall, Edwin e Jackson, William, *The Chiefs: The Story of the United Kingdom Chiefs of Staff*, obra citada, pgs. 11-13.

⁹ Bramall, Edwin e Jackson, William, *The Chiefs: The Story of the United Kingdom Chiefs of Staff*, obra citada, pgs. 7-15, citação à pg. 10.

¹⁰ Kochanski, Halik, *Planning for War in the Final Years of Pax Britannica, 1899-1903*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, obra citada, pgs. 8-9.

¹¹ *Ibidem*.

As reformas de Cardwell, constituídas pelo *War Office Act* e pelo *Order in Council* de 4 de junho de 1870, determinaram a superação do modelo wellingtoniano do exército inglês em prol de uma organização considerada mais eficiente. A nova estrutura do aparelho militar britânico via o SoS à cabeça desta estrutura, sendo o SoS normalmente um membro da Câmara baixa de Londres; o SoS era coadjuvado por um *Parliamentary Under-Secretary* membro da *House of Lords* e por um *Permanent Under-Secretary* civil. O SoS coordenava as atividades de três departamentos, o *Supply Department*, o *Finance Department* e o *Military Department*.

O primeiro destes três departamentos era gerido por um *Surveyor-General of Ordnance*, em princípio membro do Parlamento, que se ocupava da gestão de todos os abastecimentos, do transporte das tropas, da roupa, das munições e, mais em geral, de todos os aspetos ligados à compra dos materiais necessários para as tropas. O segundo departamento era gerido por um *Financial Secretary*, também ele membro do Parlamento; o papel desempenhado por este Secretário era relativo a todos os aspetos em torno da contabilidade do exército e, sobretudo, da apresentação do orçamento ao Parlamento, inclusive a formulação de pedidos de aumento das despesas. Finalmente, o terceiro departamento era o que se ocupava mormente dos aspetos puramente militares; o chefe desta divisão era o CinC, Oficial militar, para o qual não estava previsto nenhum limite temporal ao mandato desempenhado – o Duque de Cambridge, primo da Rainha Victória, manteve este cargo desde 1856 até 1895, embora com vários períodos de pausa¹².

O *Military Department* era composto por um *Military Secretary*, o departamento do AG, o do QMG, pelo posto de *Inspector-General of Fortifications and Engineers*, pelo *Director of Artillery*, pelo *Military Education Department*, pelo posto de *Inspector-General of Cavalry* e pelo departamento que unia os serviços médicos e veterinários. O CinC era o principal *adviser* do SoS e, para além da gestão do *Military Department*, era responsável pela mobilização da tropa, pela instrução desta e pelos aspetos disciplinares do exército. No *Military Department* os postos principais eram o *Military Secretary*, o AG e o QMG. O primeiro, normalmente um militar, era responsável pelas promoções, apesar de o seu trabalho ter sido influenciado pelo CinC (e através do CinC diretamente pela Coroa), o Duque de Cambridge, até pelo menos 1890, mas também pelo SoS, sobretudo a partir de 1871, quando o cargo normal para este posto foi limitado a cinco anos; o AG era não oficialmente o vice-CinC e as funções que desempenhava eram mais orientadas para a gestão administrativa do *Military Department* do que para a planificação estratégica. Por último, o QMG tinha também atribuições essencialmente administrativas, pois mantinha o registo dos Regimentos deslocados além das ilhas britânicas, o registo do transporte, embarque e o alojamento das tropas¹³.

É importante salientar que, no âmbito das reformas patrocinadas por Cardwell, em 1873 foi instituído um *Intelligence Department* cujas tarefas correspondiam a algumas funções cruciais

¹² Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pg. 47.

¹³ Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pgs. 44, 116-120; Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pg. 4.

desempenhadas pelos Estados-Maiores alemão e francês. Em termos gerais, e como foi referido *supra*, capítulos 2 e 3, uma tarefa importante atribuída aos Estados-Maiores era a produção e distribuição de mapas para os serviços militares; no caso inglês, esta tarefa foi atribuída a uma *Topographical branch* enquadrada no *War Office* (doravante abreviado em WO) a partir de 1855; dois anos mais tarde esta secção geográfica do WO foi agregada à *Ordnance Survey* e ao *QMG's Military Depot* para formarem um *Topographical and Statistical Department of the War Office*, departamento que realizava o mapeamento e os levantamentos geográficos no território inglês e no estrangeiro. Porém, de um ponto de vista militar, este departamento não foi capaz de proporcionar informações relevantes em torno dos exércitos estrangeiros, a tal ponto que, referem as fontes, caso tivesse deflagrado um conflito entre o Reino Unido e a França em 1870, as informações sobre os franceses teriam sido adquiridas através de traduções de documentos alemães. Depois da Guerra Franco-Prussiana, o Diretor do Departamento Topográfico Charles Wilson afirmou que “*There is not at present in the possession of Government a trustworthy account of any foreign army*”. A este respeito, foi considerado necessário reforçar os serviços de *intelligence* e Cardwell avançou a proposta de estabelecer um *Intelligence Department*, departamento que foi efetivamente instituído no dia 24 de fevereiro de 1873; no ano seguinte este departamento foi posto sob a responsabilidade do QMG e, finalmente, em 1882 foi colocado sob a alçada do AG. As tarefas do *Intelligence Department* eram essencialmente duas:

The collection of all topographical and statistical information which it would be useful to possess in event of invasion or foreign war [...] the application of such information, in respect to the measures considered and determined on during peace, which should be adopted in war, so that no delay might arise from uncertainty and hesitation.

No final da década de 70, este departamento tentou pela primeira vez estruturar um plano de mobilização; porém, esta tentativa revelou-se de facto uma iniciativa pessoal do Coronel Home, alocado naquele departamento, e a morte prematura do Coronel ditaria o seu malogrado fim. Não obstante, durante o período em que Garnet Wolseley foi AG, o novo *Director of Military Intelligence* (doravante abreviado em DMI), Brackenbury, a partir de 1886 retomou o trabalho começado por Home e estabeleceu as bases para um plano de mobilização de uma força expedicionária de dois Corpos de Exército e uma Divisão de cavalaria¹⁴.

¹⁴ Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pgs. 33, 120-122; contudo, Bond sublinha que o *Intelligence Department* era mais um “*information gathering bureau*” do que um “*Advisory bureau*”, pois as informações que este departamento disponibilizava raramente eram consideradas, como por exemplo no caso da Segunda Guerra dos bóeres: veja-se *idem*, pgs. 170-172. Veja-se também Bramall, Edwin e Jackson, William, *The Chiefs: The Story of the United Kingdom Chiefs of Staff*, obra citada, pgs. 15-16; Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 4-5, 8; Kochanski, Halik, *Planning for War in the Final Years of Pax Britannica, 1899-1903*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, obra citada, pgs. 8-9.

Finalmente, o último elemento de relevo das reformas de Cardwell foi a abolição da possibilidade de compra dos postos de Oficial; esta prática, herança do antigo regime, foi abolida tendo em conta a necessidade de profissionalizar o corpo dos Oficiais do exército¹⁵.

Apesar das reformas de Cardwell terem estruturado os órgãos centrais da administração militar inglesa até ao final do século XIX, os limites destas reformas emergiram logo depois da sua implementação. O problema principal relativo aos resultados das reformas era a concentração de atribuições nas mãos do CinC e a carga de trabalho que devia suportar: não só se ocupava das questões administrativas, era o responsável do recrutamento, das promoções, da disciplina, instrução e educação, mas também geria as inspeções do *Home Army*; para além disto, a partir de 1888 foi extinto o departamento do *Surveyor-General of the Ordnance* e as atribuições deste último passaram a estar diretamente sob a responsabilidade do CinC. A este respeito, torna-se evidente a falta de tempo/disponibilidade do CinC para realizar atividades que não fossem relativas à gestão administrativa do exército, *id est*, as atividades de planificação de eventuais guerras. Contudo, uma parte destas atividades de planificação foram realizadas pelo DMI e pelo AG, mas mesmo assim um artigo publicado na *Pall Mall Gazette* em 15 de setembro de 1884 com título *What is the truth about the Navy?*¹⁶ questionava a capacidade da Marinha inglesa de garantir a inviolabilidade do território das ilhas britânicas; este artigo pode-se considerar como uma caixa de Pandora que, aquando da sua publicação, desencadeou um debate sobre o estado do exército e da marinha ingleses; na mesma década de 80, o constante receio na opinião pública e na comunicação social de uma invasão francesa das ilhas britânicas e o alarme levantado pelo AG Wolseley sobre o mau estado do exército inglês induziu a chefia política inglesa a nomear uma nova comissão de inquérito para que não só fosse investigado o estado do aparelho naval inglês, como também o estado da coordenação entre exército e marinha fosse avaliado¹⁷.

A *Royal Commission to Enquire into the Civil and Professional Administration of the Naval and Military Departments*, que foi presidida por Spencer Cavendish, melhor conhecido por Lord Hartington, foi estabelecida em 1888 e elaborou um plano de reforma da administração do aparelho

¹⁵ Afirma Bond que o hábito da compra dos postos de Oficial se podia considerar um elemento cultural inglês; de facto, este hábito perpetuava a presença de nobres nas camadas superiores do exército, sendo esta presença aceite pois, nas palavras do historiador inglês, “*the British officer should be a gentleman first and an officer second*”: Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pgs. 17, 122-124; em torno das reformas de Cardwell, veja-se também *Printed Order in Council, on the duties of the Commander-in-Chief and other senior Army officers' departments*, 4 de novembro de 1901, NAMTSC 7101/23/208/1; Tucker, Albert V., *Army and Society in England 1870-1900: A Reassessment of the Cardwell Reforms*, *Journal of British Studies*, vol. 2, II, 1963, pgs. 110-141.

¹⁶ Stead, William T., *What is the truth about the Navy?*, Londres, *Pall Mall Gazette*, 15 de setembro de 1884, artigo disponível em http://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0000098/18840915/001/0001?_=1485966681612. O artigo foi publicado de forma anónima. Veja-se também Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 6-7.

¹⁷ Kochanski, Halik, *Planning for War in the Final Years of Pax Britannica, 1899-1903*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, obra citada, pg. 9.

militar e naval inglês, reforma que visava resolver os problemas emergidos ao longo da década de 80 e ultrapassar o sistema que resultou das mudanças realizadas pelas reformas de Cardwell.

As propostas formuladas pela *Hartington Commission* foram apresentadas em duas partes em 1889 e 1890. Hartington propôs instituir um *Naval and Military Council* que compreendesse os principais responsáveis da política militar e naval para que os dois âmbitos militares ingleses compartilhassem uma mesa comum para discutirem sobre todos os aspetos relativos à política militar e para que houvesse uma colaboração eficaz entre os dois âmbitos. Do ponto de vista das questões relativas à administração do exército, a proposta principal da comissão foi a abolição do posto de CinC e a sua substituição por um *War Office Council* que compreendesse o AG, o QMG e os principais *senior officers* do exército inglês; este *Council*, considerado como um órgão técnico, devia ser

Freed from all executive functions, and charged with the responsible duty of preparing plans for military operations, collecting and coordinating information of all kinds, and generally tendering advice upon all matters of organization and preparation of the army for war.

Torna-se, portanto, evidente que Hartington apontava para os Estados-Maiores já existentes na Europa como modelo para a organização do aparelho militar inglês¹⁸. Ademais, este *Council* tornar-se-ia o principal conselheiro do SoS relativamente à gestão do aparelho militar inglês e iria incluir também um *Chief of Staff*, cujas funções seriam

advise the Secretary of State on all matters of general military policy and all questions regarding the distribution and mobilisation of the army; to collect and co-ordinate military intelligence; to prepare and revise plans for action in certain contingencies; to communicate directly with the First Naval Lord on all matters of inter-service policy; to liaise with other state departments and communicate with General Officers Commanding abroad; and to produce an annual report for the Secretary of State on military requirements of the Empire.

Finalmente, os membros da comissão desejavam que “*the military defence of the Empire would be considered as a whole, and its requirements dealt with in accordance with a definite and harmonious plan*”¹⁹.

¹⁸ Refere Bond que a posição de Hartington foi reforçada pela concomitante publicação do livro *The Brain of the Army*, escrito por Spenser Wilkinson, que descrevia a composição e as funções do *Großer Generalstab* prussiano. Veja-se Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pgs. 143-146; Sweetman, John, *Towards a Ministry of Defence: First Faltering Steps, 1890 – 1923*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, obra citada, pgs. 25-27.

¹⁹ Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 12-16; Kochanski, Halik, *Planning for War in the Final Years of Pax Britannica, 1899-1903*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, obra citada,

A proposta de criação de um Chefe de Estado-Maior foi contrariada por muitos atores políticos e militares²⁰. Dentro da mesma comissão, o membro Campbell-Bannerman, já SoS, manifestou a sua oposição à instituição do posto de *Chief of Staff*, afirmando que a criação deste posto não era necessária devido ao contexto peculiar do Reino Unido em comparação com as outras potências europeias: o Reino Unido, sendo um grupo de ilhas, não fazia fronteira com nenhum outro país, portanto não era necessária alguma figura que elaborasse planos de guerra; para além disto, o sistema militar inglês conseguiu sempre provar a sua eficácia no âmbito das inúmeras *small wars* que tinha combatido; por último, um Chefe de Estado-Maior, pelo seu papel, podia tentar criar um “*role for himself*” e fomentar uma política agressiva em âmbito europeu. A opinião de Campbell-Bannerman era partilhada pelo *establishment* político inglês, e, ademais, a Rainha Victória queria que o seu primo, o Duque de Cambridge, mantivesse o posto de CinC para garantir uma ligação entre a Coroa e o exército²¹. Por outro lado, o General Brackenbury declarou-se a favor da criação de um Estado-Maior de modelo alemão; numa troca epistolar com Spenser Wilkinson, o DMI afirmou que

*The fact is that we have no General Staff in the German sense, and we want one. All our staff officers, so called, are only what the Germans would call Adjutantur and are swallowed up in a sea of documents and red tape [...]. We don't want a peace Commander-in-Chief but we want one all ready for war [...]. We want a working Inspector-General, real commanders of Corps in Districts administering their own commands, and a Chief of the Staff to take the field with the staff he has trained to carry out the strategy he has devised.*²²

As propostas formuladas pela comissão presidida por Hartington foram acolhidas só parcialmente. O posto de CinC não foi extinto e o posto de *Chief of Staff* não foi criado; porém, em maio de 1890 foi instituído o *War Office Council* seguindo as propostas de Hartington e em 1891 foi criado um *Joint Naval and Military Committee* que permitiria estabelecer uma comunicação mais eficiente entre as administrações militar e naval; em 1895 foi criado também um *Defence Committee of the Cabinet*, órgão que visava coordenar mais eficazmente as políticas militares sobretudo de um ponto de vista orçamental. Apesar da criação destes três órgãos, a organização militar inglesa manteve-se caótica, pois por um lado ao *War Office Council* não foram delegados poderes substanciais, mantendo-se este, assim, sob o controlo do SoS e, ainda por cima, acabando por ser raramente convocado; por outro lado o carreirismo de algumas personalidades como Campbell-Bannerman e Wolseley, a recusa em criar o posto de Chefe de Estado-Maior e a impossibilidade de devolver uma parte das funções do CinC a

pg. 10; Bramall, Edwin e Jackson, William, *The Chiefs: The Story of the United Kingdom Chiefs of Staff*, obra citada, pgs. 16-18.

²⁰ Sweetman, John, *Towards a Ministry of Defence: First Faltering Steps, 1890 – 1923*, em *idem*, pgs. 23-24.

²¹ Kochanski, Halik, *Planning for War in the Final Years of Pax Britannica, 1899-1903*, em *idem*, pgs. 9-12.

²² Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pg. 147.

outras autoridades militares criaram as condições que determinaram o mau desempenho militar inglês na guerra na África do Sul: a este respeito, uma *Colonial Conference* em Londres em 1897 demonstrou que ainda existiam fortes divergências entre o Almirantado e a chefia militar inglesa, divergências que também contribuíram para o desaire sul-africano²³.

2. A SEGUNDA GUERRA DOS BÓERES E O SURGIMENTO DO *GENERAL STAFF* INGLÊS, 1899-1914.

Sustentam Bramall e Jackson que as reformas de Cardwell e Hartington foram determinadas sobretudo pela pressão político-militar induzida pelas outras potências europeias, sobretudo França e Rússia, para além da Alemanha que, depois das guerras de unificação, impôs-se nos âmbitos político e militar europeus. Contudo, como foi visto *supra*, estas reformas não conduziram à instituição de um órgão como o Estado-Maior alemão ou francês, sendo antes reformas pontuais que modificaram o aspeto do aparelho militar inglês sem determinar mudanças radicais no desempenho das funções relativas à gestão administrativa e à planificação militar. As resistências à modernização do aparelho militar inglês mantiveram-se fortes até que um choque militar fragmentou a frente política contrária à implementação de um Estado-Maior inspirado pelo modelo alemão²⁴. Este choque militar foi a Segunda Guerra dos Bóeres, combatida entre o Reino Unido e a República do Transval e o Estado Livre do Orange no triénio 1899-1902. Sem abordar em detalhe o devir desta guerra, sublinhar-se-ão em termos gerais alguns dos principais problemas que afetaram o exército britânico: em primeiro lugar, as informações recolhidas pelo *Intelligence Department* sobre as atividades militares dos bóeres foram deliberadamente ignoradas pela chefia militar inglesa²⁵; a mobilização e o envio das tropas para o teatro sul-africano atrasou-se sensivelmente; a mobilização do segundo Corpo de Exército foi feita sem ter em consideração o equipamento dos soldados, elemento que determinou ainda mais atraso no envio das tropas para o teatro das operações; a estratégia e as dinâmicas operacionais foram delegados por completo aos Oficiais em campo, havendo assim uma fragmentação da visão estratégica e operacional que determinou os desaires de Colenso, Magerfontein e Stromberg, conhecidos por “*Black*

²³ Em torno da comissão de Hartington e das reformas que promoveu, veja-se *Order in Council*, 21 de novembro de 1895, TNA – CAB 37/40/42, e *Memorandum showing the duties of the various departments of the War Office*, em *idem*. Veja-se também Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pg. 47; Kochanski, Halik, *Planning for War in the Final Years of Pax Britannica, 1899-1903*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, obra citada, pgs. 12-16; Sweetman, John, *Towards a Ministry of Defence: First Faltering Steps, 1890 – 1923*, em *idem*, pgs. 27-28.

²⁴ Bramall, Edwin e Jackson, William, *The Chiefs: The Story of the United Kingdom Chiefs of Staff*, obra citada, pgs. 21-24.

²⁵ Veja-se *Official and private papers: South African War. Intelligence Division*, manuscrito de John Charles Ardagh de 30 de janeiro de 1901, TNA – PRO/30/40/16. Este documento é interessante pois não só relata como eram conduzidos os trabalhos de *intelligence* no aparelho militar inglês, mas também sublinha os limites destes trabalhos; o memorando de Ardagh relata também que enquanto nas outras potências europeias os Estados-Maiores centralizam em si algumas funções específicas como a *intelligence*, os levantamentos topográficos, a planificação e preparação das operações militares *inter alia*, no Reino Unido estas funções são espalhadas por diversos órgãos: conclui Ardagh que uma mudança no sentido de instituir um Estado-Maior britânico não é só desejável mas também necessária.

Week” e agravados pelos limites em termos de tática e de armamento demonstrados pelos ingleses. Um dado interessante para descrever o que significou a Segunda Guerra dos Bóeres do ponto de vista inglês é referido por Kochanski: 256.340 entre soldados e Oficiais empregados na força inglesa no teatro da África do Sul; 109.048 auxiliares e 30.633 soldados coloniais para além de 50 ou 60.000 recrutas sul-africanos, ou seja, por volta de 450.000 homens empregados contra a força militar bóer que foi quantificada em 40-60.000 homens²⁶.

As dificuldades inglesas durante a Segunda Guerra dos Bóeres determinaram a implementação de um conjunto de reformas para modificar o aparelho militar inglês já durante a guerra, com os combates ainda em curso. Em primeiro lugar, pouco antes do começo das hostilidades foi criado um *Army Board* que, nas palavras de Gooch, *represented the collective opinion of the War Office*; este órgão de coordenação das atividades militares teve um bom desempenho, e a partir de 1900 as suas funções passaram para o *WO Council*, novo órgão que abordava todas as questões de natureza militar através da avaliação feita por pessoal civil e militar. Em segundo lugar, com um *Order in Council* de 4 de novembro de 1901 foram revistas as funções do *Director-General of Mobilization and Intelligence*: o Diretor-General tinha a tarefa de preparar planos militares ofensivos e defensivos; este posto foi atribuído a William Nicholson (futuro Chefe de Estado-Maior Imperial) e o seu trabalho foi posto sob a responsabilidade direta do CinC. Porém, sublinha Gooch que estas medidas foram pontuais e não globais do ponto de vista da reorganização do aparelho militar inglês; para além disso, frisa que se mantém a reticência do *Treasury* inglês quanto ao aumento das despesas a favor do aparelho militar²⁷.

Apesar da conclusão positiva da Segunda Guerra dos Bóeres, a chefia política – sob a pressão da opinião pública – instituiu em 1902 uma comissão para avaliar o desempenho inglês durante a confrontação com os bóeres e analisar os problemas que caracterizaram o devir das operações e da preparação militar inglesa antes da guerra. Esta comissão era a *Royal Commission “to inquire into the military preparations for the war in South Africa, and into the supply of men, ammunition, equipment, and transport by sea and land in connection with the campaign, and into the military operations up to the occupation of Pretoria”*, presidida por Lord Elgin e portanto mais conhecida como *Elgin Commission*.

Os trabalhos duraram 55 dias, durante os quais foram ouvidas 114 testemunhas às quais foram feitas mais de 2200 perguntas; desta comissão resultou uma publicação em 1903, composta pelo próprio relatório, um apêndice e dois volumes com as minutas das testemunhas, os quais perfaziam um total superior a 1500 páginas; a importância desta comissão encontra-se igualmente patente no facto de

²⁶ Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pgs. 181-191; Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 20-22; Gooch, John, *‘A Particularly Anglo-Saxon Institution’: the British General Staff in the Era of Two World Wars*, em *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, obra citada, pg. 160; Kochanski, Halik, *Planning for War in the Final Years of Pax Britannica, 1899-1903*, em *idem*, pgs. 16-19.

²⁷ Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 22-26, 33.

que Elgin enviou por cada dia de trabalho uma carta ao Rei Eduardo VII com os avanços das atividades realizadas pela comissão²⁸.

Para além das questões táticas e administrativas mais diretamente ligadas à guerra na África do Sul, o relatório da comissão dedicava uma secção às questões relativas à organização do WO. Nesta secção, a comissão proporcionava em primeiro lugar informações sobre o *Intelligence Department*, afirmando que o trabalho que havia desenvolvido antes do início do conflito foi muito positivo relativamente às informações recolhidas sobre o exército bóer, mas que, por outro lado, não foi adequado no que diz respeito ao desenho de mapas e à entrega destes mapas aos Oficiais Comandantes na África do Sul; em segundo lugar, o relatório abordava as questões principais relativas à organização geral do WO: esta secção analisa a complexidade da questão do Comando Supremo inglês, a reorganização das funções atribuídas ao CinC – para além da questão da extinção deste posto proposta pela *Hartington Commission*, que, nem sequer com a demissão do Duque de Cambridge do cargo em 1895 se chegaria a realizar – e os outros órgãos de gestão militar que, até aquele momento e durante a guerra, contribuíram de forma escassa para a conclusão positiva e rápida do conflito²⁹.

Um último elemento importante do relatório da *Elgin Commission* é uma nota em anexo escrita por um membro da comissão, Reginald Baliol Brett, Visconde Esher³⁰. Retomando os problemas analisados nas páginas do relatório, Esher propunha *motu proprio* o estabelecimento de um *Council* ou um *Board* do exército tendo como modelo de referência o Almirantado; este Council podia ser constituído, na opinião de Esher, pelos SoS, o AG, o QMG, o *Director-General of Ordnance*, o DMI, o *Financial Secretary*, o *Parliamentary Under-Secretary* e o *Under-Secretary of State*; logo a seguir, Esher propunha uma reorganização da estrutura e das funções atribuídas aos departamentos e aos membros deste *Council*, reorganização que apontava para uma maior descentralização dos poderes: neste sentido, por exemplo,

The Director-General of Military Intelligence should have no executive functions, and that important officer's duties should be limited to the framing of schemes of defence, the initiation and working out of changes from time to time, as necessity requires, in the organisation of the Army, the

²⁸ *Report of His Majesty's commissioners appointed to inquire into the military preparations and other matters connected with the war in South Africa. Presented to both Houses of Parliament by command of His Majesty*, Londres, Wyman and sons, 1903; texto disponível em <https://catalog.hathitrust.org/Record/001260316>.

²⁹ *Idem*, pgs. 127-143. Sobre a *Elgin Commission*, veja-se Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pgs. 192-194; Bramall, Edwin e Jackson, William, *The Chiefs: The Story of the United Kingdom Chiefs of Staff*, obra citada, pgs. 27-33; Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 32-33; Kochanski, Halik, *Planning for War in the Final Years of Pax Britannica, 1899-1903*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, obra citada, pgs. 19-20; Sweetman, John, *Towards a Ministry of Defence: First Faltering Steps, 1890 – 1923*, em *idem*, pg. 28.

³⁰ Deve-se frisar que o Visconde Esher tinha sido o secretário pessoal do Lord Hartington entre 1878 e 1885. Veja-se Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 34-35.

preparation of maps, and the collection of military information in all parts of the world.

Esher voltava a propor a extinção do posto de CinC e a sua substituição por um *General Officer Commanding the Army* cuja função principal era inspecionar as tropas e gerir a disciplina delas, para além de gerir a contabilidade do exército e assegurar que o equipamento das tropas estivesse sempre completo³¹.

O primeiro resultado prático das indicações propostas pela comissão presidida por Lord Elgin foi a instituição, em 1902, de um *Committee of Imperial Defence* (doravante abreviado em CID)³². O CID era um órgão permanente presidido pelo Primeiro-Ministro cuja natureza consultiva (*advisory nature*) era funcional à orientação da política no que diz respeito às questões militares. Noutros termos, o CID tratava de todas as questões militares para que o âmbito político – *id est*, os ministros convocados no próprio CID – estivessem cientes de todas as questões militares que lhes podiam interessar. Este órgão era composto por todos os ministros que o Primeiro-Ministro quisesse convocar e, como referido *supra*, era presidido pelo próprio Primeiro-Ministro³³.

A receção das propostas de Esher anexadas ao *Report* da *Elgin Commission* foi positiva e determinou a criação de mais um comité que desse seguimento às recomendações de Elgin e avançasse com as propostas de Esher. Este comité – mais especificadamente um subcomité do CID – foi instituído em 7 de novembro de 1903 como *The War Office (Reconstitution) Committee* – normalmente conhecido por *Esher Committee*, do nome do presidente do comité Lord Esher – e visava

³¹ *Report of His Majesty's commissioners appointed to inquire into the military preparations and other matters connected with the war in South Africa. Presented to both Houses of Parliament by command of His Majesty*, Londres, Wyman and sons, 1903, pgs. 144-146. É interessante também a análise avançada num artigo do *Morning Post* publicado em 2 de outubro de 1903, análise que descrevia partes da reforma proposta por Esher e sublinhava as suas deficiências; o *Morning Post* sublinha, sobretudo, que uma reorganização dos Comandos do exército inglês sem a atribuição de *executive duties* seria inoportuna: a este propósito, o artigo reza que “*It is doubtful wisdom to prepare for war by adopting arrangements copied from misunderstandings or incorrect descriptions of the arrangements of foreign armies*”, referindo-se principalmente ao *Großer Generalstab* alemão. A reprodução do artigo aqui citado encontra-se na posse de quem escreve. Veja-se também Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pg. 35; Kochanski sublinha como Esher propôs diretamente ao Rei Eduardo VII, ao qual se encontrava ligado por uma profunda amizade, a extinção do CinC; o Rei, interrompendo a política victoriana de imposição de um membro da família real dentro da chefia do exército, aceitou a proposta de Esher: Kochanski, Halik, *Planning for War in the Final Years of Pax Britannica, 1899-1903*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, obra citada, pg. 20.

³² Refere Gooch que o resultado principal dos 567 comités militares e *Royal Commissions* convocados entre a Guerra da Crimeia e 1904 foi a instituição do próprio CID, tendo sido este o *framework* essencial para o desenvolvimento do GS: Gooch, John, ‘*A Particularly Anglo-Saxon Institution*’: *the British General Staff in the Era of Two World Wars*, em *idem*, pgs. 160-161.

³³ Veja-se *A note on the constitution of the defence committee*, redigida por Arthur James Balfour em 29 de fevereiro de 1904, TNA – CAB/37/69/33; *Memorandum on the proposal of the War Office (Reconstitution) Committee in respect of the Committee of Imperial Defence*, 4 de março de 1904, TNA – CAB 37/69/38. Veja-se também Bramall, Edwin e Jackson, William, *The Chiefs: The Story of the United Kingdom Chiefs of Staff*, obra citada, pgs. 36-37; MacKintosh, John P., *The Role of the Committee of Imperial Defence before 1914*, *The English Historical Review*, Vol. 77, 1962, pp. 490-503. Sweetman, John, *Towards a Ministry of Defence: First Faltering Steps, 1890 – 1923*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, obra citada, pg. 29.

reformular o WO tendo em consideração as propostas formuladas no relatório da *Elgin Commission* e as sugestões propostas por Esher; mais especificadamente, o comité visava reformar o WO “*with a view to the effective training and preparation of the military forces at war, and not administered as hitherto from the point of view of peace*”³⁴. O *Esher Committee* era composto por três elementos, sendo o presidente, como dito, Reginald Baliol Brett, o Almirante John Fisher e o Coronel George Clarke; finalmente, é necessário sublinhar que este subcomité tinha uma natureza particular pois o *Esher Committee* era um “*body appointed specifically to achieve reforms – moreover, reforms of its own devising and not ones dictated to it*”³⁵.

Tendo em consideração os trabalhos do Triunvirato, como era conhecido o *Esher Committee*, sobretudo no que diz respeito à questão da instituição de um Estado-Maior, Gooch afirma que *Esher was tentatively seeking an institution corresponding with the great German General Staff in concept, but rather adapted to the needs of a maritime empire*³⁶.

O trabalho do Triunvirato foi publicado em três partes entre janeiro e março de 1904. A primeira parte do relatório do *Esher Committee*, publicada no dia 11 de janeiro, esclarece com clareza o objetivo do trabalho desenvolvido, afirmando que

It is necessary to make a complete breach with the past, and to endeavour to reconstitute the War Office with a single eye to the effective training and preparation of the Military Forces of the Crown for war.

A este respeito, evidencia-se até que ponto a experiência da Segunda Guerra dos Bóeres foi o elemento que determinou a instituição do Triunvirato e foi considerada a razão principal para avançar com uma reforma global do aparelho militar inglês. No *Report* redigido pelos Triúnviros, pode ler-se:

The evidence taken by the Royal Commission [a Elgin Commission] proves that the Cabinet had in 1899 no adequate means of obtaining reasoned opinions on which to base a war policy.

Avançando no relatório, afirma-se que nenhuma reforma do WO poderá dar resultados se não lhe for associado um dispositivo que lhe confira informações e opiniões qualificadas para o “*shaping of national policy in war, and for determining the necessary preparations in peace*”: a este respeito, o Triunvirato promoveu a reforma do *Defence Committee of the Cabinet* (doravante abreviado em DC)

³⁴ Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pg. 214.

³⁵ Relativamente à instituição do *Esher Committee*, veja-se Bramall, Edwin e Jackson, William, *The Chiefs: The Story of the United Kingdom Chiefs of Staff*, obra citada, pgs. 33-35; Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 37-42; Kochanski, Halik, *Planning for War in the Final Years of Pax Britannica, 1899-1903*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, obra citada, pgs. 20-21; Sweetman, John, *Towards a Ministry of Defence: First Faltering Steps, 1890 – 1923*, em *idem*, pgs. 28-29.

³⁶ Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pg. 43.

para que se tornasse efetivamente eficaz no estabelecimento das linhas políticas em caso de conflito militar; esta reforma consistia em tornar permanentes os membros do DC: estes membros deveriam ser um Secretário Permanente, com um cargo de 5 anos renováveis, dois Oficiais da Marinha escolhidos pelo Almirantado, dois Oficiais militares escolhidos pelo WO e dois *Indian Officers* escolhidos pelo Vice-rei e um ou mais Oficiais coloniais; o cargo destes membros teria a duração de dois anos. As funções do DC consistiam em considerar todas as questões relativas à *Imperial Defence*; recolher e catalogar as informações do Almirantado, do WO, do *Indian Office*, do *Colonial Office* e dos outros departamentos; preparar os documentos para o Primeiro-Ministro e arquivar os relatórios para o governo e, finalmente, proporcionar conselho em torno das questões relativas à defesa. O Primeiro-Ministro devia presidir este órgão³⁷.

Estabelecido assim o órgão principal para a definição da “*higher policy of the defence of the Empire*”, *id est*, o DC, o Triunvirato continua, na segunda secção do seu relatório, com a definição do órgão que deverá garantir a “*supreme direction of the national policy of defence*”. Na análise proposta, é sublinhado que o WO tem sido modificado em muitas ocasiões, mas também que estas reformas acabaram por o tornar cada vez menos eficiente no que diz respeito à gestão do aparelho militar inglês; ademais, o relatório denuncia o facto de que as indicações de reforma do aparelho militar inglês avançadas pela *Hartington Commission* em 1890 não foram seguidas e que todas as reformas globais do sistema militar inglês foram adiadas por causa das *small wars* que o Reino Unido combateu na segunda metade do século XIX, até ao desastre da Segunda Guerra dos Bóeres. Posto isto, o relatório avança com a proposta de reforma do aparelho militar inglês tomando como referência principal a estrutura do Almirantado: o primeiro elemento fundamental era colocar o SoS na mesma posição do Primeiro Lord do Almirantado, ou seja, devia-se tornar a única autoridade militar a relacionar-se com a Coroa; em segundo lugar, era necessário instituir um órgão como o Almirantado para abordar as questões de política militar do Reino Unido, ou seja, um *Army Council* (doravante abreviado em AC). O AC era composto por sete elementos, quatro dos quais militares e os restantes três civis; um *Permanent Under-Secretary* geria as sessões do AC. O relatório propôs os seguintes membros para a composição do AC: o SoS, que desempenhava as funções de *minister (sic)* perante a Coroa e o Parlamento; um *1st Military member*, que tratava das “*military policy in all its branches*”, nomeadamente das operações de guerra; um *2nd Military member*, que se ocupava do recrutamento, disciplina, pagamento ou, mais em geral, de todas as questões relativas ao pessoal militar; um *3rd Military member*, que era responsável pelo abastecimento, vestuário e transporte; um *4th Military member* ficava encarregado de todas as questões relativas ao armamento e às fortificações; os outros dois membros civis eram o *Parliamentary Under-Secretary of State*, que tratava de todas as questões civis excluindo as questões financeiras, e o *Financial Secretary*, que se ocupava dos aspetos financeiros. A segunda secção do relatório acaba com a retomada da proposta de extinção do posto de

³⁷ Printed ‘*Report of the War Office (Reconstitution) Committee 1904*, NAMTSC, 7101/23/197/4, 11 de janeiro de 1904, Part I, Section I.

CinC, pois concentrando nas suas mãos um papel de natureza administrativa assim como um papel de natureza executiva, o CinC afetava a eficiência do aparelho militar inglês: a proposta do Triunvirato era dividir as suas tarefas e atribuí-las aos outros órgãos militares³⁸.

A última secção da primeira parte do relatório do Triunvirato diz respeito à questão das inspeções das tropas. Para além da sugestão de criar um *Inspector-General* para coordenar as inspeções, afirma o relatório que a *constitution of an Army Council as the Supreme Administering Body of the Military Forces* [...] *it is to administer and not to command the Army*, sancionando assim uma divisão mais marcada entre as tarefas administrativas e as executivas dentro do exército inglês, sendo que as tarefas executivas deviam ser atribuídas a Generais que não faziam parte do WO³⁹.

A segunda parte do relatório do *Esher Committee* foi publicada um mês depois da primeira; logo no começo desta segunda parte é referido que as propostas formuladas em janeiro foram aprovadas e, portanto, necessitavam de ser aprofundadas relativamente a alguns aspetos em torno das atribuições e das tarefas no AC. Em primeiro lugar, para evitar que o pensamento militar se cristalizasse e os Oficiais no AC se tornassem Generais palacianos *ante litteram*, o Triunvirato propunha limitar os cargos no exército a quatro anos, passados os quais os Oficiais deviam voltar à tropa ativa; os membros do AC eram responsáveis perante o Parlamento. Relativamente às tarefas do AC, era estabelecido que *“The Council will decide all questions of military policy, and all important questions affecting more than a single branch of the War Office”*.

Os membros do AC tinham uma dupla natureza, sendo ao mesmo tempo membros do AC *per se* e *superintendants* dos departamentos do WO; para evitar uma excessiva carga de trabalho administrativo, estabelecia-se que as *branches* do WO seriam geridas por Diretores subordinados aos membros do AC: noutros termos, as *policies* dos diversos departamentos seriam estabelecidas pelos membros do AC e o trabalho administrativo e de gestão dos departamentos do WO seria entregue aos Diretores⁴⁰. A segunda secção da segunda parte do *Report* propunha a reforma de território inglês em distritos militares para simplificar a gestão da *home defence*: esta proposta, muito parecida ao sistema francês em vigor naquela altura, retomava a divisão territorial em Regimentos e reagrupava os distritos regimentais em 15 distritos de Brigadas, portanto um por cada quatro Regimentos; um Major-General era posto à chefia de cada um dos maiores distritos⁴¹; finalmente, a terceira secção tratava dos aspetos relativos ao orçamento e às questões financeiras⁴².

³⁸ *Idem*, Part I, Section II; *Printed “Order in Council defining the duties of the Army Council”*, 10 de agosto de 1904, NAMTSC 7101/23/211; *Constitutional History of the CIGS*, 26 de fevereiro de 1940, TNA – WO 216/48. A composição do AC é resumida também em Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pg. 215.

³⁹ *Printed ‘Report of the War Office (Reconstitution) Committee 1904*, NAMTSC, 7101/23/197/4, 11 de janeiro de 1904, Part I, Section III.

⁴⁰ *Printed ‘Report of the War Office (Reconstitution) Committee 1904*, NAMTSC, 7101/23/197/4, 26 de fevereiro de 1904, Part II, Section I.

⁴¹ *Idem*, Part II, Section II.

⁴² *Idem*, Part II, Section III.

Na quarta secção da segunda parte relatam-se as propostas formuladas pelo *Esher Committee* em torno da criação da figura do Chefe de Estado-Maior. Partindo da consideração que *Experience has proved the urgent necessity for a complete reorganization of the Staff of the Army*, são elencadas no relatório as razões que contribuíram para a desatualização do sistema surgido em época wellingtoniana e expõe os elementos que surgiram ao longo do século XIX que determinaram a necessidade de uma reforma global do *Staff of the Army*, ou seja, a maior complexidade dos exércitos pós-napoleónicos, a dificuldade de gestão de um número de tropas incomparavelmente maior do que durante as primeiras décadas de 1800, a necessidade de instruir estas tropas e a necessidade de preparar a guerra já em tempo de paz.

Afirma-se no relatório que durante a Guerra Peninsular a figura do QMG desempenhava as funções de *Operations Staff*, aumentando assim a sua influência dentro do aparelho militar inglês. Todavia, a longa paz que seguiu à conclusão das guerras napoleónicas determinou o lento declínio do QMG em prol do AG; agravando a situação, à paz correspondeu uma diminuição da qualidade da instrução e educação militar. Ao desencadear a Guerra da Crimeia tentou-se estabelecer novamente o sistema da Guerra Peninsular, mas a ausência de um *Operations Staff* instruído permitiu somente a reedição das instruções usadas durante a Guerra Peninsular. Em 1868 uma *Queen Regulation* punha o QMG sob a responsabilidade do AG relativamente à comunicação das ordens e ao estabelecimento das dinâmicas operacionais. É sublinhado no relatório que no mesmo período a Prússia reformava o seu Estado-Maior, que estava em decadência depois de 1815; as reformas e a chefia de Moltke constituíram um momento de viragem na história desta instituição, pois *“The results [of the reforms] were strikingly apparent in 1866 and in 1870-71”*. Durante as manobras inglesas de 1872 emergiram mais uma vez todos os limites das tropas do Reino Unido; as reformas que seguiram, contudo, originaram somente confusão administrativa: o QMG perdeu as suas atribuições relativamente ao *Operations Staff* e, nas palavras do Triunvirato,

The most important duties of an operations staff were not assigned to any branch of the Army, and seem to have been forgotten.

No documento prossegue-se depois com o relato das modificações no aparelho militar inglês descritas *supra*, como a criação de um *Intelligence branch* e a sua passagem do QMG ao AG, a criação do posto de DMI em 1888 e o estabelecimento dos primeiros planos de mobilização. Porém, os triúnviros afirmam que nunca se tentou instituir um Estado-Maior e que as funções principais de um Estado-Maior eram divididas entre vários departamentos sem um desenho claro. Finalmente, afirma-se no relatório que a ausência de um Estado-Maior afetou a condução das operações na Segunda Guerra dos Boéres e que, sendo assim, a instituição deste órgão militar não era mais prorrogável. Para instituir um Estado-Maior, admitia-se no documento, era necessário tempo; a este respeito, o Triunvirato propunha um plano faseado para implementar esta Instituição.

Em primeiro lugar, o *Report* do comité de Esher oferecia uma definição de Estado-Maior de forma a esclarecer para que é que apontavam as reformas propostas:

A General Staff, as the term is understood in all well-organised armies, consists of a department which devotes its undivided attention to military problems in the widest sense, and of a body of Officers occupied in peace in the training of all ranks of the Army and prepared to direct operations in the field.

Tendo em consideração as funções dos Estados-Maiores, afirma-se que uma parte das suas atribuições é, no Reino Unido, conferida ao DC, ou seja, as atribuições relativas à coordenação das questões imperiais com o Almirantado, o WO e outros Departamentos. As outras funções, ou seja, a instrução e preparação do exército à guerra e o estudo dos esquemas ofensivos e defensivos em caso de operações, deveriam ser atribuídas a um *Chief of the General Staff* (doravante abreviado em CGS), figura que se devia dedicar somente a estes aspetos evitando as tarefas administrativas e de rotina. O CGS iria gerir um *General Staff* (doravante abreviado em GS), cujas tarefas eram divididas entre três diretorados, sendo o primeiro o *Director of Military Operations* (doravante abreviado em DMO), o segundo o *Director of Staff Duties* (doravante abreviado em DSD) e o terceiro o *Director of Military Training* (doravante abreviado em DMT). As funções desempenhadas pelos Diretores são, resumidamente, as seguintes: o DMO recolhia informações sobre o Império inglês e as suas forças, avaliava a distribuição estratégica das forças armadas, preparava os planos ofensivos e os planos para a defesa do Império (salvo os das ilhas inglesas, que eram tarefa do DMT); ocupava-se também da *Intelligence* e geria os serviços secretos. O DSD estava encarregado das nomeações para o GS e das instruções do pessoal, das instruções para o *Staff College* e dos testes de avaliação para os Oficiais desta Instituição, mais a avaliação para a promoção dos Oficiais e os testes de proficiência nas línguas estrangeiras; o DSD também tratava da preparação dos textos sobre a organização, a instrução e a tática do exército em guerra; finalmente, o DSD ocupava-se da história militar e da gestão das bibliotecas nos Comandos e nos Quartéis-generais. Finalmente, o DMT era responsável pela *home defence* em todos os aspetos e pela concentração das tropas, pela instrução e treino das tropas nas ilhas britânicas, por todos os aspetos relativos às manobras e pela telegrafia. O CGS coordenava todos os trabalhos realizados pelos diretores⁴³.

Um aspeto importante salientado no relatório do Triunvirato consistia na necessidade de evitar que o GS se tornasse num órgão sedentário; a este respeito, os triúnviros propunham que o CGS e o DMT

⁴³ Relativamente à instrução do exército por parte do DMT, veja-se *Memorandum on Army Training*, redigido pelo DMT Edward Ward, 18 de janeiro de 1909, e o documento com o mesmo título e do mesmo autor de 29 de dezembro de 1909; ambos os documentos são em TNA – WO 231/403. Nestes documentos destaca-se a importância do ensino da disciplina tática nas tropas e emerge a necessidade de uniformizar o próprio ensino tático, pois anteriormente era delegado aos Comandos territoriais e regimentais e podia dar lugar a divergências importantes entre os diversos corpos.

presenciassem as manobras e que os Oficiais do GS realizassem atividades de *umpiring*, ou seja, que “arbitrassem” as atividades de instrução dos Oficiais de tropa como os *Wargames*; os Oficiais de *intelligence* deviam, em tempo de paz, “*become personally acquainted*” com os países em torno dos quais tinham de realizar as suas atividades; relativamente a este ponto, a ausência de informações sobre os exércitos estrangeiros, e mormente sobre os armamentos e equipamentos utilizados, levou o Triunvirado a solicitar que ao DMO fossem adicionados um Oficial de artilharia e um Oficial médico com a tarefa específica de recolher informações a este respeito.

Finalmente, os Oficiais do GS deviam ser recrutados preferencialmente entre os Oficiais do *Staff College* através de um teste que os pusesse em competição entre si; estabelecia-se também que o cargo de CGS não podia ultrapassar a duração máxima de 4 anos⁴⁴.

A segunda parte do *Report* concluía-se com uma quinta secção que tratava das disposições em torno da seleção e promoção dos Oficiais do GS⁴⁵.

A terceira parte do *Esher Report*, publicada no dia 9 de março de 1904, abordava as questões relativas aos outros órgãos do AC, especificando as tarefas de cada um deles e a relação entre eles.

A primeira figura a ser analisada é o AG: o *Adjutant-General* ocupava-se, como referido *supra*, de todas as questões relativas ao “*Personnel*”, nomeadamente o recrutamento das tropas e todos os aspetos relativos à manutenção desta; o seu departamento dividia-se em quatro directorias, sendo o primeiro o *Director of Recruiting and Organization*, o segundo o *Director of Personal Services*, o terceiro o *Director-General of Army Medical Services* e o quarto o *Director of Auxiliary Forces*; para além destes quatro directorados, existia um *Judge-Advocate* que tratava das questões de lei-marcial⁴⁶.

Em segundo lugar é analisada a figura do QMG e as suas atribuições: o *Quartermaster-General* superintendia a organização dos transportes e o abastecimento das tropas; controlava o equipamento, a aquisição ou a renda dos aquartelamentos, o vestuário das tropas, os depósitos dos equipamentos e a gestão das ferrovias. O departamento do QMG estava dividido em quatro directorias, sendo o primeiro o *Director of Transport and Remounts*, o segundo o *Director of Movements and Quarterings*, o terceiro *Director of Supplies and Clothing* e o quarto o *Director of Equipment and Ordnance Stores*⁴⁷.

O terceiro membro do AC analisado é o *Master-General of the Ordnance*. Esta figura tratava de todos os aspetos mais técnicos relativos ao exército, *id est*, a artilharia e o corpo dos engenheiros, para além da recolha de informações sobre a *military technical science* no Reino Unido e no estrangeiro. As questões em torno das obras de fortificação são delegadas a um *Director of Fortification and Works*⁴⁸.

⁴⁴ Printed ‘*Report of the War Office (Reconstitution) Committee 1904*, NAMTSC, 7101/23/197/4, 26 de fevereiro de 1904, Part II, Section IV.

⁴⁵ *Idem*, Part II, Section V.

⁴⁶ Veja-se *idem*, Part III, Section I; as atribuições das diversas subsecções dos directorados do AG são resumidas numa tabela presente em *idem*, pg. 8.

⁴⁷ *Idem*, Part III, Section II; as funções desempenhadas pelos *Directors* às ordens do QMG são resumidas numa tabela presente em *idem*, pg. 11.

⁴⁸ *Idem*, Part III, Section III.

O relatório continua com a descrição das funções desempenhadas pelos membros civis do AC, do *Finance Member of the Army Council* e do *Secretary of the War Office*, sendo este último membro o substituto do *Permanent Under-Secretary of State* e detentor das tarefas relativas à coordenação dos trabalhos administrativos e o elemento de ligação entre o AC e o WO com a Coroa, os outros departamentos de Estado e a imprensa⁴⁹. O último membro a ser apresentado no relatório era o *Inspector-General of the Forces*, posto que respondia à necessidade de sistematizar as inspeções das tropas; para além das inspeções, o Inspetor-General das forças armadas desempenhava a função de *umpire* nas grandes manobras e coordena os *Subordinate Inspectors* relativamente às diversas Armas⁵⁰.

Finalmente, a última secção do relatório trata da constituição dos Estados-Maiores divisionários e das grandes unidades, estabelecendo a composição e as tarefas dos vários membros destes Estados-Maiores e as regras para a passagem dos Oficiais de Estado-Maior do WO para as unidades⁵¹.

Nas conclusões apresentadas no relatório do *Esher Committee* é oferecida a *vision d'ensemble* das reformas propostas. Um quadro geral do funcionamento do WO é proposto na alínea 14 destas conclusões, que encerra o relatório:

*The Defence Committee, assisted by a small Secretariat, will deal with questions of National Defence, and will foresee Imperial requirements. The General Officers Commanding-in-Chief, assisted by the General Staff, will be able to concentrate their energies upon the training and the preparation of the Forces of the Crown for War. The Major-Generals in the eight Districts will be able to devote themselves to administration. The Inspector-General and his staff will watch over the working of the military system, and bring light to its defects. Lastly, the Army Council, freed from routine, will find the time and the means to direct military policy, to foresee military requirements, and to frame the measures of organization, the neglect of which in time of peace entails disaster or ruinously expensive improvisation in war.*⁵²

⁴⁹ *Idem*, Part III, Sections IV-VI.

⁵⁰ *Idem*, Part III, Section VIII.

⁵¹ *Idem*, Part III, Section IX. Um resumo das funções desempenhadas pelos membros do WO é apresentado numa tabela em *idem*, pg. 28.

⁵² *Idem*, Part III, Section X. Relativamente ao *Esher Report*, veja-se também Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pgs. 215-221; Bramall, Edwin e Jackson, William, *The Chiefs: The Story of the United Kingdom Chiefs of Staff*, obra citada, pg. 37; Jeffery, Keith, *Field Marshal Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pgs. 56-59; Kochanski, Halik, *Planning for War in the Final Years of Pax Britannica, 1899-1903*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, obra citada, pgs. 20-21; Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 42-92: Gooch acrescenta que as referências diretas aos modelos utilizados por Esher, Fisher e Clarke para estruturarem o GS, ou seja, referências diretas ao *Etat-Major*

Antes da publicação da terceira parte do *Esher Report*, a chefia política inglesa tinha já avançado com a implementação das reformas propostas por Lord Esher. Com o decreto de 12 de fevereiro de 1904 o Rei Eduardo VII criava o AC e nomeava Hugh Arnold-Foster para o posto de SoS, Neville Lyttelton como CGS, Charles Douglas como AG, Herbert Plumer como QMG e James Wolfe-Murray como *Master-General of the Ordnance*⁵³.

Todavia, à criação do posto de CGS não correspondeu a instituição do GS. Refere Kochanski que foi somente com um *Army Order* outorgado em janeiro de 1905 que foi criado o Estado-Maior inglês; insiste Kochanski afirmando que “*When the pay, conditions and duties of the appointed officers had been decided later in the year the General Staff came into a recognisable existence in 1906*”⁵⁴.

Afirma Bond que as razões que determinaram a tardia instituição do Estado-Maior no Reino Unido não se podem referir unicamente ao receio militarista da opinião pública e da chefia política inglesa, mas também porque “*there had been little incentive for the War Office to undertake strategic planning for military operations in Europe*”; contudo, com a Segunda Guerra dos Bóeres tornou-se patente a incapacidade inglesa para enfrentar um conflito contra um exército instruído, treinado e equipado à europeia; ademais, o aumento da ameaça naval alemã e o conseqüente aumento das possibilidades de um conflito em solo europeu determinou a necessidade de um reequacionamento estratégico por parte do aparelho militar inglês; finalmente, o *Treasury* inglês continuava a tentar evitar um aumento das despesas militares: todavia, o crescimento enorme das despesas devido à guerra sul-africana induziu o Departamento do Tesouro inglês a rever a sua política orçamental face aos militares: ao limitado financiamento destinado aos militares – como no caso do *Intelligence Department*, que nas palavras de Bond “*before 1904, constituted an inadequate substitute for a General Staff*” – se deveu uma parte dos

de l'Armée e ao *Großer Generalstab*, foram evitadas porquanto consideradas inoportunas e suscetíveis a fortes críticas por parte do âmbito político, para além da própria opinião pública.

⁵³ Veja-se o decreto publicado na *London Gazette* número 27645 de 12 fevereiro 1904, pgs. 939-940; texto disponível em <https://www.thegazette.co.uk/London/issue/27645/page/939>; em maio de 1904 o AC expressou a sua posição favorável relativamente à reforma: *Views of the Army Council with respect to the Report of the War Office (Reconstitution) Committee*, redigido por Hugh Arnold-Foster em 28 de maio de 1904, reprodução do memorando na posse de quem escreve. Veja-se também Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pgs 221-223, 230-232; Bramall, Edwin e Jackson, William, *The Chiefs: The Story of the United Kingdom Chiefs of Staff*, obra citada, pgs. 37-39; Kochanski, Halik, *Planning for War in the Final Years of Pax Britannica, 1899-1903*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, obra citada, pg. 21. Sweetman sublinha o desenvolvimento das reformas do WO e a instituição do GS através da chave de leitura da criação de um Ministério da Defesa; a este sentido, Sweetman frisa a criação de um *Naval War Staff* em 1912 e o caráter centrífugo deste último e do GS, sobretudo no que diz respeito ao trabalho de coordenação destes dois serviços realizado pelo CID: Sweetman, John, *Towards a Ministry of Defence: First Faltering Steps, 1890 – 1923*, em *idem*, pg. 29. O capítulo de Beckett na coletânea dirigida por David French verte luz sobre os aspetos em torno do processo de escolha dos membros do AC e do GS, salientando as dificuldades na definição dos nomes para os postos e como Esher foi uma verdadeira “eminência parda” relativamente à seleção do pessoal para os postos no GS: Beckett, Ian F. W., “*Selection by Disparagement*”: *Lord Esher, the General Staff and the Politics of Command, 1904-1914*, em *idem*, pgs. 35-47.

⁵⁴ Kochanski, Halik, *Planning for War in the Final Years of Pax Britannica, 1899-1903*, em *idem*, pg. 21; veja-se também Gooch, John, ‘*A Particularly Anglo-Saxon Institution*’: *the British General Staff in the Era of Two World Wars*, em *idem*, pg. 160.

problemas que reverberaram durante o conflito com os bóeres e que, em última instância, determinaram um crescimento das despesas militares⁵⁵.

Um outro problema que se apresentou à chefia militar depois da instituição do GS foi determinar os critérios de acordo com os quais se deviam escolher os Oficiais de Estado-Maior e se estes deviam constituir um corpo separado; um ano depois da sua instituição, o GS tinha recebido já muitas críticas sobre o trabalho que realizava, ao ponto de o próprio Esher ter repensado quais os objetivos e princípios fundacionais desta Instituição e quais as competências que os Oficiais que queriam fazer parte do GS deveriam ter. A este respeito, Esher redigiu no dia 28 de junho de 1905 um memorando sobre o que significava o desempenho de funções administrativas em âmbito militar e, em particular, no GS, tentando dar uma resposta à *vexata quaestio* “*was it to be the man or the job which had General Staff status?*”.

O memorando de Esher dividia as funções de Estado-Maior em duas partes: por um lado, o WO consistia em “*studying and advising on military policy and collecting and collating the necessary information*”; por outro lado, devia fornecer aos *Command Staffs* Oficiais instruídos “*with defined duties in war and in peace*”. Em termos gerais, Esher – coadjuvado na escrita do memorando por Clarke, numa espécie de reedição parcial do Triunvirato – definia de forma mais clara o objetivo para o qual o GS devia apontar, ou seja, nas palavras de Gooch, “*to ensure that the General Staff played a full role in all matters connected with defence*”. Em prol deste objetivo Esher, como referido *supra*, distinguia os dois âmbitos principais do trabalho do GS e afirmava que

*[It] should, as in Germany and Japan, provide the means of raising the intellectual standard of the Army, and of watching over and tending its needs at all points. At the same time it should apply a continuous test of the capacity of officers, not only for discharging General Staff duties, but for high command*⁵⁶.

O memorando apontava, portanto, para a criação de um corpo de Oficiais com características imprescindíveis – como, por exemplo, o título de *passed staff college* (doravante abreviado em PSC) – que iriam compor um grupo parcialmente distinto dos outros dentro do aparelho militar inglês, sobretudo no que diz respeito aos títulos e competências destes Oficiais. A esta perspetiva, conhecida no debate público inglês como “*Blue Ribbon*”, contrapunha-se uma outra corrente denominada “*Adjutantur*”, ou corrente administrativa. Esta perspetiva não contemplava impor regras excessivamente rígidas para os Oficiais entrarem no GS – a partir da necessidade de serem PSC – e, sobretudo, recusava a criação de um corpo de Oficiais que se tornasse um corpo de elite dentro do exército. Refere Gooch que a corrente “*Blue Ribbon*” proposta no memorando de Esher não foi

⁵⁵ Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pgs. 212-213.

⁵⁶ Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pg. 83.

acolhida, determinando o triunfo da “*Adjutantur*” e decretando que os Oficiais de Estado-Maior não iriam constituir nenhum corpo separado do exército; finalmente, seria o CGS Lyttelton a estabelecer as tarefas do GS e as regras para os Oficiais entrarem no Estado-Maior⁵⁷.

No seguimento deste debate, a sessão do AC de 10 de julho de 1906 aprovou as nomeações para o GS. Sublinha Gooch que pela primeira vez o Rei interveio diretamente em questões relativas ao GS: esta intervenção, que teve o efeito de sancionar a existência do GS no âmbito político, militar e na opinião pública inglesa, deveu-se às pressões exercidas pelo SoS Richard Haldane, podendo, pois, este último ser considerado, *cum grano salis*, o protagonista das reformas do aparelho militar inglês na década antecedente ao deflagrar da Primeira Guerra Mundial⁵⁸.

Com a Army Order de 12 de setembro de 1906 o GS alcançava a sua forma definitiva, pois eram esclarecidos definitivamente os objetivos desta Instituição e as tarefas do CGS e dos *Directors*. Em primeiro lugar, era sublinhado que a perspetiva militar inglesa devia deixar de se orientar pela noção *small wars* e passar a pautar-se pela ideia de “*large war, both in terms of size and complexity of operations, which demanded a specialized planning and directing staff – a General Staff*”.

Em segundo lugar, a Army Order clarificava os objetivos dos Oficiais de Estado-Maior dando assim ao GS uma forma que não irá ser modificada substancialmente até à Primeira Guerra Mundial. Nas palavras redigidas na Army Order, as tarefas do *Staff at headquarters* eram

To advise on the strategical distribution of the Army, to supervise the education of officers, and the training and preparation of the Army for war, to study military schemes, offensive and defensive, to collect and

⁵⁷ A questão das correntes “*Blue Ribbon*” e “*Adjutantur*” é interessante pois mostra que o modelo alemão estava de tal forma presente na chefia militar inglesa que acabaria por determinar a corrente vencedora no debate sobre a criação de um corpo de Oficiais separado: a *Adjutantur* era um órgão do Ministério da Guerra alemão que formava os Oficiais que viriam a constituir os Estados-Maiores das unidades mobilizadas em caso de guerra, e que desempenhava funções *grosso modo* parecidas às do AG. A influência alemã relativamente à instrução dos Oficiais de Estado-Maior pode ser outrossim testemunhada pela edição da obra de Bronsart von Schellendorf “*The duties of the General Staff*”, traduzida em inglês em 1905, ou seja, a obra de referência na Alemanha relativamente à instrução dos Oficiais de GS. Por outro lado, a corrente “*Blue Ribbon*” parece ter muitas afinidades com o sistema implementado em França com o *Corps d’Etat-Major*; contudo, não foram encontradas provas que confirmassem uma eventual referência direta ao sistema francês. Veja-se *Report of Committee on General Staff Appointments*, 1904, TNA – WO 33/2922; Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pgs. 223-230; Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 80-92; Jeffery associa à corrente “*Blue Ribbon*” também Henry Wilson: Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pg. 59.

⁵⁸ O conjunto de reformas realizados por Haldane, reformas de caráter militar e, ademais, muito abrangentes no que diz respeito ao inteiro aparelho militar inglês e que, todavia, tocam só tangencialmente o GS, não será analisado aqui; contudo, é necessário sublinhar que Gooch afirma que o SoS ficou influenciado pelo modelo alemão depois de ter viajado a Berlim em 1906 e ter conversado com Moltke, o Jovem, na capital alemã: Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 97-108; veja-se também Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pgs. 75-77.

*collate military intelligence, to direct the General policy in Army matters, and to secure continuity of action in the execution of that policy.*⁵⁹

O objetivo do GS era, portanto, por um lado recolher informações sobre os exércitos estrangeiros, investir no avanço científico e tecnológico em âmbito militar, e estudar os possíveis teatros operacionais nas guerras futuras; por outro lado, o GS devia estruturar uma doutrina militar e gerir a instrução e treino dos Oficiais militares; finalmente, era expressamente afirmado que os Oficiais de Estado-Maior deveriam voltar a servir na tropa ativa em intervalos regulares. Relativamente à Army Order 233 de 1906, é necessário sublinhar que uma disposição incluída nas reformas de Haldane delegava a nomeação dos Oficiais de Estado-Maior ao SoS; em virtude desta medida, em 1907 Haldane modificou a chefia dos diretorados do GS no mesmo ano, nomeando Douglas Haig novo DMT, substituindo Frederick Stopford, e Spencer Ewart novo DMO, tomando assim o lugar de James Grierson, sendo que o diretorado das operações militares passaria a estar dividido em duas secções, uma europeia e uma asiática⁶⁰.

O impacto que o GS teve no desenvolvimento de uma política militar no Reino Unido foi relevante desde o seu surgimento. O próprio SoS Haldane sublinhou a importância desta Instituição em 1907, apresentando uma parte das suas reformas:

*In passing I may say that we are realising the enormous advantage of the General Staff. Without the General Staff it is impossible to work out and to solve these problems. We used to operate in a slap-dash way in the old days, and the result was confusion. The General Staff is the brain of the Army, which thinks out these problems; and it is to the General Staff that we owe the organisation which I am going to describe and to suggest as the means by which the requirements are to be fulfilled.*⁶¹

Finalmente, no que concerne às reformas propostas por Haldane e à ligação delas com o trabalho do GS, deve-se sublinhar a forma como estas reformas apontavam para uma dimensão imperial do GS e, em termos mais gerais, do aparelho militar inglês. Noutros termos, o trabalho que o GS devia realizar não se devia limitar, na opinião de Haldane, à gestão do exército nas ilhas britânicas e à sua organização para eventuais expedições; o GS, assim como o CID deviam produzir políticas militares

⁵⁹ Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pg. 107. Veja-se também Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pg. 63.

⁶⁰ Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 108-109, 112-113.

⁶¹ *Idem*, pg. 112. Com o passar dos anos, o papel desempenhado pelo GS foi cada vez mais reconhecido também para além das ilhas britânicas, *id est*, na Índia, onde as autoridades militares eram semi-independentes de Londres; a este respeito, numa carta de 1911 endereçada a Wilson, o papel do GS é assim descrito: “*The leaven of the General Staff opinion is spreading rapidly, not only in Army Head Quarters, but it is also reaching other departments of the Government of India. The General Staff opinion is now constantly quoted, and what is more, it is listened to*”. Veja-se IWM – HHW 2/70/2, 6 de março de 1911.

que tivessem em consideração as colónias e os *Dominions* para enfrentar qualquer tipo de ameaça aos interesses globais do Império inglês. A este respeito Haldane formulou esta ideia, *id est*, de estender as políticas militares inglesas ao âmbito imperial, durante a *Imperial Conference* em abril-maio de 1907: Haldane propunha estender o âmbito de trabalho do GS a nível imperial, sem contudo exercer um poder coercitivo nas políticas dos *Dominions*. A conferência imperial definia assim os *duties* do *Imperial General Staff* (doravante abreviado em IGS):

*To study the military science in all its branches; to collect and disseminate to the various governments military information and intelligence; to undertake the preparation of schemes of defence on a common principle, and (without in the least interfering in questions connected with command and administration) at the request of the respective governments, to advise as to the training, education, and war organization of the military forces of the Crown in every part of the Empire.*⁶²

Sendo assim, o IGS assumia a fisionomia de um *advisory board*, sobretudo em virtude dos receios do Canadá e da Austrália relativamente a uma possível centralização militar com eixo em Londres e ao *European Militarism*. Desta forma, o IGS caracterizou-se como um órgão de coordenação das políticas militares entre Londres e as colónias em prol de uma uniformização da política militar, ou seja, dos aspetos teóricos *sensu lato* – como o pensamento militar – e dos aspetos práticos *sensu stricto* – como por exemplo a doutrina e o equipamento dos soldados –. A perspetiva imperial no âmbito do pensamento e das políticas militares foi selada com a mudança de título do CGS, que em 1909 passou a ser *Chief of the Imperial General Staff* (doravante abreviado em CIGS). Todavia, o plano de estender a política militar inglesa ao âmbito imperial não teve consequências práticas substanciais: as divergências entre Londres e as colónias em torno das políticas militares não permitiu o desenvolvimento de uma política comum e, nas palavras de Gooch, “*The events of the first eighteen months of the [first world] war were to show that the Imperial design came in practice to nothing*”⁶³.

Um ulterior elemento de interesse relativamente ao *General Staff* inglês diz respeito ao trabalho que esta Instituição desenvolveu em torno da perspetiva estratégica que a chefia militar inglesa assumiu face às eventuais ameaças militares aos interesses ingleses. Esta questão é de particular interesse pois o Reino Unido apresenta substanciais diferenças se comparado com as outras potências analisadas na presente tese, ou seja, a Prússia/Alemanha e a França. Como foi amplamente referido *supra*, estas duas potências tinham uma natureza continental, ou seja, o trabalho realizado pelos seus Estados-Maiores apontava para a organização dos seus aparelhos militares tendo em perspetiva uma

⁶² Veja-se *The Imperial General Staff*, TNA – WO/33/3381, pg. 5.

⁶³ Veja-se Bramall, Edwin e Jackson, William, *The Chiefs: The Story of the United Kingdom Chiefs of Staff*, obra citada, pg. 56; Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pgs. 235-239; Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 131-160.

guerra europeia, na qual a velocidade de mobilização, a concentração, o número de Corpos de Exército utilizados e os planos elaborados iriam fazer toda a diferença entre a vitória e a derrota; o caso inglês, pelo contrário, é muito diferente: não somente porque a projeção político-militar inglesa era global e não limitada ao continente europeu, mas também porque esta projeção era, de um ponto de vista militar, sobretudo naval. Assim, e como virá a ser analisado mais aprofundadamente *ultra*, as atividades realizadas pelo GS desde o seu surgimento até à Primeira Guerra Mundial constituíram um *unicum* no panorama militar inglês.

O axioma da estratégia militar inglesa no século XIX era o “*Command of the sea*”, princípio teorizado nas últimas décadas do século XIX por Alfred Mahan, Oficial da marinha dos Estados Unidos, historiador militar e professor no Colégio Naval de Newport, EUA⁶⁴. A política estratégica inglesa fundada sobre a primazia naval foi uma política adequada se se tiver em consideração a política de “*Splendid Isolation*” inglesa implementada ao longo do século XIX, política que pôde ser realizada também graças a um contexto geopolítico do continente europeu relativamente pacífico, sendo dominado pelo Concerto da Europa até 1848 e pela *Pax Germanica* desde a década de 1860. Contudo, a queda de Bismarck na Alemanha, o Incidente de Fachoda, a Segunda Guerra dos Bóeres e a *naval race* da Alemanha impuseram ao Reino Unido uma mudança radical de perspectiva político-militar, mudança que obrigava Londres a sair do seu isolamento e criar ligações diplomáticas mais profundas com outros atores europeus e, sobretudo, obrigava o Reino Unido a assumir a possibilidade de uma intervenção direta num futuro conflito em solo europeu⁶⁵.

É difícil estabelecer se esta última perspectiva, designada *Continental Commitment*, foi uma estratégia adotada *a priori* pelo GS ou foi o resultado da evolução do contexto geopolítico europeu e global. Com certeza, por um lado o GS pressionava a chefia política inglesa para que fosse dado maior protagonismo ao exército inglês em detrimento da primazia do Almirantado; por outro lado, o contexto global induziu esta mudança de perspectiva. A este respeito, ainda até 1904 o principal problema estratégico inglês era a defesa da Índia contra um eventual ataque russo; com a guerra russo-japonesa de 1905 e o desaire russo esta ameaça desaparecia, tendo a Rússia perdido a sua frota e sendo o seu exército incapaz de constituir uma ameaça para os territórios indianos. Consequentemente, a principal ameaça à primazia global inglesa e ao equilíbrio político do continente europeu vinha da Alemanha, que com a *Weltpolitik* inaugurada pelo *Kaiser* Guilherme II na última década do século XIX se tornou no principal competidor internacional do Reino Unido. De facto, a contraposição entre a França e a Alemanha durante a Primeira Crise Marroquina foi o elemento que marcou o princípio da

⁶⁴ Veja-se, a este propósito, Mahan, Alfred T., *The influence of sea power upon history, 1660-1783*, Boston, Little, Brown and Company, 1918 (primeira edição em 1890). Obra disponível em <http://www.gutenberg.org/files/13529/13529-h/13529-h.htm>; o pensamento de Mahan e as suas referências e implicações políticas no contexto internacional dos anos entre o século XIX e XX são descritas em Varacalli, Thomas F. X., *National Interest and Moral Responsibility in the Political Thought of Admiral Alfred Thayer Mahan*, Newport, Naval War College Review, vol. 69, II, 2016, pgs. 108-127.

⁶⁵ Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 165-176.

mudança de primazia dentro do CID, tendo a posição sustentada pelo GS adquirido um peso maior em comparação com a do Almirantado⁶⁶.

Cum grano salis pode-se considerar o *Stanhope memorandum* de 1888 como primeiro, tímido início do desenvolvimento de um *Continental Commitment*. Este memorando, redigido pelo SoS Edward Stanhope, estabelecia os objetivos estratégicos gerais do Reino Unido; entre os vários objetivos, o memorando estabelecia a formação de dois Corpos de Exército permanentes para a defesa das ilhas britânicas e a adoção de medidas para o envio de um dos dois Corpos de Exército para as frentes de guerra no caso do Reino Unido participar num evento bélico em solo europeu⁶⁷. Como referido *supra*, o processo que ia conduzindo a perspectiva estratégica inglesa a um maior intervencionismo num eventual conflito europeu desencadeou-se a partir da Segunda Guerra dos Boéres e, sobretudo, da Primeira Crise Marroquina de 1905. Foi a partir deste momento que a planeamento de uma intervenção direta em caso de um conflito europeu começou a emergir; em 1906 o SoS Haldane deu ordens ao DMO Grierson para começar um conjunto de conversações com o Estado-Maior francês para preparar uma cooperação contra a Alemanha⁶⁸; o sucessor de Grierson para o posto de DMO, Ewart, prosseguiu as negociações com os franceses, dando continuidade à política estabelecida já por Haldane⁶⁹. Contudo, é necessário salientar que o processo de negociações entre o EMA e o GS não foi linear, pois nos planos ingleses de intervenção na Europa emergiu novamente o

⁶⁶ Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pgs. 197-199; Bramall, Edwin e Jackson, William, *The Chiefs: The Story of the United Kingdom Chiefs of Staff*, obra citada, pgs. 39-40; Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 190-191; Strachan, Hew, *The British Army, its General Staff and the Continental Commitment, 1904-1914*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, pgs. 63-64; Philpott, William, *The General Staff and the Paradoxes of Continental War*, em *idem*, pg. 80.

⁶⁷ Veja-se Beckett, Ian F. W., *The Stanhope Memorandum of 1888: A Reinterpretation*, Historical Research, vol. 57, pgs. 240-247, 1984. Relativamente a este memorando, Philpott afirma que a perspectiva continental era relegada por Stanhope à marginalidade, sendo o último elemento na lista dos objetivos estratégicos ingleses. Veja-se Philpott, William, *The General Staff and the Paradoxes of Continental War*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, pg. 80. Strachan, pelo contrário, afirma que já nos últimos anos da era vitoriana a perspectiva estratégica inglesa estava numa fase de viragem para o continentalismo, tendo a perspectiva colonial – e naval – perdido força no âmbito político-militar de Londres. A este respeito, afirma Strachan que a referência principal dos “continentalistas” ingleses – nomeadamente Henry Wilson, James Grierson e Henry Spenser Wilkinson, o autor do livro *The Brain of the Army* – era o próprio aparelho militar alemão: veja-se Strachan, Hew, *The British Army, its General Staff and the Continental Commitment, 1904-1914*, em *idem*, pgs. 66-68.

⁶⁸ Afirma Philpott que a aproximação diplomática entre Reino Unido e França em prol de uma colaboração antialemã começou já em 1904, em correspondência da reorganização do WO: Philpott, William, *The General Staff and the Paradoxes of Continental War*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, pg. 80; sustenta Jeffery que as negociações entre Reino Unido e França para o desembarque de um corpo expedicionário em França iniciaram-se, sim, durante os directorados de Grierson e Ewart, mas que foi somente durante o directorado de Henry Wilson que estas negociações começaram a concretizar-se em planos precisos: veja-se Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pgs. 85-86. A este respeito, Bond sublinha que a atividade de Wilson em Camberley tinha uma forte perspectiva política: Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pgs. 263-267.

⁶⁹ *Idem*, pgs. 256-258; afirma Bond que Ewart, assim como Henry Wilson nos anos seguintes, consideravam o tamanho da força expedicionária inglesa demasiado pequena para os objetivos estratégicos elaborados.

conflito latente entre o GS e o Almirantado, conflito que refletia perspectivas muito diferentes em torno desta intervenção.

Refere Gooch que a estratégia britânica na Europa em caso de conflito europeu era dupla: por um lado, era contemplada a possibilidade de incursões e desembarques de tropas alemãs nas costas inglesas; por outro lado, estava previsto o desembarque do *British Expeditionary Force* (doravante abreviado em BEF) no teatro europeu. Neste segundo caso, as possibilidades operacionais eram diversas: o BEF podia ser enviado para a França, para a Bélgica, podia ser empregue em operações de incursão na costa da Alemanha do Norte, nomeadamente no Schleswig e no canal de Kiel ou, finalmente, o corpo expedicionário inglês podia ser utilizado para enfrentar eventuais incursões alemãs nas ilhas britânicas. Assim, a contraposição entre o GS e o Almirantado emerge claramente: privilegiando uma perspectiva continental, o GS quis impor a linha do desembarque do BEF na França ou na Bélgica, ao contrário do Almirantado que privilegiava o protagonismo naval e queria assumir uma atitude mais defensiva e realizar somente algumas incursões na Alemanha setentrional⁷⁰.

O facto de o *Continental commitment* não ser ainda a perspectiva estratégica definitiva para a preparação de planos de guerra é provado pelo memorando redigido por Grierson em janeiro de 1906 sobre as necessidades militares para a guerra ultramarina (*oversea warfare*). Neste memorando o DMO apresenta cinco casos diferentes de possíveis conflitos nos quais o Reino Unido poderá intervir. O primeiro conflito é contra a França: este caso, não considerado impossível no futuro pelo DMO, iria ver a participação inglesa concentrada nas atividades navais, sendo um desembarque na França metropolitana considerado impossível e a única operação viável, na opinião de Grierson, um ataque ao porto tunisino de Bizerta. O segundo caso é constituído por uma guerra contra a Alemanha tendo a França como aliado; neste caso, graças à superioridade naval anglo-francesa seria fácil ocupar os territórios coloniais alemães; contudo, a superioridade militar alemã no continente europeu constituía um problema sério: neste cenário, a intervenção inglesa podia articular-se num desembarque em

⁷⁰ As possibilidades operacionais descritas neste conjunto documental caracterizarão o trabalho do WO, do GS e do Almirantado até à véspera do primeiro conflito mundial: um documento do GS de 1908 relata de forma mais aprofundadas as vantagens e desvantagens de um desembarque na Bélgica ou perto do rio Mosa consoante a eventual violação da neutralidade daquele país: *British military policy and Belgian neutrality in a war between France and Germany*, memorando escrito pelo GS, novembro de 1908, TNA – WO 106/47. Sobre a estratégia britânica em caso de guerra na Europa, veja-se Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 278-282. Relativamente à divergência de perspectiva entre o GS e o Almirantado, Bramall e Jackson afiançam que os planos apresentados pelo órgão que geria os recursos navais militares eram orientados para a afirmação da supremacia da perspectiva naval no Reino Unido. Veja-se Bramall, Edwin e Jackson, William, *The Chiefs: The Story of the United Kingdom Chiefs of Staff*, obra citada, pgs. 40-41. Finalmente, Strachan salienta que pelo menos até à Convenção anglo-russa de 1907, o BEF era considerado um corpo expedicionário destinado ao teatro operacional indiano em caso de confronto com a Rússia; foi somente a partir da nomeação de Henry Wilson como DMO que o BEF assumiu uma conotação “europeia”: veja-se Strachan, Hew, *The British Army, its General Staff and the Continental Commitment, 1904-1914*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, pg. 64, e Gooch, John, ‘*A Particularly Anglo-Saxon Institution*’: *the British General Staff in the Era of Two World Wars*, em *idem*, pgs.166-167.

Antuérpia, sobretudo em caso de violação da neutralidade belga por parte dos alemães⁷¹. Finalmente, Grierson excluía categoricamente as manobras diversivas no Báltico e no mar do Norte propostas pelo Almirantado, manobras que visavam essencialmente destruir infraestruturas alemãs sobretudo nos arredores do canal de Kiel e de Hamburgo. Em caso de envio do BEF para a Bélgica ou para a França, Grierson estabelecia em três Corpos de Exércitos e quatro Brigadas de cavalaria o tamanho do corpo expedicionário, ou seja, por volta de 120.000 homens; para manter constante este número ao longo das operações, o DMO estabelecia em 20.000 soldados, de três em três meses, o número de tropas necessário. Os outros três casos apresentados por Grierson são uma guerra contra os Estados Unidos da América, uma guerra contra a Rússia e as *small wars*, como foi a Segunda Guerra dos Bóeres. Nestes três casos, considerados como pouco prováveis, as dinâmicas bélicas previstas pelo DMO assumiam os traços de guerras coloniais, nas quais o papel desempenhado pela marinha seria fundamental e o desempenhado pelo exército mais marginal, salvo o caso russo onde, todavia, o foco das operações seria a Índia e, portanto, seria fora do âmbito de trabalho do DMO. Em conclusão, o memorando sustentava a proposta de estruturar no Reino Unido um corpo expedicionário que tivesse em consideração estas possibilidades e fosse suficientemente flexível para as enfrentar⁷².

Relativamente ao memorando de Grierson, Strachan sublinha a complexidade do contexto geoestratégico no qual o Reino Unido se encontrava, pois por um lado os aspetos coloniais encarados pelas possibilidades de conflito com os bóeres e, mais em geral, de *small wars* constituíam um aspeto que só tangencialmente fazia parte do contexto geoestratégico francês e alemão; ademais, os conflitos coloniais necessitavam de uma abordagem diferente em comparação com os conflitos continentais por parte da chefia militar, pois os aspetos logístico-administrativos desempenhavam um papel mais importante do que o comando das tropas em campo. A este respeito, e pelas experiências bélicas acumuladas pela chefia militar inglesa, o CGS não podia ter a primazia dentro do aparelho militar inglês, pois as autoridades que desempenhavam o papel de gestão dos aspetos administrativos, como o AG, mantinham uma posição de relevo dentro do aparelho militar⁷³.

O *Continental Commitment* inglês definir-se-ia de forma mais pormenorizada somente poucos anos antes da deflagração do primeiro conflito mundial. Apesar do abrandamento das tensões entre a França e a Alemanha em 1906 depois da Primeira Crise Marroquina e a conferência de Algeiras, as negociações entre o Reino Unido e a França relativamente a uma aliança em caso de guerra com a

⁷¹ A questão da violação da neutralidade da Bélgica tinha sido alvo de uma *Q&A session* entre o Primeiro Ministro e o CGS já em 1905, como refere o documento *The violation of the neutrality of Belgium during a Franco-German war*, 29 de setembro de 1905, TNA – WO 106/46.

⁷² Veja-se *Memorandum upon the military forces required for over-sea warfare*, 4 de janeiro de 1906, TNA – WO/106/46. O facto de que o *Continental Commitment* não era ainda a principal política estratégica inglesa neste período é testemunhado por um documento que relata as possibilidades estratégicas do Reino Unido em caso de guerra contra a França, a Alemanha e a Rússia ou contra uma aliança entre estas potências: veja-se *Suggested military policy in the event of war with France, Germany or Russia*, sem autor, 1905, *idem*.

⁷³ Strachan, Hew, *The British Army, its General Staff and the Continental Commitment, 1904-1914*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, pg. 73.

Alemanha mantiveram o caráter de negociações informais e secretas⁷⁴; afirma Gooch que a contraposição entre as perspectivas do GS e as do Almirantado exacerbou-se de tal forma que os representantes da chefia naval inglesa se retiraram das negociações, sancionando *de facto* a preeminência do GS em âmbito militar. A planificação do desembarque de um corpo expedicionário inglês sobre o solo europeu em caso de guerra avançou, e as possibilidades de desembarque em França ou na Bélgica eram as perspectivas de intervenção mais expectáveis; ainda em 1909, o CID de 24 de julho estabeleceu o desembarque de um BEF composto por 4 Divisões de infantaria e uma de cavalaria⁷⁵ nas costas francesas onde operariam na ala esquerda da disposição francesa; todavia, esta solução operacional seria excluída em caso de haver condições para um desembarque em Antuérpia⁷⁶.

O *commitment* inglês para com a França definiu-se de forma melhor e mais aprofundada a partir de 1910, quando Henry Hughes Wilson substituiu Spencer Ewart como DMO. Henry Wilson pode ser considerado uma figura central não somente no que diz respeito ao GS, mas também em relação ao inteiro WO na passagem da era vitoriana para o período eduardiano e a Grande Guerra. A emergência do aparelho militar inglês de Wilson, nascido no condado de Longford na Irlanda meridional em 1864, pode ser localizada em 1894 quando, depois de ter sido promovido ao posto de Capitão, assistiu às manobras francesas, tendo sido chamado pelo Oficial de Estado-Maior Charles à Court Repington⁷⁷. Este último ficou impressionado pelas qualidades do Capitão irlandês e chamou-o para fazer parte da *Intelligence Division* do WO, na qual Wilson permaneceu por três anos. Regressado ao serviço ativo como Major de Brigada, com o deflagrar da Segunda Guerra dos Bóeres foi enviado para o teatro sul-africano. Relativamente ao devir das operações naquele teatro, Wilson afirmou que as dificuldades que os ingleses experienciaram eram essencialmente duas: “*The first is that we have a quarter of the proper number of troops, and the other is bad generalship*”⁷⁸.

Em agosto de 1900, durante a guerra sul-africana, Wilson tornou-se colaborador de Rawlinson, começando uma relação de amizade que irá continuar até à morte do Oficial irlandês. Depois da conclusão dos combates na África do Sul, Wilson participou no debate sobre as reformas do exército inglês que se seguiu à campanha sul-africana, escrevendo artigos para a *Civil and Military Gazette* de

⁷⁴ Apesar do abrandamento da tensão entre as duas potências continentais, a possível ameaça alemã continuou a ser a preocupação principal da chefia militar inglesa; refere Gooch a este propósito que John French foi escolhido como futuro chefe do BEF em caso de conflito militar na Europa continental. Veja-se Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pg. 100.

⁷⁵ Um documento de março de 1909 confirma esta composição do BEF, acrescentando que se trata de 109.856 homens; contudo, refere o documento que o número de Divisões de infantaria à disposição do exército inglês pode ser de seis. *Strength of the British Forces 1909*, 9 de março de 1909, TNA – WO 106/46.

⁷⁶ Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 282-289. Veja-se também Philpott, William, *The General Staff and the Paradoxes of Continental War*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, pg. 81.

⁷⁷ Philpott afirma que os principais fomentadores de uma intervenção inglesa ao lado da França num eventual conflito europeu eram Grierson, John French e o próprio Wilson; um elemento comum entre estes três Oficiais ingleses era a constante colaboração com as autoridades militares francesas e a presença deles nas manobras militares do exército francês, para além das conversações que tinham com os altos Oficiais daquele exército; entre os três, é o próprio Wilson que se destacava pela assiduidade nestes encontros e viagens. Veja-se Philpott, William, *The General Staff and the Paradoxes of Continental War*, em *idem*, pgs. 82-85.

⁷⁸ Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pg. 34.

Lahore, Índia: a opinião de Wilson era que o Reino Unido não podia competir militarmente com as potências europeias continentais e que, pela sua natureza colonial, estava vinculado a dinâmicas militares navais; a este respeito, Wilson opinava que a supremacia naval inglesa era a base para qualquer planificação de natureza militar, mas mesmo assim não se podia excluir o exército dos planos para a defesa do Império. Wilson definia, portanto, três *duties* para o exército inglês: a defesa da Inglaterra, a defesa das colónias mais importantes e a defesa dos principais centros navais espalhados pelo Império para manter o *Command of the sea*. Desta forma, os pontos nevrálgicos da defesa imperial inglesa eram o Canadá e a Índia, pois eram ameaçadas pelos EUA e pela Rússia respetivamente. É interessante, a este propósito, notar que apesar de Wilson não considerar a hipótese de um conflito em solo europeu, contudo tomou o partido de quem queria aumentar o número de tropas regulares inglesas – Wilson falava em 250.000 homens – pois reputava os voluntários inadequados para o serviço ativo, como, aliás, o desempenho destas tropas nos combates na África do Sul demonstrou amplamente⁷⁹.

Em 1903 Wilson voltou ao *Staff College*, naquele momento dirigido por Rawlinson. As atividades que o Oficial irlandês realizou no *Staff College* foram fundamentais para o ulterior desenvolvimento das atividades desenvolvida pelo GS e para a criação de uma *school of thought* militar inglesa: colaborando com Rawlinson, Wilson contribuiu para a redação dos manuais de instrução para os Oficiais de Estado-Maior, “*aiming for the first time to establish some degree of coherent training ‘doctrine’ for the Army*”⁸⁰. O objetivo de Wilson era claro: estabelecer uma doutrina no exército através de uma reforma ampla do aparelho militar inglês que contemplasse um CGS de forte autoridade que fosse o único *adviser* do SoS. Para além disso, o Oficial irlandês ocupava-se da instrução e da avaliação das competências adquiridas pelos Oficiais de Estado-Maior no que diz respeito ao processo de promoção; por conseguinte, Wilson participava nas viagens de Estado-Maior nos *War Games* organizados pelo *Staff College*⁸¹.

⁷⁹ Um perfil biográfico mais aprofundado de Henry Wilson para além das informações aqui referidas encontra-se presente em *idem*, pgs. vii-47.

⁸⁰ *Idem*, pgs. 53-56. Afirma Strachan que a questão da doutrina no exército inglês era um problema importante, pois nunca se conseguiu estabelecer uma doutrina comum para a tropa e para os Comandos até pelo menos ao directorado de Wilson no *Staff College*; esta situação devia-se, nas palavras de Strachan, ao facto de que a “*command expertise* [no exército inglês] *was acquired by practice*” e o Comando mais elevado era colocado a nível divisionário: o sistema militar inglês, centrado nos Regimentos e projetado para uma dimensão militar colonial feita de *small wars*, demonstrou-se extremamente resistente às modificações: veja-se Strachan, Hew, *The British Army, its General Staff and the Continental Commitment, 1904-1914*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, pgs. 75-76.

⁸¹ Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pgs. 60-63. É necessário sublinhar que os primeiros *Staff Rides* foram organizados já em 1895 e eram inspirados pelas viagens de Estado-Maior realizadas na Alemanha; não existindo ainda um CGS, os primeiros *Staff Rides* eram conduzidos pelo AG, neste caso por Buller. Deve-se a Wilson a implementação das *Staff Conferences*, reuniões anuais de Oficiais de Estado-Maior que tinham como objetivo a partilha de opiniões estratégicas e perspetivas militares, para além de estimular o surgimento de um *esprit de corps* entre os Oficiais. Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pgs. 175, 232-234; veja-se também *Report on a Staff Ride held by the Chief of General Staff*, 7-12 outubro de 1907, IWM – HHW 4/5, e *Report of a conference of General Staff Officers at the Staff College*, 18-21 de janeiro de 1909, IWM – HHW 4/6.

De um ponto de vista prático, o papel desempenhado por Wilson no que diz respeito à criação de uma *School of thought* teve um ponto de viragem em outubro de 1906, quando o Oficial irlandês foi nomeado Comandante do *Staff College*; nesta posição Wilson pôde trabalhar de forma mais incisiva na criação de uma doutrina homogênea no exército, pois o Comandante da principal escola militar inglesa influenciava muito as novas gerações de Oficiais. Refere Jeffery que os dois anos de cursos no *Staff College* eram lecionados por um corpo docente intitulado *Directing Staff* e os cursos eram compostos por disciplinas como estratégia, tática, serviço de Estado-Maior (*staff duties*) e história militar; acrescenta o autor natural da Irlanda do Norte que Wilson colocou o foco do ensino no *team building* mais do que nas competências individuais dos estudantes; acrescenta-se ainda que foram frequentemente convidados Oficiais da Marinha para desenvolver atividades que apontavam para o estudo de ações combinadas entre as duas Armas. Nas palavras de Gooch, citadas também por Jeffery, o objetivo para o qual Wilson trabalhava desempenhando o seu papel de Comandante do *Staff College* era criar um corpo de Oficiais “*imbued with uniform methods of work and a common approach to staff problems*”, expressão esta que faz claramente lembrar o que afirmava Moltke, o Velho, relativamente ao facto de que os Oficiais de Estado-Maior alemães teriam reagido a um problema militar tal como teria reagido o próprio Moltke ao mesmo problema militar (veja-se *supra*, capítulo 2, nota 69)⁸².

Do ponto de vista da instrução, o trabalho realizado por Wilson no *Staff College* era coerentemente orientado para a preparação dos Oficiais no particular contexto militar inglês, ou seja, preparando-os para o desempenho de funções administrativas. Nas palavras de Wilson citadas por Jeffery,

[The Staff College is] a training school for war & incidentally for peace. The war training taking the shape of fitting Officers to perform the two duties of Staff & Command, and the peace training to fit Officers to train troops & administer them.

Para instruir os Oficiais em torno das questões administrativas, o *Staff College* pedia a realização de trabalhos de grupo a partir de situações teóricas e simulações sobre papel e, seguidamente, com as viagens de Estado-Maior. Em termos mais gerais, a perspetiva de *School of thought* que Henry Wilson tentou implementar no *Staff College* em particular, e no WO em geral, focava-se em dois objetivos: o primeiro, como referido *supra*, consistia na criação de uma doutrina bem definida e espalhada por todo

⁸² Veja-se Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pgs. 244-256; Bramall, Edwin e Jackson, William, *The Chiefs: The Story of the United Kingdom Chiefs of Staff*, obra citada, pgs. 45-48; Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pgs. 64-68; Gooch, John, *'A Particularly Anglo-Saxon Institution': the British General Staff in the Era of Two World Wars*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, pgs. 163-164.

o corpo dos Oficiais inglês; o segundo consistia na implementação do serviço militar obrigatório no Reino Unido, bem como na criação de um eixo anglo-francês para responder à ameaça alemã⁸³.

Relativamente ao compromisso que Wilson tentava estabelecer entre o Reino Unido e a França, é necessário destacar o trabalho realizado pelo Oficial irlandês para construir uma *liaison* com a chefia militar francesa e, sobretudo, com Ferdinand Foch. Em dezembro de 1909 o Comandante do *Staff College* visitou a *Ecole Supérieure de Guerre* francesa, naquela altura dirigida por Foch. Esta visita, que se coloca em continuidade com os encontros secretos entre representantes da chefia militar inglesa e francesa começados já em 1906, deu início a uma colaboração – e a uma amizade⁸⁴ – entre os dois militares que irá influenciar significativamente o devir das relações entre os dois países na véspera do primeiro conflito mundial. O próprio Wilson aprendeu alguns exercícios que o Diretor da *Ecole Supérieure de Guerre* adotava durante as atividades de instrução; por exemplo, relata Jeffery que Foch – e depois Wilson – instruíam os Oficiais com “*frequent small outdoor exercises with answers given unprepared, on the ground, by the students*”, para simular a pressão sentida numa situação de guerra⁸⁵. Finalmente, Wilson realizou muitas viagens – sozinho ou com os estudantes do *Staff College* – nos territórios perto da fronteira entre a Alemanha, a Bélgica e a França, para além das viagens nos terrenos do sistema de fortificações francesas como Belfort e Metz, para avaliar o sistema defensivo francês em caso de guerra contra a Alemanha⁸⁶.

Em 1909, o CIGS Nicholson manifestou a vontade de integrar Wilson no WO, e também o Comando de Aldershot queria integrá-lo no seu pessoal, ao passo que o próprio Wilson queria receber o Comando de uma Brigada⁸⁷. O CIGS acabou por conseguir integrar Wilson no GS e nomeou-o novo DMO, substituindo Ewart a partir de junho de 1910⁸⁸. A experiência de Wilson como DMO não

⁸³ Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pgs. 258-263; Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pgs. 69-73; Gooch, John, ‘*A Particularly Anglo-Saxon Institution*’: *The British General Staff in the Era of Two World Wars*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, pgs. 165-166; Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pgs. 75-77; Jeffery sublinha que Wilson foi desde sempre a favor da conscrição obrigatória, mas que a política inglesa contrariou permanentemente esta perspetiva. Sobre Wilson e a conscrição obrigatória vejam-se os escritos preparatórios para as aulas que Wilson deu em Camberley em 3 de novembro de 1909 e 11 de julho de 1910, mais um outro estudo de 1 de novembro de 1909 em IWM – HHW 3/3/22. Relativamente à *School of thought*, Jeffery relata as palavras fortemente críticas de um estudante de Wilson no *Staff College*, Berkeley Vincent: Wilson queria não somente criar uma doutrina, mas também impor a sua própria doutrina militar no *Staff College* e no WO; Henry Wilson “*had determined that it was to be his ‘doctrine’ and his ‘school of thought’, in fact he would be the von Moltke of the British Army.*” Em termos mais gerais, Vincent denuncia a personalidade centrípeta de Wilson: Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada., pgs. 82-83.

⁸⁴ Wilson, que falava fluentemente francês, tratava Ferdinand Foch por “*mon cher ami*” et similia. Veja-se IWM – HHW 2/24A/1, 2, 3 e ssgg..

⁸⁵ Os estudantes de Wilson referiam-se a estes exercícios através das expressões “*vite-vite*” ou “*allez-allez*”, pois o Oficial irlandês incitava os estudantes do *Staff College* a realizá-los gritando estas expressões em francês. Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pgs. 73-74, 90.

⁸⁶ *Idem*, pgs. 74-75, 90-91. Veja-se também *General H. Wilson, Director of Military Operations Indexed*, 23 de julho de 1910 – 1 de janeiro de 1912, TNA – WO 106/59.

⁸⁷ Wilson escreveu no seu diário pessoal que, perante a atribuição do Comando de uma Brigada ou do posto de DMO, “*I am hoping for the former*”. Veja-se IWM – HHW 1/19, 2 de maio de 1910, pg. 122.

⁸⁸ *Idem*, 2 de agosto de 1910, pg. 214. Afirma Gooch que o primeiro ato de Wilson como DMO foi colocar um enorme mapa da fronteira franco-belga-alemã na parede do seu gabinete, um testemunho de como a perspetiva

começou sob os melhores auspícios: o *Directorate of Military Operations* estava dividido em 5 secções, sendo a primeira (*Military Operations 1*, abreviado em MO1) a *strategical and colonial*, a segunda (MO2) a secção europeia, a terceira (MO3) a asiática, a quarta (MO4) a geográfica, e a quinta (MO5) a *intelligence*. Quando Wilson começou a dirigir os trabalhos da diretoria, somente a secção geográfica foi considerada em estado adequado para a realização dos trabalhos. Jeffery refere que Wilson queria cooperar mais com o DMT e o DSD, algo que parece implicar que os três diretores colaboravam pouco entre si; aliás, em termos mais gerais, aquando da sua chegada ao directorado das operações militares, Wilson encontrava-se já desanimado relativamente ao estado do IGS e considerava esta Instituição desorganizada⁸⁹.

Tendo em conta estas circunstâncias, foi o próprio Wilson a reorganizar a sua diretoria. As primeiras três secções descritas *supra* foram reorganizadas numa única secção nomeada *Expeditionary Force Section*, secção que tratava também dos contingentes coloniais ou, em termos mais gerais, de todas as tropas do Império excluindo o corpo dos *territorials*, que dizendo respeito à *home defence* eram organizados e controlados pelo DMT; uma outra secção tratava dos trabalhos relativos à *Dual Alliance*, *id est*, França e Rússia, e mais uma secção tratava da Tríplice Aliança, ou seja Alemanha, Áustria e Itália. Esta modificação das secções do directorado das operações militares mostra claramente como a perspectiva do DMO era orientada para um conflito em solo europeu; refere Jeffery que Wilson planeou um *War Game* com a colaboração do *Staff College* para perceber de que modo as potências continentais planeariam as operações, com que forças e onde combateriam as batalhas principais⁹⁰. Os resultados deste *War Game* seriam tomados em consideração para a organização e o envio do BEF para o teatro europeu. De facto, o *War Game* pode ser considerado como parte integrante da estratégia militar pensada pelo DMO: logo a seguir à sua nomeação Wilson tinha retomado os planos de organização e envio do BEF tendo como perspectiva o seu desembarque nas costas francesas⁹¹.

Com o deflagrar da Crise de Agadir em maio de 1911, o *Continental committment* tornou-se a perspectiva militar de referência no Reino Unido. Perante a possibilidade de uma guerra entre a França e a Alemanha, os conflitos entre o GS e o Almirantado em torno das diversas perspectivas militares que o Reino Unido podia assumir face a um conflito armado em solo europeu necessitavam de ser resolvidos e as chefias política e militar de Londres deviam estabelecer uma perspectiva operacional clara. Esta perspectiva operacional acabou por ser estabelecida na reunião do CID de 23 de agosto de

da chefia militar inglesa se orientava cada vez mais para um conflito contra a Alemanha: veja-se Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 118-119; veja-se também Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pgs. 77-78.

⁸⁹ *Idem*, pgs. 86-87. Veja-se também as considerações de Wilson em torno da função da *intelligence* e a necessidade de incluir este âmbito nas funções do Estado-Maior: *Intelligence in War & Peace – Lectures and notes*, IWM – HHW 3/3/7, outubro de 1907. Neste documento encontra-se presente outrossim uma breve descrição das secções e subsecções do *DMO branch*.

⁹⁰ Veja-se *War Game France vs Germany*, redigido pelo GS em janeiro de 1911, tendo sido o *War Game* realizado no final de 1910, TNA – WO 106/49C.

⁹¹ Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pg. 88; veja-se também Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pgs. 234-235

1911. Nesta reunião foram mostradas as perspectivas operacionais propostas pelo GS com Henry Wilson e as propostas pelo Almirantado com Arthur Wilson⁹². Referem as fontes que a apresentação feita por Arthur Wilson – que constava das posições já vistas *supra* como as operações anfíbias na Alemanha do Norte – foi considerada largamente insuficiente para poder ser viável; pelo contrário, a apresentação realizada por Henry Wilson suscitou muito interesse no CID, e a sua posição foi considerada como preferível. Jeffery afirma que o CID de 23 de agosto de 1911 foi importante não somente porque foi ratificado o *commitment* inglês com a França, que de facto era já a perspectiva estratégica inglesa desde 1906, mas sobretudo porque neste CID se impôs a perspectiva de Henry Wilson⁹³. Deve-se sublinhar que, todavia, no seguimento do estabelecimento da perspectiva continental de Henry Wilson não se fez corresponder a criação de um exército suficientemente adequado para as operações contra os exércitos continentais europeus – sobretudo de um ponto de vista numérico⁹⁴. Podendo considerar a reunião do CID de agosto de 1911 o ponto de viragem da perspectiva político-militar inglesa em torno de uma eventual intervenção num conflito em solo europeu, será agora necessário analisar mais aprofundadamente o plano que constitui o objetivo supremo do trabalho do GS neste contexto militar, ou seja, o envio de uma força expedicionária em França: o *WF scheme*.

3. O PLANO *WITH FRANCE*: A INTERVENÇÃO INGLESA NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.

Com a análise dos problemas ligados ao *Continental Commitment* e o papel desempenhado por Henry Wilson em prol da aproximação diplomática e militar entre o Reino Unido e a França, emerge claramente que o plano de envio de uma força expedicionária inglesa para o continente europeu, para que esta combatesse ao lado dos franceses na eventualidade de uma guerra entre eles e os alemães, pode ser considerado como o elemento prático principal para analisar o GS.

Os documentos encontrados relatam muitos elementos em torno da elaboração de uma estratégia tendo em vista um conflito militar em solo europeu e, sobretudo, uma eventual confrontação militar

⁹² Bramall chama esta reunião de “*Battle of the two Wilsons*”. Veja-se Bramall, Edwin e Jackson, William, *The Chiefs: The Story of the United Kingdom Chiefs of Staff*, obra citada, pgs. 45-48.

⁹³ Veja-se Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 289-295; Gooch afirma igualmente que os planos de Wilson vincularam a chefia política inglesa a criar um *framework* diplomático com outros países europeus em função do comum inimigo alemão, a partir sobretudo da Bélgica. Jeffery relata que Wilson tinha preparado poucos dias antes da reunião do CID um memorando com título “*On the pros & cons of our joining with France in a war with Germany*”, de facto a base da sua apresentação no CID. Sobre o CID e o plano proposto por Wilson veja-se Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pgs. 92-97. Por outro lado, Jeffery relata também as críticas ao trabalho de Wilson, afirmando que a sua perspectiva de intervenção acabou por transformar o BEF num apêndice do exército francês e impediu a elaboração de estratégias alternativas: *idem*, pg. 85.

⁹⁴ Nas palavras de Strachan, “*The General Staff accepted a plan for war in Europe without managing to create a European Army*”: Strachan, Hew, *The British Army, its General Staff and the Continental Commitment, 1904-1914*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, pgs. 64-66, 77-79; Strachan sublinha também que Wilson queria a implementação do serviço militar obrigatório no Reino Unido em prol da criação de um exército que pudesse competir com as contrapartes europeias; esta medida não seria implementada no Reino Unido até 1916, e só de forma transitória por causa da Grande Guerra.

entre o Reino Unido e a Alemanha. Já a partir de 1903, portanto antes de o posto de CGS ter sido criado, os departamentos militares do WO produziram um conjunto de documentos relativos às possibilidades estratégicas num conflito contra a Alemanha. O primeiro documento, completado no dia 17 de fevereiro de 1903 pelo *Assistant Quartermaster-general* Robertson, analisava diversos aspetos relativos à Alemanha, como, por exemplo, o seu sistema militar, os recursos económicos à sua disposição, o censo demográfico e, por fim, elementos como a defesa costeira alemã, o valor estratégico da ilha de Helgoland e das colónias. Relativamente aos planos estratégicos em torno de uma guerra entre Reino Unido e Alemanha este documento previa que os alemães enviariam um corpo expedicionário de 150-300.000 soldados para a Inglaterra oriental, tentando um *coup de main* antes que a marinha inglesa conseguisse mobilizar toda a frota; pelo contrário, uma invasão inglesa dos territórios alemães através de uma operação anfíbia era considerada demasiado complicada e improvável⁹⁵.

O segundo documento aqui considerado, cuja redação foi finalizada em 10 de fevereiro de 1903 pelo *Assistant Quartermaster-general* Altham, aborda a “*military policy to be adopted in a war with Germany*”. A consideração principal sobre a qual Altham alicerça o seu relatório é que

A war between Germany and Great Britain would in some ways resemble a struggle between an elephant and a whale, in which each, although supreme in its own element, would find difficulty in bringing its strength to bear on its antagonist.

O autor sublinha que a defesa do Reino Unido contra uma tentativa de desembarque alemão seria razoavelmente simples, pois realizar uma operação militar deste tipo precisava de muito tempo para ser colocada em prática/andamento e, nesta altura, o Almirantado inglês podia mobilizar por inteiro a sua frota e adotar todas as medidas necessárias para repelir os alemães; na mesma medida, Altham reconhece que uma invasão inglesa do território alemão seria de todo impossível: o exército inglês somava cerca de 120.000 regulares, contra os três milhões do exército alemão. A este respeito, o autor propõe duas estratégias viáveis para enfrentar o “elefante” alemão: a primeira é a destruição do comércio marítimo alemão, a segunda é a ocupação (*seizure*) das colónias alemãs e da ilha de Helgoland. A primeira destas duas possibilidades é considerada pelo autor “*the more effective weapon*”⁹⁶.

De um ponto de vista político-militar, o compromisso inglês de apoio à França foi a base política a partir da qual se desenvolveu o plano de intervenção militar⁹⁷. Os históricos e documentos relativos ao

⁹⁵ *The Military Resources of Germany, and Probable Method of their Employment in a War between Germany and England*, 7 de fevereiro de 1903, TNA – WO 106/46.

⁹⁶ *Memorandum of the Military Policy to be adopted in a War with Germany*, 10 de fevereiro de 1903, *idem*.

⁹⁷ Veja-se a este propósito as considerações político-estratégicas do adido militar inglês em Berlim Albert Gleichen; o adido militar refere outrossim as reações alemãs à declaração de Théophile Delcassé sobre o eventual apoio inglês à França em caso de guerra com a Alemanha e comunica o completamento da redação de

plano inglês concordam que foi a partir dos últimos meses de 1905, já durante a Primeira Crise de Marrocos, que se iniciaram as negociações para elaborar um plano para uma intervenção direta inglesa na Europa ao lado da França. O DMO Grierson tinha planeado o envio para a França de um corpo expedicionário de dois Corpos de Exército de três Divisões cada um, mais quatro Brigadas de cavalaria e tropas auxiliares; no plano redigido pelo DMO o eixo principal do transporte das tropas para as costas francesas era a rota Dover-Calais e estava previsto que o desembarque se concluísse no 16º M0⁹⁸. Tendo em conta as fontes à disposição, emerge que foi somente a partir de 15 de janeiro de 1906 que Grierson recebeu o *placet* do *Permanent Under-Secretary* do *Foreign Office* Lord Sanderson e do SoS Haldane para começar a negociar a intervenção inglesa na Europa em caso de conflito entre a França e a Alemanha; estas negociações foram empreendidas entre o GS e o EMA⁹⁹ e o Estado-Maior belga; como referido *supra*, estas negociações foram conduzidas de forma estritamente secreta e, sobretudo, nenhum tipo de consentimento entre as partes se podia considerar vinculativo por parte dos ingleses: nos documentos consultados afirma-se que “*The problem was treated as being of a secret and hypothetical nature*”¹⁰⁰; noutros termos, os planos estabelecidos deviam ser encarados como bases para uma eventual ação inglesa e não iriam constituir *per se* nenhuma obrigação na intervenção por parte dos ingleses. Logo a seguir ao início das negociações não-oficiais com a França e a Bélgica, no dia 22 de janeiro uma nota do EMA refere a composição do BEF: este corpo era composto por 2 Corpos de Exército, cada um constituído por 3 Divisões de 10.400 homens cada uma, sendo o primeiro o corpo de Aldershot, que resultava da primeira, segunda e terceira Divisão, e o 2nd *Army Corps* resultante da quarta, quinta e sétima Divisão. O BEF incluía outrossim um conjunto de *Army Troops*, ou seja, tropas não enquadradas em Divisões, quatro Brigadas de cavalaria e artilharia. Neste plano, o corpo de Aldershot devia ter completado a mobilização no 7º M0, e os últimos corpos devia embarcar entre o 15º M0 e o 17º M0. Os principais portos de partida na Inglaterra eram Dover, Calais e Southampton, ao passo que os portos de destino eram Calais, Boulogne e Cherburgo. Este

um livro – escrito secretamente e por ordem do DMO – com o título *Military Resources of Germany*: o capítulo 13 desta obra, intitulado *Possibilities of British offensive action v. Germany*, anexado a uma carta endereçada ao embaixador inglês em Berlim Frank Lascelles, aborda a questão da intervenção inglesa contra a Alemanha sublinhando como o objetivo ideal inglês deveria ser o bloqueio dos comércios alemães para induzir um colapso da frente interna alemã. Veja-se *Copy of despatch from M.A. Berlin* e documentos anexados, outubro-novembro 1905, *idem*.

⁹⁸ Philpott fala de um corpo de 6-7 Divisões que devia desembarcar no 17º M0: Philpott, William, *The General Staff and the Paradoxes of Continental War*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, pg. 87. Em geral, as fontes à disposição divergem no que diz respeito à composição do BEF; esta divergência pode estar relacionada com o ainda precário estado da organização do GS que se refletia na descontinuidade das informações referidas pelas fontes.

⁹⁹ As negociações com o EMA foram realizadas através da intermediação do Coronel Victor Huguet, adido militar francês em Londres. Veja-se *History of the growth of the Scheme*, TNA – WO/106/49A/2, 6 de novembro de 1911.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

documento, assinado por Grierson e Huguet, estabelecia que o Comandante do BEF seria John French e o seu Chefe de Estado-Maior o próprio Grierson¹⁰¹.

A elaboração de planos pelo DMO Grierson continuou até à convocação de uma conferência internacional para resolver o conflito latente entre França e Alemanha, conferência que teve lugar em Algeiras entre janeiro e abril de 1906; estes planos, contudo, não tiveram resultados práticos substanciais, pois estabeleceram de forma vaga o envio para a França de cerca de quatro Divisões de infantaria e uma Divisão de cavalaria, num total de cerca de 80.000 homens que teriam acabado o desembarque num período de dois meses. Referem as fontes que esta solução foi amplamente criticada pelo próprio Grierson, pois já em 1905 havia demonstrado num *War Game* que a intervenção de um corpo expedicionário inglês na França seria inútil caso este não desembarcasse antes do 12º M0. Com o abrandamento das tensões entre França e Alemanha em torno da Crise de Tânger, os trabalhos de elaboração de um plano de intervenção inglesa em França pararam. Contudo, se por um lado o abrandamento da tensão na Europa determinou uma pausa na elaboração militar inglesa – pausa outrossim promovida para implementar melhor as reformas que Haldane estava prestes a formular e para estruturar melhor o BEF –, por outro lado acabou por reforçar a ligação entre França e Reino Unido, pois ainda que não tenha deflagrado um conflito relativamente à crise marroquina, tornou-se evidente que a confrontação entre Alemanha e França seria inevitável¹⁰².

Com a conclusão do directorado de Grierson e a nomeação de Ewart como novo DMO em outubro de 1906 os planos para o desembarque do BEF em França foram retomados devido à necessidade de rever as *timetables* do transporte das tropas, o embarque e desembarque do BEF, os portos de partida e de chegada *et cetera*. A revisão do plano determinou a redação no dia 26 de julho de 1907, por parte do CGS Lyttelton, de um memorando dirigido ao *Foreign Office*¹⁰³; neste, eram apresentadas as modificações ao plano e, sobretudo, salientava-se que o *scheme* não era vinculativo para o Reino Unido. O *Secretary of State for Foreign Affairs* Edward Grey aprovou a revisão do plano e, posteriormente, informou Huguet das modificações. Os trabalhos realizados em 1907 confluíram na redação de um novo plano no ano seguinte; tendo em conta a documentação encontrada, o plano de

¹⁰¹ Este documento relata a existência de uma composição alternativa do BEF, formulada antes daquela que foi ratificada por Grierson e Huguet. Na versão anterior previam-se três Corpos de Exército e quatro Brigadas de cavalaria; todavia, duas das nove Divisões que iriam constituir os três Corpos de Exército foram mantidas em defesa das costas inglesas e da Irlanda, e foi também considerado que era impossível constituir a nona Divisão por falta de homens, Oficiais e equipamento. Acrescenta o documento que neste período o *First Sea Lord* John Fisher insistia na realização de uma operação anfíbia nas costas alemãs e que French concordava com esta proposta; pelo contrário, o WO avaliava sobretudo a atitude que a Bélgica teria perante um conflito franco-alemão e a possibilidade de violação da neutralidade deste país. Conclui-se, pois, no documento que as ideias de Fisher foram consideradas pouco viáveis e que o epicentro operacional da futura guerra seria o rio Mosa. Veja-se *Note sur la composition de l'Armée Anglaise*, 22 de janeiro de 1906, SHD/AV – 7N1782. Relativamente à este plano, veja-se também *Note de l'Etat-Major Général Français en réponse à la note de l'Etat-Major Général Anglais en date du 22 de janvier 1906*, 13 de fevereiro de 1906, *idem*, e *Project d'application aux transport W des dispositions réglementaires en France*, 3 de maio de 1906, projeto assinado por Huguet, *idem*.

¹⁰² As atividades realizadas a partir da colaboração entre o GS e o EMA são sumariamente referidas em *Resumé des questions examinées par les Etats-Majors français et anglais*, 10 de maio de 1906, *idem*.

¹⁰³ *Note du 26 juillet 1907 du Chef d'Etat-Major de l'Armée britannique*, nota escrita pelo CGS Lyttelton e traduzida em francês, *idem*.

1908 é radicalmente mais pormenorizado e articulado: num documento do B3 do EMA é assinalado que a *Armée W* (exército Wilson, como era chamado o BEF na França¹⁰⁴) seria composta por uma Divisão de cavalaria, quatro Divisões (1ª, 2ª, 3ª e 5ª) de infantaria, as *Army Troops* e os auxiliares das *Line of Communication units* (doravante abreviado em L.C.). O total do BEF constava de 4145 Oficiais, 104.216 soldados, 49.598 cavalos, 316 peças de artilharia, 120 metralhadoras e 6031 veículos. No documento são indicados os portos de embarque e desembarque – não houve variações sensíveis em comparação com a versão anterior do plano – e é indicada a existência de comissões portuárias para gerir o fluxo de soldados; o abastecimento em víveres para os soldados ingleses era gerido pelos franceses até ao completar das operações de concentração, depois voltava a ser da competência dos ingleses; o EMA disponibilizaria mapas estratégicos e táticas dos possíveis teatros operacionais; finalmente, estava previsto um serviço de Oficiais de ligação e intérpretes. Uma sessão do CID realizada em 23 de março de 1909 aprovou o plano redigido pelo GS e afirmou que

*In view of the possibility of a decision of the cabinet to use military force, the Committee have examined the plans of the General Staff, and are of opinion that, in the initial stages of a war between France and Germany, in which the government decide to assist France, the plan to which preference is given by the General Staff is a valuable one and the General Staff should accordingly work out the necessary details*¹⁰⁵.

De um ponto de vista estratégico, os documentos dão conta de uma conversa entre Esher e Huguet relativamente à eventual intervenção inglesa numa guerra contra a Alemanha. Huguet, que descreve Esher como “*une des personnalités les plus influentes et les mieux informées du monde politique anglais*”, relata que não é possível prever se o Reino Unido intervirá numa futura guerra entre França e Alemanha, pois será uma decisão que somente o governo poderá tomar; contudo, Esher frisa que exclui uma intervenção inglesa contra a França e ainda mais a favor da Alemanha; a opinião do plenipotenciário inglês é de que o Reino Unido intervirá “*par la force même des choses*”. No que toca

¹⁰⁴ Radcliffe, para além do significado de *Armée W*, explica também o equívoco em torno do nome “WF scheme”: “*This has since been supposed to stand for Wilson-Foch, but it really meant “With France”, although in all French Staff papers the British Expeditionary Force was alluded to as “l’armée W” which did stand for Wilson*”. Address by Major-General Radcliffe on the [ilicível] and working out of the scheme, TNA – WO 106/49A.

¹⁰⁵ *Note résumant les principales dispositions prévues pour le cas d’une coopération militaire F.W.*, 8 de janeiro de 1908, documento produzido pelo B3 do EMA, SHD/AV – 7N1782. Dez meses mais tarde, Huguet escreveu ao CEMGA Brun que o GS queria enviar todas as seis Divisões previstas para França, sendo a 4ª e 6ª Divisão integradas no BEF e já não deixadas em serviço para a *home defence*. No documento são destacadas as razões pelas quais estas Divisões podiam ter permanecido na Inglaterra: se por um lado o Almirantado queria manter uma força ativa em vista de eventuais *raids* nas costas alemãs, por outro são assinaladas as dificuldades inglesas em completar as filas das suas Divisões com Oficiais e praças. Veja-se *Augmentation possible des effectifs que l’Angleterre serait disposée à débarquer sur le continent en cas de conflit Franco-Allemand*, 4 de novembro de 1908, comunicação de Huguet ao CEMGA Brun, *idem*. Veja-se também *History of the growth of the scheme*, 1913, TNA – WO 106/50, e *History of the growth of the scheme*, 6 de novembro de 1911, TNA – WO 106/49A: neste último documento é afirmado que o BEF seria composto por 6 Divisões, somando um total de cerca de 160.000 homens.

ao tipo de intervenção que poderão protagonizar os ingleses, Esher é simplista: “à l’Angleterre la lutte sur mer, à la France la lutte sur terre”; todavia, será o CID a decidir que tipo de intervenção realizar. Em caso de violação da neutralidade belga, o Reino Unido iria certamente defender Bruxelas, nas modalidades estabelecidas pelo CID, ou seja, potencialmente desembarcando o BEF em Antuérpia ou na França, consoante as condições. Huguet sublinhou que a França iria precisar de uma intervenção inglesa mais rápida e que se Londres esperar a violação da neutralidade belga poderá perder tempo precioso para participar na batalha decisiva que se irá desencadear dentro das primeiras três-quatro semanas de guerra¹⁰⁶.

Na mesma altura em que Huguet e Esher debatiam qual deveria ser a atitude inglesa em caso de um conflito entre França e Alemanha, o GS produzia um documento relativo às diretivas militares em torno de uma eventual guerra entre a Grã-Bretanha e a Alemanha. Neste memorando são sublinhados muitos elementos interessantes em torno do confronto entre as duas potências; após ter conjeturado sobre as causas possíveis que poderão desencadear o conflito, o GS enuncia os elementos estratégicos principais que irão influenciar as operações: em primeiro lugar, é reconhecido que o *Generalstab* alemão terá preparado planos para uma invasão das ilhas britânicas; em segundo lugar, o GS assume que o curso da confrontação militar será determinado pelas operações navais inglesas e alemãs. O GS previa também uma confrontação de carácter comercial entre os dois países, na qual cada um teria tentado dificultar o trânsito naval do país inimigo através de bloqueios navais ou de campanhas submarinas; as dificuldades da guerra comercial, todavia, são salientadas pelo reconhecimento do papel que iria ser desempenhado pelos países neutrais. De um ponto de vista operacional, o GS reputava que as únicas operações possíveis para o exército inglês contra o alemão se reduziam a pequenas ações na área de Kiel ou na Dinamarca, se as condições políticas para uma intervenção permitissem o envio do corpo expedicionário; fora da Europa, eventuais operações podiam decorrer nos territórios coloniais alemães na África e no Pacífico ou na China.

Tratando do caso em que a guerra visse a participação de outros países ao lado das duas potências, o GS descreve no documento algumas situações estratégicas e operacionais possíveis: *in primis*, o GS manifesta o receio de um entendimento alemão-americano, pois a marinha americana junta à alemã constituiria uma ameaça ao *Command of the Sea* inglês; *in secundis*, os Países Baixos eram considerados um objetivo para o exército alemão: se os alemães invadissem aquele país, o Reino Unido teria de enviar o corpo expedicionário em socorro dos neerlandeses. A mesma atitude seria considerada em caso de invasão alemã da Bélgica: a intervenção inglesa para garantir a independência do Reino belga seria realizada através do envio do BEF, composto por uma Divisão de cavalaria, quatro de infantaria e as tropas auxiliares já descritas *supra*, num total de cerca de 100.000 homens a serem enviados para a Bélgica. Descrevendo o caso belga, emerge nas palavras do GS o principal problema estratégico inglês no caso de violação da neutralidade belga por parte do exército alemão: se

¹⁰⁶ *Conversation avec Lord Esher*, 18 de novembro de 1908, nota de Huguet para o CEMGA Brun, SHD/AV – 7N1782.

por um lado esta violação forçaria o Reino Unido a uma intervenção armada para defender o Reino belga, por outro a duração da mobilização e do desembarque do BEF naquele país podia exigir demasiado tempo para que pudesse ter qualquer eficácia operacional; se o GS reconhece por um lado o valor estratégico de posicionar o BEF em Antuérpia, para ameaçar a ala direita do exército alemão, por outro lado o Estado-Maior inglês admite que quando o BEF estiver prestes a ser enviado, a cidade de Antuérpia poderá já ter sido ocupada pelos alemães, tornando ineficaz o envio do corpo expedicionário para aquele teatro. A este respeito, o envio do BEF para a França oferece mais possibilidades operativas e não só, pois o GS avaliava também o impacto positivo na moral das tropas francesas caso o BEF tivesse desembarcado na França; finalmente, uma última possibilidade estratégica era determinada pela hipótese de esperar o embarque do corpo expedicionário e dirigi-lo para Antuérpia ou para a França, consoante a situação operacional que se criasse nos primeiros dias de combate¹⁰⁷.

Apesar de os planos de envio de um corpo expedicionário inglês para a Europa ocuparem uma parte importante das atividades realizadas pelo GS, deve-se ter em conta que o WO continuava a ter em consideração alternativas estratégicas ao desembarque do BEF. Nos documentos preparatórios para uma sessão do CID de 1908 torna-se notório que a principal preocupação do WO é a possibilidade de um desembarque alemão na Grã-Bretanha: Charles à Court Repington, antigo Oficial de Estado-Maior e correspondente de guerra pelo *Times* tinha afirmado que a Alemanha teria sido capaz de organizar um corpo expedicionário de 150.000 homens e enviá-lo para as costas orientais inglesas apenas 36 horas depois do início das hostilidades. Neste conjunto de documentos surgem também outros elementos que ajudam esclarecer a atitude estratégica e operacional inglesa: em primeiro lugar, a insistência com a qual são apresentados planos para realizar operações de *raid* nas costas alemãs deixa supor que o Almirantado estivesse a tentar impor a sua agenda estratégica no WO, sendo esta agenda centrada na realização dos *raids* contra as costas alemãs e, por conseguinte, na primazia do Almirantado sobre o WO¹⁰⁸; em segundo lugar, é sublinhado como na Alemanha as dinâmicas políticas e militares estavam melhor coordenadas, pois eram colocadas sob a autoridade única do Imperador, ao contrário do Reino Unido no qual a falta de coordenação entre as diversas autoridades constituía um *vulnus* grave na organização militar; por último, um detalhe interessante é constituído pelo recurso por parte do WO ao manual de Bronsart von Schellendorf “*The Duties of the General Staff*” no que diz respeito à planificação do transporte das tropas por linhas ferroviárias: para além das questões técnicas abordadas, o dado de relevo é o conhecimento e a adoção do manual alemão por

¹⁰⁷ *Military Policy in a War with Germany*, 2 de julho de 1908, TNA – WO 106/46.

¹⁰⁸ Veja-se a este respeito o *Staff Ride* organizado conjuntamente pelo GS e pelo Almirantado, no qual foi ensaiado um desembarque de um corpo expedicionário: *Naval and military staff tour, carried out in april-may 1907. Joint report by the commandant, staff college, camberley, and the captain, royal navy war college, Portsmouth*, novembro de 1907, IWM – HHW 4/2.

parte dos Oficiais ingleses. Em geral, desponta destes documentos a consciência dos Oficiais do WO da escassa coordenação entre as diversas autoridades político-militares inglesas¹⁰⁹.

Do ponto de vista da organização do BEF e da planificação do desembarque, o biénio de 1910-1911 é provavelmente o período mais importante antes da deflagração da Grande Guerra. Refere o Major-General Radcliffe que com a nomeação de Wilson para o posto de DMO o trabalho começado por Grierson e Huguet “*was seriously renewed*”. A centralidade de Wilson na preparação do plano definitivo de desembarque do BEF é realçada por Radcliffe, que descreve o papel desempenhado por Wilson através das seguintes palavras:

It was only the ardent spirit of Sir Henry Wilson, his tireless energy, wide vision and dauntless perseverance that got those conversations [entre Grierson e Huguet] translated into definite practical arrangements.

O objetivo principal de Wilson quando foi nomeado DMO era, como foi descrito *supra*, orientar a política inglesa para a intervenção ao lado da França; em segundo lugar, Wilson queria abandonar definitivamente os planos propostos pelo Almirantado de realizar *raids* nas costas alemãs para enviar o BEF para solo francês; finalmente, o DMO queria resolver o problema principal do BEF, ou seja, que para este corpo proporcionar um suporte operacional adequado à França devia concentrar-se no embarque, no máximo, no 12º MO¹¹⁰ para participar na batalha que, na opinião dos mais altos Oficiais dos países europeus, iria decidir a guerra. Finalmente, perante os inúmeros problemas que ainda existiam na organização do BEF, Wilson começou a trabalhar de forma mais direta com o CIGS Nicholson para tentarem encontrar soluções adequadas aos problemas do corpo expedicionário, entre os outros assuntos de trabalho do GS¹¹¹. A primeira mudança efetuada por Wilson no Plano WF foi a modificação dos portos de partida e, sobretudo, de chegada do BEF na França: os portos de Dover e Calais foram excluídos do plano devido à vulnerabilidade dos comboios militares navais aos ataques dos submarinos alemães e pelo excessivo trânsito de barcos naquela rota; assim, a nova organização do transporte naval passou a ter o seu eixo principal nos portos de Southampton e Le Havre, para além de outros portos secundários no Reino Unido – entre os quais Liverpool, Dublin e Belfast – e na França – Rouen e Boulogne –¹¹².

¹⁰⁹ Veja-se *Preparation for the CID 1907-1908*, TNA – WO 106/47, sobretudo TNA – WO 106/47/H em torno das questões políticas e WO 106/47/J para a adoção das referências propostas por Schellendorf.

¹¹⁰ *Expeditionary Force date of mobilization*, 15 de março de 1911, documento redigido por Henry Wilson, TNA – WO 106/50.

¹¹¹ Veja-se, a este propósito, o ficheiro IWM – HHW 3/5 que contém muitas cartas de Wilson para Nicholson em torno da atitude estratégica que o Reino Unido devia adotar para com vários países, como a Holanda ou a Turquia, e sobre o papel que o corpo expedicionário inglês devia desempenhar; em particular, veja-se o documento redigido pelo CIGS e pelo DMO em torno da relação que o Reino Unido deveria ter com a França em caso de guerra contra a Alemanha: *The necessity for co-operation with France in the event of war between it and Germany*, 11 de agosto de 1911, TNA – WO 106/47. Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pgs. 91-92.

¹¹² Veja-se *Memorandum by Major Gorton on the progress of the scheme*, 1910-1912, TNA – WO 106/49C.

Em janeiro de 1911 mais uma proposta de Wilson foi aprovada pelo CIGS: o Oficial irlandês propôs a Nicholson integrar na sua diretoria a elaboração do *staff work* ligado ao transporte do corpo expedicionário até aos portos franceses; o CIGS aceitou a proposta e encarregou o DMO e o *Director of Movement and Quartering* do WO de realizar esta atividade. No mês seguinte foi aprovado um novo *scheme* que compreendia um BEF composto por quatro Divisões de infantaria em vez de seis; esta composição foi mais uma vez modificada pelo CID em março de 1911, voltando a ter seis Divisões, mas com a possibilidade de que duas destas Divisões permanecessem em Inglaterra no caso de os *territorials* do exército inglês não serem considerados suficientes para defender o território inglês em caso de raid alemão.

Para conseguir concentrar o BEF na França no 14º M0, Wilson exerceu pressão sobre o WO para que fossem revistos os planos de mobilização e acelerados os seus processos, e esta pressão levou o CIGS a pedir ao AG para rever estes planos: esta medida é interessante pois não só mostra que a autoridade do CIGS dentro do WO era já relevante, como também assinala que o GS não controlava diretamente todos os aspetos da organização do exército inglês, pois, como testemunha claramente este caso, a mobilização era uma função desempenhada pelo AG¹¹³. Contudo, com a nomeação de George Harper para a chefia da primeira secção do *Directorate of Military Operations* (doravante abreviado em MO1), este departamento tornou-se no centro organizativo e propulsor das atividades de organização do BEF¹¹⁴: uma outra posterior revisão da composição do BEF incluiu definitivamente a 4ª e 6ª Divisão, aumentando para seis o número de Divisões previstas para o envio para França¹¹⁵; as palavras de Wilson citadas por Jeffery esclarecem bem o ponto de vista do DMO:

¹¹³ Veja-se *Actions to be taken on a decision to carry out a General Mobilization*, composto pela primeira secção do AG, sem data mas entre 1910 e 1912, TNA – WO 106/49C.

¹¹⁴ Como refere o documento *Outline of the WF scheme and details of staff arrangements*, abril de 1937, TNA – WO 106/49A/2: “It also appears that M.O.(1) merely coordinated all work. The paper shows clearly that arrangements were arrived at on the files [...] & quotes them in most cases in the margin. The detailed labour must therefore have been undertaken by branches”.

¹¹⁵ Todavia, um documento de 1913 ainda avalia a hipótese de manter a quarta Divisão do BEF na Inglaterra para responder a eventuais *raids* alemães: *Variations of EF plans*, 1913, TNA – WO 106/49C; um memorando confirmaria esta possibilidade: *Memorandum by Major Gorton on the progress of the scheme*, 1910-1912, *idem*. Num documento francês de 1912 já não se fala mais da possibilidade de enviar quatro Divisões: *Rapport à Monsieur le Président de la République sur la coopération éventuelle des forces militaires de la Grande Bretagne aux opérations de nos armées du Nord Est*, março de 1912, SHD/AV – 7N1782. Outros documentos de relevo em torno da composição definitiva do BEF são *Note d'ensemble resumant les principales dispositions arrêtées au sujet d'une coopération F.W.*, sem data mas talvez de 1912, *idem*, e *Armée W – Effectifs de l'Armée*, sem data mas talvez de 1912, *idem*. Veja-se também Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pgs. 75-77. Ademais Jeffery afirma que, apesar da composição do BEF, era desejo de Wilson enviar o maior número de tropas possíveis para o teatro francês; contudo, não foi exequível aumentar o número de Divisões do BEF pois não existiam mais tropas no Reino Unido para serem enviadas para França. Apesar disso, Jeffery cita as palavras de Ferdinand Foch endereçadas a Wilson em relação ao tamanho do BEF: “It doesn't matter what you send us, we only ask for one corporal and four men, but they must be there right at the start. You will give them to me and I promise to do my utmost to get them killed. From that moment I will be at ease since I know that England will follow them as one man!”: *idem*, pg. 86.

First, that we must join the French. Second, that we must mobilize the same day as the French. Third, that we must send the whole six divisions¹¹⁶.

Finalmente, para tornar mais fluente o transporte das tropas, foi definido e adotado o princípio de acordo com o qual as tropas serão enviadas para os portos na ordem em que fossem mobilizadas.

A crise de Agadir de 1911 e o discurso de David Lloyd George na *Mansion House* de 21 de julho de 1911¹¹⁷ determinaram uma mudança importante relativamente às negociações entre o GS e o EMA: se até aquele período todos os encontros entre as chefias militares inglesa e francesa se realizaram secretamente, a partir dos meados de 1911 Wilson foi em diversas ocasiões a França, tendo participado pessoalmente em julho de 1911 numa conferência no Ministério da Guerra francês para definir com as contrapartes francesas os princípios gerais do plano¹¹⁸. A crise de Agadir desencadeou-se durante uma fase de revisão do Plano WF; os documentos à disposição sublinham a preocupação do GS relativamente às inúmeras falhas que ainda existiam no plano: num conjunto de cartas endereçadas ao CIGS Nicholson, Wilson elenca todas as deficiências ainda existentes no plano, desde o precário estado organizativo das tropas à falta de munições ou à ausência de *timetables* para os transportes; o problema principal do BEF, nas palavras do DMO, era a falta de Oficiais para integrarem o corpo expedicionário durante a mobilização, falta quantificada em cerca de 2000-2500 Oficiais e Suboficiais¹¹⁹. A extensa descrição que Wilson proporciona ao CIGS Nicholson em torno do estado do BEF é particularmente interessante:

I submit the following facts for your consideration:—

3. I have no knowledge as to when the Expeditionary Force as a whole will be fully mobilized and ready to take the field. More than this:—

4. I have no knowledge when the Cavalry Division or Army Troops or any of the Divisions will be ready to take the field.

5. As regards the Q.M.G.'s Department:—

(i) I have not been able to find out exactly when and where the horses required on mobilization will be handed over to the units, although I asked

¹¹⁶ Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pg. 94. Esta perspetiva é confirmada pela conversa que Wilson teve com o adido militar francês em Berlim Maurice Pellé em fevereiro de 1911: no relato de Pellé, Wilson diz que “*nous ne pouvons pas sortir du territoire un homme de plus, même après plusieurs mois*”, ou seja, que as 6 Divisões que irão compor o BEF constituem todo o exército regular inglês: *Conversation avec le Général Wilson*, 21 de março de 1911, SHD/AV – 7N1110.

¹¹⁷ Discurso publicado no *The Times* de 22 de julho de 1911; o discurso é citado também por Radcliffe no seu histórico *Address by Major-General Radcliffe on the [ilicível] and working out of the scheme*, TNA – WO 106/49A.

¹¹⁸ Veja-se *Memorandum de la conférence du 20 de juillet 1911*, SHD/AV – 7N1782; nesta conferência estavam presentes Wilson, o CEMA francês Dubail, o adido militar Huguet *et aliis*; veja-se também as considerações que Wilson escreveu no seu diário pessoal acerca desta conferência: IWM – HHW 1/20, 20, 26 e 27 de julho de 1911.

¹¹⁹ *Preparations for an Expeditionary Force for France: Officers required*, 1910-1912, memorando escrito pelo DMO Wilson, TNA – WO 106/49C; neste documento é salientado que o BEF tinha prioridade em relação aos outros corpos do exército no que diz respeito à atribuição dos Oficiais em caso de mobilização.

for this information last October and the Q.M.G.'s Department have been doing their best to procure it for me ever since. The fact that the D.T.R. writing as late as August 3rd (79/2893) was compelled to employ such expression as "I think" and "I hope" is evidence enough of the state of uncertainty in which we stand. [...]

6. As regards the Adjutant General's Department:—

(i) I do not know whether the various units of the Expeditionary Force can be fully mobilized in the time allowed. (This is chiefly due to a change in the dates of mobilization for which I am responsible)

(ii) I do not know whether wastage in all arms and branches of the Expeditionary Force can be made good with properly trained personnel.

(iii) I know that we start the campaign with a deficiency of about 2500 officers in the Regulars and Special Reserve, I do not know what steps of a practical nature have been taken to remedy this initial deficiency and to make good the wastage in war. [...]

7. As regards the M.G.O.'s Department:—

(i) I know that our Infantry is armed with one of the worst rifles in Europe and with an inferior machine gun but I did not know until quite recently that we were short by 30 or 40 millions rounds of S.A.A. [...]

9. It happens that it is in the office of the Director of Military Operations that all the threads of the different Departments & Branches are first brought together, and it follows that the Director of Military Operations is the only man who can get a general view of the situation and report to you on the completed work of the rest of the War Office

10. As that officer I have thought it my duty to write you this minute in which I touch on the more important points that require instant attention¹²⁰.

Tendo em conta esta descrição, numa carta de dezembro de 1911 Wilson expressa laconicamente o seu desconforto perante o estado de desorganização do BEF: "When [the Agadir Crisis] came on us in last July-September it found us unprepared for war"¹²¹.

Foi no seguimento da Crise de Agadir e do discurso da *Mansion House* que, como foi descrito *supra*, a perspetiva de uma intervenção inglesa ao lado da França numa guerra contra Alemanha

¹²⁰ Excerto da *Minute to CIGS "Mobilization of the Expeditionary Force"*, IWM – HHW 3/5/15a, 16 de agosto de 1911.

¹²¹ As cartas de Wilson a Nicholson são de 16 de agosto, 14 de dezembro e 26 de dezembro de 1911, mais uma de 9 de fevereiro e uma de 3 de abril de 1912, todas contidas no ficheiro TNA – WO 106/50. Veja-se também *Memorandum on the Scheme*, escrito pelo CIGS Nicholson em 1911, *idem*, e *DMO letter to CIGS forwarding 3 dispatches*, 24 de abril de 1911, TNA – WO 106/47.

tornou-se de facto certa¹²². A intervenção direta de Wilson numa conferência com a chefia militar francesa em Paris esclareceu esta perspetiva, apesar de os ingleses repetirem sempre – até à Crise de Julho de 1914 – que todos os planos elaborados para auxiliar a França em caso de guerra não os vinculavam à intervenção. Ademais, a “batalha dos dois Wilson” no CID de 23 de agosto de 1911 determinou a primazia da perspetiva de intervenção pensada por Wilson sobre a perspetiva de intervenção do Almirantado: a elaboração do plano de desembarque na França foi portanto acelerada para proporcionar ao aparelho militar inglês uma base de trabalho em caso de deflagração de uma guerra na Europa.

Sendo assim, pode-se dizer, *cum grano salis*, que a versão do *WF scheme* que acabará por ser a definitiva foi preparada entre 1911 e 1912¹²³. As pressões sobre o GS ocasionadas pela Segunda Crise Marroquina determinaram uma aceleração relativamente à organização do BEF e ao transporte para os portos franceses. Graças ao trabalho desenvolvido pelo AG, o tempo de mobilização das tropas foi sensivelmente reduzido: segundo os planos, a infantaria com base na Inglaterra devia ser mobilizada dentro das 11h59 do 3º M0 e a infantaria na Escócia e na Irlanda dentro do 4º M0; a cavalaria devia estar pronta nos centros de mobilização no dia à mesma hora do dia seguinte, e a artilharia no 6º M0. O processo de mobilização encontrava-se sob a responsabilidade dos Comandos territoriais. Os planos para o transporte ferroviário das tropas para os portos de embarque começaram a ser realizados em 1911, quando o MO1 de Harper obteve a autorização para entrar em negociações com as companhias ferroviárias que transportariam as tropas; finalmente, a grupo principal de tropas do BEF seria transportado pela companhia ferroviária privada *London & South Western Railways*: a companhia demorou oito meses para estabelecer as *timetables* do transporte¹²⁴.

As primeiras tropas a serem embarcadas foram os auxiliários das *Line of Communication Units* que tinham a tarefa de preparar o desembarque do resto do BEF, estando o embarque previsto nos primeiros três dias M0; as Divisões de infantaria seriam embarcadas no 4º, 5º e 6º M0; a cavalaria e as outras tropas de combate deviam acabar o embarque no 11º M0 e as últimas tropas – inclusive a quarta Divisão, mantida em Inglaterra para enfrentar eventuais *raids* alemães – deviam embarcar entre o 12º e o 14º M0.

O transporte naval era organizado pelo Almirantado, que devia mobilizar os barcos para o transporte das tropas e, sobretudo, remodelar as embarcações para o transporte especial de animais e veículos mecânicos. Os documentos classificam este aspeto do plano como o principal *bottleneck* para o transporte das tropas: as embarcações remodeladas para o transporte dos animais estariam prontas só

¹²² Afirma William Philpott que na opinião de Wilson o BEF devia ser direcionado para França também se a seguir tivesse ido apoiar o exército belga na Bélgica apesar das condições do porto de Antuérpia. A este respeito uma solução estratégico-operacional belga continuou a existir até ao começo da Grande Guerra em agosto de 1914: Philpott, William, *The General Staff and the Paradoxes of Continental War*, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, pgs. 88-91.

¹²³ Jeffery afirma que a elaboração do *WF scheme* terminou logo a seguir à Segunda Crise Marroquina: veja-se Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pg. 101.

¹²⁴ *History of the growth of the scheme*, 1913, TNA – WO 106/50; *Memorandum by Major Gorton on the progress of the scheme*, 1910-1912, TNA – WO 106/49C.

a partir do 7º MO, tornando difícil a finalização da constituição das unidades de combate antes do 8º-9º MO. Deve-se sublinhar que as operações de embarque, ou seja, a coordenação entre as tropas “contidas” em cada *trainload* – considerado nos documentos como a unidade principal do plano de transporte¹²⁵ – e a tonelagem das embarcações à disposição por cada dia em cada porto, foram realizadas pelo MO1: o Almirantado, portanto, preocupava-se somente com a mobilização dos navios e a realização do transporte para a França, para além do processo de desembarque na França, processo supervisionado por um agrupamento de 18 Oficiais navais presentes nos portos.

O transporte do BEF dos portos franceses para a área de concentração era organizado pelo EMA francês e as suas comissões de linha: depois do desembarque das tropas, estas teriam esperado entre 24 e 36 horas em campos provisórios aprontados pelas *Line of Communication Units* nos arredores dos portos. Na versão final do plano estava previsto que as comissões de linha teriam organizado os transportes no momento e teriam enviado as tropas para a *gare régulatrice* de Amiens, ao contrário de antes, quando eram estabelecidas *timetables* mais rígidas para o transporte das tropas. Em Amiens mais uma *commission de ligne* teria estabelecido e organizado o destino final na área de concentração¹²⁶.

Relativamente ao transporte para as zonas de concentração determinadas com o EMA, foi estabelecido que o BEF constituiria a parte mais externa da ala esquerda da disposição francesa e ter-se-ia posicionado no triângulo Saint-Quentin, Hirson e Maubeuge, encontrando-se a área operacional compreendida entre Le Cateau-Cambrésis, Hirson e Maubeuge. O objetivo estratégico deste posicionamento era constituir um prolongamento da ala esquerda francesa; este prolongamento devia direcionar os seus ataques para a ala direita alemã, uma vez que esta última teria atacado a ala esquerda das forças francesas¹²⁷.

No triénio que separou a organização do BEF analisada até agora e o desencadear da Primeira Guerra Mundial, as atividades em torno do *scheme* não pararam, se bem que não fossem orientadas para uma revisão geral do plano, mas, antes, para a melhoria dos pontos fracos que ainda existiam nas várias fases de mobilização, transporte e concentração do BEF, para além dos aspetos mais técnicos

¹²⁵ Como é referido em *Outline of the WF scheme and details of staff arrangements*, abril de 1937, TNA – WO 106/49A/2.

¹²⁶ A organização da *gare régulatrice* de Amiens é de setembro de 1911: veja-se *History of the growth of the scheme*, 1913, TNA – WO 106/50; o estabelecimento da organização das viagens de comboio para as zonas de concentração na França foi proposto pelo Capitão Barbier do B4 do EMA enquanto estava presente nas manobras inglesas em setembro de 1912: veja-se *ibidem*.

¹²⁷ Numa conversa entre o CIGS Nicholson e Wilson emergem as dúvidas sobre uma possível extensão da disposição alemã para o norte de Maubeuge e até Lila; a opinião do CID relativamente a esta possibilidade é de que se deveriam dispor 4 Divisões do BEF e manter as outras duas em reserva para ver de que forma evoluirá a situação operacional e, consequentemente, tomar medidas específicas. Nicholson não aprova esta estratégia, afirmando que “*It may be held that our true policy is to be sure that we can keep the war alive long enough for the pressure on Germany to operate, and to endeavour to prevent a french defeat on the frontier being followed by military collapse or political revolution*”. Veja-se IWM – HHW 2/70/8, 27 de agosto de 1911. Em relação à disposição do BEF na ala esquerda francesa, veja-se também o conjunto de cartas em IWM – HHW 2/73/63-69.

como o abastecimento das tropas¹²⁸; um elemento importante a este respeito é o estado da colaboração entre o DMO e o CIGS: foi referido *supra* que para resolver os problemas existentes no *scheme* Wilson procurou uma mais estrita colaboração com o CIGS Nicholson; contudo, as fontes referem que ‘Old Nick’ Nicholson – como era chamado o CIGS por Wilson – desempenhou um papel medíocre nas suas funções¹²⁹; em 1912 o novo CIGS John French contribuiu mais para a realização do plano através de uma mais profícua colaboração com o DMO e os membros militares do CID¹³⁰. Ademais, com a nomeação de Winston Churchill para o posto de *First Lord of the Admiralty* a colaboração entre o GS através do DMO e o Almirantado melhorou. Por último, neste triénio Wilson continuou a recolher fontes de *intelligence* sobre os outros países através do MO5 e todos os órgãos que podiam proporcionar este tipo de informações, como os Oficiais em serviço no continente europeu, os adidos militares e os agentes secretos; para além disto, Wilson recolhia informações também durante as suas viagens na Europa: em 1912 o DMO viajou pela Bélgica, Rússia e França¹³¹; em 1913 fez sete viagens para França, durante as quais teve reuniões com Joffre, Castelnau e Ferdinand Foch¹³². Nas palavras de Radcliffe, o Plano WF definitivo foi o resultado de três anos de trabalho e a redação final foi concluída em julho de 1914, exatamente com o desencadear da Crise de Julho que conduzirá à Primeira Guerra Mundial¹³³; neste triénio de trabalhos, muitas das inovações e modificações no plano foram ensaiadas em *Staff Tours*, *Staff Conferences* e *War Games*, não só no Reino Unido mas também na França¹³⁴,

¹²⁸ Veja-se a este respeito o *Appendix 3 to “History of the growth of the scheme”*, 19 de julho de 1913, redigida pelo DMO Wilson, TNA – WO 106/49A, no qual é apresentado um histórico sintético das propostas para organizar o abastecimento do BEF; veja-se também *Minute to DMO from* [ilicível], 3 de abril de 1913, IWM – HHW 3/7/3a, carta na qual são descritos alguns dos pontos ainda problemáticos na organização do BEF.

¹²⁹ Gooch afirma que a única novidade importante introduzida por Nicholson foi a *Army Review*, uma revista que tinha por objetivo espalhar pelo exército as ideias táticas e estratégicas criadas no GS: Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 122-123.

¹³⁰ Veja-se, por exemplo, um conjunto de documentos que relatam as reuniões dos membros militares do AC em que é abordado um conjunto de diversos problemas como as reservas em soldados e Oficiais para o corpo expedicionário e outras unidades militares, a compra e distribuição de cavalos, os veículos e o abastecimento em petróleo, etc.: *Mobilization Requirements – Conferences of Military Members*, 1912-1913, TNA – WO 106/50.

¹³¹ Numa viagem de 1912 a França, Wilson teve uma reunião com Foch; conversando com o General francês, o DMO afirmou, curiosamente, que nenhuma guerra se podia considerar iminente. Ainda assim, Wilson não esconde os diversos problemas que continuavam a assolar o exército inglês naquela altura. Veja-se *Conversation du Général Foch avec le Général Wilson, son ami, de l’armée britannique sur une guerre future*, 4-5 de fevereiro de 1912, SHD/AV – 7N1227.

¹³² Num documento de 1911 emerge que o DMO fazia a síntese das informações que chegavam na secção de *intelligence* do seu directorado, o MO5; a este respeito, Wilson expressa as suas opiniões sobre o teatro operacional belga: “*This is a serious matter, and from a military point of view may quite easily decide the campaign one way or another*”. Veja-se *Appreciation of the political and military situation in Europe*, 20 de setembro de 1911, TNA – WO 106/47; a citação de Wilson pertence a um relatório redigido pelo DMO no dia 21 de outubro de 1912 em *idem*; veja-se também *Examination of Conditions of War between France and Germany*, relatório escrito por Wilson, 12 de agosto de 1911, TNA – WO 106/47. Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, obra citada, pgs. 97-103.

¹³³ *Address by Major-General Radcliffe on the* [ilicível] *and working out of the scheme*, TNA – WO 106/49A.

¹³⁴ No que concerne à colaboração entre o GS e o EMA, um documento importante descreve as atividades realizadas por estas duas Instituições através de uma colaboração começada em 1911 graças às pressões de Henry Wilson. Para além disso, o documento apresenta também um histórico sintético da evolução do Plano WF: veja-se *Minute to CIGS reporting progress on scheme of E.F.*, abril de 1913, IWM – HHW 3/7/2.

sendo estas atividades ferramentas já amplamente utilizadas pelas contrapartes do GS em França e Alemanha¹³⁵.

Torna-se então claro que a entidade proponente de uma intervenção militar ao lado da França numa guerra contra a Alemanha, e organizadora do *WF scheme*, foi o GS, em geral, e o DMO em particular. A este respeito, um documento permite descrever de forma mais aprofundada as funções desempenhadas por este órgão do GS e as secções pelas quais era composto. O *Directorate of Military Operations* estava dividido em 6 secções; a primeira, a MO1 era a *strategical section* e ocupava-se do estudo das operações ofensivas e defensivas “*other than within UK*”, dos planos de concentração, da gestão dos reforços à tropa ativa e da distribuição estratégica do exército; por seu turno, esta secção do *Directorate* dividia-se em outras 4 subsecções: a primeira, MO1(A), tratava das operações de guerra, das questões gerais sobre a política militar, do relacionamento com o *Royal Navy* relativamente às operações ofensivas numa guerra, etc.; a segunda subsecção, a MO1(B), tratava da distribuição estratégica do exército e dos planos de defesa; a terceira subsecção, a MO1(C) recolhia e distribuía as informações relativas à geografia, aos recursos e às forças militares do Império inglês, salvo as ilhas britânicas e a Índia; a última subsecção, a MO1(D), tratava da defesa da Índia “*other than coast defence*” e sintetizava as informações sobre as colónias asiáticas. No documento relata-se que em caso de *strained relations* o MO1(A) prepara o envio do BEF, informa o segundo departamento do QMG sobre o transporte das tropas para os portos de embarque e informa o *Foreign Office* sobre onde o governo quer enviar o BEF, informando igualmente os países de destino do corpo expedicionário e o Almirantado sobre o envio. Ademais, o MO1 informa o AC sobre a utilização operacional do corpo expedicionário e envia uma cópia dos planos previstos para o *Commander in Chief in the field*. Durante um período de tensão internacional, as funções das subsecções do MO1 mudam relativamente pouco; entre as diversas modificações, o MO1(A) deverá informar o MO5 sobre quais instalações telegráficas serão necessárias ao corpo expedicionário; o MO1(C) deverá confrontar informações com as autoridades dos *Dominions* sobre eventuais ofertas de ajuda militar e todas as questões que dizem respeito aos próprios *Dominions*. Cada subsecção do MO1 é composta por dois Oficiais de Estado-Maior, mais um que coordenava o MO1.

O MO2 ocupava-se da recolha, compilação e distribuição de informações de vários tipos – inclusive tático-estratégicas – sobre os outros países; *cum grano salis*, esta secção é comparável com o B2 do EMA. As subsecções do MO2 estavam, pois, divididas por áreas geográficas ou grupos de países: MO2(A) estudava o continente americano, Portugal, Espanha e Itália e era composto por 2 Oficiais de Estado-Maior; o MO2(B) estudava a Europa oriental e era composto por 3 Oficiais; o MO2(C) tratava unicamente da Alemanha e dos Países Baixos, e era composto também por 3 Oficiais. Na mesma medida o MO3 desempenhava as mesmas funções do MO2, mas era orientado para outros

¹³⁵ Radcliffe relata, entre os outros exercícios do GS, um *Staff ride* realizado em Amiens em junho de 1914, conduzido pelo MO1 e com a presença de Oficiais franceses em que se iam experimentando as manobras de *entraining* e de *detraining*: veja-se *ibidem*; *Outline of the WF scheme and details of staff arrangements*, abril de 1937, TNA – WO 106/49A/2.

países: o MO3(A) tratava dos assuntos da França, Bélgica e Marrocos e compreendia 2 Oficiais; o MO3(B) tratava da Rússia, Dinamarca, Suécia e Noruega, sendo composto por 2 Oficiais; o MO3(C) proporcionava informações sobre China, Coreia e Japão, sendo esta subsecção composta por 3 Oficiais.

As funções desempenhadas pelo MO4 eram de natureza geográfica. O MO4 tratava da recolha e distribuição de informações topográficas, preparava os mapas, organizava trabalhos geográficos, como os levantamentos topográficos e trigonométricos e, finalmente, imprimia e distribuía os mapas para a guerra. As subsecções deste departamento estavam assim divididas: o MO4(A) ocupava-se dos aspetos geográficos do continente africano, preparava os mapas relativos àquele continente e geria o *Colonial Survey Committee*. O MO4(B) preparava os mapas para a *home defence* e para os planos defensivos das ilhas britânicas, bem como os mapas para as manobras e para a instrução das tropas. O MO4(C) preparava os mapas relativos aos continentes americano, asiático e europeu; esta subsecção trata também dos aspetos financeiros do departamento. Por último, o MO4(D) servia de arquivo e depósito dos mapas e era gerido por um *Map curator*.

Tendo em consideração as informações descritas *supra* e no documento que mostra a estrutura do *Directorate of Military Operations*, mais do que o departamento de *intelligence*, o MO5 pode ser descrito como um departamento de miscelânea, pois compreendia funções muito diversas e não necessariamente ligadas às atividades de *intelligence*. Estas atividades incluíam a telegrafia, a gestão da imprensa e da censura, o exercício da lei marcial e a vida económica interna do *Directorate*. A primeira subsecção, o MO5(A), ocupava-se de telegrafia, do controlo da imprensa durante uma guerra e, portanto, da censura e, finalmente, das mensagens cifradas e dos criptogramas. O MO5(B) era constituído pela *General Staff Library* e gerida por um bibliotecário; o MO5(C) ocupava-se da gestão financeira do directorado e era gerido por um *confidential clerk*. O último departamento do *Directorate* era o MO6, a *medical section*¹³⁶.

Em conclusão, a breve síntese relativa ao surgimento e à evolução do Estado-Maior inglês aqui apresentada mostra muitos elementos de continuidade com os Estados-Maiores alemão e francês analisados *supra*, mas também proporciona significativos elementos de diferença que contribuem para distinguir a Instituição inglesa das dos outros dois países até agora descritos.

Tendo em consideração o caso alemão e o francês, o primeiro elemento de continuidade do GS com as duas outras Instituições é a razão que induziu a chefia político-militar inglesa a promover a instituição do GS, ou seja, a crise resultante de um desastre militar. Assim como a derrota de Jena e Auerstädt para os prussianos e o desaire de Sedan para os franceses conduziram à revisão dos respetivos aparelhos militares, determinando o surgimento dos Estados-Maiores, no Reino Unido o desencadear da Segunda Guerra Bóer gerou a revisão do inteiro sistema militar inglês através do *War*

¹³⁶ O documento utilizado para descrever o *DMO branch* é o *Organization and working of the Military Operations Directorate in time of strained relations and war*, 1912, TNA – WO 106/49A/3. O documento é muito amplo, pelo que se procurou aqui apresentar apenas uma síntese dos aspetos mais importantes relativos a este directorado.

Office (Reconstitution) Committee chefiado por Lord Esher. Contudo, o caso inglês apresenta uma diferença específica em comparação com a França e a Alemanha, pois a Segunda Guerra dos Bóeres acabou com a vitória inglesa e a integração das repúblicas bóeres na União Sul-africana; todavia, como descrito *supra*, o enorme esforço inglês para ganhar uma guerra em que o inimigo era muito inferior em efetivos e, mesmo assim, radicalmente subestimado, gerou uma polémica na opinião pública do Reino Unido que, por seu turno, determinou o estabelecimento de duas comissões – a Elgin e a Esher – para rever completamente o sistema militar inglês.

O segundo elemento de continuidade entre o Reino Unido e as duas potências continentais foi o âmbito de implementação do Estado-Maior: nos três casos, o Estado-Maior não foi implementado de forma isolada, mas sim constituía uma parte da reorganização do sistema militar de cada um dos países analisados na presente tese. O GS inglês, a este respeito, foi instituído no âmbito da reforma de Esher, que, portanto, se deve entender mais como uma tentativa bem-sucedida de reformar o WO, do que como uma reforma para a implementação em particular de um Estado-Maior.

Note-se, todavia, que as reformas de Esher se podem também considerar o último passo de um longo percurso que visava instituir um Estado-Maior no Reino Unido, percurso que tinha começado nos meados do século XIX na sequência das dificuldades do exército inglês durante a Guerra da Crimeia. O facto de ter passado meio século desde a Guerra da Crimeia até o sistema militar inglês ter sido reformado, implica que as razões da organização tardia do GS residiam além da simples “resposta” a um desaire militar, e a este respeito o aparelho militar inglês constituía um *unicum* em comparação com os outros dois até agora analisados. Deve-se, por conseguinte, ter em consideração o facto de que o Reino Unido não era uma potência militar continental, sendo esta a principal diferença com a França e a Alemanha. Como descrito por acenos *supra*, a política militar inglesa no século XIX está essencialmente focada nas *small wars* contra adversários militarmente inferiores em territórios coloniais, pelo que em caso de guerra a chefia político-militar inglesa limitava-se a encontrar os soldados que necessitava para enfrentar a ameaça – e a este respeito os voluntários na Inglaterra sempre se puderam considerar suficientes – e enviá-los para os teatros operacionais graças ao trabalho do Almirantado. Consequentemente, pela natureza própria das *small wars* não era necessário ter uma escola estratégica definida, pois sempre foi suficiente entregar o Comando de um corpo numa *small war* a um Oficial experiente para que este alcançasse a vitória final; na mesma medida, não era necessário ter um grande exército de modelo continental – simplesmente, não era útil para as *small wars*. Finalmente, dado o contexto militar no qual o Reino Unido se encontrava, emerge claramente por que razão o Almirantado se encontrava numa condição de primazia no que diz respeito aos assuntos militares: encontrando-se os eventuais teatros operacionais ingleses espalhados pelo mundo inteiro, tornava-se mais importante o aspeto logístico – ou, em termos mais gerais, administrativo – da guerra; ademais, a frota inglesa tinha como tarefa principal a defesa do tráfego comercial inglês pelo mundo, ou seja, o *core* da riqueza do Reino Unido, para além de ser o óbvio meio principal da sua

power projection: tendo em conta todos estes factores, o órgão que detinha a primazia militar no Reino Unido era evidentemente o *Admiralty*, desempenhando o WO um papel muito mais marginal.

Um último elemento que marca uma diferença substancial entre o Reino Unido e as potências continentais relativamente à criação de um órgão como o Estado-Maior foi a “necessidade” da implementação de uma Instituição deste tipo: retomando parcialmente a primeira causa que determinou o surgimento desta Instituição na Alemanha e na França, ou seja o “desastre militar”, no caso inglês emerge que, de facto, no período aqui considerado o Reino Unido nunca perdeu uma guerra; portanto, apesar dos problemas militares que emergiram já a partir da Guerra da Crimeia e que se intensificaram ao longo das décadas, de facto em Londres nunca se sentiu a exigência de reformar o aparelho militar por ausência de razões imediatamente claras e resolúveis; *cum grano salis* pode-se dizer que se chegou a esta situação por causa de uma mistura de razões, tais como a incapacidade de interpretar os problemas que emergiam frequentemente no âmbito militar inglês – a propósito disto, é útil relembrar que entre a Guerra da Crimeia e as reformas de Esher foram estabelecidos 567 comités e comissões de investigação sobre o aparelho militar inglês – e a resistência dos poderes constituídos contra a implementação de reformas que, necessariamente, iriam erodir alguns privilégios e vantagens consolidadas como, por exemplo, no caso do Duque de Cambridge. Tendo em conta esta comparação, as palavras de Gooch esclarecem bem o *unicum* inglês: *The post of Chief of the General Staff was a European invention which Great Britain adopted only after a characteristically lengthy delay*¹³⁷.

Poder-se-ia acrescentar que, nestas palavras de Gooch, a invenção do posto de Chefe de Estado-Maior – ou simplesmente da Instituição do Estado-Maior – não só é uma invenção europeia, mas também uma invenção europeia continental à qual o Reino Unido sempre prestou pouca atenção, até se aperceber que era uma inovação organizativa incontornável também para o seu próprio sistema militar.

Para além dos elementos descritos até agora, existe um importante conjunto de razões eminentemente políticas pelas quais o Estado-Maior inglês não foi criado antes do início do século XX. A primeira destas razões diz respeito a questões de natureza orçamental: nos documentos encontrados ressalta claramente que o Parlamento inglês não estava disposto a investir muito nas forças armadas terrestres e frequentemente não concedia – ou concedia de forma limitada – os suplementos orçamentais que o WO pedia, numa situação que se irá perpetuar também depois do surgimento do GS. A segunda razão está ligada à atitude da política inglesa, que receava a presença de um órgão dedicado à gestão do meio militar que fosse demasiado poderoso e independente: a este respeito explica-se a constante oposição do mundo político à implementação do serviço militar obrigatório – para além de óbvias razões orçamentais – e o controlo estrito que a política exercia sobre as atividades militares e sobre a chefia militar. Relativamente à questão da politização do aparelho

¹³⁷ Gooch, John, ‘A Particularly Anglo-Saxon Institution’: the British General Staff in the Era of Two World Wars, em French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, pg. 160.

militar inglês e do controlo que a política exercia sobre este último, são interessantes as palavras de Gooch, que afirma que o exército inglês não só era rigidamente controlado pelas autoridades políticas, mas também que os diversos corpos do aparelho militar do Reino Unido não conseguiam exercer pressão sobre o mundo político inglês; o historiador inglês afirma que o *apoliticism* do exército deveu-se provavelmente ao seu peculiar sistema alicerçado pelos Regimentos: este sistema impediu a emergência de personalidades capazes de influenciar de forma mais profunda a política inglesa; o historiador inglês aponta para Kitchener como a única exceção a este *apoliticism*¹³⁸.

Apesar da distância entre o aparelho militar inglês e a esfera política do Reino Unido, o caso constituído por Henry Wilson pode ser considerado como uma exceção a este modelo. Como referido *supra*, o Oficial irlandês não só propôs um desenho muito preciso de intervenção militar na eventualidade de conflito na Europa, como também projetou um desenho político que visava criar uma frente antialemã, pondo o Reino Unido ao lado da França desde o princípio da guerra. O facto de que Wilson tenha conseguido obter a implementação do seu plano deve ser lido sobretudo tendo em conta que existiam alternativas propostas por autoridades mais considerada pela chefia política inglesa: em primeiro lugar, o Almirantado, que propunha soluções operacionais como a retenção de uma parte do exército nas ilhas britânicas para responder a eventuais *raids* alemães e o uso das forças armadas para efetuar *raids* contra as costas alemãs no Mar do Norte e no Báltico, e, em segundo lugar, quem preferia uma solução “belga”, *id est*, um desembarque em Antuérpia em caso de violação da neutralidade belga por parte do exército alemão, solução que dava mais garantias em torno do *casus belli* para poder enviar um corpo expedicionário para a Europa. Pode-se, assim, afirmar que Wilson foi uma eminência parda que contribuiu mais do que muitos outros para a construção do GS, por um lado, e para a imposição de um plano de intervenção muito específico em caso de guerra na Europa, por outro¹³⁹.

Apesar disto, relativamente à evolução do GS e ao seu desempenho durante a Primeira Guerra Mundial pode-se sublinhar mais dois elementos particularmente interessantes. O primeiro diz respeito à luta pela independência e primazia deste órgão militar dentro do aparelho militar inglês. Fazendo as devidas ressalvas, pode-se afirmar que o GS, exatamente como o *Großer Generalstab* e o EMA, tentou tornar-se mais independente dos outros órgãos do aparelho militar inglês. Contudo, no caso inglês não se tratou de ganhar margens de independência de órgãos como o AG – como no caso alemão da “luta” entre o *Generalstab* e a *Adjutantur* – pois na estrutura do AC e na do CID a importância do GS era reconhecida já no momento da sua instituição; a luta do GS inglês foi

¹³⁸ Gooch, John, ‘A Particularly Anglo-Saxon Institution’: the British General Staff in the Era of Two World Wars, em *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, obra citada, pgs. 161-163. Veja-se também Bramall, Edwin e Jackson, William, *The Chiefs: The Story of the United Kingdom Chiefs of Staff*, obra citada, pgs. 62-63.

¹³⁹ Philpott, William, *The General Staff and the Paradoxes of Continental War*, em *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, obra citada, pgs. 92-93. Gooch afirma que as origens da criação de um Estado-Maior no Reino Unido remontam à obra de poucas pessoas, entre as quais Esher, Haldane e o próprio Henry Wilson: Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, obra citada, pgs. 126-127.

sobretudo contra o Almirantado, uma luta que visava obter uma primazia perante as autoridades políticas para que os seus planos de intervenção numa guerra europeia fossem mais considerados: como foi referido *supra*, esta competição viu a vitória do GS na “*battle of the two Wilsons*” no CID de 23 de 1911; contudo, esta competição entre GS e Almirantado não se decidiu de forma definitiva naquela ocasião: o debate entre *Easterners* e *Westerners* sobre a condução da guerra depois do impasse na frente ocidental em seguimento à Primeira Batalha do Marna é o reflexo da diatribe entre GS e Almirantado que existia pelo menos há 10 anos¹⁴⁰.

Finalmente, a literatura sobre o GS é bastante clara sobre o desempenho deste órgão militar durante a Primeira Guerra Mundial. O GS permitiu criar um exército que foi capaz de enfrentar o desafio das primeiras fases da Grande Guerra e os Oficiais do GS e do *Staff College* conduziram com competência as Divisões inglesas até ao inverno de 1914-1915; contudo, como referido *supra*, ao surgimento do GS não correspondeu a criação de um exército completamente adequado aos desafios da guerra continental; a este respeito, Bond afirma que “[the] creation of a General Staff in the decade before the First World War belatedly crowned the edifice for which the Staff College had long provided foundation¹⁴¹”; por outro lado, o historiador inglês sublinha que para além de 1915 a influência do *Staff College* – e, por extensão, do GS – foi desaparecendo, pois muitos dos Oficiais instruídos em Camberley que trabalharam no GS em Londres foram mortos nas operações, para além do facto que o *modus bellandi* na Primeira Guerra Mundial mudou sensivelmente com a substituição da guerra de movimento pela guerra de posição¹⁴².

Concluindo, o *General Staff* inglês coloca-se em continuidade com as suas contrapartes francesa e alemã, pois desempenha as mesmas funções destas Instituições e as razões que induziram o seu surgimento compartilham a mesma natureza das que levaram à instituição do *Großer Generalstab* e do EMA. Apesar disto, o caso inglês manteve alguns aspetos particulares que o diferenciam do caso alemão e francês, desde a vocação naval inglesa à complexidade contextual estratégica do posicionamento inglês no concerto europeu; noutros termos, o GS inglês é sem dúvida um Estado-Maior que se coloca em continuidade com os princípios que alicerçam os Estados-Maiores alemão e

¹⁴⁰ Bramall, Edwin e Jackson, William, *The Chiefs: The Story of the United Kingdom Chiefs of Staff*, obra citada, pgs. 64-65.

¹⁴¹ Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pg. 212. A relação entre o GS e o *Staff College* é evidenciada também num artigo do jornal *Westminster Gazette*, artigo no qual são apresentadas as diversas soluções pensadas pela chefia militar inglesa sobre o papel que o exército devia desempenhar no Reino Unido; neste artigo afirma-se que “*The ‘Brains of the Army’ in esse, as represented by the General Staff, presumably believe in the potentialities of the new Army which they have created; but meantime the brains of the Army in posse, as represented by the Staff College, are having it assiduously dinned into them by their present commandant that Colonel Hale’s view is the right one*”. O facto de que as duas Instituições – o GS e o *Staff College* – sejam conhecidas como *Brain of the Army* indica que ambas desempenham *de facto* o mesmo papel de preparação para a guerra e de elaboração da táctica e da estratégia em termos doutrinares, mas também a diferença entre *Brain of the Army in esse* ou *in posse* indica uma sobreposição das tarefas que as põem em estrita continuidade uma com a outra. Veja-se *The Military Ferment*, artigo da *Westminster Gazette* de 1 de março de 1909, IWM – HHW 3/3/5.

¹⁴² Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, obra citada, pgs. 299-306.

francês, mas que, por outro lado, mantém inalteradas as especificidades do seu sistema militar, especificidades radicadas na cultura militar e estratégica do Reino Unido.

CAPÍTULO V – O ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO PORTUGUÊS: UMA EXCEÇÃO ENTRE OS CASOS CONSIDERADOS.

1. ESPECIFICIDADE DO CASO PORTUGUÊS: AS REFORMAS MILITARES ENTRE O FIM DAS GUERRAS LIBERAIS E A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA, 1834-1910.

O último caso de estudo abordado na presente tese é o caso relativo ao surgimento e à evolução do Estado-Maior português. Tendo em consideração razões meramente cronológicas – o Estado-Maior do Exército português foi instituído em 1911 – e, sobretudo, as razões relativas à dimensão económica, demográfica e militar do país luso, deve-se considerar a instituição do Estado-Maior do Exército (doravante abreviado em EME) como uma exceção entre os casos até agora analisados e, pelo peculiar contexto em que surgiu, optou-se por analisar o EME no último capítulo da presente tese.

Sem entrar nos detalhes do contexto político, económico e militar de Portugal, será apenas necessário aqui sublinhar alguns aspetos que permitem contextualizar melhor a peculiaridade do caso português em comparação com os outros até agora apreciados. Em primeiro lugar, no início do século XIX Portugal era um país pequeno e escassamente povoado, podendo contar com 3 milhões de habitantes na metrópole (que chegarão a ser 5,5 milhões ao início do século XX)¹; a este respeito, a população portuguesa era um terço da população inglesa e da prussiana e pouco mais de um décimo da população francesa. Em segundo lugar, de um ponto de vista militar Portugal não se podia considerar uma potência como os outros países considerados na presente tese; o papel desempenhado pelo país durante as guerras revolucionárias francesas e a era napoleónica pode-se considerar secundário, pois o teatro operacional da Guerra Peninsular era estrategicamente de menor importância em comparação com os outros, apesar da particular violência das confrontações entre o exército francês, espanhol, inglês e português. O exército português, depois da conclusão da Guerra Peninsular, foi desmobilizado e voltou a ser empregue numa guerra somente um século mais tarde com a constituição do Corpo Expedicionário Português enviado para a França durante a Primeira Guerra Mundial; as únicas operações que viram a participação do exército português entre 1815 e 1916 foram de contrainsurreição em território europeu – como as Guerras Liberais – ou expedições nas colónias africanas, sobretudo na segunda metade de 1800. A presença de Beresford em Lisboa em qualidade de plenipotenciário até 1820, enquanto a corte portuguesa estava no Rio de Janeiro, determinou a perda da completa independência política por parte do país. Em última instância, a independência do Brasil constituiu uma grave perda para o património colonial português, quer em termos de população, quer em termo de recursos para a economia. Sendo assim o contexto geopolítico e socioeconómico português, pode-se definir o país como um poder regional-colonial, dotado de poucos recursos económicos e militares e politicamente sob a domínio informal da Coroa inglesa. A este respeito, as

¹ Rodrigues Veiga, Teresa, *A população portuguesa no século XIX*, Porto, CEPESSE, 2004.

dinâmicas que conduzirão à instituição do EME não se podem encontrar nos elementos que caracterizaram o surgimento e a evolução desta Instituição militar nos outros países considerados; contudo, apesar do longo atraso, esta Instituição acabará por ser instituída também em Portugal, mas como ponto de chegada de diversas inovações organizativas e reformas do exército que marcaram constantemente os quase cem anos entre o ponto de partida da presente análise, *id est*, a conclusão das Guerras Liberais em 1834, e o surgimento do EME em 1911.

O ponto de partida da análise sobre o surgimento do EME é a reorganização do exército português realizada logo a seguir à conclusão da Guerra Civil Portuguesa. Não obstante Portugal não se encontrar de todo ainda politicamente pacificado, D. Pedro IV, em nome de D. Maria II, promulgou um decreto no dia 18 de julho de 1834 que executava uma disposição da Constituição portuguesa de 1826 que previa a organização da estrutura do aparelho militar português através de um decreto feito expressamente para este fim. No artigo 1, o decreto de 1834 rezava que

Todas as Armas, e Estabelecimentos militares, e Repartições do Exercito serão classificadas em quatro Secções distinctas. Secção 1.ª: Estado Maior General. Corpo do Estado Maior. Corpo de Engenharia [et cetera, inclusive a organização das Armas de artilharia, cavalaria e infantaria]. Secção 2.ª: [...] Secretarias. Academias. Colegio militar [...]. Corpo telegrafico [...]. Secção 3.ª: Officiaes do Exercito disponiveis para serviço, que forem como taes declarados na Ordem do Dia, em virtude de Decreto. Secção 4.ª: [...] Estados Maiores de Praças, Castellos e Fortes.

O elenco das secções pelas quais se compõe o aparelho militar português foi escrito, em toda probabilidade, por ordem de antiguidade; a este respeito emerge que os órgãos principais do aparelho militar português, elencados na primeira secção, eram o Estado-Maior General (doravante abreviado em EMG) e o Corpo de Estado-Maior (doravante abreviado em CEM). Tendo em consideração os Estados-Maiores das fortificações, o primeiro artigo da organização do exército português contempla a existência *de jure* e *de facto* de três tipos de Estados-Maiores diferentes. O artigo 2 do decreto descreve a composição do EMG, compreendendo dois Marechais do Exército, dez Tenentes-Generais e trinta Marechais de Campo ou Brigadeiros². O artigo 3 descreve a composição do CEM, corpo que inclui oito Oficiais superiores, dos quais um máximo de dois Coronéis, dezasseis Capitães e dezasseis Tenentes.

É interessante o facto de que o segundo e terceiro artigo do decreto rezam exclusivamente a composição destes dois corpos. Como será visto *ultra*, o foco sobre a composição destes corpos é típico da estrutura dos decretos e não implica necessariamente que a principal característica do EMG e

² Existe uma lista nominativa dos Oficiais empregues no CEM: veja-se *Nota dos officiaes que sua Majestade Imperial o Duque de Bragança tinha destinado para o Corpo do Estado Maior do Exército na conformidade do novo plano de organização do mesmo Estado Maior*, 1 de outubro de 1834, compilada pelo Ajudante General José Lúcio Travassos Valdez para o Duque da Terceira, AHM/DIV/3/31/1/1.

do CEM fosse a composição destes corpos antes das suas funções; todavia, pode-se já afirmar que a constituição destes corpos não foi tanto orientada para o desempenho de um papel estabelecido como, por exemplo e reevocando o caso prussiano, a preparação da guerra, quanto para determinar dois corpos de Oficiais de *élite*, divididos em duas camadas, uma superior – o EMG – e uma inferior – o CEM –, que iriam receber diversas atribuições estabelecidas sucessivamente.

O artigo 9 do decreto expõe as atribuições do EMG e do CEM. Conforme este artigo,

§. 1.º Os Officiaes Generaes serão empregados no Governo Militar das Provincias, no Commando do Estado Maior do Exercito, da Engenharia, e Artilheria, das Divisões e Brigadas quando estiverem organizadas, nas Praças de primeira Ordem, e nas Inspeções eventuaes das differentes armas do Exercito.

§. 2.º Os Officiaes do Corpo do Estado Maior do Exercito serão empregados no Estado Maior das Provincias, no das Divisões e Brigadas, e em Ajudantes de Ordens dos Generaes; os Ajudantes de Campo poderão ser tirados temporariamente dos Officiaes em disponibilidade, sendo o seu serviço puramente de comissão.

O artigo conclui-se com a descrição da composição dos Estados-Maiores divisionários, enquanto o artigo 13 explicita que um futuro decreto especial iria designar os Oficiais do EMG e do CEM³.

Tendo em conta as atribuições do EMG e do CEM, pode-se afirmar que estes dois corpos foram organizados tendo em conta a continuidade com as funções “clássicas” dos Estados-Maiores “pré-modernos”, ou seja, dos Estados-Maiores pessoais dos Comandos de campanha das épocas anteriores às inovações introduzidas em Prússia por Scharnhorst e os reformadores militares prussianos e abordadas na presente tese. Estas funções diziam respeito ao exercício do comando durante um evento bélico e à ligação entre o comando das tropas e os quadros inferiores durante as operações. O EMG, a este respeito, ia constituir *in primis* o corpo dos Oficiais ao qual se delegava o comando ao mais alto nível durante as operações e, *in secundis*, era o corpo dos responsáveis pela inspeção das diversas Armas e, *in tertiis*, o corpo que proporcionava os Oficiais que iam ser empregues nos Estados-Maiores das divisões militares territoriais; finalmente, o CEM era o corpo que ia proporcionar os Oficiais que geravam e geriam a ligação entre o Alto Comando das Armas e as Divisões e Brigadas⁴. Finalmente, o problema principal deste decreto é que atribuiu funções ao EMG e ao CEM somente em caso de guerra, salvo na parte relativa aos Estados-Maiores das Províncias; sendo assim, é possível afirmar que

³ Decreto de 18 de julho de 1834, AHM/DIV/3/3/4-D/28.

⁴ Esta relação de subordinação dos Oficiais do CEM para com os Generais do EMG é testemunhada por uma OdE de 1847 em que o Rei proíbe aos Generais de incluir aos seus serviços um número de Oficiais do CEM maior de quanto estabelecido pelo decreto de 1834. Sendo assim, é fácil supor que a conduta dos Generais em relação aos Oficiais do CEM fosse tendencialmente discricionária e sujeita a personalismos e favoritismos. Veja-se Ordem do Exército nº 58 de 13 de agosto de 1847, AHM/DIV/3/3/4-D/43.

os dois corpos aqui considerados eram essencialmente agrupamentos de Oficiais cujas atribuições eram estabelecidas pontualmente; para mais, é importante sublinhar que o decreto não faz referência nenhuma à preparação da guerra, conotando portanto estes corpos como radicalmente diferentes do coevo Estado-Maior prussiano⁵.

Uma etapa importante relativamente ao desenvolvimento do CEM foi o decreto de 11 de janeiro de 1837, com o qual se estabelecia a criação da Escola Politécnica. Este estabelecimento militar visava proporcionar uma instrução militar para os Oficiais que iriam candidatar-se para o CEM. No decreto são indicados os cursos e as cadeiras proporcionados pela Escola Politécnica; o primeiro curso, o *Curso preparatorio para Officiaes de Estado Maior*, visava instruir os Oficiais para obterem a habilitação para entrarem no CEM⁶.

Em 1849 foi promulgado um outro decreto que visava reformar a organização do exército e da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (doravante abreviada em SENG). O primeiro artigo do decreto definia a composição do exército, que já não viria a ser dividido em quatro secções como na reforma de 1834, mas sim num único conjunto de Classes; em continuidade com o decreto de 1834, as primeiras Classes citadas no artigo único do primeiro capítulo da reforma são o EMG e o CEM, seguidos pelas outras Armas do exército e os estabelecimentos militares, entre os quais o corpo telegráfico. Estando o elenco das Classes em continuidade com as secções da reforma de 1834, pode-se supor que foi composto tendo em conta a ordem por antiguidade dos serviços elencados.

O segundo capítulo do decreto diz respeito à SENG. O facto de a SENG fazer parte desta reforma – mas, ao mesmo tempo, não seja incluída nas Classes elencadas no primeiro capítulo – coloca este órgão numa posição peculiar entre a esfera propriamente política – *de jure* e *de facto* a SENG é um ministério e não faz parte das forças armadas – e a esfera militar, pois é o órgão que gere o exército; noutros termos, pode-se deduzir da estrutura do decreto que as forças armadas portuguesas eram geridas e controladas pelo poder político, portanto em continuidade com a estrutura do poder político-militar na França e no Reino Unido, enquanto na Prússia já se podia assistir ao lento processo de separação do *Großer Generalstab* do controlo do Ministério da Guerra prussiano.

O primeiro artigo relativo à reforma da SENG descreve a estrutura que este órgão iria ter. A SENG ia ser dividida em quatro Repartições, sendo a primeira chamada “Militar”, a segunda “Central”, a terceira “Contabilidade” e sendo a quarta o Conselho de Saúde. O segundo artigo do segundo capítulo

⁵ De Sá Nogueira, João C., *Breve notícia histórica acerca do Corpo do Estado-Maior*, Separata ao *Boletim do EME*, obra citada, pgs. 14-15; Themudo Barata, Manuel, e Teixeira, Nuno S. (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Circulo dos Leitores, 2003, vol. 3, pg. 373.

⁶ Decreto de 11 de janeiro de 1837, AHM/DIV/3/3/4-D/33; no dia a seguir foi promulgado mais um decreto que definia melhor o ensino do curso preparatório para o quadro do CEM: decreto de 12 de janeiro de 1837, em *idem*. Ramires de Oliveira afirma que a criação da Escola Politécnica determinou o início do desenvolvimento da instrução militar em Portugal: Ramires de Oliveira, Arménio (coord.), *História do Exército Português*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1993, vol. 1, pgs. 195-197 e ssgg.; veja-se também de Sá Nogueira, João C., *Breve notícia histórica acerca do Corpo do Estado-Maior*, Separata ao *Boletim do EME*, obra citada, pg. 16; sobre o ensino militar em Portugal, veja-se também Themudo Barata, Manuel, e Teixeira, Nuno S. (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, obra citada, vol. 3, pgs. 424-427.

aborda as atribuições conferidas á Repartição Militar: esta Repartição, dirigida por um Oficial superior, dividia-se em três Secções: a primeira Secção tratava da correspondência entre a SENG e o Comandante em Chefe do Exército sobre as questões do pessoal; a segunda Secção tratava das escolas militares e do corpo Telegráfico, para além da justiça militar; a terceira Secção tratava das questões logísticas, sobretudo relativas ao equipamento, ao armamento e ao transporte. O terceiro artigo tratava da organização e atribuições da Repartição Central, também esta dividida em três Secções: a primeira Secção tratava da correspondência confidencial, das questões relativas ao pessoal civil e às cartas de lei, decretos, alvarás e, em geral, dos documentos executivos, a segunda Secção tratava das demais questões administrativas, entre as quais o registo dos ofícios, os pedidos de requerimento *et similia*; finalmente, a terceira Secção ocupava-se do registo das atas administrativas. Emerge, portanto, que não existia nenhuma repartição ou secção da SENG destinada à preparação do exército para a guerra – como, por exemplo, foi o caso do Estado-Maior prussiano até 1825 –.

O plano de reforma continuava detalhando a composição de cada uma das Classes do exército elencada no primeiro capítulo do decreto. O decreto estabelecia que o EMG iria ser composto por um Marechal General, dois Marechais do Exército, 10 Tenentes-Generais, 15 Marechais de Campo e 15 Brigadeiros. Estes Generais iriam ser empregues no Comando em Chefe do Exército, no Comando de Corpos de Exército, no Tribunal de Justiça Militar; no Comando das Divisões de tropa ativa e dos corpos territoriais assim como no Comando das Brigadas; o Chefe do Estado-Maior do Exército iria ser escolhido a partir do EMG, assim como o subchefe do Estado-Maior do Exército; de modo semelhante, o Comandante do CEM era escolhido entre os Oficiais Generais; por último, as direções dos estabelecimentos de instrução científica deviam ser ocupadas por Oficiais do EMG. As atribuições dos Oficiais do EMG estão em continuidade com as descritas no decreto de 1834, ou seja, aos Oficiais Generais era destinado o Comando das maiores unidades militares quando mobilizadas, ou seja os Corpos de Exército, as Divisões e as Brigadas; a questão do comando supremo do exército em caso de guerra era resolvida apontando para o corpo dos Oficiais Generais: um General iria desempenhar as funções de Comandante Supremo do exército português, e o seu Chefe de Estado-Maior iria ser escolhido do mesmo agrupamento de Oficiais. A este respeito, portanto, é necessário sublinhar que no decreto aqui examinado, com o termo “Estado-Maior do Exército” não se faz referência ao mesmo órgão analisado nos outros casos apresentados na presente tese, mas sim ao conjunto de Oficiais que iam assistir o Chefe de Estado-Maior no desempenho das suas funções de condução e organização das tropas para as operações durante um conflito (veja-se *ultra*).

O quarto capítulo do decreto abordava a composição e as atribuições do CEM. Este órgão, conforme o decreto, iria ser composto por um General Comandante, dois Coronéis, três Tenentes-Coronéis, três Majores e vinte Capitães, estando o número total de Oficiais deste corpo sujeito a possíveis aumentos consoante as necessidades. A reforma estabelecia uma comissão permanente no CEM, composta pelo Comandante e três Oficiais; o decreto reza que esta comissão “*se ocupará de todos os trabalhos que lhe forem commettidos pelo mesmo Comandante, ou por ordem superior*”. Os

Oficiais do CEM irão ser empregues nos Quartéis Gerais das unidades do exército e para realizarem todos os trabalhos relacionados com as suas habilitações científicas consoante as disposições do Comandante do CEM, do Ministério da Guerra [*sic* no texto do decreto; em termos gerais, Ministério da Guerra, Secretaria da Guerra e SENG são termos equivalentes nos decretos analisados] ou do Comandante em Chefe do Exército.

O texto da reforma continua descrevendo a composição de cada uma das Classes elencadas no primeiro capítulo do decreto; sem entrar nos detalhes de cada uma das Classes previstas, atente-se, ainda assim, ao capítulo dezasseis, que trata da organização do exército em Divisões e Brigadas, e ao dezassete, que relata a composição dos Estados-Maiores das unidades do exército; entre as outras unidades, nas alíneas quatro e cinco é descrito o Estado-Maior do Comandante em Chefe do Exército: neste caso, aparece pela primeira vez nos documentos analisados o cargo de Chefe de Estado-Maior do Exército, cargo destinado a um General; o Chefe de Estado-Maior do Exército iria ser coadjuvado por um Subchefe de Estado-Maior do Exército, também ele General ou Coronel.

Relativamente ao Comandante do CEM, o capítulo dezoito do decreto é de particular importância, pois o seu artigo quatro relata as atribuições do Comandante deste corpo. Reza o artigo que o General Comandante do CEM “*tem a seu cargo detalhar o serviço dos seus subordinados, segundo a aptidão de cada um*”; distribuir programas que “*tenham por fim reconhecimentos de terrenos, levantamentos de plantas, escolha de posições militares, indicação de vãos, e das comunicações que devam seguir as tropas em campanha*”; o General Comandante devia outrossim recolher informações sobre os recursos do país e as memórias históricas sobre as campanhas militares; finalmente, através do auxílio da Comissão Permanente do CEM, o Comandante do CEM colige e classifica os trabalhos científicos do CEM e, concluindo, compete-lhe “*satisfazer a tudo o mais, que no respectivo regulamento se achar consignado*”. As últimas disposições de relevo para a presente análise dizem respeito à reunião dos corpos para realizarem exercícios militares e manobras, segundo um plano estabelecido em cada ano e por períodos de tempo limitados⁷.

As razões desta reforma vieram a ser explicadas na Ordem do Exército (doravante abreviado em OdE) n° 3 de 9 de janeiro de 1850⁸. Esta OdE é de particular interesse pois, já desde as primeiras palavras, refere informações sobre como o exército português devia ser organizado:

A organização do Exercito depende de muitas considerações: é mister apreciar simultaneamente a população apta para o serviço militar; a composição, e força do Exercitos da Nação confinante, e os meios de que esta poderá dispôr para agredir; os recursos financeiros do paiz; a sua

⁷ Decreto de 20 de dezembro de 1849 com o título *Plano de organização do Exercito e da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra*, AHM/DIV/3/3/4-D/45. Veja-se também De Sá Nogueira, João C., *Breve notícia histórica acerca do Corpo do Estado-Maior*, Separata ao *Boletim do EME*, obra citada, pgs. 16-19.

⁸ No decreto de 20 de dezembro de 1849 é referida a OdE em questão, encontrando-se esta presente numa nota do texto do decreto, a sublinhar a relação entre os dois documentos. Assim, pode-se supor que a OdE aqui analisada seja a Ordem executiva do decreto para o exército.

situação geográfica, e o desenvolvimento das suas fronteiras; finalmente o plano de defesa que haja de se adoptar.

Estas palavras são importantes pois apresentam o principal axioma estratégico do estado português: em presença de uma população escassa e, por conseguinte, de um reduzido número de jovens aptos ao serviço militar, a pedra angular da estratégia portuguesa será a atitude e os recursos militares – em homens e meios – da “*Nação confinante*”, ou seja, a Espanha. Ademais, a narrativa na OdE de 1850 apresenta claramente uma especificidade: é a Nação confinante que irá agredir, se os meios dos quais dispuser forem suficientes; o plano que Portugal deverá adotar tendo em conta todas as variáveis internas e externas será de defesa contra o inimigo espanhol. A este respeito, a OdE repropõe a característica principal da cultura estratégica que caracterizou Portugal desde a conclusão da Reconquista: o país, constringido entre o oceano atlântico e a potência castelhana, não podia desenvolver uma perspectiva estratégica que apontasse para algo mais do que uma defesa atenta contra o vizinho ibérico; a confirmação desta perspectiva vem da história das confrontações militares entre os dois países: salvo raras exceções em que Portugal organizou forças expedicionárias contra a Espanha – sem, contudo, poder falar de verdadeiras invasões ou ocupações –, foi sempre a Espanha a invadir o território português, determinando assim a atitude defensiva da cultura estratégica portuguesa⁹.

Um segundo elemento do relevo referido na OdE de 1850 é a necessidade de melhorar a organização do exército tendo sempre em vista os escassos recursos à disposição do estado português, ou, como reza o texto, “*tendo sempre em vista a economia da Fazenda Publica*”; tendo em conta esta perspectiva, o princípio a partir do qual se desenvolveu esta reforma foi o de organizar o exército em pé de paz para que, em caso de mobilização, os quadros em pé de paz pudessem transitar para a organização em pé de guerra sem sofrer variações.

Continua a OdE que, em virtude das necessidades orçamentais, não era necessário – ou possível – dar lugar na reforma a importantes inovações, chegando assim à introdução de modificações relevantes na organização do exército sem, contudo, revolucionar a sua base. A este respeito foram extintas as Secções do exército, pois

Tendo a experiencia mostrado, que na divisão do Exercito em Secções não ha conveniencia alguma, e que pelo contrario tem servido para abusos, e causado embaraços, sobre tudo por occasião de promoções.

Porém, as Classes em que o exército é dividido são mantidas e aumentadas com a inclusão das Classes dos Veteranos e das Fortalezas. O EMG e o CEM foram modificados só marginalmente; o decreto reza que “*As Repartições do Estado Maior General são organisadas como se julgou mais conveniente e economico*”. A principal inovação relativa à SENG foi a criação da Repartição Militar,

⁹ A centralidade da Espanha na cultura estratégica portuguesa é afirmada também por Ramires de Oliveira, Arménio (coord.), *História do Exército Português*, obra citada, vol. 1, pg. 203 e vol. 4, pg. 12.

com o objetivo explícito de introduzir nos quadros ministeriais pessoal do exército em prol dos problemas mais técnicos relativos à Instituição militar, pois anteriormente a SENG era composta somente por pessoal civil; a OdE conclui-se declarando que, graças à reforma, a Fazenda Pública ia poupar 193,719 mil-réis¹⁰.

Analisando as atribuições dos Comandante do CEM, é importante sublinhar desde já a discricionariedade do seu comando no que diz respeito às atividades realizadas pelo corpo. Nos excertos referidos *supra* esta dinâmica emerge nitidamente: as atribuições são só vagamente definidas e podem-se considerar mais “categorias” de trabalhos a serem realizados pelos Oficiais do CEM sob a supervisão do General Comandante; o elemento talvez mais importante a este respeito é a referência a um regulamento, cujas indicações o Comandante do CEM deverá cumprir; o problema principal, contudo, é que Luiz da Câmara Leme, no seu *Elementos da Arte Militar*, afirma que até pelo menos 1860 não foi promulgado nenhum regulamento em que as atribuições do CEM fossem definidas: *cum grano salis*, pode-se supor que o decreto fizesse referência a um regulamento que ainda devia ser escrito e que, por razões talvez referentes à perspectiva política da Regeneração descrita *ultra*, acabou por não ser redigido¹¹.

Refere a literatura disponível que a Regeneração, que convencionalmente se faz começar depois da insurreição do Duque de Saldanha no dia 1 de maio de 1851, tinha três objetivos militares incluídos na sua perspectiva política: em primeiro lugar, a classe política da Regeneração queria modernizar e melhorar o equipamento militar do exército português; em segundo lugar, queria fortificar o objetivo estratégico principal de Portugal, ou seja, a sua capital Lisboa; finalmente, queria rever e melhorar a organização do exército e os seus axiomas táticos. O historiador António José Telo, na *Nova História Militar de Portugal*, aponta para o desenvolvimento das linhas defensivas de Lisboa como o “*centro da estratégia militar nacional nas próximas décadas*”, tendo os estudos para o desenvolvimento destas fortificações começado em 1859. A centralidade estratégica das linhas de defesa de Lisboa – que se irá chamar “Campo Entrincheirado de Lisboa” – é confirmada pela contínua e constante revisão e modernização das linhas fortificadas, pelas infraestruturas ligadas a estas linhas defensivas e pelo

¹⁰ Ordem do Exército nº 3 de 9 de janeiro de 1850, AHM/DIV/3/3/4-D/46. Tendo em conta o padrão-ouro introduzido em 1854, pelo qual 1 mil-réis correspondia a 1,62585 gramas de ouro, a poupança aqui indicada corresponde a pouco menos de 315 quilogramas de ouro fino.

¹¹ Da Câmara Leme, Luiz, *Elementos da Arte Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874, pgs. 93-96. Quanto afirmado por Luiz da Câmara Leme estaria em contradição com a presença de documentos que relatam a instituição de uma comissão em 1849 preposta à redação de um regulamento para o CEM e outros que falam das propostas avançadas por esta comissão em 1850; contudo, não foi possível estabelecer se este regulamento acabou por ser implementado ou não: vejam-se *Portaria assinada por Adriano Maurício Guilherme Ferreira, do Ministério da Guerra, sobre a nomeação de uma comissão para a criação de um regulamento para o Corpo de Estado Maior do Exército*, 18 de julho de 1849, AHM/DIV/3/31/1/02; *Projecto de um regulamento para o Corpo do Estado Maior apresentado em 20 de Maio de 1850 pela comissão encarregada de o confeccionar*, documento assinado pelo Major Brandão de Castro Ferreira e os Capitães Aleixo Pais e Castro Cabral de Albuquerque, AHM/DIV/3/31/2/7, e os documentos contidos em AHM/DIV/3/31/2/11 e 12, que referem as modificações propostas ao regulamento no biênio de 1850-1851; relativamente as estas alterações, foram consideradas como prova que desde a nomeação da comissão até pelo menos a 1851 o regulamento em questão não foi aprovado.

armamento que se tentará adotar para presidir este conjunto de fortificações¹². A criação do Campo Entrincheirado de Lisboa é importante no que diz respeito à presente tese porque confirma os axiomas estratégicos portugueses no período aqui considerado: o axioma estratégico defensivo português é reificado por esta extensa obra defensiva que rodeia a capital da metrópole e aponta claramente para a suposta ameaça espanhola como razão para a criação deste sistema; a chefia político-militar portuguesa, consciente dos escassos recursos militares à sua disposição para estruturar planos estratégicos diferentes da defesa do território metropolitano contra um inimigo superior em homens e meios, assenta num ideal estratégico que põe o acento militar na defesa quanto mais prolongada possível da capital e o acento político – e militar também – na aliança histórica com o Reino Unido e a sua intervenção em defesa de Portugal em caso de agressão espanhola. Noutros termos, o eixo do pensamento e do sistema militar português apontava para a defesa o mais prolongada possível do território esperando a rápida e resolutiva intervenção de uma força inglesa, repondo idealmente a mesma perspetiva político-militar que havia emergido durante a Guerra Peninsular.

Foi no período que separa a inauguração da Regeneração e a reforma do exército de 1863 que Augusto César de Vasconcellos redigiu uma obra interessante que diz respeito ao CEM e, mais em geral, ao aparelho militar português, ou seja, a “Memória sobre o Corpo do Estado Maior”. Nesta obra, escrita em 1857, Vasconcellos propõe um breve enquadramento histórico dos Corpos de Estado-Maior que existiram na Europa até a 1857, focando a sua atenção sobretudo nas organizações austríaca e francesa, consideradas as primeiras a ter instituído um Corpo de Estado-Maior. Logo a seguir, o Major-General Vasconcellos foca a sua atenção no CEM português, analisando a sua composição, as suas atribuições e o seu emprego. Finalmente, Vasconcellos conclui manifestando a sua preocupação sobre o exíguo número de Oficiais do CEM e propondo medidas para melhorar o inteiro aparelho militar português – por exemplo propondo o aumento dos Corpos de Exército para três, um para uma região militar norte de Portugal, outro para a região central e outro para o sul – e propondo o aumento dos Oficiais do CEM na mesma medida, para assegurar aos Generais Comandantes dos Corpos de Exército um número adequado de auxiliares do comando. A este respeito, é interessante notar uma aproximação do pensamento de Vasconcellos ao pensamento militar alemão: afirma o Major-General que

O portador de uma ordem deve ser um oficial competentemente habilitado e de tão reconhecido merito, que o respectivo chefe possa, sem inconveniente, dar-lhe certa latitude para a modificar segundo as circunstancias, que estão variando de momento a momento

¹² Themudo Barata, Manuel, e Teixeira, Nuno S. (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, obra citada, vol. 3, pgs. 371-373, 376, 392-395. Na mesma obra é evidenciado como a necessidade de presidir o Campo entrincheirado de Lisboa induziu a chefia político-militar portuguesa a modernizar as peças de artilharia em dotação ao exército português e a introdução dos grossos calibres de artilharia de origem sobretudo alemã.

Ou seja, noutros termos, a *Führung nach Direktive* analisada *supra* no capítulo dedicado à Prússia-Alemanha. A amarga conclusão de Vasconcellos é que, nas condições em que o CEM se encontrava enquanto o Major-General estava a escrever, o CEM precisava de uma radical reforma, quer em termo de número de Oficiais que pertenceriam a este corpo, quer em termo de distribuição das funções e dos trabalhos realizados¹³. Pode-se afirmar que terão de passar pelo menos 25 anos para ver os primeiros pródromos de reforma reorganizarem de forma mais orgânica as atribuições do CEM, começando um percurso que conduzirá esta Instituição militar a se tornar no EME.

Mais uma reforma parcial do exército foi avançada no biénio 1862-1863. Com a OdE de 31 de dezembro de 1863 dava-se execução a um conjunto de decretos aprovados a partir de uma primeira proposta governativa de 29 de janeiro de 1862 em matéria de reorganização do aparelho militar português. Na OdE de 1863 era referido que o número dos quadros dos Oficiais empregues nas comissões do Ministério da Guerra, a discricionariedade das promoções e o aumento das despesas destinadas aos vencimentos destas nomeações determinaram a necessidade de rever a organização do exército e dos quadros dos Oficiais; as razões económicas aqui acenadas, contudo, podem-se considerar como uma das razões possíveis pelas quais foi avançada esta reforma, pois o decreto de 1863 não se limita a rever o quadro dos Oficiais do exército mas avança com uma reforma mais ampla do aparelho militar português, sem todavia revolucionar as bases do exército estabelecidas pela reforma de 1850.

Como consueto, o decreto da reforma inicia com a composição do exército descrita por classes: o primeiro órgão do exército continuava a ser o EMG, seguido pela recém-surgida Guarda Real e o CEM. O segundo capítulo do decreto tratava da organização da SENG: este órgão ministerial compreendia um gabinete do ministro, uma repartição central, duas direções e um jurisconsulto; todavia, o decreto não refere as atribuições destas divisões da SENG, explicitando somente a composição dos quadros de cada divisão e se existiam subdivisões.

No artigo 9 do decreto instituíam-se 8 comissões consultivas da SENG, uma por cada Arma ou órgão do exército. A primeira comissão é a do Estado-Maior, que com as de engenharia, artilharia, cavalaria e infantaria “*têm por principal objecto a discussão das questões relativas á organização, serviço, instrucção e disciplina dos corpos ou armas que representam*”. A comissão consultiva do Estado-Maior era composta por três membros, para além do presidente, ou seja, o Comandante Geral. Relativamente aos trabalhos das comissões consultivas, o decreto estabelecia que estas comissões deviam reunir-se pelo menos uma vez por semana; finalmente, os trabalhos realizados deviam ser resumidos num relatório anual enviado ao Ministro da Guerra.

¹³ De Vasconcellos, Maj. Gr. Cesar Augusto, *Memoria sobre o Corpo do Estado Maior*, Lisboa, Typographia Universal, 1863.

O terceiro capítulo do decreto trata da composição do EMG e das atribuições dos Oficiais Gerais, confirmando que o EMG agrupava os Oficiais Gerais destinados ao Comando das Armas em tempo de paz e das grandes unidades das tropas mobilizadas em caso de guerra.

O quinto capítulo tratava especificadamente do CEM. A organização do CEM de 1863 é de particular importância no que diz respeito à presente tese: em primeiro lugar, ao artigo 17 do decreto é estabelecido que

O commandante do corpo de estado maior estará sob as immediatas ordens do ministro da guerra, e terá respectivamente as mesmas attribuições que têm os commandantes geraes de engenharia e artilheria.

Em segundo lugar, no artigo 18 é formalmente instituído o cargo de Chefe de Estado-Maior, Coronel do CEM, que irá dirigir a secretaria do próprio corpo. Relativamente à criação deste posto, podem-se avançar duas hipóteses: por um lado, o Chefe de Estado-Maior do CEM, posto instituído antes do surgimento de um Estado-Maior comparável em termos de atribuições aos dos outros países estudados na presente tese, pode-se considerar como um “antepassado” do Chefe de Estado-Maior do Exército (doravante abreviado em CEME) que é a figura portuguesa que, como se verá *ultra*, tem algumas das atribuições típicas dos Chefes de Estado-Maior analisados nos capítulos precedentes; o seu papel de Chefe de Estado-Maior do Comandante do CEM implica que fosse o principal conselheiro deste Comandante: este último, chefiando um corpo de Oficiais destinados à composição dos Estados-Maiores das tropas mobilizadas e às comissões que podiam desempenhar as funções de preparação à guerra, permite associar o Chefe de Estado-Maior do CEM às atribuições “clássicas” dos Chefes de Estado-Maior analisados até agora, sobretudo o CEMA francês e o CGS inglês. Por outro lado, o surgimento deste posto pode-se comparar à instituição do posto de Chefe do Estado-Maior do Comandante Supremo do Exército português, ou seja, o Chefe de Estado-Maior iria desempenhar funções de auxílio à chefia militar – ao Comandante do CEM no primeiro caso, assim como ao Comandante Supremo do Exército no segundo caso – sem, contudo, desempenhar funções claras de preparação para a guerra¹⁴.

No artigo 21 do decreto de 1863 são estabelecidas as funções dos Oficiais do CEM:

Os officiaes do corpo do estado maior serão empregados, como regra geral, nas seguintes commissões:

No serviço de secretaria d'estado dos negocios da guerra;

Como chefes e sub-chefes d'estado maior e adjuntos nos quartéis generaes dos commandos de exercito e corpos de exercito em campanha;

¹⁴ Os documentos à disposição, assim como o próprio decreto de 1863, não permitem determinar qual das duas possibilidades esteja correta. Na opinião de quem escreve, admitindo a possibilidade que o Chefe de Estado-Maior do CEM abordasse só tangencialmente as questões da preparação para a guerra, a segunda opção parece a mais verosímil.

Como membros da comissão consultiva do corpo;
No serviço pratico, nos reconhecimentos militares e trabalhos geodesicos;
Como ajudantes de campo do commandante do corpo do estado maior;
Como chefes e sub-chefes d'estado maior, adjuntos e ajudantes de campo dos generaes commandantes das divisões de tropas e das divisões militares territoriaes.

Finalmente, o capítulo 17 do decreto estabelecia que em caso de guerra ou rebelião o executivo podia nomear um General Comandante em Chefe do Exército; neste caso, instituía-se um Estado-Maior do General Comandante, chefiado por um Chefe de Estado-Maior de posto General, Coronel ou Tenente-Coronel, podendo, portanto, provir do EMG ou do CEM. Em rigor, os Estados-Maiores dos Corpos de exército mobilizado serão compostos por Oficiais do CEM¹⁵. António José Telo atribui grande importância à reorganização do exército de 1863; nas suas palavras, “*A reorganização de 1863 [...] cria as condições indispensáveis para a modernização do exército, principalmente em termos do seu comando*”¹⁶.

Relativamente aos regulamentos citados *supra*, foi encontrado um regulamento redigido em 1865 que detalha de forma melhor as tarefas reservadas aos Oficiais do CEM que complementa as atividades previstas na OdE descrita *supra* e que, portanto, contribui para uma melhor compreensão do órgão analisado até agora. Sem analisar este documento de forma excessivamente aprofundada, é suficiente assinalar que o regulamento destinava os Oficiais do CEM ao emprego como chefes e subchefes de Estado-Maior dos Corpos de Exército e das Divisões em tempo de guerra e em pé de paz cada vez que estas unidades são compostas; estes Oficiais eram empregues também nos reconhecimentos militares, nos exercícios técnicos e nos campos de instrução e de manobra; de um ponto de visto político-militar, os Oficiais do CEM eram empregues como adidos militares nas legações portuguesas no estrangeiro e nas missões diplomáticas; relativamente aos trabalhos de natureza mais técnica, estes Oficiais eram empregues nos trabalhos topográficos e fotográficos militares. Finalmente, no caso de um evento bélico em que Portugal permanecesse neutral, os Oficiais do CEM seriam enviados para os Estados-Maiores dos países beligerantes para seguir o devir das operações¹⁷.

Com o decreto de 2 de dezembro de 1868 foi introduzida uma mudança de relevo no quadro referente ao CEM. Este decreto, para além de reduzir de algumas unidades o número dos Oficiais do CEM consoante a redução das Divisões metropolitanas de Portugal, estabelecia o artigo 2 que:

¹⁵ Ordem do Exército nº 53 de 31 de dezembro de 1863, AHM/DIV/3/3/4-D/59.

¹⁶ Themudo Barata, Manuel, e Teixeira, Nuno S. (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, obra citada, vol. 3, pg. 374.

¹⁷ Veja-se *Regulamento do Corpo do Estado Maior*, 24 de maio de 1865, documento preparado pelo Secretário do SEM Barão de Wiederholdt, AHM/DIV/3/31/2/24.

Quando no actual commando do corpo do estado maior se der vacatura, passará tal cargo a ser exercido pelo general commandante geral de engenharia, ás ordens de quem houverá uma repartição especial que terá por chefe um official superior do mesmo corpo do estado maior encarregado da direcção do serviço dos respectivos officiaes do corpo.

No artigo 4 era estabelecida a extinção dos “*empregos de chefe de estado maior do corpo, ajudante de campo do commandante e secretario do mesmo corpo*” quando o artigo 2 se puder aplicar¹⁸. Opina António José Telo que foi estabelecida a integração do Comando do CEM no corpo de engenharia

*[...] talvez por se pensar que a sua principal função era preparar as linhas de defesa de Lisboa e desenvolver os planos pertinentes, mas era uma solução claramente insatisfatória. O reduzido quadro do estado-maior era considerado um dos principais motivos do lento avanço das obras de defesa de Lisboa.*¹⁹

Em 1877 um projeto de revisão da organização do CEM sublinhava alguns elementos importantes relativos a este corpo: em primeiro lugar, é sublinhado que o CEM era auxiliar do EMG, sublinhando assim não só a diferente antiguidade dos dois corpos, mas também o tipo de serviço que desempenhavam: o EMG era o responsável pelo comando do exército, o CEM era um corpo que auxiliava o EMG nas suas funções. Em segundo lugar propunha-se voltar a ter um Comando do CEM separado do Comando da Arma de engenharia, pois o CEM precisava de uma chefia que lhe fosse dedicada; finalmente, no texto da proposta de lei encontra-se presente um excerto de um debate parlamentar em torno das modificações propostas; este debate é importante uma vez que nele é citado o papel desempenhado pelo Estado-Maior de Moltke durante a campanha boémia de 1866 e os erros cometidos pelo Estado-Maior austríaco que determinaram o desaire das forças imperiais: esta citação implica que o eco da força da organização militar prussiano-alemã era conhecido e apreciado em Portugal, e, *cum grano salis*, podia constituir um modelo também para as forças armadas terrestres portuguesas; com certeza, no debate é levantado o pedido de aumento dos Oficiais do CEM, pois como a campanha conduzida por Moltke revelou, este corpo era fundamental para as dinâmicas militares da guerra moderna²⁰.

Em 1884 teve lugar mais uma reforma do aparelho militar português. No documento preparatório desta reforma é afirmado que;

¹⁸ Decreto de 2 de dezembro de 1868, AHM/DIV/3/3/4-D/64. Veja-se também Ramires de Oliveira, Arménio (coord.), *História do Exército Português*, obra citada, vol. 1, pgs. 219-220, e de Sá Nogueira, João C., *Breve notícia histórica acerca do Corpo do Estado-Maior*, Separata ao *Boletim do EME*, obra citada, pg. 19.

¹⁹Themudo Barata, Manuel, e Teixeira, Nuno S. (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, obra citada, vol. 3, pgs. 374-375.

²⁰ Veja-se *Projecto de lei (minuta) do quadro do Corpo do Estado Maior do Exército*, fevereiro-março de 1877, AHM/DIV/3/31/1/27.

No exercito, o tempo de paz deve empregar-se em constante preparo para a guerra. Para que um certo numero de officiaes se achem habilitados em campanha a dirigir e auxiliar as operações da guerra, dispondo de conhecimentos tácticos e estrategicos; possuindo a exacta apreciação das forças e condições, não só do exercito nacional, mas tambem do exercito inimigo; conhecendo a topographia do proprio paiz e dos lemitrophes, com especialidade a do teatro provavel da guerra; finalmente, para que esses officiaes se achem iniciados e familiarizados em todos os serviços que tornam prontos e proficuos na guerra quaisquer movimentos militares, é indispensavel instruil-os e formal-os na paz.

Durante a paz devem preparar tambem, estes officiaes, todos os elementos que são proveitosos e necessarios ao supremo commando das forças em campanha. D'aqui proveiu aos exercitos a necessidade da criação de corpos de officiaes do estado maior.²¹

Na OdE de 31 de outubro de 1884 emergem algumas modificações importantes quer ao nível mais amplo do exército, quer ao nível mais específico do CEM: Telo sublinha que esta reforma apontava para o aumento das reservas do exército e, em geral, das forças mobilizáveis, de forma a que se pudesse proceder a uma extensão do Campo entrincheirado de Lisboa; para mais, a reforma aumentava o número de anos em que um recruta devia servir, passando de 8 para 12²². Contudo, mais uma vez esta reforma não almejava revolucionar o aparelho militar português, mas, antes, introduzir modificações que melhorassem a organização e a preparação do exército.

A este respeito, o primeiro artigo da OdE apresenta a primeira alteração importante produzida por esta reforma: como nos outros decretos e OdE analisados *supra*, o primeiro artigo aborda a composição do exército; no elenco, aparece na primeira posição a SENG, seguida pelo EMG, o CEM e as Armas do exército e os outros estabelecimentos, com a relevante exceção que diz respeito ao serviço telegráfico. A SENG seria, assim, integrada no quadro do exército português, passando a ser uma instituição primariamente militar, pois representa o órgão com mais antiguidade do exército, continuando a ter secundariamente o seu carácter ministerial, pois continuava a ter uma natureza política e a participar nas atividades governativas –. No artigo 2 são apresentadas as atribuições da SENG, que permanecem em continuidade com as funções que lhe foram atribuídas anteriormente, salvo as novas atribuições que foram dadas à segunda Repartição da direção-geral da SENG relativas à organização e à instrução das reservas do exército e à redação dos planos de mobilização em caso de

²¹ Estas palavras descrevem bem, na opinião de quem escreve, o serviço que os Estados-Maiores proporcionam; outrossim, explicam as razões da criação do CEM em Portugal e, mais em geral, dos Estados-Maiores nos outros países analisados na presente tese. Veja-se *Relatório que precede e justifica o projecto de reorganização do Corpo do Estado Maior*, 1884, AHM/DIV/3/02/10/14.

²² *Idem*, pg. 400. Sendo assim, emerge que o sistema militar português não era alicerçado pelo serviço militar obrigatório – a nação em armas – como na Alemanha e na França.

guerra. Relativamente ao EMG, a reforma de 1884 não determina modificações de relevo; no artigo 3 é explicitado que o Rei é o Chefe Superior do Exército e tinha o posto de Marechal General; 7 dos 24 Generais de Brigada previstos na reforma eram destinados ao CEM, ao corpo de engenharia e ao de artilharia.

Relativamente ao CEM, o artigo 5 do decreto reestabelecia o Comando independente deste corpo, até aquele momento dirigido entre 1881 e 1884 pelos Comandantes Gerais da Engenharia António Fontes Pereira de Melo, José Manços de Faria e António Azevedo e Cunha. O Comandante do CEM, reza o artigo 5, será “*um general que tenha feito a sua carreira no quadro d’este corpo*”; por conseguinte, o Comandante do CEM continuava a ser escolhido do agrupamento do EMG, mas devia ser um Oficial que realizou o seu *cursus honorum* no CEM e não nas Armas. É outrossim especificado no decreto que o Comandante do CEM irá receber ordens somente do Ministro da Guerra.

O quadro do Oficiais do CEM previsto no artigo 6 aumentava ligeiramente, compreendendo 6 Coronéis, 6 Tenentes-Coronéis, 6 Majores, 20 Capitães e 10 Tenentes. No mesmo artigo é estabelecido um serviço privativo do CEM: este serviço compreende o serviço do CEM, o serviço das respetivas repartições e das suas derivações e, finalmente, o serviço de Estado-Maior das divisões territoriais. Era outrossim especificado que os Oficiais do CEM podiam receber comissões detalhadas no artigo 169 do mesmo decreto, consoante o posto previsto pelo desempenho das funções nestas comissões: a título de exemplo, Oficiais do CEM podiam ser empregues como Ajudantes de Campo do Rei, podiam obter vagas na direção dos trabalhos geodésicos e no ensino militar.

O Comandante do CEM desempenhava as seguintes funções: dirigia superiormente o próprio corpo; nomeava até ao posto de Capitão os Oficiais destinados aos serviços técnicos e sugeria ao Ministro da Guerra os Oficiais acima do posto de Capitão para os mesmos serviços técnicos. Ao Comando do CEM pertenciam uma secretaria, um arquivo geral, uma biblioteca e um gabinete de instrumentos topográficos e fotográficos. Um Coronel do CEM era chefe da secretaria do CEM e tinha o título de Chefe de Estado-Maior; a secretaria dividia-se em 2 secções, sendo ambas dirigidas por um Tenente-Coronel ou Major. Na primeira secção eram enquadrados 3 Capitães, 3 Tenentes e, sobretudo, os adidos militares em missão nas ligações portuguesas no estrangeiro. Relativamente às atribuições desta secção, o decreto estabelece que

À 1.ª secção compete o estudo dos exercitos estrangeiros e dos melhoramentos e aperfeiçoamentos a introduzir na organização do exercito nacional, dos planos e regras de mobilização e respectivo regulamento, e bem assim do relativo ao serviço das tropas em campanha e dos serviços accessorios indispensaveis para sua segurança e mobilidade, e das estatisticas militares.

Continua o artigo 10 do decreto de 1884 com a descrição da segunda secção do CEM: esta secção compreendia 5 Capitães e 3 Tenentes; relativamente às funções desempenhadas por esta secção, reza o decreto que:

À 2.^a secção compete o estudo militar do paiz, das operações e planos de campanha, das concentrações das tropas e marchas pelos caminhos de ferro e pelas estradas ordinarias.

Em prol dos objetivos estabelecidos para a segunda secção do CEM, o decreto especifica que “*devem ser aproveitadas as cartas levantadas pela direcção geral dos trabalhos geodesicos*”. Na alínea 3 do décimo artigo, vem a ser estabelecido que:

No periodo mais proprio do anno, dois ou mais grupos de officiaes, compostos com o pessoal da 2.^a secção, procedem, em diferentes zonas do paiz, aos reconhecimentos militares e itinerarios que forem julgados necessarios, ou á resolução de problemas que lhes tenham sido propostos.

Noutros termos, esta alínea estabelece que os 9 Oficiais que compõem a segunda secção deviam realizar viagens de Estado-Maior, *Kriegsspiele* e todas as atividades de instrução em papel ou que previssem deslocações no terreno em prol da instrução dos próprios Oficiais e da preparação para a guerra²³.

O decreto introduzia também uma comissão interna ao CEM, composta pelo Comandante do CEM, pelo Chefe do Estado-Maior do CEM, pelo da Primeira Divisão do exército, e pelos dois chefes das duas secções da secretaria do CEM, “*para ser ouvida pelo commandante em assumptos de reconhecida utilidade, quando assim o entender*”. Contudo, o decreto não especifica nem exemplifica os assuntos aos quais se refere, deixando subentendida uma certa discricionariedade por parte do Comandante do CEM em torno da convocação desta comissão.

A reforma continua elencando os princípios relativos à promoção dos Oficiais, a instrução e as habilitações para entrar no CEM; um elemento importante, presente também nos outros Estados-Maiores analisados na presente tese, é que os Oficiais do CEM, durante o *cursus honorum* para chegar ao posto de Coronel, deverão voltar regularmente ao serviço na tropa ativa.

Em caso de evento bélico e de mobilização do exército, os Estados-Maiores das forças mobilizadas irão completar os seus quadros com os Oficiais do CEM; conseqüentemente, o Comando do CEM virá

²³ Um documento de 1895 expõe as instruções para a realização das viagens de Estado-Maior, permitindo, pois, afirmar que as viagens de Estado-Maior realizadas em Portugal eram essencialmente iguais às realizadas nos outros países. No caso português, estas viagens eram também chamadas de “viagens-manobras”. Veja-se *Instruções para as viagens de Estado Maior*, setembro de 1895, AHM/DIV/3/31/1/30.

a ser reduzido ao estritamente necessário para que forneça aos Comandos das forças mobilizadas os diversos trabalhos de preparação à guerra anteriormente realizados²⁴.

Cum grano salis pode-se considerar a reforma do aparelho militar português de 1884 como o ponto de partida para o surgimento de um Estado-Maior militar em Portugal que fosse comparável aos Estados-Maiores já existentes na França e na Alemanha. Todavia, a organização portuguesa estava ainda muito longe da estrutura e chefia necessárias para organizar um *Brain of the Army*, como se podem considerar os Estados-Maiores analisados na presente tese nas suas organizações tardias. A secretaria do CEM pode-se considerar um Estado-Maior somente em virtude das funções que desempenha: como enunciado *supra*, as duas secções da secretaria do CEM recolhem informações sobre os exércitos estrangeiros – exatamente como os departamentos de *intelligence* dos Estados-Maiores dos outros países analisados –, organizam a mobilização e a concentração das forças mobilizadas, preparam os planos de campanha e, finalmente, preparam a logística e o transporte das tropas.

Todavia, ainda não se fala na organização portuguesa de “Estado-Maior”; a estrutura da secretaria do CEM desempenhava, é certo, funções muito parecidas – ou completamente correspondentes – às dos Estados-Maiores, mas a posição da secretaria do CEM no aparelho militar português deixava o seu trabalho em condições de marginalidade: tenha-se em consideração que todos os trabalhos que a secretaria realizava eram organizados pelo Chefe do Estado-Maior do CEM, que os entregava ao Comandante do próprio CEM e, finalmente, ao Ministro da Guerra. Tendo em consideração as atribuições do Comandante do CEM e a própria natureza deste corpo, pode-se deduzir que os trabalhos realizados fossem utilizados para a orientação dos Oficiais do CEM quando iriam formar os quadros dos Estados-Maiores divisionários e das grandes unidades em caso de evento bélico; noutros termos, pode-se supor que o Ministro da Guerra ordenasse ao Comandante do CEM a preparação dos trabalhos para a mobilização, concentração e os planos de campanha – tenha-se em consideração que, tendo a defesa do Campo entrincheirado de Lisboa a centralidade estratégica nos planos militares portugueses, estes trabalhos podiam-se resolver em *timetables* sobre a disposição das tropas e esquemas de distribuição dos armamentos no sistema de fortificações que rodeava a capital lusa –; o comandante encarregava o Chefe de Estado-Maior chefe da secretaria de preparar todos os trabalhos requeridos; completados os trabalhos, o Comandante do CEM tratava da adoção dos planos com o Ministro da Guerra e, em caso de variações, os planos voltavam à secretaria do CEM; finalmente, o Comandante do CEM ou o Ministro da Guerra distribuía os planos aprovados pela SENG aos Oficiais do CEM – e em toda probabilidade também aos Oficiais do EMG – para que pudessem desempenhar as funções que lhes eram atribuídas consoante os planos previstos.

A natureza dos trabalhos atribuídos à secretaria do CEM pode ser colhida através de um elemento importante, sobretudo se comparado com os outros Estados-Maiores analisados aqui, a saber, o

²⁴ Ordem do Exército nº 20 de 31 de outubro de 1884, AHM/DIV/3/3/4-D/80. Veja-se também Ramires de Oliveira, Arménio (coord.), *História do Exército Português*, obra citada, vol. 1, pgs. 220-225.

número de Oficiais que trabalhavam na secretaria. No total, a secretaria do CEM somava o Chefe de Estado-Maior do CEM, 2 Tenentes-Coronéis ou Majores como chefes de secção, 8 Capitães, 6 Tenentes e os adidos militares nas legações estrangeiras que, portanto, não desenvolviam nenhum trabalho de Estado-Maior, salvo seja a recolha e envio de informações sobre os exércitos estrangeiros, como acontecia também nos outros aparelhos militares analisados na presente tese. Destarte, é razoavelmente difícil imaginar que os dezasseis Oficiais da secretaria do CEM pudessem realizar trabalhos particularmente mais amplos em comparação com os descritos nos precedentes capítulos; este reduzido corpo de Oficiais, com toda a probabilidade, deve-se ter concentrado na organização dos planos de defesa das linhas defensivas de Lisboa.

Relativamente às atribuições do Comandante do CEM, uma outra OdE de 1896 especificava as funções que o Chefe deste corpo devia desempenhar. Esta OdE, que visava redefinir as atribuições de vários Comandos – como os das Divisões territoriais – determina nos artigos 9 e 10 que:

Ao comandante geral do corpo do estado maior compete a direcção dos serviços technicos do corpo, com excepção dos privativos das divisões militares territoriaes e brigadas, sendo por aquelles responsavel para com o ministro da guerra. [...] em relação ao serviço e officiaes do corpo, terá mais as seguintes [atribuições]:

1.º Dirigir os trabalhos da respectiva commissão de aperfeiçoamento de harmonia com o regulamento respectivo, e propor ao ministro da guerra quaesquer melhoramentos para o corpo;

2.º Nomear os officiaes subalternos para as commissões privativas do corpo;

3.º Propor ao ministro da guerra a nomeação dos officiaes superiores e capitães para as commissões privativas do corpo, com excepção dos chefes de estado maior das divisões militares territoriaes;

4.º Propor annualmente ao ministro da guerra a execução dos trabalhos de campo conducentes ao estudo militar do paiz e preparatorio da guerra, bem como a execução de exercicios praticos no terreno, tendentes a desenvolver a instrucção dos officiaes e a preparal-os para o cabal desempenho dos serviços de estado maior em campanha [...].

Para além destas atribuições, o Comandante Geral do CEM compartilhava outras atribuições com os Comandos das unidades do exército português, como a manutenção da disciplina, a gestão da distribuição das ordens e o aperfeiçoamento da educação militar; entre as outras atribuições, a OdE reza que o Comandante do CEM deve

desenvolver o espirito de iniciativa dos chefes seus subordinados, fazendo-os resolver os casos que sejam da sua competencia, dos quaes recusará, salvo em circumstancias muito especiaes, a tomar conhecimento, sem prejuizo de poder, subseqüentemente, apreciar as resoluções adoptadas.

A posição do Comandante do CEM dentro do aparelho militar português pode, portanto, considerar-se próxima à de um Chefe de Estado-Maior, pois o Comandante do CEM coordena e gere uma parte importante do trabalho do CEM, dos Oficiais aferentes a este corpo e, sobretudo, é o superior do Chefe de Estado-Maior do CEM que é o responsável da secretaria deste corpo, ou seja o órgão que desempenha as funções típicas dos Estados-Maiors analisados na presente tese. A este respeito, a secretaria do CEM assume a conotação de órgão propriamente técnico, dependente em primeiro lugar do Chefe de Estado-Maior do CEM, do Comandante Geral do CEM e, finalmente, do Ministro da Guerra. Consequentemente, é difícil supor que a secretaria do CEM pudesse tomar iniciativas em torno da redação de planos ou sobre a gestão de aspetos particulares ou gerais da planificação militar portuguesa: por esta e outras razões, a secretaria do CEM pode-se considerar semelhante ao *Generalstab* prussiano até à sua separação do Ministério da Guerra de Berlim, ou seja, um órgão eminentemente técnico e rigidamente controlado pela política. A principal diferença entre os dois órgãos, *cum grano salis*, pode ser o facto que o *Generalstab* prussiano foi dominado por personalidades militares de altíssimo nível, como Scharnhorst ou Gneisenau; no caso português, nos documentos à disposição emerge que a secretaria do CEM e os trabalhos que realizou são caracterizados por não terem um impacto profundo nas dinâmicas de trabalho do aparelho militar português.

A última década do século XIX pode ser considerada fundamental no que diz respeito à evolução do sistema militar português e, mormente, à sua organização. A partir da conferência de Berlim de 1884-85 e ainda durante a maior parte da década de 1890, os interesses geopolíticos portugueses eram de facto monopolizados pelos africanistas e pela campanha de expansão colonial nos territórios evidenciados no Mapa Cor-de-Rosa; o ultimato britânico de 1890 e o esfriamento das relações entre o Reino Unido e Portugal determinou um afastamento diplomático e militar do país luso do aliado histórico; finalmente, a Convenção Secreta entre o Reino Unido e a Alemanha de 1898, pacto que previa que o empréstimo de dinheiro para Portugal destes dois países estivesse compartilhado ao 50% e que, em troca, Portugal empenhasse as receitas alfandegárias de Angola, Moçambique e Timor Leste, reorientou a chefia político-militar portuguesa para um modelo alternativo ao Reino Unido, ou seja, determinou uma aproximação política com a França republicana. Refere a este respeito António José Telo que “*Paris torna-se um importante centro de renovação das Forças Armadas*”, sobretudo de um ponto de vista técnico com a compra de armamento e equipamento militar francês, mas também de um ponto de vista organizativo; Telo insiste afirmando que, de um ponto de vista de objetivos militares, a partir de 1899 o foco português deixou gradualmente de ser a expansão africana tendo

voltado a ser a defesa contra a Espanha, preocupação que iria crescer sobretudo na primeira década do século XX, depois do regicídio e da implantação da República²⁵.

Sendo este o contexto político-militar português na última década de 1890, com a OdE de 7 de setembro de 1899 vinha-se reformar a organização do exército português. Como nas outras OdE, o decreto começa descrevendo a composição e organização geral do exército no primeiro título; mais uma vez, na chefia deste organismo militar eram colocados o EMG e o Serviço do Estado-Maior (doravante abreviado em SEM), sendo este último o órgão que ia substituir o CEM, que consequentemente viria a ser extinto. O primeiro elemento de relevo é que o EMG e o SEM compartilham a mesma antiguidade, pois aparecem citados na mesma classe – a primeira – dos órgãos que compõem o aparelho militar português; destarte, o recém-instituído SEM classifica-se como órgão com mais antiguidade junto ao EMG, facto que põe à vista um crescimento em importância deste órgão – e antes do extinto CEM – dentro do aparelho militar português. Na segunda classe de órgãos do sistema militar luso aparecem as quatro Armas do exército e à terceira classe pertencem os serviços gerais do exército, com a SENG no primeiro lugar. Na composição do exército também é estabelecido que o exército português será constituído por 4 Divisões de tropas ativas.

O título segundo da OdE trata especificadamente do EMG e do SEM. Relativamente ao primeiro órgão, era explicitado que ao Rei pertencia o posto de Marechal General, sendo o chefe superior do exército; no que diz respeito ao quadro do EMG, este corpo era composto por um Marechal do Exército, seis Generais de Divisão e vinte Generais de Brigada: destes Generais de Brigada, um era destinado ao SEM, e outros três podiam ser integrados no próprio SEM ou nas outras Armas. Finalmente, o título primeiro concluía-se descrevendo os princípios que regulavam as promoções dos Coronéis do SEM para o Generalato.

O segundo capítulo do título segundo tratava da organização do SEM. A OdE ao artigo 10 determina que

O serviço do estado maior comprehende: os estudos de organização e mobilisação dos exercitos nacional e estrangeiros, e da defeza do paiz; o estudo geral do emprego das fortificações, conjunctamente com o serviço de engenharia; o emprego dos cominhos de ferro nos transportes militares; a preparação das operações militares e dos exercicios de armas combinadas; os trabalhos de historia militar; a coadjuvação do commando junto dos quarteis generaes. Este serviço é commettido:

1.º Á direcção geral do serviço do estado maior;

²⁵ Themudo Barata, Manuel, e Teixeira, Nuno S. (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, obra citada, vol. 3, pgs. 405-406, 409, e vol. 4, pgs. 354-356, 374-375. Sobre a Convenção Secreta entre Reino Unido e Alemanha e as suas implicações militares, veja-se também Ramires de Oliveira, Arménio (coord.), *História do Exército Português*, obra citada, vol. 2, pgs. 41-42; de Matos Coelho, Adelino, *O expansionismo alemão em África*, Revista Militar, artigo presente em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/921>.

2.º *Aos estados maiores das divisões militares territoriaes e das brigadas de cavalaria e de infantaria em tempo de paz;*

3.º *Ao pessoal do serviço do estado maior em tempo de guerra.*

O quadro do SEM era composto por 48 Oficiais, dos quais seis Coronéis, seis Tenentes-coronéis e seis Majores, vinte Capitães e dez Tenentes. O mesmo artigo estabelecia que os Oficiais do CEM eram transferidos por decreto para o SEM.

Prossegue o decreto descrevendo a composição e as atribuições da Direção-Geral do SEM. No artigo 14 da OdE é estabelecido que a direção do SEM é atribuída a um Oficial do EMG que tenha feito a maior parte da sua carreira no SEM ou no CEM; caso não existisse nenhum perfil adequado para este fim, a direção do SEM ficava a cargo do Coronel do corpo com mais antiguidade de serviço. O Diretor-Geral do SEM recebe ordens unicamente do Ministro da Guerra, e é de sua competência a coordenação das atividades realizadas no corpo e o estabelecimento das instruções para os serviços técnicos realizados pelo pessoal do SEM; o Diretor-Geral propõe ao Ministro da Guerra todas as medidas consideradas necessárias para melhorar o serviço e, a este respeito, o próprio Diretor-Geral dirige os trabalhos da comissão de aperfeiçoamento do SEM²⁶, promove a instrução dos Oficiais do SEM²⁷, gere o pessoal e propõe ao Ministro da Guerra os Oficiais para os serviços técnicos do SEM, controla a disciplina no corpo *et cetera*.

A Direção-Geral do SEM era composto por uma secretaria, o arquivo geral, a biblioteca e os gabinetes de desenho, fotografia e instrumentos topográficos. A secretaria do SEM era dirigida por um Coronel do SEM que tinha o título de Chefe de Estado-Maior do SEM, em continuidade com o Chefe de Estado-Maior do CEM; o Chefe de Estado-Maior do SEM era a autoridade que executava o serviço estabelecido pelo Diretor-Geral do SEM. As suas atribuições constavam da direção do serviço da secretaria, a distribuição dos serviços estabelecidos pelo Diretor-Geral às diversas repartições da Direção Geral, gerir a correspondência, fiscalizar a execução dos serviços da Direção-Geral e outros trabalhos de natureza administrativa.

A secretaria da Direção-Geral do SEM encontrava-se dividida em três repartições: a primeira trata da correspondência, do pessoal e do seu registo, das promoções e, em geral, das questões administrativas; relativamente à segunda e terceira repartição, a OdE estabelece no artigo 16 que

²⁶ Em rigor, existia uma comissão de aperfeiçoamento permanente desde o surgimento do CEM em 1834; sobre as atividades realizadas por esta comissão, veja-se *Livro das actas da Comissão Permanente do Corpo do Estado Maior do Exército, da Comissão de Aperfeiçoamento do Serviço do Corpo do Estado Maior, da Junta Consultiva do Corpo do Estado Maior e da Comissão de Aperfeiçoamento do mesmo Corpo*, com documentos redigidos entre 1855 e 1896, AHM/DIV/3/31/3/4, e o *Livro das actas da Comissão de Aperfeiçoamento do Corpo do Estado Maior*, com documentos redigidos entre 1896 e 1904, AHM/DIV/3/31/3/5.

²⁷ Sobre a instrução dos Oficiais do SEM em serviço é interessante um documento de 1905 que detalha as iniciativas e as atividades que o Diretor-Geral do SEM deverá propor em prol da preparação dos Oficiais do seu corpo: veja-se *Projecto de regulamento para a instrução dos oficiais do serviço do Estado Maior*, 6 de novembro de 1905, documento assinado pelos Tenentes do SEM Gouveia Homem e Santana Cabrita, AHM/DIV/3/31/4/33.

§ 2.º Pertence á 2.ª repartição: o estudo da organização e mobilização dos exercitos estrangeiros, dos melhoramentos a introduzir no nosso exercito em tempo de paz e de guerra; a elaboração e revisão dos planos e regulamentos de mobilização do nosso exercito, do regulamento geral para o serviço em campanha e dos regulamentos para a execução dos serviços accessorios do exercito mobilizado[...]; a coordenação das estatísticas militares; os trabalhos de historia militar.

§ 3.º Pertence á 3.ª repartição: os estudos de defeza do paiz, do emprego das fortificações conjunctamente com o serviço de engenharia; do emprego dos caminhos de ferro nos transportes militares, e a revisão do respectivo regulamento; a preparação das operações militares em tempo de guerra, e dos exercicios de armas combinadas em tempo de paz.

O Chefe do Estado-Maior do SEM acumulava o seu cargo com o de chefe da primeira repartição; mais um elemento importante estabelecido na OdE é que “*os addidos militares junto ás nossas legações no estrangeiro, serão considerados como fazendo parte da 2.ª repartição*”. Os departamentos técnicos da secretaria do SEM eram parcialmente divididos entre as repartições, sendo o gabinete de desenho e o de fotografia dirigidos pelo chefe da terceira repartição, ao contrário do gabinete de instrumentos topográficos que, como a biblioteca, era dirigido por um Capitão do SEM.

Finalmente, o artigo 19 determina que

para a execução dos estudos que competem á 3.ª repartição, e para a instrução dos officiaes do quadro do serviço do estado maior, empregados na direcção geral, haverá, durante quatro mezes de cada anno, trabalhos de campo.

§ unico. Os trabalhos de campo serão propostos pelo director geral do serviço do estado maior ao ministro da guerra, e regulados pela maneira mais conveniente para satisfazer aos fins indicados n'este artigo.

A OdE prossegue estabelecendo que o quadro dos Estados-Maiores das Divisões territoriais será composto por Officiais do SEM, especificando as atribuições das várias repartições destes órgãos militares territoriais. Em tempo de guerra o SEM será reduzido ao mínimo indispensável para garantir o seu próprio funcionamento, sendo os Officiais enviados a compor os Estados-Maiores das tropas mobilizadas e desempenhar as funções estabelecidas por decretos e regulamentos redigidos expressamente para este fim.

O título terceiro da OdE trata dos serviços gerais do exército, entre os quais é colocada a SENG. Reza o artigo 74 que “*A secretaria d'estado dos negocios da guerra é destinada a auxiliar o ministro da guerra no exercicio das suas funções*”; a SENG é composta pelo gabinete do ministro e pela

Direção Geral. Sem entrar nos detalhes da organização da SENG, será suficiente descrever aqui de forma resumida algumas repartições ou secções que realizavam atividades de Estado-Maior, tendo em vista os exemplos descritos nos capítulos da presente tese relativos aos outros países considerados: em primeiro lugar, a primeira secção da terceira repartição da Direção Geral da SENG tratava de assuntos relativos à mobilização do exército em caso de guerra, à sua concentração, ao transporte estratégico através de linhas ferroviárias; outrossim, esta secção tratava do Serviço do Estado-Maior, dos reconhecimentos militares e dos estudos da defesa de Portugal, para além dos exercícios de Armas combinadas²⁸; a segunda secção da terceira repartição ocupava-se das escolas militares. A segunda e terceira secções da quarta repartição da SENG ocupavam-se do arsenal do exército, do armamento, equipamento e material de guerra nos depósitos de guerra ou distribuídos às tropas. Em geral, os Oficiais do SEM ocupavam a chefia da SENG mas não a das repartições, salvo no caso da terceira repartição.

No artigo 91 a OdE de 1899 estabelecia a instituição de uma Comissão Superior de Guerra junta à SENG; esta comissão era “*destinada a elaborar os planos de operações e de fortificação para a defesa do paiz, e a dirigir e verificar os trabalhos de preparação da guerra que devem ser feitos pelas estações officiaes*”. A organização desta comissão seria estabelecida, contudo, num regulamento especial que seria redigido posteriormente; similarmente, o mesmo artigo instituía as comissões de aperfeiçoamento das várias Armas, entre as quais a do SEM. Era instituído também um serviço de administração militar, que tinha a tarefa de gerir todas as questões de natureza administrativa como os vencimentos de Oficiais e tropa, o abastecimento alimentar, o vestuário, etc.. Na parte da OdE dedicada ao Comando das grandes unidades, emerge nitidamente a principal tarefa incumbida aos Oficiais do EMG e do SEM, ou seja, a condução destas unidades em caso de evento bélico.

Finalmente, o capítulo oitavo da OdE trata do processo de mobilização; em primeiro lugar, no artigo 250 é definida a mobilização como a passagem das forças do exército do pé de paz ao pé de guerra. O plano de mobilização é definido como o “*conjuncto de medidas necessarias para da melhor maneira passar da organização do exercito em pé de paz para a composição definida pelo regulamento a que se refere o paragrapho anterior*”, referindo-se ao regulamento de composição do exército em campanha. O artigo 251 estabelecia que o plano de mobilização seria redigido pela Direção-Geral do SEM em tempo de paz; em termos gerais, este plano dividia as medidas em três categorias, sendo a primeira relativa ao pessoal, a segunda aos animais e a terceira ao material. A versão final do plano de mobilização era colocada à atenção do Ministro da Guerra, que devia dar a

²⁸ Todavia, não obstante o decreto não especificar detalhadamente que tipo de trabalho esta secção iria desenvolver, é presumível que fosse relativo às questões administrativas que diziam respeito ao amplo conjunto de atividades aqui descritas – *cum grano salis*, é pouco provável que somente uma secção da SENG pudesse ocupar-se proficuamente de uma tal quantidade de trabalho.

sua aprovação para que o plano entrasse em vigor; finalmente, o plano de mobilização era posto em prática somente depois de uma ordem de mobilização ter sido emitida²⁹.

Emerge claramente, nesta breve síntese, a importância da reforma de setembro de 1899. Apesar de esta reforma não constituir uma revolução do sistema militar português, algumas modificações avançadas por esta OdE tiveram uma importância fundamental no processo de modernização do aparelho militar português e no processo de aproximação deste último aos modelos europeus. Tendo em vista os objetivos da presente tese, relativamente aos Estados-Maiores, a reforma de 1899 surge em continuidade com a reforma de 1884, que tinha começado a definir as funções tipicamente desempenhadas pelos Estados-Maiores europeus, embora ainda integradas no mais amplo âmbito do CEM e sendo suscetíveis da discricionariedade da chefia do próprio corpo. A reforma de 1899 determinou um salto de qualidade em torno da estrutura dos trabalhos de Estado-Maior: integrados no SEM, os trabalhos relativos à preparação da guerra eram organizados em torno do Chefe do Estado-Maior do SEM, ou seja, o chefe da secretaria da Direção-Geral do SEM e, presumivelmente, o principal conselheiro do Comandante Geral do SEM. Estes trabalhos eram organizados na segunda e terceira repartição da secretaria da Direção-Geral do SEM, compreendendo estas repartições as principais funções desempenhadas nos Estados-Maiores da Alemanha e da França analisados *supra*. Todavia, também em continuidade com a reforma de 1884, falta às funções de Estado-Maior desempenhadas na secretaria da Direção-Geral do SEM a articulação típica da estrutura dos Estados-Maiores das potências continentais: todas as funções de Estado-Maior desempenhadas pelos Oficiais do SEM concentravam-se em somente dois gabinetes que, como supramencionado, desempenhavam as funções que nos Estados-Maiores alemão e francês se encontravam divididas entre dezenas de repartições e ocupavam centenas de Oficiais de Estado-Maior; outrossim, ao SEM faltava ainda a unidade de trabalho e comando dos Estados-Maiores continentais, pois, por exemplo e como depois da reforma de 1884, entre a principal autoridade militar portuguesa – o Ministro da Guerra – e as repartições da secretaria da Direção-Geral do SEM existiam três autoridades que organizavam, supervisionavam e filtravam o trabalho das duas repartições, ou seja o Chefe do Estado-Maior do SEM, o Comandante Geral do SEM e o próprio Ministro da Guerra.

O processo de modernização do aparelho militar português continuou nos anos a seguir à reforma de 1899 com a reforma que determinou o surgimento de um Supremo Conselho de Defesa Nacional (doravante abreviado em SCDN) em janeiro de 1907. Na OdE de 29 de janeiro vinha a ser instituído este órgão superior de preparação e planificação da guerra; no artigo 1 da OdE estabelecia-se que

²⁹ Ordem do Exército nº 9 de 11 de setembro de 1899, AHM/DIV/3/3/4-D/101. Foi encontrado também um documento que relata os trabalhos preparatórios para a reorganização do exército de 1899 e traça as primeiras linhas do futuro SEM: *Proposta de lei sobre a reorganização do Exército e composição da arma de Engenharia*, fevereiro de 1898, AHM/DIV/3/02/11/03. Veja-se também De Sá Nogueira, João C., *Breve notícia histórica acerca do Corpo do Estado-Maior*, Separata ao *Boletim do EME*, obra citada, pgs. 19-21. Também António José Telo aborda a reforma de 1899, se bem que só de maneira resumida: veja-se Themudo Barata, Manuel, e Teixeira, Nuno S. (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, obra citada, vol. 4, pgs. 357-358.

O supremo conselho de defesa nacional é a alta corporação militar destinada a tomar a iniciativa dos estudos da preparação da guerra e correlativas deliberações, estabelecendo:

- a) Os principios fundamentaes a que se deve subordinar a organização geral e a mobilização das forças de terra e mar e das tropas coloniaes;*
- b) Os planos de operações terrestres e maritimas;*
- c) O plano da organização defensiva da metropole e das colonias.*

Prossegue a OdE detalhando o tipo de trabalho desenvolvido pelo SCDN: dividido em duas secções, uma do exército e outra da marinha, este órgão determinava e orientava os trabalhos de estudos em torno do emprego das forças armadas num eventual conflito futuro; analisava também os trabalhos que lhe eram submetidos e avaliava-os exprimindo a sua opinião e sugerindo eventuais variações. A este respeito, o SCDN caracteriza-se por ser um órgão consultivo dos Ministros da Guerra e da Marinha, pois nos artigos 5 e 6 da OdE é especificado que

Art. 5.º As deliberações do supremo conselho de defesa nacional serão comunicadas aos respectivos ministros da guerra e da marinha, a cargo dos quaes está o seu desenvolvimento e execução [...].

Art. 6.º O supremo conselho de defesa nacional será consultado pelos ministros da guerra e da marinha sempre que estes tenham de providenciar por iniciativa propria, ou quando em outros ministerios haja de tomar-se resolução sobre assumptos que se relacionam com os da competencia do mesmo conselho.

Para desenvolver o seu trabalho de análise, o SCDN tinha à disposição vários órgãos; em primeiro lugar, superentendia à Comissão Superior de Estudos de Defesa Nacional, composta por sua vez pelo Conselho General do Exército e pelo Conselho General da Armada; cada um destes dois últimos órgãos dispunha de uma comissão de estudos. Refere o artigo 8, §1 da OdE que o Conselho General do Exército se ocupava de:

- a) Os principios fundamentaes a que deve ser subordinada a organização do exercito.*
- b) As disposições essenciaes da mobilização das forças terrestres;*
- c) O plano de concentração das mesmas forças em determinadas regiões do paiz;*
- d) Os planos de operações militares;*
- e) Os pontos estrategicos onde devem ser construidas novas fortificações que sejam indispensaveis para apoio das operações*

militares, transformadas as existentes, ou supprimidas as inúteis ou prejudiciais á defesa;

- f) *O aproveitamento strategico das vias de comunicação existentes e a construir e sua influencia nas operações militares.*

Esta comissão de estudos estava dividida em duas secções, tratando a primeira do estudo da organização, mobilização, concentração e operações militares, e a segunda da organização defensiva territorial de Portugal, “*em harmonia com o plano de defesa*”. Finalmente, a OdE instituiu uma secretaria-geral que coordenava os trabalhos e recolhia os materiais preparatórios para os estudos realizados no SCDN.

No capítulo segundo da OdE é detalhada a composição do SCDN. O presidente deste órgão era o rei em qualidade de Marechal General do Exército e Almirante General da Armada; o Presidente do Conselho dos Ministros e os Ministros da Guerra e da Marinha eram os outros membros do SCDN.

O artigo 14 da OdE descreve a composição das subdivisões do SCDN. Destas, a secção do exército era composta por três Generais de Divisão, sendo um o presidente do Conselho General do Exército e seis Generais de Brigada; no artigo 16 da OdE é detalhada a composição do Conselho General do Exército: este órgão era presidido por um General de Divisão, três Generais de Brigada – sendo um o Diretor-Geral do SEM – e um Coronel do SEM com funções de secretário. A primeira secção de estudos do Conselho General do Exército era composta pelo Diretor-Geral do SEM em qualidade de presidente, um Oficial superior de Armada, a segunda e terceira repartições da Direção-Geral do SEM – representadas durante as reuniões pelos seus chefes de repartição e por dois Oficiais por cada uma – e um Major ou Capitão do SEM³⁰.

Relativamente às atribuições do pessoal do SCDN, detalhadas no terceiro capítulo da OdE, é referido que aos presidentes das duas secções deste órgão são atribuídas a organização e coordenação dos trabalhos, a gestão da correspondência *et cetera*; os membros das secções deviam participar nas reuniões, apresentar propostas de modificações ou *addenda* aos trabalhos em discussão e votar os próprios trabalhos. Em torno do sistema de trabalho, as duas secções do SCDN reúnem-se uma vez por

³⁰ Relativamente aos trabalhos do SCDN e, mais especificadamente, aos realizados pela secção do exército, existe um conjunto de documentos que detalha alguns aspetos destes trabalhos considerados importantes: essencialmente trata-se de pareceres do SCDN sobre diversos assuntos, tais como a organização do exército, a planificação da mobilização e das operações – que o SCDN quer sob a sua responsabilidade –, a organização das fortificações, *et cetera*. É de relevo assinalar que todas as vezes que nestes documentos é citado o termo “inimigo”, o contexto do discurso permite associar a este termo a Espanha, confirmando assim a centralidade estratégica do vizinho ibérico. Veja-se *Projecto do Supremo Conselho de Defesa Nacional, no âmbito do programa de trabalhos para a defesa do país*, 21 de março de 1911, AHM/DIV/3/1/22/7. Veja-se também *Parecer do Supremo Conselho de Defesa Nacional sobre mobilização, concentração, defesa do porto de Lisboa e operações militares*, 21 de maio de 1910, AHM/DIV/3/01/37/13, no qual emerge que os trabalhos de estudos eram realizados pelo Conselho General do Exército através das duas secções pelo qual é composto. A este conjunto de documentos pertencem outrossim estudos realizados sempre no âmbito do SCDN sobre a defesa da cidade do Porto, uma avaliação do valor estratégico desta cidade e, entre os outros, foi encontrado um plano para a renovação da defesa da cidade de Setúbal, em que emerge a importância estratégica do estuário do rio Sado: veja-se AHM/DIV/3/1/33/33 relativamente a Setúbal, e AHM/3/1/38/18 e 19 relativamente à cidade do Porto.

mês em caráter ordinário e os Conselhos Gerais das secções uma vez por semana; as deliberações do SCDN devem ser acolhidas pela maioria absoluta dos votos dos membros do SCDN. Em conclusão, no artigo 50 estabelece-se que “*Ficam extinctas: a comissão superior de guerra, a comissão das fortificações do reino, e o conselho superior da marinha*”³¹.

É de particular interesse uma proposta de lei redigida pelo SCDN que visava reorganizar o sistema militar português para coordenar melhor a defesa do território e a gestão dos serviços militares. Nesta proposta propunha-se a instituição de um Estado-Maior inspirado pelos modelos europeus – dos quais vinham a ser descritos alguns resumidos elementos; esta proposta, que não se irá traduzir numa nova reorganização do exército, provavelmente por causa do regicídio e pelo estado de tensão política anterior à implantação da república, constitui a prova de que a chefia militar portuguesa via como inadiável a implementação de um órgão militar que se dedicasse à preparação da guerra³².

Ainda no mesmo ano mais uma reforma da SENG determinou algumas modificações nesta Instituição, as quais tiveram consequências na organização do serviço de Estado-Maior; esta reforma dividia a SENG em Gabinete do Ministro e em Direção Geral; esta última dividia-se, por seu turno, em 6 Direções – uma por cada Arma mais a da administração militar e a do serviço de saúde – e 3 Repartições, sendo a primeira a relativa ao serviço de Estado-Maior. Esta Repartição ocupava-se do próprio serviço de Estado-Maior, da instrução da tropa e da justiça militar; a mesma Repartição estava igualmente dividida em duas secções, pertencendo à primeira as atribuições relativas à correspondência com a Direção-Geral do SEM e tratando dos assuntos relativos à mobilização e concentração das tropas, para além do emprego dos caminhos-de-ferro; *inter alia* esta secção tratava dos exercícios de Armas combinadas. A primeira Repartição da SENG era presidida por um Coronel ou Tenente-Coronel do SEM³³.

2. O SISTEMA MILITAR PORTUGUÊS NA ÉPOCA REPUBLICANA: CONTINUIDADE E RUTURAS COM O PASSADO, 1910-1916.

A mudança política radical que teve lugar em Portugal nos anos entre a primeira e segunda década do século XX teve consequências fundamentais também no que diz respeito à organização militar

³¹ Ordem do Exército nº 2 de 1 de fevereiro de 1907, AHM/DIV/3/3/4-D/115. Ramires de Oliveira, Arménio (coord.), *História do Exército Português*, obra citada, vol. 4, pg. 18.

³² *Projecto de lei destinado a promover e coordenar os trabalhos necessários para a defesa nacional*, sem data mas depois de 1907, proposta da autoria do SCDN, AHM/DIV/3/1/33/8. Um pormenor interessante desta proposta de lei é que o SCDN define Portugal como “Estado marítimo”. Um outro decreto proposto em 1909 visava implementar um Estado-Maior General do Exército que visasse substituir o SCDN e que tivesse nas suas competências tanto a preparação da guerra – como o futuro EME – quanto a gestão e coordenação do inteiro aparelho militar português – como o SCDN –. Este projeto, que apresentava um Estado-Maior substancialmente diferente do futuro EME, nunca será implementado. Veja-se *Projecto de organização do Estado Maior General do Exército, circa 1909-1910*, AHM/DIV/3/31/4/35.

³³ Ordem do Exército nº 6 de 13 de abril de 1907, AHM/DIV/3/3/4-D/115.

portuguesa e, sobretudo, em torno da instituição de um Estado-Maior do Exército³⁴. A literatura à disposição que trata da evolução do sistema militar português oferece um quadro útil para contextualizar o abandono da organização militar portuguesa característica da monarquia constitucional e a criação de um sistema militar que pudesse conjugar os princípios políticos da recém-nascida república com as suas necessidades militares.

Afirma Luís Salgado de Matos que o utopismo pacifista da política de defesa republicana serviu de alicerce para uma afirmação militar que permitiu derrotar as incursões e revoltas monárquicas, neutralizar as rebeliões africanas e contrastar o expansionismo das outras potências coloniais europeias na África e, finalmente, intervir ao lado da Entente durante a Primeira Guerra Mundial³⁵. A este respeito, ressalta nitidamente a amplidão das reformas militares implementadas logo a seguir ao golpe de outubro de 1910, reformas que permitiram a organização de um aparelho militar adequado às necessidades e aos problemas militares que Portugal se preparava a abordar.

A literatura existente oferece uma perspectiva clara sobre os princípios inspiradores das reformas que começaram a ser elaboradas logo a seguir ao 5 de outubro: o modelo de referência que se queria implementar em Portugal era o modelo suíço, que dividia o exército em duas partes, uma permanente, composta pelos militares de profissão, Oficiais e Sargentos, que ia instruir o segundo grupo, constituído pelos cidadãos em idade de recrutamento e mobilizados em caso de guerra³⁶. Este sistema espúrio, que se colocava entre o sistema continental da nação em armas e o sistema profissional mais típico do *ancien régime*, não chegou a ser implementado por causa dos escassos recursos orçamentais da recém-nascida república, que impediam a estruturação de uma organização militar de tipo continental – a nação em armas francesa e alemã – ou até uma organização semiprofissional como a suíça aqui descrita³⁷.

O principal responsável pela reorganização militar portuguesa logo depois da implementação da república foi o então Coronel de artilharia António Xavier Correia Barreto, nomeado Ministro da Guerra no governo provisório da república³⁸. O primeiro ato realizado pelo novo Ministro da Guerra

³⁴ Sobre a implantação da república em Portugal, sobretudo nas partes que abordam aspetos eminentemente militares, veja-se a breve crónica em Ramires de Oliveira, Arménio (coord.), *História do Exército Português*, obra citada, vol. 2, pgs. 49-93.

³⁵ Themudo Barata, Manuel, e Teixeira, Nuno S. (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, obra citada, vol. 4, pg. 117.

³⁶ Um documento de 1867 relativo à reorganização do exército fala já em termos de implementar em pé de paz um exército “*que sirva de escola e quadro, por onde passa, adestrando-se nas armas, o maior número possível de cidadãos*”, apontando portanto para o modelo suíço que veio a ser adotado somente – e parcialmente – depois da implantação da república. De um ponto de vista estratégico, este documento insiste a manter o foco estratégico português na defensiva, admitindo, todavia, a possibilidade de agredir preventivamente eventuais países invasores – mais uma vez, fazendo uma referência *ex silentio* à Espanha. Veja-se *Plano de organização do exército por uma comissão nomeada pelo Ministério da Guerra*, 23 de fevereiro de 1867, AHM/DIV/3/2/9/13.

³⁷ A lei de recrutamento outorgada em 2 de março de 1911 reflete esta solução de compromisso, ou seja, a implementação de um modelo suíço limitado na extensão: *idem*, pgs. 117-118, 129; Ramires de Oliveira, Arménio (coord.), *História do Exército Português*, obra citada, vol. 2, pg. 37, e vol. 4, pg. 27.

³⁸ Suplemento ao Diário do Governo nº 222, *Constituição do governo provisório da República*, 5 de outubro de 1910. A nomeação de Correia Barreto é presente também na Ordem do Exército nº 1 de 15 de outubro de 1910, segunda série, AHM/DIV/3/3/4-D/122.

foi a nomeação de uma Comissão de Reorganização do Exército que pusesse em prática as orientações político-militares da nova chefia política republicana, organizando o novo exército. A presidência desta comissão foi entregue ao General de Divisão José Estêvão Morais Sarmiento, já Chefe da Escola do Exército e de comprovada fé republicana; as fontes sublinham também a composição da Comissão de Reorganização do Exército, dominada por jovens militares republicanos escolhidos pelo próprio Morais Sarmientos que Luís Salgado Mato define como “jovens turcos”: entre os outros membros da Comissão, seja aqui suficiente citar a presença do Oficial de Estado-Maior João Pereira Bastos, Chefe de Estado-Maior da Primeira Divisão durante a revolução de outubro de 1910, e o futuro Presidente da República António Óscar Carmona³⁹.

Afirma Salgado Matos que a reorganização do aparelho militar português foi alicerçada na confirmação da perspectiva político-militar do período monárquico, ou seja, a República mantinha os aliados e referências militares históricas, a partir do Reino Unido, aliado histórico de Portugal, e a França por afinidade republicana, para além de serem ambos o núcleo do bloco das potências liberais no concerto europeu. Sempre de um ponto de vista político, a Instituição castrense portuguesa foi organizada de maneira a estar sempre completamente subordinada ao poder político: esta medida, que visava colocar no vértice da cadeia de comando militar um civil como o Ministro da Guerra, pode-se interpretar através de uma específica chave de leitura: esta perspectiva, que privilegia a política interna, aponta para a escassa confiança dos republicanos para com o exército e o Oficialato, excessivamente tédios durante a revolução de outubro de 1910, e ainda possíveis inimigos da recém-nascida república, inimigos que era necessário manter sob estrito controlo⁴⁰. Finalmente, de um ponto de vista estratégico, um documento relativo ao trabalho da comissão presidida por Morais Sarmiento confirma a centralidade estratégica da Espanha nos planos de organização militar portugueses: a mudança institucional de 1910 podia determinar uma ação espanhola em território português para reinstaurar a monarquia⁴¹.

A reforma do aparelho militar português concretizou-se em diversos decretos, tendo como ponto de chegada a OdE de maio de 1911 que detalhava a composição e a estrutura do sistema militar português. No preâmbulo desta OdE são referidos alguns elementos de particular interesse em torno do novo curso militar republicano e dos princípios que orientaram os trabalhos de preparação da reforma. Em primeiro lugar, o preâmbulo da OdE refere que:

³⁹ Ramires de Oliveira, Arménio (coord.), *História do Exército Português*, obra citada, vol. 4, pgs. 27-28; Themudo Barata, Manuel, e Teixeira, Nuno S. (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, obra citada, vol. 4, pgs. 124-125.

⁴⁰ *Idem*, pg. 118.

⁴¹ *Reorganização do Exército*, AHM/DIV/3/2/11/10, janeiro-fevereiro de 1911. Contudo, este documento trata essencialmente da reorganização do recrutamento do exército e não da sua organização *sensu lato*.

*Ora os exercitos permanentes são instituições liquidadas. D'ora avante, um exercito não pode continuar a ser propriedade exclusiva dos militares profissionais.*⁴²

Noutros vários pontos do preâmbulo é afirmado que a construção de um eficiente aparelho militar é funcional à defesa do país em caso de agressão. Mais uma vez, pode-se ler nestas palavras a chave estratégica do pensamento político-militar português: a república, assim como a monarquia, não dispunha de meios para propor uma política militar agressiva ou alternativa à mera defesa do país; este elemento, acrescentado à suposta ou verdadeira ameaça espanhola, vinculava Portugal ao estabelecimento de uma política estratégica com eixo na defesa *sic et simpliciter* do território da metrópole e da sua capital. No preâmbulo, que tem o objetivo de apresentar as principais modificações à organização do exército, é feita menção explícita à não modificação do número dos Oficiais do quadro do SEM, pois é reconhecido o fundamental papel que desempenham dentro da organização da força militar. É assinalada também a necessidade de modificar a SENG, para a adequar às necessidades militares de Portugal e para separar os trabalhos eminentemente administrativos dos outros de outra natureza. Finalmente, o preâmbulo afirma que:

De ha muito que a experiencia mostra a necessidade de fazer intervir na preparação geral da guerra aquelles que terão mais directa responsabilidade na execução das operações militares.

É este um principio hoje adoptado pela maioria das nações militarmente mais adeantadas, e cuja veracidade é incontestavel.

A elle se attendeu na organização do Conselho Superior da Defesa Nacional e do Estado Maior do exercito.

É também afirmado que uma parte do pessoal que tinha realizados os trabalhos preparatórios das operações deverá permanecer junto do Ministério da Guerra para “*assegurar o bom funcionamento dos serviços na zona do interior e a sua coordenação com os serviços que funcionem na zona de guerra*”.

O primeiro capítulo da OdE aborda a nova composição do aparelho militar português. No artigo 1 é estabelecido que o exército metropolitano – portanto excluindo as tropas e os órgãos militares nas colónias – é composto pelos Oficiais Gerais – grupo outrora chamado EMG –, pelo SEM, pelas Armas do exército – na canónica ordem de antiguidade que via em primeiro lugar a Arma de engenharia, seguida pelas de artilharia, cavalaria e infantaria e os serviços auxiliares, os serviços

⁴² Não se irá abordar aqui a questão relativa ao recrutamento e enquadramento das tropas do exército; seja suficiente ter em consideração que o projeto de nação em armas desejado pelos republicanos mais radicais nunca viu a luz por razões essencialmente orçamentais: a este respeito, foi implementado o já citado sistema suíço, se bem de forma limitada: destarte, o exército português passou de exército composto por militares de profissão para um exército miliciano. Veja-se Ramires de Oliveira, Arménio (coord.), *História do Exército Português*, obra citada, vol. 4, pg. 14, 28-32.

gerais do exército e finalmente os serviços do Campo Entrincheirado de Lisboa. Os serviços gerais do exército compreendiam a Secretaria da Guerra – ou seja, o órgão correspondente à velha SENG mas com outro nome –, o EME e outros entre os quais os estabelecimentos de ensino militar.

Após o elenco dos órgãos que constituem o exército, a OdE prossegue com alguns artigos em torno da composição do exército *sensu stricto*: este último dividia-se em tropa ativa, tropas de reserva e tropas territoriais; as tropas ativas eram constituídas por oito Divisões, cada uma com um Quartel-General e composta por quatro Regimentos a três Batalhões, mais a cavalaria, artilharia e os auxiliares; relativamente à organização militar do território metropolitano, este dividia-se em oito circunscrições, cada uma correspondente a uma Divisão da tropa ativa, duas Brigadas de tropa de reserva e “*outras tropas de reserva e territoriaes*”, sem ulteriores especificações⁴³.

O segundo capítulo trata dos Oficiais Gerais. O quadro previsto do corpo correspondente ao antigo EMG era estabelecido em vinte Generais; depois de ter fixado a proveniência dos Generais, dos quais pelo menos um vinha do SEM, o decreto extinguiu os postos de General de Divisão e General de Brigada, estabelecia os vencimentos destes Oficiais e fixava os critérios principais da promoção ao posto de General: a promoção era determinada por um Conselho Superior de Promoções, que sugeria as nomeações ao Ministro da Guerra que as podia aprovar ou recusar⁴⁴.

O terceiro capítulo da OdE ocupa-se do SEM. Logo ao princípio, no artigo 14, o decreto refere que:

Ao Serviço do estado maior competem:

1.º Os estudos e trabalhos que são das attribuições da 1.ª Direcção e da 2.ª repartição da 2.ª Direcção do Estado Maior do exercito;

2.º A collaboração nos estudos e trabalhos das commissões que funcçionam annexas ao Estado Maior do exercito;

3.º A collaboração nos estudos e trabalhos das seguintes estações que, sob o ponto de vista da preparação da guerra, ficam dependentes do Estado Maior do exercito: a) Inspeção do serviço militar dos caminhos de ferro; b) Comissão technica de remonta.

4.º A coadjuvação do commando nos quartéis generaes.

Torna-se nítido que as funções desempenhadas pelo SEM se tinham tornado em funções de apoio e suporte aos trabalhos realizados noutros departamentos do aparelho militar português, departamentos que diziam respeito quase unicamente ao EME. Ademais, é necessário relevar que estas funções já pertenceram ao SEM, como assinalado na descrição da reforma de 1899 relatada *supra*, e que,

⁴³ Themudo Barata, Manuel, e Teixeira, Nuno S. (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, obra citada, vol. 4, pg. 126, 128. Refere Salgado Mato que a organização territorial do exército português reflete a centralidade estratégica da defesa do território metropolitano.

⁴⁴ Em vários documentos posteriores às datas limites da presente análise foram encontrados diversos processos relativos às promoções, às regras para as promoções, os processos relativos a Oficiais que passavam do SEM ao EME *et cetera*. Vejam-se AHM/DIV/3/31/4/17, 18, 19, e sobretudo 25.

portanto, não foram mudadas de maneira sensível, mas sim separadas do SEM e atribuídas ao EME, permanecendo o SEM o órgão de suporte ao EME para a preparação da guerra.

No artigo 15 vem a ser estabelecido o quadro dos Oficiais do SEM, sendo composto por seis Coronéis, doze Tenentes-Coronéis e Majores e trinta Capitães, num total de 48 Oficiais, em continuidade com o quadro estabelecido em 1899⁴⁵. Continua o artigo 15 estabelecendo que as comissões de serviço nas quais os Oficiais do SEM podem trabalhar “*são somente as que, pela presente lei, lhes são atribuídas no Estado Maior do exercito*”: esta medida, claramente restritiva, é acrescentada pelo facto de que os Oficiais do SEM empregues noutras comissões do Ministério da Guerra “*regressam á sua arma de origem, ou passam a ser considerados supranumerarios*”. Noutros termos, os Oficiais do SEM a partir de 1911 eram muito mais rigidamente enquadrados neste corpo e vinculado aos trabalhos no próprio SEM realizados, ao contrário do que acontecia no passado. O capítulo relativo ao SEM continua e conclui-se descrevendo o articulado processo de promoção dos Oficiais dentro do quadro do SEM e o percurso que os Oficiais de todas as Armas deviam percorrer para poderem entrar no SEM⁴⁶.

Depois de ter descrito a composição das diversas Armas do exército, a OdE aborda a organização e as funções da Secretaria da Guerra. No artigo 197 é estabelecido que “*A Secretaria da guerra é destinada a auxiliar o ministro da guerra no exercicio das suas funções, e comprehende: 1.º A Repartição do gabinete do ministro; 2.º Duas Direcções geraes*”. A Repartição do Gabinete do Ministro ocupava-se sobretudo da correspondência com outras entidades quais ministérios, o Conselho Superior da Defesa Nacional *et cetera*. Em termos mais gerais, esta repartição desempenhava as funções de secretaria do Ministério da Guerra, superintendendo e controlando os trabalhos de natureza administrativa.

A primeira das duas direcções gerais da Secretaria da Guerra é descrita no artigo 201 da OdE. Esta Direcção, dirigida por um General que coordenava e superentendia os trabalhos, dividia-se em quatro repartições: a primeira repartição, dividida por sua vez em duas secções, geria o registo da correspondência, as relações com o Conselho Superior de Promoções, o registo dos diplomas, cartas de lei, a gestão de “*todos os empregados menores da Direcção*” e, finalmente, todas as questões que pertenciam à Direcção-Geral da Secretaria da Guerra mas que não se destinavam a nenhuma outra repartição. A segunda repartição tratava dos assuntos relativos às promoções dos Oficiais e da gestão deste pessoal, como as transferências, as licenças, as reformas destes, e também a elaboração das listas de antiguidade, o registo disciplinar, *et cetera*. A terceira repartição gere, como a segunda repartição, as questões relativas ao pessoal, mas neste caso trata dos assuntos relativos aos praças de pré; um

⁴⁵ Um breve historial do número de Oficiais empregues no CEM/SEM encontra-se presente na *Memória sobre a Criação e evolução do Corpo do Estado-Maior*, sem data mas depois de 1911, da autoria do Primeiro Sargento Manuel Mendes, AHM/DIV/3/31/1/34.

⁴⁶ Relativamente à organização e às atribuições do SEM na reforma de 1911, veja-se também Ramires de Oliveira, Arménio (coord.), *História do Exército Português*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1993, vol. 4, pg. 195.

aspecto específico gerido pela primeira secção da terceira repartição é a gestão dos assuntos relativos aos serviços de recrutamento. Finalmente, a quarta repartição, dividida também como as outras em duas secções, ocupava-se por um lado da disciplina e justiça militar e, por outro, dos estabelecimentos de ensino militar dependentes do Ministério da Guerra.

A segunda Direção-Geral da Secretaria da Guerra é descrita no artigo 209 da OdE. Esta Direção também era presidida por um Oficial General que tinha o título de Diretor. Esta Direção dividia-se em nove repartições, mais um arquivo geral e, sobretudo, compreendia um Conselho administrativo da Secretaria da Guerra. Destas nove repartições, a primeira tratava da correspondência e desempenhava as funções de secretaria da Direção; a segunda tratava de todas as questões relativas às fortificações, à exclusão do Campo Entrincheirado de Lisboa, sob o ponto de vista administrativo; à terceira repartição competia a gestão dos materiais de guerra em colaboração com o Arsenal do Exército; a quarta repartição tratava dos serviços de remonta; a quinta repartição ocupava-se dos serviços de saúde e a sexta do serviço veterinário. A sétima repartição tratava das questões relativas ao serviço administrativo, sobretudo no que diz respeito ao equipamento das tropas, ao vestuário, às subsistências *et cetera*. A oitava repartição tratava dos assuntos de contabilidade, dos contratos de fornecimento aos vencimentos dos Oficiais e da tropa. Finalmente, a nona repartição ocupava-se, de um ponto de vista administrativo, dos serviços de transporte⁴⁷.

O Conselho administrativo da Secretaria da Guerra desempenhava as funções de caixa do Ministério da Guerra, gerindo as verbas que possuía em dotação consoante os regulamentos em vigor e as disposições ministeriais.

Prossegue a OdE, no capítulo 14, tratando do Conselho Superior de Defesa Nacional (doravante abreviado em CoSDeN). Este órgão é definido no artigo 234 como “*a alta corporação militar destinada a intervir superiormente nos assuntos respeitantes á preparação da guerra e á defesa geral do Estado*”: destarte, o CoSDeN pode-se considerar a prossecução do SCDN, sendo o primeiro um órgão claramente em continuidade com este último de um ponto de vista das funções desempenhadas e dos objetivos que tinha. A este respeito, o CoSDeN devia apreciar todos os assuntos de sua competência que lhe eram apresentados pelo Governo e proporcionar a sua opinião; avaliava também os trabalhos realizados pelo EME, pelo Estado-Maior da Armada e pela Direção Militar Colonial; finalmente, o CoSDeN deliberava em torno dos planos de operações e dos planos de organização da defesa do território metropolitano.

O artigo 235 determina que o CoSDeN será presidido pelo Chefe do Governo e constituído pelos Conselhos Superiores do Exército e o da Armada; as reuniões deste órgão, contudo, podem ver a presença de só um dos dois Conselhos Superiores pelos quais é composto. No artigo 237 é detalhada a composição do Conselho Superior do Exército: este órgão compreendia o Ministro da Guerra como Vice-presidente, o Major-General do Exército (doravante abreviado em MGE) em qualidade de relator

⁴⁷ Themudo Barata, Manuel, e Teixeira, Nuno S. (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, obra citada, vol. 4, pgs. 126-127.

geral, o Major-General da Armada, o Chefe do EME, o Quartel-mestre General, o Governador do Campo Entrincheirado de Lisboa, os Generais destinados a assumir o comando dos grupos de Divisões e, finalmente, o Subchefe do EME como secretário, eram todos membros permanentes do CoSDeN; durante as reuniões podiam participar todos os Oficiais reputados necessários para a realização dos trabalhos⁴⁸.

Tudo aquilo descrito até este ponto poderá ser encarado enquanto âmbito contextual dentro do qual desenvolve as suas atividades o EME. Como acenado *supra*, as funções desempenhadas por este órgão, que virão agora a ser descritas, já existiam – pelo menos parcialmente – nas diversas organizações que o aparelho militar português teve pelo menos desde a reforma de 1863, num percurso que teve como ponto de chegada a instituição do EME em 1911; o surgimento do EME em 1911 pode ser considerado como ponto de chegada por uma razão aparentemente simples: esta reforma, como será mostrado *ultra*, não modifica drasticamente as funções que o EME irá desempenhar e que eram já existentes, mas sim centraliza-as num único órgão – o próprio EME – e estrutura-as numa ordem mais viável para a realização do trabalho de preparação à guerra.

O capítulo 15 da OdE aborda, portanto, o EME. Nas disposições gerais, no artigo 241, é estabelecido que:

O Estado Maior do exercito tem por attribuições:

- a) *O estudo da preparação geral da guerra;*
- b) *A direcção superior da instrucção das tropas e dos serviços que façam parte do exercito em campanha.*

No artigo 242 é determinado que o EME será composto por um Oficial General do quadro da tropa ativa, denominado MGE, que presidia o EME; ao lado do MGE encontravam-se presentes outros dois Oficiais Generais do mesmo quadro, sendo o primeiro denominado CEME e o segundo Quartel-mestre General. Um Coronel do SEM desempenhava as funções de Subchefe do EME; o quadro do EME completava-se com os outros Oficiais que fariam parte da primeira Direção do EME (doravante abreviada em DEME1) e da segunda Direção (doravante abreviada em DEME2). Relativamente à composição do EME, é assinalado no decreto que existiam três comissões que dependiam do EME, a saber, a Comissão técnica de fortificações, a Comissão superior de Caminhos de Ferro e a Comissão Superior de Telégrafos⁴⁹.

⁴⁸ Themudo Barata, Manuel, e Teixeira, Nuno S. (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, obra citada, vol. 4, pg. 364, 504. Veja-se também o documento preparatório para a instituição do CoSDeN, *Projecto de organização do Conselho Superior de Defesa Nacional e dos Estados-Maiores Generais da Armada e do Exército*, sem data mas *circa* 1906, da autoria de José Morais Sarmiento, AHM/DIV/3/2/16/26.

⁴⁹ Luís Salgado Matos, na *Nova História Militar de Portugal*, afirma que no artigo aqui descrito vem a ser estabelecido que o MGE iria desempenhar as funções de comandante operacional do exército português. Todavia, neste artigo não há nenhuma referência a este cargo. Veja-se Themudo Barata, Manuel, e Teixeira, Nuno S. (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, obra citada, vol. 4, pg. 119.

O artigo 243 da OdE descreve a posição que o MGE tinha dentro do aparelho militar português. Relativamente a isto, o decreto reza que:

O major general do exercito será nomeado para este alto cargo por decreto do Governo da Republica. Fica directamente dependente do ministro da guerra, sem qualquer interferencia da respectiva Secretaria, sendo o primeiro responsavel para com elle, nos limites da sua iniciativa e competencia, pela execução dos trabalhos que são das atribuições do Estado Maior do exercito.

Destarte, o decreto esclarece claramente que a posição do MGE é de dependência exclusiva para com o Ministro da Guerra; para além disso, em virtude desta posição, o trabalho do MGE pode-se definir como executivo, pois ia receber ordens do Ministro da Guerra em termos de trabalhos que deviam ser realizados e, depois, mandava executar estes trabalhos enviando-os ao EME⁵⁰.

O artigo 244 estabelece que o CEME “*será um official general, proveniente do quadro do Serviço do estado maior ou que neste tenha feito a maior parte da sua carreira*”. Continua o decreto que o CEME será também Director do SEM. Relativamente às atribuições do CEME, é explicitado no artigo que é dependente do MGE relativamente a todos os aspetos que dizem respeito à preparação da guerra e à direção superior da instrução das tropas; pode tomar a iniciativa de propor todas as medidas necessárias para melhorar todos os “*serviços que, pela presente lei, são commettidos ao Estado Maior do exercito*”. Entre as outras coisas, o CEME tem também a responsabilidade das inspeções das várias Armas; finalmente, em caso de mobilização, o CEME passa a desempenhar as funções de Chefe de Estado-Maior General no Quartel-General do exército em campanha.

No que diz respeito ao Quartel-mestre General, é estabelecido que deverá ser escolhido a partir do quadro do SEM ou entre os Officiais Gerais que tenham cumprido a maior parte da carreira neste serviço. O Quartel-mestre é dependente do CEME; entre as suas atribuições havia a inspeção dos serviços auxiliares do exército, *id est*, o serviço militar ferroviário, o serviço de saúde e veterinário, os serviços administrativos *et cetera*; é responsável pelo Arsenal do exército, pelos depósitos de equipamento militar e pelos materiais; em caso de mobilização, o Quartel-mestre ocupar-se-ia da direção dos serviços de segunda linha. O subchefe do EME, nomeado por decreto do Governo, em caso de mobilização permaneceria ao lado do Ministro da Guerra e coadjuvava na gestão dos serviços da “zona do interior” – ou seja, supostamente a zona do país não interessada por operações militares, e na coordenação destes serviços com a zona de guerra.

⁵⁰ No mesmo artigo, na alínea única, é referido um pormenor importante: reza a alínea que o Governo irá dar conhecimento ao MGE da situação político-militar do país nas partes que podem interessar as atividades realizadas no EME, ou seja, a preparação da guerra e a defesa geral do Estado. Este pormenor corrobora uma imagem do EME de uma Instituição “técnico-militar”, ou seja, interessada unicamente nas dinâmicas militares e sem os conhecimentos de natureza política que, no que diz respeito aos princípios teóricos clausewitziano, são parte integrante e fundamental das dinâmicas militares.

No artigo 247 da Ode é detalhada a forma através da qual são organizados os trabalhos realizados no EME:

A ordem e os principios a que devam ser subordinados os estudos e trabalhos a executar pelo Estado Maior do exercito, por sua iniciativa ou por incumbencia do ministro da guerra, os respectivos textos a submeter á apreciação superior, as deliberações a tomar e os pareceres a emitir sobre quaesquer assuntos da sua competencia e todas as propostas de qualquer natureza que tenham de ser sujeitas ás resolução do ministro, tudo será acordado pelo Conselho do Estado Maior do exercito, o qual será normalmente constituído pelo major general do exercito, chefe do estado maior do exercito, quartel-mestre general e sub-chefe do estado maior do exercito, servindo o primeiro de presidente e o ultimo de secretario.

Continua o artigo que nas reuniões do Conselho do EME poderão participar todos os Oficiais que, por competência, sejam capazes de auxiliar o Conselho na tomada de decisões; destes Oficiais, é feita explícita menção ao Governador do Campo Entrincheirado de Lisboa, ao Presidente da Comissão técnica de Fortificações, ao Diretor da segunda Direção da Secretaria da Guerra e ao Diretor do Arsenal.

Estabelece o artigo 248 que os trabalhos realizados pelo EME em torno da planificação das operações serão comunicados constantemente aos Oficiais designados a assumir o comando dos grupos de Divisões e, anualmente, serão referidos aos Generais destinados a comandar as Divisões ou destacamentos mistos e os Oficiais do SEM destinados a exercer o papel de Chefes de Estado-Maior dos grupos de Divisões, das Divisões ou destacamentos mistos.

Relativamente às atribuições gerais dos Oficiais do EME, o decreto estabelece que o MGE, para além de Presidente do Conselho do EME, tem a tarefa de propor ao Ministro da Guerra a constituição de comissões necessárias para a preparação da guerra, caso o pessoal destas comissões não faça parte do EME; dirigir as viagens de Estado-Maior e as manobras maiores; tratar com todos os atores que podem contribuir para a realização dos trabalhos previstos, *et cetera*. O CEME tem a tarefa de coadjuvar o MGE, apresentar ao MGE e ao Conselho do EME os trabalhos realizados nas direções do EME, superintender à instrução do pessoal do Estado-Maior⁵¹ e das tropas das várias Armas do exército ativo, gerir os trabalhos topográficos e propor novos levantamentos, mandar efetuar reconhecimentos militares, colaborar na realização das viagens de Estado-Maior e, finalmente, desempenhar algumas tarefas de natureza administrativa.

⁵¹ Ramires de Oliveira descreve sumariamente os estabelecimentos de instrução portugueses e os cursos e disciplinas que providenciavam as competências necessárias para os Oficiais poderem entrar no SEM e no EME: veja-se Ramires de Oliveira, Arménio (coord.), *História do Exército Português*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1993, vol. 4, pgs 168-178.

Em torno das funções desempenhadas pelos diversos órgãos constituintes o EME, o decreto assinala que o Conselho do EME estabelece a ordem de prioridade e os princípios sobre os quais se alicerçam os trabalhos que o EME irá realizar, avalia e dá o seu parecer sobre o orçamento e os capítulos de despesa para os armamentos, analisa os trabalhos elaborados no EME sobre as eventuais modificações para melhorar a organização do exército, analisa os planos de operações e os planos relativos à organização defensiva do território metropolitano; o Conselho do EME avalia igualmente o estado das linhas de comunicação portuguesas e propõe modificações e novas construções, revê os regulamentos, as instruções e tudo o que diz respeito à instrução das tropas *et cetera*. Os assuntos sobre os quais o Conselho do EME devia tomar deliberações eram apresentados pelo MGE, sendo o CEME o relator; no caso de não haver unanimidade no momento das deliberações, o MGE apresentava a divergência ao Ministro da Guerra, o qual era responsável pela resolução das diversas visões.

O segundo órgão do EME descrito na Ode é a DEME1, ou Direção do Serviço de Estado-Maior. Esta direção era presidida pelo CEME, ao qual competia dirigir as atividades desta direção, formular as instruções relativas à mobilização e aos estudos militares do terreno, estudos que serão a base do trabalho dos Quartéis-Generais, redigir as instruções dos trabalhos técnicos destinados ao SEM, dirigir a instrução dos Oficiais do SEM, dirigir as viagens de Estado-Maior dos Oficiais do SEM, nomear os Oficiais do SEM para as comissões de serviço e outros órgãos militares, gerir a disciplina e dirigir os trabalhos da Comissão Técnica do SEM. A DEME1 compreendia seis repartições, mais a biblioteca do EME, uma secção de cartografia militar com um gabinete fotográfico em anexo e, finalmente um arquivo histórico; todas as repartições e secções eram colocadas sob a responsabilidade do Subchefe do EME, que geria e organizava as atividades realizadas por estas repartições.

Os artigos de 259 a 264 detalhavam as atribuições das repartições da DEME1, que encontravam-se assim organizadas: a primeira, divididas em duas secções, ocupava-se do serviço de *intelligence*, dos assuntos diplomáticos de interesse militar, mantinha as relações com os adidos militares, com o Governo do Campo Entrincheirado de Lisboa na parte que dizia respeito às operações de campanha e com a correspondência com o Conselho do EME e com o Conselho Superior do Exército; a segunda secção da primeira repartição era essencialmente uma secção de gestão da correspondência e dos registos do pessoal. À segunda repartição compete a elaboração dos planos de operações, os estudos estratégicos “*relativos á determinação dos pontos estrategicos onde devam ser construidas novas fortificações, julgadas indispensaveis para apoio das operações de campanha*”, os estudos do mesmo género relativos à rede de comunicação portuguesa, inclusive a formulação de propostas para o melhoramento da rede e as novas construções. A terceira repartição tratava dos estudos para o melhoramento da organização do exército metropolitano, estudava a organização e a mobilização dos exércitos estrangeiros e os seus eventuais planos de operações que incluíssem o território português e, por último, o estudo das convenções militares internacionais. A quarta repartição ocupava-se da redação dos planos de mobilização e de todos os aspetos logísticos relativos ao transporte das tropas;

estes estudos estendiam-se também aos planos de concentração, abastecimento, entre outros. A quinta repartição ocupava-se das instruções e regulamentos, das instruções táticas às relativas ao serviço nos Quartéis-generais. Finalmente, a sexta repartição dedicava-se à preparação das viagens de Estado-Maior, aos exercícios das tropas, *Kriegsspiele* (“jogos de guerra” no decreto), aos estudos críticos das operações militares e das guerras coloniais. A DEME1 contemplava 39 Oficiais divididos entre as diversas repartições e secções, mais 12 empregados como pessoal técnico (desenhadores, amanuenses *et cetera*); em termos gerais, o artigo 268 do decreto estabelecia que os Oficiais do SEM deviam ser empregues nas repartições, “*conforme as conveniencias do serviço*”. Por fim, uma Comissão técnica do SEM era instituída com o propósito de rever constantemente as instruções e regulamentos dos Oficiais do SEM e das repartições da DEME1⁵².

A DEME2, ou Direção dos Serviços do Exército, constituía a segunda direção do EME. Este órgão era dirigido pelo Quartel-mestre General, que dirigia e coordenava os trabalhos desta direção; dirigia também os Oficiais que pertenciam à DEME2, excluindo os Oficiais do SEM, e redigia as instruções que a eles se destinavam; em termos gerais, o Quartel-mestre General desempenhava as mesmas funções do CEME, mas orientadas para as atividades e os Oficiais da DEME2.

No artigo 273 e seguintes é estabelecido que a DEME2 dividir-se-á em sete repartições; estas repartições e as outras secções da DEME2 são colocadas sob a responsabilidade de um Coronel do SEM, Subdiretor dos Serviços do Exército, que geria e organizava os trabalhos consoante os princípios e objetivos estabelecidos pelo Quartel-mestre General. Relativamente às repartições, os artigos de 276 a 282 descrevem as atribuições destas secções. A primeira repartição desempenha as funções de secretaria e trata mormente da correspondência; a segunda repartição, dividida em duas secções, ocupando-se a primeira dos estudos em torno das linhas ferroviárias e das linhas de comunicações para o abastecimento do exército durante as operações, enquanto a segunda tratava das instruções para os serviços de segunda linha e dos regulamentos relativos aos transportes logísticos, o serviço postal e o serviço de polícia, estudava os regulamentos relativos aos transportes em vigor nos exércitos estrangeiros e coordenava as instruções especiais para os diversos serviços em campanha. A terceira repartição ocupava-se da gestão dos materiais, armamentos e equipamentos da Arma de engenharia, e organizava outrossim a defesa das linhas de comunicações do exército em campanha; esta repartição, em colaboração com a quinta repartição da DEME1 e com a terceira da DEME2, ocupava-se sobretudo dos estudos sobre o ataque e a defesa das fortificações; finalmente, esta repartição tratava dos regulamentos da Arma de artilharia em campanha. A quinta repartição organizava e superentendia aos regulamentos do serviço de saúde em campanha, dos hospitais de campo e de todos os cuidados sanitários destinados às tropas em serviço; a sexta repartição tratava dos serviços veterinários,

⁵² Uma instrução de 31 de dezembro de 1912 detalha o processo dos trabalhos da DEME1, indicando a prioridade das atividades que se deviam realizar e assinalando igualmente o horário previsto para cada uma destas atividades: veja-se *Instruções sobre o funcionamento da 1ª Direcção do Estado Maior do Exército*, 31 de dezembro de 1912, documento assinado pelo Coronel Subchefe do EME António José Garcia Guerreiro, AHM/DIV/3/31/4/2.

sobretudo através da redação de instruções especiais para o serviço em tempo de guerra. Finalmente, à sétima repartição competia o estudo dos recursos nacionais e dos mercados estrangeiros que, em caso de guerra, podem garantir o abastecimento de todo o tipo necessários para conduzir as operações, a elaboração das propostas com objetivo a manutenção das reservas de materiais de guerra de todos os tipos, a elaboração de estatísticas sobre o consumo de géneros alimentares, vestuário e todo o material por parte do exército, em tempo de paz e em tempo de guerra; por fim, a esta última repartição competia a colaboração com o Serviço de Administração Militar relativamente a todos os aspetos administrativos concernentes à gestão dos materiais de guerra, quer no exército português, quer nos exércitos estrangeiros. A DEME2 compreendia, no total, 27 Oficiais e 7 empregados.

Em conclusão, existiam outras secções que trabalhavam em concertação com o EME: um Conselho Administrativo era dirigido pelo Subchefe do EME e geria os fundos à disposição do EME; a Comissão Técnica de Fortificações ocupava-se do estudo da organização defensiva dos pontos estratégicos cruciais do território metropolitano, dos projetos de construção de novas fortificações ou da modernização e mudança das existentes; uma Comissão Superior de Caminhos de Ferro era instituída para que se ocupasse, em tempo de paz, dos contratos com as companhias ferroviárias privadas para a execução dos transportes militares, avaliar as eventuais mudanças nos percursos das linhas ferroviárias e, em geral, “*dar parecer sobre todos os assuntos relativos a caminhos de ferro*”. Os assuntos relativos à comunicação por telégrafo eram da competência da Comissão Superior de Telégrafos, inclusive os estudos sobre eventuais meios alternativos para a condução das comunicações sobretudo em pé de guerra⁵³.

A OdE continua estabelecendo a organização e funcionamento de outros órgãos do aparelho militar português, como os Quartéis-Generais e os Comandos Territoriais; contudo, estes aspetos da organização do sistema militar português não são objetivo de análise da presente tese e, portanto, não foram abordados.

Pode-se dizer, resumindo os elementos que ressaltam da análise da OdE de maio de 1911, que a organização militar portuguesa mudou consideravelmente depois da implantação da república. Tendo em vista os objetivos da presente tese, deve-se salientar a instituição do EME como um momento crucial na evolução militar de Portugal, que conseguiu assim recuperar a distância – em termos organizativos – que o separava das principais potências europeias.

Analisando a evolução do sistema militar português a partir de 1834 e tendo em vista o processo de desenvolvimento de um órgão central de preparação da guerra como nos outros casos de estudo apreciados nos precedentes capítulos da presente tese, pode-se afirmar que o caso português constitui uma exceção se comparado com os outros *case studies*. A razão desta afirmação reside no surgimento tardio das funções militares típicas que caracterizam os Estados-Maiores analisados, ou seja, a

⁵³ Ordem do Exército nº 11 de 25 de maio de 1911, AHM/DIV/3/3/4-D/123. Veja-se também De Sá Nogueira, João C., *Breve notícia histórica acerca do Corpo do Estado-Maior*, Separata ao *Boletim do EME*, obra citada, pgs. 21-22; Themudo Barata, Manuel, e Teixeira, Nuno S. (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, obra citada, vol. 4, pgs. 127-128.

preparação do aparelho militar nacional para a guerra. Na organização de 1834 não é explicitada nenhuma função do EMG ou do CEM que apontasse para a preparação da guerra, mas classificava estes dois corpos essencialmente como corpo do Comando superior – no caso do EMG – e como corpo do Comando divisionário e territorial, para além do corpo auxiliar ao EMG – no caso do CEM –.

Ademais, a reforma de 1850 não especifica nenhuma tarefa de preparação da guerra entre as atribuições dos diversos corpos previstos no quadro da organização do aparelho militar; somente os breves acenos aos levantamentos, reconhecimentos territoriais, à análise dos pontos estratégicos territoriais e os acenos relativos ao “plano de defesa” contra “a nação confinante” proporcionam os primeiros elementos que apontam para os trabalhos de preparação da guerra dentro do aparelho militar português. Estes elementos, contudo, são ainda abordados de forma pouco aprofundada e parecem deixados à discricionariedade do Comandante do CEM, que atribui os trabalhos aos Oficiais do seu corpo consoante as necessidades e sem um plano preestabelecido. Finalmente, a reforma de 1850 põe o acento na centralidade estratégica espanhola: o vizinho ibérico de Portugal é considerado uma ameaça e a perspetiva estratégica lusa não pode deixar de ter a defesa do território metropolitano e da capital contra os espanhóis como vetores orientadores.

A reforma de 1862-1863 pode-se considerar o ponto de partida do desenvolvimento das atribuições típicas de um Estado-Maior em Portugal; a articulação do CEM com as comissões consultivas e a instituição do posto de Chefe de Estado-Maior do CEM permitem que se delineiem mais nitidamente as atividades do Estado-Maior relativas à preparação da guerra. Contudo, a ausência de uma articulação interna do CEM que orientasse de forma mais organizada os trabalhos realizados por este órgão não permite de falar ainda da existência em Portugal de um Estado-Maior como aquele definido pelo modelo prussiano.

A centralidade estratégica da defesa contra uma eventual invasão espanhola veio a ser confirmada pela medida tomada com a modificação ocorrida em 1868, pela qual o posto de Comandante do CEM iria ser transferido para o Comandante da Arma de engenharia: a ameaça espanhola, associada à ampla diferença em termos de recursos militares entre os dois países, traduziu-se na implementação de um sistema de obras defensivas que rodeava o principal ponto estratégico de Portugal metropolitano, ou seja a capital. Destarte, a perspetiva militar portuguesa assumia uma vez mais os contornos de defesa pura contra uma invasão de um exército supostamente muito maior se comparado com o português; esta defesa visava impedir a conquista da capital Lisboa por parte do invasor enquanto se estava à espera do desembarque de um exército aliado inglês que, junto às forças portuguesas, pudesse enfrentar e derrotar o exército inimigo. Resulta, assim, muito plausível a interpretação de Telo referida *supra*, ou seja, a associação operada pela chefia político-militar portuguesa entre a preparação técnica da defesa do país – responsabilidade do Governo do Campo Entrincheirado de Lisboa – e a gestão da defesa do país em caso de guerra consoante os planos ou a perspetiva estratégica – esta parte de responsabilidade do CEM – que determinou a unificação do comando do CEM com o da Arma de

engenharia. Apesar de esta solução não ter sido duradoura, é particularmente interessante para perceber melhor sobre quais os princípios em que assentava a perspetiva militar portuguesa.

Se a reforma de 1863 se puder considerar como a base sobre a qual se instituiu e articulou o Estado-Maior português, as reformas de 1884, de 1899 e finalmente a reforma de 1911 constituem o tríptico legislativo que alicerçou o surgimento do EME.

Com a reforma de 1884 emerge pela primeira vez uma articulação e organização substancial das funções de Estado-Maior dentro dos serviços privativos do CEM: o decreto enquadrava os trabalhos do CEM em vários departamentos e secções, entre as quais se destacava por importância a secretaria do CEM. Como descrito *supra*, as duas secções da secretaria desempenhavam as funções que se podiam encontrar na estrutura do *Großer Generalstab* alemão e no EMA francês, a partir do serviço informativo sobre os exércitos estrangeiros, da redação dos regulamentos de campanha ao estudo da mobilização e, no que diz respeito à segunda secção da secretaria, a elaboração dos planos de concentração, dos planos operacionais e do estudo militar do país *sensu lato*; estas atividades eram suportada pela realização de reconhecimentos, *Kriegsspiele* e exercícios de simulação para avaliar os planos elaborados e analisar os possíveis resultados. Como referido *supra*, todavia, o facto de estas atividades não estarem enquadradas numa Instituição autónoma como o Estado-Maior – aqui entendido na sua declinação alemã e francesa – deixa supor que o trabalho realizado pela secretaria do CEM ainda fosse considerado razoavelmente secundário em comparação com as tarefas clássicas normalmente atribuídas a esta Instituição desde o seu surgimento em 1834.

A reforma de 1899 mantém a trajetória da evolução do aparelho militar português começada em 1862-1863 e continuada através da reforma de 1884. As atribuições que o SEM tinha estavam em continuidade com as atribuídas ao CEM em 1884, e a centralidade destas atribuições era ainda mais destacada do que no passado. O Diretor-Geral do SEM, ou seja, a autoridade que supervisionava os trabalhos de Estado-Maior realizados pelo Chefe de Estado-Maior do SEM, recebia ordens diretamente do Ministro da Guerra, elemento que indica que a autoridade conferida ao SEM e também aos trabalhos de Estado-Maior foram considerados mais relevantes do que no passado. A segunda e terceira repartições da direção do SEM eram os departamentos que desempenhavam as funções de Estado-Maior e pode-se afirmar que as funções desempenhadas por estas duas repartições correspondem à maioria das funções desempenhadas pelos Estados-Maiores dos outros países considerados na presente tese. O Chefe do Estado-Maior do SEM, para além de executar as ordens estabelecidas pelo Diretor-Geral do SEM, geria a secretaria da Direção-Geral e, em toda probabilidade, era o principal conselheiro do Diretor-Geral.

A reforma de 1899 era outrossim importante pois determinava o estabelecimento de outros órgãos cujas tarefas eram orientadas para a preparação da guerra e que, portanto, deviam ter ligações com os trabalhos realizados pela segunda e pela terceira repartição do SEM. A principal destas comissões era o Conselho Superior de Guerra, ao qual era atribuída a supervisão da elaboração dos planos de operações e de defesa de Portugal em caso de evento bélico. A instituição deste Conselho é importante

pois acaba por caracterizar as repartições do SEM que se dedicavam à elaboração de planos operacionais e de defesa de Portugal como repartições eminentemente técnicas com pouco – ou nenhum – poder de tomada de iniciativas. A este respeito pode-se desde já dizer que o Estado-Maior português – como, *cum grano salis*, podem ser entendidas a segunda e terceira repartições da secretaria da Direção-Geral do SEM – tem muito mais afinidade com o coevo EMA francês do que com o *Generalstab* alemão: a este respeito emerge nitidamente como a orientação da chefia política portuguesa, como a francesa, exercitasse um rígido controlo sobre o aparelho militar nacional. Em 1907, a instituição do SCDN pode ser considerada em continuidade com o surgimento do Conselho Superior de Guerra, ou seja, foi instituído para que a defesa de Portugal e o estabelecimento dos planos de operações fossem supervisionados superiormente por uma autoridade que considerasse todos os aspetos da defesa da metrópole – e não somente os aspetos relativos ao exército como nas tarefas do SEM – e que fosse melhor controlada pela chefia política portuguesa: relativamente a isto, Ramires de Oliveira é muito direto: “*Em Portugal, o Poder manteve estreito controle político sobre a Força Militar*”⁵⁴.

Finalmente, a reorganização do exército de 1911 constitui a etapa conclusiva do percurso que conduziu Portugal a dotar-se de um Estado-Maior que fosse comparável em estrutura e funções com os Estados-Maiores das principais potências europeias.

Os principais elementos que caracterizam o EME estão em forte continuidade com os órgãos precedentes que se ocupavam da preparação da guerra. Em primeiro lugar, o EME iria ser composto por Oficiais do SEM auxiliados por pessoal técnico; destarte, pode-se afirmar que a criação do EME se pode interpretar como separação – em termos organizativos – de algumas das funções desempenhadas pelo CEM/SEM destes corpos, continuando, contudo, o pessoal destes corpos a desempenhá-las, mas num outro quadro organizativo – ou seja, o próprio EME. O carácter técnico do EME também ficava em continuidade com o passado, pois a mesma OdE de maio de 1911 instituía o CoSDeN, sendo este órgão herdeiro do SCDN e que mantinha as mesmas funções desempenhadas anteriormente pelo SCDN, ou seja, a formulação dos princípios e orientação superior para a elaboração dos planos militares. As funções do EME mantinham-se também em continuidade com o passado, sobretudo com as estabelecidas pela reforma de 1884 e 1899. O facto de que as atividades realizadas pelo EME fossem superiormente estabelecidas pelo Conselho do Estado-Maior, presidido

⁵⁴ Ramires de Oliveira sublinha que esta atitude da política portuguesa face aos militares se tinha tornado manifesta já com a reforma patrocinada por Sebastião de Sousa Teles de 1899, que colocava os Comandantes das Divisões sob a única autoridade do Ministro da Guerra, pois os Comandantes podiam receber ordens somente do Ministro: Ramires de Oliveira, Arménio (coord.), *História do Exército Português*, obra citada, vol. 4, pgs. 14-15. De Sousa Teles foi um importante militar e intelectual militar português, que se ocupou ao longo de toda a sua carreira dos problemas relativos à organização do exército: a este respeito, em 1878 publicou uma obra sobre as medidas necessárias para reformar o CEM, obra na qual é apresentada uma breve resenha histórica sobre os Estados-Maiores europeus, os limites do CEM português e os objetivos da reforma invocada: veja-se De Sousa Teles, Sebastião, *A organização do estado maior do exercito*, Lisboa, Afra & Companhia, 1878.

pelo MGE e com a presença dos outros chefes de repartição implica que existiam margem de iniciativa nas mãos do MGE e do CEME em torno de quais planos elaborar, e como.

Uma diferença interessante entre o EME e os Estados-Maiores dos outros países analisados nos precedentes capítulos é que, paradoxalmente, o EME não é dirigido por um Chefe de Estado-Maior; o titular deste órgão é o MGE, que recebe ordens exclusivamente do Ministro da Guerra, coadjuvado pelo CEME e pelo Quartel-mestre General, sendo estes últimos dois Oficiais responsáveis da DEME1 e da DEME2 respetivamente; todavia, o CEME deveria, em caso de mobilização, exercer as funções de Chefe de Estado-Maior do Quartel-General do exército português em campanha.

Finalmente, em termos gerais, pode-se afirmar que o EME português não se distancia muito da estrutura e funções dos Estados-Maiores dos outros países analisados na presente tese; porém, existem pelo menos duas diferenças relevantes que é necessário salientar: a primeira diz respeito ao número de Oficiais empregues no EME, e a segunda sobre as razões que induziram a chefia republicana portuguesa a instituir este órgão militar.

Relativamente ao primeiro elemento, emerge como o pessoal ordinário do EME estabelecido no decreto de 1911 contemplava 66 Oficiais e 19 auxiliares técnicos, mais o MGE, o CEME e os outros subchefes. A soma dos Oficiais resulta, portanto, muito inferior se comparada com o pessoal do EMA e do *Generalstab*, que contemplavam centenas de Oficiais, e pouco inferior ao GS inglês que, todavia, incluía muitos Oficiais administrativos. A razão desta diferença pode residir nas diferentes perspetivas estratégicas que orientavam os trabalhos dos vários Estados-Maiores; a este respeito, a perspetiva estratégica portuguesa é consideravelmente mais simples se comparada com as dos outros países analisados: uma eventual invasão via terra que podia interessar Portugal devia necessariamente passar pelos territórios espanhóis, limitando drasticamente as hipóteses operacionais que se podiam considerar. Tenha-se em consideração que, pelo contrário, no caso alemão os possíveis teatros operacionais considerados pelo *Generalstab* espriavam-se da fronteira com o Império Russo à fronteira austríaca e à Suíça a Leste e Sul, e ainda consideravam a França, a Bélgica, Luxemburgo e os Países Baixos a ocidente, a Dinamarca e os países escandinavos no Norte e, finalmente, a possibilidade de um desembarque inglês nas costas alemãs do Mar do Norte, sendo que o plano *Aufmarsch* analisado resumidamente no segundo capítulo desta tese concentra-se somente na fronteira ocidental e acena sumariamente à atitude que o exército alemão devia ter na frente russa, apesar de o *Generalstab* continuar a realizar atividades que contemplavam todos os países acenados *supra* e outros mais. Além disto, a perspetiva portuguesa tinha muito em consideração a desvantagem perante a um exército espanhol que quisesse invadir o território metropolitano português: não tendo Portugal a capacidade militar de enfrentar uma força invasora em campo aberto, a sua perspetiva militar reduzia-se à defesa de Lisboa através do sistema de fortificações do Campo Entrincheirado de Lisboa. Em suma, estando a perspetiva estratégica portuguesa muito limitada, não necessitava, *cum grano salis*, do desenvolvimento de um trabalho particularmente amplo que, por conseguinte, requeresse um número particularmente elevado de Oficiais empregues no EME para a realização destes trabalhos. É também

necessário sublinhar que esta perspetiva se encontra em continuidade com o período monárquico, tendo o projeto do Campo Entrincheirado de Lisboa surgido nos meados do século XIX; na mesma medida, esta perspetiva alicerçava-se num outro elemento que provém do período monárquico, especificamente, a construção política das alianças em Portugal ou, noutros termos, a ligação político-militar que o país luso tinha com a Inglaterra. O plano de defesa português partia do pressuposto de que alguém que dispunha de um exército suficientemente grande para enfrentar uma força invasora em território português intervisse para auxiliar Portugal; a este respeito, a aliança histórica com o Reino Unido pode-se considerar como o pilar da perspetiva estratégica portuguesa, como já tinha acontecido durante as guerras napoleónicas, quer durante a monarquia, quer durante a recém-nascida república.

Finalmente, o segundo elemento diz respeito às razões que induziram a chefia política republicana a instituir o EME em 1911. Nos outros países considerados, a razão que desencadeou as reformas militares que acabaram por instituir os Estados-Maiores pode-se reconduzir a um “desastre militar” que levou a chefia político-militar destes países a rever os axiomas organizativos dos seus sistemas militares. No caso português esta situação não se veio a realizar. As primeiras funções de Estado-Maior emergiram do aparelho militar português com a reforma de 1863; contudo, foi só com as reformas de 1884, 1899 e finalmente com a reforma de 1911 que o EME foi implementado: nenhuma destas reformas se pode considerar como uma resposta a uma necessidade de reforma devida a um grave acontecimento militar como foram a inicial derrota prussiana durante as guerras napoleónicas, a derrota francesa contra os exércitos alemães em 1870-1871 e a Segunda Guerra Bóer no caso inglês.

Os paradigmas militares portugueses não mudaram entre 1834 e 1911, pois a aliança política com a Inglaterra manteve a sua centralidade – talvez excluindo só o período de tensão devido ao Mapa Cor-de-Rosa – assim como a centralidade estratégico-operacional constituída pela suposta ameaça espanhola; salvo as intervenções em Angola e Moçambique, mormente concentradas nas últimas duas décadas do século XIX por causa da política dos africanistas, Portugal não participou em operações militares contra outros exércitos nacionais até à Primeira Guerra Mundial; as razões das diversas reformas militares citadas nas OdE apontam para a necessidade de poupar dinheiro e de reorganizar alguns aspetos da organização militar, como as promoções⁵⁵.

Pode-se, conseqüentemente, supor que as razões relativas à instituição do EME português se possam reconduzir a uma espécie de processo imitativo que a chefia político-militar portuguesa realizou olhando para o exemplo das outras potências europeias; esta hipótese seria confirmada em primeiro lugar nas palavras de Fontes Pereira de Melo em 1874 quando, depois das vitórias alemãs contra a França em 1871, afirma que “*As últimas vitórias da Prússia, que se atribuem em grande parte à sua poderosa organização militar, forçam indiretamente as grandes potências a seguir-lhe o*

⁵⁵ Podemos encontrar uma visão geral em torno do processo de promoções, tirocínio e recrutamento dos Oficiais que compunham o CEM/SEM em *Recrutamentos, tirocínios e promoção dos oficiais do antigo Corpo do Estado Maior*, sem data mas depois de 1917, AHM/DIV/3/31/3/3.

*exemplo*⁵⁶. Em virtude dos escassos recursos que se podiam destinar à construção de uma poderosa organização militar, a chefia portuguesa teve de orientar a sua perspectiva para a construção de um sistema militar que apontasse para a qualidade mais do que para a quantidade, *id est*, para um exército numeroso. Destarte, uma possibilidade viável para a chefia político-militar portuguesa era a criação de um órgão superior que organizasse, preparasse e conduzisse o exército português em caso de evento bélico, ou seja, um *Brain of the Army*. Se durante o período monárquico se tentou implementar este *Brain of the Army* dentro da organização existente e, portanto, dentro do serviço militar que melhor podia desempenhar as funções de Estado-Maior, ou seja o CEM/SEM, o triénio entre o regicídio e a implantação da república constituiu o momento de rutura que permitiu rever por inteiro o sistema militar português e implementar o EME: a este propósito, a implantação da república pode-se considerar equivalente aos “desastres militares” que desencadearam o surgimento dos Estados-Maiores nos outros países analisados na presente tese, tendo em conta a substancial diferença entre os eventos acontecidos em Alemanha, França e Inglaterra, de natureza essencialmente militar, e o português, de natureza unicamente política.

Tendo proposto uma hipótese sobre as razões da implementação de um Estado-Maior em Portugal que aponta para um processo imitativo, é útil problematizar esta hipótese perguntando-se em qual modelo a chefia política republicana se teria inspirado para organizar o *Brain of the Army* português. O modelo alemão era sem dúvida uma referência universalmente reconhecida, mas as claras diferenças entre a ampla e articulada organização alemã descrita *supra* e a organização portuguesa não permitem associar os dois sistemas. A aliança entre Portugal e Reino Unido constitui uma ponte entre os dois países, mas de um ponto de vista de organização militar a Inglaterra não constituía um modelo nem relativamente ao Estado-Maior – o GS existia fazia 5 anos quando o EME foi instituído – nem relativamente à sua organização militar – excessivamente peculiar sobretudo em comparação com as outras potências continentais europeias. O modelo constituído pelo EMA francês é o que oferece mais pontos em comum com a organização portuguesa: em primeiro lugar, a afinidade política entre a recém-implementada república portuguesa e o radicalismo republicano francês tornava o país transalpino uma clara referência política para Portugal e, por consequência, institucional e militar; a necessidade da chefia republicana de controlar os sectores do exército que não nutriam muita confiança nas Instituições republicanas induziu a chefia política portuguesa a retomar o modelo da França revolucionária de politização das camadas militares, sobretudo dos Capitães e Sargentos⁵⁷; uma outra medida tomada pelos reformadores portugueses que se inspira no modelo francês é o rígido controlo que a política ia exercitando sobre o mundo militar; finalmente, de um ponto de vista organizativo, a recorrência de órgãos do aparelho militar português que correspondem em termos de funções ou até mesmo no nome aos órgãos do aparelho militar francês – veja-se por exemplo o

⁵⁶ As palavras do político da Regeneração são citadas em Themudo Barata, Manuel, e Teixeira, Nuno S. (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, obra citada, vol. 3, pg. 374. A centralidade do modelo militar prussiano é também citada em *idem*, pg. 371.

⁵⁷ *Idem*, vol. 4, pg. 130-131.

CSDN-CoSDeN e o Conselho Superior de Guerre-*Conseil Supérieur de la Guerre*, ou ainda o trabalho sobretudo de natureza técnica realizado por ambos os Estados-Maiores – permite de apontar para a emulação do modelo francês por parte da chefia política portuguesa republicana.

CONCLUSÕES.

Tendo analisado nos capítulos precedentes o surgimento e a evolução dos Estados-Maiores da Prússia-Alemanha, França, Reino Unido e Portugal, passar-se-á agora ao cruzamento dos elementos mais descritivos relativos a estas Instituições militares para assim tentar definir o que é um Estado-Maior, para tentar desta maneira esclarecer o significado histórico – e prático – deste órgão militar.

Seja dito desde já que tentar conferir a um órgão como o Estado-Maior uma definição que seja sempre válida tendo em consideração as diferenças amplas entre os Estados-Maiores considerados aqui como *case studies* é, porventura, impossível; as diferenças contextuais relativas ao surgimento e evolução destas Instituições, os elementos peculiares de cada país analisado que o diferenciam dos outros, as diferentes perspetivas estratégicas e militares encaradas nas categorias de *military culture* e *strategic culture*, para além das contingências políticas, sociais, económicas e culturais que diferenciam radicalmente os vários países analisados podem limitar substancialmente a força descritiva da definição que se pretende formular. Noutros termos, admite-se aqui que, *cum grano salis*, a melhor definição de Estado-Maior que se pode formular é a que se refere a cada um dos Estados-Maiores analisados na presente tese e considerados separadamente, de forma a ressaltar as peculiaridades de cada uma das sociedades que instituíram este órgão militar e as características dos aparelhos militares que refletem estas peculiaridades.

A este propósito é claro que é mais fácil encontrar as diferenças entre as diversas declinações da mesma Instituição em vários países, do que encontrar os elementos que permitem contruir pontes entre estas mesmas declinações e assim investigar a natureza própria da Instituição que se quer analisar: soa quase como uma “lapalissada” afirmar que o *Generalstab* prussiano é diferente do EME português em tantos aspetos que não se pode realizar uma comparação profícua entre as duas entidades; isso, contudo, não significa que os dois órgãos militares sejam diferentes. Contudo, apesar de reconhecer que, por um lado, as diferenças entre as versões de uma mesma Instituição podem complicar – ou mesmo impedir – a estruturação de uma definição suficientemente clara e abrangente em torno desta própria Instituição, por outro estas limitações não serão consideradas prejudiciais para a formulação de uma descrição sintética do que uma Instituição é – neste caso o Estado-Maior – ou, noutros termos, para estruturar uma definição que seja entendida como um *elegant model* das disciplinas económicas, ou seja, que respeite algumas propriedades constitutivas predefinidas como a *generalizability*, a *empirical consistency* e a *predictive precision* descritas por Xavier Gabaix e David Laibson¹.

Partindo destes pressupostos e objetivos, proceder-se-á aqui à abordagem da “perspetiva horizontal” já citada *supra*, capítulo 1. O primeiro elemento que irá ser investigado nesta confrontação entre os quatro Estados-Maiores analisados até agora é o processo que conduziu ao surgimento desta Instituição, partindo da Prússia e acabando com o EME.

¹ Gabaix, Xavier e Laibson, David, *The Seven Properties of Good Models*, texto disponível em https://scholar.harvard.edu/files/laibson/files/seven_properties_2008.pdf.

Como amplamente descrito *supra*, o *Generalstab* prussiano surgiu num momento histórico muito específico, ou seja, as guerras napoleónicas. Excluindo o projeto de Estado-Maior proposto por Massenbach, projeto que não teve seguimento e que se pode considerar somente como pródromo isolado, o Estado-Maior prussiano surgiu em 1806 como consequência das reformas que investiram o aparelho militar prussiano depois das derrotas de Jena e Auerstädt, tendo um processo de institucionalização que conduziu ao estabelecimento oficial deste órgão nas fases imediatamente sucessivas à derrota definitiva de Napoleão em Waterloo.

Os elementos principais que levaram a chefia político-militar prussiana à aceitação das propostas formuladas por Scharnhorst, Gneisenau, Grolman e o círculo dos reformadores militares, foram principalmente a necessidade de preparar o exército prussiano para a guerra – apesar das derrotas em Jena e Auerstädt, era claro que para a chefia política, quer para a chefia militar que a confrontação com Napoleão iria continuar – e de organizar para a guerra o próprio exército prussiano que, em seguimento à paz de Tilsit, estava reduzido em termos numéricos e de eficiência de combate. Neste sentido, a criação de um órgão de gestão, organização e preparação para a guerra foi considerada como a melhor solução viável para resolver de vez os problemas surgidos no âmbito do exército prussiano em relação ao maior tamanho dos exércitos – resultado das reformas implementadas na França revolucionária – e à evolução tática, devida igualmente às reformas francesas e, sobretudo, ao génio napoleónico². Noutros termos, pode-se afirmar que a implementação de um órgão que desempenhasse o papel de preparação para a guerra foi considerada necessária para responder a uma fraqueza – o tamanho limitado do exército prussiano – e à necessidade de preparar um conflito futuro considerado inevitável contra os franceses. Contudo, não se deve esquecer que no caso prussiano estas necessidades não se traduziram na criação de um órgão independente de natureza exclusivamente militar que devia desempenhar as funções acima descritas. Pelo contrário, a chefia político-militar introduziu as funções de preparação para a guerra numa secção do reformado *Kriegsministerium*, portanto numa Instituição política. A este respeito, portanto, é necessário sublinhar que o surgimento do Estado-Maior prussiano se enquadra num mais amplo processo reformador que abrange o inteiro aparelho militar de Berlim.

Relativamente ao caso francês, pode dizer-se que o processo que conduziu ao surgimento do EMA foi muito semelhante ao prussiano. Depois da derrota definitiva de Napoleão as reformas relativas ao ressurgido reino francês visaram modificar o aparelho militar transalpino num sentido de “retorno” ao sistema pré-revolucionário. A este respeito a instituição de um Corpo de Estado-Maior em 1818 não se pode considerar como pródromo da instituição de um Estado-Maior como na Prússia, pois as funções

² A este respeito tenham-se em consideração Bronsart von Schellendorff no seu *Der Dienst des Generalstabes*, no qual o oficial alemão afirma que os exércitos modernos, sendo mais articulados e dispendo de um número maior de tropas, necessitam de uma organização mais aprofundada; o trabalho de um só indivíduo – ou seja o Comandante do exército – não é suficiente e outrossim distrai-o das tarefas relativas ao Comando; a criação dos Estados-Maiores, portanto, visa resolver este conjunto de problemas práticos. Veja-se Bronsart von Schellendorff, Paul, *The duties of the General Staff*, Londres, H.M. Stationary Office, 1907, pgs. 1-3.

desempenhadas por este corpo eram essencialmente de auxílio aos comandos do exército. Foi somente a partir de 1871 que foi implementado um Estado-Maior em França, estando este processo em continuidade com a instituição do *Generalstab* prussiano. O primeiro elemento relativo ao surgimento do Estado-Maior francês é o desastre militar que resultou da guerra franco-prussiana de 1870-1871. Exatamente como no caso prussiano 65 anos antes, o grave desaire do exército francês face ao exército dos aliados alemães conduzido por Moltke, o Velho, induziu na nova chefia política republicana francesa uma revisão profunda do aparelho militar transalpino. A nova Instituição francesa – ou melhor, o novo posto de CEMGM – desempenhava as funções tipicamente de Estado-Maior, ou seja, a preparação da guerra e a coadjuvação ao Ministro da Guerra, num contexto institucional-militar muito mais articulado do que o alemão.

A criação de um Estado-Maior em França decorreu da necessidade de rever o aparelho militar por razões militares assim como por razões políticas. As derrotas que o exército de Napoleão III sofreu durante a campanha de 1870 manifestaram nitidamente as limitações organizativas e logísticas do exército francês, limitações que foram imediatamente comparadas com as mais-valias que o *Generalstab* de Moltke, o Velho, conferiu ao exército aliado alemão e que, finalmente, foram consideradas imputáveis do desaire. Politicamente, a *Troisième République* foi conotada desde o princípio pela procura da *Revanche* contra o Império alemão e a retoma da Alsácia-Lorena, razão pela qual foi avançado logo depois do surgimento da terceira república um plano que visava renovar profundamente o sistema militar francês. O que emergiu durante estas fases de reforma, portanto, pode-se definir como um processo de emulação militar, pelo qual a França tentou traduzir alguns elementos do sistema militar alemão dentro do novo contexto republicano.

Em torno do caso inglês, o processo que conduziu à instituição do GS pode-se também considerar em forte continuidade com os processos vistos na Prússia e em França. O Reino Unido, principal potência mundial no século XIX, instituiu um Estado-Maior muito tarde, se comparado com as suas contrapartes continentais, ainda que, aquando do surgimento do GS, as razões pelas quais foi instituído este órgão militar foram muito parecidas às que determinaram o surgimento dos Estados-Maiores francês e alemão, ou seja, um desastre militar por um lado e a revisão e reforma do aparelho militar nacional por outro. Todavia, no caso inglês o termo “desastre militar” deve-se considerar a uma luz diferente da dos casos alemão e francês, pois, de facto, o Reino Unido nunca sofreu graves desaires estratégicos que determinaram a revisão do inteiro sistema militar – talvez, o único desastre operacional sofrido pelos ingleses depois da campanha na península da Crimeia foi a *Black Week* durante a própria Segunda Guerra dos Bóeres, que contudo não determinou a derrota final inglesa –. No caso inglês o desastre militar refere-se ao desperdício de homens, meios e recursos financeiros devido à longa campanha militar na África do Sul contra os bóeres, campanha que mostrou todos os limites organizativos, logísticos e doutrinários do aparelho militar inglês, mas que também foi uma campanha que acabou com a vitória inglesa. Pode dizer-se que os limites demonstrados na campanha sul-africana mostraram toda a fraqueza do exército inglês perante um exército organizado e armado à

maneira europeia, como os bóeres, ao contrário dos demais adversários dos ingleses durante as diversas guerras coloniais combatidas no século XIX. A tomada de consciência dos ingleses sobre o estado do seu aparelho militar e a possibilidade de que um conflito deflagrasse na Europa contribuíram para a superação da reticência que impedira a implementação das amplas reformas militares que já haviam sido projetadas durante a segunda metade do século XIX. e, finalmente, para a revisão do sistema militar inglês: a este respeito, tenha-se em consideração que a reforma que instituiu o GS partia das considerações elaboradas da comissão que visava reformar o WO por inteiro e não somente instituir o GS.

No caso alemão, francês e inglês emerge, portanto, que a instituição de um Estado-Maior surgiu como resposta a um conjunto de problemas de natureza militar que se impuseram à atenção da chefia político-militar por causa de um grave revés militar que levou à revisão do inteiro sistema militar destes países. O caso português pode-se considerar diferente destes três, pois falta-lhe o aspeto do desaire militar que constitui o elemento que desencadeia as reformas que conduziram à instituição do órgão aqui tratado. A evolução do sistema militar português analisada *supra*, capítulo 5, mostra um aparelho militar muito mais constante em termos de organização e estruturas, *id est*, que não sofreu variações particularmente drásticas entre 1834 e 1911. A própria reforma de maio de 1911 mostra a discrepância entre os projetos da nova elite política portuguesa e o que Portugal conseguiu implementar a nível militar; ainda assim, no que diz respeito à presente tese, a implementação do EME pode-se considerar uma evolução importante, pois as funções relativas à preparação para a guerra – que já estavam previstas e parcialmente estruturadas no sistema militar português durante a monarquia constitucional – foram centralizadas num órgão que se devia dedicar só a esta função. A este respeito, pode-se dizer que o EME foi implementado através de uma reforma militar que não foi desencadeada por um trauma militar, como nos outros casos, mas em virtude de um raciocínio eminentemente político, pelo qual as funções de preparação para a guerra deviam ser centralizadas numa estrutura de cariz institucional que emulasse o modelo francês do EMA.

Resumindo, o primeiro elemento comum que emerge nos quatro *case studies* analisados é que o Estado-Maior surgiu pela vontade da chefia política de um país de rever os axiomas militares do próprio país e instituir um órgão que concentrasse em si algumas funções de natureza militar específicas. A ausência destas funções ou a desorganização militar devida a esta ausência determinou, em três casos de quatro, um desaire militar que implicou a improrrogabilidade da adoção de reformas que implementassem um órgão de gestão do meio militar e de preparação para a guerra. Noutros termos, pode-se afirmar que os Estados-Maiors foram instituídos seguindo este esquema: o sistema militar de um país não é, inicialmente, organizado para responder eficazmente a uma nova ameaça-contexto militar, como os exércitos napoleónicos, o exército da Confederação Germânica do Norte e a organização moltkeana ou o terreno de combate sul-africano, acabando assim por sofrer um desaire que teve consequências relevantes quer no aparelho militar, quer no aparelho político de um país. Para emendar as deficiências militares resultantes da ausência destas funções, os órgãos políticos

reformaram os sistemas militares e acabaram por instituir os Estados-Maiores. Relativamente a estas reformas, existem variáveis contextuais que determinaram o maior ou menor atraso na implementação destas reformas: a variável política, em primeiro lugar, que impediu a implementação do órgão aqui tratado mesmo quando as mais-valias que um Estado-Maior podia proporcionar a um sistema militar se tornaram nítidas – como tinha demonstrado o *Generalstab* prussiano durante a campanha dinamarquesa e a austríaca –, ou relativamente ao receio político que a criação de um *Brain of the Army* iria fomentar o chauvinismo e iria necessariamente conduzir à guerra; a variável militar, em segundo lugar, pela qual a cultura militar e a cultura estratégica não consideravam a instituição de um Estado-Maior como necessária ou útil – faz-se referência aqui sobretudo ao caso inglês e, parcialmente, ao português –. Apesar destas variáveis, as vantagens da presença de uma Instituição que desempenhasse algumas funções específicas de natureza militar acabaram por se impor nas chefias políticas e militares, dando lugar à instituição dos Estados-Maiores em todos os países considerados na presente tese.

Um ulterior elemento desta análise conclusiva diz respeito às funções desempenhadas pelos quatro Estados-Maiores investigados. Pode-se dizer desde já que as funções às quais se fará referência constituem um importante fator de continuidade entre as quatro Instituições analisadas; todavia, existem também diferenças de relevo pelas quais não se poderá afirmar que a Instituição do Estado-Maior seja um órgão militar uniforme em todos os casos apresentados.

Em termos gerais, podem-se dividir as funções desempenhadas pelos Estados-Maiores em duas macro-categorias, ou seja, o desempenho de funções administrativas no âmbito militar e o desempenho de funções militares *sensu stricto*. Ambas estas categorias podem-se analisar contextualizadas em duas situações diferentes: em tempo de paz e em tempo de guerra.

Relativamente às funções administrativas em tempo de paz, os Estados-Maiores intervinham na organização dos exércitos de várias formas. Em primeiro lugar, podiam sugerir ou até pedir às autoridades políticas a constituição de novas unidades do exército para satisfazer as necessidades previstas pelos planos militares ou pelos objetivos estratégicos; neste sentido, as potências continentais analisadas aqui constituem o melhor exemplo, pois no caso francês o objetivo da chefia militar era alcançar a paridade entre as forças armadas francesas e alemãs e por isto pressionava a chefia política através de atividades de *lobbying* para que fossem tomadas medidas neste sentido. Da mesma forma, o *Generalstab* alemão pressionava o Ministro da Guerra – ou o Imperador depois de o Chefe de Estado-Maior alemão ter obtido o *Immediatvortrag* em 1883 – para que fossem criadas novas unidades para aumentar o número de efetivos do exército alemão ou para criar novas unidades específicas. O caso inglês pode-se considerar igualmente importante sobretudo em relação ao debate em torno da implementação do serviço militar obrigatório no Reino Unido, proposta que encontrava o favor de uma parte importante do GS a partir de Henry Wilson. Em torno da situação portuguesa, não foram encontrados elementos que possam suportar a afirmação de que o EME ou o CEM/SEM tivessem intervindo com atividades de *lobbying* para modificar a organização militar portuguesa; as

modificações ocorridas no sistema militar português durante o período considerado não permitem estabelecer com certeza o papel desempenhado pelas chefias militares; todavia, pode-se supor que estas modificações não surgiram exclusivamente das propostas formuladas pelas autoridades políticas, mas sim que foram consideradas e apreciadas pelas autoridades militares, pois estas últimas eram as autoridades com maior título para tratar de questões de organização militar.

Em segundo lugar, os Estados-Maiores tratavam em tempo de paz de dois aspetos fundamentais relativos à organização e preparação dos exércitos, especificamente, a gestão do armamento e a instrução das tropas.

No que diz respeito ao armamento, o papel desempenhado pelos Estados-Maiores emerge nitidamente, pois sendo estes os órgãos de gestão dos meios militares, em previsão de um evento bélico eram os próprios Estados-Maiores que deviam escolher, apreciar e gerir as armas empregues no exército. Deve-se sublinhar que, contudo, os Estados-Maiores não dispunham de carta-branca relativamente a todos os aspetos em torno dos armamentos: se por um lado analisavam os armamentos, propunham aquisições e planificavam a distribuição das armas e das munições, por exemplo estabelecendo o número de munições que cada soldado ou bateria de artilharia devia dispor por cada dia, por outro lado deviam submeter as suas considerações e propostas à atenção das autoridades políticas que tinham a última palavra sobre a alocação dos recursos financeiro para efetuar as aquisições. A este respeito, pode-se afirmar que mais uma vez os Estados-Maiores realizavam atividades de *lobbying* para obterem a concessão dos meios para adquirir as armas que achavam mais adequadas para equipar os exércitos, tratando de forma mais direta a gestão dos armamentos disponibilizados.

Relativamente à questão da instrução dos Oficiais, as funções dos Estados-Maiores são também muito nítidas: no caso alemão, a chefia do *Generalstab* organizava e dirigia as atividades realizadas pelas principais escolas militares de Berlim, a partir da *Kriegsakademie*; as ligações entre o EMA e o ensino militar em França são também fortes. No caso inglês as ligações entre os estabelecimentos de ensino militar e o GS emergem com nitidez no caso de Henry Wilson, que antes do seu ingresso no GS havia sido diretor do *Staff College*, Camberley, e mesmo depois de ter deixado o cargo para se tornar DMO continuou a manter importantes ligações com a escola militar de Camberley; seja outrossim recordado que a tese proposta por Bond na sua obra *The Victorian Army and the Staff College* consiste na criação de uma relação de longo prazo entre as atividades do *Staff College* e o GS ingleses, relação pela qual esta escola militar é considerada pelo historiador inglês precursora do Estado-Maior inglês e a relação entre as duas entidades são consideradas simbióticas. O caso português constitui mais uma vez uma exceção, pois de acordo com os decretos analisados a gestão dos estabelecimentos do ensino militar encontrava-se reservada à autoridade ministerial da SENG; todavia, não se pode excluir uma intervenção – direta ou indireta – do pessoal do CEM/SEM ou do mesmo EME na gestão do ensino superior militar, pois todas as principais escolas superiores militares citadas instruíam o pessoal que se destinava aos Estados-Maiores; neste sentido, é mais do que provável que os Estados-Maiores, quando

não geriam diretamente estes estabelecimentos de ensino, avançassem programas ou *desiderata* sobre o que devia ser ensinado nestas escolas, para que o pessoal que ia ser instruído tivesse conhecimentos teóricos e práticos adequados às necessidades destes órgãos: a este respeito Portugal não devia constituir uma exceção.

Um aspeto que diz respeito tanto à instrução, quanto à preparação para a guerra – e às funções militares *sensu stricto* citadas *supra* – é constituído pelas atividades de simulação e manobras. Como assinalado nos capítulos anteriores, todos os Estados-Maiores analisados realizavam *Kriegsspiele*, *Wargames* e jogos de guerra simulando operações utilizando mapas; estas atividades tinham dois objetivos: treinar o corpo dos Oficiais na condução das unidades militares em campanha, na formulação rápida e clara de ordens e no seu despacho, no desenvolvimento da doutrina, do pensamento tático e na sua homogeneização dentro do corpo dos Oficiais. Ao lado destas funções, os *Kriegsspiele* e as simulações eram utilizados também como testes para avaliar a eficácia de algumas soluções operacionais estudadas para serem adotadas em caso de guerra, como demonstra sobretudo o caso alemão. Um outro tipo de exercício com as mesmas funções e que apontava para a instrução dos Oficiais assim como para a preparação para a guerra são as viagens de Estado-Maior, também estas inventadas e usadas pela primeira vez pelos alemães; estes exercícios, recorrentes em todos sistemas militares analisados, visavam proporcionar uma instrução especial aos Oficiais de Estado-Maior, pois consistiam em viagens de alguns dias, nos quais participavam essencialmente Oficiais de Estado-Maior, e eram focados na análise do contexto bélico simulado, na gestão do fluxo das ordens, na realização de reconhecimento e na aplicação – ainda teórica e simulada – dos planos operacionais normalmente estabelecidos nas fases preparatórias das viagens *et cetera*. Similarmente, as manobras – exercícios normalmente anuais – visavam simular as dinâmicas táticas durante as operações, provar e aperfeiçoar a instrução das tropas e dos Oficiais e simular, em termos gerais, todos os aspetos que as tropas deveriam enfrentar em caso de guerra, apresentando como fundamental diferença em relação às simulações descritas antes o facto de que as manobras implicavam o emprego de inteiras unidades do exército, tornando as manobras mais realísticas do ponto de vista da gestão das tropas. Uma atividade realizada pelos Estados-Maiores que tinha o objetivo de preparar as manobras e, em termos mais gerais, de auxiliar a preparação militar para um eventual conflito era o mapeamento do território nacional, a procura e aquisição de mapas dos países estrangeiros – sobretudo dos países confinantes – e a constituição de arquivos e sistemas de produção e distribuição de mapas que pudesse satisfazer as exigências dos corpos militares durante um evento bélico; neste sentido, os Estados-Maiores dispunham de gabinetes topográficos, geodésicos, fotográficos e geográficos *sensu lato* e de pessoal técnico para a realização de levantamentos em território nacional e internacional e para a produção de mapas em diversas escalas. A produção de mapas e os serviços geográficos, presentes em todos os Estados-Maiores analisados, constituem elementos caracterizantes as funções desempenhadas pelos Estados-Maiores.

Relativamente às funções militares *sensu stricto* desempenhadas pelos órgãos militares aqui analisados em tempo de paz, existem numerosos elementos que permitem caracterizar os Estados-Maiores de forma mais detalhada. Pode-se dizer a este respeito que as funções militares desta natureza desempenhadas pelos Estados-Maiores em tempo de paz se podem considerar como o elemento provavelmente mais caracterizantes desta Instituição militar. A descrição em termos comparados destas atividades irá justificar amplamente esta afirmação.

A primeira das funções militares desempenhadas pelos Estados-Maiores em tempo de paz é a atividade realizadas pelos serviços informativos. Esta atividade, como amplamente descrito *supra*, encontra-se presente em todos os Estados-Maiores analisados e é frequentemente articulada em diversos gabinetes e secções em cada um destes órgãos. Fins e modalidades de trabalho eram também muito parecidos entre os vários serviços informativos dos Estados-Maiores: a procura de informações sobre os exércitos e os aparelhos militares estrangeiros era conduzida por agentes de maneira tendencialmente secreta; as informações eram recuperadas em primeiro lugar na imprensa e nas publicações de tema militar, político ou generalista dos países estrangeiros; podiam provir de informações recuperadas através das redes pessoais construídas pelos agentes em missão no estrangeiro ou, finalmente, podiam ser recuperadas através das ligações diplomáticas dos adidos militares e das suas redes de conhecimentos. A particular importância das secções informativas dos Estados-Maiores é devida ao papel fundamental que estas secções desempenhavam sobretudo em relação ao fornecimento de informações de todo o tipo sobre os aparelhos militares estrangeiros e potencialmente adversários, pois estas informações iriam constituir o alicerce principal para a compreensão dos possíveis inimigos e a base para a estruturação dos planos de concentração e os operacionais. Mais uma vez, os serviços informativos foram introduzidos em primeiro lugar no *Generalstab* alemão; depois da sua criação, o EMA francês estruturou o *deuxième bureau*, com as mesmas finalidades do serviço informativo do Estado-Maior alemão mas tendo ao seu dispor pessoal e recursos maiores do que aqueles à disposição do *Großer Generalstab*. Também o GS e o EME estruturaram gabinetes informativos emulando os serviços alemão e francês. O facto de que os serviços informativos adotaram quase a mesma metodologia de trabalho para a recuperação das informações, ou seja, a pesquisa na imprensa e nas publicações em geral, a criação de redes informativas e o recurso ao papel desempenhado pelos adidos militares, mostra como o mesmo modelo tenha, possivelmente, sido utilizado para a criação dos gabinetes dos serviços informativos dos Estados-Maiores analisados. Finalmente, o papel desempenhado pelos serviços informativos alemão e francês durante o *affaire Dreyfus* é o mais claro exemplo do nível de articulação e ramificação alcançados pelos serviços de *intelligence* dos Estados-Maiores.

O segundo e o terceiro elemento que fazem parte da categoria das funções militares *sensu stricto* desempenhadas pelos Estados-Maiores em tempo de paz são constituídos pelos planos de mobilização e concentração, por um lado, e pelos planos estratégicos e operacionais por outro lado. Pode-se dizer a este respeito que a redação destes planos constitui, provavelmente, o aspeto mais importante e

característico dos trabalhos realizados pelos órgãos militares aqui analisados. Porém, antes de analisar os elementos que constituem este tipo de trabalhos, é necessário resumir os elementos até agora encontrados, pois, pode-se antecipar desde já, os planos de mobilização, concentração, estratégicos e operacionais são o ponto de chegada das atividades efetuadas pelos Estados-Maiores.

Os elementos considerados até agora podem-se descrever em termos de elementos necessários para os Estados-Maiores elaborarem os planos estratégicos e operacionais para os exércitos entrarem preparados num eventual conflito contra um ou mais inimigos. Em primeiro lugar, os próprios Estados-Maiores, em colaboração com os Ministérios da Guerra e as principais autoridades políticas, determinavam a organização do exército, ou seja, o tamanho e a composição que o exército devia ter; o tamanho e a composição do exército eram determinados por diversas variáveis como os recursos financeiros à disposição de um país – por exemplo, no caso português, os escassos recursos orçamentais impediram sempre uma extensão substancial do serviço militar –, a cultura militar – por exemplo, no caso inglês, a cultura militar impediu o aumento do tamanho das forças terrestres por causa da reticência em torno da implementação do serviço obrigatório –, a cultura estratégica – por exemplo, no caso alemão, a “síndrome de cerco” levou à criação de um exército sempre muito numeroso – e as demais variáveis políticas – por exemplo no caso francês, o alicerce principal da Terceira República era o revanchismo contra o Império alemão que determinou uma expansão enorme do meio militar francês –.

Em segundo lugar, a cultura estratégica era o elemento incontornável que determinava a orientação estratégica das autoridades militares e políticas em geral, e dos Estados-Maiores em particular. A cultura estratégica foi o elemento que determinou a orientação da França e da Alemanha para se tornarem potências continentais, portanto focadas nas forças terrestres; na mesma medida, a cultura estratégica fez propender o Reino Unido para perseguir uma política de preservação do equilíbrio político militar no continente europeu limitando a sua intervenção direta em questões militares na Europa durante a *Pax Britannica*; no que diz respeito a Portugal, a cultura estratégica no período considerado pela presente tese determinou a orientação de Lisboa quase unicamente para a defesa do país da possível ameaça espanhola, sendo a única exceção relevante a política dos africanistas na segunda metade do século XIX.

A cultura estratégica influenciava profundamente também o primeiro elemento analisado, ou seja, a organização do exército, pois contribuía para determinar os objetivos estratégicos *sensu lato* em caso de evento bélico. O trabalho dos Estados-Maiores, neste sentido, era determinar os objetivos estratégicos *sensu stricto* que constituíam o objetivo a perseguir em caso de evento bélico. Neste sentido, o caso alemão durante as Guerras de Unificação Alemã é o mais claro: Moltke, o Velho, em qualidade de Chefe do *Generalstab* e Chefe de Estado-Maior durante as três guerras que conduziram à unificação do país germânico, definiu como supremo objetivo estratégico da campanha dinamarquesa a ocupação da Jutlândia e da ilha de Als, não tendo a Prússia uma marinha adequada para tentar um ataque contra a capital dinamarquesa; durante a *Bruderkrieg* de 1866, o objetivo estratégico final era

marchar sobre Viena, objetivo reiterado depois da estrondosa vitória de Sadowa: foi a vontade política de Bismarck que impediu ao exército prussiano de avançar para a capital austríaca. Finalmente, o objetivo estratégico durante a guerra contra a França em 1870-1871 foi, claramente, a destruição do exército francês e a conquista de Paris. Todavia, o estabelecimento de um objetivo estratégico em caso de guerra não implica necessariamente associar este objetivo a uma conquista ou ocupação territorial: no caso português, antipódico ao alemão, o objetivo estratégico era a defesa de Lisboa contra uma possível invasão espanhola enquanto se esperava o corpo expedicionário inglês.

Tendo estabelecido os possíveis objetivos estratégicos e organizado o exército, os Estados-Maiores ocupavam-se da instrução dos Oficiais e da tropa segundo princípios doutrinários que iam estabelecendo. A este respeito, por exemplo, a doutrina principal francesa era centrada no *élan*, no ímpeto ofensivo e na superioridade moral sobre os adversários, em continuidade com a tradição revolucionária e napoleónica. No caso alemão o alicerce doutrinário principal era a procura da *Kesselschlacht* ou *Vernichtungsschlacht*, ou seja, a batalha de cerco que se torna numa batalha de aniquilamento do inimigo, para que se pudessem acabar rapidamente as operações e dar início às negociações de paz. Moltke, o Velho, queria que taticamente as linhas alemãs, hipoteticamente contra os franceses, esperassem na defensiva os primeiros assaltos inimigos para enfraquecer o seu ímpeto, para depois manobrar aos lados para definir a batalha de cerco e aniquilar a resistência dos adversários³. Para transferir os princípios doutrinários para as tropas e para os próprios Oficiais, os Estados-Maiores serviam-se, como descrito anteriormente, dos estabelecimentos de ensino militar. Os cursos lecionados e os trabalhos desenvolvidos nestes estabelecimentos eram geridos pelos próprios Estados-Maiores ou por Oficiais com fortes ligações com estes órgãos, sendo os casos de Schellendorf, Foch e Wilson particularmente indicativos; relativamente ao caso português, pode-se estender uma linha de continuidade entre o papel desempenhados pelo CEM/SEM, a criação do EME e o trabalho desenvolvido pela Escola Politécnica/Escola de Guerra, sobretudo no que diz respeito ao Curso de Estado-Maior.

Depois do estabelecimento dos objetivos estratégicos derivados da cultura estratégica, o consequente estabelecimento das principais possíveis ameaças militares e a consequente determinação dos objetivos estratégicos *sensu stricto*, a organização do exército e a sua instrução, o passo seguinte operado pelos Estados-Maiores era a recolha de informações sobre a organização, força, qualidade e fraquezas dos exércitos inimigos, e ainda sobre os possíveis planos de concentração ou operacionais que os Estados-Maiores tinham elaborado; noutros termos, a recolha de informações realizada pelos departamentos de *intelligence* dos Estados-Maiores visava descrever da forma mais detalhada possível a composição, a doutrina, os objetivos e a organização dos aparelhos militares inimigos. Esta tarefa, como é óbvio, tem uma importância fundamental dentro das dinâmicas de trabalho dos Estados-

³ Veja-se Addington, Larry H., *The Blitzkrieg Era and the German General Staff, 1865-1941*, New Brunswick, Rutgers University Press, 1971, pgs. 3-27. Nesta obra Addington afirma que o princípio doutrinário central no pensamento moltkeano era a defensiva tática e a ofensiva estratégica.

Maiores, pois é através da recolha de informações sobre os exércitos adversários que se fundamentavam os planos operacionais: citando dois exemplos, foi através de informações que o departamento da *intelligence* inglês recolheu em torno das áreas da concentração alemã e das possíveis manobras alemãs nos primeiros dias de combate que foram inicialmente conjecturados os pontos de desembarque da força expedicionária inglesa; relativamente ao exército francês, a ausência de informações certas e suficientes sobre a concentração alemã e sobre a intenção alemã de invadir o território belga até muito mais ao norte da linha Lieja-Namur que impediu a Joffre de estabelecer um plano operacional definido, obrigando-o a optar para um plano de concentração que fosse o mais flexível possível para responder adequadamente a qualquer das opções operacionais alemãs: o facto de o exército francês ter sido surpreendido pelas tropas alemãs na frente valona, implica que, malgrado os cerca de 15 anos – mas, considerando os documentos, possivelmente havia mais tempo – em que era sabido que o exército alemão iria violar a neutralidade belga, as informações na posse do EMA não conseguiram prever as manobras alemãs, pondo assim a França à beira da capitulação já em 1914.

Tendo sido estabelecidos e definidos todos estes elementos, como referido *supra* o passo seguinte operado pelos Estados-Maiores era o estabelecimento dos planos de concentração e dos planos operacionais. *Cum grano salis*, e tendo em consideração os princípios teóricos que alicerçam a presente tese, a redação de planos pode-se considerar como a tarefa principal dos Estados-Maiores, o ponto de chegada das atividades que realizam e as atividades que conferem mais sentido a estes órgãos militares e que os permitem definir da melhor forma.

O plano de concentração, como amplamente descrito nos capítulos precedentes, é o plano que dispõe as tropas no terreno depois de terem sido mobilizadas; o plano destinava as tropas mobilizadas a algumas áreas estabelecidas pelo Estado-Maior, áreas que constituem os ingressos para as zonas das operações. Relativamente a estas áreas pode-se dizer, portanto, que eram escolhidas a partir de diversas variáveis sintetizadas no plano pelas chefias dos Estados-Maiores, como por exemplo as áreas onde supostamente os exércitos inimigos se iriam concentrar, as áreas das operações, a atitude do inimigo – ofensiva ou defensiva –, a atitude que as tropas deviam ter face ao inimigo e, sobretudo, os planos operacionais previstos. Noutros termos, os planos de concentração correspondiam a uma fase crucial antes do começo dos combates, pois serviam para definir os importantes primeiros elementos que podiam já determinar a superioridade ou a inferioridade de um exército face ao inimigo; também esta fase era crucial pois uma concentração em atraso podia determinar uma inferioridade numérica face ao inimigo que podia constituir um *vulnus* grave em caso de combate: como demonstrado nas partes dedicadas às campanhas alemãs contra a Áustria em 1866 e a França em 1871, a capacidade superior de Moltke de concentrar mais tropas mais rapidamente do que os franceses permitiu aos exércitos germânicos contar com uma superioridade numérica face aos austríacos e aos transalpinos.

Para esclarecer a função e o objetivo dos planos de concentração, pode-se recorrer ao caso francês, sobretudo porque como foi descrito *supra*, no capítulo 3, o EMA não tinha produzido um plano operacional como fizeram os alemães, mas sim somente um plano de disposição das tropas. Os planos

de concentração franceses, em primeiro lugar, eram revistos quase cada ano, para implementar eventuais variações que respondessem às mudanças de planos operadas pelos alemães; tendo em conta a questão da recolha de informações que os Estados-Maiores realizavam, pode-se afirmar que esta revisão era considerada necessária pois a chefia militar francesa nunca teve nenhuma certeza sobre o possível devir das operações em que o exército alemão iria atuar, para além da única certeza, ou seja, de que os alemães iriam violar a neutralidade belga. Em segundo lugar, o exército francês contava com as obras defensivas da linha Verdun-Belfort, que podia constituir tanto uma defesa contra uma avançada alemã na Lorena, como um eixo para efetuar operações ofensivas. Em terceiro lugar, supondo a violação da neutralidade belga por parte alemã, o EMA planeou estender a linha da concentração mais para o norte da França, para proteger a fronteira com a Bélgica meridional, ou seja, ao sul da linha Lieja-Namur; finalmente, foi constituída uma reserva estratégica atrás das principais áreas de concentração. O *Plan XVII*, como amplamente descrito anteriormente, era um plano principalmente de concentração, mas como refere Joffre tinha o claro objetivo de possibilitar a implementação de qualquer operação a partir daquela disposição. De facto, a disposição prevista no Plano XVII impediu que o exército francês fosse completamente esmagado pela ala direita alemã nas primeiras fases de combate, permitindo-lhe outrossim conduzir as operações ofensivas contra a frente alsaciana alemã na que na historiografia virá a ser lembrada como a Batalha das Fronteiras.

O caso inglês constitui um outro caso particularmente interessante no que diz respeito aos planos de concentração. Efetivamente, pode-se afirmar que o trabalho do GS foi unicamente orientado para a disposição das tropas, pois o exíguo número de tropas inglesas – dois Corpos de Exército no total, constando as tropas francesas e alemãs de mais de vinte Corpos de Exército cada um – e o transporte naval através do Canal da Mancha não permitiam que o BEF possuísse independência operacional. Contudo, as negociações entre a chefia militar inglês e a francesa produziram um plano de concentração em que estava prevista a posição que o BEF devia ocupar, ou seja, o triângulo Saint-Quentin, Hirson e Maubeuge, indo constituir a extremidade esquerda da disposição francesa. Como amplamente descrito *supra*, o *Plan WF* pode-se considerar um sucesso, pois o BEF foi capaz de começar as operações com as fileiras completas e na área prevista pelo plano, elementos que lhe permitiram alcançar um desempenho militar positivo naquela área crucial para o devir da guerra.

Também o caso português apresenta elementos de interesse que vale a pena citar. Em primeiro lugar, é necessário sublinhar que a nível contextual o caso português se caracteriza por ser um caso atípico, pois a posição geográfica, o território mais limitado em comparação com os outros casos analisados e a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial só a partir de 1917 nas Flandres impedem a avaliação do desempenho do EME relativamente à concentração. Ademais, entre os documentos redigido pelo EME não foram encontrados planos de concentração, razão pela qual é difícil remontar ao trabalho eventualmente desenvolvido pelo EME em torno da mobilização e concentração. Porém, os principais elementos contextuais relativos à eventual concentração das forças militares portuguesas são razoavelmente claros, e é a partir destes elementos que se pode supor o

plano geral de concentração. Como amplamente mencionado no capítulo 5, a principal referência estratégica portuguesa era o vizinho espanhol; os escassos recursos militares à disposição da república impediam o desenvolvimento de planos estratégicos que previssem uma ofensiva em território espanhol. Partindo do pressuposto que em caso de guerra o principal objetivo estratégico espanhol seria a conquista de Lisboa, a chefia militar portuguesa tinha desenvolvido o sistema de fortificações do Campo Entrincheirado de Lisboa, ou seja, um sistema defensivo estático. Sendo este o contexto estratégico português, é lícito supor que o plano de concentração correspondesse, *cum grano salis*, ao plano operacional, no sentido em que a disposição das tropas no Campo Entrincheirado de Lisboa completava a constituição do sistema defensivo da capital portuguesa e determinava a possibilidade de gerir as operações defensivas naquele teatro operacional. As eventuais operações ofensivas contra um exército invasor encontravam-se vinculadas à presença de um outro exército aliado – supostamente inglês – e, portanto, imprevisíveis.

Relativamente à Primeira Guerra Mundial, a participação portuguesa numa frente longínqua do território nacional não permitiu a preparação de planos de concentração – em termos gerais, poder-se-ia dizer que o pressuposto incontornável dos planos de concentração é que se podem pensar somente no território do próprio país que os redige ou num país aliado deste último antes do começo das hostilidades; para mais, a escassez de transportes marítimos que podiam levar as tropas portuguesas para a França ou para a Inglaterra atrasou muito a concentração das tropas portuguesas em França, para além dos problemas relativos ao armamento, equipamento e à instrução que impediram que as tropas portuguesas fossem entrincheiradas com alguns meses de atraso relativamente aos planos previstos. Comparando o caso português com o envio do BEF em 1914 – mas tendo sempre em consideração as enormes diferenças contextuais a respeito do envio destes dois corpos –, a presença de um plano de concentração relativamente ao BEF permitiu que este corpo de cerca de 170.000 homens fosse plenamente operativo cerca do 20º M0, estando previsto o desembarque das últimas tropas no 17º M0. No caso do CEP, os primeiros transportes com as tropas zarparam de Lisboa no dia 30 de janeiro de 1917; o CEP, que veio a ser constituído em Corpo de Exército, obteve a plena responsabilidade de um setor da frente nas Flandres somente no dia 6 de novembro, nove meses depois do primeiro envio de Lisboa. No total, o CEP constava de cerca de 60.000 homens.

Relativamente à redação de planos estratégico-operacionais, pode-se dizer que, em continuidade com os princípios teóricos e os elementos salientados *supra*, estes planos contribuem para conferir um maior significado à Instituição aqui investigada. A natureza própria dos planos de concentração permite levantar a crítica pela qual se poderia afirmar que os Estados-Maiores não se ocupam necessariamente dos aspetos mais ligados às dinâmicas bélicas *sensu stricto*, ou melhor, à guerra nas suas fases de combates; pode-se dizer, noutros termos, que os planos de concentração dizem respeito ainda a uma fase preparatória do conflito, apesar das evidentes implicações que um plano de concentração tem com as fases operacionais de um conflito: uma vez que a disposição das tropas é estabelecida, será o Comando supremo dos exércitos de um país a estabelecer quais operações

conduzir, bem como a forma de conduzi-las. Todavia, os casos descritos nos capítulos precedentes mostram nitidamente que os próprios Estados-Maiores preparavam planos que, na melhor das hipóteses, iriam conduzir um exército à vitória final contra os seus adversários.

Neste sentido, podem-se considerar os planos operacionais como ponto de chegada definitivo do trabalho dos Estados-Maiores. Isto porque, na opinião de quem escreve, seria errado considerar os órgãos militares aqui apreciados como elementos que têm significado somente no que diz respeito à organização militar de um país e que trabalham exclusivamente em prol dos processos organizativos dos próprios exércitos. Retomando o que foi afirmado no capítulo 1, um dos alicerces da presente tese é a visão de Keegan pela qual a peculiaridade da história militar é que deve entrar no âmbito do *événementiel*, ou, nos termos usados por Keegan, a história militar deve ser em última instância acerca da batalha. A este respeito, é necessário colocar a atividade realizadas pelos Estados-Maiores além do âmbito meramente interno dos aparelhos militares; com isto não se quer desvalorizar ou colocar em posição secundária as atividades realizadas pelos Estados-Maiores antes dos eventos bélicos, mas, antes, sublinhar que a esmagadora maioria das atividades realizadas por estes órgãos destina-se à preparação do exército para a guerra e também à sua condução. Noutros termos, pode-se afirmar desde já que o sentido intrínseco das Instituições aqui analisadas é constituído pelo dinamismo das atividades que realizam, no sentido em que tratam da organização do exército, da sua instrução, do armamento, e do seu equipamento, da sua preparação para a guerra e, finalmente, da sua condução durante as operações consoante planos estratégico-operacionais previamente elaborados.

Dos casos apresentados nesta tese, o único que contempla a elaboração de um plano estratégico-operacional é o alemão. O Plano Schlieffen punha como objetivo estratégico último a conquista de Paris e ditava as manobras que os Exércitos alemães deviam executar para alcançar este objetivo. O Plano Schlieffen, sucessivamente modificado por Moltke, o Jovem, indicava também os teatros onde a avançada alemã se deveria desenvolver, descreve o movimento rotatório da ala direita alemã e impõe a relação 7:1 entre Corpos de Exército empregues na ala direita e Corpos de Exército deixados no centro da disposição, sendo que esta relação veio a ser diminuída por Moltke, o Jovem, para enfrentar uma possível ofensiva francesa na Alsácia. O *Großer Generalstab* muito provavelmente não predisps de outros planos, por exemplo contra a Rússia, pois o princípio estratégico assumido por Schlieffen e depois Moltke consistiu em concentrar a maioria das forças à disposição do exército alemão na frente ocidental, e colocar na frente russa somente um corpo de tamanho reduzido para limitar as eventuais ações ofensivas russas, deixando aos Comandantes daquele corpo a incumbência relativa à condução das operações. Por último, é de ter em particular consideração o facto de que a pragmática militar alemã da *Führung nach Direktive* permitia ao Chefe de Estado-Maior elaborar planos sem os detalhar excessivamente, pois as decisões a nível operacional e, descendo, até ao nível tático eram delegadas ao Oficiais do Comando.

O plano elaborado inicialmente por Schlieffen e depois modificado por Moltke, o Jovem, compreende em si todos os elementos rapidamente descritos até agora, e introduz a análise conclusiva

aqui apresentada na parte relativa às funções administrativas e militares *sensu stricto* desempenhadas pelos Estados-Maiores em tempo de guerra.

O primeiro elemento importante relativo a esta passagem é que, em rigor, os Estados-Maiores aqui analisados deixam de existir no momento em que um evento bélico se desencadeia. Depois de uma declaração de guerra, os Oficiais que compunham os Estados-Maiores eram divididos entre os Estados-Maiores das grandes unidades de combate como as Divisões, os Corpos de Exércitos e os Exércitos, para além de formarem o Quartel-General do Comando Supremo e o relativo Estado-Maior, enquanto uma parte destes Oficiais ficava ao lado do Ministro da Guerra na capital e ia constituindo um Estado-Maior substituto – assim era chamada aquela parte do *Generalstab* alemão que permanecia em Berlim, aqui tomada como referência – mantendo algumas das funções dos Estados-Maiores em pé de paz.

Analisando os casos apresentados nesta tese, emerge que as funções administrativas em tempo de paz eram desempenhadas, durante a Primeira Guerra Mundial, pelos Estados-Maiores substitutos, em direta colaboração com o Ministério da Guerra. Estas funções administrativas não se diferenciavam muito das analisadas *supra*, salvo o caso da organização do exército que se tornava em organização das novas unidades do exército, ou seja, a criação de ulteriores Brigadas, Regimentos, Divisões etc. para além das já enviadas para a frente de combate. De resto, os Estados-Maiores substitutos ocupavam-se da instrução dos novos recrutas e dos Oficiais, do armamento e da constituição de novos depósitos de armas, do municionamento das tropas nas frentes, da organização do transporte e a constituição de agrupamentos de tropas ferroviárias, do abastecimento das tropas e ainda da gestão das comunicações, da censura, dos serviços de saúde *et cetera*; noutros termos, as funções administrativas desempenhadas pelos Estados-Maiores substitutos dizem respeito às atividades destinadas a organizar o sustentamento das tropas nas frentes de combate e a preservação das suas capacidades de combate. Estas funções eram desempenhadas em colaboração com os Ministérios e organizadas já em tempo de paz por órgãos político-militares que contemplavam a presença de representantes do Estado-Maior, como o CSDN francês ou o CoSDeN português.

Relativamente às funções militares *sensu stricto* desempenhadas pelos Estados-Maiores em tempo de guerra, é necessário sublinhar que os Oficiais superiores dos Estados-Maiores acabavam por ocupar alguns dos principais postos de Comando na estrutura dos exércitos, como Comandantes supremos das forças mobilizadas ou como Comandantes das unidades maiores. Nos casos alemão e francês, os Chefes de Estado-Maior Moltke, o Jovem, e Joffre tornaram-se Comandantes Supremos dos exércitos alemão e francês, conduzindo superiormente aqueles exércitos nas operações. Pode-se afirmar que a razão desta escolha reside na certeza de que os autores dos planos operacionais antes do começo das hostilidades eram também os melhores Oficiais possíveis para a condução das tropas consoante os planos elaborados. Esta opção, na opinião de quem escreve, faz perfeitamente sentido; todavia, não foi a opção universalmente escolhida nos casos analisados na presente tese e, ademais, apresenta alguns aspetos duvidosos.

Relativamente ao caso alemão, Moltke, o Jovem, que tinha tomado o cargo de Chefe do Estado-Maior alemão 8 anos antes do deflagrar do primeiro conflito mundial, tinha modificado alguns aspetos do Plano Schlieffen, tinha supervisionado a instrução do exército e as atividades realizadas pelo *Großer Generalstab*, recebeu o comando de uma Brigada e de uma Divisão e portanto, pode-se inferir daqui, era claramente a personalidade ideal para a condução do exército alemão na Grande Guerra – todavia, recorde-se que o Comandante Supremo do *Reichsheer* era o Imperador, cujo cargo era, porém, essencialmente nominal –. Devido ao desaire alemão na Primeira Batalha do Marna e à falência do plano para conquistar Paris, para além de um precário estado de saúde, Moltke foi substituído por Falkenhayn, que determinou a primeira grande mudança na perspetiva estratégica e operacional alemã na frente ocidental, ou seja, a introdução dos princípios da guerra de desgaste que iriam ser aplicados na batalha de Verdun. A este respeito, é necessário sublinhar que os princípios estratégicos e operacionais introduzidos por Falkenhayn – os quais, *cum grano salis*, foram uma possível consequência da evolução da Grande Guerra para uma guerra de trincheiras – determinaram uma mudança importante relativamente ao trabalho dos Estados-Maiors como foi analisado na presente tese: a atividade de planificação para a guerra desenvolvida nas fases anteriores ao conflito deixava de ter valor, tendo de ser substituída por um outro tipo de planificação alicerçada em elementos diferentes e determinados pela situação bélica no seu devir *hic et nunc*.

Relativamente ao caso francês, Joffre foi a personalidade escolhida para dirigir o EMA francês depois da reforma que modificou este órgão em 1911. O decreto que implementava esta reforma era claro na parte em que determinava que o CEMGA ia desempenhar o papel de Comandante Supremo do principal Grupo de Exércitos mobilizado em caso de guerra. Também neste caso, esta escolha parece ser fundamentada pela vontade de estabelecer uma continuidade entre os trabalhos realizados pelo EMA sob a supervisão do CEMGA e a condução das operações. Como amplamente visto *supra*, o trabalho de planificação para a guerra do EMA não previu a elaboração de um plano operacional; também os princípios estratégicos que deviam conduzir à vitória francesa são de difícil compreensão, pois ao contrário dos planos alemães, que apontavam para a conquista da capital francesa, é problemático supor que os franceses apontassem para a ocupação de Berlim. É mais provável que as ideias estratégicas de Joffre apontassem para a rutura da frente alemã no médio curso do Reno, assim que as unidades alemãs dispostas no Sul, na área da Alsácia e no Baden *grosso modo*, ficassem presas entre a Floresta Negra a Leste, a fronteira suíça no Sul e o exército francês ao Norte; o colapso daquela frente iria induzir o Governo alemão à rendição sob a ameaça de uma penetração francesa no eixo sudoeste-nordeste.

De um ponto de vista operacional, Joffre hesitou muito antes de estabelecer as diretivas operacionais que o exército que conduzia devia assumir. Sem analisar os detalhes dos primeiros dias das operações francesas, refira-se que estas se dividiam em duas vertentes: a primeira visava bloquear a avançada alemã na Bélgica e nas Ardenas, enquanto a segunda visava atacar as posições alemãs na Alsácia. Esta última perspetiva operacional, como é notório, não se traduziu em nenhuma vitória ou

ganho operacional de relevo; pelo contrário, as operações contra os alemães que culminaram na Primeira Batalha do Marna foram coroadas por um sucesso que permitiu ao país transalpino continuar o esforço bélico. À diferença do caso alemão, apesar da derrota francesa na Batalha das Fronteiras e a vitória *in extremis* nos arredores de Paris, Joffre manteve o seu posto ainda até 1916; de forma muito parecida ao caso alemão, com a Primeira Batalha do Marna o trabalho desenvolvido anteriormente pelo EMA perdeu, de facto, qualquer valor prático, pois as condições estratégicas, operacionais e até táticas tinham mudado de forma demasiado radical para que os planos elaborados precedentemente pudessem ser de qualquer utilidade prática. Como no caso alemão, as atividades administrativas do EMA francês continuaram no seio do Ministério da Guerra em Paris, sendo todavia esta Instituição muito reduzida em pessoal, recursos e objetivos; as funções estritamente militares passaram a estar sob a responsabilidade do Comando Supremo e do seu Estado-Maior, mas a natureza destas funções mudou sensivelmente, exatamente no mesmo sentido das mudanças sofridas pelo *Generalstab* alemão.

Tendo descrito as funções dos Estados-Maiores antes e durante um conflito, resulta necessário descrever sumariamente o peculiar papel desempenhado pelas chefias dos Estados-Maiores e sobretudo pelos Chefes de Estado-Maior. A chefia de um Estado-Maior – aqui entendida como o conjunto composto pelo Chefe de Estado-Maior e os principais subchefes, como os Diretores no caso do GS ou os OQ no caso alemão – pode-se interpretar como um microgrupo dentro da Instituição que desempenhava o papel fundamental de orientar os trabalhos realizados para um objetivo específico, que ela própria, em concertação com as principais autoridades políticas, estabelecia; para além de supervisionar os trabalhos realizados, as chefias eram responsáveis pela síntese destes trabalhos e pela comunicação entre os departamentos e o Chefe de Estado-Maior, ou seja, a autoridade que desempenhava o papel de ligação entre o articulado mundo militar, a chefia política e o Comando das forças armadas. O próprio Chefe de Estado-Maior era uma figura crucial dentro de um sistema militar, pois era a autoridade que pensava e elaborava os planos de concentração e das operações que indicavam como o exército devia agir em campanha, como devia combater e quais objetivos devia alcançar. Noutros termos, o Chefe de Estado-Maior era o responsável principal de todas as funções dos Estados-Maiores analisadas na presente tese. Contudo, deve-se sublinhar que não obstante esta autoridade gozasse de um poder importante e estivesse sujeita também a importantes responsabilidades, o Chefe de Estado-Maior não era uma autoridade *absoluta*, isto é, sem limites no âmbito em que operava; pelo contrário, o trabalho dele era muitas vezes – mas não sempre – orientado, controlado e limitado pelas autoridades políticas e pelos outros centros de poder do exército: considere-se, a este respeito, que foi só com a institucionalização do *Immediatvortrag* em 1883 que o *Generalstab* alemão ganhou a independência face ao Ministério da Guerra, portanto muitas décadas depois da sua instituição; outrossim, o caso alemão constitui uma exceção, pois nenhum dos outros três casos analisados apresentam sequer semelhanças com a evolução do órgão militar alemão, salvo o caso francês que, como demonstra bem o *affaire Dreyfus*, teve uma tendência semelhante à alemã mas que foi fortemente travada pelas autoridades políticas transalpinas; o caso inglês também

mostrou a geral desconfiança da chefia política para com um órgão superior militar como o Estado-Maior, o que se traduziu numa geral relutância relativamente à instituição do GS e, mesmo depois de ter instituído este órgão, no controlo rigoroso desta Instituição.

Relativamente à competição entre Estados-Maiores e chefia política, é legítimo interrogar-se sobre as razões que induziram o órgão tratado na presente tese a tentar obter mais independência do controlo político. É opinião de quem escreve que estas razões se podem deduzir, mais uma vez, do pensamento de Clausewitz. Quando o militar e pensador alemão afirmava que a guerra tem uma gramática, mas não uma lógica própria, possuindo, antes, a lógica da política, acabava por colocar o domínio militar em posição subordinada ao domínio político, pois a guerra fazia sentido unicamente como meio da política para a resolução de conflitos que, numa interpretação sintética, são necessariamente de natureza política. Os Estados-Maiores, neste sentido, constituem um órgão que organiza o âmbito militar para que esteja pronto no caso em que seja necessário resolver um conflito político *manu militari*. A este respeito, pode-se pensar no Estado-Maior em termos de órgão meramente técnico – e, de facto, é *também* isso – que elabora possíveis soluções caso seja necessário usar a força militar para resolver um conflito com um outro país. Todavia, a análise dos Estados-Maiores apresentada neste projeto mostra que estes órgãos – pelo menos nos casos alemão e francês – tentaram subtrair-se ao controlo político. Em termos gerais, pode-se dizer que provavelmente esta atitude se devia a uma competição entre poderes – neste caso, o poder político contra o poder militar – para adquirir maior controlo sobre a coisa pública; noutros termos, a dinâmica de luta entre a política e o mundo militar encontra uma razão na luta pela primazia dentro do Estado. Retomando Clausewitz, a primeira consequência da independência do poder militar relativamente ao poder político seria a possibilidade de o poder militar ter uma sua própria lógica, e, portanto, de não ser exclusivamente um meio à disposição de uma outra autoridade: alcançando a independência da autoridade política, o Estado-Maior adquiriria a sua própria lógica relativamente ao uso do meio militar para a resolução dos conflitos políticos internacionais; neste sentido, o caso alemão é arquetípico. Todavia, tenha-se em consideração que em nenhum dos quatro casos apresentados os Estados-Maiores se tornaram centros de poder completamente absolutos. Relativamente ao *Großer Generalstab*, apesar de ter obtido um nível de independência considerável do âmbito político alemão sobretudo depois da institucionalização do *Immediatvortrag*, esse órgão militar continuava em primeiro lugar a estar subordinado à autoridade suprema do Imperador e, em segundo lugar, não se subtraía aos limites políticos impostos pelas outras autoridades – também militares – que continuavam a existir no sistema alemão. Noutros termos, o Estado-Maior alemão, depois do *Immediatvortrag*, não se substituiu às autoridades políticas do governo, do parlamento e do Imperador, não ganhou o poder de declarar guerra ou de impor medidas políticas; podendo tratar diretamente com o Imperador de questões militares – e, portanto, também políticas –, o *Generalstab* ganhava um poder de *lobbying* político particularmente forte se comparado com as outras autoridades políticas alemãs. O Estado-Maior alemão podia, assim, propor soluções

militares ao Imperador que contemplassem também aspetos políticos, sem que as autoridades políticas pudessem controlar diretamente o operado do *Generalstab*.

A este respeito, os casos alemão e francês são muito explicativos. O *Großer Generalstab* de Moltke, o Velho, foi considerado a principal mais-valia do aparelho militar alemão durante as guerras que conduziram à unificação dos Estados alemães numa única entidade estatal; todavia, a autoridade exercitada por Bismarck durante aqueles conflitos permitiu contrabalançar politicamente as aspirações de Moltke a respeito do estabelecimento dos objetivos estratégicos e da consequente condução das operações. Como descrito *supra*, durante a guerra contra o Império austríaco Moltke queria marchar sobre Praga e Viena, mas a vontade política de Bismarck convenceu o Imperador a parar a avançada do seu Chefe de Estado-Maior e a começar a negociar a paz com a contraparte austríaca; na mesma medida, a atitude política de Moltke emergiu durante as fases das negociações da paz em 1871: enquanto Moltke pressionava o Imperador para que os territórios franceses incorporados no Império alemão impedissem o ressurgimento militar francês, Bismarck queria limitar as pretensões alemãs relativamente à expansão territorial para impor uma paz que não fosse excessivamente punitiva; também neste caso, a vontade política de Bismarck acabou por prevalecer.

O papel desempenhado por Bismarck nas guerras de unificação alemã emerge nitidamente também nas fases que precederam os conflitos: a criação de condições políticas internacionais favoráveis para o desencadeamento dos conflitos, sobretudo relativamente à guerra contra a França, permitiu à Prússia enfrentar os seus adversários isoladamente, evitando ter de enfrentar duas ou mais ameaças ao mesmo tempo e, por conseguinte, aumentando muito as possibilidades de sucesso. A ausência de um contrapeso político forte na véspera da Primeira Guerra Mundial foi, na opinião de quem escreve, o *vulnus* principal que determinou a derrota final alemã neste conflito. A incapacidade de criar um contexto internacional que fosse mais favorável ao Império alemão determinou o isolamento alemão antes e durante o conflito e a opinião desfavorável de vários países que acabaram por intervir contra a Alemanha, nomeadamente a Itália e os Estados-Unidos; a violação da neutralidade belga por razões eminentemente operacionais soldou a ainda incerta intervenção inglesa no conflito; a incapacidade de convencer o governo italiano a intervir ao lado da Alemanha e da Áustria-Hungria ou de obter uma *benevolent neutrality* deu uma vantagem à Entente que conseguiu convencer o governo italiano a participar no conflito contra os seus velhos aliados; a decisão mais uma vez de natureza eminentemente militar de implementar uma guerra submarina irrestrita foi o elemento que determinou a adesão dos Estados Unidos da América à Entente e a consequente declaração de guerra contra a Alemanha.

Em termos gerais pode-se dizer que todas estas decisões faziam perfeitamente sentido de um ponto de vista militar: a violação da neutralidade belga permitiu construir uma frente onde, em primeiro lugar, era mais fácil manobrar um grande número de tropas e, em segundo lugar, permitiu aos Exércitos alemães contornar a frente anglo-francesa e apontar para Paris; relativamente à participação italiana, confiando na neutralidade de Roma – que os documentos davam por certa já nos primeiros

anos do século XX – e na rápida resolução do conflito, as chefias militares e políticas austro-alemãs não consideraram necessário exercitar pressões para que os italianos mantivessem pelo menos uma atitude neutral, apesar de Schlieffen e Moltke, o Jovem, terem contado com a participação italiana para dispor as tropas de Roma ao longo do Reno e usar todas as tropas alemãs à disposição para alcançar os objetivos do plano. Finalmente, a declaração de guerra submarina irrestrita tinha o claro objetivo de afetar a Entente de um ponto de vista principalmente económico e moral, portanto em continuidade com a estratégia de esgotamento que a própria Entente tinha implementado contra a Alemanha: se do ponto de vista militar o objetivo desta estratégia era reduzir a tonelagem total das frotas da Entente e afetar assim o abastecimento alimentar e de recursos militares da Entente, para além de atrasar o passo do transporte das tropas entre as várias frentes de guerra, por outro lado a implementação desta medida desencadeou consequências políticas graves, pois contribuiu para isolar diplomaticamente ainda mais a aliança liderada pela Alemanha, convencendo assim os Estados Unidos a entrar no conflito ao lado da Entente.

O papel desempenhado pela chefia política francesa na véspera do primeiro conflito mundial foi, na mesma medida, fundamental para o êxito final da Grande Guerra. Retomando um elemento que foi descrito no capítulo 3, a saber, a perspetiva militar de Joffre em torno da eventual violação da neutralidade belga, nos documentos descritos *supra* emerge nitidamente que o CEMGA estaria intimamente convencido de que a violação da neutralidade belga era necessária para chegar a uma vitória rápida e definitiva sobre o Império alemão: de um ponto de vista principalmente militar, Joffre acreditava que se os exércitos franceses tivessem conseguido passar o obstáculo belga, teriam podido ameaçar a importante zona industrial da Ruhr e a Vestfália e apanhar de surpresa os exércitos alemães, pois esta manobra teria permitido aos franceses tomar a iniciativa operacional naquela frente, conferindo assim inegáveis vantagens operacionais ao exército transalpino. Não obstante a insistência de Joffre, as autoridades políticas francesas impediram sempre a implementação desta perspetiva operacional. Em primeiro lugar, tal como a Alemanha, a França assinou o ato fundacional do Reinado belga no qual as potências europeias garantiam a neutralidade deste país, razão pela qual seria resultado contraproducente de um ponto de vista político violar a sua neutralidade; secundariamente, invadir o território belga iria afastar a Inglaterra da aliança com a França e iria colocar em dúvida a sua intervenção ao lado dos franceses: pelo contrário, em virtude do compromisso dos ingleses com as autoridades belgas de defender Bruxelas contra qualquer país que violasse a sua neutralidade, o exército inglês podia intervir contra a própria França. Finalmente, a invasão da Bélgica iria fomentar a intervenção dos próprios belgas contra os exércitos franceses e dava à Alemanha a possibilidade de enviar as suas tropas para defender o Reino belga e aproveitar aquele território para estruturar planos ofensivos na Champanha e na Picardia: noutros termos e *a posteriori*, a invasão francesa da Bélgica teria dado a legitimidade política para desencadear o Plano Schlieffen. O controlo político ainda forte da chefia política francesa sobre o EMA impediu a implementação dos planos de Joffre, pondo assim – na opinião de quem escreve – em extrema dificuldade os exércitos franceses nas primeiras semanas

de combates, mas ao mesmo tempo garantindo um forte apoio internacional à França que se revelou fundamental para a vitória final.

No que diz respeito ao relacionamento entre os Estados-Maiores e a política, a *military culture* é uma ferramenta importante para analisar de que forma os Estados-Maiores aqui analisados conseguiram chegar a uma posição em que quase podiam orientar as decisões políticas concernentes ao âmbito militar e aos negócios estrangeiros. Como amplamente descrito *supra*, o caso alemão apresenta uma situação em que o mundo militar era considerado como um dos principais – ou talvez o principal – responsável pela unificação alemã; os principais colaboradores de Moltke, o Velho eram conhecidos como *Halbgötter* (semideuses) implicando que o próprio Moltke ocupasse uma posição “divina” no sistema político-militar prussiano-alemão. Consequentemente, a posição que os militares ocupavam na sociedade alemã era particularmente respeitada, sobretudo porque se encontrava em forte continuidade com o passado de Frederico II Hohenzollern e com o papel desempenhado pelos militares durante as guerras contra Napoleão. Todos estes elementos contribuíram para a criação de um contexto favorável para os militares, contexto que se traduziu na possibilidade deste grupo social influenciar cada vez mais a gestão do Estado: a capacidade do Estado-Maior de exercitar um forte poder de *lobbying* é novamente testemunhada pela concessão em 1883 do *Immediatvortrag* à figura do Chefe de Estado-Maior, tendo sido este direito anteriormente concedido só à pessoa de Moltke, o Velho.

No caso francês, a posição ocupada pelos militares na sociedade a partir do surgimento da terceira república era, em continuidade com o caso alemão, de relevo, se bem que por razões muito diferentes. Como sublinhado amplamente anteriormente, um dos principais elementos que alicerçaram o surgimento da *Troisième République* era a *Revanche* contra os alemães e a reconquista dos territórios perdidos em 1871; este programa só poderia ser levado a cabo pelos militares, e daí a importante posição que estes detinham no seio da sociedade francesa. Neste contexto, o poder de *lobbying* dos militares para com a chefia política era claramente forte, mas, como foi descrito, as tentativas dos militares de se tornarem independentes do controlo político – vejam-se os casos do *boulangisme* e o *Affaire Dreyfus* – fracassaram. Neste sentido, a atitude favorável da sociedade francesa para com os militares não foi suficiente para que estes – e mais especificadamente, o EMA – obtivessem carta-branca politicamente falando; todavia, a posição dos militares na sociedade francesa continuou a estar em destaque, em continuidade com os pressupostos a partir dos quais a República francesa foi instituída.

Em relação aos casos inglês e português, a cultura militar que moldava as relações entre o âmbito civil e o militar era muito diferente dos casos alemão e francês. No Reino Unido a primazia dentro do âmbito militar pertencia ao Almirantado, pois a Inglaterra era primariamente uma potência naval e colonial; o exército inglês era composto por voluntários, o corpo dos Oficiais não era comparável a nível de instrução e preparação ao do exército alemão ou francês e, sobretudo, era ainda expressão da aristocracia, em continuidade com as dinâmicas do *ancien régime*. Sendo este o contexto cultural no

qual se inseriam as forças armadas terrestres, torna-se clara a razão pela qual o exército inglês nunca se pôde considerar uma entidade capaz de concorrer com a esfera política para alcançar a primazia em Londres. Ademais, a tradição liberal inglesa limitava muito as eventuais aspirações políticas dos militares: foi somente através dos esforços de algumas personalidades relevantes como Esher que o GS foi instituído, e foi só outrossim através do papel desempenhado por algumas personalidades militares que uma perspectiva militar terrestre pôde emergir na véspera do primeiro conflito mundial, como aconteceu com a *battle of the two Wilsons*, quando o ponto de vista do GS patrocinado por Henry Wilson em relação a uma intervenção num conflito europeu foi considerada mais fundamentada e viável do que o projeto proposto pelo Almirantado e apresentado pelo *First Sea Lord* Arthur Wilson.

O caso português, no que diz respeito aos documentos e à literatura encontrada, não é comparável aos casos até agora descritos relativamente a uma eventual tentativa da chefia militar se tornar independente do controlo político; o processo de “republicanização” do exército e da sua chefia logo a seguir ao 5 de outubro, como descrito *supra*, fez parte de uma estratégia para “assimilar” politicamente um corpo da sociedade, como o militar, que reagiu tepidamente à sublevação republicana e que era visto com suspeição pela nova chefia política. A este respeito, quer militarmente, quer politicamente, o papel desempenhado pelos militares e, especificamente, pelo EME, não se pôde subtrair ao estrito controlo da chefia republicana e alcançar um nível de independência como no caso – sucedido – alemão ou – não sucedido – francês.

Um outro elemento da análise comparada aqui desenvolvida é relativo à composição dos Estados-Maiores. Antes de tudo deve-se sublinhar que, tendo em consideração os princípios teóricos expostos no capítulo 1, tudo o que for descrito em relação à composição dos Estados-Maiores não será considerado um elemento fundamental para definir esta Instituição, mas, ao invés, um elemento complementar: as propostas de definição de Estado-Maior avançadas por Dallas Irvine foram consideradas inadequadas precisamente porque apontavam demasiado, na opinião de quem escreve, para quem fazia parte de um Estado-Maior em vez de para o que esta Instituição fazia; retomar esta perspectiva seria, portanto, paradoxal. Não obstante, é verdade que alguns dos aspetos relativos à composição dos Estados-Maiores são importantes pelas ligações que têm relativamente à organização e ao funcionamento desta Instituição, contribuindo, portanto, para a construção do significado que a presente tese tenta realizar.

A este respeito, a composição dos Estados-Maiores segue um modelo muito parecido em todos os casos investigados. Os Oficiais de Estado-Maior que ocupavam os vários departamentos e secções destas Instituições constituíam um verdadeiro corpo de elite que se destacava no aparelho militar em termos de preparação, percurso de estudo e instrução, assim como pelo vencimento que lhe era garantido: neste sentido, pode-se dizer que os Oficiais de Estado-Maior constituíam um corpo relativamente separado dos Oficiais em serviço nas diversas Armas e, em termos mais gerais, um corpo em destaque nos exércitos. A este respeito a proposta de Martin Samuels na sua obra *Doctrine and Dogma* é particularmente profícua para definir um corpo militar através do “*value system*” que

produz e que o caracteriza: a ideia de sistema de valores de um grupo social, ideia retomada de Durkheim, implica que quando um grupo de pessoas se associa acaba por desenvolver comportamentos comuns, *id est*, desenvolver uma percepção comum do ambiente onde vive, assim como a sua avaliação e as ações que podem realizar neste ambiente. Cria-se assim uma consciência comum que vincula os membros deste grupo a comportar-se em conformidade com tal consciência. Samuels aborda esta questão tendo em vista o comportamento adotado pelos exércitos, entendidos neste sentido como um grupo social separado dos outros grupos sociais; contudo, pode-se aplicar este raciocínio também aos Estados-Maiores, partindo do pressuposto que se podem considerar grupos separados dentro dos aparelhos militares pois os *value system* que compartilhavam não era completamente correspondente ao dos outros órgãos dos aparelhos militares⁴. É opinião de quem escreve que esta diferença em termos de valores emerge, em primeiro lugar, do percurso de instrução que os Oficiais de Estado-Maior deviam efetuar e que, conseqüentemente, acaba por ser o principal elemento que contribui para a separação entre este corpo e os outros órgãos de um exército; ademais, o sistema de valores desenvolvido pelos Estados-Maiores pode-se considerar um elemento fundamental para o desenvolvimento da *military culture* de um exército e, finalmente, da sociedade civil de um Estado.

Apesar das dinâmicas de preparação dos Oficiais de Estado-Maior ter sido relatada só tangencialmente na presente tese, devem-se sublinhar aqui alguns elementos que podem contribuir para melhor caracterizar os elementos que definem esta Instituição.

Nos documentos encontrados, os cursos para os Oficiais de Estado-Maior funcionavam em regime de *numerus clausus*, encontrando-se reservados aos Oficiais com um desempenho considerados particularmente bom durante os serviços nas Armas e aos melhores alunos das escolas militares. Frequentemente os candidatos aos cursos de Estado-Maior deviam realizar um teste para que as direções dos cursos pudessem avaliar os seus conhecimentos e atitudes; de acordo com as estatísticas encontradas, estes testes apresentariam um alto nível de dificuldade, pois a taxa de entrada nos cursos não era particularmente elevada. Em alguns casos, como no Reino Unido, os Oficiais que queriam obter o título de *passed staff college* e que já tinham um posto importante no exército e experiência, podiam efetuar diretamente os testes finais dos cursos. Aos Oficiais que entravam nos cursos de Estado-Maior eram lecionadas disciplinas de tática, estratégia, história militar, assim como disciplinas científicas – topografia, geodesia, matemática e geometria – e línguas estrangeiras. A frequente presença nestes cursos de disciplinas técnicas deixa supor que o Estado-Maior fosse considerado uma Instituição que não se limitava à assistência dos Comandos, mas que também precisava de uma preparação técnica geral para desempenhar as funções técnicas como, por exemplo, as geográficas – a produção de mapas é uma função dos Estados-Maiores em destaque – ou, também, para articular de forma melhor o pensamento estratégico e doutrinário. Finalmente, os cursos de Estado-Maior eram o

⁴ Samuels, Martin, *Doctrine and Dogma: German and British Infantry tactics in the First World War*, Westport, Greenwood press, 1992, pgs. 1-6.

meio principal para a difusão da doutrina militar que ia constituir o alicerce teórico principal de um exército e que era promovida pelos próprios Estados-Maiores. Em função da elaboração, modificação e difusão das doutrinas militares, os Estados-Maiores analisados tinham importantes funções na organização e gestão das escolas militares, como já afirmado *supra*. Em termos gerais, pode-se afirmar que o relacionamento entre os Estados-Maiores e os estabelecimentos de ensino era dupla: por um lado, estes últimos eram o meio para os Estados-Maiores disseminarem nos exércitos a doutrina militar que iam estabelecendo; por outro lado, as escolas militares eram as entidades que preparavam os Oficiais para que estes pudessem entrar nos órgãos tratados na presente tese, adquirissem as competências necessárias para auxiliar os Comandos em caso de mobilização e, por último, contribuíssem para a renovação do pensamento doutrinário.

Um último elemento que será abordado aqui é o “sentido lógico” da existência dos Estados-Maiores que permite associar de forma mais profunda os casos até agora analisados para depois, finalmente, oferecer uma definição desta Instituição que seja a suma última de todos os aspetos até agora analisados que dizem respeito a estes órgãos.

Até agora os elementos que foram tomados em consideração relativamente aos Estados-Maiores foram as razões que levaram as chefias políticas a dotar os seus aparelhos militares destes órgãos, as causas que desencadearam o surgimento dos Estados-Maiores e as funções que estes órgãos desempenharam. Falta, contudo, um elemento que dê sentido a estes elementos e que permita a compreensão da necessidade das chefias políticas de instituírem um órgão que preparasse os exércitos para a guerra e redigisse plano neste sentido. Percorrendo o século de história no qual se inscreve a análise proposta na presente tese, pode-se relevar como todos os problemas que induziram a Instituição de um Estado-Maior nos países investigados estiveram presentes desde o princípio, ou seja, *interalia*, os problemas relativos à maior articulação dos exércitos, do aumento dos números de soldados dispostos nos campos de batalha, o aumento do espaço operacional e do espaço estratégico resultaram das mudanças que ocorreram durante as guerras napoleónicas. Como referido *supra*, pode-se supor que o Estado-Maior prussiano tenha surgido devido à necessidade da chefia militar de Berlim de enfrentar os problemas descritos *supra*, mas com a ameaça francesa ainda viva e com um exército reduzido em termos de capacidade de combate.

Contudo, deve-se sublinhar que a instituição de um Estado-Maior para resolver estes problemas militares não foi a solução universalmente adotada nos casos investigados, e não será considerada a solução nem depois da vitoriosa campanha boémia de Moltke, o Velho, de 1866, campanha que se pode considerar como “cartão de visita” deste órgão às chefias político-militares dos outros países considerados ou não nesta tese. A implicação deste quadro é que a criação de um *Brain of the Army* não foi considerada, durante pelo menos 60 anos a partir do surgimento do primeiro Estado-Maior, como uma solução para resolver os problemas militares existentes, mas, no máximo, como uma possibilidade de solução, que por fim não foi geralmente adotada: a este respeito, nos casos francês e português foram criados Corpos de Estado-Maior que desempenhavam as funções de Estado-Maior só

pontualmente, e na Inglaterra não surgiu nenhum órgão parecido com o aqui considerado. A manifesta superioridade militar prussiana devida ao *Generalstab* liderado por Moltke, o Velho, e reificada pelas guerras de unificação alemã foi o elemento que desencadeou o debate sobre o valor do Estado-Maior nos países aqui considerados que, nos cerca de quarenta anos que separaram a unificação alemã e o deflagrar da Primeira Guerra Mundial, promoveu finalmente a Instituição deste órgão, a começar pela própria França. Emerge, portanto, que nos casos considerados só gradualmente se chegou a considerar o Estado-Maior como o melhor meio para resolver os problemas militares citados *supra* e ainda patentes durante a Guerra da Crimeia e para gerir os processos de rápidas mudanças dos exércitos causadas pelas inovações sobretudo tecnológicas da Revolução Industrial.

Pode-se dizer, a este respeito, que *cum grano salis* o período de verdadeira difusão desta Instituição é o último terço do século XIX e o início do século XX, quando não só aparecem os Estados-Maiores dos casos analisados, mas também os das restantes potências mundiais. Este período é também interessante porque é o período em que o pensamento positivista alcança o seu auge⁵ em termos de difusão e, na opinião de quem escreve, esta coincidência não resulta de um simples acaso. Sem entrar nos detalhes do pensamento positivista, importa aqui sublinhar que esta filosofia, com a sua atenção para com o método científico, a confiança no progresso e a racionalidade⁶ tendia a coincidir com os pressupostos do funcionamento dos Estados-Maiores e os seus objetivos: o princípio geral, o sentido profundo do funcionamento destes órgãos, como emerge claramente na análise realizada na presente tese, é que através de uma detalhada preparação militar, quer em termos de organização quer de planificação, os objetivos de uma campanha militar podem ser alcançados. Noutros termos, pode-se dizer que o elemento mais caracterizante dos Estados-Maiores – todos indistintamente – é que assumem, como sentido das suas existências, a preparação para a guerra para chegarem à vitória. Neste sentido, o *framework* cultural positivista, que através do estudo rigoroso, a metodologia científica e a organização do saber pretendia chegar ao objetivo superior do progresso e do bem-estar dos indivíduos e das sociedades, constituiu o humo cultural ideal para que o órgão aqui considerado pudesse ser aceite nas sociedades europeias e nessas se pudesse difundir⁷.

⁵ As principais obras de Auguste Comte, o pai fundador da filosofia positivista, foram escritas nos meados do século XIX e espalharam-se rapidamente pela Europa, sobretudo em Inglaterra; entre estas obras, sublinha-se a particular importância do *Système de Politique Positive*, publicado em quatro volumes entre 1851 e 1854 e disponível em <http://gallica.bnf.fr/services/engine/search/sru?operation=searchRetrieve&version=1.2&collapsing=disabled&query=dc.relation%20all%20%22cb302628281%22>.

⁶ Tenha-se em consideração o lema do positivismo proposto por Comte, aqui citado de forma mais extensa: “*A chaque phase ou mode quelconques de notre existence, individuelle ou collective, on doit toujours appliquer la formule sacrée des positivistes: l’Amour pour principe, l’Ordre pour base, et le Progrès pour but. La véritable unité est donc constituée enfin par la religion de l’Humanité. Cette seule doctrine vraiment universelle peut être indifféremment caractérisée comme la religion de l’amour, la religion de l’ordre, ou la religion du progrès, suivant que l’on apprécie son aptitude morale, sa nature intellectuelle, ou sa destination active*”. Veja-se Comte, Auguste, *Système de Politique Positive, ou Traité de Sociologie, Instituant la Religion de l’Humanité*, vol. 2, Paris, République Occidentale, 1852, pg. 65.

⁷ A ligação entre o pensamento positivista e a atividade dos Estados-Maiores ou, mais em geral, a vertente militar da historiografia é ainda só tangencialmente analisada no âmbito académico, tornando complexo

Claro está que a difusão dos Estados-Maiores foi devida primariamente ao sucesso dos exércitos prussianos contra a Dinamarca, a Áustria e a França: de um ponto de vista eminentemente pragmático, as vantagens da organização militar prussiana foram estudados pelos outros países e progressivamente adotadas, em continuidade com o princípio antigo da emulação dos sistemas militares considerados como superiores e – sobretudo – vencedores. O próprio Moltke, a este respeito, não era um “fanático” do órgão que liderava, ou seja, partia do óbvio pressuposto que através de uma preparação cabal do meio militar as guerras se podiam vencer, mas também afirmava que “*Kein Operationsplan reicht mit einiger Sicherheit über das erste Zusammentreffen mit der feindlichen Hauptmacht hinaus*” (nenhum plano operacional resiste com alguma certeza à primeira confrontação com a principal força inimiga). Desta afirmação emerge toda a complexidade do pensamento moltkeano e a impossibilidade de associar o trabalho do Estado-Maior à certeza da vitória em caso de evento bélico⁸. Todavia, esta frase de Moltke, o Velho, oferece a visão provavelmente mais clara sobre o trabalho – e o sentido – da existência dos Estados-Maiores: perante a íntima natureza da guerra, que é caótica, o Estado-Maior assume a feição de um princípio ordenador, um meio racional para tentar controlar o caos bélico e orientá-lo para os objetivos previamente estabelecidos e a vitória final, sem com isso mudar a natureza própria da guerra. Moltke demonstrou ao mundo que o seu Estado-Maior conseguiu reificar estes princípios durante as guerras de unificação alemã; ironicamente, na idade de ouro dos Estados-Maiores, ou seja, a Primeira Guerra Mundial, nenhum dos planos operacionais elaborados por estes órgãos teve sucesso.

À luz da análise aqui apresentada e dos elementos que desta emergem, pode-se agora tentar formular uma definição de Estado-Maior.

Um Estado-Maior é uma Instituição militar de natureza política que se caracteriza pelo desempenho das funções relativas à organização dos meios militares terrestres de um Estado, à mobilização, concentração e gestão destes meios em colaboração com as autoridades políticas e civis, à planificação estratégica com a chefia política em previsão de um conflito militar e à planificação operacional deste eventual conflito, sendo estas funções organizadas numa estrutura centralizada sob a responsabilidade de um oficial superior militar. As funções de um Estado-Maior incluem o auxílio aos Comandos durante um conflito, tendo em conta a planificação militar prévia e, portanto, a condução das tropas, proporcionando uma parte dos Oficiais necessários para a formação dos Estados-Maiores das unidades

fundamentar de forma mais sólida esta ligação. A única obra encontrada que aborda este assunto é de Gat, Azar, *The Development of Military Thought*, Oxford, Oxford University Press, 1992, na qual o pensamento considerado uma das escolas que contribuíram para moldar o pensamento militar do século XIX até à Primeira Guerra Mundial. É opinião de quem escreve que a ligação entre pensamento positivista e pressupostos do trabalho realizado pelos Estados-Maiores é um elemento que merece atenção e que pode contribuir para uma melhor compreensão da Instituição aqui analisada e, mais em geral, para a compreensão da evolução do pensamento militar sobretudo até à Grande Guerra.

⁸ Esta também é a razão, na opinião de Samuels, pela qual no exército alemão se difundiu o princípio da *Führung nach Direktive*. É opinião de quem escreve que limitar este princípio doutrinário militar à elaboração de Moltke é redutivo; contudo, a ligação entre o pensamento moltkeano e a *Führung nach Direktive* é clara e sem dúvida aceitável. Veja-se Samuels, Martin, *Doctrine and Dogma: German and British Infantry tactics in the First World War*, obra citada, pgs. 83-98.

mobilizadas; é responsabilidade outrossim dos Estados-Maiores elaborar uma doutrina militar e difundi-la a todos os níveis do exército através dos estabelecimentos de ensino militar. É tarefa dos Estados-Maiores a gestão do pessoal do exército, em colaboração com a chefia política; a recolha de informações de todo o tipo sobre os aparelhos militares estrangeiros e as suas fontes de sustentamento, a supervisão das inspeções das tropas, o controlo do armamento adotado pelo exército e a sua modernização. Por último, estes órgãos tratam também dos assuntos relativos ao abastecimento das tropas, da logística e do transporte e são também responsáveis pela produção do material geográfico necessário para a condução das operações.

BIBLIOGRAFIA

ARQUIVOS.

AHM – Arquivo Histórico-Militar, Lisboa, Portugal.

BArch/MA – Bundesarchiv – Abteilung Militärarchiv, Friburgo em Brisgóvia, Alemanha.

IWM – Imperial War Museum, Londres, Reino Unido.

NAMTSC – National Army Museum Templer Study Center, Londres, Reino Unido.

SHD/AV – Service Historique de la Défense, Arquivo de Vincennes, Paris, França.

TNA – The National Archives, Londres, Reino Unido.

ARTIGOS.

Adamsky, Dima e Bjerga, Kjell I., *Introduction to the Information Technology Revolution in Military Affairs*, Journal of Strategic Studies, vol. 33, IV, 2010, pgs. 463-468.

Armitage, David e Guldi, Jo, *Le retour de la longue durée: une perspective anglo-américaine*, Annales, Histoire, Sciences Sociales, 70º ano, II, 2015, pgs. 289-318.

Beckett, Ian F. W., *The Stanhope Memorandum of 1888: A Reinterpretation*, Historical Research, vol. 57, pgs. 240-247, 1984.

Benbow, Tim, *Irresistible Force or Immoveable Object? The “Revolution in Military Affairs” and Asymmetric Warfare*, Defense & Security Analysis, vol. 25, I, 2009, pgs. 21-36.

Bernini, Stefano, *Filosofia della Guerra: un approccio epistemologico*, disponível em http://www.sintesidialettica.it/guerra/saggio_stefano_bernini.pdf.

Black, Jeremy, *Was there a Military Revolution in early modern Europe?*, History Today, LVIII, 2008, pgs. 34-41.

Bloomfield, Alan, *Time to Move On: Reconceptualizing the Strategic Culture Debate*, Contemporary Security Policy, vol. 33, III, 2012, pgs. 437-461.

Boldt, Andreas, *Ranke: Objectivity and History*, Rethinking History, vol. 18, IV, pgs. 457-474.

Bourlet, Michaël, *L’îlot Saint-Germain au tournant des XIXe et XXe siècles*, Revue Historique des armées, vol. 248, 2007, pgs. 3-11.

Daddow, Oliver J., *Still No Philosophy Please, We’re Historians*, Rethinking History, vol. 9, IV, 2005, pgs. 491-495.

De Matos Coelho, Adelino, *O expansionismo alemão em África*, Revista Militar, disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/921>.

Dunivin, Karen O., *Military Culture: Change and Continuity*, Armed Force and Society, vol. 20, IV, 1994, pgs. 531-547.

Eisler, Rudolf, *Kant-Lexicon: Nachschlagewerk zu Kants sämtlichen Schriften, Briefen und handschriftlichen Nachlaß*, 1930, lema *Pragmatisch*, em <http://www.textlog.de/rudolf-eisler.html>.

- Freuding, Christian, *Organising for war: Strategic Culture and the Organisation of High Command in Britain and Germany, 1850-1945: A Comparative Perspective*, *Defence Studies*, vol. 10, III, 2010, pgs. 431-460.
- Gabaix, Xavier e Laibson, David, *The Seven Properties of Good Models*, texto disponível em https://scholar.harvard.edu/files/laibson/files/seven_properties_2008.pdf.
- Garrigues, Jean, *Le Général Boulanger et le fantasme du coup d'état*, *Parlament[s]*, *Revue d'histoire politique*, vol. 12, II, 2009, pgs. 43-48.
- Groß, Gerhard P., *There Was a Schlieffen Plan: New Sources on the History of German Military Planning*, *War in History*, vol. 15, IV, 2008, pgs. 389-431.
- Hagemann, Karen, *Occupation, Mobilization, and Politics: The Anti-Napoleonic Wars in Prussian Experience, Memory, and Historiography*, *Central European History*, vol. 39, IV, 2006, pgs. 580-610.
- Hall, Lynn K., *The Importance of Understanding Military Culture*, *The Social Work in Health Care*, vol. 50, II, 2011, pgs. 4-18.
- Hanson, Victor D., *The Lessons of Wellington*, 2002, disponível em <http://www.newcriterion.com/articles.cfm/wellington-davishanson-1859>.
- Hayworth, Jordan R., *Evolution or Revolution on the Battlefield? The Army of the Sambre and Meuse in 1794*, *War in History*, vol. 21, II, 2014, pgs. 188-192.
- Hippler, Thomas, *Conscription in the French Restoration*, *War in History*, vol. 13, III, 2006, pgs. 281-298.
- Holmes, Terence H., *Absolute Numbers: The Schlieffen Plan as a Critique of German Strategy*, *War in History*, vol. 21, II, 2014, pgs. 193-213.
- Iggers, George G., *The image of Ranke in American and German historical thought*, *History and Theory*, vol. 2, I, 1962, pgs. 17-40.
- Irvine, Dallas D., *The Origin of Capital Staffs*, *The Journal of Modern History*, vol. 10, II, 1938, pgs. 161-179.
- Johnston, Alastair I., *Thinking about Strategic Culture*, *International Security*, vol. 19, IV, 1995, pgs. 32-64.
- King, Anthony, *Towards a European Military Culture?*, *Defence Studies*, vol. 6, III, 2006, pgs. 257-277.
- Kitzen, Martijn, *Western Military Culture and Counterinsurgency: an ambiguous reality*, *Scientia Militaria – South African Journal of Military Studies*, vol. 40, I, 2012, pgs. 1-24.
- Krieger, Leonard, *Elements of Early Historicism: Experience, Theory, and History in Ranke*, *History and Theory*, vol. 14, IV, 1975, pgs. 1-14.
- Lamouroux, Christian, *Longue durée et profondeurs chronologiques*, *Annales, Histoire, Sciences Sociales*, 70º ano, II, 2015, pgs. 359-365.

- Lynn, John A., *Toward an Army of Honor: The Moral Evolution of the French Army, 1789-1815*, French Historical Studies, vol. 16, I, 1989, pgs. 157-159
- MacKintosh, John P., *The Role of the Committee of Imperial Defence before 1914*, *The English Historical Review*, Vol. 77, 1962, pp. 490-503.
- Morgan, Patrick M., *The impact of the revolution in military affairs*, *Journal of Strategic Studies*, vol. 23, I, pgs. 132-162.
- Muir, Edward, *Leopold von Ranke, His Library, and the Shaping of Historical Evidence*, *Syracuse University Library Associates Courier*, vol. 22, I, 1987, pgs. 3-10.
- Paret, Peter, *The Annales School and the History of War*, *The Journal of Military History*, 2009, vol. 73, IV, pgs. 1289-1294.
- Parker, Geoffrey, *The "Military Revolution", 1560-1660 – A Myth?*, *The Journal of Modern History*, vol. 48, II, 1976, pgs. 195-214.
- Peirce, Charles S., *How to make clear our ideas*, *The popular science monthly*, vol. 12, 1877-1878, pgs. 286-302.
- Peirce, Charles S., *What Pragmatism is*, *The Monist*, vol. 15, II, 1905, pgs. 161-181.
- Prete, Roy A., *French Strategic Planning and the Deployment of the B.E.F. in France in 1914*, *Canadian Journal of History*, vol. 24, I, 1989, pgs. 42-62.
- Rubel, Robert C., *The Epistemology of War Gaming*, *Naval War College Review*, vol. 59, II, 2006, pgs. 108-128.
- Ruiz Palmer, Diego A., *The NATO-Warsaw Pact competition in the 1970s and 1980s: a revolution in military affairs in the making or the end of a strategic age?*, *Cold War History*, vol. 14, IV, 2014, pgs. 533-573.
- Singh, Ajay, *The revolution in military affairs: 4-Dimensional warfare*, *Strategic Analysis*, *Strategic Analysis*, vol. 22, II, 1998, pgs. 169-179.
- Smith, Stephen B., *The Geographic Origins of Strategic Culture*, *Khazar Journal of Humanities and Social Sciences*, vol. 14, IV, 2012, pgs. 41-54.
- Tucker, Albert V., *Army and Society in England 1870-1900: A Reassessment of the Cardwell Reforms*, *Journal of British Studies*, vol. 2, II, 1963, pgs. 110-141.
- Varacalli, Thomas F. X., *National Interest and Moral Responsibility in the Political Thought of Admiral Alfred Thayer Mahan*, *Newport, Naval War College Review*, vol. 69, II, 2016, pgs. 108-127.
- Vego, Milan, *German War Gaming*, *Naval War College Review*, vol. 64, IV, 2012, pgs. 106-147.
- Warren, James, *Small Wars and Military Culture*, *Society*, vol. 36, VI, 1999, pgs. 56-61.
- Zalta, Edward N. (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2015, lema *Pragmatism*, da autoria de Hookway, Christopher, em <http://plato.stanford.edu/archives/spr2015/entries/pragmatism>.
- Zuber, Terence, *The Schlieffen Plan Reconsidered*, *War in History*, vol. 6, III, 1999, pgs. 262-305.

MONOGRAFIAS, COLETÂNEAS E IMPRENSA.

- Adamsky, Dima, *The Culture of Military Innovation: the Impact of Cultural Factors on the Revolution in Military Affairs in Russia, the US and Israel*, Stanford, Stanford University Press, 2010.
- Addington, Larry H., *The Blitzkrieg Era and the German General Staff, 1865-1941*, New Brunswick, Rutgers University Press, 1971.
- Barbero, Alessandro, *La Guerra in Europa dal Rinascimento a Napoleone*, Roma, Carocci, 2003.
- Beckett, Ian F. W., *The Victorians at war*, Londres, Hambledon and London, 2003.
- Black, Jeremy (ed.), *European Warfare 1453-1815*, New York, St. Martin's Press, 1999.
- Black, Jeremy, *Rethinking Military History*, Londres, Routledge, 2004.
- Blanning, Tim, *The Pursuit of Glory: Europe 1648-1815*, Londres, Penguin, 2008.
- Bloch, Etienne, *Histoire et historiens par Marc Bloch*, Paris, Armand Colin, 1995.
- Bloch, Marc, *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, Paris, Colin, 1974.
- Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College: 1854-1914*, London, Eyre Methuen, 1972.
- Bourdé, Guy e Hervé, Martin, *Les écoles historiques*, Paris, Editions du Seuil, 1983.
- Bramall, Edwin e Jackson, William, *The Chiefs: The Story of the United Kingdom Chiefs of Staff*, Londres, Brassey's, 1992.
- Britt, Thomas W.; Adler, Amy B.; Castro, Carl A. (eds.), *Military Life: The Psychology of Serving in Peace and Combat*, Vol. 4: Military Culture, Westport, Greenwood, 2006.
- Bronsart von Schellendorff, Paul, *The duties of the General Staff*, Londres, H.M. Stationary Office, 1907.
- Burguière, André, *The Annales School, An Intellectual History*, Ithaca, Cornell University Press, 2009.
- Calcaterra, Rosa M., *Introduzione al pragmatismo americano*, Roma, Laterza, 1997.
- Carré, Claude, *Histoire du Ministère de la Défense et des Départements ministériels militaires*, Paris, Centre d'étude d'histoire de la Défense, Lavauzelle, 2001.
- Clausewitz, Karl von, *Della Guerra*, Milão, Mondadori, 2013.
- Comte, Auguste, *Système de Politique Positive, ou Traité de Sociologie, Instituant la Religion de l'Humanité*, Paris, République Occidentale, 1852-1855.
- Corvisier, André (dir.), *Histoire Militaire de la France vol. III, de 1871 à 1940*, Vendôme, Presses Universitaires de France, 1992.
- Da Câmara Leme, Luiz, *Elementos da Arte Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.
- De Sá Nogueira, João C., *Breve notícia histórica acerca do Corpo do Estado-Maior*, Separata ao *Boletim do EME*, nº 8, IV série, 1969.
- De Sousa Teles, Sebastião, *A organização do estado maior do exercito*, Lisboa, Afra & Companhia, 1878.
- Delbrück, Hans, *Geschichte der Kriegskunst im Rahmen der politischen Geschichte*, Berlin, Georg Stilke Verlag, 1920-1923, disponível em <http://www.zeno.org/nid/20002734400>.

- Derrecagaix, Victor, *Etude sur les états-majors des armées étrangères suivie d'un projet de réorganisation de l'état-major français*, Paris, librairie J. Dumaine, 1871.
- Duby, Georges, *La dimanche de Bouvines, 27 juillet 1214*, Paris, Gallimard, 1973.
- Duffy, Michael, *The Military Revolution and the State 1500–1800*, University of Exeter Press, 1980.
- Dupuy, Trevor N., *A Genius for War: The German Army and General Staff 1807-1945*, Londres, Macdonald and Jane's, 1977.
- Dwyer, Philip G. (ed.), *The Rise of Prussia, 1700-1830*, Londres, Routledge, 2000
- Foch, Ferdinand, *Des principes de la guerre: conférences faites à l'Ecole supérieur de Guerre*, Paris, Berger-Levrault, 1903; disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k86515g/f1.item.r=Ferdinand%20Foch>.
- Foley, Robert T., *Alfred von Schlieffen's Military Writings*, Londres, Frank Cass Publishers, 2003.
- Förster, Stig e Nagler, Jörg (eds.), *On the Road to Total War: the American Civil War and the German Wars of Unification, 1861-1871*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.
- French, David e Holden-Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation 1890-1939*, Londres, Routledge, 2002.
- Gat, Azar, *The Development of Military Thought*, Oxford, Oxford University Press, 1992.
- Gilbert, Felix, *History: Politics or Culture? Reflections on Ranke and Burckhardt*, Princeton, Princeton University Press, 1990.
- Gooch, John, *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900-1916*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1974.
- Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, New York, Praeger, 1953.
- Greenhalg, Elizabeth, *Foch: Chef de Guerre*, Paris, Tallandier, 2011.
- Guinard, Pierre, *Inventaire sommaire des archives de la guerre: Introduction: organisation de l'armée française, guide des sources, bibliographie*, Troyes, Ministère de la Défense, Etat-Major de l'Armée de Terre – Service historique, 1975.
- Guriêvitch, Aaron, *A síntese histórica e a Escola dos Anais*, São Paulo, Perspectiva, 2003.
- Hanson, Victor D., *The Western Way of War: Infantry Battles in Ancient Greece*, Berkeley, University of California Press, 2009.
- Iggers, George G., e Powell, James M. (eds.), *Leopold von Ranke and the Shaping of the Historical Discipline*, Syracuse, Syracuse University Press, 1990.
- Jeffery, Keith, *Field Marshall Sir Henry Wilson: A Political Soldier*, Oxford, Oxford University Press, 2010.
- Joffre, Joseph, *Mémoires du Maréchal Joffre (1910-1917)*, Paris, Plon, 1932.
- Katzenstein, Mary Fainsod, e Reppy, Judith (eds.), *Beyond Zero Tolerance: Discrimination in Military Culture*, Lanham, Rowman & Littlefield, 1999.
- Keegan, John, *La maschera del comando*, Milão, Saggiatore, 2006.
- Keegan, John, *O Rosto da Batalha*, Lisboa, Fragmentos, 1987.

- Keegan, John, *The Nature of War*, New York, Holt, Rinehart and Winston, 1981.
- Keegan, John, *Uma história da guerra*, Lisboa, Tinta-da-China, 2006.
- Lanza, Conrad H. (trad.), *Excerpts from Notes on Prussia in her grand catastrophe of 1806 by Carl von Clausewitz*, em <http://www.clausewitz.com/readings/1806/Clausewitz-ExcerptsFromNotesOnPrussia1806.pdf>.
- Liddel-Hart, Basil H., *The British Way in Warfare*, Londres, Faber&Faber, 1932.
- Lynn, John, *Battle: a History of Combat and Culture*, Boulder, Westview, 2003.
- Mahan, Alfred T., *The influence of sea power upon history, 1660-1783*, Boston, Little, Brown and Company, 1918.
- Massenbach, Christian Karl August Ludwig von, *So endete Preussen*, [Germanien], *sine nomine*, 1807, disponível em <http://www.mdz-nbn-resolving.de/urn/resolver.pl?urn=urn:nbn:de:bvb:12-bsb10013887-9>.
- Militär-Wochenblatt*, revista do Estado-Maior prussiano, <https://catalog.hathitrust.org/Record/000550460>.
- Monteilhet, Joseph, *Les Institutions Militaires de la France*, Paris, La Vauzelle, 1926.
- Mustafa, Sam A., *The Long Ride of Major von Schill: A Journey through German History and Memory*, Lanham, Rowman & Littlefield, 2008.
- Notin, Jean-Christophe, *Foch*, Paris, Perrin, 2008.
- Parker, Geoffrey, *La guerra de los treinta años*, Madrid, A. Machados Libros, 2004.
- Parker, Geoffrey, *The Military Revolution: Military innovation and the rise of the West 1500-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.
- Ramires de Oliveira, Arménio (coord.), *História do Exército Português*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1993.
- Ranke, Leopold von, *Geschichten der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1514*, Lípsia, Duncker & Humblot, 1885.
- Riff, Eugène A., *Histoire de l'ex-Corps d'Etat-Major*, publicação do periódico *Spectateur Militaire*, 1881.
- Roberts, Clifford J. (ed.), *The Military Revolution Debate, Readings on the Military Transformation of Early Modern Europe*, Boulder, Westview Press, 1995.
- Roberts, Michael, *Essays in Swedish History*, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1967.
- Rodrigues Veiga, Teresa, *A população portuguesa no século XIX*, Porto, CEPES, 2004.
- Rodrigues, Luís Nuno (coord.), *O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: Apogeu e Queda*, Lisboa, IESM, 2015.
- Samuels, Martin, *Command or Control? Command, Training and Tactics in the British and German Armies, 1888-1918*, Londres, Frank Cass, 2003.
- Samuels, Martin, *Doctrine and Dogma: German and British Infantry tactics in the First World War*, Westport, Greenwood press, 1992.

Shilliam, Robbie, *German Thought and International Relations*, Basingstoke, Palgrave-Macmillan, 2001.

Snyder, Jack, *The Soviet Strategic Culture: Implications for Limited Nuclear Operations*, Santa Monica, Rand, 1977.

Sondhaus, Lawrence, *Strategic Culture and Ways of War*, Londres, Routledge, 2006.

Stead, William T., *What is the truth about the Navy?*, Londres, Pall Mall Gazette, 15 de setembro de 1884, disponível em http://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0000098/18840915/001/0001?_=1485966681612.

Themudo Barata, Manuel, e Teixeira, Nuno S. (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Circulo dos Leitores, 2003.

Vasconcellos, Maj. Gr. Cesar Augusto de, *Memoria sobre o Corpo do Estado Maior*, Lisboa, Typographia Universal, 1863.

Vimercati, Fulvia (ed.), *Che cos'è il pragmatismo*, Milão, Jaka Book, 2000.

LEIS, DECRETOS E RELATÓRIOS.

1. FRANÇA.

Loi relative au mode de la formation de l'armée de terre, Bulletin des lois de la République, 1798, n° 223, lei n° 1925, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56398t/f491.image>

Loi sur le Recrutement de l'Armée, Bulletin des lois, 1818, série 7, n° 200, lei n° 3695, pgs 121-133, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6521587x?rk=343349;2>

Ordonnance du Roi portant création d'un Conseil supérieur de la guerre, Bulletin des lois, 1828, lei n° 8040, pgs 195-196, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65288948/f239.item>

Loi sur le Recrutement de l'Armée, Bulletin des lois, 1872, série 12, n° 101, lei n° 1337, pgs 97-118, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k210062f/f115.item>

Loi relative à l'Organisation générale de l'Armée, Bulletin des lois, 1873, série 12, n° 147, lei n° 2249, pgs 113-122, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k2100646/f137.item>

Loi relative à l'organisation des pouvoirs publics, Recueil de lois, ordonnances, décrets, règlements et circulaires, 1875, pgs. 428-430, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5610620j/f445.item.r>

Loi sur le service d'état-major, Bulletin des lois, 1880, série 12, n° 498, lei n° 9048, pgs 311-313, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k2141082/f342.item>

Rapport au Président de la République Française du 12 mai 1888, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 13 de maio de 1888, pgs. 1964-1965, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6247546p.item>

Rapport au Président de la République Française du 26 mai 1888, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 27 de maio de 1888, pgs. 2177-2178, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6247558w/f1.item>

Rapport au Président de la République Française du 10 Avril 1890, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 11 de abril de 1890, pgs. 1869-1870, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6454498w/f1.item>

Rapport au Président de la République Française du 6 Mai 1890, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 7 de maio de 1890, pgs. 2233-2234, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6241437h/f1.item>

Rapport au Président de la République Française du 15 Novembre 1895, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 16 de novembro de 1895, pg. 6478, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6476419f/f2.item>

Rapport au Président de la République Française du 9 Janvier 1900, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 10 de janeiro de 1900, pgs. 171-173, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k62476676/f3.item>

Rapport au Président de la République Française du 3 Avril 1906, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 4 de abril de 1906, pg. 2154, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6260743h/f2.item>

Rapport au Président de la République Française du 28 Juillet 1911, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 29 de julho de 1911, pg. 6426, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k63366792/f2.item>

Rapport au Président de la République Française du 27 Juillet 1911, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 28 de julho de 1911, pgs. 6444-6445, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6352251x/f6.item>

Rapport au Président de la République Française du 20 Janvier 1912, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 21 de janeiro de 1912, pgs. 710-711, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k63366792/f20.item>

Rapport au Président de la République Française du 14 Mai 1912, Journal Officiel de la République Française. Lois et décrets, Paris, publicação de 15 de maio de 1912, pgs. 4462-4463; texto do decreto disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6392391w/f6.item>

2. PORTUGAL.

Decreto de 18 de julho de 1834, AHM/DIV/3/3/4-D/28.

Decreto de 11 de janeiro de 1837, AHM/DIV/3/3/4-D/33.

Decreto de 12 de janeiro de 1837, AHM/DIV/3/3/4-D/33.

Ordem do Exército nº 58 de 13 de agosto de 1847, AHM/DIV/3/3/4-D/43.

Plano de organização do Exército e da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 20 de dezembro de 1849, AHM/DIV/3/3/4-D/45.

Ordem do Exército nº 3 de 9 de janeiro de 1850, AHM/DIV/3/3/4-D/46.

Ordem do Exército nº 53 de 31 de dezembro de 1863, AHM/DIV/3/3/4-D/59.

Decreto de 2 de dezembro de 1868, AHM/DIV/3/3/4-D/64.

Ordem do Exército nº 20 de 31 de outubro de 1884, AHM/DIV/3/3/4-D/80.

Ordem do Exército nº 9 de 11 de setembro de 1899, AHM/DIV/3/3/4-D/101.

Ordem do Exército nº 2 de 1 de fevereiro de 1907, AHM/DIV/3/3/4-D/115.

Ordem do Exército nº 6 de 13 de abril de 1907, AHM/DIV/3/3/4-D/115.

Ordem do Exército nº 1 de 15 de outubro de 1910, segunda série, AHM/DIV/3/3/4-D/122.

Ordem do Exército nº 11 de 25 de maio de 1911, AHM/DIV/3/3/4-D/123.

3. REINO UNIDO.

Report of His Majesty's commissioners appointed to inquire into the military preparations and other matters connected with the war in South Africa. Presented to both Houses of Parliament by command of His Majesty, Londres, Wyman and sons, 1903; texto disponível em <https://catalog.hathitrust.org/Record/001260316>.

Decreto publicado na *London Gazette* nº 27645 de 12 fevereiro 1904, pgs. 939-940; texto disponível em <https://www.thegazette.co.uk/London/issue/27645/page/939>.